

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO XXII



CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
LISBOA
1964-1973

ÍNDICE DO TOMO XXII

Artigos

BUESCU (MARIA LEONOR CARVALHÃO), <i>Dois ortografistas do séc. XVI</i>	33-42
BUESCO (VICTOR), <i>Etymologies aroumaines</i>	73-79
CASTRO (MARIA HELENA LOPES DE), ISABEL VILARES CEPEDA, VIRGÍLIO MADUREIRA, IVO JOSÉ DE CASTRO, <i>Normas de transcrição para textos medievais portugueses</i>	417-425
CEPEDA (ISABEL VILARES), <i>Uma versão quinhentista inédita da «Imitação de Cristo»</i>	281-293
CHING (LI), <i>Sobre a formação de palavras com prefixos em português actual (1.ª parte)</i>	117-176
CHING (LI), <i>Sobre a formação de palavras com prefixos em português actual (2.ª parte)</i>	197-234
CINTRA (LUÍS F. LINDLEY), <i>Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses</i>	81-116
FARIA (ISABEL HUB), <i>Sobre a formação das imperativas em português</i>	341-359
GOTTSCHALK (MARIA FILIPA), MARIA DA GRAÇA THEMUDO BARATA, <i>Dissertação de licenciatura de carácter dialectológico</i>	427-446
GRANDA (GERMÁN DE), <i>Portuguesismos léxicos en la «lengua congo» de Cuba</i>	235-250
KLEIN (HORST G.), <i>Algumas observações sobre a categorização do sistema verbal português</i>	295-301
MARTINS (MARIA RAQUEL DELGADO), <i>Análise acústica das vogais orais tónicas em português</i>	303-314
MASSÓ (RAMÓN CERDÀ), <i>La ciencia fonética y sus relaciones con la fonología y la información (Notas metodológicas)</i>	43-57
NASCIMENTO (MARIA FERNANDA BACELAR), MARIA HORTENSE COURELA, MARIA LÚCIA BORBA E MAIA, MARIA LUÍSA SEGURA DA CRUZ, <i>Sobre adjektivos frequentes no português contemporâneo</i>	315-340
PIEL (JOSEPH M.), <i>Ainda a etimologia de «Mortágua»</i>	59-63
RAPOSO (EDUARDO PAIVA), <i>Sobre a forma o em português</i>	361-415
SARAIVA (ANTÓNIO JOSÉ), <i>O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro</i>	1-16
SERRA (PEDRO CUNHA), <i>«Alqueives»</i>	65-71
SERRA (PEDRO CUNHA), <i>Estudos toponímicos</i>	251-262
SILVA (ROSA VIRGÍNIA MATOS E), <i>As versões medievais portuguesas dos «Diálogos de S. Gregório» (Relações entre os mss.)</i>	17-32
SILVA (ROSA VIRGÍNIA MATOS E), <i>O estudo linguístico de um texto português do século XIV</i>	263-280

Recensões críticas

Langenscheidt, <i>Dicionário de bolso das línguas portuguesa e alemã.</i> (Dieter Messner)	188-189
LEPSCHY (G. C.), <i>La Linguistique Structurale</i> (Maria Helena Mira Mateus)	189-193
MAZHAR (MUHAMMAD AHMAD), <i>Arabic, the Source of all the Language</i> (Pedro Cunha Serra)	- 193
PETER (HERBERT), <i>Entstehung und Ausbildung der italienischen Eisenbahnterminologie</i> (Dieter Messner)	187-188
REIS (SEBASTIÃO MARTINS DOS), <i>Livro da fazenda da mesa episcopal do bispo de Évora</i> (Pedro Cunha Serra)	- 194
STATI (SORIN), GH. BULGAR, <i>Analize sintactice și stilistice</i> (Maria Leonor Carvalhão Buescu)	195-196
TAVANI (GIUSEPPE), <i>Le poesie di Ayra Nunez</i> (Manuel Ro- drigues Lapa)	177-185
WIENER ROMANISTISCHE ARBEITEN, <i>Tomos I-VII</i> (Dieter Messner)	185-187
<i>Notícias do Centro</i>	447-453

AVISO AOS LEITORES

Não tendo sido possível, por motivos de várias ordens, publicar os volumes do Boletim de Filologia correspondentes aos anos de 1964 a 1970 na altura própria e não sendo já viável recuperar, neste momento, o atraso sofrido, por meio da edição de um volume relativo a cada um dos referidos anos, resolveu a Direcção do Centro de Estudos Filológicos fazer corresponder o volume XXII, com que a revista reaparece, a todo o período que vai de 1964 a 1971. O segundo fascículo duplo deste volume deverá publicar-se pelos fins do ano corrente e espera-se que, a partir de 1972, a publicação possa retomar o seu ritmo normal, voltando portanto a editar-se um volume em cada ano.

Lisboa, Maio de 1971.

A Direcção do Centro de Estudos Filológicos

O AUTOR DA NARRATIVA DA BATALHA DO SALADO E A REFUNDIÇÃO DO LIVRO DO CONDE D. PEDRO

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA
(AMSTERDAM)

No fragmento da Biblioteca da Ajuda conhecido pelo nome de *Terceiro Livro de Linhagens* há uma narrativa célebre da batalha do Salado que surpreende a quem está habituado não só à leitura dos próprios livros de linhagens, mas a toda a prosa medieval portuguesa anterior a Fernão Lopes. Não se pode deixar de admirar a arte do Autor, quer se considere o conjunto narrativo, quer o pormenor estilístico, quer os discursos, quer as personagens, quer o ritmo geral, quer a particularização táctica e topográfica da batalha. A disposição das linhas de combate, o desenvolvimento da acção no espaço são-nos dados com clareza rara; um *pathos* percorre toda a acção, que tem um ponto culminante e uma ressaca; as personagens principais têm poderosa saliência dramática, especialmente as do campo mouro. O discurso do rei de Portugal resume de forma lapidar as motivações ideológicas dos guerreiros congregados para fazer face a uma invasão árabe decisiva; as imprecações dos chefes tanto árabes como cristãos aos seus deuses respectivos são realmente comovedoras. Uma certa ambiguidade entre o real e o maravilhoso aureola a realidade sem a anular. O Autor maneja com igual domínio o discurso directo e o indirecto. Quanto à construção frásica e estilística, em períodos longos, cláusulas frequentemente oratórias, com predomínio da subordinação, não tem paralelo na prosa contemporânea e anterior. É uma prosa sábia, para a qual só encontramos nível igual no século XVI.

Estamos perante um prosador que a um forte talento dramático e a uma percepção singularmente viva do espaço e do movimento acrescenta um excepcional ofício, de formação clerical e latina.

Donde vem este texto inesperado? Não certamente do Conde D. Pedro, cuja prosa muito mais informe e tacteante conhecemos, nem da Crónica Geral de Espanha, nem tão-pouco de uma fonte lendária no género da tradição épica de Afonso Henriques, de que resta um fragmento no *Quarto Livro de Linhagens*. Há aqui uma mão diferente e inconfundível, muito mais «moderna» que as aludidas. Quase seríamos tentados a pensar

em Fernão Lopes, único émulo possível do nosso narrador, se as diferenças entre ambos quanto à atitude ideológica e quanto à estrutura frásica e narrativa não fossem flagrantes: quem quiser compare esta narrativa com a de qualquer das batalhas da *Crónica de D. João I*.

Ora a leitura do *Quarto Livro de Linhagens* e especialmente do seu Título XXI mostra-nos, segundo creio, que a narrativa do Salado não está tão isolada como à primeira vista parece, antes pertence a um conjunto que, segundo espero demonstrar, tem uma personalidade própria dentro do Nobiliário do Conde D. Pedro.

A narrativa do Salado é um episódio da vida de D. Álvaro Gonçalves de Pereira, prior dos Hospitalários portugueses. No citado título XXI do *Quarto Livro* encontramos a biografia deste magnate desde o seu nascimento, dos amores de D. Gonçalo Pereira, futuro arcebispo de Braga, no tempo em que «sendo muito moço» estudava em Salamanca. Foi enviado, diz a mesma biografia, por Afonso IV para Castela, junto de Pedro o Cru, a cujo conselho pertenceu; foi grande amigo de D. João Afonso de Albuquerque, personagem central dos primeiros anos do reinado de Pedro o Cru. Pertenceu depois, voltando a Portugal, ao conselho de Afonso IV; assistiu à sua morte e foi seu testamenteiro; antes disso tivera um papel importante e pacificador nas guerras entre este rei e seu filho D. Pedro. É neste ponto, isto é, logo a seguir a estas guerras, que se insere uma alusão à batalha do Salado, mais conhecida, então, por «lide de Tarifa»: «em este tempo, pouco antes, se fez a lide de Tarifa».

Com esta alusão à «lide de Tarifa» se interrompe bruscamente, no *Quarto Livro de Linhagens*, a biografia de D. Álvaro. Segue-se-lhe, até ao fim do Livro XXI, uma lista genealógica esquemática relativa a outro ramo dos Pereiras, os descendentes de Vasco Pereira, que é tio de D. Álvaro. Sente-se que há uma amputação do texto, porque a biografia do Prior fica inconclusa.

Ora, se abrímos o *Terceiro Livro* (que é como se sabe outra redacção do Livro do Conde D. Pedro), lá encontramos a narrativa da lide de Tarifa, que as últimas linhas da biografia do Prior pareciam anunciar. E mais do que isso: lá encontramos, no seguimento imediato da narrativa da batalha, a continuação e conclusão da biografia do Prior:

«Este Priol D. Alvaro de Pereira, que vem deste linhagem de que falamos ante do começo destas lides, foi o que passou aalém mar. [Segue-se um resumo da viagem às terras dos Hospitalários]. El veo d'aló mui bem andante e com grande louvor. Este fez muitas fortalezas e lugares no reino e foi amado dos Portugueses. E jaz

em uma capela que el fez por o serviço de Deus, que há nome Santa Maria Frol da Rosa. Ali jazem ao redor de seu moimento os três cavaleiros que com el se criaram e foram com el na busca da Vera Cruz por salvamento da fé de Jesu Cristo e de toda a Cris-tiãdade, assi como havemos mostrado.»

Este texto remete: a) para a narrativa da batalha, onde o Prior como portador da Vera Cruz, que restaurou o ânimo dos Cristãos em começo de derrota, teve um papel decisivo; b) para a linhagem do Prior, que, segundo parece inferir-se do mesmo texto, *precedia a narrativa da batalha*. A linhagem do Prior não é (teremos ocasião de voltar a este assunto) a linhagem dos descendentes de Vasco Pereira, intercalada pelo editor entre a interrupção da biografia de D. Álvaro e a narrativa da batalha ⁽¹⁾. Por isso supomos que a lide de Tarifa (de que não possuímos aliás o começo) se seguia imediatamente, ou quase, às palavras: «em este tempo, pouco antes, se fez a lide de Tarifa», com que pára, no Quarto Livro, a biografia do Prior. Em conclusão: a biografia do Prior D. Álvaro, iniciada e interrompida no manuscrito do *Livro Quarto*, é continuada e concluída no manuscrito do *Livro Terceiro*, sendo a batalha do Salado o seu episódio culminante.

Se voltarmos agora ao *Livro Quarto*, Título XXI, lá encontraremos a genealogia do Prior a que se refere o texto do *Livro Terceiro* ultimamente citado: «este linhagem de que falamos ante do começo destas lides». A história de D. Álvaro é imediatamente precedida da de seu pai, o arcebispo de Braga D. Gonçalo, de quem se louvam os serviços a Deus e ao reino, especialmente como pacificador das guerras entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, e entre aquele mesmo rei e o seu cunhado, rei de Castela. E esta segue-se ao panegirico do avô do Prior, também D. Gonçalo, homem cheio de «graadeza», que num só dia, em Pereira, à sombra de um carvalho, distribuiu pelos seus vassalos sessenta e quatro cavalos. E de antepassado em antepassado chegamos a Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, cuja filha casou com D. Rodrigo Froyaz, dando origem aos Pereiras. Gonçalo Mendes, por sua vez, pertence à casa da Maia, que o

(1) Nos *Portugaliae Monumenta Historica* o fragmento do Salado segue-se à linhagem dos descendentes de Vasco Pereira (que se repete, menos completa, e com diferença neste Livro Terceiro). Mas, aqui, trata-se de um arranjo do editor. Herculano deslocou-o do lugar onde se achava, «depois do título XXV, mas debaixo da rubrica do título XXI». Podia também tê-lo colocado à cabeça do que resta do Livro Terceiro.

Livro Segundo (na realidade o mais antigo, que data de 1270) fazia descer do Rei Ramiro de Leão.

Notemos agora que o texto relativo a Gonçalo Mendes da Maia contém o célebre episódio parafraseado por Herculano na narrativa *A morte do Lيدador*. Gonçalo Mendes, com noventa e cinco anos, é ferido num recontro com os mouros; mas aguenta-se no cavalo, fala aos seus homens, nomeia o seu substituto e cai no recontro que imediatamente se segue, o que redobra o ardor dos cavaleiros, desejosos de vingar o amigo perdido. Se atentarmos, este texto revela a mesma mestria narrativa, o mesmo sentido dramático, a mesma amplidão e segurança frásica e estilística, o mesmo ofício de letrado que encontramos na narrativa do Salado. Um exemplo apenas:

«... E em as primeiras feridas caíu dom Gonçalo Mendez do cavalo, como aquele que estava já sem força. E os fidalgos, que eram muito seus amigos e estremados em bondades, quando viram seu caudel, desejando sa vida sobre todalas cousas, faziam cada vez melhor crescendo-lhes as forças como aqueles que eram mazelados da perda de tal amigo que tinham, que já o nom podiam vingar se ali o nom vingavom. E por esta gram força acendia-se cada vez mais e mais, como aqueles que eram de gram coração. E de todas as partes do mundo em aquele tempo escrarciam as sas bondades das cavalarias que faziam. Ali se espedaçavam capelinas e bacinetes, e talhavam escudos e esmalhavam fortes lorigas, e feriróm-se de tão dura força, de tamanhos golpes que os Cristãos de Espanha e os Mouros que desto ouvirom falar, dos talhos das espadas que naquele lugar foram feitos disserom que tais golpes como aqueles nom podiam ser dados por homens.»

Basta confrontar este texto com dois passos da narrativa do Salado para se certificar a identidade do autor:

«Os seus corações eram tão fortes e esforçados em fazer o que cada um podia que bem é de entender que os fez estremados em beldade de cavalaria sobre las gentes do mundo pera o seu nome per eles haver de seer louvado.»

«Ali se renovou a lide mui dorida de crueza e de sanha, ali se esmalhavam fortes lorigas e britavam e especeavam e talhavam escudos, capelinhas, bacinetes, per os grandes e duros golpes que se davam.»

Refaçamos agora o caminho no sentido descendente. A morte do Lidador é seguida da lista dos seus companheiros, e daí passamos à curiosíssima história de seu genro Rodrigo Froyaz de Trastamar, o fundador dos Pereiras. É nada menos que a história das guerras entre Garcia, rei de Galiza e Portugal, e Sancho, rei de Castela, cujos heróis são do lado português o mesmo Rodrigo Froyaz e do lado castelhano o Cid Campeador. Note-se que Rodrigo Froyaz, em simetria com o Cid, é um cavaleiro que por lealdade incorre no desagrado do seu rei e é obrigado a exilar-se; mas, tendo necessidade dos seus serviços, o rei, arrependido, manda chamá-lo e enche-o de recompensas. A guerra que decorre entre Coimbra e Santarém, é descrita com pormenor tático e local. As batalhas alternam com os discursos e os conselhos. Na última batalha, Rodrigo Froyaz, à frente dos «fidalgos portugueses», chega a prender o rei Sancho e a entregá-lo a Garcia, mas morre logo de um golpe anteriormente recebido. Sancho consegue no entanto escapar-se e refugiar-se numa serra de onde vê chegar o Cid:

«E estando ali pareceo ãu pendão e uns trezentos de cavalo. E disserom a el-rei dom Sancho: — Senhor veemos viir ãu pendão verde e parece de Rui Diaz Cide. — E el oolhou por ele e conheceo e desto foi mui ledo e disse aos fidalgos: — Alegrade-vos e esforceade os corações, ca Deus quer que eu cobre meu reino que me tem forçado meu irmão dom Garcia, pois sai da prisom, e vi a morte de dom Rodrigo Froyaz, que me prendeo, e me chegou o bem aventurado Rui Diaz!»

Esta transcrição dá ideia sobretudo do interesse dramático da narrativa, isto é, do relevo que nela têm as personagens. Outros passos mostrariam o uso de processos de construção muito característicos do narrador da batalha do Salado:

«Ali foi a perfia grande antre eles, de ãus e d'outros, assi que os Castelhanos não no puderom sofrer.»

Deste Rodrigo Froyaz salta o nosso narrador para a biografia de seu neto Rodrigo Froyaz II, vassalo de Fernando de Castela, o que conquistou Sevilha. Também ele é protagonista de um drama de lealdade cavaleiresca; como o avô, incorre injustamente na ira do rei e desterra-se, mas o seu valor obriga o seu senhor natural a chamá-lo numa hora difícil e a restituir-lhe a graça. Este cavaleiro é, juntamente com um prior do

Hospital (a ordem a que pertencerá D. Álvaro), um dos heróis do cerco de Sevilha, o que permite ao narrador contar-nos dois admiráveis episódios do mesmo cerco. Encontramos neste relato uma flagrância testemunhal que nos surpreende, se pensarmos que foi escrito mais de um século depois do acontecimento. Chamo a atenção do leitor para o processo já nosso conhecido, da alternância dos combates e discursos, para o relevo dramático das personagens; para o tipo de construção sintáctica e em especial o uso enfático e estruturador de «ali»:

«Ali foi a fazenda mui grande e mui crua, de poucos que eram, e os freires eram muito estremados de bõos, etc.»

Compare-se com esta frase da narrativa do Salado:

«Ali se volveo a lide dos reis cristãos e dos mouros mui danosa e mui crua e sem piedade.»

É de notar por outro lado, nestes dois episódios do cerco, a atenção com que o narrador foca um chefe mouro que combatia os cristãos, o que nos faz pensar também na narrativa do Salado, que dá grande relevo ao que se passa no outro lado da linha de combate e em especial ao drama do rei mouro.

Segue-se a lista dos «fidalgos portugueses» que participaram na tomada de Sevilha, do mesmo tipo da lista dos fidalgos que acompanharam Gonçalo Mendes da Maia. E daqui passamos à história do filho de Rodrigo Froyaz II, que fugiu de Castela por ter morto um cavaleiro durante uma disputa à volta do despojo da batalha de Nájera, história curta, mas magistralmente contada. Filho deste é um «valente» cavaleiro que tendo-lhe a mulher «feito maldade» com um frade de Bouro, no castelo de Lanhoso, fechou o castelo e «queimou ela e o frade e homens e mulheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas cousas vivas, e queimou a câmara e panos de vestir e camas, e nom leixou cousa móvil». Este é o pai de Pero Rodrigues de Pereira, herói de uma batalha entre senhores, que é sòmente aludida, e o avô de D. Gonçalo de Pereira já nosso conhecido pela sua «graadeza», avô por sua vez do Prior D. Álvaro.

Este conjunto de biografias e relatos que começa com a morte do Lidador e tem como último grande episódio a batalha do Salado, singulariza-se pela sua qualidade literária e oferece uma unidade de estilo. Notemos a frequência de qualificativos como «extremado»; as frases apositivas introduzidas por «como aquele que» ou «como homem que»; as

construções enfáticas iniciadas pela palavra «ali». O fio que as liga não é a genealogia dos Pereiras (tratada em vários outros lugares do Nobiliário), mas a dos antepassados do Prior D. Álvaro Gonçalves. O que confirma que o parágrafo relativo aos descendentes de D. Vasco Pereira, que precede a batalha do Salado, não pertence à mesma série.

Fica por aqui a mão do nosso escritor? Há um facto estranhíssimo neste título XXI do Livro Quarto: é que a narrativa da morte do Lidador é precedida de uma história do reinado de Pedro o Cru de Castela, curiosa a mais de um título. Esta história, que ocupa uma página inteira do grande in folio dos *Portugaliae Monumenta Historica*, apresenta-nos uma versão dos factos que é, em vários pontos, diferente da que encontramos na Crónica do mesmo rei de Pero Lopez de Ayala. Uma de tais diferenças respeita à entrevista de D. Pedro com o Príncipe de Gales em Baiona. O Livro de Linhagens dá-nos deste episódio uma versão dramática, de tipo semilendário:

«E falou com o Principe com muitas lágrimas em sa face, dizendo-lhe: porque o Deus fezera estremado de bondade antre os bõos do mundo e a sua fama tal era que havia lugar polo de Deus e por boa estança de se doer dos reis deserdados assi como ele era do seu reino, que lhe pedia que per sa bondade o veesse apoderar de seu reino, e el pera sempre lhe seeria mandado e obediente em todalas cousas que fossem de sa honra.»

Nem este discurso nem esta atitude suplicante se encontram na crónica de Ayala, e tudo nos leva a crer que se trata de um tratamento literário e dramático de uma situação que o narrador conhecia nas suas linhas gerais. Mais interessante é o episódio da morte do rei. Diferentemente de Ayala (que é muito mais favorável a D. Henrique), o narrador português salienta que, quando os dois irmãos vieram às mãos, D. Pedro conseguiu derrubar D. Henrique e pô-lo sob si no chão, de tal maneira que o teria morto se não estivesse desarmado. São os homens de D. Henrique que cortam a cabeça a D. Pedro e a atiram à rua; o corpo descaçado foi depois exposto nas ameias do castelo. E, a fechar, considerações sobre a importância dos bons ou maus conselheiros, onde é fácil ver a mão do letrado: o mal de D. Pedro foi rodear-se de homens vis que o aconselhavam mal, «este rei deixou enxemplo pera os reis haverem bõos conselheiros e leaais e entendudos e leterados, de booa conciencia e sem prazenteo».

O mais surpreendente nesta extensa biografia de um rei castelhano do século XIV é o próprio facto de ela figurar num Livro de Linhagens con-

sagrado à genealogia dos fidalgos portugueses. Outros reis de Espanha se encontram ali biografados, mas trata-se de reis anteriores à fundação de Portugal, antepassados de fidalgos portugueses ou que tiveram um papel directo na história de Portugal — e ainda assim nenhum deles (à excepção do lendário Rei Ramiro) ocupa tão grande espaço como o consagrado a Pedro o Cru. Qual é a razão disto? A razão formal, ou antes, o pretexto, é que Pedro o Cru pertence à casa da Maia, sendo descendente, por linha feminina, de Socio Mendes, irmão do Lidador. O seu mais longínquo antepassado é, por isso, o Rei Ramiro, que deu origem àquela casa. A história de Pedro o Cru segue-se à história do Rei Ramiro e precede a da morte do Lidador. Mas muitos outros reis de Portugal e Espanha tinham a mesma genealogia e nem por isso merecem atenção comparável neste Livro de Linhagens. A verdadeira aplicação da inserção da história de Pedro o Cru no título XXI do Quarto Livro de Linhagens é outra, como vamos ver.

Os males deste infeliz reinado, segundo o nosso narrador, começaram no dia em que faltou a Pedro o Cru o conselho do seu privado D. João Afonso de Albuquerque. A história começa por estas palavras:

«Este rei D. Pedro foi mui justioso e temido dos reis seus vizinhos e dos de seu reino: e depois que se del partio D. João Afonso d'Albuquerque e de Medelim, que o conselhava mui bem e verdadeiramente /.../, houve privados que o conselharam mui mal /.../ fezerom-no viver com grandes pecados.»

Ora este D. João Afonso era o grande amigo do nosso D. Álvaro prior do Hospital, herói do Salado. Lê-se com efeito na parte do mesmo título XXI consagrada à biografia do Prior, que, como vimos, foi por D. Afonso IV enviado à corte de Castela:

«Andava i dom João Afonso o bõ, senhor d'Albuquerque e de Medelim; eram ambos muito amigos, e enquanto eles estiveram com el-rei e o conselharam passou o reino bem; e depois que d'i partiram desaveo-se el-rei de todos bõs do reino.»

E o biógrafo de D. Álvaro narra a seguir uma intervenção de D. João Afonso e outros fidalgos junto de Pedro o Cru, que os repeliu, e como, depois da morte de D. João Afonso, os seus vassallos se reuniam em conselho à volta do seu ataúde. E conclui notando que desde que o ataúde foi enterrado numa capela todas as cousas correram para mal, «ca el-rei D. Pedro matou uns e pôs outros fora da terra».

Tudo leva a crer que o biógrafo de Pedro o Cru e o do Prior são a mesma pessoa. A óptica é a mesma: a roda da Fortuna começou a desandar no dia em que faltou D. João Afonso, o bom conselheiro. O conhecimento directo de certos factos que revela a biografia do rei poder-se-ia explicar por o Prior ter vivido na corte castelhana. A simpatia e a admiração por Pedro o Cru que na mesma biografia transparece reflecte o sentimento de um homem que o conheceu pessoalmente nos seus dias felizes. Impõe-se uma conclusão: Pedro o Cru deve o figurar tão largamente no Quarto Livro de Linhagens ao facto de se ter cruzado com a vida do Prior D. Álvaro.

Magalhães Basto, intrigado já por este texto, sustentou que a biografia de Pedro o Cru era da autoria de Fernão Lopes, alegando entre outros argumentos, a qualidade do estilo. De facto, nada há de especialmente fernãolopino nesta prosa, mas a sua quantidade é evidente, e por outro lado certas particularidades, como o emprego do qualificativo «extremado» aproximam-na do estilo da narrativa do Salado.

Estas razões permitem-nos incluir esta parte do título XXI na série a que pertence a morte do Lidador, que imediatamente se lhe segue. Mas podemos talvez ir mais longe.

O tronco da casa da Maia, donde descende Pedro o Cru, é como já vimos, o lendário rei Ramiro. Gonçalo Mendes e seu irmão primogénito Soeiro Mendes (um dos heróis da tradição épica de Afonso Henriques na sua primeira versão) são tetranetos de Alboazer Ramires, filho do rei Ramiro que roubou a irmã do rei mouro de Gaia e matou a própria mulher que este último tinha raptado. É natural que perguntemos se a versão da lenda de Gaia que figura no Livro Quarto pertence ainda a esta série que atribuímos a um único autor.

Esta versão deriva, evidentemente, da que aproximadamente um século antes nos dá o *Segundo livro*. Não interessam aqui as diferenças entre as duas versões quanto à matéria narrativa, e Menéndez Pidal já notou que a versão mais antiga está mais próxima da forma folclórica original deste conto. O que importa ao nosso caso é notar na segunda versão o desenrolar dramático das situações, uma atenção mais demorada à subjectividade das personagens, o desenvolvimento das falas que exprimem as atitudes das mesmas, e um estilo muito mais analítico e construído, em contraste com a sobriedade puramente narrativa e o estilo linear e coordenativo do *Livro de 1270*.

Para dar um exemplo. Rei Ramiro vai assaltar o castelo de Gaia, e, como primeiro passo, detém-se numa fonte junto do castelo. A versão de 1270 enuncia apenas o facto, antes de passar à acção seguinte:

«E esse rei Ramiro vestio-se com panos de veieto, e levou consigo sa espada e seu corno /.../ e el foi-se estar a uma fonte que estava perto do castelo.»

O narrador do *Livro Quarto* aproveita este momento que precede o acume da acção, detém-se ele próprio para observar o rei Ramiro e o seu pensamento íntimo, e entrega-se a uma reflexão sobre os desígnios da Providência divina. É o momento:

«E vistio-se em panos de tacanho, e sua espada e seu lorigom e o corno sô si, e foi-se sóo deitar a uma fonte que estava sô o castelo de Gaia. E esto fazia rei Ramiro por veer a rainha sa mulher pera haver conselho com ela como poderia mais compridamente haver dereito d'Alboazer Alboçadam e de seus filhos e de toda sa companhia, ca tiinha que pelo conselho dela cobraria todo. Ca, cometendo este feito em outra maneira, que poderia escapar Alboazer Alboçadam e seus filhos. E porque ele era de gram coraçom puinha em esta guisa seu feito em gram ventuira, mas as cousas que som ordenadas de Deus vêm aaquelo que a Ele praz, e nom assi como os homens pensam.»

Note-se a construção da frase e a perfeição da sua complexa construção sintáctica. O período final faz já pensar na prosa monástica quinhentista, ou mesmo na de Bernardim, se substituirmos «Deus» por «Ventura».

Outra manifestação do dedo do narrador é a eloquência dramática das falas. O rei mouro, tendo encontrado dentro de casa o rei Ramiro à sua inteira mercê, hesita em matá-lo. A rainha, mulher de Ramiro, disse-lhe então:

« — Alboazer Alboçadam, fraco de coraçom! Eu sei quem é rei Ramiro, e sê certo que se o salvas de morte que nom podes escapar que a nom prendas dele — ca ele é arteiroso e vingador assi como tu sabes. E nom ouviste tu dizer como ele tirou os olhos a dom Ordonho seu irmão, que era maior ca el de dias, por o deserdar do reino? E nom te acordas quantas lides ouviste com ele, e te venceo, e te matou e cativou muitos bõos? E já te esqueceo a força que te fez em ta irmãa, e em como eu era sa mulher /e/ me trouveste, que é a mor desonra que os Cristãos podem haver? Nom és para viver nem para nada se te nom vingas. E se tu o fazes por tua alma, por aqui a salvas, pois é homem de outra lei, e é em contrairo da tua. E tu dá-lhe a morte que te pede, pois já vem conselhado de seu abade.»

Juntamente com a energia da frase, a justeza psicológica com que é expressa a atitude da mulher que incita o amante a matar o marido, apelando para o seu brio de homem e de guerreiro, é de notar como estão condensados nesta fala os argumentos decisivos: o que toca ao medo, o que toca à vingança e o que toca à lei religiosa. Notemos ainda que reencontramos nesta versão da lenda do rei Ramiro um traço muito próprio do narrador do Salado: predilecção pelas personagens muçulmanas. É um autor que gosta de passar ao outro lado da linha que as separava dos Cristãos, para as ouvir falar.

Tudo nos leva a crer que um letrado bem sabedor do seu ofício de prosador, de excepcional talento dramático e muito particularmente dotado na eloquência em discurso directo, tomou à sua conta a lenda de Ramiro tal como aparecia no *Livro* de 1270 e a desenvolveu e dramatizou. E impõe-se a conjectura de que esse autor é o mesmo que redigiu todas as narrativas que se encadeiam neste Título XXI, isto é

2. a historia do reinado de Pedro o Cru;
3. a morte do Lidador;
4. as guerras do rei Garcia da Galiza e Portugal contra Sancho de Castela;
5. a historia de Rodrigo Froyaz II e os episódios do cerco de Sevilha;
6. os episódios relativos aos antepassados próximos do Prior D. Álvaro.
7. A história do Prior D. Álvaro, que inclui a batalha de Tarifa, também chamada «do Salado», do Livro III.

Todos estes episódios estão tratados com mão de mestre. Alguns são evidentemente de origem épico-lendária, como as guerras de Sancho e Garcia; outros parecem depoimentos testemunhais, como os episódios do cerco de Sevilha, mas são evidentemente baseados em textos escritos, ou em tradições transmitidas oralmente e renovadas pela excepcional faculdade de visualização do autor; outros, ainda, são arranjos de lendas folclóricas, como a lenda da Gaia. Esta diferença de origem, bem como a diferença quanto à matéria narrada, reflectem-se na estrutura narrativa do texto. Assim, a narrativa da morte do Lidador é exactamente do mesmo molde que a narrativa do Salado e a identidade do autor de ambas é flagrante. Mas já à história do rei Ramiro falta a movimentação das batalhas em grandes espaços, a oposição a preto e branco de Cristãos e Mouros, a esquematização ideológica desta oposição, o largo fôlego épico. Mas a

força dramática, a explicitação falada das atitudes, a eloquência, a complexidade da frase identificam também o seu autor, segundo creio. O género literário é que é diferente: a história de Ramiro não é épica, mas romanesca; não se desenvolve em grandes espaços, mas em interior; as personagens nem sempre se identificam claramente com uma ou outra das duas religiões; os seus móveis são passionais e não ideológicos ou patrióticos.

Se esta conjectura é verdadeira, *todo o Título XXI do Livro de Linhagens atribuído ao Conde D. Pedro até ao fim da biografia do Prior D. Álvaro* (o que perfaz quatro quintos do mesmo Título) *seria do Autor da narrativa do Salado*. A partir da morte do Prior desaparece a mão do nosso prosador: seguem-se as listas genealógicas entrecortadas de uma ou outra anedota, no estilo mais corrente dos Nobiliários.

É de notar que nenhum dos outros títulos do Livro chamado de D. Pedro oferece uma tão longa sequência de relatos desenvolvidos, nenhum tem um carácter tão marcadamente literário. As indicações genealógicas no Título XXI não passam de parênteses intercalados nas histórias, justamente ao invés do que sucede com quase todos os outros títulos, que são listas genealógicas intercaladas de anedotas. Há uma excepção, o Título VII, sobre os reis de Portugal, que insere a tradição épica de Afonso Henriques, além de outros relatos, e a prosa do Conde D. Pedro sobre o reinado de D. Dinis. Mas, deixando outras razões, o estilo, ou antes os estilos, são completamente diferentes do do Livro XXI. Note-se, por exemplo, o contraste entre a mão sábia e facunda que escreveu a morte do Lيدador e a inteireza fruste, hierática mas enérgica, despida de acessórios e contemplações, reduzida ao essencial da acção e das atitudes, de quem quer que redigiu a versão prosificada da lenda épica de Afonso Henriques. Quanto ao laborioso estilo da parte atribuída ao Conde D. Pedro, nada tem a assinalá-la à nossa atenção do ponto de vista literário.

Mas não fica, talvez, por aqui a intervenção no Livro de Linhagens do narrador do Salado. Neste mesmo livro VII de que estamos falando encontramos a história de Froyaz Vermuiz, outro antepassado do Prior D. Álvaro, pai do genro de Gonçalo Mendes da Maia. Trata-se, mais uma vez de uma história tipicamente cavaleiresca de conflito e congraçamento entre o vassalo e o seu rei natural, que já encontramos noutras vidas dos Froyazes. O conde Froyaz Vermuiz, que foi homem de grandes feitos, andava em guerra com D. Afonso de Leão seu senhor, e vem encontrá-lo no momento em que este estava cercando Oviedo. Neste lance o rei diz aos seus vassalos que voltem as costas a Froyaz, cujo pendão aparece ao longe, e se empenhem em atacar a «vila».

«Ca, diz ele, o conde D. Froyaz Vermuiz de tal feito é que nom comete ninguém se lhe tem as costas voltas, e de nosso emmigo que ele é, hoje seerá nosso amigo.»

D. Froyaz, chegado, alinhou as tropas e esperou, mas vendo que o rei só queria atacar a vila

«disse aos seus que bem entendia o talante d'el-rei e o por que aquelo fazia, que nom era senom por o gaanhar por amigo e por vassalo; e que descavalgassem dos cavalos e lhe fossem fazer serviço; ca, pois ele em si mostrava tamanha cortesia, que maior razom era fazerem eles feitos que a mostrassem.»

Foi graças à ajuda de D. Froyaz que Afonso pôde entrar em Oviedo; mas o conde cegou na batalha

«e el-rei foi dentro à vila e vio como o Conde era cego e pe-sou-lhe tanto que mais nom poderia, e dezia a Deus: — Senhor porque me fezestes tanto mal que hoje eu perco tão bõo amigo? Ante eu quisera perder o reino e a vila, ca eu cedo cobrara todo pela bondade d'el.»

Nesta curta história encontramos, embora não no seu grau superior, toda a técnica e personalidade do Autor da narrativa do Salado. Note-se a construção complexa e admirável do penúltimo texto citado, em discurso indirecto. Note-se também no último dos dois textos a tendência dramatizadora, e a imprecisão directa a Deus.

Se as razões apresentadas são bastantes, teríamos que quase todo o Título XXI do Livro atribuído ao Conde D. Pedro é da mesma mão, a mão de um grande prosador, e que o são também alguns outros textos isolados, relativos aos antepassados do Prior D. Álvaro Gonçalves Pereira.

Quem é este autor? Deve tratar-se de um amigo ou criatura do Prior, como é óbvio, e também de uma personagem com suas ligações com a ordem dos Hospitalários. Com efeito, a narrativa da batalha do Salado tem indicações muito precisas sobre a ordem de batalha própria dos Hospitalários, e explica essa técnica de combate pelas condições da guerra contra os Turcos, a que a Ordem se dedicava. Por outro lado, um Prior do Hospital, como vimos, contemporâneo de Rodrigo Froyaz II, é um dos protagonistas centrais de um dos episódios do cerco de Sevilha; e, atendendo ao pormenor realista que caracteriza este episódio, não é des-

cabido imaginar que o narrador encontrou nos papéis ou na tradição da Ordem a fonte do seu admirável relato.

Quanto à data é de presumir que esta sequência de textos foi redigida depois da morte do Prior D. Álvaro, nela dada como sucedida, mas antes dos acontecimentos em que se celebrou seu filho Nuno Álvares Pereira, que nele não aparece mencionado, como aliás nenhum dos seus outros numerosos bastardos. Esta sequência, repito, referia-se unicamente aos antepassados do Prior e não aos Pereiras em geral, e por isso os ramos colaterais, isto é, os tios avós do Prior e seus descendentes, são dela excluídos, (ou só tratados sumariamente, segundo a maneira normal dos Livros de Linhagens). O Prior faleceu em 1373; a narrativa do Salado e os outros textos do mesmo Autor foram escritos, portanto, entre esta data e 1383, ano da morte do Rei D. Fernando de Portugal.

Daqui se tira uma consequência importante: *uma parte substancial do Livro chamado do Conde D. Pedro foi escrita depois da sua morte, ocorrida em 1354*. Tem-se discutido se o Conde é ou não o Autor do Livro dado como seu; Herculano atribuiu-lhe apenas uma participação, mas outros autores inclinam-se para a opinião tradicional da autoria global, admitindo embora intercalações e continuações posteriores à sua morte. Esta segunda opinião tem de sofrer um largo desconto se considerarmos que as intercalações do Autor da narrativa do Salado consistem, pelo menos, num título quase inteiro, e dos mais extensos. Temos de admitir que o livro tal como o deixou o Conde D. Pedro é profundamente diferente daquele que conhecemos. No estado actual da questão parece-me que o Livro do Conde foi refundido depois de 1373, com a incorporação do texto do autor da batalha do Salado, sendo a forma hoje conhecida realmente de duas mãos principais: o narrador do Salado e o próprio Conde.

Podemos supor duas hipóteses quanto à maneira como se fez esta refundição: ou existia uma história do Prior D. Gonçalo, que foi incorporada mais ou menos extensamente no Livro do Conde; ou o narrador do Salado foi o próprio refundidor do mesmo Livro, para ele escrevendo prosa de sua lavra. Só uma investigação mais aprofundada poderá decidir; mas desde já avento que a segunda hipótese explicaria admiravelmente o famoso texto do título XXXV, referente ao «bão dom Vasco Martiins de Pimentel», que começa: «Diz o Conde D. Pedro no seu livro...», e continua resumindo e emendando o que o mesmo Conde diz. Este D. Vasco Martins foi avô do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira e bisavô, portanto, do nosso Prior D. Álvaro. O biógrafo do Prior estaria corrigindo uma genealogia desairosa para o seu biografado, existente no texto do Conde D. Pedro de cuja refundição se teria encarregado.

Mas há outra problemática a considerar na obra do grande prosador que pouco depois de 1373 escreveu os feitos do Prior D. Álvaro Gonçalves e os dos seus ascendentes. Como já notámos, trata-se certamente de um letrado, segundo mostra a sua prosa ao mesmo tempo ágil e disciplinada que domina com elegante ligeireza a sintaxe mais complexa. Sob este aspecto, Fernão Lopes não o supera e Zurara fica-lhe, um século depois, muito atrás. Creio mesmo que se pode supor que se trata de um autor habituado a redigir em Latim: sabe-se a diferença que separa os textos literários latinos medievais dos seus correspondentes em língua romance. Este letrado fala por vezes num tom de pessoa autorizada, como quando pronuncia o seu juízo sobre a causa das desgraças do reinado de Pedro o Cruel de Castela, ou quando a seguir à narrativa do Salado declara que não indica os nomes dos principais heróis da batalha para não cometer injustiças. O tom deste último comentário faz-nos pensar em Fernão Lopes, que, como se sabe, tem uma alta consciência da sua função de certificador da verdade perante os pósteros.

Todavia, a ideologia do narrador do Salado está nos antípodas da de Fernão Lopes. É uma ideologia tipicamente cavaleiresca. Notámos a importância que tem na sua problemática a ligação do vassalo com o soberano. Muitas das suas histórias tem por tema os dramas da lealdade que obriga o vassalo a incompatibilizar-se com o senhor por amor do senhor, a quem se deve a verdade. Outro tema é a vingança de honra doméstica lesada: veja-se o caso do rei Ramiro e o do cavaleiro que incendiou o seu castelo e dentro dele a mulher e o frade e todos os habitantes, animais e móveis. É tudo quanto encontramos como histórias de amor.

O espírito de cruzada anti-islâmica tem um lugar primacial nesta sequência de textos; mas nele aponta também, embora com menos força, o sentimento nacional, anti-castelhano, que constitui a fundo ideológico do relato das guerras de Garcia, ajudado pelos «fidalgos de Portugal», contra Sancho de Castela. Mas, por um lado, a terra portuguesa é para este autor a terra que os «fidalgos portugueses» conquistaram aos mouros, ou seja, um património hereditário da nobreza; e por outro lado a fraternidade de armas peninsular ocupa também um lugar importante — na batalha do Salado, na conquista de Sevilha e noutros episódios. Trata-se de um patriotismo regional perfeitamente compatível com a ideia de uma comunidade hispânica.

É neste autor que encontramos o mais admirável resumo que conheço da ideologia senhorial portuguesa medieval: o discurso de D. Afonso IV às suas tropas no início da batalha do Salado. Pela força com que sinte-

tiza as motivações de todo um grupo social — a nobreza que governava Portugal nas vésperas da insurreição de 1383 — esse discurso é comparável, guardadas as proporções, àquele em que Péricles, segundo Tucídides, resumiu o espírito da sociedade ateniense.

Se entre os nossos cronistas quisermos encontrar um com um espírito semelhante ao do historiador do Prior D. Álvaro, não é Fernão Lopes, mas sim Zurara quem devemos escolher. Neste encontramos o mesmo propósito de exaltar os valores senhoriais, mais intencional porque justamente esses valores tinham sido postos em cheque duas gerações atrás, e praticamente toda a nobreza de que falam os Livros de Linhagens tinha sido proscrita. Encontramos também a mesma concepção da história como uma biografia de homens notáveis: Zurara não só nos contou os feitos do Infante D. Henrique, como os feitos guerreiros de D. Duarte e D. Pedro de Menezes, pai e filho — o que é um embrião de história genealógica no tipo da do Prior D. Álvaro e seus antepassados. Encontramos ainda o apreço pelos valores de cavalaria, que anima os vários relatos do autor da narrativa do Salado.

Zurara é portanto o continuador de uma historiografia senhorial já brilhante antes de Fernão Lopes. E não deixa de ser uma coincidência intrigante o facto de que um dos principais monumentos dessa historiografia senhorial e biográfica, entre o narrador do Salado e Zurara, é precisamente a *Cronica do Condestabre Nuno Álvares Pereira*, que é o filho mais notável do nosso Prior D. Álvaro, do Salado, e um dos raros sobreviventes do naufrágio em que pereceu a nobreza dos Livros de Linhagens⁽²⁾.

(2) O estilo da *Cronica do Condestabre* é muito diferente do do autor da batalha do Salado. Este é mais elegante, erudito, alatinado, com tendência para o arredondamento oratório e para os arquétipos idealizados; aquele mais primitivo, mais oral e familiar, brusco e ingenuamente realista.

AS VERSÕES MEDIEVAIS PORTUGUESAS DOS
DIALOGOS DE S. GREGÓRIO
RELAÇÕES ENTRE OS MSS.

ROSA VIRGÍNIA MATOS E SILVA
(SALVADOR, BAHIA)

1. *Introdução*

1.1. Este trabalho insere-se entre os estudos que actualmente temos feito para a edição crítica dos *Diálogos de S. Gregório*, segundo os mss. medievais portugueses. Além da leitura do texto que elegemos como base (ms. *A*), arrolámos em confronto todas as variantes dos textos *B* e *C*, excepto as meramente gráficas. Como documentação, que julgamos de interesse, temos já preparado o índice geral das palavras do texto, que perfaz um total de 53 788 formas, entre palavras plenas e instrumentos gramaticais, estes não listados exhaustivamente como as outras, mas num terço do texto. O levantamento foi feito em cartões perfurados que, além das indicações necessárias a um índice geral, trazem codificadas as características que considerámos imprescindíveis para o estudo linguístico de um texto português do séc. XIV e as variantes correspondentes nas versões *B* e *C* ⁽¹⁾.

1.2. Dos três códices medievais em português com que presentemente trabalhamos, o *C* é o alcobacense XXXVI/181, datado de 1416. O *B*, desde meados do séc. XV em Alcobaça (XXXVII/182), foi copiado, ousamos afirmá-lo com certa margem de segurança, no lapso de tempo que vai de 1395 a 1414, pouco mais ou menos. Tais datas, entretanto, não podem ser tomadas como termo *a quo* e *ad quem* para a cronologia do códice. Este tem sua origem ligada a Santa Cruz de Coimbra. O códice *A*, que chamamos ms. Serafim

⁽¹⁾ O trabalho mecanográfico foi realizado no Centro de Cálculo Científico da Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto fomos bolsista, em Lisboa, da mesma Fundação (Janeiro de 1967 — Julho de 1968).

da Silva Neto ⁽²⁾, é de origem e cronologia desconhecidas, e foi comprado a um particular pelo citado filólogo que o levou para o Brasil. Tanto Serafim da Silva Neto, como J. J. Nunes e Pedro de Azevedo ⁽³⁾ o colocam sem sombra de dúvidas no século XIV, opinião que podemos compartilhar, uma vez que o estudo linguístico parece confirmá-la.

Há ainda, em latim, o alcobacense XXXV/176, cujos caracteres góticos foram considerados do séc. XIII por Ataíde e Melo ⁽⁴⁾ e o códice 73 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, proveniente de Santa Cruz de Coimbra, que contém os *Gregorii Papae Romanensis Liber Dialogorum*, situável no séc. XII, pelas suas características paleográficas, segundo António Cruz ⁽⁵⁾.

2. Relações entre os mss.

2.1. Ao procedermos à análise das relações entre as versões medievais portuguesas dos *Diálogos* a partir de um confronto minucioso de todo o texto — que, não sendo completo em nenhuma das versões, se completa entre elas — verificamos que:

- a) todos três são cópias;
- b) cópias independentes — o que faz detectar a existência no passado de outras versões mss. portuguesas. (Existirão ainda, ignoradas?);
- c) há relação, mas indirecta, entre *A* e *C*;
- d) *B*, ao que tudo indica, continua outra tradição.

2.2. Cópias

Os três códices, *A*, *B* e *C*, são cópias de mss. mais antigos, o que se pode facilmente concluir pelo exame dos saltos-bordões, mais ou menos frequentes.

⁽²⁾ Juntamente com os *Diálogos* foram comprados por S. da Silva Neto o fragmentário *Livro das Aves* (já editado por J. Mota, V. L. Sampaio, R. V. Mattos e N. Rossi, sob a orientação e direcção deste, INL, Rio, 1965) e um *Flos Sanctorum* a ser publicado.

⁽³⁾ Cf. respectivamente, *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*, MEC, 1956, págs. 104-106; *Textos Antigos Portugueses*, em *Revista Lusitana*, XXV, págs. 231-234 e *Uma Versão Portuguesa da História Natural das Aves*, ibidem, págs. 128 e ss.

⁽⁴⁾ *Inventário dos Códices Alcobacenses*, BNL, Lisboa, 1930, págs. 142-143.

⁽⁵⁾ *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, vol. I, Porto, 1964, pág. 113.

Em *A*, os saltos ocorrem pelo menos 2 vezes, cf. 2.35.23 e 4.4.69-70 ⁽⁶⁾. Também como testemunho de que *A* é cópia, pode-se apresentar a repetição de algumas linhas finais de coluna no começo da seguinte, cf. 1.25.9 e ss., 2.5.5 e ss. Considerando a estruturação dos capítulos em relação a uma mais provável sucessão lógica, vemos que, nos que se sucedem a partir do capítulo XXIII do I Livro, a versão *A* usou como modelo algum códice cujos cadernos, supomos, estavam imperfeitamente ordenados e cuja disposição o copista, naturalmente desatento, manteve. A versão *C*, o alcobacense XXXV/176 e o texto crítico do original dos *Diálogos*, estabelecido por U. Moricca ⁽⁷⁾ apresentam a sucessão de capítulos que adoptamos na Leitura Crítica, discordante, portanto, de *A*.

As lições de *C*, que correspondem a 1.1.1; 1.1.23; 1.5.31-32; 3.15.62; 4.32.22; 4.38.4 apresentam, entre outros, saltos-bordões; da mesma forma as lições de *B* que correspondem a 3.15.53; 3.16.55; 4.3.10.

2.3. Cópias independentes — a distância ⁽⁸⁾ entre as três versões:

Bastaria ter-se em conta que o salto em 4.4.69-70 não se repete em *B* e *C*, para já se poder adiantar que *A*, o mais antigo, muito provavelmente, não é o modelo dos outros.

Tomados como exemplo 47 lugares variantes ⁽⁹⁾ (cf. *Anexo I*), em que a diferença não modifica fundamentalmente o pensamento expresso, examinados como tentativa de delimitação da distância entre as três versões, temos: *A* = *C*: 19 vezes; *A* = *B*: 9; *B* = *C*: 3; *A* ≠ *B* ≠ *C*: 16 ⁽¹⁰⁾.

⁽⁶⁾ As indicações referem-se ao livro, capítulo e período da Leitura Crítica.

⁽⁷⁾ *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, Roma, 1924.

⁽⁸⁾ Cf. Don J. Froger, *La critique textuelle et la méthode des groupes fautifs*, *Cahiers de Lexicologie*, n.º 3, Besançon, 1960, pág. 215: «Distances: une faute crée une différence. On peut faire abstraction de son caractère proprement fautif, pour ne considérer que son caractère de «variation», «Abweichung», «innovation», «différence». La différence peut s'appeler «distance». Plus les différences sont nombreuses entre deux mss., plus est grande la distance de l'un à l'autre. La distance s'évalue en nombre de différences.»

⁽⁹⁾ *ID.*, *ibid.*, pág. 208: «Lieu variant: lieu où se produisent des variants.»

⁽¹⁰⁾ Esses resultados adquirem maior relevo se notarmos que, dos 152 capítulos de *A*, 83 % foram confrontados com *C* e apenas 25 % com *B*. Não se pôde levar a cabo um confronto de 100 % entre as versões, por *B* e *C* serem lacunosos ao longo dos quatro livros que compõem os *Diálogos*. E, no caso de *B*, além de

Se considerarmos esta série de exemplos, os enunciados em confronto, com maiores ou menores variações formais, vêm a transmitir a mesma informação.

Se fizermos o balanço das variantes de *B* e *C* arroladas durante o levantamento do léxico de *A*, e das suas características para um estudo linguístico (cf. 1.1.), das formas destacadas para uma posterior análise das suas particularidades fonológicas e morfossintáticas, podemos concluir, a partir de um artifício metodológico e apenas em função de uma caracterização de conjunto da distância entre as três versões, que:

em 100 % hipotético de confronto, *C* apresentará de 35 % a 82 % das diferenças de *B*, isto é, uma média de 60 % das variantes de *B* em relação a *A* ⁽¹⁾. Procedendo à mesma operação para os lugares

fragmentário, 49 capítulos de *A* apresentam naquela versão redacção globalmente distinta, impossível de confronto *pari passu*.

Número de capítulos nos 3 mss. :

	A	C	B
I Livro	31	36	—
II Livro	38	38 (— 1)*	50 (— 31, iniciais; o cap. 32 = 24 de A e C)**
III Livro	37	37	54 (— 1)
IV Livro	29 + 17 ***	71 (— 11)	81 (— 8)

(* os algarismos entre parêntesis e precedidos de sinal negativo indicam o número de capítulos que faltam no códice, por faltarem os fólios correspondentes.

** a divisão em capítulos de *B* é completamente diferente de *A* e *C*: há uma atomização em *B*; o mesmo tema que por vezes ocupa em *A* e *C* um só capítulo, estende-se por vários em *B*.

*** o IV Livro do ms. *A* apresenta-se lacunoso nas últimas folhas, e as que persistem cobrem um total de aproximadamente 17 capítulos.)

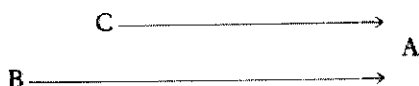
(¹) Por exemplo:

Em 1731 formas verbais destacadas para o estudo morfológico, formas diferentes em relação a *A*:

83 % (C)	25 % (B)	100 % (C)	100 % (B)	% das diferenças de C em relação às diferenças de B
1011	392	1210	1568	82 %
pron. pessoais				
827	434	936	1736	50 %

O mesmo cálculo fizemos para os possessivos (75 %), demonstrativos (39 %), indefinidos (77 %), advérbios (35 %), preposições (55 %) e conjunções (61 %).

variantes referidos no parágrafo anterior, teremos proporção semelhante. *C* terá apenas 61 % das diferenças de *B* em relação a *A*. Podemos assim ver confirmada a maior distância de *B* em relação a *A*, facto que salta logo à vista de quem quer que manuseie as três versões (cf. 2.5.). Gráficamente, as distâncias de *B* e *C* em relação a *A* podem ficar assim demonstradas:



2.4. *Relação indirecta entre as versões A e C:*

Estabelecido que há uma maior distância entre *A* e *B*, é necessário precisar a relação de *A* e *C*:

Considerando-se, a título de ilustração, a exaustiva e significativa série de lugares variantes destacados no I Livro, isto é, cerca de 20 % de *A*, encontram-se 50 casos em que há simplificação ou omissão em *C* comparado com *A*, enquanto em 8 casos *A* é mais simplificado. Além desses colectámos 54 lugares variantes em que as duas lições divergem, e cujo teor poderá mesmo levar a supor que os dois textos não provêm de uma mesma tradução do antecedente latino.

Não é fácil decidir quanto à posição a tomar em relação aos códices *A* e *C*.

Duas hipóteses podem ser colocadas como ponto de partida:

1. *A* e *C* são representantes, dos sécs. XIV e XV, respectivamente, de uma mesma tradução, perdida, de um exemplar em latim dos *Diálogos de São Gregório*, que poderia ser o alcobacense XXXV/176 ou outro testemunho da mesma tradição;
2. *A* e *C* são representantes de duas traduções diferentes de um exemplar em latim dos *Diálogos*, o alcobacense XXXV/176 ou outro de sua tradição⁽¹²⁾. Teríamos então um caso de poligénese.

2.4.1. *Estudo dos títulos de capítulos:*

Se se considerar a série de títulos dos capítulos no decorrer da obra, com o objectivo de tomar uma decisão entre as possibilidades

⁽¹²⁾ Para A. J. Anselmo o cód. alc. XXXVI/181, isto é, o *C*, é traduzido do XXXV/176. Cf. *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*, I. Códices Portugueses, Lisboa, B. N. L., 1926, pág. 25.

de ter havido uma única tradução ou duas traduções diferentes, tem-se dos 128 títulos confrontados o seguinte quadro:

Livros	I	II	III	IV	Total	%
n.º de cap. considerados ⁽¹³⁾	25	37	36	30	128	
I. possíveis representantes de uma mesma tradução	8	11	24	18	61	47,7 %
II. representantes talvez de traduções diferentes ⁽¹⁴⁾	17	26	12	12	67	52,3 %

Se pesarmos os 47,7 % e os 52,3 % em que se dividem os títulos, nada se poderá, à primeira vista, dizer. No entanto há 14 títulos que não permitem uma decisão ⁽¹⁵⁾, pois correspondem à divisão ou intitulação dife-

⁽¹³⁾ O total de capítulos nos quatro livros, em *A*, é de 152 (31-38-37-46). No entanto nesse balanço não consideramos os capítulos que faltam em cada versão, por ser lacunosos; e, também, aqueles que estão desencontrados na seriação geral em capítulos. Os dados numéricos apresentados correspondem aos capítulos:

- I Livro — 8: IV, VI, XIII, XXII, XXIII, XXIV, XXXIV
 17: II, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXI, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXV, XXVI
 II Livro — 11: IV, V, IX, XIV, XV, XVI, XVII, XXII, XXXV, XXXVI, XXXVIII
 26: II, III, VI, VII, VIII, X, XI, XII, XIII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXVII
 III Livro — 24: II, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIV, XXVI, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXVII
 12: I, III, IV, V, XII, XXII, XXIII, XXV, XXVII, XXVIII, XXXV, XXXVI
 IV Livro — 18: VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XVI, XVII, XXXIV, XXXVI, XXXVIII, XXXIX, XL, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, LVI
 12: II, III, IV, VI, XI, XIV, XV, XVIII, XIX, XXXIII, XXXVII, XLI

⁽¹⁴⁾ Exemplo de título que incluímos em I: *A De libertino como seendo presente non foi achado / C Deste Libertino como seendo presente non foi achado* (Livro I, cap. IV). Exemplo de título que incluímos em II: *A Aqui segue hũu exemplo que contou San Gregorio dũu abade dũu moesteiro de Fundon e avia nome Onrado / C De hũu exemplo que contou Sam Gregorio do abade do moesteiro de Fundes* (Livro I, cap. II).

⁽¹⁵⁾ Por exemplo: no I Livro os capítulos III, V, VII a XII e XV não trazem título em *A*; o cap. XXXII de *C* corresponde a 2 capítulos de *A*; no III Livro o cap. XXXII não tem título em *A*, da mesma forma que os capítulos I e V do IV Livro.

rentes nos dois textos e que portanto fazem pender a balança para a segunda hipótese. Nesse confronto levaram-se em consideração os dois textos portugueses e a maneira como é expresso no título o assunto do capítulo. É claro que o carácter até certo ponto subjectivo da nossa selecção não permite que os números falem definitivamente. Se se levar em conta como o título vem expresso em *A* e *C*, em relação à forma latina do alc. XXXV/176, pode organizar-se um segundo quadro:

Livros	I	II	III	IV	Total	%
n.º de cap. considerados	25	37	36	30	128	
títulos iguais em <i>A</i> e <i>C</i> ⁽¹⁰⁾	3	4	22	14	43	
<i>A</i> mais próximo do latim que <i>C</i>	9	9	2	0	20	71 %
<i>A</i> e <i>C</i> podem ser representantes de uma mesma tradução	4	13	3	9	28	
<i>C</i> mais próximo do latim que <i>A</i> ⁽¹¹⁾	10	11	9	7	37	29 %

(¹⁰) Os dados numéricos apresentados correspondem aos capítulos:

- I Livro — 3: IV, XXIII, XXXIV
 9: VI, XIII, XIV, XVI, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXV
 4: II, XVIII, XXIV, XXVII
 10: XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXV, XXVI, XXVIII, XXXII, XXXVI
- II Livro — 4: IV, V, IX, XVI
 9: II, III, XII, XIII, XXVI, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXVIII
 13: VI, VIII, X, XI, XIV, XV, XVII, XVIII, XIX, XXVII, XXIX, XXXVI, XXXVII
 11: VII, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVIII, XXX, XXXII, XXXV
- III Livro — 22: VI, VII, VIII, IX, X, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIV, XXV, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII
 2: XXII, XXVI
 3: II, III, XXVII
 9: I, IV, V, XII, XIII, XXIII, XXVIII, XXXV, XXXII
- IV Livro — 14: VIII, IX, XII, XIII, XVI, XVII, XXXIV, XL, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX
 9: II, III, IV, XIV, XVIII, XIX, XXXIII, XXXIX, XLI
 7: VI, VII, XI, XII, XV, XXXVII, XXXVIII

(¹¹) Exemplo de título em que *A* está mais próximo do latim: *A Como se voltou a arca no sepulcro de Equício no oratório* / *C Da arca que foi sobre o seu sepulcro* / alc. XXXV/176: *Quomodo aversa est archa de sepulcro Equitii in oratorio* (Livro I, cap. XIV). Título em que *C* está mais próximo do latim: *A Como Nonoso juntou os pedaços da lâmpada do vidro que lhe caera das mãos e tornou tan sã como ante* / *C De como este Nonoso restituiu e deu sã a lampada quebrada* / alc. XXXV/176 — *Quomodo Nonnosus lampadem in orationem restauravit* (Livro I, cap. XX).

Nos 128 capítulos confrontados, 29 % têm o título mais próximo do título latino em *C*, o que poderia informar que *C* representa outra tradução. Contudo, não é o facto de serem 71 % dos títulos examinados favoráveis à mesma tradução que é o argumento a pesar, mas o facto de haver 43 títulos iguais em *A* e *C*, isto é, 55 % do total. No entanto, para que a questão não se feche tão simplesmente, entre os 29 % há 11 títulos (8 %), que têm ligação directa com o latim, pois, enquanto o ms. *A* recorre a outra forma portuguesa correspondente ao latim, *C*, mais moderno, reporta-se à forma latina do alc. XXXV/176⁽¹⁸⁾; ou, em casos de nomes próprios, *C* corrige pelo latim, enquanto *A* apresenta por vezes uma forma deturpada.

Apesar do alto teor significativo das percentagens, favorecendo a hipótese da mesma tradução, esse último facto e os 14 títulos referidos atrás, correspondentes a divisões e intitulações diferentes, em que *A* e *C* se distanciam, notando-se que *C*, no caso, obedece sempre à divisão do alcobacense latino, exigem que se ponha em campo uma nova possibilidade:

3. *A* e *C* são representantes da mesma tradução, mas, quando se elaborou o texto de *C*, ou do ms. de que é cópia, tinha-se presente um exemplar em latim dos *Diálogos*.

2.4.2. Estudo de lugares variantes:

Tomando-se em consideração os 22 lugares variantes que se analisarão em seguida, em que há realmente um reajustamento em *C* em relação a *A*, verifica-se (cf. Anexo 2):

1. Há 9 lugares variantes (1.11.7; 1.15.9-10; 1.25.15; 1.28.30; 1.28.35; 2.2.13; 2.3.28; 3.33.30; 4.1.19) em que a lição de *C* «corrige» a lição incompleta, errónea ou supérflua que *A* apresenta. Ou porque o copista é altamente cuidadoso, ou porque copia um modelo correcto, ou porque tem à mão uma forma de confronto que, no caso, podia ser um texto em latim da tradição do alcobacense XXXV/176 ou o próprio.
2. Há 8 casos (1.1.15; 1.2.35; 1.17.6; 2.11.13; 2.34.5; 2.37.16; 2.38.11-12; 3.16.17) em que a lição de *C*, ou por dificuldade de compreensão, ou por considerar incompleto o texto portu-

⁽¹⁸⁾ Exemplos: Cap. XVII, Livro I: *A* *homen*, *C* *rustico*, alc. XXXV/176 *rustico*. Livro I: capítulos XIX, XXVI, XXXII; Livro II: XXXIII, XXXV; Livro III: V, XXXV; Livro IV: VI, XII, XV.

guês que tem diante, adapta-o, tentando actualizá-lo, acabando, por vezes, por prejudicar o contexto. No entanto, esses lugares variantes são altamente informativos quanto à história da versão *C*, pois demonstram que esta se liga a outra versão portuguesa mais antiga, que muito bem pode ser da família de *A*. Em todos esses casos, considerando-se o texto do alc. XXXV/176 não se pode pensar em duas traduções independentes.

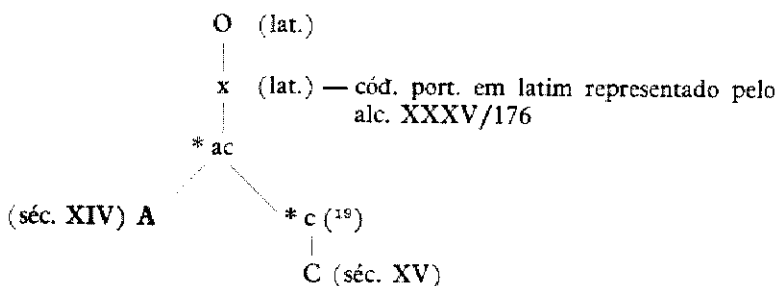
3. Há ainda dois lugares variantes (2.3.55 e 2.4.16) em que *A* e *C* são coincidentes numa omissão que muito importa ao contexto e que os une num passado comum já em português, pois em ambos os casos o texto latino não é omissor.
4. Interessante é considerar ainda os lugares variantes, às págs. 2.4.7; 3.20.17; 4.14.3 em que *C* procura corrigir uma lição incompreensível no seu modelo que poderia ser igual à de *A* e que se afasta tanto deste como do alc. XXXV/176. Esses três casos, como os dois anteriores, não fortalecem, contudo, a hipótese de um confronto com o latim, mas apesar disso não a anulam, pois não se querará exigir tanta sistematicidade num copista da Idade Média, além de que talvez tal atenção ao texto latino só tenha sido levada em conta com mais regularidade na estruturação geral da obra, ou seja, na divisão em capítulos e sua intitulação.

Face ao que ficou exposto quanto a *A* e *C*, poder-se-á concluir que a hipótese de duas traduções do latim é um tanto remota, apesar dos 54 lugares variantes colhidos do I Livro a título de exemplificação, anteriormente referidos (cf. 2.4.) e que podem multiplicar-se nos outros Livros. Contudo, estes não são suficientemente informativos quanto à história dos códices *A* e *C*. Em nada alteram a estrutura geral das histórias (cf. 2.5. — só dois capítulos, no I Livro, se estruturam diversamente em *A* e *C*), quase sempre representam duas formas de exprimir a mesma ideia, e podem bem ilustrar as variantes que se formavam de cópia para cópia na acidentada história dos textos manuscritos. Contra ela está também o que se disse quanto aos títulos e nas alíneas 2. e 3. Face à hipótese mais plausível de ambos representarem a mesma tradução, confrontado embora *C* com um texto em latim, reforça-a o que se verificou no estudo dos títulos e nos exemplos, principalmente da alínea 1.

Não é de deixar sem relevo o facto histórico de *C*, cód. alc. XXXVI/181 e o XXXV/176 serem da mesma livraria, e, assim, quando Estêvão Anes «o fez», que aqui significaria certamente copiou, possivelmente o teria cotejado com o latim do cód. XXXV/176.

Quanto aos dados agrupados na alínea 3 (cf. 2.4.2.), não vão de encontro ao ponto de vista exposto no item 2.3. — de que *C* não é cópia de *A* — mas fortalecem o facto de *C* ser cópia de outro que teria, entretanto, um elo comum a *A*.

Do que ficou dito poder-se-á esquematizar a história de *A* e *C*, propondo o seguinte estema:



2.5. *A posição de B:*

Como já afirmámos em 2.3., o códice *B* está mais distante que *C* em relação ao *A*. Destaca-se não só pelas variantes que apresenta — *C* teria apenas 60/61 % das diferenças de *B* (cálculo artificioso a que nos referimos atrás, cf. 2.3.), mas também pela estruturação diversa em uma série significativa de capítulos ao longo dos seus fólhos: dos 37 do III Livro e 46 do IV, 49 estão mais reduzidos, muitas vezes menos fluentes ⁽²⁰⁾, enquanto *A* e *C*, com excepção dos capítulos XIX e XX do I Livro, sempre correm paralelamente. Também encontramos apenas em *B* uma extensa interpolação, no início do capítulo 37 do IV Livro. Todos esses dados levam a supor que *B* ou provém de uma cópia muito livre, em determinados e variados pontos, de um códice que estará de alguma sorte ligado à tradição *A/C*, ou provém de uma outra tradição latina existente

⁽¹⁹⁾ Cf. lugares variantes agrupados nas alíneas 2 e 4 (2.4.2.).

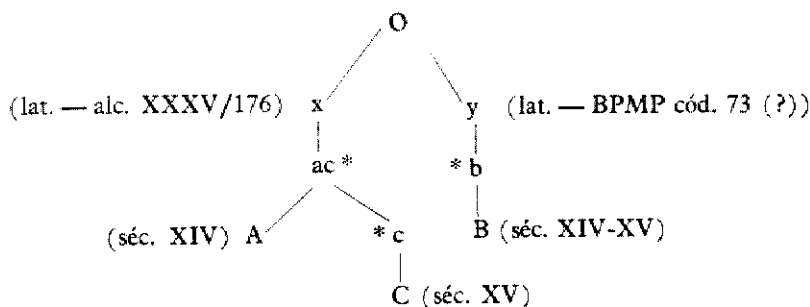
⁽²⁰⁾ No aparato crítico que acompanhará a leitura de *A* apresentaremos lidos esses capítulos. Contamos, em breve, ter todo o texto e variantes publicados, sendo assim possível a verificação integral dos dados aqui indicados.

na Idade Média portuguesa. Bastante sintomática é a divisão em capítulos de *B* e a sua intitulação, ou, principalmente, a ausência dela, que faz essa versão distinguir-se marcadamente. Se considerarmos o III Livro em que as 3 versões persistem quase integralmente (excepto um capítulo de *B*)⁽²¹⁾ para 37 em *A* e *C*, *B* apresenta 54 capítulos.

Quanto à 2.^a hipótese aventada no parágrafo anterior, a notícia de um códice em latim dos *Diálogos de S. Gregório*, existente hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto, n.º 73, e originário da livraria de Santa Cruz de Coimbra⁽²²⁾ poderá sustentar essa suposição, especialmente porque o primeiro possuidor conhecido de *B*, Fernan Afonso de Santa Maria de Arruda, foi também prior crasteiro de Santa Cruz, e mesmo candidato, quase eleito⁽²³⁾, à direcção-geral desse grande núcleo medieval português de cultura⁽²⁴⁾.

3. Conclusão

À guisa de conclusão (que, em casos de arquitectura hipotética como estes, não pode ser definitiva nem peremptória, pois o aparecimento de outras versões, ou outro rumo dado ao estudo das variantes, poderão deitar abaixo todo esse alicerce porventura frágil), sugere-se o seguinte estema:



⁽²¹⁾ Cf. nota 9.

⁽²²⁾ Cf. nota 4.

⁽²³⁾ Cf. Fr. Nicolao de Santa Maria, *Chronica da ordem dos cônegos regrantes do Patriarca S. Agostinho*, Lisboa, MDLXVIII, Livro IX, cap. XXV, col. 1, pág. 248.

⁽²⁴⁾ Informada da existência deste códice em Novembro de 1967, só há pouco recebemos o microfilme e ainda não houve oportunidade de consultá-lo. Por enquanto, deixaremos em suspenso as relações que porventura existam entre os dois mss, o alc. XXXVII/182 e o BPMP73.

DOCUMENTAÇÃO (*)

ANEXO I

A = C

A e C

B

- | | |
|---|---|
| 2.28.2 a muitos que as avian mester | aos pobres |
| 2.28.5 monge que tiinha o celeiro | monge que o tiinha no celeiro |
| 2.28.7 pera non ficar na cela nemiga-lha | |
| 2.28.25 sô aquela fêestra avia hũu grande esfalfamento en que jazian grandes seixos | hi avia hũu grande esfalfadoiro en que avia muitos seixos |
| 2.28.32 da fe | |
| 2.29.16 non faleceria | nunca faleceria |
| 2.30.13 per devoçon e per amor | per amor e per devaçõn |
| 2.30.14 pera seeren | que fossen |
| 2.31.4 que mandou atormentar hũu homen | |
| 2.31.5 e esto fazia ele por perlongar os tormentos | e esto dizia ele pera escusar entanto os tormentos |
| 2.31.18 de felonía e da bravesa | da folonia e da maa obra |
| 2.31.21 toda felonía e toda bravura | toda braveza |
| 2.32.15 poer carrega | dar carrega |
| 2.37.14 que estavam alongados dele | os que eran longe |
| 4.9.23 que na sa morte vejan algũs outros sanctos que morreron an-treles que os vêe receber | que quando morren veen ante si os sanctos que os veen receber |
| 4.12.19 E o monge que foi a todo esto presente, que ainda vivo he e que viu esto sol a contar con muitas lagrimas | e esteve presente ainda he vivo e el me sol esto a contar con muitas lagrimas |
| 4.15.6 e a virgen lhe mandou logo que des aqui en deante se guardasse de riir e de jogar e de fazer nen hũa outra liveldade nen meni-nice nen hũa | disse logo: — Des aqui adeante te guar-da de riir e de jugar e de fazer nen hũa outra livaldade nen hũa |
| 4.16.18-10 guarda-me, padre! Guarda-me, padre! E sei contrairo a estes que mi queren fazer mal e defende-me deles! | Guarda-me, padre, ca vêe contra min estes que me queren fazer mal e defen-de-me deles |
| 4.17.15 ... perder quanto no mundo avia que pera seu govêrniõ de seus discipulos tiinha | perder quanto no mundo avia |

(*) Não levamos em consideração as variantes gráficas e as diferenças que são testemunho de uma fase mais moderna da língua.

A = B

A e B

C

- 2.29.4 e o sancto homen estando e stando o sancto homen
 2.33.5 que algũa cousa foi
 2.33.14 era a claridade no ceo tan stava claro o ceo que
 grande
 2.35.13 en aquela hora aquela noite e en aquela hora
 2.37.6 per seus discipulos
 2.38.7 vemos que
 2.38.9 e certamente assi o fazen
 3.8.38 ja non vees e ainda non vees

B = C

A

B e C

- 2.28.9 que o demanda que a demandava
 2.29.5 quedou de correr quedou logo de correr
 3.14.5 per muito tempo per muitos tempos

A ≠ B ≠ C

A

C

B

- 2.28.4 pera receber depois galardon na terra celestial galardon celestial
 2.28.7 o sancto homen de Deus foi sanhudo foi o sancto homen sanhudo
 2.29.4 pera a oraçon pera fazerem sua oraçon a fazer sua oraçon
 2.29.6 sancto homen chamou o frade o sancto homen Sam Beento chamou o monge o monge
 2.29.8 lhi per palavra preegava per palavra preegava lhe preegava per palavras
 2.30.2 eigrejeliha de San Yoane egleja eigreja de San Johan
 2.30.15 maravilha he, se sinaes e maravilhas fazem, pelo poderio que an maravilha he se signaes e maravilhas fazem fazerennas per poderio que han poderio que han
 2.30.16 deostou-os as destruiu deostou
 2.31.16 toda sa sobérvia toda sua bravura e toda sa soberva toda sua sobérvia e folonia
 2.35.15 como sal raio dhũu sol como se fosse raio dhũu sol como só raio de hũu sol
 2.36.5 ainda pode entender pode ainda entender entendera

- | | | | |
|---------|---|--|--|
| 4.11.14 | enton ali hu jazia
de noite en seu
leito coitada per
grande enfermi-
dade que avia, vio
o ben aventura-
do, San Pedro es-
tar antr'ambalas | vio enton ali hu jazia de
noite en seu leito coitada
per grande enfermidade
que avia o ben aventura-
do San Pedro star antre
ambas as candeas | vio enton onde jazia en
seu leito de noite mui coi-
tada per grande enfermi-
dade que avia San Pedro
apostolo estar antre am-
balas |
| 4.11.21 | Rogo-te que a so-
ror dona Beenta | Rogo-te que minha irmãã
dona Bêêta | a soror dona Bêêta venha
logo comigo |
| 4.16.17 | hu nen pequeno
nen parvoo peca-
dor non entra | hu pequeno nen parvoo
non entra | hu pequeno nen grande
parvoo ainda non entrara |

ANEXO II

1. *Lugares variantes citados na alinea 1:*

- 1.1.17. *A* Non podia creer que aquel homen tan pequeno non fosse Constancio
C Non podia creer que aquel homen tan pequeno fosse Constancio
- 1.15.9-10. *A* ... deitassen daquele azeite e que as sarrassen depois mui ben. E eles
sarraron as taalhas vazias en que non jazian se non senhas gotas
d'azeite ou duas duas ou pouquetilho mais.
C ... deitassen daquel azeite senhas gotas e que as çarrassen depois
mui bem. E eles fizeram-no assi e depois foron aas taalhas vazias
en que non jazian se non senhas gotas d'azeite ou duas ou pouco
mais.
- 1.25.15. *A* Se o teu filho for maao, todo o teu corpo seerá cheio de teevra.
C Se o teu olho for maao ...
- 1.28.30. *A* e o godo deu per sas palavras.
C e o godo deu pouco por sas palavras.
- 1.28.35. *A* Vai e di assi a meu senhor o bispo porque me maldisse e que jasco
mui mal ferido. Mais recébi os meniños que mi mandasti que ti envio
per este teu clerigo, e rogo-te que rogues a Deus por mim.
C Vai e di a meu senhor o bispo que, porque me maldisse, son mal ferido.
Mais tu, clerigo do sancto bispo, vai e leva-lhe estes meniños que
me demandou ca por esto tu veeste aqui e di-lhe que rogue a Deus
por mim.
- 2.2.13. *A* Mandou N. S., per Moisen que aqueles que non servisse nengũ se
non de vinte e cinque anos.
C Mandou Mousen que non servisse nenhũm se non de vinte cinque
anos.
- 2.3.28. *A* E enton cuidando nos bêês que perderon quando começou a cuidar
de si medês e dizer.
C E enton, cuidou nos bêês que perdera, e, quando começou a cuidar
de si meesmo e dizia ...
- 3.33.30. *A* Ca hũ tempo vivendo eu ainda no moesteiro ca hũ tempo quando
era no moesteiro ouvi hũa.
C Ca hũ tempo vivendo eu ainda no moesteiro ouvi hũa.

4.1.19. *A* Certamente non he fiel, assi como o herege ou outro pagão qualquer que quando duvida non demanda fe, mais razon.

C Certamente non he fiel e o que non he fiel he assi como o herege ou outro pagão qualquer quando duvida que non demanda fe mais razon.

2. *Lugares variantes citados na alinea 2:*

1.1.15. *A* Tanto se meor acha e mais ...

C Tam taste me ora acha mais ...

1.2.36. *A* Contar-ch'ei.

C Contra hũs achei eu.

1.17.6. *A* Deu muitas graças a Nosso Senhor porque sobreza que el avia, que sol a seer guardada d'humildade naqueles que bõs son, acrecentou ainda outra proeza e outra coisa maior.

C Porque ela era a maior riqueza que el avia e sooe a seer guardada humildade naqueles que bõs son e acrecentou-lhe Deus ainda outra pobreza e outra coita maior.

2.11.13. *A* E o enmiigo que ja tomara gabo ante San Beento.

C E o enmiigo que ja tornara gabou-se ante San Beento.

2.34.5. *A* Sopultura en que os seus corpos fossen ensembra pera serviço de Deus.

C Sopultura pera serviço de Deus

(alc. XXXV/176, cap. De anima sororis eius qualiter egressa sit corpore: adque in sepulchro, quod sibi ipse paraverat, ponerent quo facto, contigit ut, quorum mens una semper in Deo fuerat, eorum quoque corpora nec sepultura separatet).

2.37.16. *A* E vós devedes saber — que a vida deste sancto ouvides — que naquela cova en que el primeiramente morou que avia nome Sublacos ...

C E vós devedes saber que a cova en que este homen sancto fez a sua vida e em que ele primeiramente morou avia nome Solatos (alc. XXXV/176, cap. Quomodo discipulis presentibus et absentibus diem sui exitus denunciavit: Qui et in eo specu, in quo prius Sublacu habitavit, nunc usque, se petentium fides exigit, miraculis coruscat. Nuper namque est res gesta, quam naro).

2.38.11-12. *A* E acaece ... como quer que en algũs logares os corpos dos sanctos non jascan, assi he. Mais aas vezes poden receber as sas benfeitorias e sentir as sas ajudas naqueles logares en que os seus corpos non jazen como en aqueles en que jazen.

C E acaece ... como quer que en algũs logares os sanctos non jazen, que poden hi achar virtudes. E mais aas vezes poden receber sas benfeitorias e sentir as suas ajudas naqueles logares en que os seus corpos non jazen e tanto como aqueles en que jazen.

3.16.17 *A* E porque o enmiigo antigo per aquelo per que os bõs soen viir aa gloria do paraíso, per aquelo leva el os maos per enveja aas penas do inferno.

C E porque ... paraíso, per a mingua daquelo leva el os maos per enveja aas penas do inferno

(alc. XXXV/176, cap. De Euthicio e Florencio: sed quia antiquus hostis, unde bonos cernit enitescere ad gloriam inde perversos per invidiam rapit ad poenam).

3. *Lugares variantes citados na alínea 3:*

- 2.3.55. *A* Quando son muitos ajuntados ensembra hũu a outros bõs per cujos bõs eixemplos se poden correger /.../ sol a seer o trabalho vãão.
C Quando son muitos ajuntados ensembra hũus aos outros bõs por cujo bõ eixemplo se poden correger e sooi a seer o trabalho en vão (alc. XXXV/176. Cap. De ampulla vitrea signo crucis rupta: Ut ego, Petre, exaestimo, ibi adunati aequanimiter portandi sunt mali, ubi inveniuntur aliqui que adjuventur boni. Nam ubi omnimodo de bonis fructus deest, fit aliquando de malis labor supervacuu; maxime si e vicino causae subpetant, quae fructum Deo valeant ferre meliorem.)
- 2.4.16. *A* E achou aquel monge andar devaneando pelo moesteiro /.../ con hũa vara.
C Idem (alc. XXXV/176. Cap. De monacho vage mentis a salutem reducto; Die igitur alia, expleta oratione, vir Dei, oratorium egressus, stantem foris manochum repperit, quam pro caecitate cordis sui virga percussit).

4. *Lugares variantes citados na alínea 4:*

- 2.4.7. *A* Pela ourela da vestidura fora da eigreja.
C Pela orelha e pela vistidura e levava fora da egleja (alc. XXXV/176. Cap. De monacho vage mentis ad salutem reducto: Quidam niger puerulus per vestimenti fimbriam foras trahebat).
- 3.20.17. *A* O espirito maa sempre he contrairo ao homen assi no que cuida come no que fala, come no que obra e trabalha-se sempre se lhi poderá achar.
C O spirito mao see sempre aguardando se lhes poderá achar (alc. XXXV/176. Cap. De ecclesia beati Zenonis episcopi in veronense civitate: Malignus quippe spiritus cogitationi locutioni adque nostro semper insistit, si fortasse quid inveniatur, unde apud examen eterni iudicis accusator existat).
- 4.14.3. *A* Sol aparecer o outor e o agaldardoar da vida perduravel.
C (alc. XXXV/176. Cap. De transitu Tarsille sacre virginis: apparere solit auctor ac retributor vite.)

Salvador, Outubro de 1968.

DOIS ORTOGRAFISTAS DO SÉC. XVI

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU
(LISBOA)

Ao tentarem reduzir as línguas modernas aos esquemas gramaticais de herança clássica, os Gramáticos do Renascimento depararam desde logo com as dificuldades — nunca aliás totalmente solucionadas por um critério rigorosamente uniforme — da ortografia.

As realidades linguísticas da România apresentavam-se completamente diferentes das latinas e era, por conseguinte, necessário encontrar novos símbolos e representações gráficas que correspondessem e pudessem representar o novo sistema fonético.

É por isso que as principais fontes gramaticais clássicas (Quintiliano ⁽¹⁾, Escauro ⁽²⁾, Vélío Longo ⁽³⁾, Varrão ⁽⁴⁾ e Prisciano ⁽⁵⁾), se dificilmente poderiam ser abandonadas, foram, contudo, submetidas a uma crítica e a sua doutrina a inevitáveis adaptações.

Para essas adaptações, que pressupõem inovações, afigura-se indiscutível a influência italiana. Com efeito, os italianos parecem ser os pioneiros da gramática moderna nascente. O próprio Nebrija passou em Itália vários anos e é larga e profunda a influência italiana também na cultura portuguesa do séc. XVI, quer directamente, quer através de Castela.

⁽¹⁾ Marcus Fabius Quintilianus (séc. I d. C.): *De Institutione Oratoria*, obra mestra da retórica clássica (ed. L. Radermacher, Teubner, 1907-1935).

⁽²⁾ Terentius Scaurus (séc. II d. C.): *De orthographia, de adverbio, de praepositionibus* (Keil, t. 7).

⁽³⁾ Velius Longus (séc. II d. C.) autor de *De orthographia* (ed. Keil, t. 7).

⁽⁴⁾ Marcus Terentius Varro (séc. I. a. C.) *De lingua latina* (ed. Goetz-Schoell, 1910).

⁽⁵⁾ Priscianus Caesariensis, (n. séc. V-VI d. C.), autor de várias obras, a mais importante das quais, *Institutiones Grammaticae*, foi um dos grandes guias da gramática medieval (Keil, t. 2 e 3).

Ora o problema ortográfico mais que nenhum concentrava a atenção dos proto-gramáticos do Renascimento, por não poderem socorrer-se, nesse aspecto, do apoio consagrado e autorizado dos Antigos. E assim, muitas obras gramaticais do séc. XVI, não só em Portugal mas em Itália, França e Castela, dedicam-se em grande parte à ortografia. No problema ortográfico reside, com efeito, a mais importante polémica gramatical, em que as opiniões divergem parcialmente e parcialmente se encontram, mas onde é difícil que se estabeleça verdadeiro acordo.

Os Gramáticos portugueses não se alhearam do problema, bem ao contrário, visto que a pronúncia da língua portuguesa vinha impor soluções diferentes das das outras línguas afins.

PLANO DAS OBRAS

A *Ortografia* de João de Barros não constitui uma obra autónoma, mas apresenta-se simplesmente como um capítulo com que remata o seu estudo, ou melhor, o seu compêndio de gramática portuguesa⁽⁶⁾. De resto, João de Barros escusa-se de, seguindo um critério contrário ao da maior parte dos gramáticos latinos e também de Nebrija, haver adoptado essa ordem.

Trata-se, pois, de um capítulo apenas, de dimensões modestas e objectivos restritos, mas em que se distinguem três partes fundamentais:

1. Regras gerais de Ortografia (cinco regras, pedagogicamente concisas e propositadamente abreviadas).
2. Regras particulares de cada letra: neste parágrafo, João de Barros começa por considerar as vogais *A, e, E, I, Y, Ó, o, u*. Ocupa-se, em seguida, das consoantes: *B, C, DFPTXZ, G, H, L, M, N, Q, R, S*.
3. A Ortografia termina com algumas (breves) anotações sobre pontuação e cláusulas do discurso.

A *Ortografia*⁽⁷⁾ de Duarte Nunes de Lião, pelo contrário, é uma obra autónoma, cujo subtítulo contém já implícito o respectivo plano:

(6) 1.^a ed., Lisboa, Luis Rodrigues, 1540; desta ed. são conhecidos dois exemplares, respectivamente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e na Biblioteca Municipal de Évora (cota: «séc. XVI, 6111 (Manis.)»); 2.^a ed., Lisboa, 1785 (*Compilaçam de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros*); 3.^a ed. de José Pedro Machado, Lisboa, Soc. de Língua Portuguesa, 1957.

(7) *Orthographia / da Lingoa / Portuguesa / Obra util, e necessaria, assy pera bem screuer a lingoa / Hespanhol, como a Latina e quaesquer outras, / que da Latina teem origem.* / [...], Lisboa, João de Barreira, 1576 (Anselmo, 225). Ed. mais acessível: Lisboa, 1864.

... *Reduzida a Arte e Preceptos*. Quer dizer, o seu Autor teve em vista apresentar noções teóricas (*arte*) seguidas de normas práticas (*preceptos*). O que fez. Fã-lo-ia também na obra mais tardia, *Origem da Língua Portuguesa* ⁽⁸⁾, obra da maturidade em que é notória a dupla e distinta feição teórico-prática.

Começa, pois, Nunes de Lião, numa espécie de prólogo, por dissertar, a um nível quase especulativo, sobre as características da comunicação por meio da linguagem e da sua representação por escrito ⁽⁹⁾.

Entrando no 1.º cap. da sua obra, ocupa-se da definição da *Ortografia*, da *Voz*, das *Letras*, sua divisão e natureza. Entra, em seguida, no assunto, segundo um plano ligeiramente diferente do de João de Barros:

1. Regras particulares de cada letra. Adopta uma ordem alfabética, enquanto, como vimos, a seguida por João de Barros se pode considerar mais «pedagógica»: *A, B, P, Ph, C, D, T, Th, E, F, G, H, I, K, L, Lh, M, N, Nh, O, Q, R, S, V, X, Y, Z*. Ainda dentro deste capítulo, trata do *til* como sinal de abreviatura.

2. Estudo de algumas modificações (*Como se convertem algũas letras hũas em outras*).

⁽⁸⁾ *Origem / da Língua / Portuguesa*. [...], Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1606. Ed. mais acessível: Lisboa, 1864.

⁽⁹⁾ Dado o carácter eminentemente pedagógico e estritamente didáctico da sua *Gramática*, João de Barros evita toda a prolixidade. Considerações de ordem mais geral, reserva-as para o *Diálogo em louvor da nõssa línguaem*, publicado em apêndice à *Gramática*, a qual, desse modo, conserva a feição linear e simplificada; baseada em esquemas e paradigmas, conveniente a um verdadeiro livro de estudo. Contudo, não é só no *Diálogo* que Barros se ocupa, de forma mais especulativa, dos problemas da linguagem. Na sua obra restante, nomeadamente nas *Décadas*, com frequência se abandona a reflexões de carácter linguístico (ver a nossa colectânea de *Textos Pedagógicos e Gramaticais de João de Barros*, col. «Textos Clássicos», ed. Verbo, Lisboa, 1969). O passo que a seguir transcrevemos pode aproximar-se das ideias expressas por Nunes de Lião na introdução da *Ortografia*: «O qual artificio [da invenção da escrita] pero que a invenção dele se dê a diversos autores, mais parece per Deus inspirado que inventado per algum humano intendmento; e que, bem como lhe aprouve que, mediante o pãdar, língua, dentes e beiços, um respiro de ar movido dos bofes, causado de ãa potência a que os latinos chamam *affatus*, se formassem palavras significativas, pera que os ouvidos, seu natural objecto, representassem ao intendmento diversos significados e conceitos, segundo a disposição delas, assi quis que, mediante os caracteres das letras de que usamos, dispostas na ordem significativa da valia que cada nação deu ao seu alfabeto, a vista, objecto receptivo destes caracteres, mediante eles, formasse a essência das cousas e os racionais conceitos, ao modo de como a fala em seu officio os denuncia». (*Déc.* I, 1, *Prólogo*).

3. *Dos Diphtongos ãa, ãe, ai, ão, au, ei, êe, eu, ij, ao, oi, ôe, ou, ui, ûu*; trata em seguida da *sílaba* e do emprego de *consoantes dobradas*.

4. Só agora, contrariamente ao critério seguido pelo seu antecessor, Nunes de Lião se ocupa das *Regras gerais da Ortografia*. Houve, portanto, mais uma vez, uma precedência dada à parte teórica e especulativa, pelo que poderemos considerar respectivamente *indutivo* e *dedutivo* os métodos seguidos pelos dois ortografistas e gramáticos. As regras gerais, apresentadas de forma extensa e circunstanciada, são em número de vinte, com abundante fundamentação e exemplificação.

5. Num novo capítulo, ocupa-se dos *artigos*, seu emprego e grafia.

6. Os *acentos* e o seu uso como sinal do *tom* (alto-baixo, agudo-grave); os *apóstrofes* e as abreviaturas, são objecto do estudo a seguir.

7. Vem depois uma extensa lista de correcções, i. e., *Reformação de algũas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal*.

8. Finalmente, apresenta o *Tratado dos pontos*, em que, de forma desenvolvida, inventaria, define, explica e exemplifica o valor de cada sinal.

Deste breve cotejo do plano dos dois Autores, é evidente que ressalta desde logo o grande desenvolvimento em extensão e importância (embora por vezes, como veremos, se possa considerar que há retrocessos doutrinários) do segundo em relação ao problema ortográfico.

João de Barros, um pouco a medo, prudente mas firmemente, pisava um terreno ainda virgem e não se abalançou a tantas inovações quantas desejaria. As reformas e soluções preconizadas, porém, fazem sentir nele uma atitude reflexiva e crítica, singularmente aberta.

Em Nunes de Lião sente-se uma segurança muito maior, como se, nos poucos anos que medeiam entre as duas obras, se tivesse firmado uma tradição. Contudo, as mais audaciosas soluções propostas por Barros não são aceites por Nunes de Lião nem, tão-pouco, pela ulterior fixação ortográfica.

PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Para o caso do Português, três problemas fundamentais (além de outros que podem considerar-se secundários) se punham:

1 — perda da noção de quantidade e, em consequência, notação dos graus de abertura vocálica;

2 — tentativa de abolição de *qu*, substituído por *c* e, em consequência, utilização de *ç* para a fricativa (africada ainda no séc. XVI) em qualquer posição: *ça, çe, çí, ço, çu* a par de *ca, ce (= ke), ci (= ki), co, cu*;

3 — distinção de *i* e *u* semi-vogais e consoantes (*j* e *v*).

Quanto ao primeiro problema, observa-se que as soluções apontadas por João de Barros parecem revelar uma origem italiana, embora temperada com um maior conservadorismo.

Com efeito, os Italianos enfileiram no que pode considerar-se o «partido revolucionário», tendendo para aproximar a grafia, o mais possível, da fonética da língua (partido «fonético»); os Franceses, com algumas excepções, e, de certo modo, Nebrija ⁽¹⁰⁾, inclinam-se mais para a grafia etimológica, que é considerada como que um brasão de latinidade.

Tolomei ⁽¹¹⁾, por exemplo, insiste numa reforma mas hesita em propô-la ele próprio. Contudo, desde a gramática toscana anónima de 1494, encontramos a primeira tentativa de introdução de novos signos para a notação das vogais abertas e fechadas. Em 1524, Trissino ⁽¹²⁾ adopta os caracteres gregos *ε* e *ω* para a notação das vogais abertas, considerando que os acentos não se prestam para diferenciar a abertura ou fechamento vocálicos. Tolomei, por seu lado, preferia o emprego de maiúsculas para a representação das vogais abertas ⁽¹³⁾.

É, contudo, notável que, a par da controvérsia italiana de que são reflexo os gramáticos portugueses, a diferenciação entre *o* aberto e fechado, e aberto e fechado, nunca houvesse sido referida pelos Franceses (à excepção de Meigret ⁽¹⁴⁾ e Peletier ⁽¹⁵⁾). Para o caso de Nebrija, essa indiferença pelo problema provém, muito naturalmente, da sua inexistência para a língua castelhana.

⁽¹⁰⁾ Elio Antonio de Nebrija (ou Nebrissa) famoso gramático castelhano, autor da *Gramática Castellana*, cuja 1.ª ed. é de Salamanca, 1492; ed. Gonzalez Llubera, Oxford, 1926; ed. crít. de Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz, Madrid, 1946.

⁽¹¹⁾ Claudio Tolomei (1492-1556), autor de *Versi e regole della nuova poesia Toscana*, Roma, 1539; *Il Cesano*, Veneza, 1555 (diálogo sobre o nome a dar à língua, composto entre 1525 e 1529).

⁽¹²⁾ Gian Giorgio Trissino (1478-1550): na *Carta a Clemente VII* (1524) expõe as suas ideias sobre a reforma ortográfica.

⁽¹³⁾ Também João de Barros, Fernão de Oliveira e Nunes de Lião se referem à designação de grande e pequeno (aliás refutada pelo último), o que indica uma perfilhação ou pela menos um conhecimento da doutrina de Tolomei.

⁽¹⁴⁾ Louis Meigret (1510?-1560). *Traité touchant le commun usage de l'écriture françoise*, Paris, 1542 e 1545; *Le tretté de la grammere françoese*, Paris, 1550.

⁽¹⁵⁾ Jacques Peletier (1517-1582), reformador ortográfico: *Dialogue de Portografe* (1515).

De modo geral, entre os gramáticos do século, encontramos, principalmente, as seguintes posições e soluções:

	<i>e</i> aberto	<i>e</i> fechado	<i>o</i> aberto	<i>o</i> fechado
Trissino	ɛ	e	o	ω
Salviati ⁽¹⁶⁾	e	ɛ	ω	o
Tolomei	E	e	O	o
Gilio ⁽¹⁷⁾	E	e	O	o
Varchi ⁽¹⁸⁾	e	E	o	O
Peletier	ɛ	<i>e</i> (mudo)		

Deste quadro infere-se que os gramáticos italianos e franceses consideraram — de acordo com o sistema fonológico das línguas respectivas — o problema da abertura e fechamento apenas para o caso de *e* e de *o*. É, por conseguinte, de notar que João de Barros, como já Fernão de Oliveira havia feito, se refira também ao caso de *a* aberto e *a* fechado. Tal facto leva-nos a considerar a autonomia pensante dos gramáticos portugueses que não se limitaram a adaptar mecânicamente, mas o fizeram com inteligência e notável sentido linguístico.

Do esquema apresentado verifica-se ainda que João de Barros, ao propor as designações de *grande* e *pequeno*, parece reflectir uma influência italiana, embora gráficamente a solução seja diferente e se aproxime do critério de Peletier, mais tardio. Poderemos talvez atribuir esse facto às condições especiais relacionadas com a composição tipográfica, de origem predominantemente francesa. Efectivamente, Barros utilizará o *acento agudo* e o *circunflexo* respectivamente para *o* aberto e fechado, e,

⁽¹⁶⁾ Leonardo Salviati (1540-1589), *Avvertimenti della lingua* (1584 e 1586).

⁽¹⁷⁾ Girolamo Giglio (1660-1722) *Vocabulario Cateriniano*, Lucca, 1717; *Regole della toscana favella*, Siena, 1721.

⁽¹⁸⁾ Benedetto Varchi (1503-1565) *L'Ercolano*, 1562.

paralelamente, para *a* aberto e fechado. Ao contrário, utilizará o diacrítico (vírgula invertida), para *e* aberto. Teremos, portanto:

Abertas	Fechadas
á	â
ē	ē
ó	ô

Pelo contrário, Nunes de Lião não considera válida a distinção entre *a* «grande» e «pequeno» e afirma categoricamente que essa variação procede apenas da posição dentro da palavra porque «nas vogaes, nenhũa differença temos dos Latinos»⁽¹⁹⁾. Acrescenta que «o ser grande e pequeno» consiste na «longura e spaço da pronunciação e não na maneira dela»⁽²⁰⁾. De onde concluimos que, por um processo retrógrado, Nunes de Lião regressa à posição etimológica, no seu sentido restrito.

A mesma atitude assume em relação a *e* e a *o*. Repudiando a noção de timbre, lúcidamente definida por Fernão de Oliveira e João de Barros, confunde-a e aproxima-a de novo da de quantidade⁽²¹⁾.

Quanto ao problema da oclusiva gutural surda *k*, *c* ou *qu*, ele é já uma herança dos gramáticos latinos, que se haviam referido, com frequência, à necessidade ou à possibilidade da abolição de *qu*. Essa controvérsia passou também directamente para os gramáticos renascentistas.

Com efeito, já Varrão, Quintiliano, Prisciano e Isidoro⁽²²⁾ haviam assumido uma posição semelhante entre si, a qual por sua vez se reflecte em Nebrija. De facto, em *Reglas*⁽²³⁾ o gramático afirmaria que *k* e *qu* não têm utilidade na língua castelhana.

(19) *Orthographia*, s/v. *A*.

(20) *Ibid.*

(21) «Muitos homens mui doctos e curiosos [...] cuidarão que acerca de nós havia duas maneiras de *o*, hum grande e outro pequeno, como acerca dos Gregos. Mas, como teemos dicto do *a*, assim como não teem mais que hũa figura, assi não teem mais que hũa natureza.» (*Orthographia*, s/v. *O*).

(22) St.^o Isidoro de Sevilha (560-636), autor da enciclopédia *Etymologiae*, a qual abre por um tratado de gramática.

(23) *Reglas de Orthographia en la lengua castellana*, Alcalá, 1517.

Pelo contrário, Alejo Vanegas ⁽²⁴⁾ preconiza o uso tradicional de *qu*.

Quanto aos Italianos, Tolomei foi o primeiro a referir-se ao problema e a pô-lo em termos semelhantes aos que João de Barros adoptará. A supressão de *qu* e de *k*, e em consequência, a atribuição do seu valor a *c* em todas as posições, provoca, evidentemente, como resultado, a necessidade de utilizar *ç* para todas as posições em que tiver valor de fricativa (ou africada). Efectivamente, para Barros, *c* terá *sempre* a função de *qu* (= *k*); a cedilha, em qualquer posição, mesmo antes de *e* e de *i*, assinalará o som «ceceado» que pode assumir.

Por seu lado, Nunes de Lião, repudiando claramente o emprego de *ç* antes de *e* e de *i* (considerando-o «adulterina pronunção»), assume uma posição contrária à do seu antecessor. Não admite, pois, a supressão de *qu*, mas a razão apresentada, que se contrapõe às de João de Barros é, curiosamente, uma razão artificiosa: «a nós he necessaria assi para screvermos todas as dições que os Latinos per ella screvião» ⁽²⁵⁾. Trata-se de uma razão etimológica, semelhante à que o levou, como vimos, a negar a existência de vogais abertas e fechadas em português.

Relativamente ao terceiro problema ortográfico — distinção de *i* e *u* semi-vogais e consoantes (*j* e *v*) e conservação do emprego de *y* — já em 1465 Alberti ⁽²⁶⁾ insistira na necessidade de distinguir *u* consoante e *u* vogal. Fortunio ⁽²⁷⁾ propõe a distinção também de *i* e *j* (assim como de *s* e *z*) e Nebrija atribui já valores respectivamente vocálicos e consonânticos a *u*, *i*, *v*, *j*.

Contudo, em posição intervocálica, o gramático castelhano reconhece ainda a utilidade do emprego de *y*. Este problema, porém, apresenta-se para os gramáticos de forma menos polémica que os anteriores e depende, muitas vezes, apenas de uma questão caligráfica. Do mesmo modo, João de Barros, enquanto, relativamente aos problemas anteriores, toma uma posição definida e intencionalmente doutrínaria, pelo contrário, neste caso, passa um tanto por alto, como se não tivesse opinião definitiva ou não achasse pertinente assumi-la; «[Y] serve no meio das dições às vezes [...] I serve no fim das dições *sempre*.»

⁽²⁴⁾ Alejo Vanegas del Busto, escritor e filósofo espanhol (1493-1572), autor do *Tratado de Orthographia y accentos en las tres lenguas principales* (latim, grego e castelhano) *ahora nuevamente compuesto*, Toledo, 1531 e 1592.

⁽²⁵⁾ *Orthographia*, s/v. *Q*.

⁽²⁶⁾ Leon Battista Alberti (1406-1472), *La prima Grammatica della lingua volgare* — *La Grammatica della Vaticana*, Cod. Vat. Reg. Lat. 1370, Bolonha, 1964.

⁽²⁷⁾ Gianfrancesco Fortunio (1470-1517), *Regole grammaticali*, Ancona, 1516.

Nunes de Lião, pelo contrário, encontra-se agora numa posição muito próxima dos critérios ortográficos actuais, pois:

- a) distingue acústica e gráficamente *i* de *j*;
- b) distingue, paralelamente, *u* e *v*;
- c) reserva a utilização de *y* para os vocábulos de origem grega, conservando, portanto, a sua fisionomia etimológica.

Em conclusão, parece evidente que, entre 1540 e 1576, datas da publicação respectivamente da *Gramática* de João de Barros e a da *Orthografia* de Nunes de Lião, um longo caminho foi percorrido em direcção ao estabelecimento de uma ortografia intermédia — situada entre a tendência etimológica (Nunes de Lião) e fonética (Barros).

Efectivamente, era patente, entre os gramáticos europeus do séc. XVI, a luta entre o partido modernizador ou fonético, decididamente voltado para as grandes inovações, e o partido conservador, respeitando, como título de nobreza, as aproximações etimológicas. Essas duas atitudes extremas, no domínio da ortografia, correspondem a duas posições também distintas ao nível da gramática: o conceito «historicista» e o conceito «estruturalista» *avant la lettre*. No primeiro incluímos Nunes de Lião, no segundo, embora com certa moderação, João de Barros.

É notável, contudo, que foi o primeiro que venceu, e verifica-se que a ortografia de Barros difere profundamente da ortografia actual. Apresenta, por consequência, uma feição aberrante, por vezes, mas frequentemente expressiva em relação às realidades da língua.

A ortografia de Nunes de Lião apresenta uma feição surpreendentemente moderna e não difere substancialmente da que foi utilizada até às reformas ortográficas do nosso século.

Em dois pontos fundamentais nos parece residir o aspecto de certo modo exótico de um e a modernidade de outro: no uso dos acentos e no estabelecimento das normas actuais do uso de *ç*. São essas duas inovações de Barros (que o uso ulterior não confirmou) que conferem à sua ortografia um aspecto desusado, digamos até *experimental*, e que constituem uma parte da sua originalidade.

A distância entre ambos representa, afinal, a distância de uma geração, criadora da tradição gramatical portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Amado — *O cecear cigano de Sevilha*, in RFE., 36, 1952, pp. 1-5.
- ANSELMO, António J. — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, 1926.
- BUENO, Francisco da Silveira — *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1958.
- Catálogo dos Livros Impressos no séc. XVI, existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora* [Évora, 1962].
- CIDADE, Hernani — *João de Barros: O que pensa da Língua Portuguesa; Como a escreve*, in BdF, XI, 1950 (Miscel. Adolfo Coelho, vol. II), pp. 281-303.
- COUTINHO, Ismael de Lima — *Gramática Histórica*, 5.^a ed., Rio de Jan., 1962.
- GONÇALVES, F. Rebelo — *História da Filologia Portuguesa — Os Filólogos Portugueses do séc. XVI*, in BdF, IV, Lisboa, 1939, pp. 1-3.
- ISIDORO HISPALENSE — *Erymologiae*, ed. W. M. Lindsay, 2 vols., Oxford, 1911.
- KEIL, H. — *Grammatici Latini*, 7 vols., Leipzig, Teubner, 1857-1878.
- KUKENHEIM, L. — *Contributions à l'Histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdam, 1932.
- LIÃO, Duarte Nunes do — *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, 1576.
- LIÃO, Duarte Nunes do — *Origem da Lingoa Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, 1606.
- LOURO, Estanco — *Gramáticos Portugueses do séc. XVI*, Lisboa, s/d.
- OLIVEIRA, Fernão de — *Gramática da Linguagem Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, 1933.
- PINTO, Américo Cortez — *A Gramática e a Cartilha de João de Barros*, in *Liceus de Portugal*, Out.º, 1945.
- WILLIAMS, Edwin B. — *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro, 1961.

LA CIENCIA FONÉTICA Y SUS RELACIONES CON LA FONOLOGÍA Y LA INFORMACIÓN

NOTAS METODOLÓGICAS ⁽¹⁾

RAMÓN CERDÀ MASSÓ
(MADRID)

O. — PROPÓSITO

En las experiencias sobre la lengua catalana, que actualmente llevamos a cabo en el Laboratorio de Fonética del C. S. I. C. de Madrid, bajo la dirección del profesor Quilis, y durante la inevitable compulsa y aplicación de métodos, hemos entresacado unas notas que consideramos de interés apuntar. En orden a la brevedad, sólo queremos poner someramente de relieve los dos planteos que, hoy por hoy, son fundamentales en la investigación lingüística a nivel fonético: la fonología y la teoría de la información. Ambos, con su modo peculiar de incidir sobre los hechos fónicos sujetos a observación directa, conforman, cada cual según sus intereses, no sólo el modo de valorar estos hechos, sino también nuestra actitud en su búsqueda y ordenación.

Los resultados generales y particulares que va arrojando toda esta labor forman nuestra colaboración a un libro que se titulará *Fonética y Fonología Catalanas*, en el que contaremos, de una forma aún más directa, si cabe, con la base científica de nuestro querido Maestro, el Profesor Badia Margarit, de la Universidad de Barcelona.

Lógicamente nuestro cometido aquí se limita a considerar, en la medida de un espacio reducido, diversos aspectos de método, con la aspiración de caracterizar niveles y puntos de vista de investigación y ofrecer un sencillo cuadro de perspectivas científicas para la disciplina fonética sobre la coincidencia de dos enfoques, al cabo muy dispares entre sí.

(¹) Este trabajo fue leído por el autor el 26 de octubre de 1966 con ocasión del «XXVIII Congreso Luso-Español para el Progreso de las Ciencias» celebrado en Tarragona del 24 al 29 de octubre del mismo año, sobre cuyas actividades filológicas se dio una reseña completa en el *Boletín de Filología Española*, XX-XXI, correspondiente a julio-diciembre de 1966, páginas 70-72.

1. — FONÉTICA Y FONOLOGÍA

1.1. — Desde que en 1928, TRUBETZKOY, JAKOBSON y KARCEVSKY presentaron, en el *Primer Congreso Internacional de Lingüistas*, celebrado en La Haya, sus comunicaciones sobre lo que fue la nueva orientación fonológica, las investigaciones lingüísticas modernas se han caracterizado, como sabemos, por la aplicación real o virtual de sus principios. De sobra es conocida la trayectoria histórica que ha experimentado hasta hoy la fonología como descripción básica de lenguas y dialectos. Nuestro propósito, como hemos apuntado ahora, se limita a una comparación metodológica entre las aportaciones fundamentales que arroja el punto de vista fonológico y las que ofrecen los actuales principios de la información, que constituyen, en definitiva, una postura esencialmente distinta.

La fonología se asienta sobre el concepto de *fonema* como abstracción fonética dotada de funcionalidad específica según un conjunto variable de caracteres llamados *pertinentes*. Esta apreciación, que ya fue hecha por muy antiguos lingüistas, ha servido ahora para montar esta teoría a la cual pueden referirse todos los datos que aportan los medios de experimentación fonética. La base fonológica es, al mismo tiempo, meta y punto de partida al lado de la ciencia fonética. Las relaciones entre ambas quedan perfectamente explicadas por un régimen de complementaridad y asimismo de intereses diferentes.

1.2. — Si a la fonética compete profundizar sobre los hechos constitutivos de la emisión fónica intencionalmente lingüística a partir de sus técnicas propias, la fonología debe ocuparse en deducir las unidades elementales que constituyen el código fonemático estructurado de cada lengua en cuestión. Tanto el fonema como la estructuración de su conjunto en oposiciones y correlaciones sistemáticas representan, insistimos, un grado de abstracción sobre la observancia directa de los elementos fonéticos. En efecto, a poca atención que prestemos hacia las secuencias fónicas de la lengua, podemos descubrir que caben multitud de posibilidades combinatorias entre los sonidos y que cada una de ellas los «matiza» de un modo peculiar. Así, uno de los fonemas nasales castellanos, /n/, ocupa un lugar de articulación muy distinto en «ana» (intervocálico y por lo tanto alveolar), «ancho» (palatalizado), «encia» (interdentalizado), «enfermo» (labiodentalizado), «entorno» (dentalizado), «anca» (velarizado) y «en paz» (bilabializado), donde, incluso el primero, todos los casos vienen motivados por asimilación regresiva al sonido siguiente.

Pues bien, estos datos que nos allega la experimentación fonética sobre el tan socorrido ejemplo del fonema /n/ castellano, en la abstracción

fonológica se sintetiza en un concepto unitario y se prescinde de las variantes alofónicas a las que da lugar un contexto determinado. Aun cuando puede neutralizarse por bilabialización con el fonema /m/, su funcionalidad específica continúa siendo la misma y a ella se refiere la intención lingüística tanto del hablante como del oyente.

Este ejemplo, que nos muestra como cualquier otro nos mostraría las relaciones entre fonología y fonética, nos postula al propio tiempo la naturaleza de las mismas: por los resultados de la ciencia fonética elucidamos las unidades fonológicamente distintivas, y, a la recíproca, a partir de ellas podemos caracterizar numéricamente y con más o menos exactitud aquellos elementos de apertura, duración, tono, intensidad, etcétera, que nos interesan para una delimitación cabal del *continuum* fónico ⁽²⁾.

La fonología, como fin pre-fonético y como modo de incidir en la investigación fonética, se funda, pues, en la determinación de los rasgos constitutivos del fonema, llamados *pertinentes* y separables en teoría de aquellos otros *redundantes* que le acompañan según la circunstancia concreta. La determinación fonemática, en castellano culto, de /s/ será, por lo tanto, de sibilante fricativa sorda no rehilada (¡ con lugar de articulación fonológicamente indiferente !), la de /b/ oclusiva bilabial sonora y la de /x/, pongamos por caso, velar fricativa sorda, a pesar de las múltiples variantes que conocemos, dentro del mismo ámbito español, de estos tres fonemas o sonidos teóricos por su funcionalidad especial en la formación de signos lingüísticos en castellano.

Vemos cómo la objetividad de la fonética y de la fonología alude a distintos niveles. La fonética es *ciencia de observación* real y directa, búsqueda de datos y clasificación de los mismos con arreglo a coordenadas especiales. La fonología es, en cambio, un *método científico* que extrae y abstrae entidades funcionales y monta mediante ellas las estructuras superiores sistematizadas. De este modo, facilita a la primera unos módulos de clasificación y se aprovecha igualmente de sus conclusiones, con lo que ambas se convierten en mutuamente subsidiarias ⁽³⁾.

(2) El concepto fonético de *continuum* no coincide con el empleado en Física, del que hemos tomado — y no somos, ni mucho menos, los primeros — el nuestro. No podríamos establecer en rigor una dicotomía *continuum/discontinuum* en ciencia fonética, la cual se aprovecha de este término solamente por el carácter indiscriminado de toda emisión fónica antes de aplicarle en proyección unas unidades previas teóricas cualesquiera que sean.

(3) En términos glosemáticos, podemos decir que la fonética opera sobre la *sustancia* de la *expresión*; y que la fonología modela, a partir de aquélla, la *forma* de la misma, correlativa al *contenido*, que va dotado asimismo de su doble aspecto

1.3. — La ciencia fonética, que cuenta con una dilatada tradición experimental, muy superior a la fonología, tiene modernamente a su disposición diversos recursos de laboratorio que han revolucionado conceptos y principios. Sus métodos de observación, como sabemos, la dividen en dos tipos primarios:

— *fonética articulatoria o genética*, cuya base la forman la *cromografía*, la *quimografía* y la *cinemarradiografía*; y

— *fonética acústica o genémica*, a la que se aplican la *oscilografía* y la *espectrografía* o *sonografía*.

El cinemarradiógrafo y el espectrógrafo, cuya descripción omitimos aquí, son los métodos usados con preferencia en nuestra aludida investigación sobre el catalán. El punto de partida es, en parte, estructural y fonológico según los problemas especiales que se nos plantean allí desde un principio, de los cuales tampoco podemos hacer mención expresa si no queremos trasponer nuestro marco.

Refiriéndonos, pues, a los principios fonológicos, el análisis de una secuencia como el cat. «la vida» en la frase «els atzars de la vida» (= 'los azares de la vida') nos ofrece tanto en el orden articulatorio como en el acústico datos que, siendo perfectamente correlativos, aparecen manifestados de muy distinta manera. La sílaba tónica *bi* nos puede resultar, a esta sazón, un ejemplo válido.

Los films radiológicos (véase la figura 1), dotados para la experimentación de una velocidad de 50 imágenes por segundo, nos muestran en la fase distensiva de la articulación de [ə] pretónica un progresivo acercamiento de labios acompañado de cerrazón de maxilares, mientras el dorso de la lengua va adoptando poco a poco el perfil abultado típico de [i]. En condiciones intervocálicas, sabemos por la previa experiencia fonológica que va a producirse un alófono fricativo de /b/, normal tanto en catalán como en castellano, y consistente en la ausencia de contacto bilabial como rasgo más caracterizador. Este rasgo, que excluye a [β] del grupo de las oclusivas, y el otro producido por abultamiento de la lengua, que suele denominarse de *anticipación vocálica*, conciernen exclusivamente a la fonética, ocupada en la constatación minuciosa de cuanto ocurre en relación

particular de *sustancia y forma*. Según las formas de abstracción gradual que COSERIU señala en el lenguaje, deducimos que la ciencia fonética parte del hablar concreto, como *hecho de habla*, para establecer, a través de la *norma individual*, tanto la *norma social* como el *sistema*, que ya pertenecen a la fonología, según sea normativa o sistemática. Como veremos, la información se refiere escuetamente a la *norma social* con puntos de vista diferentes.

a los sonidos articulados del lenguaje. En cambio, fonológicamente, nos basta con haber registrado el fonema /b/ en pleno funcionamiento sin interesarnos en cómo se ha realizado este funcionamiento.

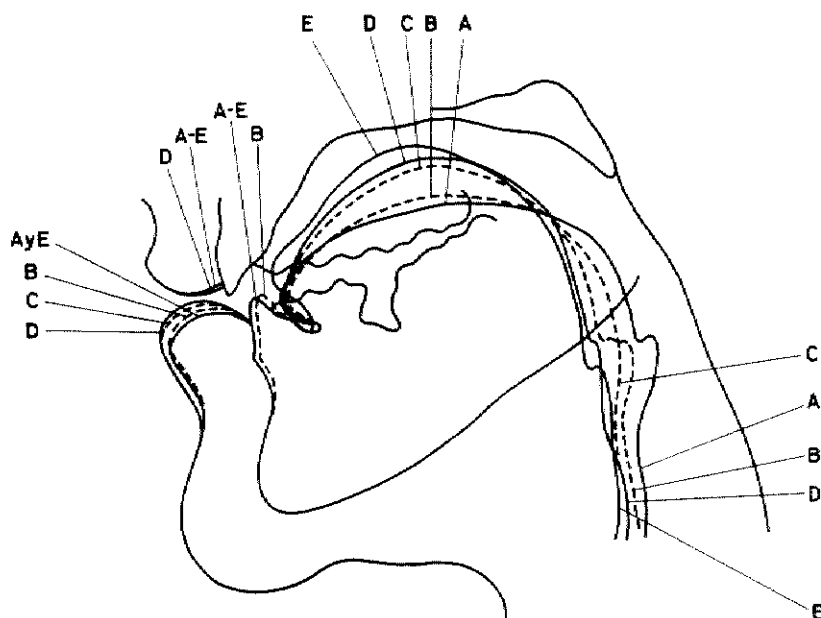


Figura 1. — SECUENCIA ARTICULATORIA [a-βi] DE «ELS ATZARS DE LA VIDA». Resumen de 15 imágenes. A: *momento tensivo* de [a], el más característico de la articulación (imag., n.º 1). B: *momento distensivo* de [a], el maxilar inferior se retrotrae momentáneamente. El dorso de la lengua se eleva mientras la base se aparta de la pared rinofaríngea y los labios se acercan (imag. n.º 4). C: *momento intensivo* de [β], el maxilar inferior vuelve a su posición original. Los labios continúan acercándose. La posición de la lengua indica la anticipación de [i] (imag. n.º 7). D: *momento tensivo* de [β], máximo acercamiento de labios y elevación lingual propia de [i] (imag. n.º 10). E: *momento tensivo* de [i], máxima elevación del dorso lingual característico de este sonido. El ápice se anticipa a la siguiente alveolar [δ]. Los labios, como en A (imag. n.º 15).

En el plano acústico, el espectrograma acusa detalles igualmente significativos que reflejan lo ocurrido en la articulación. La barra de sonoridad a baja frecuencia y el paso continuado, sin interrupción, de los formantes vocálicos a través de una fricación bilabial nos señalan de un modo inconfundible la presencia de [β]. La anticipación vocálica se traduce aquí en

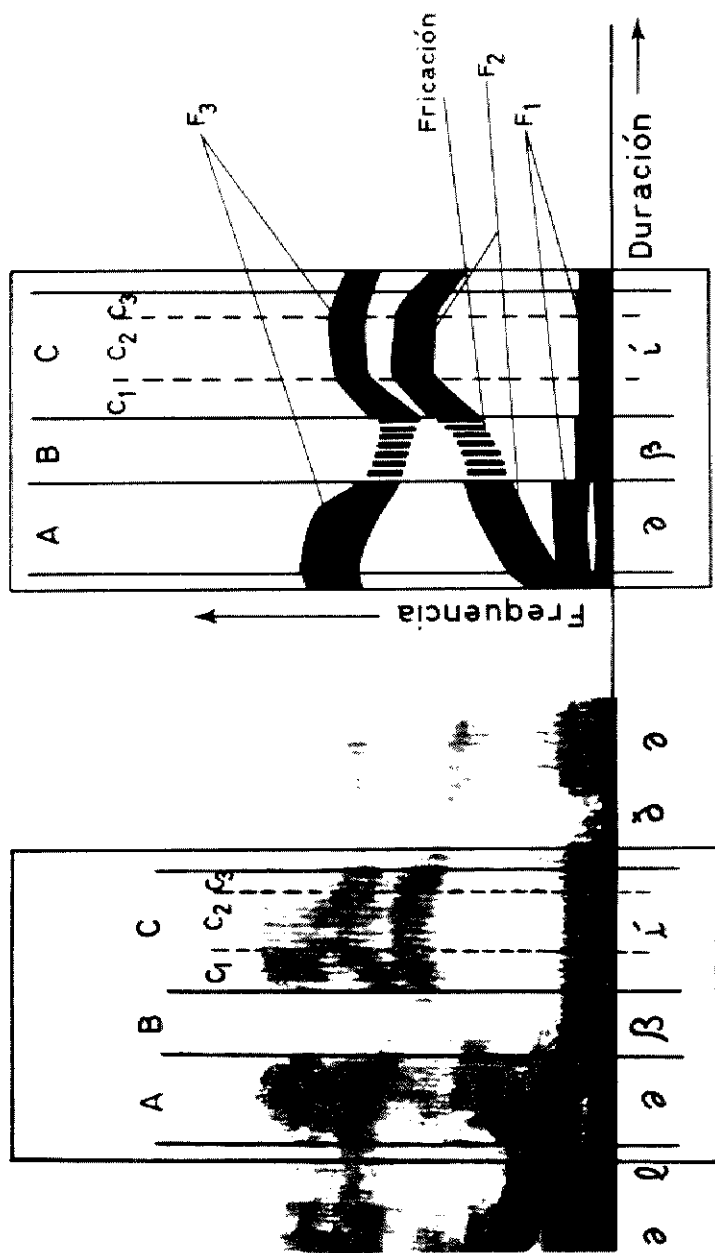


Figura 2. — SECUENCIA ACÚSTICA [ə-βi] AL ESPECTRÓGRAFO (BANDA ANCHA). Espectrograma y esquema del mismo. A: espectro de [ə] con sus formantes en transición típica para este sonido. En el esquema, hemos separado el F_1 (567 cps.) de lo que corresponde a la *barra de sonoridad*. B: Alófono fricativo de /b/. La gran anchura de la barra de sonoridad es indicio inequívoco de fricación, corroborado por la continuidad (reforzada en el esquema) de los formantes vocálicos a través de toda su duración. C: Espectro de [i] tónica dotada de mayor duración relativa, donde hemos separado con trazo discontinuo las zonas de transición. La zona central pertenece a la llamada *fase tenida*. Es de notar la diferencia de inclinación que existe entre ambas transiciones (C, — C₂). Nota: Esta secuencia espectrográfica corresponde justamente a la misma emisión fónica de la que se han extraído los datos articulatorios anteriores.

una zona llamada de *transición*, donde los formantes vocálicos, mediante un ascenso o descenso de frecuencias, van corrigiendo sus posiciones hasta alcanzar el lugar típico de cada vocal en toda la duración de su fase tensiva. El final absoluto de la secuencia fónica coincide, además, con una relajación y un alargamiento compensatorio (Ver fig. 2).

Pues bien, en el apriorismo fonológico-estructural, estos factores son paralelamente *redundantes* a los observados en el plano articulatorio. Atenta sólo a la estructuración del funcionalismo fonético, la fonología se interesa, en el caso de las vocales, por la frecuencia *típica* de los formantes uno y dos, para trasladarla a las «cartas de frecuencia» y determinar los campos de dispersión pertinentes, limitados por el margen de seguridad fonológica.

Las consecuencias que pueden inferirse de este método de investigación, aplicable por lo demás a todos los niveles lingüísticos, son de importancia capital y evidente, pero no exclusivas de todo punto de vista científico, como vamos a ver.

2.— INFORMACIÓN, FONOLOGÍA Y FONÉTICA

2.1. — El mismo espectrógrafo que empleamos en el laboratorio de fonética para nuestras experiencias de alcance puramente lingüístico, fue concebido al principio para fines bien diferentes. La conversión de imágenes acústicas en otras visibles fue inicialmente pensada hacia la aplicación de cometidos comunicativos, de los que beneficiarían, por ejemplo, los que sufren lesiones de oído y no pueden valerse de él en su vida social. Los primeros resultados, satisfactorios por la exactitud tanto como por la minuciosidad de los datos obtenidos, atrajeron la atención de otros puntos de vista, entre los cuales debemos contar el nuestro.

Al mismo tiempo, se inició una larga serie de estudios empíricos sobre la nueva técnica espectrográfica aplicada a la comunicación en general que culminó en innovaciones tales como el «vocoder» y el «sintetizador de lenguaje», además de una extensa bibliografía, fundamentalmente norteamericana, debida a estudiosos de una formación la mayor parte de las veces lingüística.

El sintetizador de lenguaje, que nos interesa ahora de un modo especial, se basa en la conversión de imágenes gráficas, extraídas a partir de los datos espectrográficos, en imágenes nuevamente acústicas. En una banda enrollable pueden «pintarse» o «dibujarse» los formantes vocálicos

a frecuencia conveniente así como los demás elementos de transiciones, sonoridad, ruidos rehilados o no, relajamiento, cantidad, tono, etcétera, los cuales quedan traducidos en emisiones fónicas perfectamente identificables. En sus resultados externos, la banda sonora de la cinematografía es un precedente auténtico del sintetizador de lenguaje, mientras que en su concepción interna éste muestra un paralelismo antagónico con su antecesor, el espectrógrafo.

La investigación lingüística, al incidir sobre ella estos procedimientos modernos, ha sufrido parcialmente un cambio de orientación o, mejor, la presencia de otra orientación. Gracias al sintetizador se abrieron puertas inéditas a uno de los problemas fonéticos más acuciantes, como es la determinación de los elementos constitutivos del lenguaje articulado en su sustancia física. Sobre esta finalidad se siguieron múltiples experiencias en las que se relacionaba, desde un punto de vista claramente psico-lingüístico, por un lado, el sonido como energía, y, por otro, su interpretación.

2.2. — Vemos, pues, en qué consiste este cambio de actitud. La fonología, ocupada en la referencia de signos elementales portadores de significación diferencial, se distingue netamente de la teoría de la información, a la que interesa medir los rendimientos de probabilidad comunicativa en relación al esfuerzo necesario para realizarla. Ambas tienen en común el que sus presupuestos metodológicos pueden aplicarse indistintamente a cualquier lengua, que sufrirá una conformación peculiar y propia a la luz de ambos enfoques. Los resultados, en cambio, difieren con la misma disparidad de sus fines respectivos. A la información compete, no la estructuración sistemática de fonemas según sus rasgos fonéticos distintivos, sino la reducción numérica, en índices relacionables, del rango, frecuencia de aparición, capacidad semasiológica, número de fonemas, etcétera, que caracterizan a las «palabras» de una lengua en funcionamiento a través de sus contextos habituales.

La teoría de la información nació en cuanto se racionalizaron los problemas que planteaban las modernas técnicas de comunicación. Como la fonología, es, en sus aplicaciones, un *procedimiento científico*, pero a diferencia de ella no se relaciona complementariamente con la fonética, por cuanto le impone sus propios principios reciprocidad directa. Pensemos, por ejemplo, en el alfabeto MORSE. Su base la constituyen secuencias únicamente de dos tipos distintivos primarios: contacto largo (o doble) / / contacto menos largo (o sencillo). Con esta base binaria — adecuada, pues, para la codificación en computadores —, es perfectamente posible tanto emitir un complejo mensaje como captarlo en el polo opuesto de la

recepción con una mínima pérdida entrópica y un mínimo esfuerzo selectivo, sobre todo para el inglés, sobre cuya razón distributiva se dispuso este alfabeto. Sabemos incluso, por LEIBNIZ, que en la antigua Roma llegó a utilizarse un sistema de numeración diádico, es decir igualmente binario, con el cual es posible hacer las mismas operaciones que con nuestro complicado sistema decimal. Ello nos obliga a preguntarnos en seguida si los sistemas lingüísticos naturales no serán, por su complejidad, ampliamente antieconómicos. Es indiscutible que podríamos llegar a comunicarnos combinando y permutando secuencias más o menos largas de dos fonemas como /a/ y /b/, por ejemplo, y que esto supone una relatividad básica en la constitución del lenguaje y de la semiología en general, pero este tipo de consideraciones es completamente innecesario, por lo menos aquí. No obstante, nos reservamos para lo que sigue la idea de que tanto la estadística como la mecánica ofrecen perspectivas — por ahora desconocidas en su amplitud — en el campo de la lingüística teórica y aplicada. Ciertos niveles, como la estilística y la fonotáctica, se han beneficiado, aunque no siempre, de algunas de sus premisas.

La teoría de la información, cuyo fin último es extralingüístico, desde el ángulo de los lingüistas, se aplicó inicialmente al campo lexicológico. En fonética histórica se han realizado intentos convincentes hacia la explicación, por supuestos informativos, de cambios y evoluciones. La mayoría de los problemas, como es lógico, continúa en pie.

2.3. — Hemos apuntado ya que la aportación del enfoque informativo a la fonética descriptiva experimental se ha centrado principalmente en la confluencia de registros auditivos por parte del espectrógrafo y su «contrario» el sintetizador de lenguaje. El camino emprendido más importante en este punto fue el de simplificar la complejidad de los resultados espectrográficos, aplicarlos al sintetizador y estudiar, en consecuencia, sus posibilidades de identificación lingüística. Así, esquemas como los que vemos en las figuras 2 y 3, fueron el punto de partida metodológico de estas experiencias, que vamos a examinar con algún detalle. En general, se establecieron hechos como los que siguen a título de ejemplo:

1.º — Se comprueba que grabando a frecuencia conveniente los dos primeros formantes de un sonido vocálico, el resultado acústico es perfectamente identificable, si bien acusa un timbre metálico deshumanizado. Añadiendo progresivamente el resto de los armónicos que aparecen en un

espectrograma normal, el resultado «se humaniza», por así decirlo, en la misma medida.

2.º — La frecuencia y composición de la característica espectrográfica de las nasales, muy poco precisada en experimentaciones sin el sintetizador, se define como un débil formante a unos 240, 1020 y 2460 cps. para [m], [n] y variante velar [ŋ], respectivamente, acompañado de otros secundarios y de las transiciones pertinentes al lugar de articulación.

3.º — El habitual alargamiento compensatorio de los sonidos en final absoluto puede suprimirse si se disponen sus rasgos acústicos con la misma intensidad que en otras posiciones, pero entonces surge un efecto de frase no terminada.

4.º — En el estudio de contextos unitarios se ha comprobado que la eliminación de los primeros formantes da lugar a resultados inteligibles sólo para quienes conocen anticipadamente el texto, pero no para los demás.

5.º — Por el contrario, en el estudio de sílabas aisladas, como oclusiva + vocal o vocal + oclusiva, se ha llegado a conclusiones definitivas, como la determinación de la frecuencia para el momento de la explosión consonántica (alta para [t], baja para [p] y [k]), el sentido de las transiciones vocálicas del F-2 (descendente para [t] y [k], ascendente para [p]) y la presencia / ausencia de la barra de sonoridad que distingue el grupo de las sonoras del de las sordas. De este modo, podemos disponer esquemáticamente las posibilidades que aparecen en las oclusivas, bien en cuadro sinóptico o bien en formulación binaria de elementos, tal como se ve en la figura 3.

2.4. — Sobre la realidad de estos hechos tan significativos, donde ya hemos entrevisto un cambio radical de actitudes y puntos de vista, nos interesa saber, por fin, cómo deben valorarse y ordenarse los datos en bruto extraídos del sintetizador. Debemos notar que ahora no partimos de un *continuum* primario como es el estímulo acústico en sí, sino de segmentos formados por entidades fabricadas de antemano que no coinciden tampoco con el concepto de fonema. Nuestras decisiones sólo ya dependen de la *cantidad de información* que de hecho lleva cada fracción de segmento, con lo que aludimos, en otras palabras, al número de estímulos lingüísticos que puede percibir el oyente en un tiempo-esfuerzo mínimo de estímulo fónico.

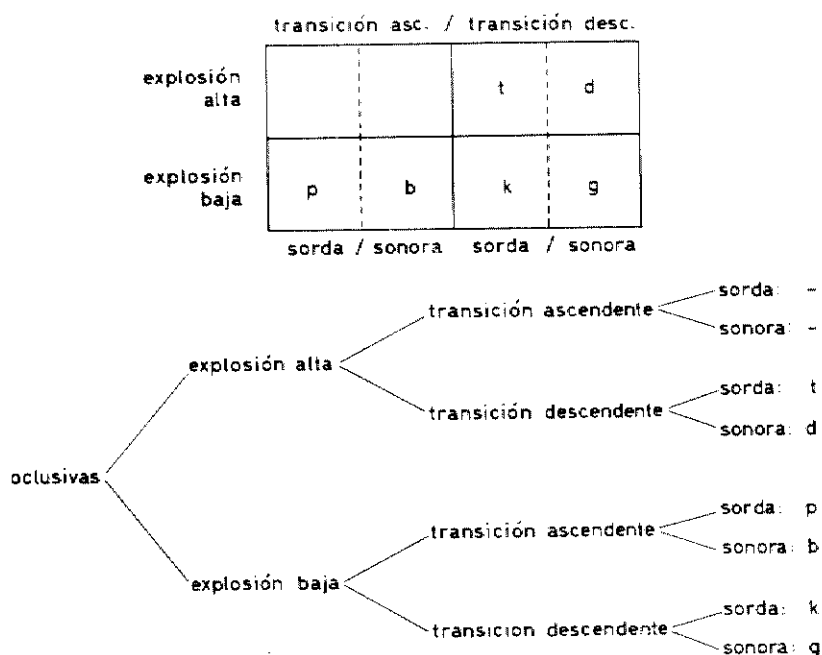


Figura 3. — ORDENACIÓN DE LAS OCLUSIVAS SEGÚN EL «SINTETIZADOR DE LENGUAJE».

Trasladando este concepto al campo de la ortografía castellana para ejemplificarlo de un modo claro, veremos que el grafema «u» de la palabra «queja» está totalmente condicionado por el anterior, por lo que su lectura no aporta ningún grado de información, mientras su condicionante es el más informativo de toda la unidad semántica (pues nos impide oír «reja», «deja» o «ceja», capaces de desvirtuar por completo la comunicación), y «a» final el de más baja información (ya que su dispersión sólo podría dar lugar a «queje» o «quejo», fácilmente subsanables). Atentos a la simple noción de «cantidad informativa», prescindimos aquí de desarrollar estos ejemplos sobre un contexto lógico, que suele ser un determinante decisivo para la información de cada uno de sus segmentos.

El poder informativo, pues, está en relación directa con la *imprevisión* de los segmentos: a más previsión menos cantidad informativa y, viceversa, un elemento imprevisto modifica totalmente la inercia expectante de quien lo capta. De ahí deducimos que, en la continuidad del período lingüístico, la primera palabra suele ser la más informativa; en la segmentación semán-

tica por unidades es la primera sílaba, y, dentro de la sílaba, el primer sonido acostumbra a ser quien «informa» más que los otros. Con esto, pasamos al último estadio, el que más nos incumbe por su capacidad de contrastación con lo que llevamos dicho a propósito de la fonología.

El estudio combinado de las oclusivas y las vocales ofrece unas características que se pueden clasificar en dos órdenes fundamentales: por una parte, la barra de sonoridad ausente / presente y la explosión consonántica, cuya frecuencia nos indica la naturaleza de la oclusiva, y, por otra, las transiciones del F-2, dependiente tanto de la vocal como de la oclusiva misma. Experiencias más precisas sobre las transiciones vocálicas del F-2 han venido a demostrar que su prolongación da lugar a un punto ideal, formado por las intersecciones respectivas, que es común y característico para cada una de las oclusivas, tal como puede apreciarse en la figura 4. Este punto, llamado *locus*, se halla a una frecuencia de 700 cps. para las oclusivas bilabiales ([p], [b]), a 1.800 para las linguoalveolares ([t], [d]) y a 3.000 para las linguovelares ([k], [g]). A partir de esto, podemos deducir una serie de sencillas e importantes consecuencias en orden a la información:

1.^a — La frecuencia del punto de partida, la inclinación y la longitud de las transiciones nos señalan por sí mismas el *locus* al que tienden éstas y por lo tanto el tipo de oclusiva que las determina.

2.^a — En sentido inverso, estos tres factores determinan, a su vez, una vocal característica para cada caso. Por consiguiente:

las transiciones de los segundos formantes son los elementos más informativos del segmento silábico o de dos sonidos en combinación, ya que por sí mismas nos indican todo lo que forzosamente ha ocurrido con anterioridad y lo que con toda precisión va a suceder después. Es de notar, sin embargo, que la inclinación de las transiciones se ha referido a la vocal central [a], la más perceptible de la serie, por lo que en el caso de las oclusivas linguoalveolares el *locus* a 1.800 cps. hace que los segundos formantes de las vocales palatales a partir de [ε] abierta sean de nuevo ascendentes por su frecuencia típica superior, tal como se puede apreciar en la figura 4, abajo. Existe, además, una salvedad en las linguovelares para la serie vocálica velar, cuyo F-2 no tiende al *locus* característico del grupo, por lo que es menester la presencia — en los otros casos innecesaria — de la explosión consonántica típica del grupo a baja frecuencia. De cualquier forma, es indudable que ninguna de las transicio-

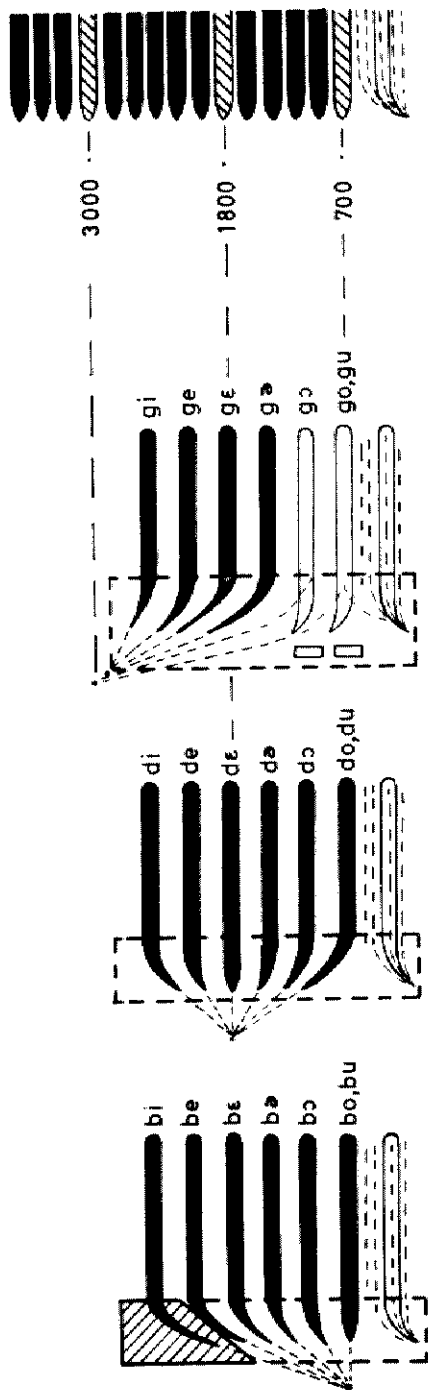
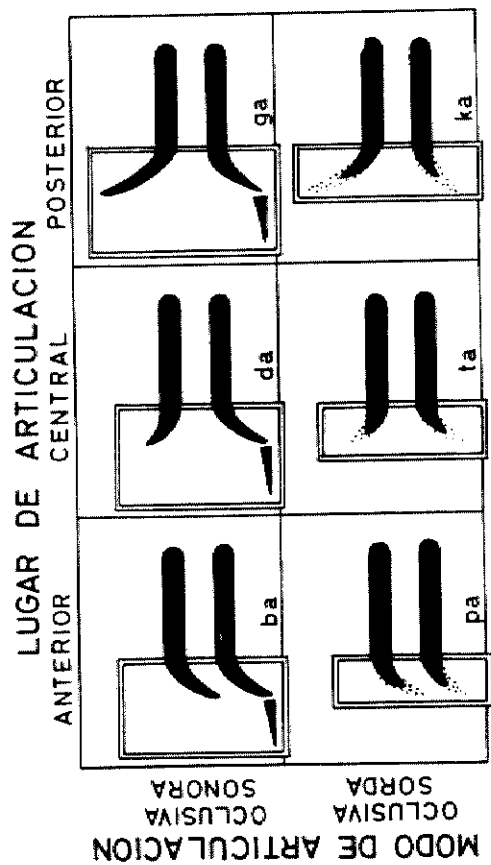


Figura 4. — DETERMINACIÓN DE «LOCUS» Y TRANSICIONES.

nes-tipo de la figura puede confundirse con otra, con lo que el principio de la información, sobre este punto, permanece en pie.

Llegamos, pues, definitivamente, al punto que nos habíamos propuesto. La dicotomía absoluta de rasgos pertinentes y rasgos redundantes fonológica no tiene nada que ver con la caracterización relativa de «más y menos» en la teoría de la información. Forzando el planteamiento para colocar ambos métodos sobre la misma línea, podríamos decir que si la fonología busca sus unidades fonemáticas sobre el *continuum* fónico para estructurarlas teóricamente fuera del texto, la información nunca deja de referirse a él y distingue «fonemas» — por decirlo así — aun de la misma naturaleza como posibilidades informativas muy distintas. Nuestra secuencia [ə-βí] del principio debe ser tratada de otro modo a la luz de este método, el cual tal vez nos aporte, en la comparación masiva de ejemplos similares, una razón informativa que nos explique el porqué de un alófono fricativo — menos tenso y, por lo mismo, de bajo costo — en vez del oclusivo correspondiente.

Por el momento, hemos podido argüir que las transiciones de anticipación o retardamiento vocálico son valoradas contradictoriamente por la fonología y la información, con lo que se consigue a la postre un fructífero enriquecimiento para el quehacer científico sobre lingüística, a partir de actitudes tan dispares.

CONCLUSIONES

I) La sustancia fónica del lenguaje, en sí misma, es un *continuum* articulatorio o acústico.

II) Sin la fonología y la teoría de la información, la ciencia fonética podría ser efectivamente una ordenación *lineal* de conocimientos adquiridos sobre la realidad física del lenguaje siempre y cuando se refiera esa realidad a sus posibles contenidos significativos.

III) La ciencia fonética es un quehacer científico y, por lo tanto, un hacer. La fonología y la información canalizan este hacer hacia sus fines respectivos, marcan la pauta de cómo clasificar, es decir valorar, aquella ordenación lineal y cómo convertirla en relieves relativos de unidades discretas.

IV) La investigación fonética se basa necesariamente en un análisis regido por supuestos previos, al cual puede seguir o no una labor de síntesis que reconstruya racionalmente la totalidad del hecho físico-lingüístico; y, por último.

V) Si bien es cierto que los estudios modernos cuentan con métodos de discernimiento fonético, como los considerados, también lo es que existe una cierta indiscriminación metodológica de órdenes y planos de observación.

Con eso se han cumplido casi por completo nuestros deseos de apuntar algunos de los factores metodológicos que condicionan nuestras actividades en la investigación sobre la lengua catalana. Si hemos generalizado un poco, no ha sido por afán de crítica a otros métodos, sino para exponer sencillamente nuestra toma de contacto — por lo demás, discutible — con los múltiples problemas que, afortunadamente, nos surgen. Tenemos por norma la necesidad de un planteo diáfano y objetivo de los mismos, equivalente a mucho más de la mitad del camino a recorrer. Y nos alegra pensar que la ciencia fonética no ha agotado ninguna de sus posibilidades ni con la fonología, ni con la teoría de la información, ni con la suma de ambas.

AINDA A ETIMOLOGIA DE MORTÁGUA

«Al fin de los años mil, vuelven los nombres por donde solían ir.» (*)

JOSEPH M. PIEL
(COLÓNIA - LISBOA)

Não é por espírito de contradição ou vão gosto de discussão que me permito voltar mais uma vez ao problema da origem de *Mortágua*, debatido com o Sr. Dr. Joaquim da Silveira nas páginas da Revista Portuguesa de Filologia, t. X, 1960, pp. 273-277 e 278-284, respectivamente, para onde remeto o Leitor.

Eis, sumariamente lembrados, os aspectos essenciais da questão:

Pensara eu, contrariamente à opinião do Dr. Silveira, que *Mortágua*, forma que foi precedida, na Idade Média, por *Mortalago* ⁽¹⁾, representaria originariamente um composto **mortu(us) lacu(s)*, ideia tão natural que já ocorrera — o que eu ignorava — ao Dr. Fortunato de Almeida. Reconheço ser muito impressionante a falange de argumentos, mobilizada contra este modo de ver, e que vou tentar examinar com a máxima objectividade.

1.º — O facto de *Mortalago* aparecer sempre escrito, na documentação medieval, por inteiro, não favoreceria a hipótese de esta forma resultar de um nome composto de dois elementos independentes. — A este argumento, sem dúvida de peso, poderia objectar-se que, uma vez produzido, em **Morto lago*, o fenómeno de dissimilação *o — o > o — a*, ou *— o* que

(*) António Vélez de Guevara, *El Diablo Cojuelo* (ed. Clásicos Castellanos, p. 56), que substitui espiritualmente, neste refrão popular, *nombres a aguas*, versão que também conviria no nosso caso.

(¹) A «etimologia popular», que está na base da forma moderna, viria de longe, pois já num documento dos fins do séc. XII (PMH, *Leges et Consuet.*, p. 482) lemos *Mortaagua*.

vem a dar na mesma — o da assimilação de *o* — *a* > *a* — *a*, e posto a seco o «lago», seja por agentes naturais, seja pela acção do homem, se podia muito bem ter perdido a consciência do carácter primitivamente composto do topónimo em causa, principalmente se admitirmos tratar-se de uma formação muito antiga.

2.º — Ignoramos qual a acentuação da forma medieval *Mortalago*, a qual, segundo o Dr. Silveira, poderia ter sido esdrúxula: **Mortálag*o. — Esta dúvida metódica não deixa, evidentemente, de ser legítima. Basta pensar na evolução de *thálamus* > ant. *táamo*, *tam(b)*o (exemplo talvez mais apropriado que o outro, também aduzido pelo Dr. Silveira: *palatium* > *paaço*, de prosódia diferente da postulada em relação a **Mortálag*o). A averiguar-se aquela hipótese, está claro que isto levaria o lago «por água abaixo», na pitoresca expressão do meu ilustre interlocutor, e sem que, aliás, uma lágrima minha viesse aumentar o seu hipotético caudal. Cabe, porém, perguntar: Não seria antes **Mortalago* o resultado mais normal de um nome acentuado **Mortálag*o, não obstante o exemplo de *thálamus* > *ta(a)*mo, com conservação da vogal postónica (pois uma evolução não exclui outra, e o tratamento das vogais intertónicas revela-se bastante contraditório), e não se conceberia melhor a atracção paronímica, exercida, desde o séc. XII, por *água*, partindo de uma forma terminada em *-ago* e não em *-ágo*?

3.º — A anteposição do epíteto determinativo, na composição **m o r t u l a c u*, seria — sempre segundo o Dr. Silveira — contrária à tradição românico-portuguesa. Em face de numerosos exemplos, tanto na toponímia como no léxico comum portugueses, da posposição do qualificativo *morto*, não se pode, com efeito, apresentar nenhum caso do uso inverso. — Não deixei desde o princípio de reconhecer a legitimidade deste argumento, que continuo a tomar na devida consideração. Cheguei a admitir que, no nosso caso, a ordem insólita dos dois componentes poderia obedecer à intenção de realçar enfaticamente o epíteto. O Dr. Silveira nega que o adjectivo *morto* se possa prestar a um emprego comparável ao de *belo* e *mau* em *Belmonte* e *Malburgo*, respectivamente, mas pergunto se a diferença entre *mau* e *morto*, neste contexto, será tão «capital» como ele a admite. Desde que imaginemos *morto* em contraste com *vivo*, que, creio eu, é a característica normal das águas, pelo menos na região que nos interessa, pode, em princípio, surgir esporadicamente uma situação que convide à anteposição enfática do adjectivo. O facto de o tipo *Vila Pouca* (ant. *pouco* = 'pequeno'), que neste momento me ocorre, ser o normal,

não exclui que haja, no Minho, três *Pouca Vila* (1. f. Figueiró, c. Amaranthe; 2. f. Mancelos, c. Amarante; 3. f. Negrelos, c. Santo Tirso), assim como *Valboa* não exclui o gal. *Boaval* ⁽²⁾. Estou de acordo em que hoje se dirá normalmente, como na Idade Média, *Lago morto*, *Lagoa seca*, etc., e que a inversão dos termos parecerá «tão artificiosa que atinge o irrisório; pois é esta ordem dos termos que confere valor enfático ao adjectivo». No entanto, pergunto: terá sido sempre assim? E no exemplo de *Pouca Vila* não haverá vestígio de um uso diverso, mais antigo? Desde que admitamos que **Morto Lago* ascende como formação a uma época proto-histórica ou mesmo ainda latina, o caso muda de figura ^(2a). Com efeito, segundo uma estatística minuciosa de Karl Wydler ⁽³⁾, a anteposição do adjectivo atributivo em textos latinos, impregnados de elementos estilísticos e lexicais populares, assim como em textos tardios «vulgares», é muito mais frequente do que em textos clássicos. Assim, p. ex., no *Satiricon* de Petrónio, a proporção respectiva é de 70 % e, sendo na chamada *Peregrinatio Aetherae ad loca sancta* (séc. V) de 31 % (cf. p. 259). Tocamos com isto num problema importante da história toponímica portuguesa e peninsular em geral, que, salvo erro, não foi ainda seriamente examinado no seu conjunto: o de saber quais os nomes, de substância latina, — refiro-me evidentemente aos não transmitidos em fontes da Antiguidade, os quais, aliás, não são numerosos e se referem apenas a localidades que então possuíam certa importância — que se radicam ainda na época romana ou visigoda, e quais se devem considerar como sendo de formação românico-portuguesa. Devido às vicissitudes da história hispânica (arabização, eremamento parcial, Reconquista) esta última

(2) O caso é evidentemente diferente do de nomes como *Pouca Lã*, *Pouca Farinha*, *Pouca Roupa*, *Pouco Siso*, *Pouca Vergonha*, *Pouco Dinheiro*, etc., topónimos provenientes sem dúvida de sobrenomes aplicados aos moradores dos lugares respectivos. Só *Pouca Pena* (Soure) pode prestar-se à dúvida: *pena* = 'penha' ou, o que é mais provável, = 'trabalho'.

(2a) Se hoje ninguém se lembrará de dizer *cheia-maré*, *baixa-maré*, sempre houve gerações que articularam os dois elementos ao inverso: *preia-mar*, *baixa-mar*, formações cuja antiguidade é atestada pelo género feminino de *mar*. Não creio haver lugar de duvidar do carácter patrimonial de *preia-mar*, não obstante o inicial, em oposição ao *ch-* de *cheio*. O dualismo do tratamento do grupo *pl-* etimológico deve remontar ao próprio latim hispânico, reflectindo duas correntes sociologicamente diferenciadas. O esp. *pleamar* deve representar um lusismo ou galeguismo, como *costa*, em sentido marítimo, em oposição a *cuesta*, em sentido orográfico.

(3) *Zur Stellung des attributiven Adjektivs vom Latein bis zum Neufranzösischen*. «Romanica Helvetica», vol. 53, Berna, 1956.

categoria vem a ser, como se sabe, de longe a mais importante, mas não oferece dúvida que uma porção relativamente considerável de topónimos portugueses e espanhóis, formados de elementos do léxico comum latino, remonta ainda ao próprio período romano. Faltam, porém, por ora critérios seguros para distinguir sempre estas duas camadas históricas (1).

4.º — Falta ainda referir-me ao aspecto geomórfico da questão. Invoca o Dr. Silveira a opinião de entendidos na matéria, que negam a possibilidade da existência, em tempos históricos, de uma bacia lacustre nas imediações de Mortágua. — Registo de bom grado esta rectificação, mas não creio que afecte decisivamente o aspecto filológico do problema. Se o suposto lago pré-histórico «se foi», sempre pode ter ficado um resíduo dele ou ter existido uma água estagnada qualquer, que motivasse a denominação *Mortuus Lacus*, pois *lacus* em latim não designa necessariamente uma grande extensão de água parada, podendo o termo aplicar-se até a uma simples poça.

5.º — Finalmente, permito-me insistir novamente num pormenor, que o Sr. Dr. Silveira na sua «Explicação» passou em silêncio, mas que me parece merecedor da maior atenção. É o topónimo *Mortazel*, ant. *Mortalazelio* (985), povoação que fica a pouca distância de Mortágua (2), e cujo nome só pode ser interpretado como diminutivo do ant. *Mortalago*. Não será lícito inferir daquela forma, com *z*, que o *g* de *Mortalago* supõe um *c* (*k*) etimológico (3), sendo pois **Mortalaco* a forma primitiva a postular, o que viria trazer alguma água ao moinho do nosso lago? É verdade que, por outro lado, a forma *Mortalazelio* (4) atestaria a grande antiguidade do *a* da segunda sílaba de *Mortalago*, obrigando-nos a atri-

(1) Nos casos em que um topónimo corresponde a um arcaísmo ou regionalismo lexical português, facto que tenho a impressão se observa com particular frequência no Minho e Douro Litoral, sem falar da Galiza, não hesitaria em atribuí-lo, de preferência, à época romana ou visigoda.

(2) Na freguesia de Sobral, próximo de Vila de Moinhos, conc. de Santa Comba Dão.

(3) De *Mortalago*, com -*g*- primitivo, resultaria normalmente **Mortalagelio*//**Mortagel*. O *z* de *Mortalazelio* deveria articular-se como *dz*, em conformidade com a sua procedência de *ts* < *c* (*e*).

(4) Não me atrevo a pronunciar-me sobre o problema de saber se a terminação antiga -*elio* está por -*elho* < -*iculu* (cf. *Montelhos*, *Valhelhas*, etc.), ou se representa uma forma arbitrariamente ampliada do moçárabe -*el* < -*eilu*, segundo faz supor a forma moderna do topónimo.

buir o fenómeno assimilatório ou dissimilatório, que fez de **mortolago*: *mortalago*, a uma época proto- ou pré-românica. Estou consciente da fragilidade desta suposição.

Tentei expor o mais fielmente possível o estado do difficilimo problema da origem de *Mortágua*. Se o Sr. Dr. Silveira voltou a concluir que «este nome é ainda um enigma, que aguarda decifração aceitável», procurei reunir alguns elementos tangíveis que talvez possam atenuar este cepticismo extremo em relação à suposta etimologia **m o r t u l a c u*, a qual, sem de modo algum se poder considerar definitivamente assente, sempre merece ser tomada em conta.

Não teria ousado insistir no assunto, se ele não envolvesse problemas de método e de princípio, que só através de um diálogo se podem aclarar, e se não fosse para mim um prazer espirital trocar impressões com um erudito tão competente e sabedor em assuntos de toponímia portuguesa como o é o Sr. Dr. Joaquim da Silveira, a quem peço que considere esta nota como uma homenagem que lhe pretendo prestar.

«ALQUEIVE»

PEDRO CUNHA SERRA
(LISBOA)

Propomo-nos estudar, na presente nota, a origem de *alqueive* ou *alquéve* ⁽¹⁾, palavra de uso corrente em muitas regiões portuguesas e cujo significado é geralmente conhecido.

Para começar, damos um panorama das formas não-onomásticas e outro das formas onomásticas; o seu exame habilitará o leitor a acompanhar-nos ao longo dalgumas considerações até às conclusões que se nos afiguram pertinentes.

- em 1168, *alkaleuatū* ⁽²⁾
- em 1344, *alqueevor* ⁽³⁾
- em 1435, *alquevem* (sic) ⁽⁴⁾
- em 1510, *alqueivou* ⁽⁵⁾
- em 1562, *Alqueiue*, *Alqueiuar* ⁽⁶⁾

⁽¹⁾ Gerold Hilty, «*Alqueive*», un arabisme portugais (*Revue de Linguistique Romane*, t. XXIII, 1959, pp. 339-351) faz a história do problema, rejeitando as soluções etimológicas apresentadas até à data e apresentando uma nova solução — igualmente inaceitável. Além do mais, chamemos a atenção para a errônea grafia *Alquéve* (topónimo) e *alquéve* (apelativo) que traduz informação incorrecta: em ambos os casos, *Alquéve* e *alquéve* (com *e* tónico aberto).

⁽²⁾ *Corporações Religiosas — S. Jorges de Coimbra*: maço 3.º, n.º 19 (Torre do Tombo). Podemos desde já mostrar que esta palavra é a que agora nos interessa: ... si iam panis in illa seminatū fuerit sine ratione eū habeatis... si forsitan alkaleuatū iacuerit, detis nō (= nobis) inde medietatē illi (= illius) rationis...

⁽³⁾ Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, p. 66.

⁽⁴⁾ Virginia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, p. 163.

⁽⁵⁾ No Foral manuelino de Alenquer: *Livro dos Forais Novos da Extremadura*, fl. 49-v.

⁽⁶⁾ Cardoso, *Diccionario*, s. v. (ed. de 1562).

- em 1570, *Alqueitue* (sic), *Alqueyuar* ⁽⁷⁾
 em 1634, *alqueve* ⁽⁸⁾
 em 1694, *Alqueve*, *Alquevar* ⁽⁹⁾
 em 1697, *alquevada*, *alqueve*, *alqueive*, *alqueivar* ⁽¹⁰⁾
 em 1712, *Alqueivar*, *Alquevar*, *Alqueivar*, *Alqueve* ⁽¹¹⁾
 em 1741, formas como as de 1697 ⁽¹²⁾
 em 1788, *Alqueves* ⁽¹³⁾

Das formas onomásticas, citemos:

- em 1258, *Alcayve* ⁽¹⁴⁾
 em 1258, *Alcaeve* ⁽¹⁵⁾
 em 1258, *Alcayve de Ameal* ⁽¹⁶⁾
 em 1258, *Alqueyvada* ⁽¹⁷⁾
 em 1258, *Alcayve* ⁽¹⁸⁾
 em 1527, *alqueue* ⁽¹⁹⁾ e, em 1747, *Alqueve* ⁽²⁰⁾

*

Antes de prosseguir e de apresentar a base árabe que se nos afigura justa, convirá ponderar dois problemas: (a) qual das duas formas, *alqueive* ou *alqueve*, será a mais antiga? (b) qual o sentido preciso do vocábulo?.

(⁷) Cardoso, *Dictionarium*, s. v. (ed. de 1570).

(⁸) Bento Pereira, *Prosodia*, s. v. *vervactum* (ed. de 1634).

(⁹) Cardoso, *Dictionarium*, II, p. 40 (ed. de 1694).

(¹⁰) Bento Pereira, *Prosodia* (ed. de 1697).

(¹¹) Bluteau, *Vocabulário*.

(¹²) Bento Pereira, *Prosodia* (ed. de 1741).

(¹³) Nunes de Oliveira, *Discurso jurídico económico-político*, p. 76 e 116.

(¹⁴) *Inq.*, p. 934: cerca de Viseu; não encontramos o seu correspondente actual.

(¹⁵) *Inq.*, p. 936 e 938: identifica-se com o actual *Alqueve* de Nespereira — concelho de Cinfães.

(¹⁶) Lugar na região de Viseu: *Inq.*, p. 832.

(¹⁷) Lugar cerca de Numão e, como o anterior, por identificar: *Inq.*, p. 890.

(¹⁸) Identifica-se com *Alqueives* da Lameira (quinta da Várzea — concelho de S. Pedro do Sul): *Inq.*, p. 910.

(¹⁹) Magalhães Colaço, *Cadastro da População do Reino*, p. 201.

(²⁰) Cardoso, *Dicionário Geográfico*, vol. I, p. 363. Estas formas correspondem a *Alqueve* de Folques — concelho de Arganil.

a) Parece difícil estabelecer de forma indubitável qual a forma mais antiga. Numa primeira aproximação, os elementos colhidos nos dicionaristas fazem pensar que a forma mais antiga seja *alqueive*: assim *alqueive* de 1562 e 1570 de Jerónimo Cardoso, que era lamecense (bem nortenho, pois) contrapõe-se a *alqueve* de 1634 do alentejano Bento Pereira⁽²¹⁾, parecendo poder concluir-se que a forma dada pelo homem do sul — *alqueve* — resultou da redução típica do ditongo *ei* nos falares meridionais portugueses. Simplesmente, da redução consabida, resulta um *e* fechado e o *e* tónico de *alquêve* é aberto; além disso, a forma de 1435, *alquevem*, tem um simples *e*, e a forma do século XIV, *alqueever*, mais faz supor que é a forma não-contracta que justamente tenha precedido *alquêvar* (22).

As formas onomásticas, setentrionais e de modo geral mais antigas, a um primeiro relance, fazem pender o espirito a considerar como mais antiga a forma *alqueive*; mas justamente o topónimo do norte, *Alquêve* (Nespereira — concelho de Cinfães) com *e* tónico bem aberto, concorre a pôr-nos de sobre-aviso, porquanto não se torna fácil explicar, na região onde tal topónimo tem o seu *ubi*, uma evolução *ai* > *ei* > *é*.

Depois, a forma *Alcaeve* das Inquirições de 1258, que se identifica com *Alquêve* (de Nespereira — Cinfães) há pouco mencionado, parece explicar perfeitamente a vogal tónica aberta desta forma nossa contemporânea do topónimo e, ao mesmo tempo, facultar um elemento importante para a história do vocábulo. É que, na verdade, quando os velhos dicionaristas afirmavam que *alqueve* era a forma mais antiga (23), eles mostravam afinal a sua repugnância em admitir, em face das abonações com que se documentavam, que *alqueve* era uma forma evoluída de *alqueive*. Podemos hoje afirmar que é perfeitamente aceitável a existência, desde antigo, das duas formas — *alqueve* e *alqueive*, formas divergentes dum mesmo étimo árabe.

b) Pode assentar-se em que o sentido primitivo de *alquêve* / *alqueive* era exactamente o que tem hoje na linguagem técnica rural que o considera como equivalente de *barbeito* 'terra lavrada que não se semeia durante um lapso de tempo maior ou menor, para que descanse e recupere qualidades' (24).

(21) Que aliás, em edições posteriores da *Prosódia*, também arrola *alqueive*.

(22) Cfr. *crêdîtôre* > *creedor* > *crêdor*, *mêdicina* > *meezinha* > *mêzinha* e *praedîcûre* > *preegar* > *prêgar*.

(23) O *Dicionário* da Academia (1793) regista as duas formas, indicando *alqueve* como a mais antiga.

(24) Esta equivalência, que não oferece dúvida, foi já notada por Alexandre

Na verdade, na linguagem popular de algumas regiões do Norte de Portugal, *alquevar* / *alqueivar* tem bem claramente o sentido de *arrotear*; tal acepção compagina-se com o que já se lê na edição de 1741 de *Prosódia* de Bento Pereira a qual regista *alquevada* no artigo *novalis* = *novale*, vocábulo latino cujo sentido originário terá sido 'terra arroteada recentemente' ⁽²⁵⁾.

Mas o sentido próprio que se conserva na linguagem rural do Alentejo encontra-se atestado desde tempos antigos de modo inequívoco. E a mesma *Prosódia* agora citada indica como significados de *Alqueive* e *Alqueivar* 'vervactum' e 'vervactum agere' respectivamente. Na primeira edição da mesma obra, que é de 1634, lá se dá *alqueve* como significado de *vervactum*. Cardoso, no seu léxico, define *Alqueve* e *Alquevar* pelas expressões, também suficientemente claras, 'aruum intermissum' e 'aruum intermittere' ⁽²⁶⁾.

Remontando no tempo, do texto de 1435 há que tirar as mesmas ilações: «... a saber hũu anno em pos o outro em alqueuem» ⁽²⁷⁾. É bem evidente que o terreno concedido de sesmaria devia (como anteriormente se exige em passos que omitimos) ser arroteado e semeado, fazendo-se, porém, descansar a terra que ficaria em *alqueive* em anos alternados.

No texto de 1344 lê-se: «E, quanto he no chãao, nõ sayram hy alqueev, nem na lavrarom duas vezes se nõ quiserem, tanto he de boa terra naturalmente» ⁽²⁸⁾. Bem claramente se afirma que a terra (do termo de

Herculano, *História de Portugal*, vol. 6.º, p. 169-170. Naturalmente neste passo de Herculano há um erro de carácter filológico que hoje qualquer pessoa medianamente informada pode notar, mas que não interfere em nada no assunto que agora discutimos.

⁽²⁵⁾ Pereira, *Prosódia*, p. 634. Esta reproduz o que consta na edição de 1697. Sabido é também que *novale* pode ser equivalente de *vervactum*, mas tal sentido afigura-se-nos secundário.

⁽²⁶⁾ Cardoso, *Dictionarium*, II, p. 40.

⁽²⁷⁾ Virginia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, p. 163.

⁽²⁸⁾ Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, p. 66. Nos *Textos Arcaicos* de Leite de Vasconcelos (p. 58 da 4.ª ed.) pode ver-se o passo reproduzido, numa lição talvez mais clara, dado que os verbos *sayrán... laurarám...* estão ambos efectivamente no futuro. A segunda parte das afirmações que gabam a fertilidade das terras do termo de Santarém, que não vem ao nosso propósito de agora, interpretar-se-á, na sequência da primeira parte: a terra tem tão boas qualidades que não se torna necessário alqueivá-la e, mais ainda, podem, querendo, lavrá-la duas vezes e conseguir assim duas colheitas.

Santarém) é tão fértil (em consequência da sua *bondade natural*) que não é necessário alqueivá-la, isto é, lavrá-la e conceder-lhe um prazo de descanso.

Em resumo: o *alqueive* era no início, como é ainda hoje na linguagem técnica agrícola e nos falares das regiões onde ainda se pratica com mais frequência o *aruum intermissum* 'campo lavrado e livre ou desocupado', definição feliz e expressiva do nosso primeiro lexicógrafo ⁽²⁹⁾.

*

Isto posto, afigura-se-nos plenamente aceitável ver o étimo de *alqueive* / *alquève* em *alqalib*, nome de acção de *qalaba* ⁽³⁰⁾; o vocábulo, no singular e no plural, (*alqalib* e *alqalū ib*) encontra-se em documentos dos moçárabes toledanos pertencentes aos séculos XII e XIII ⁽³¹⁾.

E lembremo-nos da forma *alkaleuatū* de 1168...

Ora o sentido de *qalaba* na sua forma I é justamente 'virar' 'voltar do avesso'; outros sentidos que nos dá Dozy, como 'remuer, travailler, bêcher la terre' ⁽³²⁾ entram já no domínio da linguagem rural, se bem que a definição peque por imprecisa. Igualmente por imprecisa ou excessivamente genérica, peca a definição de 'cultus' que o *Vocabulista* dá para *qalib* ⁽³³⁾.

Este sentido primeiro da raiz, de tão claro, possibilita uma solução plenamente satisfatória: não pode entender-se senão que *alqalib* é 'o acto ou o resultado da acção de virar a terra'; justamente *alqueivar* é 'meter

⁽²⁹⁾ Que esta tarefa agrícola reveste, pelo menos hoje, aspectos mais complexos (duas lavragens seguidas de gradagens, por exemplo) é um facto. Mas a repetição da lavragem (o *virar* da terra) justamente se destina a tornar mais eficiente o repouso concedido ao solo, permitindo uma maior meteorização dele e contribuindo para a destruição e consequente aproveitamento como adubo das ervagens que após a primeira lavragem se hajam entretanto desenvolvido.

⁽³⁰⁾ Quem nos facultou a chave da etimologia, foi González Palencia, *Los Mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, volume preliminar, p. 342, numa nota adicional a Dozy, *Supplément* que já vamos mencionar.

⁽³¹⁾ apud González Palencia, *Los Mozárabes de Toledo* cit., vol. I, p. 131 e 133 e vol. III, p. 185, 197, 199, 200 e 339.

⁽³²⁾ Dozy, *Supplément*, vol. II, p. 388.

⁽³³⁾ apud Dozy, *Supplément*, vol. II, p. 390. Não poderá estranhar-se uma tal ou qual imprecisão ou incerteza dos lexicógrafos quando tocam a definição de vocábulos estritamente técnicos: assim, dizer que *qalib* significa 'cultura, amanho da terra' (= lat. *cultus*) é muitíssimo genérico e, portanto, vago.

ferro na terra e virar a leiva, deixando-a em repouso durante um período maior ou menor'.

*

E esta solução do problema etimológico de *alquéve* / *alqueive* vai permitir-nos estabelecer que as duas formas são antigas e resultantes de evolução divergente com paralelismo na história de outras palavras.

Tomemos duas das formas onomásticas que são as mais antigas e ambas de 1258: *Alcaeve* ⁽³⁴⁾ que corresponde ao actual *Alquéve* (concelho de Cinfães) e *Alcayve* ⁽³⁵⁾ que se identifica com o actual *Alqueives* (concelho de S. Pedro do Sul). É bem evidente que estas duas formas do século XIII representam evoluções distintas dum mesmo étimo, evoluções essas que são, se assim pode dizer-se, confirmadas pela forma actual dos topónimos.

A divergência resultou, como noutros vocábulos, da deslocação do acento que se operava por vezes em palavras árabes ⁽³⁶⁾. Num caso, o étimo *alqalib* teve uma evolução normal, produzindo-se ⁽³⁷⁾ uma forma como **alcaeb* ou **alcaev* que podemos considerar representada pela antiga forma onomástica *Alcaeve*; desta forma e por contracção das duas vogais, resultou regularmente a forma com vogal aberta *Alquéve*.

No outro caso, em virtude da deslocação do acento da sílaba final longa para a penúltima breve ⁽³⁸⁾, atingiu-se uma forma como **alcaiv* ou **alcaib*, que está evidentemente representada na forma onomástica antiga *Alcayve*; desta forma resultou regularmente *Alqueive(s)* ⁽³⁹⁾.

*

É possível apresentar exemplos desta dupla evolução, os quais mostrarão com clareza que o que aqui dizemos não é cerebrino ou artificioso:

Bráfemes (nome local no concelho de Oliveira de Azeméis): documenta-se em 1139 com a forma *Brafemes* ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁴⁾ *Inq.*, p. 936 e 938, já cit. acima.

⁽³⁵⁾ *Inq.*, p. 910, já cit. acima.

⁽³⁶⁾ Steiger, *Contribución*, p. 72 e ss.

⁽³⁷⁾ Com queda normal de *l* intervocálico e *i* > *e* (evolução possível em ibero-românico: Steiger, *Contribución*, p. 341-342).

⁽³⁸⁾ Steiger, *Contribución*, p. 72 e ss. cit.

⁽³⁹⁾ A pluralização do nome primitivo foi posterior e não interessa ao ponto em discussão.

⁽⁴⁰⁾ *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. I, p. 212.

Brasfemes (nome local do concelho de Coimbra): documenta-se em 1102 com a forma *Abrahemes* e, em 1527, com a forma *Brasfemeas* ⁽⁴¹⁾.

A base destes dois topónimos é evidentemente o nome pessoal *Ibrāhīm* ou *Abrāhīm*; na documentação portuguesa e do Noroeste peninsular encontramos nomes de pessoas como *Ebrahim*, *Brasfeme* e *Abraphen* ⁽⁴²⁾.

Evidentíssimo é que a diferença entre as duas formas resultou fundamentalmente da oscilação do acento; na forma do topónimo do concelho de Coimbra, produziu-se a epêntese de um *s* (talvez devido à analogia com o verbo *brasfemar* < *blasphemare*) e um tratamento $\text{—}e\text{—}$ > $\text{—}ea\text{—}$ (ou puramente fonético ou resultante de influência de *fêmea* < *femīna*) ⁽⁴³⁾.

Exemplo da mesma divergência devida à deslocação do acento, encontramos-lo em *Cacém* e *Cácemes*, dois topónimos também portugueses ⁽⁴⁴⁾ que assentam no nome pessoal árabe *Qāsīm* ⁽⁴⁵⁾.

⁽⁴¹⁾ *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, p. 59 e *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, p. 244, respectivamente.

⁽⁴²⁾ Respectivamente dos anos de 947, 1016 e 1074 e em Vignau, *Indice de Sahagún*, p. 116, *Dipl. et Chartae*, p. 142 e Floriano, *Registro de Corias*, vol. I, p. 19 e vol. III, p. 13.

⁽⁴³⁾ O leitor saberá abstrair destes secundarismos de evolução.

⁽⁴⁴⁾ Há que notar que no exemplo antecedente as duas formas estão no plural, ao passo que neste de *Cacém* e *Cácemes* só uma o está.

⁽⁴⁵⁾ Para não alongar esta nota, remetemos para Joaquim da Silveira, *Revista Lusitana*, vol. 35.º, p. 80, onde vem a documentação antiga. Evidentemente neste exemplo a deslocação do acento produziu-se em sentido oposto.

ETYMOLOGIES AROUMAINES

VICTOR BUESCU
(LISBOA)

1. — Aroumain *ATA* et *IMĀ* 'maman';
Daco-roumain *IMĀ* 'id.'

Dans son récent «Dictionnaire Aroumain» ⁽¹⁾, Tache Papahagi insère le nom féminin *atā* 'mère', inconnu de Mihăileanu ⁽²⁾ et de Dalametra ⁽³⁾, tout en le faisant suivre d'un surprenant point d'interrogation lorsqu'il s'agit de lui assigner une étymologie.

Or, ce terme n'existe pas seulement, comme nous l'enseigne T. Papahagi, en albanais (*at, atë* 'padre' 'babbo'), en turc (*ata* 'père', 'vieillard') et en grec moderne (ἄττα 'nom que les jeunes donnaient aux vieillards') : en réalité, il s'agit d'un mot du langage enfantin — conservateur par excellence — appartenant aussi bien au grec ancien (ἄττα 'père') qu'au latin (*atta* 'grand-papa', d'où *atavus* 'aïeul'), comme nous le dit le grammairien Festus: *Attam pro reverentia seni cuilibet dicimus, quasi eum avi nomine appellemus* ⁽⁴⁾. En latin, *atta* est devenu le substitut calin du solennel *pater* «à forte valeur juridique et religieuse» ⁽⁵⁾, synonyme fami-

⁽¹⁾ Tache Papahagi, *Dictionnaire Aroumain (Macédo-Roumain) général et étymologique*, Bucarest, Ed. R. P. R., 1963, 1264 pp.

⁽²⁾ Ștefan Mihăileanu, *Dicționar Macedo-Român*, București, C. Göbl, 1901, 550 pp.

⁽³⁾ I. Dalametra, *Dicționar Macedo-Român*, București, C. Göbl, 1906, 226 pp. — C'est à grand regret que nous nous voyons dans l'impossibilité de consulter à Lisbonne l'ouvrage de George Pascu, *Dictionnaire Etymologique Macédo-Roumain*, 2 vol., Jassy, 1925, 235 + 244 pp., passé sous silence par Papahagi dans une attitude vengeresse qui n'a rien de scientifique.

⁽⁴⁾ Paulus ex Festo, *De verborum significatu*, XI 20, éd. W. M. Lindsay, Leipzig, Teubner, 1912.

⁽⁵⁾ A. Ernout - A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, Paris, Klincksieck, 1959, s. v.

lier de *tat(t)a* 'papa' conservé, entre autres, en daco-roumain et aroumain *tată* 'père' ⁽⁶⁾. Un type enfantin analogue est représenté par *amma* et *acca* 'maman', *pappa*, 'nourriture' et 'papa', etc. Le vocable gréco-latin est un terme indo-européen, puisqu'il se retrouve en vieux slave *oŭci* 'père', gothique *atta* 'id.', vieux-haut-allemand *atto* 'id.', irlandais *aite* 'père nourricier', sanscrit *atta* 'mère' et *attih* 'sœur aînée'. Du reste, *atta* se laisse déceler même en dehors de l'indo-européen ⁽⁷⁾, comme nous venons de le voir en turc.

Le sens de 'maman' ne correspond pas à celui de 'papa' du latin et du grec, mais en contrepartie il se retrouve tel quel en sanscrit. Et il est instructif de comparer cette labilité sémantique, somme toute bien enfantine, au vocable analogue *tat(t)a*, qui en roman évolue du sens de 'papa' à celui de 'sœur aînée' (en aroumain, précisément), ou de 'jeune fille', 'frérot', 'sœurlette', etc. ⁽⁸⁾.

A notre ferme avis, ce terme enfantin *atā* 'maman', du latin *atta*, fait manifestement pendant au macédo-roumain *imă* 'maman', que T. Papahagi n'explique pas, et que nous dérivons du latin *amma* 'maman', terme également enfantin (parallèle au synonyme *mama*), dont l'existence est attestée par les langues romanes ⁽⁹⁾. A ces témoignages ibériques il faudra donc ajouter, dans une souhaitable réédition du classique «*Romanisches Etymologisches Wörterbuch*» de W. Meyer-Lübke, la survie aroumaine *imă* (aphérésée parfois en *mă*) et surtout la forme daco-roumaine ancienne *imă* 'mère', qui a toujours été mal expliquée, à notre avis, par le synonyme enfantin *mamă* du latin *amma*, en attribuant une prothèse *i-* à une hypothétique forme plus ancienne **mmă* conservée les syntagmes *mă-sa* 'sa mère' et *mă-ta* 'ta mère' ⁽¹⁰⁾. Mais les formes aphérétiques *mă* du daco- et macédo-roumain s'expliquent bien mieux par [i]mă de *amma*, que par (ma)mă de *mama*.

Au reste, la variante daco-roumaine *înmă* reflète manifestement la gémation expressive du latin *amma*; cf. *at(t)a*.

⁽⁶⁾ R. E. W., 8596.

⁽⁷⁾ E. Boisacq, *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*, Heidelberg, C. Winter, 1950, s. v.

⁽⁸⁾ R. E. W., l. c.

⁽⁹⁾ R. E. W., 424 et 425.

⁽¹⁰⁾ Ainsi le «*Dictionnaire de l'Académie*» avec H. Tiktin, *Rumänisch-Deutsches Wörterbuch* (1903--1925) et, dernièrement, Al. Ciorănescu, *Diccionario etimológico rumano* (1958-1966), s. v. *mamă*.

Quant à l'albanais *im'më* 'ma mère', cité par T. Papahagi, et dans lequel Weigand voyait l'origine du daco-roumain *imă* ⁽¹¹⁾, il remonte lui-aussi, selon nous, au latin *a m m a*.

2. — Aroumain, daco-roumain *NAIE* 'navire'

T. Papahagi enregistre le nom féminin *năie* 'navire' avec, pour toute étymologie, un singulier point d'interrogation.

Il s'agit sans doute d'un manifeste descendant aroumain, inconnu à ce jour, du latin *navis*, -ve [m], qui a survécu en daco-roumain *naie* 'navire', 'nef'. Le phonétisme en est tout à fait régulier: cf. (să) *laie* 'qu'il lave', du latin *lave* [t].

La révélation de ce terme chez les Roumains sud-danubiens vient appuyer la thèse de son existence certaine au nord du Danube. En effet, le daco-roumain *naie* n a v e m doit encore vivoter son existence obscure, régionale, probablement concurrencé par l'homonymie avec l'hypocoristique très familier *Naie* 'Colas' et sûrement par la synonymie avec *corăbie*, terme appartenant au langage général. Malgré l'attestation de S. Pușcariu ⁽¹²⁾, suivi en cela par W. Meyer-Lübke ⁽¹³⁾, les lexicographes roumains tels Tiktin ⁽¹⁴⁾, Candrea-Densusianu ⁽¹⁵⁾ et Scriban ⁽¹⁶⁾, ont ignoré le vénérable vocable, alors que plus tard Candrea le considérait néologisme ⁽¹⁷⁾, — malgré les avis contraires de Cihac ⁽¹⁸⁾ et L. Șăineanu ⁽¹⁹⁾, auxquels se sont ralliés dernièrement Al. Ciorănescu ⁽²⁰⁾ et D. Macrea ⁽²¹⁾, entre

⁽¹¹⁾ «Balkan-Archiv», Leipzig, III, 1927, p. 205.

⁽¹²⁾ *Etymologisches Wörterbuch der rumänischen Sprache*, Heidelberg, C. Winter, 1905, s. v.

⁽¹³⁾ *R. E. W.*, 5863.

⁽¹⁴⁾ *Op. cit.*

⁽¹⁵⁾ Aug. Scriban, *Dicționarul limbii românești*, Iași, 1939.

⁽¹⁶⁾ I.-A. Candrea — Ov. Densusianu, *Dicționarul etimologic al limbii române*, București, Socer, 1907-1914 (inachevé).

⁽¹⁷⁾ I.-A. Candrea, *Dicționarul enciclopedic ilustrat*, București, Cartea Românească, 1931.

⁽¹⁸⁾ A. de Cihac, *Dictionnaire d'étymologie daco-romane*, I: *Éléments latins*, Francfort a/M., L. St. Goar, 1870.

⁽¹⁹⁾ L. Șăineanu, *Dicționar universal al limbii române*, Craiova, Scrisul Românesc, 9 1943 (1-e éd., 1896).

⁽²⁰⁾ *Op. cit.*

⁽²¹⁾ Qui le déclare «rare», dans son *Dicționarul limbii române moderne*, București, Ed. Acad. R. P. R., 1958.

autres⁽²²⁾. Dans le doute, comment s'étonner de l'opinion d'un C. Tagliavini⁽²³⁾ ou d'un G. Reichenkron⁽²⁴⁾, qui ne voient en *naie* qu'un cultisme de plus, forgé il y a un siècle par l'École Latiniste?

Ce doute quant à l'authenticité du daco-roumain *naie* est, somme toute, naturel chez des roumanisants étrangers, vu qu'aucun Dictionnaire roumain n'a cité des exemples populaires du mot en question. Ce n'est qu'en 1940, et encore indirectement, que S. Pușcariu allait rendre patente, dans le «Dictionnaire de l'Académie» sous le vocable *cob* (obscur quant au sens et à l'étymon), le premier exemple indiscutable offert par une poésie populaire recueillie par la folkloriste émérite Elena Sevastos:

Cînd la mijloc de cale,
Cale și cărare,
S'a iscat un vînt
Din fund de pămînt,
Marea a-nvăluit,
Naiele au gistruit...⁽²⁵⁾

Ce passage reprend et développe une variante antérieure plus succincte, dans laquelle *naie* est remplacé par son synonyme autrement plus vigoureux *corabie*:

Cînd în mijloc de cob a sosit,
Mare vîfor i-a pălit,
Corabia-n ostrov au sprijînit⁽²⁶⁾.

L'interruption de la publication du «Dictionnaire de l'Académie», due à la guerre, a empêché la publication de la lettre *N* et la révélation d'autres attestations populaires possibles de *naie*. Décisive serait la consultation du fichier respectif, demeuré en la possession de l'actuelle Académie R. S. R., qui a repris la publication du Dictionnaire sous la direction du prof. Ion Coteanu.

(22) Également «rare» est considéré par le *Dicționarul limbii romine literare contemporane* (= DLRC), 3-e vol., București, Ed. Acad. R. P. R., 1957. Ajoutons que *naie* figure dans le récent *Dictionar invers*, Bucuresti, Ed. Academiei, 1957.

(23) Malheureusement, nous en avons égaré la référence.

(24) Dans une communication verbale, à Lisbonne, en 1959.

(25) Elena Sevastos, *Nunta la Români* («Le mariage chez les Roumains») București, 1889, p. 136. (= «Quand, à mi-chemin, / Chemin, sentier, / Eclata un vent / Du fond de la terre, / Enveloppa la mer, / Fit naufrager les nef...»).

(26) *Ibid.*, p. 131. (= «Lorsqu'ils sont arrivés au milieu du voyage (?), / Grande tempête les a frappés, / Ils ont protégé le bateau dans l'île...»).

Néanmoins, un second exemple de *naie*, tiré du même précieux recueil folklorique, allait nous être fourni en 1957 par le DLRC, s. v.:

A fost vîntul mare
Atuncea pe mare
.....
Naiele-a-nturnat... (²⁷)

Enfin, c'est le même poète populaire qui, quelques pages plus loin, reprend l'épisode de la tempête dans des termes légèrement différents, mais indiscutablement authentiques, ce qui certifie le binôme *naie* = *corabie* chez l'aède anonyme:

Dar cînd a fost la jumătate cale,
S-a stîrmit o furtună mare,
Un vînt despre răsărit,
Foarte iute și cumplit,
Și pe toți *corăbierii* i-a-nnecat... (²⁸)

L'origine populaire du terme recueilli par la folkloriste est garantie par le caractère même du passage, qui constitue comme un lieu commun de la poésie populaire: le thème du naufrage.

En voici, par exemple, un écho parallèle transmis par l'infatigable folkloriste S. Fl. Marian:

Trimis-a Dumnezeu [...]
Pe mare un vînt greu
Și marea o-a-nvăluit,
Corăbiile au gistruit (²⁹)

Et ce verbe dialectal, relevé en Bucovine et en Transylvanie, *gistrui*, variante de *ageș(r)i* 'amonceler', dérivé de *ageș* du latin *a g g e s t u m* (³⁰),

(²⁷) *Ibid.*, p. 137; cité dans le Dictionnaire mentionné *supra*, n. 22. (= «Le vent a été fort, / Alors, sur la mer, / [...] Il a renversé les nefs...»).

(²⁸) *Ibid.*, p. 141; dans le «Dictionnaire de l'Académie», 1940, *loc. cit.* (= «Mais, lorsqu'ils étaient à mi-chemin, / Eclata une grande tempête, / Un vent de l'est, / Orageux et terrible, / Qui noya tous les matelots...»).

(²⁹) S. Fl. Marian, *Nunta la Români*, București, 1890, p. 812. (= «Dieu envoya [...] / Sur mer un vent lourd / Qui enveloppa la mer, / Fit naufrager les bateaux...»).

(³⁰) B. P. Hașdeu, *Etymologicum Magnum Romaniae*, I, Bucuresci, Sococ, 1886, s. v., pp. 500-502.

constitue le second certificat d'authenticité du nom *naie*, qu'il accompagne dans le vers du premier passage cité ci-dessus: à suspecter une probe folkloriste de latinomanie (tardive et déplacée), ce serait trop lui attribuer l'audace de l'insertion de deux latinismes suivis, dans le même vers d'un thème populaire, d'une poésie populaire... Au contraire, il faut voir dans le vers archaïsant

Naiele au gistrui

une transcription fidèle de deux termes populaires rares, dont le voisinage plaide pour leur réciproque ancienneté. *Naie* est aussi authentique que *gistrui*, garanti par Hasdeu. Sans parler du mystérieux *cob*, que la folkloriste n'a certainement pas inventé. Point de doute: tout le thème respire l'authenticité populaire, voire vocabulaire.

Que *naie* soit un vieux terme latin survécu surtout dans la conservatrice Transylvanie, le prouvent encore nombre d'attestations que nous avons pu relever chez les écrivains issus de cette province. Ces exemples révèlent une *naie* au sens non pas de 'navire', mais de 'nef d'église'. Et nous pensons que c'est justement ce second sens — croisement tardif, mais ancien, du latin *navem* avec le grec *ναός* 'temple' — qui a dû sauver la vie d'un vocable marin, dans une région montagneuse d'intérieur. Conséquemment, *naie* 'nef' est encore un terme religieux appartenant au lexique primitif du christianisme sur le sol roumain, au cœur de la Dacie, comme *tindă* 'parvis' *tendă*; *biserică* 'église' *basilica*, etc.

En effet, l'ancien archiprêtre Ion Agârbiceanu (1882-1963), grand prosateur transylvain dont l'inspiration et le vocabulaire populaires sentent le terroir, atteste fréquemment cette acception, p. ex.: «Mulțimea din *naia* bisericeii era tot mai deasă»⁽³¹⁾. Et, fait significatif, ce sens ecclésiastique se retrouve très naturellement chez les Roumains transylvains émigrés aux Etats Unis, soucieux qu'ils sont de conserver le langage de la Mère Patrie; en voici quelques exemples relevés au hasard de nos lectures dans leur bulletin mensuel «Unirea», de Cleveland: «Statuia < Sf. Petru > se află așezată în *naia* centrală din biserica Sf. Petru din Roma»⁽³²⁾. «A fost stropit altarul, *naia* și tinda sfântului lăcaș, precum

⁽³¹⁾ *Arhanghelii*, roman, 2-e éd., s. d. (1-e éd., 1914), București, Universala, vol. I, p. 65. (= «La foule de la *nef* de l'église était de plus en plus dense»).

⁽³²⁾ «Unirea», Cleveland, XII, 6, juin 1961, p. 2. (= «La statue < de St. Pierre > se trouve placée dans la *nef* centrale de la Basilique St. Pierre, de Rome»).

și asistență»⁽³³⁾. «*Naia* centrală < a bisericii Sf. Petru > a fost amenajată în sală de ședințe⁽³⁴⁾; etc.

Ajoutons qu' Agârbiceanu emploie *naie* aussi dans le sens large, primitif, de 'navire', p. ex.: «Nici ei < oamenii falși > nu-s oameni întregi, ci biete suflete naufragiate, sparte în mii de bucăți. Și, după cum orice bucățiță din *naia* lovită de stîncă e lemn, dar nu mai seamănă a *naie*, astfel...»⁽³⁵⁾.

Au reste, si *naie* n'était pas un terme populaire, comment aurait-il pu engendrer à son tour le dérivé *năier* 'matelot' (synonyme de *corăbier* < *corabie*), employé par le grand poète transylvain G. Coșbuc:

Pe țărm erau stoluri de fete
Cu drag de *năier* ascultînd —
Și ele rideau scuturînd
Flori albe din negrele plete⁽³⁶⁾

Enfin, il y a même lieu de se demander si le latin *n a v e m* ne survit également dans l'oronymie carpatique sous le nom de *Naia*, pic des monts Sebeș, dans les Alpes transilvaines⁽³⁷⁾ cf. it. *Serra la Nava* (Etna); fr. *Nave* (Allier, Ardèche, Corrèze), *Col de Nave* (Alpes); cf. vx. sp., vx. pg. *nava*, terme probablement pré-romain (R. E. W., 5858).

Autant de raisons pour conclure cette note en remontant à son début: la récente attestation du terme populaire *naie* 'navire' chez les Roumains sud-danubiens (dont l'étymologie, étrangement ignorée, est évidente) vient corroborer l'authenticité du même terme chez les frères nord-danubiens et confirmer, à travers l'histoire d'une mot latin en terres roumaines, l'extension de la même aire ethnique des deux cotés du Danube.

(³³) *Ibid.*, XII, 7, juillet 1961, p. 20. (= «On a aspergé l'autel, la nef et le parvis du saint lieu, de même que l'assistance»).

(³⁴) *Ibid.*, XIV, 10, octobre 1963, p. 3. (= «La nef centrale < de l'église St. Pierre > a été aménagée en salle de séances»).

(³⁵) *Invulnerabilul*, dans *Schițe și Povestiri*, rééd. dans *Opere*, II, București, Editura pentru Literatură, 1962, p. 440. (= «Eux non plus < les faux > ne sont point des hommes entiers, mais de pauvres âmes naufragées, brisées en mille morceaux. Et, de même que chaque petit morceau de la nef brisée contre le rocher est en bois, mais il ne ressemble plus à une nef, de la même façon...»).

(³⁶) *Dictionarul limbii romine literare contemporane*, III, 1957, s. v. (= «Sur le rivage, il y avait des bandes de jeunes-filles / En train d'écouter avec plaisir le matelot / Et elles riaient, en secouant / Des fleurs blanches, de leurs tresses noires...»). — Le dérivé *năier* se retrouve *ibidem* chez le poète moldave G. Lesnea (n. 1902).

(³⁷) «România — O. T. R.», București, III, 2, 1938, p. 33, col. 4.

NOVA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS DIALECTOS GALEGO - PORTUGUESES

LUÍS F. LINDLEY CINTRA
(LISBOA)

Desde 1893, ano em que o fundador da dialectologia científica em Portugal, José Leite de Vasconcelos, apresentou pela primeira vez o seu *Mapa dialectológico do Continente Português* ⁽¹⁾, até hoje, foram feitas, sucessivamente, várias tentativas de classificação dos dialectos portugueses continentais que, revistas criticamente e em conjunto, me parecem permitir, e até aconselhar, a apresentação de uma nova proposta. Esta proposta deverá naturalmente ter em conta o estado presente dos nossos conhecimentos sobre a matéria — não esquecendo que ele é ainda imperfeito, devido principalmente à inexistência do tão desejado e há tanto tempo projectado *Atlas linguístico galego-português* ⁽²⁾ e admitindo desde já que o traçado das fronteiras terá de ser precisado e corrigido com base em

(1) A data citada é, não a da publicação do *Mapa Dialectológico* como opúsculo independente e assim intitulado, publicação que só se fez em 1897, mas a do aparecimento do mesmo mapa, com o título de «Carta dialectológica do Continente Português» em Ferreira-Deusdado, *Corografia de Portugal*, 1.ª edição, (Guillard, Aillaud & C.*), Lisboa, 1893, junto da pg. 16. É este um facto pouco conhecido, mas que em boa hora foi recordado por Manuel de Paiva Boléo no artigo *O «Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental»*, a que mais adiante me refiro, publicado nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (= *Boletim de Filologia*, XX (1961) [publ. em 1962], pgs. 91-92, n. 15).

(2) Incluído pela primeira direcção do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa entre os trabalhos que este recém-criado instituto de investigação se propunha realizar prioritariamente e como tal mencionado no fascículo 1 do tomo I do seu *Boletim de Filologia*, publicado em 1932, proclamado como objectivo final de vários dos seus empreendimentos pelo Professor Manuel de Paiva Boléo, a cujos persistentes esforços no sentido de que a obra se viesse a efectivar é preciso prestar homenagem, planeado, nas suas linhas gerais, pelo referido Professor, por José Gonçalo Herculano de Carvalho e por Luis F. Lindley Cintra em 1957, no texto do *Projecto do Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza* que nesse ano leram no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e foi impresso nas *Actas*, vol. II, Lisboa 1960, pgs. 413-417, só muito recentemente

investigações futuras. Pode, no entanto, esta tentativa representar um passo em frente em relação às últimas realizadas, ao tomar como base alguns materiais ainda não utilizados com este fim e que são: 1.^o: apontamentos tomados durante os inquéritos que efectuei em 1953, em 1954 e em 1956, para o *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* (ALPI) ⁽³⁾; 2.^o: observações que fui fazendo no decurso de excursões dialectais efectuadas com alunos da Faculdade de Letras, durante os últimos oito anos ⁽⁴⁾; 3.^o: os importantes estudos recentemente publicados sobre dialectologia galega por Alonso Zamora Vicente ⁽⁵⁾. Pode ainda, do ponto

(em Maio de 1970), circunstâncias favoráveis permitiram que um pequeno grupo de trabalho iniciasse, sob a orientação do último signatário do *Projecto*, os indispensáveis trabalhos preparatórios, devendo as colheitas de material no campo começar durante o ano de 1971.

⁽³⁾ Sobre essas campanhas de recolha de materiais, infelizmente na sua maior parte ainda inéditos, visto que apenas se publicou até hoje o primeiro volume do *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, veja-se, sobretudo, Luís F. Lindley Cintra, *Enquêtes au Portugal pour l'Atlas Linguistique de la Péninsule Ibérique*, em *Orbis*, III, 1954, pgs. 417-418; Manuel Sanchis Guarner, L. Rodríguez Castellano, Aníbal Otero e L. F. Lindley Cintra, *El Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI). Trabajos, problemas y métodos en Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (1959) (= *Boletim de Filologia*, XX, 1961, pgs. 113-120) e, ainda, Manuel Sanchis Guarner, *La cartografía lingüística en la actualidad y el Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, 1953, 74 pgs. Com base em notas que durante as excursões fui tomando para meu próprio uso, publiquei entretanto alguns trabalhos: *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica em Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro* (Bahia, 1956), Rio de Janeiro 1958, pgs. 186-195 (comunicação cujo verdadeiro título, substituído pelos editores, era: *Trabalhos realizados em Portugal para o ALPI: seu interesse para a dialectologia brasileira*, o que corresponde mais exactamente ao seu conteúdo); *une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais em Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (1959), III (= *Boletim de Filologia*, XX, 1961 [1962], pgs. 31-39) (acompanhado de 3 mapas); e *Áreas lexicais no território português* (ilustrado por 8 mapas) em *Boletim de Filologia*, XX, 1961 [1962], pgs. 273-307 (a respeito do qual, v. Orlando Ribeiro, *A propósito de áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)* no mesmo *Boletim*, XXI, 1962 [1965], pgs. 177-205.

⁽⁴⁾ Realizaram-se seis excursões deste tipo entre 1962 e 1968. Percorreram em vários sentidos todas as províncias continentais portuguesas. Durante estas excursões fizeram-se inquéritos breves que foram na sua maior parte gravados; as fitas correspondentes constituem o pequeno núcleo do *Arquivo dos Dialectos e Falares Portugueses* existente no Instituto de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa.

⁽⁵⁾ Estudos, como se sabe, baseados tanto em recolhas indirectas como em dados colhidos no campo pelo próprio autor. Vejam-se Alonso Zamora

de vista metodológico e pedagógico, oferecer, segundo creio, algumas vantagens, sempre em relação a tentativas anteriores, por corresponder a um esforço por simplificar o quadro de conjunto, evitando, no entanto, naturalmente, cair em qualquer deformação ou visão de algum modo menos verdadeira da realidade analisada. Para alcançar este último objectivo, penso que se impõe partir do pressuposto que, à abundância dos traços tidos em conta como base de uma tentativa deste género, é preferível uma selecção criteriosa dos mais significativos e, mesmo entre eles, o estabelecimento de uma hierarquia. Não há dúvida de que esta selecção e esta hierarquização implicam alguns riscos de apreciação subjectiva. Mas são riscos que me parece indispensável correr e que podem ser consideravelmente diminuídos se o linguista, além da sua sensibilidade e experiência individuais, fizer intervir a sensibilidade de outros membros do grupo socio-linguístico a que pertence — no caso presente, de membros da comunidade linguística portuguesa integrados na «norma-padrão» portuguesa continental. Foi o que procurei fazer, na medida do possível e ao longo de vários anos, ouvindo reacções à proposta que apresentava. As opções que aqui proponho e que a seu tempo procurarei justificar pareceram-me merecer uma aceitação suficientemente ampla para permitir a sua adopção neste estudo.

As propostas anteriores

Como já acima recordei, a mais antiga tentativa de classificação sistemática dos dialectos portugueses continentais deve-se a Leite de Vasconcelos. No *Mapa Dialectológico do Continente Português*, de 1897, aparece-nos a descrição de «Portugal Dialectológico», precedida por uma «classificação sumária das línguas», feita por Gonçalves Viana, e acompanhada por um mapa, colorido excepto no que se refere a zonas sobre as quais o dialectólogo não possuía ainda então quaisquer informações⁽⁶⁾.

A segunda classificação data de 1901 e deve-se também a Leite de Vasconcelos. Encontramo-la na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise*,

Vicente, *Geografía del seseo gallego*, em *Filologia*, III, 1951, pgs. 84-95, *La frontera de la geada*, em *Homenaje a Fritz Krüger*, I, Mendoza, 1952, pgs. 57-72, *De geografía dialectal: -ao, -an, en gallego*, em *Nueva Revista de Filología Hispánica*, VII, 1953, pgs. 73-80, *Los grupos -uit-, -oit-, en gallego moderno, su repartición geográfica*, em *Boletim de Filologia*, XXI, 1962-1963, pgs. 57-68.

(6) José Leite de Vasconcellos, *Mappa dialectológico do Continente Português*... precedido de uma classificação summaria das línguas por A. R. Gonçalves Vianna, Lisboa, 1897.

tese de doutoramento na Universidade de Paris ⁽¹⁾, ainda hoje a única descrição de conjunto dos dialectos portugueses (muito rica quanto a informações que permaneciam válidas uns cinquenta anos depois de publicadas, como tive oportunidade de o verificar, não sem alguma surpresa, ao percorrer Portugal como inquiridor do ALPI, o que prova como — entre 1900 e pelo menos 1953-54 — os dialectos portugueses só superficialmente estiveram sujeitos à acção de factores «normalizadores» como a escola ou a rádio) ⁽²⁾. Esta segunda classificação, que não coincide com a primeira, apesar de as diferenças não serem muito numerosas, pode encontrar-se nas págs. 28-31 da 1.^a edição do livro, infelizmente não acompanhada de um mapa ⁽³⁾.

Em 1929, ao reunir e reeditar, no IV volume dos *Opúsculos* ⁽⁴⁾, diversos trabalhos anteriores, voltou Leite de Vasconcelos a publicar o *Mapa Dialectológico* de 1893-1897, agora a preto, com várias modificações que transformam esta reedição numa espécie de terceira proposta de classificação.

A quarta classificação a mencionar é de Manuel de Paiva Boléo e está fundamentalmente baseada em respostas ao inquérito linguístico por correspondência lançado em 1942 (ILB), respostas que, no momento em que foi publicado o mapa, elaborado com a colaboração da sua discípula Maria Helena dos Santos Silva, atingiam o número de cerca de

(1) J. Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris (Faculté des Lettres), Paris-Lisboa, 1901. (Recentemente, em Lisboa, 1970, publicou-se uma 2.^a edição «com aditamentos e correcções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos, por M. A. Valle Cintra». Constitui o vol. I das Publicações do Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza).

(2) Note-se que esta observação se aplica fundamentalmente ao que se podia observar em 1953-1954 e creio que até 1960. A partir de então, começou a exercer-se ou a intensificar-se a acção de certo número de factores novos: deu-se, por exemplo, a progressiva extensão do alcance e da influência da televisão e aumentou extraordinariamente a intensidade do fenómeno da emigração para países da Europa (com o início do retorno temporário ou definitivo de alguns emigrantes); generalizou-se o afastamento da região de origem, ou de regiões próximas, da maioria dos jovens do sexo masculino, durante um serviço militar prolongado por 4 anos e em grande parte prestado em África. São factores cuja repercussão no domínio da nivelação linguística ainda está por estudar.

(3) Na 2.^a edição, pgs. 27-29. O mapa de Portugal que acompanha a primeira edição e aparece, melhorado, na 2.^a limita-se a localizar as regiões ou povoações a que o autor faz referência.

(4) José Leite de Vasconcellos, *Opúsculos*. IV, Filologia (Parte II), Coimbra 1929, pgs. 791-796.

2000. A publicação desse mapa (já anunciada em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros) ⁽¹¹⁾ fez-se, em 1959, pela primeira vez, no *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, e repetiu-se, a cores, em forma definitiva e comentada, em 1962, nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (Lisboa, 1959) ⁽¹²⁾.

Encontra-se, enfim, uma quinta classificação dos dialectos portugueses continentais no capítulo *Estado actual del Portugués en la Península Ibérica*, da *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz (2.ª edição, publicada em 1961) ⁽¹³⁾. Infelizmente, esta classificação, tal como acontece com a da *Esquisse d'une dialectologie*, não se apresenta acompanhada de qualquer mapa ilustrativo.

Como complemento desta enumeração e porque se trata de um trabalho em que, embora não se encontre uma proposta de classificação geral, aparecem dados úteis e por vezes indispensáveis para a elaboração de qualquer proposta, lembrarei aqui o artigo fundamental publicado, em 1951, por Manuel de Paiva Boléo: *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas* ⁽¹⁴⁾. Além disso, poderei apontar a minha comunicação ao I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Bahia, 1956), impressa em 1958 nos respectivos *Anais* ⁽¹⁵⁾, sem que o mapa

⁽¹¹⁾ V. Manuel de Paiva Boléo, *O estudo dos falares portugueses antigos e modernos e sua contribuição para a história da língua*, em III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, *Actas*, II, Lisboa, 1960, pgs. 418-428 (especialmente 424 a 428).

⁽¹²⁾ Trata-se do trabalho a que já se aludiu na nota 1: Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, *O «Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental»* em *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica* (31 de Março-4 de Abril de 1959), III (= *Boletim de Filologia* XX, 1961), [1962], pgs. 85-112 (acompanhado de 4 mapas, o 2.º e o 3.º dos quais são reprodução, em alguns casos retocada e melhorada na apresentação, dos mapas de Leite de Vasconcelos de 1897 e de 1929).

⁽¹³⁾ Pilar Vázquez Cuesta - Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*. Segunda edição aumentada, Madrid 1961, pgs. 43-76. Trata-se de uma parte do sector da Introdução desta *Gramática* (de que se prevê para breve uma 3.ª edição melhorada) intitulado «Nociones de geografía de la lengua portuguesa», sector que constitui, sem dúvida, no momento presente e apesar da sua extensão naturalmente limitada, a visão de conjunto do panorama dialectal português mais completa e actualizada a que é possível recorrer, do mesmo modo que o sector «Nociones de historia de la lengua» é uma boa exposição sumária do que de essencial se pode dizer, presentemente, sobre essa outra matéria.

⁽¹⁴⁾ Publicado no *Boletim de Filologia*, XII, 1951, pgs. 1-44 (com 8 mapas de isoglossas, traçadas com base em materiais do ILB).

⁽¹⁵⁾ Trata-se do trabalho *Alguns estudos de fonética...* já citado atrás, na nota 3 deste artigo.

que então apresentei — primeiro esboço do primeiro de aqueles que agora aqui se publicam — tivesse podido ser integrado na publicação. É a par destes estudos que devem ser colocados os já aludidos artigos de A. Zamora Vicente sobre geografia dialectal galega (todos eles acompanhados de utilíssimos mapas de isoglossas) ⁽¹⁶⁾.

Conteúdo das propostas

Antes de apresentar a nova proposta, creio que não será supérfluo passar rapidamente em revista as classificações que acabo de mencionar e dedicar a cada uma delas alguns comentários e observações críticas.

a) Leite de Vasconcelos (1893-1897)

O *Mapa Dialectológico* de Leite de Vasconcelos, de 1893-1897, propõe uma classificação bastante simples em «grupos primários, secundários e terciários» a que o autor chama *dialectos*, *subdialectos* e *variedades* ⁽¹⁷⁾. No continente português haveria a distinguir:

1) o *dialecto interamnense* («falado na antiga província de Entre-Douro-e-Minho»), em que o próprio mapa (e não o texto) isola: a) o *subdialecto alto-minhoto*, entre o Minho e o Lima; b) o *subdialecto baixo-minhoto*, entre o Lima e o Douro e até para lá do Tâmega, e, dentro dele, a *variedade do Porto* e a *variedade da Póvoa*; c) o *subdialecto baixo-duriense*, entre o Tâmega e o Corgo.

2) o *dialecto trasmontano* («falado na província de Trás-os-Montes, excepto nos pontos onde se fala o mirandês, o riodonorês e o quadramilês»), em que o mapa distingue: a) o *subdialecto da fronteira*; b) a *linguagem de Macedo e Mogadouro*; c) o *subdialecto alto-duriense*, entre o Corgo e o Tua.

3) o *dialecto beirão* («falado no principado da Beira»), que o mapa divide em: a) *subdialecto da Beira ocidental*; b) *subdialecto alto-beirão*, entre o Douro e o Dão; c) *subdialecto baixo-beirão*; d) *subdialecto de Fundão, Castelo Branco... até Portalegre*.

⁽¹⁶⁾ V., atrás, a lista destes trabalhos incluída na nota 5.

⁽¹⁷⁾ V. J. Leite de Vasconcelos, *Mapa Dialectológico*, 1897, pg. 15 (col. 2). A classificação encontra-se na pg. 16 e, principalmente, no mapa, ali onde se explicam as convenções usadas na sua elaboração.

4) o *dialecto meridional* («falado entre o Mondego e o Guadiana, isto é, nas três províncias do Sul de Portugal» e, ainda, em Olivença), em que o mapa distingue: a) o *subdialecto estremenho* e, dentro dele, a *variedade de Lisboa*; b) o *subdialecto alentejano* e, dentro dele, a *variedade de Ponte de Sor - Avis* e a *variedade de Olivença*; c) o *subdialecto do Algarve*.

À margem desta classificação, considera Leite de Vasconcelos a existência daquilo a que chama *co-dialectos* «isto é, idiomas que, conquanto, pelos seus caracteres gramaticais se avizinhem do português mais que outras quaisquer línguas românicas e lhe sejam em parte ligados na obediência às mesmas leis especiais, não estão contudo numa relação tão íntima com ele, considerado língua literária e nacional, como por exemplo os falares da Beira ou do Algarve»⁽¹⁶⁾. Aplica esta designação indistintamente ao *galego*, ao *mirandês*, ao *riodonorês* e ao *guadramilês*.

Tanto esta noção de *co-dialecto* como a aplicação que dela faz, são, do ponto de vista da linguística moderna, o que logo aparece como mais antiquado e inaceitável numa classificação em que, como veremos, há muito de bem observado (de melhor observado que em muitas classificações posteriores) e de ainda hoje perfeitamente aceitável.

b) Leite de Vasconcelos (1901)

A classificação dos dialectos galego-portugueses continentais que se encontra em 1901 na *Esquisse*, e em que o *galego*, o *mirandês*, o *riodonorês* e o *guadramilês* continuam a ser classificados, em pé de igualdade, como *co-dialectos* do português, coincide, como era de esperar, nos aspectos mais gerais, com a de 1897, mas diverge em alguns pormenores que merece a pena salientar. Não considera, por exemplo, a existência de «variedades» ou subdialectos (ou, pelo menos, não as designa com este nome).

Os *dialectos* são os mesmos:

- 1) o *dialecto interamnense* subdividido em:
 - a) *alto-minhoto*;
 - b) *baixo-minhoto*;
 - c) *baixo-duriense*.

(16) *Ibid.*, pg. 15 (col. 1).

- 2) o *dialecto trasmontano*, agora subdividido em:
 - a) *raiano*;
 - b) *alto-duriense*;
 - c) *ocidental e central*.
- 3) o *dialecto beirão*, em que agora se distinguem apenas:
 - a) *alto-beirão*;
 - b) *baixo-beirão*;
 - c) *ocidental*;(não se incluindo portanto entre os subdialectos o «de Fundão, Castelo-Branco... até Portalegre»);
- 4) o *dialecto meridional*, dividido, como na primeira classificação, em:
 - a) *estremenho*;
 - b) *alentejano*;
 - c) *algarvio*.

c) Leite de Vasconcelos (1929)

As alterações introduzidas por Leite de Vasconcelos no *Mapa Dialectológico* em 1929, no momento em que o reeditou nos *Opúsculos*, consistiram essencialmente, além de uma tentativa (nem sempre lograda) de maior exactidão no traçado das fronteiras dos quatro dialectos principais:

- 1) *Interamnense*;
- 2) *Trasmontano*;
- 3) *Beirão*;
- 4) *Meridional*,

na consagração em mapa da não consideração que já observámos na *Esquisse* do subdialecto de «Fundão-Castelo-Branco até Portalegre» e de outras *variedades* dialectais representadas na versão de 1893-1897. No texto do comentário introduziram-se alguns acrescentos que são mais de natureza geográfica que linguística, visto que é das divisões geográficas ou administrativas do país que vemos o autor partir, na maior parte dos casos, para a elas associar a existência de aquilo para que volta a usar o nome de subdialectos. Considera, por exemplo, o «dialecto interamnense» dividido em subdialectos, cada um dos quais ligado a uma das três regiões: Alto-Minho, Baixo-Minho, Baixo-Douro; o «dialecto trasmontano» em subdialectos correspondentes à Raia, Trás-os-Montes Central e Alto Douro; o «beirão» em subdialectos da Beira-Alta, Beira-Baixa e

Beira-Mar ou Ocidental; o «meridional» em variedades da Estremadura, Alentejo (por sua vez subdividido em Alto, Central e Baixo) e Algarve⁽¹⁹⁾. Provavelmente por deficiência do desenhador, observa-se no mapa a atribuição aos falares de Riodonor, de Guadramil, de Miranda e de Barrancos de áreas que estão longe de corresponder às reais. Há ainda a notar o inexplicado e inexplicável isolamento de áreas consagradas às variedades de Boticas, Alijó, Felgueiras, Peso da Régua, Aljustrel, Odemira. Mais importante, e sobretudo mais positiva, segundo creio, do que as citadas alterações — que, de um modo geral, prejudicaram, em lugar de aperfeiçoar, o primitivo mapa — é uma leve modificação feita nesta ocasião no próprio texto do artigo. Trata-se da alusão ao *galego* que reflecte, pela primeira vez, no já então idoso mas sempre lúcido dialectólogo, certa insatisfação em relação ao lugar que atribuíra nos seus trabalhos anteriores a esta variedade regional do português e em relação ao termo, realmente impróprio, de *co-dialecto*: «À Galiza — escreve ele — pertence o *galego*, que não é mais que um dialecto português ou, se se quiser, um seu *co-dialecto*»⁽²⁰⁾.

d) Paiva Boléo - Maria Helena Santos Silva (1959-1962)

A publicação, depois de um longo intervalo, em 1959 e 1962, do *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal* de Paiva Boléo e de Maria Helena Santos Silva, representa, quanto ao assunto de que nos ocupamos, um momento fundamental de renovação de pontos de vista, com base em dados completamente novos. Embora discordando em vários aspectos do aproveitamento que se fez desses dados, é justo que comece por louvar o

(19) V. *Opúsculos*, IV, pgs. 794-795.

(20) *Ibid.*, pg. 793. Vale a pena recordar aqui algumas frases finais desta reedição do comentário ao mapa dialectológico, em que Leite de Vasconcelos revela a perfeita consciência que ele próprio tinha dos limites e defeitos da sua proposta: «... convém também notar que as variações dialectais não coincidem de forma exacta e absoluta com as divisões territoriais, de modo que, quando se diz, por exemplo, *dialecto beirão*, ou *subdialecto alentejano*, não possa haver fenómenos comuns à Beira e ao Alentejo, — o que paralelamente acontece noutras nações; mas é costume adoptar por comodidade nomenclatura geográfica». (pg. 795). Quanto ao próprio conceito de *dialecto*, e ao emprego que fazia do termo, escreveu: «Devo igualmente dizer que com a expressão *dialecto* não quero significar um conjunto uniforme, pois que dentro de cada um desses conjuntos há, como escrevi acima, variações, que aqui não especifico, por ser isso agora descabido» (pg. 796).

imenso esforço de reunião de materiais e a tentativa corajosa de os sistematizar que deram origem à apresentação deste novo mapa.

Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva começam por se afastar de Leite de Vasconcelos, ao distinguir na sua terminologia *dialectos*, *falares* e *variedades* — termos que, como é natural, empregam com o significado com que já apareciam em trabalhos anteriores do primeiro signatário do artigo ⁽²¹⁾. As variedades regionais do português a que Leite de Vasconcelos dava o nome de *dialectos*, chama Paiva Boléo *falares*, tendo em conta o seu reduzido afastamento entre si e em relação ao português considerado padrão ⁽²²⁾. No mapa encontramos designados como *dialectos* somente o *guadramilês*, o *rionorês* e o *mirandês* — isto é, variedades locais não galego-portuguesas, pertencentes, como se sabe, ao domínio leonês, embora faladas em parcelas politicamente portuguesas desse domínio ⁽²³⁾ — e, colocado a par deles, bastante inesperadamente, o *barranquenho*, falar caracteristicamente português, alentejano, embora com alguns traços originais devidos à visível e forte influência do dialecto espanhol com que está em contacto ⁽²⁴⁾.

⁽²¹⁾ V., por exemplo, a extensa discussão sobre o significado a atribuir às palavras *dialecto* e *falar* no artigo *Brasileirismos. Problemas de método*, em *Brasília*, III, 1946, pgs. 3-82 (em especial, pgs. 13-17, § 5).

⁽²²⁾ Pequeno afastamento de que já Leite de Vasconcelos tinha, aliás, uma noção muito clara. São do seu artigo citado extensamente na nota 20 mais as seguintes palavras: «Convém... notar que, exceptuando os idiomas raianos (mirandês, riodonorês, guadramilês) e os dialectos crioulos, os nossos falares populares não se diferenciam muito profundamente entre si a ponto de as diferenças obstem a que sejam sempre em geral entendidos no seu conjunto, embora difiram essencialmente» (pg. 795).

⁽²³⁾ Sobre as relações entre o mirandês, o riodonorês e o guadramilês e os outros dialectos leoneses, v., agora, principalmente: a) o artigo básico, fundamental, de Ramón Menéndez Pidal, *El Dialecto Leonés*, publicado na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* em 1906 e recentemente reeditado, juntamente com as *Notas acerca del bable de Lena*, de 1897, por Carmen Bobes, Oviedo 1962. (A reedição inclui um mapa de isoglossas que não faz parte da 1.ª edição e só em 1954 se tinha publicado na revista *Archivum*, IV); b) o excelente livro de Alonso Zamora Vicente, *Dialectología Española*, 2.ª edição, Madrid 1967, capítulo sobre o leonês, pgs. 84 e segs.; c) o livro de Maria José de Moura Santos, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, Coimbra 1967 (Separata da *RPF*, XII, XIII e XIV).

⁽²⁴⁾ Sobre o *barranquenho* pode consultar-se, além do livro póstumo de José Leite de Vasconcelos, *Filologia Barranquenha*, Lisboa 1955, ampliação do artigo publicado no *BdF*, VI, 1939, pgs. 159-177, obra metodologicamente bastante

Quanto aos *falares* considerados pelos autores do artigo temos ⁽²⁵⁾:

1) o *falar minhoto* — que no mapa se subdivide em: a) *alto-minhoto* e, ao longo dele, a *variedade de Riba-Minho*; b) *minhoto central* e, dentro dele, a *variedade de Braga*; c) *minhoto oriental*; d) *baixo-minhoto* e, dentro dele, a *variedade do Porto*;

2) o *falar trasmontano* — subdividido nos «subfalares»; a) *ocidental*; b) *central*; c) *oriental*; d) *baixo trasmontano*;

3) o *falar beirão* — em que se distinguem: a) o *oriental*; b) o *ocidental* e, dentro deste, a *variedade de Sátão*;

4) o *falar do Baixo Vouga e Mondego* — e, no seu interior, as *variedades de Aveiro e dos Campos do Mondego*;

5) o *falar de Castelo Branco e Portalegre* — subdividido nos «subfalares» de: a) *Castelo Branco*; b) *Portalegre*;

6) o *falar meridional* — dentro do qual se destacam: [a) o *estremenho* — esquecido no texto assim como na legenda do mapa]; b) o *alto-alentejano*; c) o *baixo-alentejano*, no interior do qual se isola a *variedade de Almodôvar e Mértola*; d) o *algarvio* (também expressamente classificado como «subfalar»).

Antes de fazer qualquer outra observação, não me parece possível deixar de estranhar, desde já, a ausência total, não tanto no mapa, voluntariamente limitado aos *dialectos e falares de Portugal Continental* (e de que se excluíram, portanto, *a priori*, os dialectos ou falares portugueses que se falam para além das fronteiras políticas do Portugal europeu), mas no próprio texto do estudo, de qualquer referência às variedades regionais do português faladas em território politicamente espanhol — muito principalmente ao *galego*, idioma nativo de uma região muito vasta, mas também aos falares de Alamedilha, Eljas, S. Martín de Trevejo e Valverde del Fresno e ao falar de Olivença, cuja reduzida área geográfica não justifica a sua omissão numa consideração cuidada do panorama dialectal português.

imperfeita, a esclarecedora recensão crítica de Manuel Alvar incluída no *BdF*, XVI, 1957, pgs. 370-376. Nela se lê, na pág. 374: «parece acertada la ubicación del barranqueño dentro del habla del Bajo Alentejo, con una fuerte influencia española».

⁽²⁵⁾ V. o artigo citado, a partir da pg. 94 e até à pg. 104. Conjugue as afirmações que se encontram no texto, em forma explícita, com os dados que é possível colher no mapa comentado.

Contudo, como aliás os próprios autores logo previram ao escrever: «achamos natural que o critério adoptado (de que é principal responsável o primeiro dos autores deste artigo) se preste a críticas e a possíveis discordâncias por parte de dialectólogos experimentados, de quem esperamos observações construtivas que desde já se agradecem»⁽²⁶⁾, o que na tentativa de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva suscita mais dúvidas e me aparece, em vários casos, como inaceitável é a escolha dos traços capazes de servir de base para a delimitação de uma variedade dialectal. «Tiveram... os autores — dizem ainda eles próprios pela pena do primeiro signatário, M. de Paiva Boléo — o cuidado de seleccionar aqueles factos que apresentavam alguma extensão geográfica bem determinada e que, mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos, podiam ser tidos como mais típicos e distintivos». O princípio está absolutamente certo e encontra-se expresso com clareza e precisão. Mas há numerosas ocasiões em que a sua aplicação me parece extremamente discutível.

A acertada preocupação em distinguir: 1) «traços gerais, comuns a uma região», 2) «traços limitados a uma sub-região» e 3) «traços comuns a uma zona limitrofe»⁽²⁷⁾, não correspondeu igual acerto na escolha e hierarquização dos referidos traços. Os «traços gerais» seleccionados para caracterizar um falar são, na minha opinião, de muito desigual valor distintivo. Por vezes, encontram-se simultaneamente em regiões muito diversas, ao mesmo tempo que nem sempre são, como em alguns casos o revelam os próprios autores, realmente «gerais» na região a caracterizar⁽²⁸⁾.

(26) *Art. cit.*, pg. 93.

(27) *Ibid.*, pg. 94.

(28) Por exemplo: dos «traços gerais» seleccionados para caracterizar o falar a que os autores chamam «minhoto», dizem-nos eles próprios que o 4.º (ou seja «a ditongação crescente ou decrescente que é desconhecida do português normal» em [bu.lus] por *bolos*, [pɔ.rtu] por *Porto*, [pu.ço] por *poço*) e o 5.º (isto é, «a passagem de a a e: *bureco*, *bacalheu*, *pestenas*») não são comuns a toda a zona (pg. 95). (A respeito de ambos os fenómenos, Maria Helena Santos Silva, no artigo *Características fonéticas do falar minhoto*, publicado no *Boletim de Filologia*, XX, 1961 [1962], pgs. 309-321, que constitui uma espécie de apêndice a *O Mapa dos Dialectos e Falares*, indicou escrupulosamente a origem dos exemplos citados no primeiro trabalho, ampliando por vezes a documentação; v. pgs. 313, para a ditongação de o, e 309-310, para a > e).

Convém notar, quanto ao 4.º traço, que só a «ditongação crescente» do e e do o orais ou nasais, deveria ter sido mencionada e não como fenómeno só «minhoto»: registei-o em boa parte do ocidente de Trás-os-Montes, pelo menos até ao vale do Corgo. Nem o mapa, nem a menção das características do transmontano ocidental (pg. 97) registam este facto. Das duas formas [manaɣda]

Por outro lado, não foram considerados entre esses «traços gerais» alguns cuja relevância é indiscutível e foi reconhecida pelos estudiosos anteriores; entre eles estão algumas características que são sentidas como muito típicas,

e [natʉl], recolhidas em Felgueiras e citadas como exemplos de ditongação decrescente, só a primeira, e com dúvidas, se deveria ter citado como caso esporádico de ditongação de um *a* fortemente velarizado. Quanto à segunda, [natʉl] por *Natal*, ela é evidentemente o resultado da vocalização da primeira parte da articulação do *l* implosivo, cujas características próprias de consoante lateral não deixaram, no entanto, de se manter na parte final da articulação; deve-se, portanto, ver nela o produto da formação de um ditongo com base no fenómeno da vocalização de uma consoante lateral, precedido de uma fase de diferenciação, fenómeno frequente que se fixou em diversos falares do minhoto setentrional e central. Estranha-se ver este resultado incluído na exemplificação dos «traços gerais» do minhoto, enquanto outro, que não passa de uma sua variante, -*l* implosivo > -*ul* > -*ur*, aparece como «traço particular» para caracterizar o *minhoto central* (traço 2 na pg. 96: [ʉrtu], [kaʉrdu], [siʉrba], por *alto, caldo, silva*), e a total vocalização do *l* implosivo em *u*, sem deixar vestígios da consoante, surge apontada como traço secundário também, caracterizador do *alto-minhoto* ([manuʉ], [mʉ], [kaʉsas] por *Manuel, mel e calças*, pg. 96, onde, além disso, é limitado quanto à posição, à posição imediatamente posterior a *e* e a *a*, quando a verdade é que se dá depois de qualquer vogal excepto *u*). Além disso, o traço «geral» 5 do minhoto — aparecimento de *e* aberto, correspondendo ao *a* tónico aberto do português-padrão, só nas palavras *bacalheu* e *bureco* (e por vezes em *pestenas*), e não, de um modo geral, nas palavras com *a* tónico aberto (um traço «geral», que, depois de ter sido apresentado como tal na pg. 95, se encontra novamente citado, na pg. 96, como traço secundário «principalmente» característico do *minhoto central*) é um fenómeno que se regista esporadicamente em regiões muito afastadas do Minho: quanto à forma *bacalheu*, apontam os próprios autores a sua presença no Algarve e em algumas povoações do Baixo-Alentejo (pg. 102, traço 1 do subfalar algarvio) e recordo-me, sem poder ser neste momento mais preciso, de a ter ouvido e recolhido durante os meus inquéritos para o ALPI noutras zonas do litoral. É muito fácil, naturalmente, explicar esta forma como caso isolado de assimilação da tónica à palatal com que está em contacto. Parece-me evidente que de forma alguma este fenómeno esporádico deveria ter sido seleccionado para distinguir o *minhoto*. Quanto aos traços 2 e 3, ou seja, — a ditongação da vogal tónica nasal final -*ã* e aquilo que se considera «manutenção de uma pronúncia antiga -*om* em vez do ditongo nasal -*ão*» — trata-se, sem dúvida, se tivermos em conta outras variantes de realização do final -*õ*, de traços bem escolhidos para caracterizar uma zona dos falares setentrionais. Mas esta não é exclusiva ou tipicamente *minhota*. Além disso, é preciso prevenir que os dois traços devem ser considerados em conjunto, para poder ser apontados como distintivos dos falares desta região setentrional: isoladamente encontramos -*ão*, em lugar de -*ã* do português-padrão, também em falares meridionais, como os próprios autores do artigo indicam, ao registar «-*ã* > -*ão*», como «traço secundário» próprio de «uma zona do Baixo-Alentejo» (pg. 102) e do «sub-falar algarvio» (v. 2 na pg. 102) e como traço distintivo de «algumas localidades» do *subfalar de Castelo*

«mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos», como justificadamente desejam os autores para as características a seleccionar ⁽²⁰⁾. Quanto aos traços «limitados a uma sub-região» e aos «comuns a uma zona limi-

Branco (p. 100). O traço 3 estaria, aliás, mais correctamente descrito como: «-õ, nos casos em que em português antigo aparecia não só -õ, como -ão e, por vezes, -ã», tanto mais que os exemplos aduzidos são apenas: [põ], port. ant. *pã* ou *pam* e [irmõ] port. ant. e mod. *irmão*. No que se refere ao traço numerado 1) «abertura da vogal tónica nasal [ã]» efectivamente importante para caracterizar os falares minhotos, mas de que me parece difícil traçar com precisão o limite, conviria aludir ao carácter velarizado, e não apenas aberto, do *ã* nasal, e eliminar a referência à sua «semi-oralidade», que na realidade não me parece existir. (Aliás, M. Helena Santos Silva, no artigo atrás citado, já se refere com mais exactidão à «pronúncia do *a* nasal ou nasalizado como vogal aberta e velarizada», pg. 311, acrescentando uma alusão à ditongação em *ãu* que se observa em alguns pontos).

Observações análogas se poderiam fazer à selecção pelos autores de «traços gerais» para definir cada um dos outros falares portugueses. Mas não é este evidentemente o lugar para nos determos em observações críticas pormenorizadas a cada uma das várias listas incluídas no artigo, o que alongaria exageradamente este trabalho.

⁽²⁰⁾ Não creio, por exemplo, que seja possível deixar de ter em conta, numa classificação dos dialectos portugueses, a presença ou ausência do [s] e do [z] ápicopalveolares ou reversos, também chamados, embora imprópriamente, «beirões» — traço cujo valor distintivo é reconhecido por todos os foneticistas portugueses (v., por exemplo, A. R. Gonçalves Viana, *Exposição da pronúncia normal portuguesa*, Lisboa 1892, pg. 47 e 48 e também 91-92 ou *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise*, 2.^a ed., Lisboa 1944, pgs. 30-31 e R. de Sá Nogueira, *Elementos para um tratado de fonética portuguesa*, Lisboa 1938, pgs. 44-49). É descrito com o maior relevo, como não podia deixar de acontecer, por Leite de Vasconcelos na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.^a ed., pgs. 123-128, e, o que ainda me parece mais importante, é sentido como tal por qualquer falante integrado na norma-padrão. Puseram-no, no entanto, de parte os autores do artigo que comentamos (pg. 95) dando, como justificação, apenas a «confusão que se verifica nalgumas regiões e que já existia no séc. XVII» (pgs. 95-96). A verdade é que não existe qualquer confusão, no que diz respeito à articulação ápicopalveolar (reversa) ou à articulação predorsodental do *s* e do *z* a não ser em falantes semicultos, ou até mesmo cultos, nascidos numa zona em que estas sibilantes são ápicopalveolares, e que se esforçam por articulá-las de acordo com a pronúncia padrão predorsodental. Quererão os autores, como parece implicar a alusão ao fenómeno como já existente no séc. XVII, referir-se à confusão (melhor seria falar em neutralização da antiga oposição fonológica) entre [s] ápico-alveolar (correspondente a *s* inicial e final e *ss* interior, da grafia corrente) e [ʃ] predorsodental (correspondente a *c*, antes de *e* ou *i*, ou a *ç*, antes de *a*, *o*, *u*, da grafia), entre [z] ápicopalveolar (correspondente ao *s* intervocálico da grafia) e [ʒ] predorsodental (correspondente ao *z* da grafia) — neutralização que, aliás, se começa a documentar, para certas regiões, muito antes do séc. XVII, já nos fins do séc. XIII (v. L. F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe*

trofe» — traços julgados, portanto, de valor distintivo menor, mas ainda assim capazes de servir para destacar regiões menores — nem sempre os

et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle em Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen-Age, (= RLiR, XXVII), Paris 1963, pgs. 72-75)? Mas essa é outra questão — embora intimamente relacionada com a primeira: na zona em que o [ɣ] e o [ʒ] são predorsodentais, há sempre «confusão» entre *s* e *ss*, por um lado, e *ç* por outro, entre *-s-* por um lado, e *-z-* por outro; na zona em que [ɣ] e [ʒ] são ápicoalveolares é necessário distinguir e região em que há «confusão» (em ápicoalveolar) — por exemplo, a maior parte das Beiras —, daquela em que ainda hoje não há «confusão», em que *passo* se distingue de *paço*, e *coser* de *cozer*. É a esta última, e só a ela, que alude Gonçalves Viana, no passo do *Essai de phonétique* que atrás citei e a que os autores aludem na nota da pg. 95 e que interpretam como se se referisse a toda a zona do *s* e *z* reversos. Ao contrário do que afirmam na nota 24, pg. 95 *in fine*, a descrição de Gonçalves Viana corresponde com bastante exactidão à verdade. Afirma que a distinção entre *s* e *ç* e entre *ś* (isto é, *s* reverso sonoro) e *z* (e não, como interpretam os autores «a extensão deste fonema, tanto do surdo como do sonoro», isto é, do *s* e do *z* reversos) só existe na «province de Trás-os-Montes» e em «quelques endroits du Minho». Só teremos a acrescentar uma zona limitada da Beira Alta para obter aquilo que é, ainda hoje, a zona de «não confusão» total (v. *Essai de phonétique*, 2.^a ed., p. 30). (Sobre a área actual, pode consultar-se a nota que incluí a este respeito em *Alguns estudos de fonética...* Rio de Janeiro 1958, pgs. 190-191 e o que adiante se diz no texto deste artigo).

Apesar de não desejar alongar ainda mais esta nota, não posso deixar de estranhar ainda a ausência, na caracterização do *falar de Castelo Branco e Portalegre*, de qualquer referência ao que é talvez o seu «traço geral» mais típico, para qualquer «pessoa alheia a estudos filológicos», traço que é, por outro lado, também de grande importância para qualquer dialectólogo: a articulação palatalizada do *u* tónico (e por vezes também do átono) que o aproxima do *u* norueguês, sueco e, em menor grau do *ü* francês (v. *art. cit.*, pg. 100). É um fenómeno de que teremos de nos ocupar mais adiante no texto deste artigo. No que se refere a esse mesmo *falar de Castelo Branco e Portalegre*, está em compensação mencionada a palatalização do *a* tónico; mas, infelizmente, falta a indicação do condicionamento hoje bem conhecido dessa palatalização. Como se sabe, ela só se observa em contacto com consoante palatal ou em sílaba tónica precedida de sílaba átona em que existe ou existiu uma das vogais ou semivogais *i* e *u* (v., sobretudo, Damaso Alonso y Valentin García Yebra, *El gallego-leonés de Ancares y su interés para la dialectología gallego-portuguesa*, em *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XLVIII, 1961, pgs. 72-77 e *La fragmentación fonética peninsular* em *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo I, Suplemento, Madrid 1962, pgs. 149-154, e, por ordem de datas (só citando os trabalhos em que as condições da palatalização são indicadas), Maria Eduarda Carreiro, *Monografia de Nisa* (dissertação dactilografada), Lisboa 1948, pgs. 2-5, Helmut Lüdtke, *Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten*, em *Miscelânea-homenaje a André Martinet. Estructuralismo e historia*, I, La Laguna 1957, pg. 108 e Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Monsanto*

autores encontraram a oportunidade de os indicar no texto do artigo ⁽³⁰⁾ e, quando o fizeram, observamos que muitos deles se reencontram noutras regiões apesar de parecer evidente que, em princípio, este facto deveria ter desaconselhado a sua selecção ⁽³¹⁾. Aliás, muitas vezes (e é fácil encontrar para este pormenor uma explicação na própria natureza dos materiais do ILB, na sua maior parte recolhidos por correspondentes) os traços fonéticos registados pelos autores como particularidades locais encontram-se na realidade em muitas outras regiões ⁽³²⁾ além da indicada, e, inversamente, particularidades fonéticas importantes para o isolamento de certas sub-regiões não foram tidas em conta, certamente porque esses correspondentes — naturais do lugar sobre que informavam ou nele residentes há muito e habituados à pronúncia local — não observaram ou não se preocuparam em chamar a atenção sobre características muito sensíveis e aparentes, mas só para observadores de outra origem ⁽³³⁾.

(dissertação dactilografada, 1955), impressa em Lisboa 1961, pgs. 103-105. V., também neste caso, adiante, o texto deste artigo.

⁽³⁰⁾ Faltam, por exemplo, os traços que serviram de base ao isolamento das diversas «variedades» registadas no mapa. Faltam também, os de vários subfalares (por ex.: os do *baixo-minhoto*, pg. 97, ou os que deviam fundamentalmente a distinção entre o *estremenho*, o *alto-alentejano* e o *baixo-alentejano*, pgs. 100-101-102).

⁽³¹⁾ Como exemplo, podemos apontar os traços que deviam servir para caracterizar o *beirão ocidental*: 1) «passagem de -ẽ- a -ã-»: também registado para o transmontano ocidental, pg. 97; 2) «passagem do -e- a -i-»: igualmente apontado para o transmontano ocidental, pg. 97; 3) «abertura da vogal o antes de nasal»: registada como «traço geral» do transmontano, na pg. 97. Ou ainda os que deviam servir para a caracterização do *algarvio* (pgs. 102-103): 1) «a > e, principalmente na palavra *bacalheio*» (v. atrás, a nota 28); 2) «-ã > -ão» (v. atrás a nota 28, no que se refere ao minhoto); 3) «-o > -e» ou «apócope do -o» (isto é, enfraquecimento e redução a uma vogal neutra ou queda do -u final): fenómeno também registado, embora de forma imperfeita nas referências ao *falar de Castelo Branco e Portalegre* (pg. 100): «o -o final passa com frequência a -e» nos «traços gerais», e, nas alusões ao *subfalar de Portalegre*, [trévã] como exemplo de «descuido de pronúncia na sílaba final» (expressão pouco feliz que também se encontra, com poucas variantes, aplicada ao algarvio sob o n.º 8: «muito característica do Algarve é a pronúncia descuidada, quase imperceptível, da sílaba átona de algumas palavras. É o caso de [médik] 'médico'...») (pg. 103); 4) «ẽ > â: fenómeno que os próprios autores declaram observar-se «nalgumas povoações do Baixo Alentejo» e antes registaram como traço distintivo do transmontano ocidental (pg. 97), do beirão ocidental (pg. 98) e do falar de Aveiro (pg. 99).

⁽³²⁾ Um caso típico é o do «ditongo *ei* pronunciado como [ei] e não [ai] da pronúncia normal», que, sendo característica de uma região extensíssima dentro da área de não monotongação, só aparece registado como traço típico da região de Aveiro.

⁽³³⁾ O exemplo mais impressionante é, possivelmente, ainda uma vez, o da

e) Pilar Vázquez Cuesta - M. Albertina Mendes da Luz (1961)

Para completar a revisão que temos feito das principais classificações dos dialectos portugueses do Continente até agora propostas, falta apenas lembrar a de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz na sua *Gramática Portuguesa* de 1961. Encontra-se exposta, como atrás ficou dito, em *Estado actual del portugués en la Península Ibérica* ⁽³⁴⁾. Esse capítulo aparece-nos dividido em duas partes, o que parece implicar já um princípio de classificação: a primeira parte trata de «La lengua popular portuguesa» ⁽³⁵⁾, a segunda, de «Los lenguajes fronterizos» ⁽³⁶⁾. Esta última designação abrange indistintamente o *galego*, o *falar de Ermisende*, o *riodonorês*, o *falar de Guadramil*, o *mirandês*, o *sendinês*, o *falar de Alamedilha*, os *falares de S. Martín de Trevejo*, *Eljas* e *Valverde del Fresno*, o *falar de Olivença* e o *falar de Barrancos*.

Logo à primeira vista, surpreende a associação, neste subcapítulo, de realidades tão diversas na sua essência como, por um lado, o *galego* (isolado, aqui também, dos outros falares da faixa ibérica ocidental, possivelmente por causa do emprego da palavra «portuguesa» com valor não estritamente linguístico no título do subcapítulo anterior: «la lengua popular portuguesa»), do mesmo modo que os *falares de Ermisende*, *Alamedilha*, *S. Martín de Trevejo*, *Eljas* e *Valverde*, *Olivença* e *Barrancos* (para ser completa a enumeração, deveriam ainda incluir-se os falares de Her-

articulação do *u* como *ü* (já considerada na nota 29 como «traço geral») e que, sendo uma característica fundamental que separa nitidamente o Barlavento do Sotavento algarvio é apenas imprecisa e timidamente mencionada, na pg. 102, sob a forma: «Sobretudo na linguagem de Barlavento... a vogal *u* é pronunciada com uma tonalidade que a aproxima vagamente do *u* francês.» (Estranha-se, em todo o caso, que as informações fornecidas pelo ILB não tivessem neste caso sido rectificadas com base em trabalhos recentes como, por ex., o de G. Hammarström, *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*, Uppsala 1953, ou a dissertação e os *Beiträge* de Helmut Lüdtke de que voltarei a falar adiante na nota 60 deste trabalho). Outro exemplo impressionante é o da falta de dados sobre a ditongação de *ê* tónico interior — no Baixo-Minho e no sudoeste de Trás-os-Montes (até Vila Real), um dos traços fonéticos sem dúvida mais regulares e característicos na região. No artigo, ele só aparece registado no subfalar de Castelo Branco (pg. 100) e no Alentejo (pgs. 101-102), regiões onde é certo que se observa, mas só de forma esporádica. (V., no entanto, a este respeito, o que já regista Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, 2.^a ed., pg. 81, § 44 m).

⁽³⁴⁾ Pgs. 43-76.

⁽³⁵⁾ Pgs. 43-59.

⁽³⁶⁾ Pgs. 60-76.

ra de Alcântara e Cedillo, na província de Cáceres) ^(36 bis), todos eles pertencentes ao sistema galego-português, e, por outro, o *riodonorês*, o *quadramilês*, o *mirandês* e o *sendinês* (que talvez fosse melhor enquadrar no mirandês, apesar das importantes características próprias), todos eles pertencentes ao sistema linguístico leonês. É fácil verificar que se trata, como o põem em evidência as páginas anteriores deste artigo, de uma influência a distância de Leite de Vasconcelos e da sua enumeração dos que chamou «co-dialectos» portugueses.

No primeiro subcapítulo — os dialectos portugueses situados dentro das fronteiras políticas de Portugal, a que as autoras (visivelmente influenciadas neste aspecto pelos trabalhos de Manuel de Paiva Boléo) preferem chamar sempre «variedades o *falares* 'hablas'», aparecem-nos distribuídos por três «zonas dialectais» ⁽³⁷⁾:

- 1) o *Norte*: arcaizante, constituído pelas províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes;
- 2) o *Centro*: formado pelas Beiras e que, como logo dizem as AA., «não é senão uma região de transição»;
- 3) o *Sul*: constituído pela Estremadura, pelo Ribatejo, pelo Alentejo e pelo Algarve e que inclui, portanto, como também logo notam as AA., a linguagem da capital, Lisboa, que no seu livro consideram como normativa.

No interior do subcapítulo, passam-se em revista cuidadosamente, com base nos trabalhos que as autoras puderam consultar, algumas características diferenciais, agrupadas em fonéticas, morfológicas e sintácticas. Não há uma tentativa de isolamento de regiões menores, dentro das zonas dialectais inicialmente apontadas. Na útil apresentação de factos, feita com uma esclarecida orientação vinda da escola dialectológica espanhola, há apenas a lamentar que a tentativa de ordenação dos traços pelo seu grau de relevância, que se vislumbra no início da «fonética» não tenha sido levada até ao fim, e que a indicação de certos fenómenos, feita, nos estudos utilizados, para algumas localidades e não para outras (onde no entanto também se observam), tenha sido em alguns casos sobrevalorizada ⁽³⁸⁾.

^(36bis) Falares a que aludira Aurelio M. Espinosa, hijo, no seu livro *Arcaísmos Dialectales*, Madrid 1935, e foram, não há muito, cuidadosamente descritos por Maria da Conceição Vilhena, em *Falares de Herrera e Cedillo*. Diss. polycopiada. Lisboa 1965.

⁽³⁷⁾ V. pgs. 44-45.

⁽³⁸⁾ Refiro-me, por exemplo, a certas referências insistentes à «região de Ovar» (v. pg. 47, pg. 50, 2 vezes, 51), ou isoladas a «Mértola» (v. pg. 49) ou

Também me parece dificilmente defensável o isolamento em Portugal de um Centro, em relação a um Norte e a um Sul dialectais: as autoras não indicam na obra — e creio que não poderiam realmente indicar — qualquer conjunto de traços ou até mesmo qualquer traço importante (fonético ou morfosintáctico) que pudesse servir para separar esta zona central simultâneamente da setentrional e da meridional. A distinção feita pelas autoras tem, sem dúvida, uma base mais pròpriamente geográfica que linguística. O facto de se tratar efectivamente, do ponto de vista dialectal, de uma região de fronteira, de uma zona de transição, não me parece suficiente para justificar o seu isolamento como zona à parte, na ausência de, pelo menos, um traço individualizante que servisse para a delimitar.

Nova proposta

A nova proposta que vou passar a apresentar afasta-se das anteriores, conforme logo de início anunciei, por admitir como necessária uma consciente e voluntária tentativa de simplificação, assente numa selecção prévia e numa hierarquização de um número relativamente pouco elevado de traços fonéticos entre os muitos de que nos podemos servir para caracterizar os dialectos ou falares portugueses. Creio que só assim se pode evitar a imagem confusa que, muito contra as expressas e louváveis intenções dos seus autores, me parece resultar da consideração de um número excessivamente elevado de características, insuficientemente joeiradas e classificadas, no *Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental* de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva.

Afasta-se ainda das anteriores, incluindo a de Pilar Vázquez Cuesta e de Maria Albertina Mendes da Luz, ao considerar o território linguístico galego-português no seu conjunto, isto é, ao não isolar a Galiza do território politicamente português que a continua geográfica e linguisticamente para o Sul e ao proceder do mesmo modo em relação aos territórios linguisticamente portugueses das províncias de Salamanca, Cáceres e Badajoz, — não tendo, em compensação, em conta os territórios do distrito de Bragança que, embora politicamente portugueses, pertencem ao domínio linguístico leonês.

Se, conforme proponho, para a subdivisão dialectal da faixa linguística galego-portuguesa (cuja fronteira com os dialectos leoneses e castelhanos deve ser traçada, como há muito — em *El dialecto leonés*, 1906 — o propôs

a «Guimarães» — para o sufixo *-ico* (pg. 55). Os factos registados foram observados efectivamente nessas localidades, mas estão longe de constituir uma particularidade local.

Menéndez Pidal e se fez no mapa do Atlas Linguístico da Península Ibérica, com base na ditongação ou não ditongação de *ê* e *o* tónicos latinos), partirmos apenas dos traços que são verdadeiramente relevantes no consenso de um número suficientemente elevado e representativo de pessoas «mesmo alheias a estudos filológicos», de acordo com o desejo expresso por Manuel de Paiva Boléo⁽³⁶⁾, creio que seremos levados de início a considerar nela apenas a existência de três grandes zonas ocupadas por três grupos de dialectos⁽⁴⁰⁾:

- 1) os *dialectos galegos*;
- 2) os *dialectos portugueses setentrionais*;
- 3) os *dialectos portugueses centro-meridionais*.

(36) V., atrás, pg. 92.

(40) Na minha proposta, deliberadamente, não acompanho Paiva Boléo no hábito (que difundiu em Portugal) de não empregar *dialecto* senão para variedades que se afastem muito profundamente umas das outras ou da língua padrão e de usar *falar* ou *variedade* para as que apresentem um menor grau de afastamento (v., atrás, nota 21). Tratando-se de noções relativas e sendo muito difícil encontrar um critério objectivo para indicar onde acaba aquilo a que se pode chamar *falar* e começa aquilo a que se pode chamar *dialecto*, prefiro seguir o costume bastante corrente (e que, em Portugal, já era o de Leite de Vasconcelos) de chamar *dialecto* a toda e qualquer variedade regional de uma língua, seja qual for o seu grau de afastamento em relação ao padrão. É este sentido que dá a *dialecto* o recente e seguro *Dicionário de Filologia e Gramática* de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicado no Rio e S. Paulo em 1964: «Do ponto de vista puramente linguístico os dialectos são linguas regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais. Cada dialecto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território porque se estende, e pode dividir-se em *subdialectos*, quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território.» E exemplifica, no caso português, acrescentando: «podemos dividir a língua portuguesa em dois grandes dialectos, correspondentes a nações distintas: o lusitano, ou português europeu, em Portugal; o brasileiro, ou português americano, no Brasil. Para cada uma dessas nações há, por sua vez, uma divisão em dialectos menores e subdialectos que leva em conta as condições extralinguísticas» e, a seguir cita a divisão, efectivamente mais geográfica que linguística, de Leite de Vasconcelos, mas, acerca do mirandês, afirma que «é uma língua distinta, pois... se caracteriza por traços fonológicos e morfológicos fundamentais próprios, como evolução de um enclave do romance leonês em Portugal» (pgs. 109-110). Também F. Lazaro Carreter define *dialecto* simplesmente como «modalidad adoptada por una lengua en un cierto territorio, dentro del cual está limitada por una serie de isoglosas. La abundancia de éstas determina una mayor individualidad del dialecto» (*Diccionario de términos filológicos*, Madrid 1953, s. v.). A distinção praticada por Paiva Boléo não é regularmente adoptada pelas escolas linguísticas espanhola e catalã (v., entre tantos exemplos que se poderiam citar, a obra de A. Badia Margarit, *Gramática histórica catalana*, Barcelona 1951, pgs. 67-80, onde só se fala de *dialectos* e *subdialectos*).

Esta divisão está — em forma mais ou menos definida — na consciência de todos os falantes portugueses medianamente cultos e mesmo na de muitos não cultos. Distinguem perfeitamente, pelo modo de falar, um homem do Norte (tratando-se naturalmente de um daqueles que conservam a maioria, se não a totalidade, dos traços que caracterizam o falar próprio da região onde nasceu), de um homem do Sul. De ambos distinguem ainda perfeitamente um Galego (que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português, apenas porque a consciência da separação política os impede de sentir «linguisticamente» da forma que seria a mais normal). Quando consideram o território em conjunto, não vão além desta divisão em três partes. Contudo, tendo em conta traços especiais, já reconhecem, em certos casos, que um indivíduo «deve ser do Porto», ou «deve ser minhoto», que «deve ser de Castelo Branco» ou «da Beira-Baixa», ou, ainda, que «deve ser alentejano» ou «deve ser algarvio» (referindo-se principalmente neste caso aos originários do ocidente do Algarve).

Traços fonéticos diferenciadores

Ora, o reconhecimento da existência de *dialectos portugueses setentrionais*, por oposição a *dialectos portugueses centro-meridionais* ou *meridionais*, ou, se se preferir, de um *grupo de dialectos do Norte* e de um *grupo de dialectos do Sul*, e o isolamento, em relação a uns e outros, do *galego*, vem da existência de certo número de traços fonéticos, fortemente caracterizadores e como tais sentidos pela maioria dos falantes. Com muita clareza o viu e apontou Paiva Boléo, no que se refere à distinção entre um «Norte» e um «Sul» em Portugal, no seu artigo *Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas*, de 1951, e pena foi que não adoptasse no seu *Mapa* de 1959-1962, como ponto de partida, as bases que estabelecia nesse artigo⁽¹⁾.

Quais os traços que, sem hesitação ou quase sem ela, um português do Sul (ou um falante da língua-padrão que nestes casos acompanha os dialectos centro-meridionais) reconhecerá como característicos de um português do Norte?

Parece-me poder enumerá-los do modo seguinte:

1.º) a «troca do *b* pelo *v*», como é hábito dizer-se — ou, para empregar um modo de descrever mais correcto: o desaparecimento da oposi-

(1) V. a selecção dos traços fonéticos diferenciadores em *BdF*, XII, 1951, pgs. 7-9.

ção fonológica entre os fonemas /v/ e /b/ e a sua fusão num fonema único /b/, realizado ora como oclusiva, ora como fricativa (ou espirante) *b* ou *β*.

2.º) a «pronúncia do *s* como *x* ou como *j*» — isto é, em termos cientificamente correctos: a realização do fonema /s/ e do seu correlativo sonoro /z/, como fricativas ápico-alveolares, mais ou menos palatalizadas (é a variante mais palatalizada que é vulgarmente conhecida pelo nome de *s* beirão).

3.º) a «pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*» — ou, também descrito com mais rigor: a permanência da distinção fonológica em posição inicial de sílaba entre o fonema /tʃ/, representado pelo grafema *ch* e o fonema /ʃ/, representado pelo grafema *x*.

4.º) a «pronúncia de *ou* como *o-u* ou *â-u*», isto é como ditongos, *ou*, mais precisamente, a conservação do ditongo /ou/, nas suas diversas realizações possíveis, correspondendo à grafia tradicional *ou*, mantida na ortografia oficial.

Por outro lado, um português do Norte — e, neste caso também um falante da língua-padrão que, neste outro aspecto, não acompanha os dialectos centro-meridionais — não terá dificuldade em reconhecer como um dos traços mais típicos da fala de um português do Sul, uma característica:

5.º) a «passagem de *ei* a *ê*» ou, dito mais exactamente, a monotonação do ditongo *ei*, que se conserva na grafia oficial *e* na língua falada padrão, embora, nesta última, se realize como [aj].

Vale a pena acrescentar, no que se refere aos primeiros quatro traços, apontados como típicos da pronúncia nortenha para um homem do Sul, que os falantes do Norte se mostram perfeitamente conscientes das divergências que os opõem aos meridionais no que diz respeito aos traços 1.º (/v/ > /b/) e 3.º (/tʃ/ e não /ʃ/, o que é sentido não só como setentrional mas também como rústico); têm muito menos consciência do que caracteriza o seu dialecto no que respeita aos traços 2.º (natureza do /s/) e 4.º (conservação do ditongo /ou/).

Quanto aos traços mais característicos do galego, quer para um português do Sul, quer para um do Norte, parece-me não errar ao afirmar que são:

6.º a «pronúncia de *j* ou *g^{a.i}* como *x* e a de *z* como *s*», ou, dito com rigor científico: a inexistência, no sistema de fricativas do galego, das oposições entre fricativa palatal surda e sonora (como consequência da passagem, em certo momento do passado, da sonora a surda, de /ʒ/ a /ʃ/, assim como de /z/ a /s/, hoje transformado, em parte do território, em /θ/, e de /z/ a /s/, hoje também, em parte do território, transfor-

mado num /s/ que, nas zonas em que [s] não evoluiu para [θ], se identifica com o resultado do ensurdecimento de /z/).

7.º) a pronúncia das vogais átonas — muito variável e, até hoje, geograficamente mal estudada e descrita, mas tendo como característica diferencial comum, perante a das portuguesas correspondentes de todas as regiões, o seu menor fechamento e grau de redução.

Antes de passar adiante, desejo fazer notar que todos os traços que aponte, menos o último e (mais surpreendentemente, visto que o 4.º não escapou à sua atenção) o 5.º, coincidem com traços já em 1901 apontados por Leite de Vasconcelos como particularmente relevantes para uma classificação dos dialectos portugueses que fosse mais baseada em factos linguísticos do que aquela que ele próprio propunha e que reconhecia como principalmente fundamentada na geografia⁽⁴²⁾. A par deles menciona vários outros fenómenos também relevantes, mas a que, por distinguirem áreas menores, dentro das maiores que os primeiros permitem caracterizar, só mais adiante me parece oportuno aludir.

Além de Leite de Vasconcelos, também Paiva Boléo seleccionou três destes traços o 1.º, o 3.º e o 5.º (ao lado de dois outros que se me afiguram de muito menor importância para uma caracterização de dialectos ou grupos de dialectos: *ui* por *u* em *chuiva* e *g* por *c* em *gacho*), como objecto dos primeiros traçados de isófonas que se fizeram com base nos materiais do ILB⁽⁴³⁾. Quanto ao 2.º, também não o esqueceu numa alusão feita, no trabalho a que me estou a reportar, à necessidade de se traçarem «as fronteiras de alguns fenómenos fonéticos, p. ex., do *ch* e do *tch*, do *s* e do *z* normais, do *s* e *z* beirões, do *v* e do *b*, etc.» citando a propósito um pedido de informação de Ramón Menéndez Pidal⁽⁴⁴⁾, aliás unicamente referente a este traço. A alusão reproduz um passo do artigo anterior: *O interesse científico da linguagem popular*, publicado em Dezembro de 1942 na *Revista de Portugal*.

(42) V., a este respeito, as páginas 153-154 da 1.ª edição da *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (2.ª edição, pgs. 127-128), páginas de uma penetração e de uma lucidez verdadeiramente extraordinárias. Quanto aos traços individualizadores do galego, v. na 1.ª ed. as págs. 197-198 (na 2.ª, pgs. 163-164).

(43) V. as já acima citadas, pgs. 7-9 de *Dialectologia e história da língua*, no *BdF*, XII, 1951 e os mapas de isoglossas incluídos no fim do artigo.

(44) Creio que vale a pena reproduzir as próprias palavras de Menéndez Pidal, que revelam a importância atribuída pelo grande hispanista à delimitação da área de *s* ápicoalveolar palatalizado (*s* beirão) e dentro dela à manutenção da distinção entre as sibilantes *s* e *ce* ou *ç* (e *-s-* intervocálico e *z*), por oposição ao que chama «sesseio», isto é, à confusão de *s* com *c*, *ç*, e de *-s-* com *-z-* (*s* e *z*

Fronteiras entre grupos de dialectos

Seleccionados os traços fonéticos relevantes que nos permitem delimitar grandes zonas, correspondentes aos principais grupos de dialectos a distinguir no território linguístico galego-português e que, como logo no princípio indiquei, nos conduzem a uma divisão em três: *galego*, *português setentrional* e *português centro-meridional*, precisamos, naturalmente, de indicar por onde passam as fronteiras entre estas três unidades.

Levanta-se-nos, neste ponto, um problema que, nem pelo facto de ser corrente em casos semelhantes, é de menos difícil solução. Se o estabelecimento da fronteira entre o galego e o português setentrional não parece oferecer dificuldades de maior, dada a coincidência quase perfeita das isófonas correspondentes aos vários fenómenos reunidos no traço 6.º (que são sem dúvida os mais claramente diferenciadores e individualizadores desses grupos de dialectos) — coincidência entre si e com a fronteira política — já as isófonas correspondentes aos vários traços que separam o grupo português setentrional do grupo português centro-meridional estão longe de coincidir ou de se sobrepor. Pelo contrário, cruzam-se seguindo traçados bastante diversos, embora sempre dentro de uma região que, a não ser em alguns casos, nos extremos oriental e ocidental, é limitada pelos rios Douro, ao Norte, e Tejo, ao Sul. Foi o que, em 1951, observou Paiva Boléo quando afirmou: «Em qualquer dos mapas apresentados se desenha nitidamente um «norte» e um «sul». Mas quando abstraímos dos casos particulares aqui estudados e nos queremos elevar ao plano geral, torna-se muito difícil estabelecer, sob o aspecto linguístico, onde acaba o norte e começa o sul» (45). Foi também certamente esta dificuldade que levou Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, como atrás fiz notar, a considerar a zona intermediária entre o Norte e o Sul como um Centro, independente de qualquer delas. A mesma solução já admitira tardia e incidentalmente Leite de Vasconcelos, num passo bastante

quer ápicopalveolares quer predorsodentais): «Peço-lhe que me ajude a aclarar dois pontos de fonética que desejo precisar: um é a extensão geográfica do *s* côncavo ou «chiado», quase *x*, que na *Revista Lusitana*, vol. 36, pg. 314, se diz começar desde Pombal para o norte. *Muito desejava poder assinalar com precisão o limite meridional de tal s.* — O segundo ponto é a extensão da diferença de pronúncia entre *s* e *ç* (*passo-paço*) nos dialectos da Beira ocidental, noroeste de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Desejaria traçar um limite aproximado entre a distinção de *s* e *z*, e a confusão ou «sesseio» corrente no resto de Portugal.» (*BdF*, XII, pgs. 7-8). (O sublinhado é meu).

(45) *Obra cit.*, pg. 35.

esquecido do vol. III da sua *Etnografia Portuguesa*, publicado em 1941, pouco antes da sua morte. Estendia nele à dialectologia a divisão que no vol. II admitira «para efeito etnográfico», em Norte (Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), Centro (Beira) e Sul (Estremadura, Alentejo e Algarve)»⁽⁴⁶⁾.

É ainda perante a dificuldade do traçado de uma fronteira que nos coloca o primeiro dos mapas que acompanham este artigo, mapa em que se desenharam as isófonas correspondentes a todos os traços até agora mencionados. Foi elaborado com base nos materiais que recolhi para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* em 1953 e 1954. No que se refere aos fenómenos já estudados por Paiva Boléo, o traçado destas isófonas afasta-se num ou noutro caso — mas não de forma muito sensível — do que se observa nos mapas que ilustram o seu artigo de 1951, com certeza em parte porque tem em conta, não a distribuição do fenómeno tal como se deduz de 3 ou 4 ou apenas 1 exemplo, como nos mapas 4, 8 e 5 de Paiva Boléo, mas, tanto quanto possível, a situação do ponto inquirido no que diz respeito ao traço escolhido, quando consideradas no seu conjunto as respostas obtidas e que interessavam ao objectivo em vista; baseei-me para isso numa espécie de balanço geral fonético do ponto investigado, a que procedi depois de preenchido cada questionário e enquanto dispus dos cadernos utilizados, depois enviados para Madrid.

Como proceder num caso como o presente? Ao caminho seguido pelas autoras de a *Gramática Portuguesa*, prefiro (pela razão já atrás apontada — ausência de traços que oponham o Centro ao Norte e ao Sul) aquele que sugere, ao propor uma classificação geral dos dialectos catalães, Antonio Badía Margarit, na sua *Gramática Histórica Catalana*, publicada em Barcelona em 1951. Escreve Antonio Badía: «El punto crítico de la división de un dominio en dialectos es el establecimiento del criterio según el cual se realiza esta división; lo mejor es adoptar un solo rasgo distintivo pero muy significativo»⁽⁴⁷⁾.

Simplemente, enquanto, no que se refere aos dialectos catalães, foi possível ao autor citado partir de um único traço diferenciador e, utilizando-o, distinguir os três grupos — os seis dialectos — e agrupá-los em duas grandes áreas (ocidental e oriental), para o território linguístico galego-português uma solução totalmente paralela não me parece possível. Temos, primeiro, de escolher, de entre os vários traços relevantes já apon-

(46) V. J. Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, vol. III, Lisboa 1941, pgs. 3-4.

(47) *Gramática Histórica Catalana*, Barcelona 1951, pg. 70.

tados, um, realmente «muito significativo», a que, por convenção, mas evidentemente com alguma justificação, daremos a nossa preferência para a delimitação das grandes áreas e, depois, destacar alguns outros — diversos do primeiro — para o isolamento de áreas menores no interior das primeiras.

Ora, depois de alguma hesitação entre os traços 1.º e 2.º, creio poder afirmar que, dos traços principais enumerados, nenhum oferece mais vantagens para servir de base ao traçado da fronteira entre dialectos portugueses setentrionais e meridionais do que aquele que mencionei em 2.º lugar, ou seja a realização da sibilante correspondente aos grafemas *s* e *ss* como ápicoalveolar ao Norte, como predorsodental ao Sul.

Em apoio desta escolha, creio poder apresentar os argumentos seguintes:

a) Apesar de existirem ao norte do Douro, especialmente na costa minhota e galega, e no interior de Trás-os-Montes, certas ilhotas (ou mesmo zonas de alguma extensão) de *s* de tipo predorsodental (correspondendo aos grafemas *s* e *ss*) ⁽¹⁸⁾, é possível traçar uma linha limite sul do *s* ápicoalveolar que, ao contrário de várias outras das isófonas consideradas (incluindo a de *v/b*), não ultrapassa em qualquer das suas extremidades nem o curso do rio Douro nem o do rio Tejo.

b) Esta linha limite está relacionada com a que, sem hesitação, podemos e devemos adoptar como a que separa o galego do português setentrional. Refiro-me à linha limite sul de um ensurdecimento das fricativas que dá origem ao desaparecimento de determinado sistema de sibilantes (em que deixou de haver a distinção com base na presença ou ausência de sonoridade). Não existe esta relação com nenhum outro dos traços diferenciais entre português do Norte e português do Sul (o galego, no que lhes diz respeito, coincide sempre, sem qualquer excepção, com os dialectos portugueses setentrionais).

(18) Já no meu artigo *Alguns estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica*, de 1958, na pg. 190, mencionei as ilhotas deste tipo que se nos depararam ao realizar os inquéritos para o ALPI (Apúlia, conc. de Esposende, Balugães, conc. de Barcelos, Carrizado de Montenegro, conc. de Valpaços, e Vila Nova de Fozcoa). Estão aliás muito longe de ser as únicas localidades em que se introduziu o «seseio» em *s* predorsodental, a que melhor seria chamar *cezeio* ou *çezeio*, para evitar qualquer espécie de confusão possível com o *ceceo*, em [0] interdental, do espanhol meridional, e para recordar que a confusão entre *c* e *s* não é acompanhada de ensurdecimento da fricativa sonora (de acordo com Diego Catalán, *El çeceo-zeceo al comenzar la expansión atlántica de Castilla* em *BdF*, XVI, 1956-1957, pgs. 306-334). Sobre o *çeceo* (neste caso com ensurdecimento da sonora) na costa galega, v. A. Zamora Vicente, *Geografía del seseo gallego* em *Filología*, III, 1951.

c) A diferença entre os dois tipos de *s* tem particular importância na dialectologia ibérica, já que nela se faz assentar, com perfeito acordo de todos os linguistas e dialectólogos que do assunto se têm ocupado, a distinção entre dialectos castelhanos setentrionais e centrais e dialectos andaluzes (castelhanos meridionais) ⁽⁴⁹⁾.

Se admitirmos as bases que acabo de propor, teremos a faixa linguística galego-portuguesa dividida em três zonas principais cujas fronteiras se podem descrever do seguinte modo:

a) entre os dialectos galegos e os portugueses setentrionais, o limite é uma linha que acompanha o curso do rio Minho desde a sua foz em Caminha até um pouco acima de Melgaço, de aí inflecte para Sul acompanhando a fronteira política entre a Espanha e Portugal até ao Lindoso e á Portela do Homem, de onde volta a inflectir, agora para leste, acompanhando sempre a mesma fronteira ao longo de toda a raia seca transmontana até que, ultrapassada a serra de Montezinho atinge o seu fim, visto que também aqui acaba, ao norte da fronteira política, a área galega para começar a do dialecto leonês. O que a prolonga é o limite (linguístico e já não dialectal) que separa os dialectos portugueses transmontanos dos dialectos leoneses das aldeias de Riodonor e Guadramil, ao sul da fronteira política. Passadas estas aldeias, a fronteira que encontramos continua a separar, não dialectos do galego-português, mas dialectos portugueses setentrionais de dialectos leoneses muito castelhanizados ⁽⁵⁰⁾;

b) entre os dialectos portugueses setentrionais e os dialectos centro-meridionais: uma linha que parte, a oeste, da região da Ria de Aveiro, próximo da foz do rio Vouga, desce de aí em direcção ao rio Mondego que atravessa a montante de Coimbra mas ao sul do Caramulo, de Seia e de S. Romão, de aí caminha em direcção ao rio Zêzere, contornando pelo Sul os maciços mais altos da Serra da Estrela, que, na sua parte meridional, não parece contribuir para a formação de qualquer limite linguístico importante, atravessa o referido rio a jusante de Ourondo e

⁽⁴⁹⁾ V., para começar, o mapa que acompanha todas as mais recentes edições do *Manual de Gramática Histórica* de R. Menéndez Pidal («Espanña Dialectal») e, entre tantos trabalhos que se poderiam citar, por exemplo, a *Historia de la Lengua Española* de Rafael Lapesa, 4.ª ed., Madrid 1959, pgs. 325-328, e mapa («El Andaluz»), entre as pgs. 310-311, ou a *Dialectología Española* de A. Zamora Vicente, 2.ª ed., Madrid 1967, pgs. 287-289 e mapa intercalado entre as pgs. 288-289 (XX-«La s andaluza») e pgs. 299-309.

⁽⁵⁰⁾ Para esta parte da fronteira, considerada em pormenor, pode consultar-se o mapa que acompanha a nova edição de *El dialecto leonés* de R. Menéndez Pidal, Oviedo 1962 (entre as pgs. 152 e 153).

segue em direcção a leste, ao Sul da Serra da Gardunha, até atingir a fronteira política, depois de deixar, a Norte, Monsanto e, a Sul, Alcains, a própria cidade de Castelo Branco e todas as povoações do Sul do distrito como, por exemplo, o Rosmaninhal ⁽⁵¹⁾.

Subdivisão dos grandes grupos

Feita esta primeira delimitação, impõe-se passar a uma segunda: dentro de cada grupo de dialectos, separar, se possível, unidades menores que apesar de divergências internas se caracterizem por algum ou alguns fenómenos comuns.

Apesar das vantagens evidentes em distinguir dentro de unidades da extensão do galego, do português setentrional e do português meridional, estas unidades menores, não me parece, no entanto, nem muito possível (se adoptarmos uma base estritamente linguística) nem muito conveniente ir longe de mais nesta direcção.

São deste modo as seguintes, as únicas subdivisões, assentes na existência de pelo menos um traço relevante comum, que a consideração dos factos conhecidos me sugerem:

A) Galego :

Dentro do conjunto dos dialectos galegos, parece-me admissível distinguir um grupo de *dialectos galegos ocidentais* de um grupo de *dialectos galegos orientais*, ou seja, uma *zona galega ocidental* de uma *zona galega oriental*. A separação assenta fundamentalmente na existência a ocidente, inexistência a oriente de uma linha de fronteira que segue quase perfeitamente a direcção Norte-Sul, de um traço fonético profundamente caracterizador e como tal geralmente reconhecido na própria Galiza: a chamada «geada», ou seja, a passagem da oclusiva velar sonora a fricativa velar surda ([χaíta] por *gaita*; [ixual] por *igual*; [χalexo] por *galego*). A linha de fronteira, tal como a estabeleceu A. Zamora Vicente no seu estudo sobre este fenómeno, pode descrever-se da seguinte maneira: a partir do Cantábrico, começa entre as aldeias de Vivero (com *geada*) e Riobarba

(51) Entre os pontos do ALPI 243 (Famalicão, conc. de Anadia) e 240 (Eiras de Castelões, conc. de Tondela), 248 (Arganil) e 234 (São Romão, conc. de Seia), 253 (Oleiros) e 250 (Ourondo, conc. da Covilhã), 252 (Alcains, conc. de Castelo Branco) e 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova). Cito o Rosmaninhal (conc. de Idanha-a-Nova) por ter sido outro dos pontos do inquérito (254).

(sem *geada* ou só com vestígios); de aí para o sul, deixa, do lado da *geada*, Puentes de García Rodríguez, por oposição a Muras, Trasparga, por oposição a Germade; Guitiriz e Curtis apresentam só resíduos do fenómeno, quase geral na província da Corunha; a fronteira passa mais adiante entre Palas de Rey (zona de *geada*) e Guntín (zona de conservação da oclusiva sonora). Toda a província de Pontevedra pronuncia [χ] por [g]. Na parte sul de Lugo, Carballedo está a oeste da fronteira, Chantada a leste. Na província de Orense, o limite não é fácil de traçar, dada a existência de muitas hesitações e de certa intenção de ocultar o fenómeno em pontos em que a *geada* existe. Pôde no entanto A. Zamora afirmar que Amoeiro (com excepções nas montanhas) fica na zona de *g* conservado, por oposição a Nogueira; Parada de Sil e Castro Caldelas estão a leste da fronteira, na zona de conservação de *g*, ao passo que no povo da cidade de Orense o fenómeno aparece, bem como em todo o vale do Minho em direcção ao mar (Cortegada, Arnoya, Leiro, Carlelle, Castrelo, Filgueira). Entre Orense e a fronteira portuguesa, o limite acompanha a Serra de S. Mamede (La Limia ficando na zona de *geada*) e acaba, junto da raia, entre Riós (com *geada*) e La Gudiña (sem *geada*). É preciso, além disso, assinalar a existência de *geada* numa ilhota em torno do monte Cebreiro (Piedrafita, Nogales, Cervantes) ⁽¹²⁾.

B) *Português setentrional* :

Dentro da zona ocupada pelos dialectos portugueses setentrionais, têm-se habitualmente e partindo, no fundo, da geografia ou das divisões administrativas, distinguido os dialectos transmontanos, os «interamnenses» (ou de Entre Douro e Minho) e parte dos beirões. Esta subdivisão não me parece de forma alguma assente em traços linguísticos: há uma afinidade evidente, para quem conhece uns e outros, por um lado, entre os dialectos do Minho montanhoso e interior e os de Trás-os-Montes e, por outro, entre os do Baixo-Minho, os do Douro Litoral e parte dos da Beira Alta. Além disso, existe uma zona — o Baixo-Minho e parte do Douro Litoral — que tem no aspecto fonético uma personalidade muito vincada e se afasta nitidamente do conjunto a que, no entanto, pertence, se tivermos em conta os traços fundamentais.

Partindo, como sempre, de traços fonéticos relevantes, creio que poderei começar por propor, como correspondendo melhor a esta visão de conjunto, a distinção entre um grupo de *dialectos do Alto-Minho e de*

⁽¹²⁾ V. *La frontera de la geada*, em *Homenaje a F. Krüger*, I, Mendoza 1952, pgs. 56-72 (especialmente, pgs. 63-65).

Trás-os-Montes e um grupo de *dialectos do Baixo-Minho, do Douro e da Beira Alta* (ou, se se quiser, um grupo *transmontano-alto-minhoto* e um grupo *baixo-minhoto-duriense-beirão*). A unir os primeiros dialectos temos um traço fundamental: a existência de um sistema de quatro sibilantes — [s] e [z] ápticoalveolares (correspondentes aos grafemas *s* e *ss*), característicos de todos os falares setentrionais, opondo-se a e convivendo com o [ʃ] e o [ʒ] predorsodentais (correspondentes aos grafemas *cei*, *ç* e *z*). Isto é, considerados os factos diacrónicamente, a conservação do sistema de sibilantes mais antigo, de aquele que está na base de todos os outros que encontramos no território galego-português. Nos segundos, o sistema de quatro sibilantes aparece-nos por toda a parte reduzido a um sistema de duas, as ápticoalveolares, características dos dialectos setentrionais (devido, evidentemente, do ponto de vista diacrónico, ao desaparecimento, em benefício das ápticoalveolares, da oposição entre [s] e [ʃ], [z] e [ʒ]). A fronteira entre os dois grupos de dialectos setentrionais, segundo os dados do ALPI, parte de um ponto que podemos situar aproximadamente a meio da parte do rio Minho que serve de fronteira política, deixando a leste Paredes de Coura, a oeste Caminha, desce de aí em direcção ao Lima que atravessa próximo de Arcos de Valdevez, de aí inflecte para oriente, passando ao norte de Salamonde, a Sul do Gerês e do Barroso, desce em direcção ao Douro, a leste das serras do Alvão e do Marão e paralelamente ao rio Corgo, acompanha o Douro pela margem direita até Vila Nova de Fozcoá e, deixando esta povoação a oeste, atravessa o rio, para acompanhar parte do curso do Coa, até atingir a fronteira política, um pouco ao norte da Guarda⁽³³⁾.

A forte personalidade linguística, a que atrás aludi, da região do Baixo-Minho e Douro Litoral (que tem como centro urbano mais importante o Porto) aconselha a que, neste caso, a isolemos, embora dentro do grupo *baixo-minhoto-duriense-beirão* como zona bem individualizada, tomando como base para esse isolamento, por exemplo, a ditongação, tão caracterizadora, das vogais tónicas fechadas [e] em [je], [o] em [jo] (por vezes [uɔ]). Poderemos chamar-lhe a *variedade do Baixo-Minho e*

(33) Reportando-nos aos pontos do ALPI, podemos dizer que passa a sul dos pontos 200 (Paderne, conc. de Melgaço), 201 (Insalde, conc. de Paredes de Coura) e 204 (Tamente, conc. de Ponte da Barca), ao norte do ponto 205 (Salamonde, conc. de Vieira do Minho) e a sul do 217 (Montalegre), a oeste do 219 (Vilariño de Samardã, conc. de Vila Real), imediatamente ao norte dos pontos 235 (S. João da Pesqueira) e 229 (Vila Nova de Fozcoá), a leste do ponto 230 (Quinta Nova, conc. de Pinhel) e a norte do 232 (Vilar Formoso, conc. de Almeida).

Douro Litoral. O mapa anexo a este artigo procura delimitá-la em traços gerais (apesar da insuficiência, em casos como este, dos materiais do ALPI para uma delimitação rigorosa) ^(*).

C) *Português centro-meridional* :

Desde Leite de Vasconcelos que se insiste na menor diferenciação interior existente dentro da zona ocupada pelos dialectos portugueses centro-meridionais. No entanto, e sempre com base na geografia e nas divisões administrativas, tem-se proposto uma distinção entre dialectos estremenhos, alentejanos e algarvios. Ora, também neste caso, para quem conheça directamente as variedades linguísticas faladas neste extenso território, é evidente que, se há talvez uma razão para separar os falares do litoral central dos da Beira-Baixa e do Alentejo, já nenhuma existe para separar os do Alentejo dos do Algarve oriental. Além disso, há duas zonas dialectais com forte personalidade própria, como aquela cuja existência há pouco assinalávamos dentro da zona dos dialectos setentrionais, zonas em que, aos traços comuns ao grupo maior, se vêm sobrepor alguns outros profundamente individualizadores: refiro-me, em primeiro lugar, à zona, já destacada do conjunto por Leite de Vasconcelos em 1893-97, mas não em 1901, e novamente salientada, em 1959-62, por Paiva Boléo, e que é formada pela Beira-Baixa e pelo Alto-Alentejo, e também a outra, muito menos vezes isolada dos falares vizinhos, mas com igual número de razões para o ser: a região do Barlavento algarvio.

Procurando que a esta impressão de conjunto corresponda uma subdivisão linguisticamente fundamentada, poderemos talvez admitir a separação de um grupo de *dialectos do centro-litoral (estremenho-beirões)* e de um grupo *ribatejano-baixo-beirão-alentejano-algarvio* ou do *centro-interior e sul*, servindo-nos, para estabelecer o limite entre ambos, a partir da fronteira dos dialectos setentrionais com os meridionais, a isófona correspondente à monotongação do ditongo *ei*, que acompanha quase paralelamente o curso do Tejo, alguns quilómetros ao norte do rio. Esta isófona, ao norte de Lisboa e já ao sul de Torres Vedras, inflecte para o Norte ao longo da costa e deixa integradas na zona dos dialectos do centro-interior e do sul as variedades regionais dos arredores da capital e dum sector da

(*) Como pontos incluídos no interior dessa área, teremos o 206 (Balugães, conc. de Barcelos), 207 (Apúlia, conc. de Esposende), 208 (Vila do Conde), 209 (Brito, conc. de Guimarães), 213 (Santo Tirso), 214 (Nevogilde, conc. de Lousada), 216 (Paço de Rei, conc. de Gaia), 215 (Gondar, conc. de Amarante), 219 (Vilarinho de Samardã, conc. de Vila Real), 210 (Fafe).

costa atlântica que vai até ao norte de Peniche — o que me parece justificar-se perfeitamente, se tivermos em conta as características gerais, acentuadamente meridionais, desses dialectos⁽⁵⁵⁾.

Num segundo passo, destacaremos, no grande conjunto formado pelos dialectos que vão da Beira-Baixa e do Ribatejo até ao Algarve, antes de mais nada, a *variedade da Beira-Baixa e Alto-Alentejo*, correspondendo a uma região que tem como principais núcleos urbanos Castelo-Branco

(⁵⁵) Utilizando, como o temos feito nos casos anteriores, os vários pontos do ALPI, vemos que a fronteira acabada de citar passa, a partir do litoral, entre os pontos 258 (Atouguia da Baleia, conc. de Peniche) e 257 (Mendiga, conc. de Porto de Mós), os pontos 272 (Sobreiro, conc. de Mafra), 274 (Almargem, conc. de Sintra), 275 (Alcabideche, conc. de Cascais), que ficam situados ao sul, e 273 (Povos, conc. de Vila Franca de Xira), 263 (Cartaxo), 261 (Lapas, conc. de Torres Novas), 260 (Ferreira do Zêzere) e 253 (Oleiros) a leste, enquanto 262 (Rio Maior) e 259 (Espite, conc. de Vila Nova de Ourém), 247 (Chainça, conc. de Penela) e 248 (Arganil) se encontram na zona de conservação do ditongo e portanto a oeste ou norte do limite. A fronteira cruza-se com a que escolhemos como limite entre os dialectos setentrional e o meridional entre os pontos 248 (Arganil) e 250 (Ourondo, conc. da Covilhã). Para leste deste cruzamento há uma zona de monotongação de *ei* situada ao norte do limite meridional do [s] ápioalveolar e que abrange os pontos 251 (Ourondo), 249 (Belmonte) e 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova), o que cria evidentemente um problema de limites de difícil resolução. Parece preferível aceitar convencionalmente que, apesar de certas características meridionais, essa região, onde o *s* é de tipo «beirão», pertence ao grupo de dialectos do Norte, embora formando uma zona de transição. Aliás, por parte desta zona, como veremos, se estendem também alguns dos traços que distinguem a variedade da Beira-Baixa e Alto-Alentejo, meridional quanto à maior parte da sua área. A propósito da fronteira entre a área de monotongação e de não monotongação de *ei*, vale a pena fazer aqui uma alusão à situação muito curiosa que observámos em Vieira de Leiria (ponto 255) que se encontra próximo da costa, um pouco ao norte daquilo que considerámos o limite da zona de monotongação (em Pataias, conc. de Alcobaça, ponto 256, ela já não se observa). A esta localidade está anexa a Praia de Vieira de onde a população emigra (ou emigrava) temporariamente, todos os anos, para o Ribatejo, à procura de trabalho, na época em que não é possível ir ao mar com os barcos de que dispõe. Constitui, como se sabe, na zona para onde emigra, a base da população conhecida pelo nome de *avieiros* que dá o título a um dos romances de Alves Redol. É talvez devido a esse contacto temporário que o fenómeno da monotongação, geral no Ribatejo, penetrou na Praia de Vieira (onde todos os informadores que pude ouvir a praticam) e, parcialmente, na povoação de Vieira de Leiria, onde só parte dos informadores (em 1953) a exemplificavam. Um breve inquérito feito nos arredores, a sul (S. Pedro de Moel, Marinha Grande), e poucos quilómetros a leste e a norte da povoação revelou-me, por toda a parte, a persistência do ditongo *e*, portanto, o carácter de ilha que tem neste aspecto a pequena zona de Vieira e da Praia respectiva.

e Portalegre e cujos dialectos se caracterizam por uma profunda alteração de timbre de todo o sistema vocálico, principalmente do tónico. Como isófona que possa marcar o limite da zona, parece-me preferível escolher, a da palatalização, em maior ou menor grau, da vogal tónica *u*. Obteremos assim, sempre com base nos materiais do ALPI, a região dialectal assinalada no mapa (e que, como se pode observar, ultrapassa um pouco, a norte, o limite escolhido entre dialectos setentrionais e meridionais) ⁽⁵⁶⁾. Dentro desta região também se observa a palatalização, mais ou menos acentuada, conforme as localidades e os falantes, do *a* tónico, quando em contacto com consoante ou semi-vogal palatal ou quando, na sílaba anterior, se encontra ou encontrou uma das vogais ou semi-vogais átonas *i* ou *u* ⁽⁵⁷⁾, a labialização do [ɹ] e do [ɹ̥] e a maior ou menor palatalização do [ø], proveniente do antigo ditongo *ou*, ou, directamente, do antigo [ou]. Todos estes traços alcançam um máximo de clareza e uma quase regularidade no centro da zona e esbatem-se gradualmente nos seus extremos, onde, sem dúvida, o traço que permanece mais perceptível é a alteração do timbre do *u* (apesar de muito menos acentuada que no centro) ⁽⁵⁸⁾.

(⁵⁶) Os pontos onde observámos a palatalização, mais ou menos acentuada do *u* são: 269 (Reguengo, conc. de Portalegre), 267 (Belver, conc. de Mação), 266 (Montalvão, conc. de Nisa, muito acentuada; poderia indicar-se como centro da região), 252 (Alcains, conc. de Castelo Branco), 251 (Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova), 253 (Oleiros), 250 (Ourondo, conc. da Covilhã). Curiosamente *ũ* já não se regista no Rosmaninhal, conc. de Idanha-a-Nova, junto da fronteira com Espanha (ponto 254); julguei preferível não considerar este facto no mapa. Mas é provável que num mapa mais pormenorizado se tenha de suprimir uma zona vizinha da fronteira (assim como nela se não pode incluir o conjunto dos dialectos galego-portugueses de Eljas, Valverde e S. Martin de Trevejo). O fenómeno da palatalização, assim como as outras alterações do sistema vocálico, são totalmente desconhecidos dos dialectos espanhóis que se encontram do outro lado da raia.

(⁵⁷) É este o condicionamento agora bem conhecido a que já se fez referência atrás, na nota 29.

(⁵⁸) Sobre este conjunto de fenómenos e a possibilidade de dar, da alteração, uma interpretação de tipo estruturalista, v. principalmente Helmut Lüdtke, *Die strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus* (dissertação apresentada em 1952 e publicada em:) Bonn 1956, pgs. 197-199, e *Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten*, em *Miscelânea-homenaje a André Martinet*, I, La Laguna 1957, pgs. 106-110 (*Die Vokalsysteme des Alto Alentejo und der Beira Baixa*). Nestes trabalhos e sobretudo no segundo, afirma Lüdtke ter observado, em 1951, estas alterações, de forma mais ou menos fixada, nos lugares seguintes: Fundão, Lardosa, Castelo Branco, Monsanto, Idanha-a-Nova, Nisa, Montalvão,

Dentro do mesmo grande conjunto centro-meridional, é ainda indispensável isolar a *variedade dialectal*, muito menos extensa, do *ocidente algarvio*, ou se se preferir chamar-lhe assim, do *Barlavento do Algarve*. Apresenta algumas analogias (que talvez diacrõnicamente tenham alguma justificação) com a anteriormente assinalada e a zona correspondente também pode ser delimitada utilizando-se a isófona correspondente à palatalização, em grau maior ou menor, do *u* tónico, certamente a particularidade que mais chama a atenção do não-linguista. O resultado será — com base nos dados disponíveis — o isolamento da área assinalada no mapa que acompanha este trabalho e que, como nele vemos, não ultrapassa Monchique ao Norte, nem Alvor a ocidente⁽⁵⁰⁾. Mas também aqui se trata,

Beirã, Marvão, Castelo de Vide, Alagoa, Alpalhão, Alter do Chão, Gavião, Belver, Ortiga, Vila de Rei (pg. 107). No seu artigo, distingue vários dos sistemas tónicos a que a transformação nos seus vários graus dá origem e ocupa-se da queda das vogais finais *-u*, *-i* (ou *-e*), outro dos fenómenos mais típicos desta região, mas cujos limites não coincidem perfeitamente com os dos primeiros.

(⁵⁰) No ALPI, só nos pontos 291 (Sagres, conc. de Vila do Bispo) e 290 (Marmeleira, conc. de Monchique) é que o fenómeno foi registado. Mas a rede de lugares investigados, neste caso ainda mais do que nos anteriores, é nitidamente insuficiente para uma delimitação rigorosa. É esta uma observação de conjunto que não queria deixar de fazer antes de terminar este trabalho e que abrange todos os exemplos de utilização da rede de pontos do Atlas que se encontram em nota. Só como indicações, úteis como base para um conspecto geral como o que aqui se tentou, mas não suficientes para um traçado rigoroso de fronteiras, as informações fornecidas pelo ALPI se podem aproveitar. Seria necessário — e espero poder em alguns casos fazê-lo — com base nelas, lançar-se ao estudo pormenorizado das várias fronteiras dialectais apontadas, estudo que exigirá percorrer as zonas agora indicadas em termos muito genéricos e fazer, quase aldeia por aldeia, inquéritos centrados nos fenómenos a delimitar. O *Atlas Etnográfico-Linguístico de Portugal e da Galiza*, em elaboração, permitirá sem dúvida ir mais longe, dada a rede mais apertada de lugares a investigar que se prevê. Mas ainda assim não poderá nunca substituir os estudos especiais incidindo sobre cada fronteira, que podem tomar como guia o trabalho já antigo mas modelar de T. Navarro Tomás, Aurelio Espinosa (hijo) e L. Rodriguez Castellano, *La frontera del andaluz* em RFE, XX, 1933, pgs. 225-277.

No que se refere a este ponto concreto da delimitação do subdialecto do Barlavento, há no entanto desde já uma fonte que, em certa medida, pode suprir as lacunas de informação do ALPI. É o livro de Göran Hammarström, *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*. Uppsala 1953. Aí se encontra delimitada a região de *u > ü*, pgs. 146-152 (v. mapa da pg. 147 e respectivo comentário). É, no entanto, uma fonte a manejar com cuidado, por razões metodológicas. Hammarström baseou-se exclusivamente em gravações feitas na companhia do Prof. Armando de Lacerda que nem sempre reúnem condições ideais como ponto de partida. Assim, no que se refere muito precisamente à presença de *ü*,

não da alteração de timbre de uma vogal isolada, mas sim, da de todo o sistema das vogais tónicas. Simplesmente, neste caso, a alteração dá-se noutro sentido: o [a] tónico, sem que até hoje tenha sido apontado um condicionamento especial, sofre uma velarização, em vários graus, que o aproxima de [ɔ]; o [ɔ] tende a fechar-se em [o]; o [o], por sua vez, tende para [u] (que não se confunde com u tónico primitivo, visto este, como dissemos, se apresentar palatalizado em [ü]). Por seu lado, as palatais [ɛ] e [e] tendem a abrir-se, respectivamente, o [ɛ] em [ɶ] e o [e] num e duplamente aberto, muito próximo de [a] (que não se confunde com o a primitivo por este aparecer sempre mais ou menos velarizado). Trata-se, como é evidente, de uma verdadeira « reacção em cadeia » que envolve o conjunto do sistema, mas de que o resultado mais claro e permanente é, no entanto, a palatalização da lábio-velar [u] em [ü] ⁽⁶⁰⁾.

Com a referência a esta segunda região, bem individualizada, dentro dos dialectos centro-meridionais, encerrarei a minha proposta. Como várias vezes o declarei atrás, não creio conveniente ir mais longe numa classificação de conjunto. Tal como se encontra exposta nas páginas anteriores, a apresentação que fiz do panorama dialectal galego-português tem em conta, segundo me parece, a maioria dos traços diferenciadores verdadeiramente relevantes.

Para concluir, vem a propósito sublinhar que os traços que Leite de Vasconcelos destacou em algumas das páginas atrás citadas da *Esquisse d'une Dialectologie* e que não cheguei a considerar na divisão em grandes espaços dialectais, o foram na subdivisão seguinte (é por a, ü, uô [por ô])

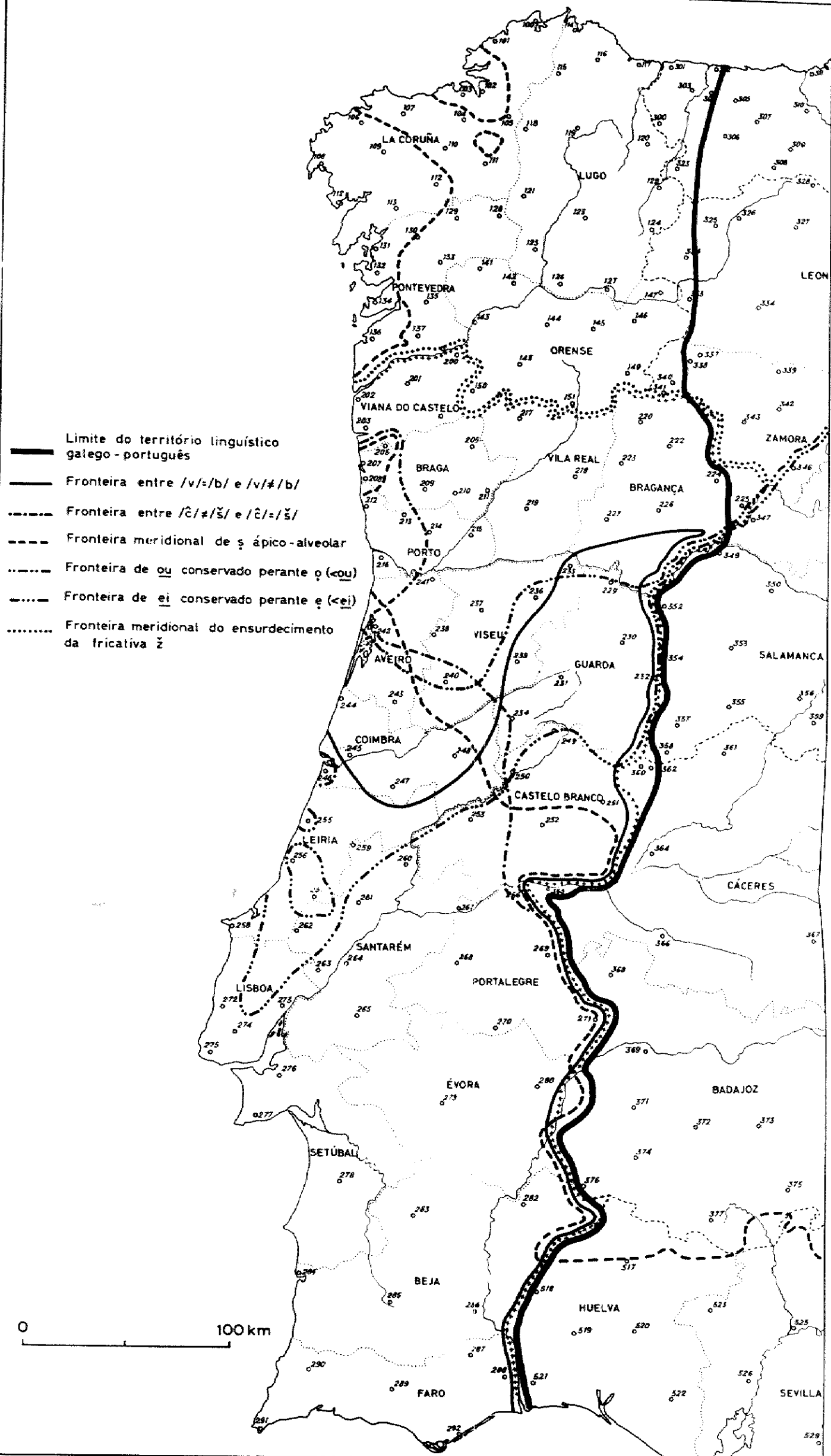
registra-a sem restrições em Alte (que é também um dos pontos explorados para o ALPI), com base só em 3 exemplos. Ora tive a ocasião, graças à amabilidade de Armando de Lacerda, de ouvir em Coimbra a gravação feita em Alte e de verificar que estes exemplos correspondem a textos cantados. É evidente que, dadas as deformações particulares que caracterizam a lingua cantada, não podem ser considerados como exemplos definitivos. O meu informador de Alte não me pareceu apresentar qualquer alteração notável na pronúncia do u tónico (o que não exclui a hipótese de haver habitantes em que a palatalização apareça em grau pouco sensível, mas que o canto, por exemplo, pode acentuar).

⁽⁶⁰⁾ Para a interpretação estrutural daquilo que se observa no vocalismo dos dialectos algarvios, v. ainda uma vez, Helmut Lüdtke, primeiro na sua dissertação, datada de 1952, *Die strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus*, Bonn 1956, pgs. 199-200, e, depois, no artigo já várias vezes citado *Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten*, em *Miscelânea-homenaje a Martinet*, I, 1957, pgs. 95-106. (*Vokalsystem und Metaphonie in Algarve*). V. também o livro de G. Hammarström de 1953, citado na nota anterior, pgs. 160-162.

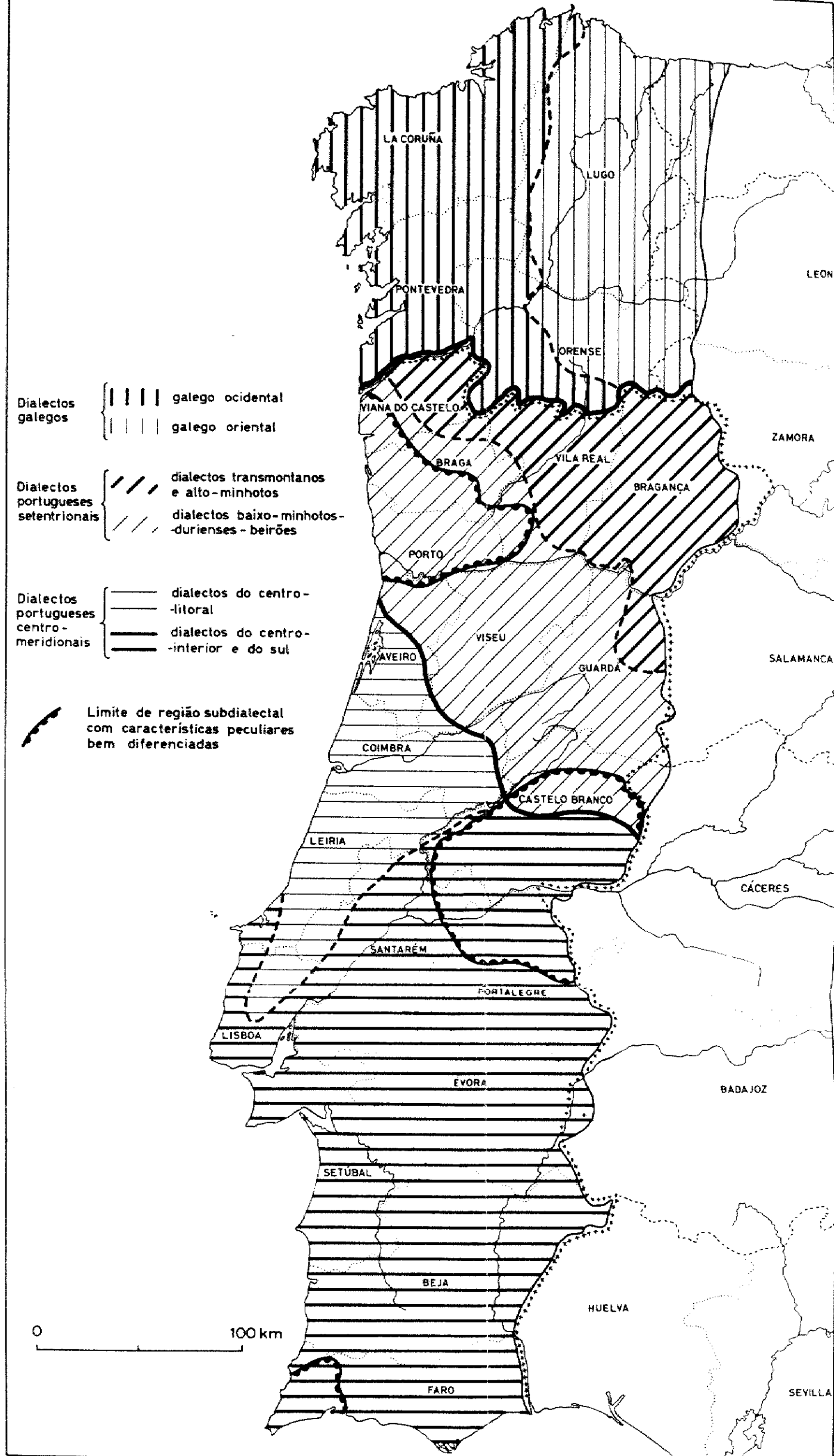
e *iê* por *ê*, «ç-z a par de s-ʃ» [ou seja, «s-ç a par de ç-z»] ⁽⁴¹⁾. Só não retive — simplesmente por não me ser possível delimitar com rigor as áreas correspondentes — *ôu* por *õ* (final) e a característica morfológica: perfeitos em -i de verbos em -ar (embora me pareça possível, sem grande risco de erro, afirmar que os limites do primeiro traço se aproximam bastante dos que ficam apontados para a *variedade dialectal baixo-minhota e duriense* e os do segundo, dos limites dos *dialectos ribatejanos-baixo-beirões-alentejanos e algarvios*).

Lisboa, Novembro de 1970.

(41) Cito os traços, não pela sua ordem de importância, mas por aquela em que aparecem mencionados na *Esquisse*, 1.ª ed., pgs. 153-154 (2.ª ed., pgs. 127-128).



Mapa 1 — Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portugueses



Mapa 2 — Classificação dos dialectos galego-portugueses

15-10

SOBRE A FORMAÇÃO DE PALAVRAS COM PREFIXOS EM PORTUGUÊS ACTUAL

LI CHING
(LISBOA)

*Se deres um peixe a um homem,
ele comerá uma vez;
Se lhe ensinares a pescar,
comerá toda a vida.*

Kuan-Tzu

NOTA PRÉVIA

O material deste trabalho foi tirado dos seguintes diários e revistas: *A Bola*, *A Capital*, *O Comércio do Porto*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *O Primeiro de Janeiro*, *República*, *O Século*, *O Século Ilustrado*, *O Tempo*, *Vida Mundial*, *A Voz*. Como base destas investigações sobre a formação de palavras com prefixos em português actual, refere-se ao *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (3.^a Edição actualizada, Lisboa, 1948, vol. I-II) de F. J. Caldas Aulete, ao *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (10.^a Edição revista, corrigida muito aumentada e actualizada. Segundo as regras de acordo ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945 por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Lisboa, vol. I-XI) de António de Moraes Silva.

Os neologismos, que foram registados num ou noutro destes dois dicionários, serão anotados em rodapé.

Os exemplos apresentados neste trabalho não devem ser necessariamente considerados como registados pela primeira vez.

O material assim colecconado e a estreiteza da época examinada determinam a ausência de toda a consideração estatística.

Resta-me manifestar aqui a minha gratidão à Sr.^a Prof.^a Dr.^a D. Virgínia Rau, então Directora da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, que teve a bondade de mandar seguir, depois de eu ter

sido um «candidato infeliz», o meu pedido de ajuda material, por intermédio da Faculdade, ao Instituto de Alta Cultura, permitindo-me continuar a frequentar o Curso de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros e algumas aulas normais da Faculdade, — onde fui o único estudante da nacionalidade chinesa, — e continuar, ao mesmo tempo, as minhas investigações no Centro de Estudos Filológicos do Instituto de Alta Cultura.

Aos Srs. Profs. Drs. José V. de Pina Martins, Jacinto do Prado Coelho e Joaquim Veríssimo Serrão, pela sua boa-vontade sempre pronta e pelas suas boas recomendações e especialmente ao Sr. Prof. Dr. Luís F. Lindley Cintra não poderei nunca agradecer como devo a amizade sempre viva que me tem ditado as palavras de estímulo e os bons conselhos.

Ao Sr. Presidente do Instituto de Alta Cultura e ao Sr. Dr. Edgard Santos Mattos por terem facultado as condições materiais que me permitiram a realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Battisti, C., *La Lingua e il Cinema*. LN 13, págs. 29-34.
- Bieri, J., *Ein Beitrag zur Sprache der französischen Reklame*. Winterthur 1952.
- Bruneau, Ch., *Regard d'ensemble sur la langue française d'aujourd'hui*. NPh 32 (1948), págs. 2-15.
- Bues, M., *Der Sport und unsere Sprache. Die Muttersprache* (1952), págs. 17-25.
- Cuvillier, A., *Vocabulário de filosofia*. Lisboa², 1956.
- *Der Begriff «Sportsprache»*. *Die Muttersprache* (1953), págs. 22-34.
- Dauzat, A., *Le français pendant la deuxième guerre mondiale*. *Le Lingue Estere* 12, pág. 63.
- Dias, J., *Folclore na era do plástico* (DL. 31-5-68).
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (vol. 13), pág. 1010.
- Föffano, F., *Neologismi pretenziosi*. LN 2, págs. 69-70.
- Galliot, M., *Essai sur la langue de la réclame contemporaine*. Toulouse 1955.
- Giacomelli, R., *Evoluzione della Terminologia aeronautica*. LN 13, págs. 5-11.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 6), pág. 996.
- Guilbert, L. & Dubois, J., *Formation du système préfixal intensif en français moderne et contemporain*. FM 29 (1961), págs. 87-111.
- Hasselrot, B., *Etudes sur la formation diminutive dans les langues romanes*. Uppsala, Wiesbaden 1957.
- Hérissou, Ch. D., *Le diminutif hypocoristique «petit»*. FM 24 (1956), págs. 35-47.
- *Le langage et les mœurs. L'hypocoristique «petit» au cours des siècles* (ibid.), págs. 113-123.
- *Quelques autres usages de l'épithète «petit» comme hypocoristique* (fin). FM (1960), págs. 25-36.
- Hohenberg, J., *Manual de Jornalismo*. Rio de Janeiro 1960.
- Junker, A., *Wachstum und Wandlungen im neuesten italienischen Wortschatz*. Erlangen 1955.
- Knauer, K., *Vulgarfranzösisch*. München 1954.
- Kuhn, A., *Das französische Neuwort*. GRM 25 (1937), pág. 302.
- Lapesa, R., *La lengua desde hace cuarenta años*. RO (Novbre-Dicbre 1963), págs. 193-208.
- Le Bidois, R., *«Mini», le préfixe qui monte* (La défense de la langue française), em *«Le Monde»* semanal do 5 ao 11 de Janeiro de 1967.
- Léger, J., *A propos du préfixe re-*. FM 24 (1956), págs. 285-290.
- Li Ching, *Beiträge zur französischen Gegenwartssprache*. Diss. Bonn 1964.
- Machado, J. P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2 vol.), pág. 1858.
- Machado, J. P., *Estudos de Língua Portuguesa*. BSLP, N.º 6 (Junho de 1968), págs. 241-246.

- Marion, J., *Une mode nouvelle en linguistique: le superlangage*. Rev. Rh. fr. (1929), págs. 170-182.
- Matoré, G., *Le néologisme: naissance et diffusion*. FM 20 (1952), págs. 87-92.
- Mattei, R. de, *Fortuna di termini politici*. LN 7, págs. 39-41.
- Menarini, A., *Profili di vita italiana nelle parole nuove*. Firenze 1951.
- Mendes, M., *Sobre um belo e lúcido livro de Rodrigues Lapa* (C. 27-7-68).
- Meyer-Lübke, W., *Historische Grammatik der französischen Sprache*. 2.^a parte: *Wortbildungslehre*. Heidelberg 1921.
- Migliorini, B., *Intereuropeo o Intraeuropeo?* LN 4, pág. 72.
- *Lingua contemporânea*. Firenze³ 1943.
- Mönch, B., *Der politische Wortschatz der französischen Restauration in Parlament und Press*. Diss. Bonn 1960.
- Nunes, J. J., *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa⁶ 1945.
- Paiva Boléo, M. de, *Formas de superlativação em português*. BSLP 5 (1954), págs. 331-333.
- Palermo, J. A., *Italica* 24, págs. 356-358.
- Pasquali, G., *Osservazioni sulla lingua contemporanea*. ZRPh 61, págs. 63-78.
- Peter, M., *Über einige negative Präfixe im Modernfranzösischen als Ausdrucksmittel für die Gegensatzbildung* (Romanica Helvetica, vol. 32). Bern 1949.
- Piaget, J., *Le structuralisme* («Que sais-je?»). Paris 1968.
- Piel, J. M., *Sobre alguns aspectos da renovação e inovação lexicais no português do Brasil*. RPF 13 (1964-1965), págs. 1-25.
- Prado Coelho, J. do, *Presença da França nas letras portuguesas dos séculos XVIII e XIX* (comunicação apresentada à classe de Letras na sessão de 15 de Março de 1962). Lisboa 1962.
- Rodrigues Lapa, M., *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro³ 1959 (revista e aumentada).
- Said Ali, M., *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo 1965.
- *Formação de palavras e sintaxe do Português Histórico*. São Paulo-Cayeiras-Rio 1923.
- Schöne, M., *Vie et Mort des mots*. Paris³ 1959.
- Stalin, J. W., *Der Marxismus und die Fragen der Sprachwissenschaft*. Berlin 1954.
- Tagliavini, C., *Parole Nuove*. (Oggi, 17-6-54).
- Thérive, A., *Le Français, langue morte?... Paris* 1923.
- Uren, O., *Le vocabulaire du cinéma français*. FM 20 (1952), págs. 41-52 e 201-222.

Abreviaturas

ASNS	<i>Archiv für das Studium der neueren Sprachen.</i> Braunschweig, Berlin. Hamburg.
B	<i>A Bola.</i>
BdF	<i>Boletim de Filologia.</i> Lisboa.
BSLP	<i>Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa.</i> Lisboa.
C	<i>A Capital.</i>
CP	<i>O Comércio do Porto.</i> Porto.
DL	<i>Diário de Lisboa.</i> Lisboa.
DM	<i>Diário da Manhã.</i> Lisboa.
DN	<i>Diário de Notícias.</i> Lisboa.
DP	<i>Diário Popular.</i> Lisboa.
FM	<i>Le Français Moderne.</i> Paris.
JN	<i>Jornal de Notícias.</i> Porto.
LN	<i>Lingua Nostra.</i> Firenze.
LP	<i>A Língua Portuguesa</i> (Revista de Filologia). Lisboa.
Md	<i>Mundo desportivo.</i> Lisboa.
MLF	<i>Modern Language Forum.</i> Los Angeles.
NPh	<i>Neophilologus.</i> Groningen.
PJ	<i>O Primeiro de Janeiro.</i> Porto.
R	<i>República.</i> Lisboa.
RFE	<i>Revista de Filologia Española.</i> Madrid.
RFL	<i>Revista da Faculdade de Letras de Lisboa.</i> Lisboa.
RLu	<i>Revista Lusitana.</i> Lisboa.
RLV	<i>Revue des Langues Vivantes.</i> Bruxelles.
RO	<i>Revista de Occidente.</i> Madrid.
RP	<i>Revista de Portugal.</i> Lisboa.
RPF	<i>Revista Portuguesa de Filologia.</i> Coimbra.
S	<i>O Século.</i> Lisboa.
Si	<i>O Século ilustrado.</i> Lisboa.
T	<i>O Tempo.</i> Lisboa.
V	<i>A Voz.</i> Lisboa.
VM	<i>Vida Mundial.</i> Lisboa.
ZRPh	<i>Zeitschrift für romanische Philologie.</i> Tübingen.

INTRODUÇÃO

A maneira mais cómoda e mais rápida de formar palavras é com a ajuda de prefixos. Em comparação com os sufixos, que se ligam intimamente ao tema e que formam com ele uma unidade inseparável, os prefixos são mais ou menos independentes e autónomos, destinados a modificar a significação primitiva. Antigamente, as palavras formadas por meio de prefixos entravam na categoria de palavras compostas, porque se via nessas partículas — *com*, *contra*, *além*, *ante*, etc. — verdadeiros vocábulos justapostos a outros. Logo, *compadecer*, *contradita*, *Alentejo*, *antepassado*, eram de direito considerados como termos compostos. Hoje alguns prefixos das novas formações como *super*, *extra*, *ultra*, *contra*, *pró*, *anti*, etc., podem ser empregados substantivamente, por exemplo: *os ultras*, *os contras*, *os prós*, etc.; têm uma vida própria, «sui generis», e podem dar-nos uma ideia amigável, benévola, ou ainda hostil, agressiva ou defensiva. Podem também fixar o tempo e localizar o sítio, podem superlativar ou circular na direcção contrária. Tudo depende do emprego dos prefixos.

A florescência do nascimento destes prefixos greco-latinos e a ressurreição dos prefixos antigos como *re-*, *des-*, etc. é o sintoma da vida moderna pela brevidade, cuja causa de difusão é o progresso científico e técnico em geral, e sobretudo a publicidade comercial na luta para vender mais e para viver melhor nestas últimas décadas. Por consequência, a linguagem científica e as necessidades da propaganda comercial são hoje os maiores propulsores da criação de neologismos. Basta ler um prospecto farmacêutico para se ver a enorme vegetação de termos científicos modernos. Além disso, devemos notar também que as formações com prefixos podem economizar uma frase explicativa que o jornalismo ⁽¹⁾, muitas vezes, tenta e procura incessantemente. Veja-se na seguinte frase: «(...) que o Primeiro Ministro, Harold Wilson e o ministro dos Negócios Estrangeiros, George Brown, se propõem visitar no âmbito das *pré-negociações* com vista à eventual entrada da Inglaterra no Mercado Comum — dizem de fonte bem informada» (CP. 23-11-66).

(1) Ver J. Hohenberg, *Manual de Jornalismo*, pág. 54.

Nota-se que a língua é um material social que evolui segundo os acontecimentos da sociedade, onde o homem é conservador e ao mesmo tempo revolucionário: conservador por tradição, revolucionário pelas novas ideias, novas descobertas, graças às quais as ciências e as técnicas novas tomam parte intensiva nos progressos, baseados nas ideias inovadoras do homem. Cada ideia, cada nova descoberta, cada novo ramo de actividade precisa de nova denominação ou designação que se faz, seja a partir das palavras existentes, mas às quais se dá novo sentido (cf. *missil*, etc.), seja a partir da nova criação com os elementos pré-existentes no idioma, porque a criação absoluta, total, é raríssima (cf. *mini-saia*, etc.).

O homem procura sempre elevar-se acima da sua condição e tem, em geral, o desejo de progresso, que é uma autoconsolação para viver, para trabalhar, mas o progresso do nosso tempo era inimaginável pelos nossos avós. Um homem da geração de entre as duas guerras mundiais era melhor testemunha desta profunda mudança sociológica do que os homens dos tempos passados, por exemplo, de entre os séculos XI e XV, e entre o século XVI e princípios do século XIX. Eis aqui um exemplo recente: em França teriam sido necessários oito séculos de trabalho ao matemático que quisesse calcular a pressão do ar em cada ponto de uma asa do «Concorde», o novo avião supersónico franco-inglês. Um ordenador conseguiu-o em menos de uma hora.

Estamos na presença de uma rápida modificação na técnica e na ciência, que é um facto importante e indiscutível em relação à evolução da nossa vida social e cultural; por isso, estamos também numa sociedade, onde o sentido das palavras se modifica mais rapidamente que nas gerações anteriores: por ex., a expressão os «cinco»⁽²⁾, que era designação aos aliados de grandes potências da segunda guerra mundial (China, E. U. A., U. R. S. S., França e Grã-Bretanha), utiliza-se hoje para indicar os partidários do Pacto de Varsóvia (Bulgária, Hungria, Polónia, R. D. A. e U. R. S. S.), depois da intervenção militar feita por estes na Checoslováquia.

Seja qual for a rapidez da mudança no nosso tempo, a meu ver, os compostos formados com os elementos supranacionais ganham terreno de dia para dia, enquanto que as formações com sufixos, excepto os sufixos de carácter internacional como *-ismo*, *-ista*, *-izar*, *-ização*, etc., perdem a

(²) Ver a frase seguinte: «A partida para Moscovo do general Svoboda, presidente da República Checoslovaca, anunciada esta manhã pela Rádio Praga Livre, parece marcar o primeiro passo para o esboço de uma solução política da situação criada pela intervenção militar dos «Cinco» (C. 23-8-68).

sua dinâmica de criação, porque os elementos formativos se limitam mais ou menos ao domínio infranacional.

Ao termo deste pequeno estudo, limitamo-nos a tratar só a estrutura da nova formação sobre as noções expressas por meio de prefixos.

O processo, que conduziu à constituição de uma espécie de flexão prefixal e que tem tendência a substituir a flexão sufixal, não foi isolado na linguagem.

Além disso, deve frisar-se que o desaparecimento gradual do futuro tradicional em língua comum se faz em prol do futuro complexo (por ex.: *vou fazer, vamos fazer*) em que o auxiliar desempenha o papel de prefixo com valor temporal.

Note-se também que não foi determinada nenhuma diferença entre os prefixos e os advérbios, que têm uns e outros o mesmo papel gramatical (por ex.: *recolonização, neocolonialismo, pró-China, semiafastamento, semi-amador, quase-diplomático, meio-fundo*, etc.).

Portanto, não discutiremos se todos os neologismos jornalísticos que recolhi neste trabalho têm direito a incorporar-se na língua (fora dos termos registados em Moraes Silva e em Caldas Aulete). A história das palavras é, muitas vezes, caprichosa e também está sujeita a modas passageiras; mas quase se pode dizer que a maioria delas subsistirá.

Como se sabe, a linguagem jornalística está sempre em movimento, em relação com os acontecimentos ocorridos diariamente no mundo.

Por necessidade, preguiça, comodidade ou outra razão qualquer, o jornalismo, não tendo em casa expressão idónea, vai buscá-la às línguas estrangeiras (por exemplo, estrangeirismo, tradução, decalque, etc.). Por um lado, como é óbvio, a edição, em geral, não tem tempo para esperar pelo perfeccionista; por outro lado, sucede também que os jornalistas são forçados, muitas vezes, a trabalhar com o material de que dispõem.

Quer se queira quer não, a verdade é que, na nossa época, o jornalismo, a rádio, a televisão influenciam grande parte da nossa vida, tanto no domínio intelectual, como no domínio material. Parece inevitável, com efeito, que a noção de massa na vida intelectual e na vida económica moderna desempenha um papel cada vez mais importante. No entanto, não se deve esquecer que a importância influenciadora da propaganda comercial, cuja finalidade e métodos visam agir sobre as massas, há-de ter junto do público uma função cada vez maior. Por isso, Robert Guérin afirmou algures que: «o ar que nós respiramos é composto de oxigénio, de azoto e de publicidade» ⁽³⁾.

(3) Ver «Vida Mundial» (N.º 1525. 30-8-68), pág. 54.

Neste trabalho estuda-se a formação de palavras com prefixos, em português actual. O seu objectivo dará maior relevância ao plano sincrónico do que ao plano diacrónico que será lembrado à margem. Acerca do sistema sincrónico da língua, convirá ter em conta as seguintes palavras de J. Piaget: «Le système synchronique de la langue n'est pas immobile: il refoule ou accepte les innovations en fonction des besoins déterminés par les oppositions ou liaisons du système, (...)» ⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ *Le structuralisme*, pág. 11.

1. Prefixos com tendência oposicional

Anti-⁽¹⁾

Novas formações com *anti-* são extremamente favorecidas. Pertencem a todos os campos do vocabulário: político, militar, económico, médico, de propaganda comercial, da moda, da técnica, etc. e expressam uma atitude hostil, defensiva ou militante.

anti- + nome próprio: *anti-Antonioni*, *anti-Arias* ⁽²⁾ (oposto ao estadista de Panamá, Arnulfo Arias), *anti-castrista* ⁽³⁾, *anti-Castro*, *antidegaullismo* ⁽⁴⁾, *antidegaullista* ⁽⁵⁾, também *antigaullista* ⁽⁶⁾, *anti-Dubcek* ⁽⁷⁾ (oposto ao primeiro-secretário do partido comunista checoslovaco Alexandre Dubcek), *anti-Fellini*, *antiestaliniano*, também *anti-estalinista*, *anti-Gomulka* ⁽⁸⁾ (oposto ao primeiro-secretário do Partido Comunista

(1) Além do seu carácter hostil, defensivo ou militante, *anti-* pode ter também o seu valor locativo, por ex., *anticorpos*, *antigénio*, *Anti-Atlas*, etc. Deve notar-se também que muitas palavras compostas de prefixos, sobretudo de *anti-*, de *pró-*, etc., são estruturalmente substantivos, mas gramaticalmente funcionam como atributos, por ex., *pressões Antieuropa*, *operações anti-sabotagem*, *política pró-infância*, *Estado-Maior*, *inter-armas*, etc., etc.

(2) A guarda nacional, cujo comandante é *anti-Arias*, ver-se-á tentada a desencadear um movimento militar, se o dr. Arias for declarado vencedor (VM. N.º 1513. 7-6-68).

(3) Tanto se declaram *anti-castristas* como antiamericanos (DL. 7-8-67).

(4) O «Canard» caracteriza-se por um *antidegaullismo* e um anticlericalismo militantes (DL. 10-1-67).

(5) *Degaullistas* e *antidegaullistas* fazem os cálculos para os próximos quatro anos (C. 2-6-68).

(6) Este receio, bem explorado na tribuna pelo primeiro-ministro, levou a divisão gaullistas *anti-gaullistas* a atenuar-se e a dar maior realce à divisão entre comunistas e anti-comunistas (DN. 12-10-67).

(7) A questão, agora, resume-se a determinar quais os membros do grupo *anti-Dubcek* que devem fazer parte do novo «Presidium» (DN. 31-8-68).

(8) Yaruselski apressou-se a nomear três novos vice-ministros, para suplantar o elenco *anti-Gomulka* dos restantes vice-ministros em exercício (VM. N.º 1508. 3-5-68).

polaco, Wladyslaw Gomulka), *anti-Heath*, *anti-hitleriano*, *anti-Hsiao-Hua* ⁽⁹⁾ (oposto ao estadista chinês, Hsiao-Hua), *anti-Humphrey* (oposto ao ex-vice-presidente dos E. U. A., Hubert Humphrey), *anti-johnsoniano* ⁽¹⁰⁾ (oposto aos partidários do ex-presidente dos Estados Unidos da América, Lyndon B. Johnson), *anti-Langlois* ⁽¹¹⁾ (oposto ao director da Cinemateca Francesa, Henri Langlois), *anti-leninista*, *antilumbista* ⁽¹²⁾, *anti-Mao* ⁽¹³⁾ ou *anti-Mao Tsé Tung* ⁽¹⁴⁾, *antimaoismo* ⁽¹⁵⁾, *antimaoista* ⁽¹⁶⁾, *anti-marxista*, *anti-Mobutu* ⁽¹⁷⁾ (oposto ao presidente da República do Congo, general Joseph Mobutu), *anti-Nasser* ⁽¹⁸⁾ (oposto ao presidente Gamal Abdel Nasser, da R. A. U.), *anti-Novotny* ⁽¹⁹⁾ (oposto ao ex-primeiro-secretário do Partido Comunista da Checoslováquia, Antonin Novotny), *Anti-Quixote*, *anti-Smith* ⁽²⁰⁾ (oposto ao estadista da Rodésia, Ian Smith), *anti-Sucarno* ⁽²¹⁾ ou com *k* *anti-Sukarno* ⁽²²⁾ (oposto ao ex-presidente da República da Indonésia, Achmed Sukarno), *anti-Tito* ⁽²³⁾ (oposto ao chefe do governo da República Federal Popular da Jugoslávia,

⁽⁹⁾ Teria também emitido dúvidas quanto à autenticidade das propostas *anti-Hsiao-Hua* (PJ. 23-1-67).

⁽¹⁰⁾ Candidatos *antijohnsonianos* (DN. 28-3-68).

⁽¹¹⁾ Contra a conjura *anti-Langlois* (C. 2-5-68).

⁽¹²⁾ «Le Soir» participou na «cruzada anticomunista»; por ocasião dos acontecimentos do Congo, tomou a defesa dos colonos, mostrou-se *antilumbista* e aprovou, sem reservas, a operação de «comandos» contra Stanleyville (VM. N.º 1521. 2-8-68).

⁽¹³⁾ Tao Chu é acusado de seguir a linha burguesa e *anti-Mao* (DN. 6-1-67).

⁽¹⁴⁾ Liu Shao-Shi (o elemento «três vezes anti», está provado que é anti-socialista, anti-partido e *anti-Mao Tsé-Tung* (DN. 16-4-68).

⁽¹⁵⁾ (...), na tese de que o maoísmo e o *antimaoismo* só podem levar ao enfraquecimento, ao entredoveramento, do movimento internacional (DN. 5-3-68).

⁽¹⁶⁾ A fim de lançar um ataque em massa, contra os *antimaoistas* (DN. 25-1-67).

⁽¹⁷⁾ Frente *Anti-Mobutu* (DN. 25-8-67).

⁽¹⁸⁾ Um objectivo comum entre os três partidos *anti-Nasser* (DP. 22-11-66).

⁽¹⁹⁾ Este recorda que foi Sejna quem, em Outubro, pediu as mais duras sanções para os escritores e jornalistas *anti-Novotny* (C. 9-3-68).

⁽²⁰⁾ Durante o comício em Trafalgar Square viam-se cartazes de apoio a Ian Smith à mistura com outros *anti-Smith* (PJ. 16-1-67).

⁽²¹⁾ Cerca de 2000 soldados e polícias aderiram hoje a uma manifestação *anti-Sucarno* (PJ. 10-7-66).

⁽²²⁾ — Os manifestantes, apesar dos seus ferimentos, sentaram-se nas ruas enfrentando as espingardas dos soldados e mantendo ainda levantados os seus cartazes *anti-Sukarno* (DN. 4-10-66).

⁽²³⁾ Estribilhos *anti-Tito* (PJ. 31-1-67).

marcehal José Broz Tito), *antititoísta*, *anti-Wallace* ⁽²⁴⁾ (oposto ao governador do Alabama George Wallace) «*anti-Wilsoniano*» ⁽²⁵⁾ (contrário às ideias do primeiro-ministro da Inglaterra, Harold Wilson).

anti- + nome geográfico: *anti-alemão*, *antiamericanismo* ⁽²⁶⁾, *antibelga*, *anti-britânico*, *anticastelhano*, *antichecoslovaco*, *anti-chinês*, *anti-Estados Unidos* ⁽²⁷⁾, *antiespanhol*, *antietiope*, *Antieuropa* ⁽²⁸⁾, *antieuropeu*, *antiflamengo*, *antifrancês*, *anti-Ibo* ⁽²⁹⁾, *anti-Inglaterra*, *anti-Israel*, *anti-israeliano*, *anti-israelita* ⁽³⁰⁾, *antijaponês*, *antijugoslavo*, *antilatino*, *anti-norte-americano*, *anti-ocidental*, *antiocidentalismo* ⁽³¹⁾ (oposto ao sistema político, económico, etc., do bloco ocidental), *antiocidente* ⁽³²⁾, *anti-Pequim*, *antipolaco*, *antiportuguês*, *anti-romeno*, *anti-russo*, *anti-soviético* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *antisovietismo* (doutrina oposta ao soviétismo), *anti-«yankee»* ⁽³³⁾.

anti- + substantivo: *antiabrolhante*, «*anti-agressão*» ⁽³⁴⁾, *anti-álcool*, «*Anti-Apartheid*» ⁽³⁵⁾ (oposto ao sistema político, em que se aplica a separação de raça), *Anti-Atlas* ⁽³⁶⁾, *antiauto-estrada*, *antibala* ⁽³⁷⁾, *anti-balística*, «*antibebé*», *antibloco* ⁽³⁸⁾, *anticapitalismo*, *anti-caspa* ⁽³⁹⁾, «*anti-*

⁽²⁴⁾ Um movimento *anti-Wallace* começa mesmo a esboçar-se no Sul (VM. N.º 1534. 1-11-68).

⁽²⁵⁾ Sentimentos «*anti-Wilsonianos*» (DN. 31-3-68).

⁽²⁶⁾ Mas o que torna a presente vaga de *antiamericanismo* particularmente inquietante é que já não se confina apenas aos militantes da esquerda (S. 2-11-66).

⁽²⁷⁾ Os manifestantes berraram estribilhos *anti-Estados Unidos* e contra a guerra no Vietname (PJ. 12-4-67).

⁽²⁸⁾ Pressões *Antieuropa* (DN. 21-3-68).

⁽²⁹⁾ Um inclemente revanchismo *anti-ibo* (C. 26-2-68).

⁽³⁰⁾ Mnacko emigrara para Israel em Agosto do ano passado, como protesto contra a política *anti-israelita* da Checoslováquia (DN. 23-5-68).

⁽³¹⁾ O que querem é manter a questão de Israel em ebulição, explorando o *antiocidentalismo* emocional da turba afro-asiática (DN. 22-6-67).

⁽³²⁾ Tudo o que não é Ocidente é *Antiocidente* (DN. 7-2-68).

⁽³³⁾ Na verdade, os sentimentos *anti-«yankee»* não são uma novidade no Japão (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽³⁴⁾ — Político e diplomático (propaganda de alto nível, acção na O. N. U. para obtenção de maior margem «*anti-agressão*» possível) (PJ. 14-6-67).

⁽³⁵⁾ «*Anti-Apartheid Movement*» (DM. 2-2-68).

⁽³⁶⁾ O Alto Atlas e o *Anti-Atlas* (DP. 22-11-66).

⁽³⁷⁾ Os «M. P.» americanos patrulham com capacetes de aço e coletes *anti-balas* (DN. 1-2-68).

⁽³⁸⁾ Mas há ainda melhor: a «cápsula *antibebé*», que transpôs, triunfalmente, as etapas da experiência animal (VM. N.º 1487. 8-12-67).

⁽³⁹⁾ Uma nova higiene *anti-caspa* (DP. 20-2-68).

-cartel»⁽⁴⁰⁾, «*antivilização*», *anticlericalismo*, (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticlorofila*, *anti-colonialismo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticomunismo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticonformismo*, *anticontrabando*, *anticonvencionalismo* (doutrina oposta ao convencionalismo), *Anticorrupção*⁽⁴¹⁾, *anticrime*, *antidemocratismo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *antiderrapagem*, *antidesordem*, *anti-«dopping»*⁽⁴²⁾, *antidroga*⁽⁴³⁾, *anti-«dumping»*, *anti-economia*, *anti-engano*⁽⁴⁴⁾, *anti-engraçado*⁽⁴⁵⁾, «*anti-escalada*»⁽⁴⁶⁾ (no termo militar: suspensão dos bombardeamentos e da infiltração de duas partes antagonistas), *anti-espectáculo*⁽⁴⁷⁾, «*antiespião*»⁽⁴⁸⁾, *antiespírito*, *antiespuma*, *antifascismo*, *anti-federação*⁽⁴⁹⁾, *anti-ferrugem*, *antifoguetão*⁽⁵⁰⁾, *antiforça*⁽⁵¹⁾, *antiguerra*⁽⁵²⁾, *antiguerrilha*, *anti-herói*, *anti-homem*, *Anti-Humanismo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-imperialismo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-individualismo*, *anti-infiltração*, *anti-inspiração*⁽⁵³⁾, *antijogo*, *antiliteratura*, «*antilustre*», *antimatéria*, «*Antimemórias*» (título de um livro de André Malraux: «*Antimémoires*»), *anti-Mercado Comum*, *anti-missil*⁽⁵⁴⁾, *antimito*, *antimonopólio*⁽⁵⁵⁾, *antinevoeiro*, *anti-nódoa*, *anti-*

(40) Disposições «*anti-cartel*» (VM. N.º 1518. 12-7-68).

(41) Movimento Revolucionário *Anticorrupção* (VM. N.º 1506. 19-4-68).

(42) Apesar disso, porém, o mesmo director do Bangu insistiu no exame *anti-«dopping»* para os seus profissionais (DP. 7-11-66).

(43) A administração desta *antidroga*, no caso do «STP», provoca, de facto, reacções violentas (DL. 10-2-68).

(44) Comissão *antienganos...* (DP. 24-8-66).

(45) O homem que é «*anti-engraçado* por natureza» (DP. 22-9-66).

(46) Ainda segundo o «Guardian», as duas partes estariam de acordo quanto a uma primeira fase de «*anti-escalada*» (DL. 27-1-68).

(47) — Por isso é que eu chamo ao filme um *anti-espectáculo* (DL. 18-4-68).

(48) Mas o «*charme*» que as mulheres encontram no famoso «*antiespião*» parece transitar para a parte masculina da sua família (DN. 25-4-68).

(49) Os manifestantes saíram de uma mesquita com cartazes *anti-britânicos* e *anti-federação* (PJ. 14-2-67).

(50) «*Cortinas anti-foguetão*» (VM. N.º 1500. 8-3-68).

(51) «*Miriades de forças e de antiforças; uma Via Láctea de centros de Poder*» — como diz o secretário do partido Republicano, Ugo La Malfa (VM. N.º 1507. 26-4-68).

(52) «O tema *antiguerra* — salienta Ann Guarino — cria indirectamente um sentimento anti-norte-americano, que deve ser tomado em conta» (DN. 15-2-68).

(53) Existe, mesmo, uma espécie de embófia *anti-inspiração* (DN. 12-10-67).

(54) A ineficácia do sistema *antimísseis* soviético (VM. N.º 1521. 2-8-68).

(55) Aí, com efeito, o essencial da legislação *antimonopólio* goza do apoio de trabalhistas e conservadores (DN. 4-10-66).

parlamentarismo (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-partido* ⁽⁵⁶⁾, *antipartizante*, *antipensamento* ⁽⁵⁶⁾, *antiperseguição* ⁽⁵⁷⁾, *antipessoa* ⁽⁵⁸⁾, *antipintura*, *antipoesia* ⁽⁵⁹⁾, «*anti-py*» ⁽⁶⁰⁾, *anti-radiação*, *anti-reformismo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), «*anti-rejeição*» ⁽⁶¹⁾, «*Anti-Revisionismo*» ⁽⁶²⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-revolução* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-romance* ⁽⁶³⁾, *anti-rombo* ⁽⁶⁴⁾, *anti-ruído* ⁽⁶⁵⁾, *anti-ruga* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-sabotagem* ⁽⁶⁶⁾, *anti-sexo*, *anti-sionismo* ⁽⁶⁷⁾, *anti-simetria*, *anti-socialismo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), «*anti-sofá-cama*», *anti-tanta-coisa*, «*anti-teatro*» ⁽⁶⁸⁾, *antitécnica*, «*antiterrorismo*», *antitraça* ⁽⁶⁹⁾, *antitrevá* ⁽⁷⁰⁾, *anti-trust*, *antitudo*, *antiturismo*, *anti-«western»*, *anti-violência* ⁽⁷¹⁾.

⁽⁵⁶⁾ Três dos maiores nomes da moderna literatura chinesa figuram na lista dos «*antipartido* e *antipensamento* de Mao Tsé-Tung», elaborada pela Guarda Vermelha (DN. 26-9-66).

⁽⁵⁷⁾ Finalmente, anuncia-se que a Polícia prendeu um dirigente comunista, que parece ser o adjunto de Yeung Kwong, presidente do «Comité» *antiperseguição* (DN. 16-10-67).

⁽⁵⁸⁾ Para essas *antipessoas*, os habitantes do nosso mundo constituiriam, por seu turno, *antipessoas* (DN. 28-6-66).

⁽⁵⁹⁾ Sem ser necessariamente *antipoesia*, Basília Papatamatiú apresenta uma poesia nova e vigorosa (C. 9-3-68).

⁽⁶⁰⁾ O tratamento «*anti-py*» (VM. N.º 1497. 16-2-68).

⁽⁶¹⁾ No nosso laboratório obtivemos um novo produto «*anti-rejeição*» (VM. N.º 1497. 16-2-68).

⁽⁶²⁾ Recentemente, durante a Revolução Cultural da China, uma rua de Pequim onde se alojou a Embaixada da U. R. S. S. passou a chamar-se: «Rua do *Anti-revisionismo*».

⁽⁶³⁾ A espera que os *anti-romances* venham a ter outra designação (DN. 15-2-68).

⁽⁶⁴⁾ Aplicam-se em segunda produtos insonorizantes, vedantes e *anti-rombo* (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽⁶⁵⁾ Os regulamentos *anti-ruídos* tornam raro o uso das buzinas dos automóveis (VM. N.º 1505. 12-4-68).

⁽⁶⁶⁾ As operações *anti-sabotagem* (VM. N.º 1504. 5-4-68).

⁽⁶⁷⁾ Serviu-se do *anti-sionismo* como arma para eliminar muitos funcionários governamentais (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽⁶⁸⁾ Assim, se o seu conjunto deve ser lido como *mise-en-scène*, haverá de ler o drama proposto no absurdo do «*anti-teatro*» (VM. N.º 1523. 16-8-68).

⁽⁶⁹⁾ Courtelle é *anti-ruga*, *anti-traça*, não faz borboto, lava-se e seca num instante (DN. 11-12-67).

⁽⁷⁰⁾ A que ponto seriam anticlorofila e *antitrevá*? (DP. 15-5-68).

⁽⁷¹⁾ Uma comissão «*anti-violência*» (DN. 18-6-68).

anti- + adjectivo: *antialérgico*, *antiandrógeno*, *anti-anémico*, *antiatómico* ⁽⁷²⁾, *antibalístico*, *antibiótico*, *antibranco*, *antiburguês* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticanceroso*, *anticapitalista*, *anticientífico* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticoagulante* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), «*anti-colonialista*» (neol. em Caldas Aulete, reg. em Morais Silva), *anti-comercial* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticomunista* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anticomunitário*, *anticoncepcional* ⁽⁷³⁾, *anticonceptivo*, *anti-concorrencial*, *anticongreganista*, *anticonservador*, *anti-criptogâmico* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-democrático* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *antiderrapante* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-desportivo*, *antidialéctico*, *antidiluviano*, *antidiscriminatório*, *antidivorcista* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *Anti-Embaciante* ⁽⁷⁴⁾, *anti-eleitoral*, *anti-esclavagista*, *antiepiscopeal*, *antiespumante*, *anti-esquerdista* ⁽⁷⁵⁾, *antiestimulante*, *antifascista*, *antifederal*, *antiformalista*, *antifraterno*, *antifuturista*, *antigripal*, *anti-hemofílico*, *anti-higiênico*, *anti-humanista*, *anti-humano* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-imperialista* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-infeccioso*, *anti-inflacionário*, *anti-inflacionista*, *anti-inflamatório*, *anti-integracionista*, *anti-intelectual* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-intervencionista* (contrário à ideia duma intervenção política, militar, etc.), *antijurídico* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *antiletal*, *antilinfocítico* ⁽⁷⁶⁾, *antilinfocitário* ⁽⁷⁷⁾, *antilinfócito* ⁽⁷⁸⁾, *antimagnético*, *antimilitarista*, *antimodernista*, *antinarcótico*, *antimonárquico*, *antinatalista* ⁽⁷⁹⁾, *antinaturalista*, *antinegro*, *antinuclear* ⁽⁸⁰⁾, *antioperário*, *antioxidante*, *antipalúdico* (reg. em Morais

⁽⁷²⁾ Em Genebra, foi construído um hospital subterrâneo *antiatómico* (DL. 16-12-67).

⁽⁷³⁾ A correlação entre a icterícia e o uso de pílulas *anticoncepcionais* foi julgada provável ou quase certa (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽⁷⁴⁾ O Pano *Anti-Embaciante* PULAX (DN. 29-11-66).

⁽⁷⁵⁾ A declaração insere-se na campanha *antiesquerdista* para isolar e desacreditar Odinga (DN. 14-3-66).

⁽⁷⁶⁾ Em primeiro lugar, estudará os métodos de associação dos tecidos celulares e a utilização do soro *antilinfocítico* (DL. 13-1-68).

⁽⁷⁷⁾ O prof. Bernard Halpern preparou um soro *antilinfocitário* de ovelha (DN. 24-2-68).

⁽⁷⁸⁾ Desenvolveram um soro *antilinfócito* extraordinariamente puro (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽⁷⁹⁾ O que é explicado pela sua política *antinatalista* (VM. N.º 1524. 23-4-68).

⁽⁸⁰⁾ O tabu *antinuclear* seria assim respeitado (DL. 2-1-68).

Silva, falta em Caldas Aulete), *antiparasitário* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *antiparlamentarista*, *antipartidário* ⁽⁸¹⁾, *anti-patriota* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *antipedagógico*, *antipessoal*, *anti-polêmico*, *antipolemista* ⁽⁸²⁾, *anti-presidencial*, *antiprofano*, *antiprogressista* ⁽⁸³⁾, *antiprogressivo* ⁽⁸⁴⁾, *antiprotecionista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-rábico*, *anti-racial* ⁽⁸⁵⁾, *anti-racista* ⁽⁸⁶⁾, *anti-radioactivo* ⁽⁸⁷⁾, *anti-reformista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-reumático* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-revisionista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *antirevolucionário* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-saboroso*, *anti-sectário*, *anti-segregacionista* ⁽⁸⁸⁾, *anti-séptico* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-sintático*, *anti-sionista*, *anti-socialista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-submarino* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *anti-subversivo*, *antiterrorista*, *antitrombótico*, *antituberculoso* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *antitumoral*, *anti-ultra-romântico* ⁽⁸⁹⁾, *antivaticanista*, *antiviral* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete).

anti- + abreviatura: *anti-gang* (ingl. *anti-gangster*), *anti-Comintern* ⁽⁹⁰⁾ (al. *anti* + *Kommunist Internationale*), *antinazi* (al. *anti-* + *National-sozialist*), *anti-N. P. D.* ⁽⁹¹⁾ *anti-* + al. *Nationale Partei Deutschland*).

Além disso, *anti* tem também a sua vida própria e pode ser empregado

⁽⁸¹⁾ Com efeito, o «Akahata», órgão do partido, informa que dez filiados, e a sr.^a Tokuda, casada com o antigo dirigente Kyuichi Tokuda, foram irradiados em 31 de Janeiro, «devido às suas actividades *antipartidárias*» (DN. 10-2-67).

⁽⁸²⁾ Ou a omissão é pura questão de psicologia que se revela por uma feição nitidamente *antipolemista* (C. 13-4-68).

⁽⁸³⁾ E eis que transformamos Beckett num autor *antiprogressista*! (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽⁸⁴⁾ Mas de uma visão estática, naturalista, *antiprogressiva* e antidialéctica de tão triste realidade (VM. N.º 1508. 3-5-68).

⁽⁸⁵⁾ Processos da luta *anti-racial* na América (DN. 7-9-66).

⁽⁸⁶⁾ Manifestação *anti-racista* (DL. 13-4-68).

⁽⁸⁷⁾ Vitaminas e hormonas na terapêutica *anti-radioactiva* (DP. 15-8-67).

⁽⁸⁸⁾ A polícia de Boston neutraliza um jovem de cor, durante uma manifestação *anti-segregacionista* levada a efeito, há dias, naquela cidade americana (VM. N.º 1464. 30-6-67).

⁽⁸⁹⁾ Pois não descobria ele, inclusivamente, nesse poema, uma espécie de ironia *anti-ultra-romântica*? (DN. 24-5-68).

⁽⁹⁰⁾ A Itália adere ao pacto *anti-Comintern* (Si. N.º 1590. 22-6-68).

⁽⁹¹⁾ Manifestação *anti-N. P. D.* em Karlsruhe (VM. N.º 1524. 23-8-68).

como substantivo, por exemplo: «Mas mantê-lo-á ainda, em nome do *anti*» (VM. N.º 1495. 9-2-68).

Contra-

Contra- pertence aos prefixos oposicionais e tem o sentido de *anti*-, mas o seu uso não é tão vital. No emprego, *anti-* será ligado imediatamente a uma palavra; comparem-se as seguintes frases: «Nos arredores da capital da Indonésia está a ser construída uma sala para dois mil delegados, e o sonho do presidente Sukarno seria aproveitar a reunião para se apresentar ao Mundo inteiro como o paladino do *anticolonialismo* e do *anti-imperialismo*» (DN. 26-2-66); enquanto *contra-*, além da sua construção como *anti-*, pode também ser intercalado entre o prefixo e a palavra por um artigo em função atributiva: «Acabou a manifestação monstro da «Guarda Vermelha» *contra o revisionismo*, após 30 horas em que não se cansaram de gritar «slogans», fazer soar tambores, «gongs» e tímbores e de agitar cartazes com frases políticas» (DN. 31-8-66).

contra- + substantivo: *contra-argumento*, *contra-barragem* ⁽⁹²⁾, *contra-espionagem*, *contra-Europa*, *contrafagote*, *contra-força* ⁽⁹³⁾, *contragarranta*, «*contra-greve de fome*» ⁽⁹⁴⁾, *contraguerrilha* ⁽⁹⁵⁾, *contraguerrilheiro* ⁽⁹⁶⁾, *contra-informação* ⁽⁹⁷⁾, *contra-insurreição* ⁽⁹⁸⁾, *contramanifestação* ⁽⁹⁹⁾, *contramanifestante*, *contra-medida*, *contraminuta* ⁽¹⁰⁰⁾, «*con-*

⁽⁹²⁾ Tropas sul-vietnamianas estabeleceram imediatamente uma *contrabarragem* de artilharia (DL. 21-5-68).

⁽⁹³⁾ Alguém os oprime, após o que se desencadeia uma força determinada, a qual, por sua vez, desencadeia outras forças e outras *contraforças* (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽⁹⁴⁾ O monge hindu, Swamy Surya, iniciou uma «*contra-greve da fome*» (DN. 18-12-66).

⁽⁹⁵⁾ Mas na *contraguerrilha* há que ler, sobretudo, nas entrelinhas (DP. 15-5-68).

⁽⁹⁶⁾ Como pretender que jovens, que somente permanecem 12 meses no Vietname, sejam eficazes *contraguerrilheiros*? (DP. 15-5-68).

⁽⁹⁷⁾ Desencadeou-se um bizarro exercício de informações e *contra-informações* a propósito do caso Kachenko que degenerou num grande conflito diplomático (VM. N.º 1483. 10-11-67).

⁽⁹⁸⁾ Os Portugueses estão a aplicar-se com vigor à tarefa da *contra-insurreição* (DN. 26-1-68).

⁽⁹⁹⁾ E manifestações em massa, com uma ou outra tentativa de *contramanifestação* (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽¹⁰⁰⁾ Parece-me que o Ministério Público não pode basear-se nas minhas *contraminutas* de recurso para acusar os réus (DN. 13-3-68).

tra-relógio» ⁽¹⁰¹⁾, *contra-subversão*, *contratransferência*, *contra-terrorismo* ⁽¹⁰²⁾, *contra-revolta* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *contra-ultimatos* ⁽¹⁰³⁾, *contraverificação*.

contra- + adjectivo: *contraceptivo*, *contraterrorista*.

2. Prefixos negativos e privativos

Não-

De todos os prefixos negativos e privativos é *não-* o prefixo mais vital e mais vivo da língua portuguesa actual e contém a ideia negativa mais pura. Suponho que em português moderno as formações com *não-* vieram das línguas europeias pela via de tradução (cf. do fr. *non-*, do ital. *none-*, do al. *un-*, do ingl. *in-*, etc.). Este fenómeno acontece não só em português, como também em todas as línguas europeias de hoje. No emprego, nota-se que existe um matiz semântico entre as línguas românicas e germânicas, o qual o jornal francês «Temps» de 16 de Abril de 1933 elucidou com as seguintes palavras (cf. «undeutsch», «non-allemand»): «l'allemand paraît être la seule langue possédant cet adjectif, qui ne désigne pas ce qui est étranger, mais ce qui est contraire à l'esprit et au caractère allemand» ⁽¹⁰⁴⁾. Contudo, a construção com *não-* tem maior vantagem para economizar uma frase negativa explicativa e encontra-se a sua popularidade e vivacidade em todos os campos do vocabulário (política, milícia, economia, técnica, etc.).

não- + substantivo: *não-acção*, *não-agressão* ⁽¹⁰⁵⁾, *não-alinhamento* ⁽¹⁰⁶⁾, *não-amador* ⁽¹⁰⁷⁾, «*não-aparição*», «*não-candidato*» ⁽¹⁰⁸⁾, *não-*

⁽¹⁰¹⁾ Efta-Cee em *contra-relógio* (DN. 16-5-67).

⁽¹⁰²⁾ Todos falavam perfeitamente o espanhol e conheciam as técnicas mais modernas da espionagem, da guerrilha e do *contra-terrorismo* (DN. 29-8-67).

⁽¹⁰³⁾ Numa guerra de nervos em que as armas são ultimatos e *contra-ultimatos* (C. 23-8-68).

⁽¹⁰⁴⁾ Citado por A. Kuhn, *Das französische Neuwort*. GRM 25 (1937), pág. 302. Ver também W. Meyer-Lübke, *Historische Grammatik der französischen Sprache*. 2.^a parte: *Wortbildungslehre*, págs. 147-148.

⁽¹⁰⁵⁾ Esta ameaça, que se tornou puramente formal, é acompanhada de uma proposição de pacto de *não-agressão* com a N. A. T. O. (VM. N.º 1504, 5-4-68).

⁽¹⁰⁶⁾ No tempo de Nkrumah, o *não-alinhamento*, frequentemente, significava uma posição antiocidental (DN. 4-3-66).

⁽¹⁰⁷⁾ Amador ou *não-amador* (B. 23-5-68).

⁽¹⁰⁸⁾ Um «*não-candidato*» (C. 24-5-68).

-colaboração, não-cumprimento (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), não-convencionalismo ⁽¹⁰⁹⁾, não-desvalorização ⁽¹¹⁰⁾, não-disseminação ⁽¹¹¹⁾, não-elasticidade ⁽¹¹²⁾, não-encenação ⁽¹¹³⁾, não-estudante, não-falsidade, não-fumadora ⁽¹¹⁴⁾, não-ingerência, não-interferência ⁽¹¹⁵⁾, não-intervenção (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), não-liberdade ⁽¹¹⁶⁾, não-limite, não-liquefacção ⁽¹¹⁷⁾, não-luta, não-membro, não-órão, não pensamento ⁽¹¹⁸⁾, não-poeta, não-presença, não-proliferação ⁽¹¹⁹⁾, não-reconhecimento ⁽¹²⁰⁾, não-recorso, não-rentabilidade, «não-

⁽¹⁰⁹⁾ A dificuldade advém-nos, essencialmente, do desajustamento, do inconformismo, da inadaptação, do *não-convencionalismo* (DN. 27-6-68).

⁽¹¹⁰⁾ Contudo, os efeitos da *não-desvalorização*, a longo prazo, poderão não ser tão favoráveis (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽¹¹¹⁾ Pode pensar-se que os resultados das negociações sobre a *não disseminação* tiveram a sua importância neste processo (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽¹¹²⁾ A agulha *não-elasticidade* da pele (C. 24-5-68).

⁽¹¹³⁾ Jorge Listopad falará das hipóteses de encenação (e *não-encenação*) do Teatro desse período (DL. 19-3-68).

⁽¹¹⁴⁾ Um economista de 45 anos, casado e com três filhos menores procura quatro jovens *não-fumadoras* para um cruzeiro no seu «Trimaran» (C. 3-7-68).

⁽¹¹⁵⁾ — Tem segundo em relação à Rodésia uma política de estrita *não-interferência* (DN. 4-11-66).

⁽¹¹⁶⁾ «Como se a demonstração da *não-liberdade* do homem pudesse nele promover a vivência dessa ilusão...» (DL. 18-4-68).

⁽¹¹⁷⁾ A *não-liquefacção* do sangue tinha provocado na véspera, dia esperado, uma viva emoção (DP. 8-5-67).

⁽¹¹⁸⁾ Quando muito compreende-se: «este *não-pensamento* feito conceito que é compreensão» (Michel Tort) (DL. 18-4-68).

⁽¹¹⁹⁾ A União Soviética insiste sobre a necessidade de concluir um tratado sobre a *não-proliferação* de armas nucleares, imediatamente (DN. 3-2-66).

— Tratado de não proliferação nuclear (1963) — Depois de ter sido geralmente repelida, durante dez anos, a ideia acabou por receber a aprovação de Johnson e de Kosyguine, na conferência de alto nível, realizada há um ano em Glassboro, N. Y. Elaborado em Genebra (O. N. U.), o tratado resultante desse acordo obriga as nações signatárias (sessenta e tal, até agora) a respeitarem as disposições desse histórico pacto. Os países que, presentemente, não possuem armas nucleares não as produzirão nem poderão, de futuro, recebê-las das actuais potências nucleares. O pacto também promete a essas nações actualmente privadas da posse de armas nucleares o pleno usufruto dos benefícios pacíficos derivados do átomo, ao mesmo tempo que sujeita as nações nucleares ao compromisso de agirem efectivamente no sentido da limitação das armas e do desarmamento. Este Tratado de não proliferação nuclear foi assinado pelos países possuidores das armas nucleares (no dia 1 de Julho); excepto a China e a França.

— Deve notar-se também que os termos *não disseminação* e *não-proliferação* foram utilizados concorrentemente nos jornais portugueses.

⁽¹²⁰⁾ A doutrina Hallstein e o *não-reconhecimento* da linha Oder-Neisse

-saia» (¹²¹), *não-saturação* (¹²²), *não-senso* (¹²³), *não-sentido*, *não-sofrimento*, *não-utilização* (¹²⁴), *Não-Violência* (¹²⁵) (por volta de 1922. Tradução aproximativa do sânscrito *ahimsa*).

não- + adjetivo: *não-branco*, *não-budista*, *não católico*, *não-comunista*, «*não-comprometido*», *não-convencional* (¹²⁶), *não-crente*, *não-cristão*, *não-diário*, *não esquerdistas*, *não-estratégico*, *não-exemplar*, *não-existencial*, *não-gaullista* (¹²⁷), *não-geométrico*, *não-gorduroso* (¹²⁸), *não-independente*, *não-inflacionista* (¹²⁹), *não-maoísta* (¹³⁰), *não-marxista*, *não-militar*, *não-mortífero*, *não-novaiorquino*, *não-nuclear* (¹³¹), *não-oficial*, *não-pautal* (¹³²), *não-socialista*, *não-soviético*, *não-violento* (¹³³).

não- + participio: *não-absorvido* (¹³⁴), *não-alinhado*, *não-amado* (¹³⁵),

foram, no passado, os alicerces da política externa dos governos de Bonn, presididos pelos chanceleres Adenauer e Erhard (C. 8-3-68).

(¹²¹) O réu: «Usavam aquilo a que eu chamo um «mínimo» ou uma «*não-saia*» (DN. 20-9-67).

(¹²²) Deve permitir-se-lhes, que cultivem o *não-senso* (DN. 29-2-68).

(¹²³) Vinogradov explica a ausência de esqueletos calcários pela *não-saturação* da água em carbonato na atmosfera (C. 23-8-68).

(¹²⁴) Mas acrescentam que a *não-utilização* dessa estrada não parece ter impedido (DN. 24-2-68).

(¹²⁵) A «Comissão de Condenação Académica da *Não-Violência*» (DP. 17-4-67).

(¹²⁶) Falando a bordo do «Benewah», McNamara disse que a força anfíbia «Riverine» era uma solução *não-convencional* para um problema inconvençional (DN. 11-7-67).

(¹²⁷) Este partido, formado principalmente por antigos membros da democracia Cristã e independentes *não-gaullistas*, sofreu nitida derrota nas eleições legislativas de Março (JN. 20-6-67).

(¹²⁸) O Creme Hidratante *Não-Gorduroso* Tokalon (DP. 6-7-68).

(¹²⁹) O programa de títulos de poupança nos Estados Unidos sempre foi «uma origem vital de financiamento *não-inflacionista* para os programas governamentais necessários» (DN. 19-1-66).

(¹³⁰) Violentos combates na China, entre maoístas e *não-maoístas* (DN. 4-9-67).

(¹³¹) Muitas nações *não-nucleares* manifestaram-se abertamente contra um tratado que não implique certo número de condições (DN. 10-2-66).

(¹³²) Mas também a eliminação do maior número possível de obstáculos ao comércio (obstáculos pautais, *não-pautais* e *para-pautais* (R. 24-6-68).

(¹³³) Tornou-se, depois, um paladino da cruzada *não-violenta* pelos direitos cívicos no Sul dos Estados Unidos (DL. 22-7-67).

(¹³⁴) Como limite máximo para a emissão *não-absorvida* (DP. 15-8-67).

(¹³⁵) O estalinista *não-amado* (DL. 30-3-68).

não-deliberado, não-filiado, não-identificado, não-iniciado, não-numerado, não-seleccionado, não-tripulado.

não- + abreviatura: «*não-E. F. T. A.*» (*não-* + ingl. European Free Trade Association).

não- + verbo: *não-existir, não-fazer, não-retirar*.

In-

Os compostos com *in-* pertencem à classe intelectual e culta, cujo uso, na linguagem popular, é pouco frequente. M. Peter observou que as formações com *in-* em francês são mais «*gefühlsbetonte Zusatzwerte*» do que as composições com *não-* ⁽¹³⁶⁾. No emprego entre os prefixos *des-* e *in-* D. Francisco Manuel de Melo disse sobre *descontinência* e *incontinência*, na sua «Carta de Guia de Casados», pág. 19, regendo-se justamente pela regra que acima deixámos apontada, que o negativo *des* é entre nós o mesmo que o *in* entre os latinos ⁽¹³⁷⁾. Mas esta regra não foi sempre respeitada pelo uso; portanto, em meu entender, as formações com *des-* têm um carácter negativo mais concreto, enquanto que o prefixo *in-* confere à palavra um grau mais intelectualizado.

in- + substantivo: *incivilização, inconcordância, inconformismo* (falta de conformismo), *inculturação* ⁽¹³⁸⁾ (cf. *aculturação*), *indeformabilidade, «ineluctabilidade»* ⁽¹³⁹⁾, *inimputabilidade* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *inoficiosidade, insolubilização, insonorização* (estado daquilo que é insonoro);

in- + adjectivo: *inconclusivo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *inconformista* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *inconformado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *incontrolável* ⁽¹⁴⁰⁾ (que não é controlável), *inconvenção, indissociável, inexpressível, insurreccional*;

⁽¹³⁶⁾ Ver M. Peter, *Über einige negative...* (ver Bibl.), pág. 28.

⁽¹³⁷⁾ Ver F. J. Freire, *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, pág. 64.

⁽¹³⁸⁾ Uma das angústias mais características do criador é a que provém do problema da *inculturação* (DN. 1-5-68).

⁽¹³⁹⁾ «O que não se compreende — conclui — é que homens e mulheres que amam a liberdade possam resignar-se a uma pretensa «*ineluctabilidade*» (DN. 20-6-68).

⁽¹⁴⁰⁾ As inundações do Mississippi podem ser *incontroláveis* (DN. 27-11-67).

in- + advérbio: *inconfortavelmente*, *insofismavelmente* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *injustificavelmente*, *inlascavelmente* ⁽¹⁴¹⁾.

A-

Os compostos com *a-* têm um carácter privativo e encontram-se apenas na terminologia científica e culta. No vocabulário político, temos por vezes *impolítico*, em lugar de *apolítico*.

a- + substantivo: *aculturação* ⁽¹⁴²⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *a-historicidade*, *apolitismo* ⁽¹⁴³⁾ (doutrina em que se não professa política partidária), *assexualidade* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), «*a-ventura*» (que não tem ventura).

a- + adjectivo: *a-racional* ⁽¹⁴⁴⁾ (que é estranho à razão).

Des-

As formações com *des-* dão geralmente a ideia de depreciação, de privação, de separação, de afastamento, de divisão, de uma simples negação ou a ideia contrária à radical. Conforme o seu carácter activo na construção, este prefixo agrupa-se em geral só com os verbos ou abstractos verbais sob os quais as formações com *-izar* e *-ização* ocuparam a maior parte. Sobre a origem deste prefixo, alguns gramáticos ainda discutem, M. Said Ali pensa que este prefixo não procede da junção das preposições latinas *de* e *ex*. Semelhante operação não se fazia em latim culto e é improvável que o latim vulgar, onde justamente o emprego de *ex* como preposição tendia a desaparecer, sentisse a necessidade de agregá-la a outra partícula para constituir prefixo duplo. A seu ver, *des-*, como prefixo usado com sentido negativo ou de contradição, é a romanização de *dis-*, forma

⁽¹⁴¹⁾ Quem ousará infringir o mecanismo, sempre idêntico a si próprio, de uma história mítica que, actualizada embora pelo rito, *inlascavelmente* se repete através das gerações? (DN. 21-3-68).

⁽¹⁴²⁾ Sobre a definição deste termo no vocabulário sociológico, ver A. Cuvillier com seguintes palavras: «Aculturação — Soc. Termo empregado pelos sociólogos norte-americanos para indicar as mudanças que ocorrem na civilização de um grupo posto em contacto com outro, sobretudo se este último é de civilização superior» (*Vocabulário de filosofia*, pág. 24).

⁽¹⁴³⁾ Estas concessões satisfizeram os dirigentes do olimpismo que, aliás, aproveitaram a oportunidade para recordar o *apolitismo* dos Jogos Olímpicos (VM. N.º 1500. 8-3-68).

⁽¹⁴⁴⁾ Porque o inconsciente, contra o parecer de alguns estruturalistas, é bem do domínio *a-racional* (DL. 18-4-68).

esta que se manteve inalterada em certo número de vocábulos recebidos da língua-mãe, mas cuja faculdade de criar novos termos, dentro do domínio da língua portuguesa, se transferiria à forma *des-* ⁽¹⁴⁵⁾.

des- + verbo:

-izar: «*desamericanizar*» ⁽¹⁴⁶⁾, «*descentralizar*», «*descontratualizar*» ⁽¹⁴⁷⁾, «*descolonizar*» (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), «*desnuclearizar*» (privar de bombas nucleares), «*despolitizar-se*, «*despotencializar*» ⁽¹⁴⁸⁾ (fazer perder as potências), «*despressurizar*» ⁽¹⁴⁹⁾, «*desprofissionalizar*» (neutralizar as profissões), «*dessolidarizar-se*» ⁽¹⁵⁰⁾.

-ificar: «*desmistificar*» ⁽¹⁵¹⁾ (não mistificar), «*desmitificar*» ⁽¹⁵²⁾, «*dessantificar*» ⁽¹⁵³⁾ (não tornar santo).

-ar: «*descalar*» (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), «*descolapsar-se*» ⁽¹⁵⁴⁾ (não se diminuir as forças, sem síncope), «*descontrolar-se*» (fora de controle por si próprio), «*desescalar*» ⁽¹⁵⁵⁾ (contrário ao escalar), «*desintoxicar*, «*desmultiplicar*, «*despoletar*» ⁽¹⁵⁶⁾, «*dessacramentar*.

⁽¹⁴⁵⁾ Ver M. Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, pág. 250; *Formação de palavras e sintaxe do Português Histórico*, pág. 27.

⁽¹⁴⁶⁾ Devemos «*desamericanizar*» o conflito (VM. N.º 1526. 6-9-68).

⁽¹⁴⁷⁾ Gradualmente tem vindo a verificar-se uma certa evolução no sentido de se «*descontratualizar*» o contrato (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽¹⁴⁸⁾ E o teatro... «*despotencializa*» e aniquila toda a inibição inicial (DN. 8-2-68).

⁽¹⁴⁹⁾ Aldrin e Jim Lovell dormiram seis horas antes de «*despressurizarem*» a cabina como primeiro preparativo para o passeio (PJ. 14-11-66).

⁽¹⁵⁰⁾ Os eleitores que se pronunciaram pelo N. P. D. entenderam, com efeito, «*dessolidarizar-se*» do sistema (DL. 19-11-66).

⁽¹⁵¹⁾ Visa «*desmistificar*» a opinião, mantendo a noção da justa medida e o bom-tom, em nome de um humanismo cristão (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽¹⁵²⁾ É mais poderosa a poesia desde que se «*desmitificou*?» (DN. 8-2-68).

⁽¹⁵³⁾ A verdadeira ciência — disse Paulo VI — «*dessantificou*» e «*dessacramentou*» os fenómenos da natureza (DN. 25-4-68).

⁽¹⁵⁴⁾ O que acontecerá se, por quaisquer razões, o «*planckeeão*» «*se descolapsar*» e se a sua matéria adquirir o estado normal? (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽¹⁵⁵⁾ A decisão de Johnson, de «*desescalar*» a guerra no Vietname, deixou certamente alguns países do Leste da Ásia ansiosamente apreensivos sobre o seu futuro (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽¹⁵⁶⁾ O objectivo do encontro seria «*despoletar*» o diferendo relativo ao território do Sabah (C. 23-9-68).

des- + substantivo

-ização : «*dessacralização*» ⁽¹⁵⁷⁾, *desactualização*, «*desamericanização*» ⁽¹⁵⁸⁾, *desanimalização*, *desburocratização* ⁽¹⁵⁹⁾, *descapitalização* (acto ou efeito de descapitalizar), *descartilização* ⁽¹⁶⁰⁾, «*descolonização*» ⁽¹⁶¹⁾, «*descontratualização*» ⁽¹⁶²⁾, *desdramatização*, *deslorcacização* ⁽¹⁶³⁾ (perda de valorização de personalidade do escritor espanhol, Federico Garcia Lorca), *desnuclearização* ⁽¹⁶⁴⁾, *despolitização* ⁽¹⁶⁵⁾, *de-somalização* ⁽¹⁶⁶⁾ (conjunto de providências tomadas pelo presidente Abdel Rahman Aref do Iraque para fazer desaparecer o sistema político, económico, etc., dos Somalis), «*destalinização*» ⁽¹⁶⁷⁾, também *desestalinização* ⁽¹⁶⁸⁾ (conjunto de providências tomadas por Nikita Kruchchev para fazer desaparecer o sistema político de José Estaline), *des-*

⁽¹⁵⁷⁾ A Igreja reconhece a «cidadania» e a dignidade dos leigos, cuja ajuda lhe é necessária para fazer frente à «laicização», à «*dessacralização*» (DP. 16-10-67).

⁽¹⁵⁸⁾ O general Eisenhower, ignorando o apelo da nova plataforma do partido para a «*desamericanização*» do esforço de guerra, avisou que a retirada do Vietname «é a melhor forma que conheço de acumular tragédia para os nossos filhos» (DL. 6-8-68).

⁽¹⁵⁹⁾ *Desburocratização* e dinamização da Administração federal, sobretudo através da reforma administrativa (DN. 6-8-67).

⁽¹⁶⁰⁾ Apesar da «*descartilização*», a Hoechst mantém algumas relações com os outros ramos da antiga IG Farben (VM. N.º 1518. 12-7-68).

⁽¹⁶¹⁾ A «*descolonização*» de Gibraltar (DN. 18-12-66).

⁽¹⁶²⁾ O próprio Código tentou essa «*descontratualização*» em certos casos (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽¹⁶³⁾ Com «As Bodas de Sangue» começa-se por se assistir a uma *deslorcacização* do texto (VM. N.º 1530. 4-10-68).

⁽¹⁶⁴⁾ Aprovado na O. N. U. o tratado que decide a *desnuclearização* da América Latina (DL. 9-12-67).

⁽¹⁶⁵⁾ A desvalorização e a *despolitização* da guerra do Vietname são consideradas, no conjunto da obra de Johnson, como um sucesso pessoal do presidente (DN. 27-10-66).

⁽¹⁶⁶⁾ A campanha de *de-somalização* (DL. 23-5-68).

⁽¹⁶⁷⁾ Em 1956 realizou uma «*destalinização*» completa dos quadros do partido (DN. 2-2-67).

⁽¹⁶⁸⁾ A linha dura ou estalinista que vigorou até 1956 e a que teve início nessa data, com a *desestalinização* inaugurada por aquele referido congresso, ou seja a linha kruschtcheviana (DP. 6-8-68).

salinização ⁽¹⁶⁹⁾, *desumanização* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete).

-ificação : *descodificação*, *desmistificação*, *desmitificação* ⁽¹⁷⁰⁾, *desnazificação* ⁽¹⁷¹⁾ (conjunto de providências tomadas depois da Segunda Guerra Mundial para fazer desaparecer da Alemanha a mentalidade de nazismo);

-ação : *desaceleração*, *descontaminação* ⁽¹⁷²⁾, *desintermediação*, *desintoxicação*, *desmultiplicação*, *dessegregação* ⁽¹⁷³⁾, *desvirginação* (s. alargado conjunto de providências tomadas para cultivar a selva que está ainda no estado virgem);

-ador : *desumidificador*, «*desapontador*», *descodificador*;

-agem : *desacostagem* ⁽¹⁷⁴⁾, *descortiçagem*, *despoletagem* ⁽¹⁷⁵⁾;

-mento : *desarmazenamento*, *descomprometimento* ⁽¹⁷⁶⁾, *descongelamento* (acto ou efeito de descongelar os fundos monetários), *descongestionamento* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), «*desescalamento*» ⁽¹⁷⁷⁾ (que tem o mesmo sentido que *desescalada*), *desregulamento*;

⁽¹⁶⁹⁾ Experimentam-se outros processos de *dessalinização* (DM. 3-2-66).

⁽¹⁶⁹⁾ Porque é que a «*desmitificação*» se tornou urgente? (DN. 8-2-68).

⁽¹⁷¹⁾ Por outro lado, a campanha de *desnazificação* foi demasiado prolongada e demasiado ineficaz (DP. 11-1-67).

⁽¹⁷²⁾ Em todos os casos os Serviços de Saúde têm papel fundamental no que respeita à *descontaminação* (DP. 9-9-66).

⁽¹⁷³⁾ A sua acção limita-se à *dessegregação* dos lugares, tais como restaurantes e hotéis (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽¹⁷⁴⁾ Destinava-se este cabo a manter ligados os dois veículos espaciais, após a *desacostagem* para um exercício de voo em formação (PJ. 14-11-66).

⁽¹⁷⁵⁾ Mahmoud informou que o Exército procedia actualmente na cidade de Suez à *despoletagem* de uma série de granadas por explodir (DN. 26-10-67).

⁽¹⁷⁶⁾ Quanto ao *descomprometimento*, a verdade é que a arte não pode desinteressar-se da cena do mundo (DL. 29-8-68).

⁽¹⁷⁷⁾ Presentemente, a atitude dos americanos no que respeita à suspensão total dos bombardeamentos é de tal modo flexível que qualquer sintoma de um declínio na luta poderá ser considerado um «*desescalamento*» (VM. N.º 1520. 26-7-68).

-ismo : *desviacionismo* ⁽¹⁷⁸⁾, «*desvionismo*» ⁽¹⁷⁹⁾;

-ada : «*desescalada*» ⁽¹⁸⁰⁾ (contrário à *escalada*), *desescalada*;

-idade : *despretensiosidade*.

des- + adjetivo: *descontrolado* (neol. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), «*deseducado*», *desenvolvimentista*, *desformista*, *desforrista*, *desinformado*, *desinibido*, *desmitificado* ⁽¹⁸¹⁾, *desoxiribonucleico*, *despoliticizado* ⁽¹⁸²⁾, *despreconceituoso*, *desprestigiante*;

des- + advérbio: *descontraidamente*, *descontroladamente* ⁽¹⁸³⁾, *desestruturalmente* ⁽¹⁸⁴⁾, *despremeditadamente* ⁽¹⁸⁵⁾, *desumanizadamente* ⁽¹⁸⁶⁾.

Ex-

Aos prefixos negativos e privativos pertence também o prefixo *ex-*, que possui uma atitude privativa na qual um estado, uma qualidade ou uma coisa se declara como não-existente no presente, por ex. *ex-marido* ou *ex-senhora* Skofic. A atitude artificial deste prefixo mostra que parte da sua função privativa tem também uma dinâmica natural e pode ser usado como atributivo. A maioria das novas criações são de composições nominais.

⁽¹⁷⁸⁾ Os responsáveis pela economia de Xangai, acusados de *desviacionismo* económico, substituíram a consciência revolucionária pela espontaneidade burguesa (PJ. 13-1-67).

⁽¹⁷⁹⁾ A obra não tardou em ser apontada como um exemplo típico do «*desvionismo*» (DN. 5-10-67).

⁽¹⁸⁰⁾ Em Washington começou a estar em voga o termo «*desescalada*» (DL. 16-11-66).

⁽¹⁸¹⁾ Mas não admitimos que um estrangeiro o faça, por mais *desmitificados* que sejamos em matéria de patriotismo (DN. 8-2-68).

⁽¹⁸²⁾ A tragédia de Westmoreland está em que, como profissional sério e soldado completamente *despoliticizado* que é, conduzia uma guerra política (VM. N.º 1505. 12-4-68).

⁽¹⁸³⁾ Porquê gritar, para quê gritar *descontroladamente*, até o próprio artista ser obrigado a pedir silêncio, atenção? (DP. 24-11-66).

⁽¹⁸⁴⁾ Toda esta actividade, porém, tem-se processado episódica, *desestruturalmente* (C. 2-5-68).

⁽¹⁸⁵⁾ Mas, ao lado da mesa rectangular em que *despremeditadamente* me sento (DL. 18-4-68).

⁽¹⁸⁶⁾ Só não seria assim se a escola continuasse a conceber-se, friamente, *desumanizadamente* (DN. 19-11-66).

As palavras compostas de *ex-* foram pouco registadas no dicionário, se bem que sejam muito vivas na linguagem jornalística. Há em português, uma diferença de sentido entre *ex-* ⁽¹⁸⁷⁾ e *antigo*? Parece-me que a linguagem do jornalismo está ainda indecisa. Podem encontrar-se ao mesmo tempo os dois empregos num artigo dum jornal qualquer, por ex.: «O coronel Bokarsa, chefe do Governo Centro-Africano desde o golpe de Estado da noite de São Silvestre, resolveu apresentar o *ex-presidente* Dacko ao Secretário-Geral da União Aduaneira Económica da África Central, Onana Awana, de passagem em Bangui, (...)» (DN. 3-2-66), e mais adiante: «Na mesma ocasião, começou por lembrar que não fora ele o autor do golpe de Estado, só aceitando o Poder depois de o *antigo presidente* Dacko o rejeitar, dado o agravamento da situação» (DN. 3-2-66). Contudo, existe uma nuance semântica no uso em francês. F. Wey mostrou que: «La révolution a un peu compromis cette locution-là... Avant 93, personne ne se faisait scrupule de parler de la sorte; car cette préposition francisée offre plus d'exactitude que l'adjectif «ancien» qui pourrait tenir lieu. Un homme qui n'est plus ministre depuis vingt-quatre heures, n'est réellement pas un «ancien» ministre. Cependant, comme dans les troubles politiques la particule *ex-*, dans ce genre d'acception, a revêtu une signification âpre et ironique; *ex-roi*, *ex-nobles*, *ex-princes*, *ex-prêtres*..., etc., il lui en est resté quelque chose de dur et d'incivil. En effet, chaque parti désigne ses partisans destitués ou démissionnaires sous le titre d'*anciens officiers*, d'*anciens conseillers d'Etat*, etc.; tandis que les gens de l'opinion hostile ne manquent jamais de dire et d'écrire: *ex-conseillers*, *ex-officiers*, *ex-paires de France*» ⁽¹⁸⁸⁾.

ex- + designação de pessoa: *ex-academista* (um antigo futebolista pertencente ao clube académico), *ex-actor*, *ex-aliado*, *ex-aluno*, *ex-arquitecto*, *ex-artista*, *ex-assistente*, *ex-bailarina*, *ex-candidato*, *ex-bandoleiro*, *ex-Burton* ⁽¹⁸⁹⁾ (nomeando irónicamente a antiga mulher do actor Richard Burton, Sybil Christopher), *ex-chanceler* ⁽¹⁹⁰⁾, *ex-capitão*, *ex-cabeleir-*

⁽¹⁸⁷⁾ Sobre a diferença do uso em francês, o *Courier de Vaugelas* de 15 de Janeiro de 1872 notou com as seguintes palavras: «... que la particule *ex-*, grâce à son rôle révolutionnaire, doit surtout être mise dans les cas où il s'agit de quelque mutation ou rapide ou violente, ou peu heureuse, et que dans les autres cas *ancien* est préférable (citado em *Littérature* (vol. 3), pág. 1203).

⁽¹⁸⁸⁾ Citado por B. Mönch, *Der politische Wortschatz*... (ver Bibl.), pág. 77.

⁽¹⁸⁹⁾ Um filho para Sybil *ex-Burton* (PJ. 16-12-66).

⁽¹⁹⁰⁾ O *ex-chanceler* justifica a sua atitude: «... achei necessário recomendar ao gabinete que desvalorizasse a libra (VM. N.º 1487. 8-12-67).

reio, ex-casal, ex-ciclista, ex-colaborador, ex-colega, ex-comandante, ex-comissário, ex-condenado, ex-conselheiro, ex-cônsul, ex-contratante, ex-coronel, ex-dactilógrafo, «ex-delfim» (aludindo a Rudolf Hess, antigo ministro de Adolf Hitler), *ex-dirigente, ex-educando, ex-elemento* ⁽¹⁹¹⁾, *ex-empregado, ex-escravo, ex-espião, ex-estivador, ex-existencialista, ex-funcionário, ex-«gauleiter»* ⁽¹⁹²⁾, *ex-gendarme, ex-general, ex-gerente, ex-governador, ex-guarda-redes, ex-«Guarda Vermelho»* ⁽¹⁹³⁾ (antigo partidário da revolução cultural da China), *ex-inimigo, ex-jogador, «ex-júnior», ex-«leader»* ⁽¹⁹⁴⁾, *ex-major, ex-«mayor»* ⁽¹⁹⁵⁾, *ex-marinheiro, ex-membro* ⁽¹⁹⁶⁾, *ex-menina, ex-mercenário, ex-Ministro, ex-«Miss»* ⁽¹⁹⁷⁾, *ex-mulher, ex-padrão, ex-pedreiro, ex-presidente, ex-presidiário, ex-primeiro-ministro, ex-primeiro-secretário, ex-professor, ex-químico, ex-recordista, ex-rei, ex-representante, ex-sapateiro, ex-sargento, ex-2.º sargento, ex-soberano, ex-sócio, ex-soldado, ex-terrorista* ⁽¹⁹⁸⁾, *ex-tripulante, ex-vice-«leader», ex-vice-presidente*;

ex- + substantivo: ex-armazém, ex-Beira-Mar, ex-banco, ex-Benfica, ex-batalhão, ex-capital, ex-Cova, ex-domínio, ex-Elisabethville, ex-Federação ⁽¹⁹⁹⁾, *ex-fortaleza, ex-grandeza* ⁽²⁰⁰⁾, *ex-loja, ex-Koenigsberg, ex-Metrópole, ex-paixão* ⁽²⁰¹⁾, *ex-Sporting*, (um antigo futebolista pertencente ao clube Sporting), *ex-Stanleyville, ex-União de Lamas, ex-vitória*;

⁽¹⁹¹⁾ — Declarou em Luanda um categorizado *ex-elemento* da U. P. A. e do M. P. L. A. (DN. 17-2-67).

⁽¹⁹²⁾ O *ex-«gauleiter»* contou este episódio a um jornalista polaco que entrevistou na prisão (DN. 26-2-67).

⁽¹⁹³⁾ O *ex-«Guarda Vermelho»* acentuou que os estudantes estão organizados em grupos e têm como missão difundir o pensamento de Mao Tsé-Tung pelo país (DM. 4-1-67).

⁽¹⁹⁴⁾ — Justifica-se o *ex-«leader»* da Arena (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽¹⁹⁵⁾ O *ex-«mayor»* de Birmingham na época de Bull Connor (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽¹⁹⁶⁾ Um *ex-membro* do M. P. L. A. e da U. P. A. (DN. 17-5-66).

⁽¹⁹⁷⁾ Tanit Vélia, *ex-«Miss»* Jugoslávia, aparece aqui ao lado dos populares Alberto Cortez e Joselito (DL. 6-5-67).

⁽¹⁹⁸⁾ Foi depois do almoço que me apresentaram um *ex-terrorista* (DP. 15-5-68).

⁽¹⁹⁹⁾ Para que a *ex-Federação* da Nigéria possa subsistir teria sido necessária uma grande vontade de união e de entendimento (DN. 4-9-67).

⁽²⁰⁰⁾ Tendo Franco querido retomar aquilo que Filipe V cedeu, viram-se os habitantes do rochedo, velha sentinela da *ex-grandeza* britânica, encerrados por detrás das grades da fronteira espanhola (VM. N.º 1513. 7-6-68).

⁽²⁰¹⁾ As suas *ex-paixões* formam «metade das raparigas de Nova Inglaterra» (VM. N.º 1510. 17-5-68).

ex- + adjetivo: *ex-alcantarense*, *ex-belenense*, *ex-benfiquista*, *ex-fascista*, *ex-internacional*, *ex-militar*;

ex- + abreviatura: *ex-nazi* ⁽²⁰²⁾ (al. *ex-* + *National-sozialist*), *ex-prof.*, *ex- s. s.* (*ex-* + al. *Schutz-Staffel*).

3. Prefixos de intensidade

A linguagem da ciência e, em particular, a linguagem da publicidade comercial mantêm vivos uma série de prefixos intensivos como *super-*, *supra-*, *sobre-*, *ultra-*, *extra-*, *hiper-*, *arqui-*, *sur-* (e actualmente o pseudo-prefixo *maxi-*), os quais têm, todos, mais ou menos um carácter superlativo nas novas formações, mas que, todavia, variam no uso de grau da intensidade.

Super-

Acima de todos, foi o prefixo *super-* o que mais se divulgou, em primeiro lugar, apenas no domínio comercial, sobretudo no vocabulário da publicidade, e daí conquistando o poder de difusão em todos os domínios da vida moderna (político, científico, militar, técnico, económico, cultural, etc.). Pode ele, observou Junker, «seinem Wort zu zwei verschiedenen Bedeutungsarten verhelfen, einmal dem Sinn «Überwindung eigenen Wesens», oft in Gestalt höherer Organisationsform, sodann jenem der «Wesensteigerung» ⁽²⁰³⁾. Sobre a história da difusão deste prefixo em francês, Guilbert e Dubois notaram que: «Au XIX^e siècle le développement du préfixe est encore très limité; on retrouve «superfin» chez Balzac, «supernaturaliste» (au-dessus de la nature) chez Nerval, l'extension la plus importante se situe dans le dernier quart du XIX^e siècle et surtout à la fin de la première guerre mondiale; (...)» ⁽²⁰⁴⁾.

O sentido de formação com *super-* não é sempre reconhecível. Assim verifica-se em *supergoverno* que pode ser um «governo fortíssimo», mas pode ser também um «governo anteposto de várias nações». No entanto,

⁽²⁰²⁾ Mistério em Bonn, onde somente se espera que não seja, nem um *ex-nazi*, nem um agente dos americanos (DL. 26-8-67).

⁽²⁰³⁾ Ver A. Junker, *Wachstum und Wandlungen...* (ver Bibl.), págs. 126-127.

⁽²⁰⁴⁾ *Formation du système préfixal...* (ver Bibl.), pág. 98.

o uso de *super-* pode ser colorido de ironia, por ex. *super-mulher* pode ser uma mulher, fisicamente falando, grande e forte, mas pode ser também uma mulher dotada de superioridade pela vontade em comparação com o tipo de *super-homem* de Nietzsche.

super- + nome próprio: *super-Cesário*.

super- + substantivo: *super-«Africaner»* ⁽²⁰⁵⁾, *superagente*, *superalimentação*, *super-animação*, *super anti-choque*, *superaquecimento* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *super-arma* ⁽²⁰⁶⁾, *super-atenção* (com muita atenção), *superauto-estrada* ⁽²⁰⁷⁾, *superautômato*, *super-base* ⁽²⁰⁸⁾, *super-bomba* ⁽²⁰⁹⁾, *supercapitalista*, *supercérebro*, *super-Cesário* ⁽²¹⁰⁾, *supercidade*, *supercircuito* (acima do circuito), *supercombustão* (combustão em excesso), *super-crack* ⁽²¹¹⁾, *super-defesa* ⁽²¹²⁾, *super-desfolhante*, *superdesenvolvimento* ⁽²¹³⁾ (desenvolvimento em excesso), *«superdivo»* ⁽²¹⁴⁾, *superdoseamento*, *superdry* (nome de um modelo de máquina que lava, centrifuga e seca totalmente a roupa), *«supereraciorama»* ⁽²¹⁵⁾, *superespaço*, *super-espião* (indicando o espião soviético de ori-

⁽²⁰⁵⁾ Os *super-«Africaners»* — «Há dois anos mostrei a maior paciência. Hoje já não estou preparado para ter paciência com essas pessoas maldosas» (...) (VM. N.º 1527. 13-9-68).

⁽²⁰⁶⁾ Ela é uma *super-arma*, construída em muitos anos de intensas pesquisas (R. 31-7-67).

⁽²⁰⁷⁾ Uma nova *super-auto-estrada* (PJ. 28-12-67).

⁽²⁰⁸⁾ A América possui três *superbases* estratégicas em Espanha (DN. 3-2-66).

⁽²⁰⁹⁾ Recordar-se que Kruchitchev, nos seus tempos áureos, gabava a sua *superbomba* de 100 megatões? (DP. 13-9-66).

⁽²¹⁰⁾ E muito juizinho, que vem aí o *super-Cesário*! (DL. 3-10-68).

⁽²¹¹⁾ O *super-crack* soviético (DL. 6-2-68).

⁽²¹²⁾ Ganhámos com muito mérito, até porque o Liverpool utilizou uma *superdefesa* (B. 23-5-68).

⁽²¹³⁾ Dado que, ainda hoje, muitos atribuem os seus fracassos ao *superdesenvolvimento* do país do Norte (JN. 25-4-67).

⁽²¹⁴⁾ No papel de esposa de um *«superdivo»*, que cedo murchou sob os golpes de um duro destino (DP. 22-12-67).

⁽²¹⁵⁾ No salão dos inventores de Nova Iorque foi apresentado o *«supereraciorama»* (DP. 10-11-67). Trata-se de um «écran» especial, concebido pelo francês Jules Jourdiaux, com uma curvatura muito pronunciada, uma largura e altura iguais mas de forma oval, e que, à sensação de participar na acção que o «cinerama» dá ao espectador, junta a impressão do relevo.

gem inglesa, Kim Philby), *super-espionagem* ⁽²¹⁶⁾, *superestaque* (também *superstanque*), *superestrutura* (também *superstrutura*), *superfalta* ⁽²¹⁷⁾ (grande falta), *superfantasia* ⁽²¹⁸⁾ (acima da fantasia), *super-ferro-lho* ⁽²¹⁹⁾, *super-filme* ⁽²²⁰⁾, *superfoguetão* ⁽²²¹⁾, *superfoguete* ⁽²²²⁾, «*Superfortaleza*», *super foz* (uma marca de torneira), *Super-Frelon* ⁽²²³⁾ (uma marca de avião francesa), *supergoverno*, *super-grande* ⁽²²⁴⁾ (geralmente em relação à U. R. S. S. e aos E. U. A.), «*super-haschich*» (uma espécie de «marijuana»), *superindústria*, *Super-Iogurte* ⁽²²⁵⁾, *super-jacto*, *superjogador*, *superlotação* (multiplicação excessiva de uma lotação), *supermagem* (acima da margem), *supermercado* (ingl. *supermarket*), *super-milionário* ⁽²²⁶⁾ (homem excessivamente rico), *super-mini-mercado* ⁽²²⁷⁾, *Super-Minx* (marca de automóvel), *supermissil* ⁽²²⁸⁾, *super-*

⁽²¹⁶⁾ A *super-espionagem* americana (DN. 17-5-66).

⁽²¹⁷⁾ A supercidade americana do futuro terá tudo aquilo a que o homem pode aspirar e também uma *superfalta* de água (S. 26-5-66).

⁽²¹⁸⁾ A *superfantasia* musical: «Esta Lisboa que Eu Amo» (DN. 24-10-66).

⁽²¹⁹⁾ Bem sabemos que, como ficou agora comprovado em Madrid, com o *super-ferrolho* manchesteriano contra o Real (B. 23-5-68).

⁽²²⁰⁾ «Sergeant Learoyd» novo *super-filme* (DN. 9-5-68).

⁽²²¹⁾ Será, sem dúvida, exagerado ver em Von Braun o «pai» do *superfoguetão* (DN. 10-11-67).

⁽²²²⁾ Cerca de quarenta vezes menos do que acontece com o *superfoguete* «Saturno V» (DP. 19-12-67).

⁽²²³⁾ Depois vem o Alouette II Astazou e não o *Super-Frelon* (VM. N.º 1503. 29-3-68).

⁽²²⁴⁾ A sua concepção de uma Europa potente e prestigiada como força entre os dois *supergrandes* sofre neste ponto um engulho dificilmente digerível (DL. 3-11-67). Esta expressão *supergrande* indica, em geral, a União Soviética e os Estados Unidos da América, mas pode ser também usada para designar outras grandes potências: «O cisma entre os dois *super-grandes* do Mundo comunista tem dado azo a um ambiente de neutralidade e de distanciamento de pequenos países» (DL. 17-12-66).

⁽²²⁵⁾ O *Super-Iogurte* Express BÉVITA devolve-lhe o bem-estar (DN. 21-10-66).

⁽²²⁶⁾ Não posso fazer mais nada! — declarou o *supermilionário* (DL. 13-1-68).

⁽²²⁷⁾ Um estabelecimento comercial de que não damos o nome, organização de *super-mini-mercados* da Outra Banda, vendeu-me às escondidas, para amigo, 500 g de açúcar negro (DL. 20-4-68). Suponho que este termo *super-mini-mercado* era um erro de composição, porque este termo é, segundo o meu entender, ilógico e a-semântico.

⁽²²⁸⁾ Pela primeira vez, um *supermissil* descreveu uma trajectória de «montanha russa» (DN. 4-11-66).

super-mini-mercado

-modelo⁽²²⁹⁾, *super-Mond*⁽²³⁰⁾, *super-Mundo*⁽²³¹⁾, *super-mulher*⁽²³²⁾, *supernacionalista*, *supernavio*⁽²³³⁾, *superneo-realismo* (acima de realismo de novos processos ou de nova feição), «*Super-Nourrissante*» (francismo), *supernovae*, *super obra*, *super-olho*⁽²³⁴⁾, *superoptimismo*⁽²³⁵⁾, *superorganização*⁽²³⁶⁾, *superpalácio*⁽²³⁷⁾, *Super-panvision* (americanismo), «*superpeixe*»⁽²³⁸⁾, *Super Pepsodente* (marca de creme dentífrico), *super-petroleiro*, *superpoder*⁽²³⁹⁾, *superpoderio*, *superpotência*⁽²⁴⁰⁾, *superpraça*, *superpropagação*⁽²⁴¹⁾, *superprotecção*⁽²⁴²⁾, *superprótese*⁽²⁴³⁾, *superprusianismo*, *superquadro*, *superqualidade*, «*super-rato*», *super-revista*⁽²⁴⁴⁾, «*super-rico*»⁽²⁴⁵⁾ (irónicamente julgado), *super-sabre* (marca de avião

⁽²²⁹⁾ No teu mundo fabricam-se *supermodelos* de todas as coisas, excepto de super-homens (DP. 30-11-66).

⁽²³⁰⁾ Nele se pediam manequins para passagem de modelos, a propósito da apresentação entre nós, muito brevemente, do último *super-Mond*: «Casino Royale» (DP. 13-2-68).

⁽²³¹⁾ A verdade é que há na sua pintura um curioso estatismo de um *supermundo* espacial (DN. 5-3-68).

⁽²³²⁾ Mitos do super-homem e da *supermulher* (VM. N.º 1511. 24-5-68).

⁽²³³⁾ Pois fez aumentar as encomendas de *supernavios* tanques (DP. 31-1-68).

⁽²³⁴⁾ A «câmara» é um *super-olho* (DL. 31-5-68).

⁽²³⁵⁾ A política fiscal da Administração parecia ter-se baseado no mesmo *superoptimismo* que marcara as considerações sobre a guerra no Vietname (VM. N.º 1526. 6-9-68).

⁽²³⁶⁾ Durante anos as histórias tecidas à volta da sede parisiense da luta contra o crime por escritores e cineastas produziram lendas de uma *superorganização* de detectives vagueando pelo mundo na pista de arquicriminosos (DN. 20-8-67).

⁽²³⁷⁾ Em Moscovo, o Hotel Rússia é o *superpalácio* soviético (DN. 5-10-67).

⁽²³⁸⁾ Antes disso, porém, os especialistas de Biologia e de Genética devem descrever o que é um «*superpeixe*» (C. 17-8-68).

⁽²³⁹⁾ O presidente Johnson quer deixar ao seu sucessor um sólido princípio para o caminho do relaxamento entre o seu país e o outro *superpoder* mundial (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽²⁴⁰⁾ «Os Estados Unidos, escreveu há dias C. Sulzberger, são a maior *superpotência* da História e, simultaneamente, a mais fraca» (DL. 7-8-67).

⁽²⁴¹⁾ A reacção endócrina à *superpropagação* actua sobre as glândulas reprodutoras e sobre o comportamento (VM. N.º 1487. 8-12-67).

⁽²⁴²⁾ De forma a evitar situações carenciais ou de *superprotecção* (VM. N.º 1504. 5-4-68).

⁽²⁴³⁾ Roszak comanda a sua *superprótese* (por enquanto puramente experimental) com os olhos, através de sensores electrónicos (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽²⁴⁴⁾ Triunfo total de Solnado na *super-revista* «Pois, pois» (DL. 20-1-67).

⁽²⁴⁵⁾ Este último, terá no fim do mês uma soma suficiente para levar uma vida de «*super-rico*» (VM. N.º 1514. 14-6-68).

americano), *super SER* (marca de calorífero), «*Supersex*»⁽²⁴⁶⁾ (americanismo), *super-show* (americanismo), *super-Silver*, *supersônico*, *super-Stat* (marca de fotocopiadora electrostática), *super Steel* (marca de lâminas), *supersumo* (marca de bebida), *super-técnico*, *supertécnico-homem* (247), *super-transatlântico* (classe de um navio), «*super tufo*» (marca de alcatifa), «*supervaca*», *supervisionalização* (248), *superveação*.

super- + adjectivo: *superautomático*, *superconcorrente*, *super-defensivo* (249), *superdemocrático* (que está acima do sistema democrático), *super-eficaz* (250) (muito eficaz), *superelectrónico* (251), *super-estúpido*, *superfamoso*, *superigigantesco*, *super-impermeável*, *superindustrial*, *super-leve*, «*superlimpo*» (252), *supermeteórico*, *superpotente* (253), *super-rápido* (cf. *ultra-rápido*), *super-secreto* (254), *supersensitivo* (255), *supertemperamental*;

super- + participio: *superagasalhado*, *superalimentado* (256), *superapressado* (257), *superarmado* (muito bem armado), *superautomatizado* (acima de automatização), *superdesenvolvido*, *superdotado*, *super-educado*, *super-espalhado*, *super-gelado* (muito gelado), *super-habitado* (povoado

(246) A que chamam «*Supersex*» (C. 20-5-68).

(247) Porque líquida irremediavelmente as ilusões que alguns depositam no *super-técnico-homem* incarnado no herói mítico James Bond e no seu mundo esterilizado (C. 9-3-68).

(248) A partir daqui, organizar associações de *supervisionização* do aproveitamento desportivo das mesmas (VM. N.º 1517. 5-7-68).

(249) O tema dominante era a tática *super-defensiva* que o Liverpool tinha adoptado (B. 23-5-68).

(250) E sem falar igualmente nas pirotecnias muito elegantes e *super-eficazes* da Ema Peel e do «Santo» (DN. 23-5-68).

(251) O mundo *superelectrónico* das comunicações será a providência do homem do futuro (DN. 17-11-68).

(252) Desde há muito que os cientistas procuram conseguir um explosivo nuclear «*superlimpo*» (DN. 13-5-68).

(253) Provas documentais parecem sugerir que foram usadas armas *superpotentes* em terríveis guerras (VM. N.º 1513. 7-6-68).

(254) Segundo as autoridades locais, foi este o primeiro ensaio da ogiva *super-secreta* «Mark 12» (PJ. 10-7-66).

(255) O avião, carregado com equipamento *supersensitivo* de radar, caiu no Atlântico (DN. 27-4-67).

(256) Por sua vez os povos *superalimentados* comem de mais (DN. 9-5-68).

(257) A decisão *superapressada* do sr. Thant de retirar a força de emergência das Nações Unidas devido às exigências egípcias tem sido largamente criticada (VM. N.º 1461. 9-6-67).

em excesso), *superocidentalizado* ⁽²⁵⁸⁾ (ocidentalizado em excesso), *superorganizado* ⁽²⁵⁹⁾, *super-pesado*, *super-planificado* ⁽²⁶⁰⁾ (planificado excessivamente), *superprotegido*, *super-refinado*, *super-resumido*;

super- + abreviatura: *super-C. E. R. N.* ⁽²⁶¹⁾ (de fr. Centre d'Etudes Européennes de Recherches Nucléaires), *super «LSD»* (de al. Lyserg-Säure-Diaethylamid);

super- + verbo: *superarmar-se* ⁽²⁶²⁾ (armar-se excessivamente), *superocidentalizar*, *super-subir*, *supervalorizar* (valorizar muito), *supervisar*, *supervisionário*.

Além do seu valor intensivo, *super* pode ser utilizado como atributivo: *Omo super* (marca de um produto para a lavagem de roupas), *Audi Super-90*, etc.

Note-se ainda que *super* alcança, por vezes, a sua autonomia completa, quando está a funcionar como substantivo independente, por exemplo, na frase seguinte: «Claro que o *Super* é mais forte (DP. 29-5-68).

Supra-

Em concorrência com *super-* aparece o prefixo *supra-*, que se emprega pouco em português moderno e cujo sentido objectivo se limita, mais ou menos ao valor locativo. Mercê do movimento de integração europeia do após-guerra, encontram-se de novo em voga termos como *supranacional*, *supranacionalidade*, que já existem no dicionário de Moraes Silva, edição de 1948, mas faltam ainda em Caldas Aulete. Eis as expressões recentemente criadas: *supranacionalismo* ⁽²⁶³⁾ (doutrina ou sistema político, económico que está acima do nacionalismo), «*supra-Camões*» ⁽²⁶⁴⁾, *supra-*

⁽²⁵⁸⁾ O Japão *superocidentalizado* (DP. 13-2-68).

⁽²⁵⁹⁾ A fantasia é, evidentemente, uma das qualidades mais necessárias ao homem actual, forçado a viver num mundo *superorganizado* (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽²⁶⁰⁾ O seu desprezo por toda uma ordem *super-planificada* leva-o igualmente a «ignorar» toda uma gama de convenções sociais. (VM. N.º 1512. 31-5-68).

⁽²⁶¹⁾ O C. E. R. N. (...) tem em projecto a construção do *super-C. E. R. N.*, com potência de 300 «Bev» (VM. N.º 1483. 10-11-67).

⁽²⁶²⁾ Uma solução (...) poderia ser: dissolver a rotina com os mesmos ingredientes que tanto nos fazem *superarmo-nos* na aventura (DP. 31-10-67).

⁽²⁶³⁾ Hoje imperamos *supranacionalismos* económicos (DN. 25-5-68).

⁽²⁶⁴⁾ Em verdade, até nisso Camões e «*supra-Camões*» se parecem (DN. 26-1-67).

-egoísta⁽²⁶⁵⁾ (egoísta em excesso), *supra-referido* (referido acima ou anteriormente), *supra-tribal*⁽²⁶⁶⁾ (que está situado acima da tribo) que não foram dicionarizados nem em Caldas Aulete, nem em Morais Silva.

Hoje em dia, julgo que *super-* ganha de dia para dia um valor intensivo, enquanto que *supra-* vai adquirindo uma função de locativo.

Sobre-

O português antigo utilizou-se geralmente da forma *sobre-* em inúmeros vocábulos que foram hoje substituídos pelas formas eruditas *supra-* e sobretudo *super-*, por ex., *supradito* por *sobredito*, *superposição* por *sobreposição*. As novas formações com *sobre-* ocorrem em muitos casos decalcados das línguas estrangeiras, particularmente da língua francesa, por ex., *sobrealismo* (cf. fr. *surrealisme*), *sobre-realista* (cf. frs. *surrealiste*), etc. *Sobre-*, além do seu valor local, traduz a ideia de abundância, excesso, e pode ser também usado superlativamente.

sobre- + substantivo: *sobredimensionamento*⁽²⁶⁷⁾ (acima de dimensão), *sobrepopulação* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *sobrepotência*⁽²⁶⁸⁾ (cf. *superpotência*), *sobrerreação*⁽²⁶⁹⁾, *sobrevalorização*⁽²⁷⁰⁾ (excesso da valorização);

sobre- + adjectivo: *sobrealimentado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), «*sobre-designado*» (designado acima ou anteriormente), *sobre-elevado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *sobre-realista* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *sobre-regenerador* (relativo ao regenerador de grande potência);

sobre- + verbo: *sobrerreagir*⁽²⁷¹⁾.

(265) Ao homem são inspiradas ou reveladas finalidades últimas, que os impelem na sua acção *supra-egoísta* (DN. 4-4-68).

(266) Os vários projectos federais da década de cinquenta, intentados para fomentar um nacionalismo *supra-tribal* (DP. 1-3-68).

(267) O factor da distância de transporte das matérias-primas basta, por si só, para limitar o *sobredimensionamento* das unidades (VM. N.º 1502. 22-3-68).

(268) O poderio bancário dos Estados Unidos, na origem simples subproduto do seu poderio industrial, tornou-se claramente um instrumento de *sobrepotência* (DP. 25-3-68).

(269) Isso significa apenas que houve qualquer coisa que provocou uma «*sobrerreação*» (VM. N.º 1527. 13-9-68).

(270) A *sobrevalorização* dos elementos primários (PJ. 16-12-66).

(271) Com efeito, muito embora o «mayor» Daley e a sua polícia «*sobrerreagissem*» (VM. N.º 1527. 13-9-68).

Ultra-

O emprego de *ultra-* é semelhante ao de *super-*, mas este está a recuar em favor de *super-* nas novas formações. Estes dois prefixos têm originalmente um valor local cujo papel concreto está hoje a perder a importância. *Super-* sobe de dia para dia a escala de carácter superlativo, enquanto *ultra-*, além de seu valor intensivo, mormente em linguagem publicitária, traduz também a ideia de valor local. Acerca dos desenvolvimentos na terminologia política, ouvimos o teor de Guilbert e Dubois sobre a língua francesa moderna: «Au XIX^e siècle l'extension du préfixe se fait dans plusieurs directions. La violence des luttes politiques et sociales a pour conséquence le développement des composés en *ultra-* chaque fois que les luttes des classes prennent ainsi un aspect plus violent, les composés de ce type se multiplient» (...) ⁽²⁷²⁾.

ultra- + substantivo: *ultra-baixa*, *ultracomodidade* ⁽²⁷³⁾ (comodidade exagerada), *ultradefensiva* ⁽²⁷⁴⁾ (defensiva em excesso), *ultra-dimensão* ⁽²⁷⁵⁾ (além da dimensão), *ultraestrutura* ⁽²⁷⁶⁾ (cf. *superestrutura*), *ultra-individualismo* ⁽²⁷⁷⁾ (individualismo exagerado), «*ultramid*» (relativo ao novo instrumento criado por uma empresa de Ludwigshafen (na Alemanha), cuja dureza excede dez vezes a do aço), *ultra-mini-saia* ⁽²⁷⁸⁾ (saia extremamente curta), *ultrapassagem* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultrapatriotismo* ⁽²⁷⁹⁾ (amor da pátria em excesso), *ultraphil* (marca de aparelho fabricado pela firma Philips), *ultra pró-ame-*

⁽²⁷²⁾ *Formation du système préfixal...* (ver Bibl.), pág. 94.

⁽²⁷³⁾ Trata-se de demonstrar a *ultracomodidade* de cadeiras de novo tipo (DL. 29-9-67).

⁽²⁷⁴⁾ Uma *ultra-defensiva* quase permanente (DL. 18-12-67).

⁽²⁷⁵⁾ Quando sairmos disto — esta *ultra-dimensão*, voltarmos ao espaço e ao tempo normais, e aterrarmos no seguro mundo físico (PJ. 23-1-67).

⁽²⁷⁶⁾ «Os gânglios simpáticos; correlação entre a *ultra-estrutura* e a função» (DP. 13-2-68).

⁽²⁷⁷⁾ Desde o *ultra-individualismo* britânico até ao tradicional «realismo socialista dos russos» (DN. 20-9-67).

⁽²⁷⁸⁾ Elizabeth Taylor estreou-se hoje, na capital francesa, como desenhadora de modas, apresentando uma colecção da qual faziam parte algumas arrojadadas *ultra-mini-saias* (DN. 22-1-68).

⁽²⁷⁹⁾ Em que, fruto da recém-restaurada independência de 1640, borbulhava uma larga atmosfera de *ultrapatriotismo* (DN. 1-5-68).

ricano ⁽²⁸⁰⁾ (relativo ao favor dos Estados Unidos sem condições), *ultra-romantismo* ⁽²⁸¹⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete);

ultra- + adjetivo: *ultra-aperfeiçoado* ⁽²⁸²⁾ (muito aperfeiçoado), *ultracomprido* ⁽²⁸³⁾, *ultraconsagrado* ⁽²⁸⁴⁾, *ultraconvencional*, *ultra-curto* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultra-denso*, *ultra-elevado*, *ultra-exótico* ⁽²⁸⁵⁾ (exótico em excesso), *ultra-extremista* ⁽²⁸⁶⁾ (relativo ao partidário da polícia extrema), *ultra-famoso* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultra-fanático* ⁽²⁸⁷⁾ (extremamente fanático), *ultrafeminino*, *ultrafino* ⁽²⁸⁸⁾ (cf. *extrafino*, *superfino*), *ultra-leve*, *ultra-nacionalista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete) *ultrapatriótico*, *ultra-plano* ⁽²⁸⁹⁾ (muito plano), *ultra-progressista*, *ultra-próximo*, *ultra-racista* (racista exagerado), *ultra-rápido* (cf. *super-rápido*, reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultra-reaccionário* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultra-resistente* (resistente em excesso), *ultra-salarial* (além do salário), *ultra-secreto* ⁽²⁹⁰⁾ (cf. *super-secreto*), *ultra-sônico* (cf. *super-sônico*, reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *ultra-virtuosístico* (extremamente *virtuosístico*).

Não obstante, *ultra* tem também a sua vida própria e pode ser usado como substantivo, e significa na linguagem política o «partidário do extremista da direita», por ex.: «Embora os «*ultras*» não desejem necessá-

⁽²⁸⁰⁾ Sob a pressão do *ultra pró-americano* Gerhard Schroeder, (...) (DL. 26-8-67).

⁽²⁸¹⁾ Antero, no fim de contas, exaltadamente, vibrara um golpe mortal no dessorado *ultra-romantismo vigente* (DN. 24-5-68).

⁽²⁸²⁾ Quando a classe dominante dispõe de uma tecnologia *ultra-aperfeiçoada* e técnicas de dominação tão eficazes (VM. N.º 1508. 3-5-68).

⁽²⁸³⁾ O colete *ultracomprido* e o casaco estilo «Burbey» são de «tweed» de pura lã em tons azul-escuro, caramelo e branco (C. 7-9-68).

⁽²⁸⁴⁾ A *ultrafamosa* e *ultraconsagrada* Ella Fitzgerald Sinatra ainda exigiu um mano-a-mano (DP. 29-5-68).

⁽²⁸⁵⁾ O *desenhador* de modas italiano Emilio Pucci, conhecido pelas criações femininas *ultra-exóticas*, decidiu agora vestir os homens (DL. 13-1-68).

⁽²⁸⁶⁾ Entre os elementos na base da crise, o orador citou, nomeadamente, a existência de uma minoria *ultra-extremista* (VM. N.º 1511. 24-5-68).

⁽²⁸⁷⁾ O *ultra-fanático* «leader» negro Rap Brown surge aqui, com uma espécie de apito ao peito e de mão dada com a mulher (DN. 25-5-68).

⁽²⁸⁸⁾ Os cortes *ultrafinos* (DN. 26-6-68).

⁽²⁸⁹⁾ O relógio automático para senhoras, *ultra-plano* de uma elegância e de técnica prodigiosas (DL. 10-12-66).

⁽²⁹⁰⁾ A até agora *ultra-secreta* «cidade subterrânea» está situada na região da Ilha de França (DN. 5-5-66).

riamente fundir-se com a África do Sul, gostariam que os sul-africanos os reconhecessem» (VM. N.º 1507, 26-4-68).

Extra-

O prefixo *extra-* possui primeiramente, como *super-* e *ultra-*, um valor local como base, mas a diferença é que *extra-* foi mais usado no campo do valor local do que no do valor intensivo. Em primeiro lugar trata-se de termo individual, singular ou caracterizado objectivamente, e traduz a ideia primitiva do latim: «fora», «além de», «de fora», «para fora», por ex. nos seguintes neologismos: *extra-americano* (fora de americano), *extra-académico* ⁽²⁹¹⁾, *extra-atmosférico*, *extracatálogo* (que não faz parte do catálogo), «*extra-competitivo*» ⁽²⁹²⁾ (fora de competição), *extraconcurso*, *extracorporal*, *extracultural* (fora de cultura), *extra-curricular*, *extra-escolar* (que se não refere a processo ou formalidade escolar), *extra-Europa* ⁽²⁹³⁾ (além da Europa), *extra-económico*, *extra-empresarial*, *extra-futebol* ⁽²⁹⁴⁾, *extra-hospitalar*, *extra-lar* (que fica fora do lar), *extramediterrânico*, *extra-matrimónio* ⁽²⁹⁵⁾, *extramaquinal*, *extra-oficialmente* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *extra-parlamentar*, *extra-paroquial*, *extra-partidário* ⁽²⁹⁶⁾, *extrapolítico* ⁽²⁹⁷⁾, *extra-pedagógico*, *extraposição* ⁽²⁹⁸⁾, *extra-programa* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *extraquaresmal*, *extra-sensorial*, *extra-social*, *extra-universitário*.

Em segundo lugar, *extra-* encontra-se nos termos da qualidade que são variáveis segundo o emprego e, por consequência, traduz a ideia de carácter crescente, sobretudo no campo da propaganda comercial ⁽²⁹⁹⁾,

⁽²⁹¹⁾ E aqui, entram as motivações *extra-académicas* (T. N.º 16. 4-68).

⁽²⁹²⁾ Ajudou à festa através de um comportamento «*extra-competitivo*» (B. 13-5-68).

⁽²⁹³⁾ E *extra-Europa* ou *Antieuropa* — e, nesse sentido, não é Ocidente (DN. 21-3-68).

⁽²⁹⁴⁾ O Sporting foi uma equipa que entrou para o campo enferma por motivos que julgo *extrafutebol* (DL. 1-10-68).

⁽²⁹⁵⁾ Numa réplica à Associação das Mães Solteiras, fundada no ano passado, os pais de crianças *extra-matrimónio* vão fundar uma Associação dos Pais Solteiros (PJ. 12-1-68).

⁽²⁹⁶⁾ Um governo *extra-partidário* (C. 15-6-68).

⁽²⁹⁷⁾ Não tem passatempos, mas dedica uma grande parcela do seu tempo a assuntos *extrapolíticos* (DP. 20-2-68).

⁽²⁹⁸⁾ É ontológico: a ausência do ser, não menos que a *extraposição* do mundo, torna-o definitivo (DN. 4-4-68).

⁽²⁹⁹⁾ Ver Galliot, M., *Essai sur la langue de la réclame contemporaine*, pág. 287; Bieri, J., *Ein Beitrag zur Sprache der französischen Reklame*, pág. 137.

por ex- *extra-longo* (comprimento de cigarros da marca «Kinsay»), *extra-lúcido* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *extra-plano* ⁽³⁰⁰⁾ (muito plano), *extra-suave* ⁽³⁰¹⁾ (extremamente suave), *extra-super-ultra-colante* ⁽³⁰²⁾ (aludindo irônicamente a uma cola que evitou a queda do bigode do Saltitão do tio Realejo).

Além do seu valor local e intensivo, *extra* pode ser empregado independentemente como atributivo invariável: *manobra extra*, *transmissão extra*, *provas-extra*, *vida particular extra*.

Contudo, deve notar-se também que *extra* pode perder o seu carácter invariável como atributivo e concordar com a palavra que o precede: «O acordo a que felizmente se chegou, com benefício para o futebol, que conquistará, estamos certos, muito mais adeptos, deverá concorrer para que, de futuro, *encontros «extras»* como o de amanhã possam ser transmitidos em «directo» pela TV (DN. 12-2-66).

Aliás, encontra-se *extra* com a sua vida própria e desempenha um cargo de função substantiva nos seguintes exemplos: «A gasolina é racionada, mas pode comprar-se *extra*, a um preço que ainda é inferior ao da gasolina francesa» (VM. N.º 1484. 17-11-67); «Não admira que os «*extras*» procurem tarefas mais fáceis — como representar, por exemplo» (DL. 25-8-67).

Hiper-

Hiper- é um prefixo puramente científico, favorecido sobretudo no vocabulário da medicina, da biologia, da química, etc. Pela imitação das linguagens científicas, encontram-se também composições com *hyper-* assumindo carácter aumentativo, por ex., *hiperculto* ⁽³⁰³⁾ (excessivamente culto), *hiperfino* (cf. *extrafino*, *superfino*, *ultrafino*), *hiperfunção* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *hipermaturidade* (maturidade excessiva), *hiperocidentalizado* ⁽³⁰⁴⁾ (cf. *superocidentalizado*), *hipersensibilidade* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *hipersesexual* ⁽³⁰⁵⁾ que tem sexualidade anormal), *hipervanguardista*.

⁽³⁰⁰⁾ O único relógio automático *extra-plano* (DN. 9-11-67).

⁽³⁰¹⁾ Uma cigarrilha *extra-suave* e aromática, mais acessível do que qualquer outra (DL. 4-3-67).

⁽³⁰²⁾ A cola *extra-super-ultra-colante* do tio Realejo (DP. 20-6-67).

⁽³⁰³⁾ O tecnicismo *hiperculto* (DP. 27-6-68).

⁽³⁰⁴⁾ A meia distância dos círculos *hiperocidentalizados* de Saigão... cujos representantes não têm no estrangeiro nenhum problema de assimilação... (T. N.º 14. 2-68).

⁽³⁰⁵⁾ As paixões são violentas, *hipersexuais* (C. 24-5-68).

Arqui-

O prefixo *arqui-* veio da língua italiana para o português no fim do século XV e na primeira metade do século XVI. Foi em primeiro lugar expressão de dignidade eclesiástica (cf. *arcebispo*); depois surge nos títulos dos príncipes (cf. *arquiduque*), dali espalhou-se no vocabulário comum. Conforme a sua proveniência, *arqui-* traduz preponderantemente, além do seu valor aumentativo, a ideia de qualidade ou comportamento humano, por ex., *arquiconvicto* (convicto demasiadamente), *arqui-criminoso*, *arqui-enganado* ⁽³⁰⁶⁾ (enganado excessivamente), *arqui-inimigo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *arqui-inimizade* ⁽³⁰⁷⁾, «*arquilorpa*» ⁽³⁰⁸⁾ (extremamente lorpa), *arqui-rival* ⁽³⁰⁹⁾ (rival no mais alto grau), etc.

Sur-

Sur- é um prefixo estrangeiro e veio da França sob forma de palavra aportuguesada. O seu uso é muito pouco frequente e traduz a ideia de superioridade, excelência, excesso, por ex. *Surrealismo* e *Surrealista* (que faltam ainda em Caldas Aulete e foram registados em Morais Silva) cujo principal doutrinador foi André Breton com a publicação de sua obra, por volta de 1928, intitulada: «Surrealismo e pintura».

4. Prefixos desvalorizados e subordinados

Ao contrário dos prefixos intensivos e privativos, são os prefixos *sub-*, *infra-*, *hipo-*, *vice-* que têm um carácter desvalorizador e uma função subordinada. Além disso, têm também o seu valor locativo (por ex., *sub-orbital*, *subsector*, *infranacional*, etc.).

Em comparação com os prefixos intensivos e privativos, os prefixos em questão têm dificuldade de propagação, porque possuem um carácter de inferioridade e, por isso, não são bem-vindos na linguagem da publicidade, que é o motor principal de difusão.

⁽³⁰⁶⁾ Um «*arquilorpa*», um *arquienganado*, um «trouxa» (VM. N.º 1512. 31-5-68).

⁽³⁰⁷⁾ Mas o marido, militar, seguiu a tradição militar e o padrão sangrento e histórico da *arqui-inimizade* árabe-judaica que começou nos velhos tempos de Abraão e é narrada no Primeiro Livro da Bíblia (S. 14-1-68).

⁽³⁰⁸⁾ Um «*arquilorpa*», um *arquienganado*, um «trouxa» (VM. N.º 1512. 31-5-68).

⁽³⁰⁹⁾ O presidente da Coreia do Sul, Chung Hee Park, recebeu um estranho presente dos seus *arqui-rivais* da Coreia do Norte (VM. N.º 1511. 24-5-68).

Sub-

As mais frequentes são as composições com *sub-*, as quais podem ser usadas nos sentidos pejorativo e irónico (por ex., *povo subdesenvolvido*) ou com um valor de diferença de graduação (por ex., *sub-campeão* ⁽³¹⁰⁾);

sub- + substantivo: *sub-campeã* ⁽³¹¹⁾, *sub-capa*, *sub-cave*, *subcentro* (divisão de centro), *subchefe-ajudante* (aquele que dirige, na ausência do subchefe), *sub-«comité»* ⁽³¹²⁾ (divisão de «comités»), *subcontrato*, *subcultura* (cultura de segunda ordem, reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *subdepartamento* ⁽³¹³⁾, *subdesenvolvidos* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *subdesenvolvimento* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *subdimensionamento* ⁽³¹⁴⁾, *subdirector-geral*, *subemprego* (neol. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *subequipamento*, «*subgravidade*», *sub-história*, *sub-humanidade* ⁽³¹⁵⁾, *Sub-Igreja*, *Sub-Ionesco* ⁽³¹⁶⁾ (partidário de segunda ordem do escritor romeno Eugène Ionesco), «*subjudice*», *subministro*, *subnível*, *sub-pressão* ⁽³¹⁷⁾ (debaixo de pressão), *sub-rubrica*, *subtarifação* ⁽³¹⁸⁾ (debaixo de tarifa), *subunidade* ⁽³¹⁹⁾;

sub- + adjetivo: *subatômico* ⁽³²⁰⁾, *subdesértico*, *sub-humano*, *subintencional*, *subliminal*, *subnuclear* ⁽³²¹⁾, *suboceânico* (reg. em Morais Silva,

⁽³¹⁰⁾ Quanto ao *sub-campeão*, o Palmeiras, de que é treinador o famoso argentino Alfredo Gonzalez (B. 23-5-68).

⁽³¹¹⁾ Saiu vencedora e diga-se desde já, com todo o brilhantismo, a equipa dos Estudantes de La Plata, *sub-campeã* argentina (B. 23-5-68).

⁽³¹²⁾ E que se desdobrou posteriormente em vários *sub-«comités»* (DN. 16-4-68).

⁽³¹³⁾ Por sua vez, o *subdepartamento* de Anatomia compreende três unidades: Anatomia macroscópica, Histologia e embriologia e Neuronatomia (VM. N.º 1527. 13-9-68).

⁽³¹⁴⁾ O seu *subdimensionamento* (DN. 16-5-67).

⁽³¹⁵⁾ A *sub-humanidade* reinventada por um certo tipo de turismo (C. 26-6-68).

⁽³¹⁶⁾ Porque no de cá mesmo com os Ionescos e os *Sub-Ionescos* nacionais e tudo, está provado que ninguém se lembra (DN. 28-2-66).

⁽³¹⁷⁾ Câmara de pó e *sub-pressão* de grande capacidade (DN. 7-12-67).

⁽³¹⁸⁾ E promovendo a tal *subtarifação* de resultados catastróficos (DN. 23-11-67).

⁽³¹⁹⁾ As suas *subunidades* revelaram sempre notável actividade operacional a ponto de desarticularem e desorientarem o inimigo (S. 2-6-66).

⁽³²⁰⁾ Examinam, entretanto, novas hipóteses de escaladas, mas sempre na ordem *subatômica* (DL. 2-1-68).

⁽³²¹⁾ Para explorar mais a fundo este mundo *subnuclear*, será necessário

falta em Caldas Aulete), *sub-orbital* ⁽³²²⁾, *sub-regional* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *subsônico* ⁽³²³⁾, *subtotal* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete).

sub- + participio: «*sub-eleito*» ⁽³²⁴⁾, *sub-encarregado*, *subequipado* ⁽³²⁵⁾, «*submotorizado*» ⁽³²⁶⁾, *subvalorizado*;

sub- + verbo: *subconsciencializar* ⁽³²⁷⁾, «*subeditar*».

É relevante notar que se confunde aparentemente o termo «*sub-miss*» em português. Este não significa uma «miss» de segundo plano, mas, sim, é uma expressão abreviada e quer dizer na terminologia marítima anglo-americana «submarino perdido». Enfim, note-se também que na linguagem política *sub*, fora da sua função de prefixo, tem também a sua vida própria e pode ser utilizado substantivamente na seguinte frase: «Rudolf Hess, que em determinado momento era «sub» de Hitler e agora é o prisioneiro mais dispendioso e mais só no Mundo, passou o seu 74.º aniversário na prisão de Spandau» (DN. 29-4-68).

Infra-

A oposição de *super-* é o prefixo *infra-*, cuja formação é muito pouco frequente. Encontram-se algumas palavras em português, como *infra-estrutura*, *infravermelho*, etc., que foram dicionarizadas assim em Morais Silva como em Caldas Aulete. *Infraphil* é um termo publicitário e designa um aparelho fabricado pela firma Philips.

Hipo-

O prefixo *hipo-* foi frequente no vocabulário científico e culto e apareceu raramente na linguagem popular. O termo *hipomóvel* foi registado

sondar o interior dos átomos, por meio de aceleradores gigantes (VM. N.º 1525. 30-8-68).

⁽³²²⁾ Será um lançamento experimental, *sub-orbital*, até uma altitude de cerca de 900 quilómetros (DP. 31-5-67).

⁽³²³⁾ «Que eles treinem a velocidades *subsónicas*» (DN. 4-12-66).

⁽³²⁴⁾ O facto de ter sido «sobredesignado» e «*sub-eleito*» (DM. 2-2-66).

⁽³²⁵⁾ A indústria petrolífera, por exemplo, fornece-nos já uma imagem que se vai também encontrar no desenvolvimento dos países *subequipados* (VM. N.º 1508. 3-5-68).

⁽³²⁶⁾ Assim — revelou Agnelli — a Fiat volta-se abertamente para os mercados dos países «*submotorizados*» (DN. 2-11-67).

⁽³²⁷⁾ Os mitos da violência criados para *subconsciencializar* o ódio divergido contra alvos secundários (VM. N.º 1502. 22-3-68).

como neologismo em Morais Silva e falta ainda em Caldas Aulete. «*Hipotálamo*» (³²⁸), *hipotensor* (³²⁹) e *hipovitaminizado* (³³⁰) são termos técnicos.

Vice-

Dos prefixos de desvalorização e de subordinação pode ainda fazer parte *vice-* que designa já a substituição de um cargo, já uma categoria imediatamente inferior a outra: *vice-campeão* (³³¹) (cf. *sub-campeão*), *vice-«mayor»* (americanismo), *vice-ministro* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *vice-primeiro-ministro* (³³²), *vice-provedor*.

No entanto, *vice* pode ser empregado como substantivo, por ex.: «Um dia, perguntaram a Eisenhower qual a parte que teria tido o seu «*vice*» nas mais importantes decisões tomadas pela Casa Branca» (VM. N.º 1506. 19-4-68).

5. Prefixos de valor locativo

Para determinar o lugar onde uma pessoa se encontra, onde ela pratica uma acção, onde acontece qualquer coisa, etc., a língua portuguesa serve-se de uns certos prefixos que possuem uma função locativa como *circum-*, *trans-*, *inter-*, *intra-*, cujas composições aparecem hoje menos dinâmicas (quer dizer, poucas formações verbais).

Composto com *circum-*: *circumlunar* (³³³) (relativa à volta da Lua), *circumescolar* (³³⁴), *circunstancialismo* (³³⁵) (doutrina ou sistema que depende das condições ou da oportunidade).

(³²⁸) Mas os biólogos têm vistas mais altas: esperam que, um dia, lhes seja possível actuar directamente sobre o «*hipotalamo*» (VM. N.º 1487. 8-12-67).

(³²⁹) «Síndrome supino *hipotensor*» (DN. 10-2-67).

(³³⁰) Com efeito, o pai Tobias encontrava-se miserável e esfomeado portanto *hipovitaminado*, situação que o conduziu à cegueira (DL. 14-10-67).

(³³¹) Resultado escasso, a não condizer com o título de *vice-campeão* do Mundo (DN. 13-11-66).

(³³²) Ver a nota de Morais Silva: *vice-primeiro-ministro*, ministro, com ou sem pasta, que substitui o primeiro-ministro nos seus empedimentos, cargos, existente nalguns países, que corresponde ao cargo actual de Ministro da Presidência em Portugal (Vol. 11, pág. 692).

(³³³) Enfim — acrescenta a agência noticiosa soviética —, a aparelhagem de bordo, como o equipamento científico destinado aos estudos no espaço *circumlunar*, funciona normalmente (DN. 27-10-66).

(³³⁴) As actividades escolares e *circumescolares* do ano lectivo findo (DN. 21-10-66).

(³³⁵) Pelo seu *circunstancialismo* especial, deixamos de lado os Estados Unidos da América do Norte (DN. 22-12-67).

Trans-

Conservou-se esta forma *trans-* nas palavras portuguesas onde prevalece a tendência culta, mesmo na linguagem publicitária. A descoberta do pequeno rádio portátil pelo país do Sol Levante do pós-guerra deu no Ocidente nascimento aos compostos com *trans-*: *trans-lunar* ⁽³³⁶⁾, *transistor* ⁽³³⁷⁾, «*transistoricida*» ⁽³³⁸⁾ (o que traz consigo um aparelho de transistor), *transistorização* ⁽³³⁹⁾, *transistorizado* ⁽³⁴⁰⁾ (foi feito com transistor) e outras novas criações: «*transfundo*» ⁽³⁴¹⁾, «*Trans-Europe-Express*», *transjectivo*, *trans-terrestre* ⁽³⁴²⁾, «*Transul*», *Trans-Zambézia* ⁽³⁴³⁾.

Inter-

Entre os prefixos de valor locativo é *inter-* o mais favorecido e encontra a sua popularidade e vitalidade nas novas formações. Sem dúvida, *inter-* aplicou-se, desde há muito tempo, nos vocábulos eruditos como concorrente da forma romanceada *entre-* (que em português antigo às vezes alternava com *antre*); compare-se: *entrelúcio* / *interlúcio*, *entremeio* / *intermédio*, etc. Se bem que traduza valor temporal, *inter-* pode ser considerado como prefixo de localização espacial, porque a maior parte dos neologismos trazem mais ou menos uma característica locativa.

inter- + substantivo: *interauto* (relação entre as companhias de automóveis), *inter-armas* ⁽³⁴⁴⁾, *interclube*, *inter-comunhão* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *intercomunicador*, *intercomunidade* ⁽³⁴⁵⁾, *interconexão* (relação entre si), *interconjugação* ⁽³⁴⁶⁾, *inter-Estados* (rela-

⁽³³⁶⁾ Trajectória *trans-lunar* (DN. 14-11-68).

⁽³³⁷⁾ Isto é a substituição dos transistores por «circuitos miniaturizados» (DL. 6-8-68).

⁽³³⁸⁾ Prisão de um «*transistoricida*» (DN. 20-4-68).

⁽³³⁹⁾ Que representa um passo em frente na moderna técnica de *transistorização* (DP. 1-3-67).

⁽³⁴⁰⁾ Todos os modelos com VHF + UHF — totalmente *transistorizados* (DN. 3-12-67).

⁽³⁴¹⁾ As suas histórias têm sempre, assim, um «*transfundo*» (DP. 27-6-68).

⁽³⁴²⁾ Trajectória *trans-terrestre* (DN. 14-11-68).

⁽³⁴³⁾ Os três últimos termos são estrangeirismos e indicam as linhas de caminhos-de-ferro, recentemente em circulação.

⁽³⁴⁴⁾ Johnson tinha convocado também o general Earle Wheeler, chefe do Estado-Maior *inter-armas* (DN. 17-2-68).

⁽³⁴⁵⁾ A eliminação dos direitos internos desenvolverá o comércio *intercomunidade* (DN. 2-7-68).

⁽³⁴⁶⁾ A *interconjugação* das três armas que a Rússia pretende usar contra a Alemanha Federal é perigosa para o Ocidente (C. 29-6-68).

ção entre os estados), *interferómetro* ⁽³⁴⁷⁾, *interfone* ⁽³⁴⁸⁾, *interligação* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *interlinguas*, *intermediarismo* ⁽³⁴⁹⁾ (sistema político do que está de permeio), *intermutabilidade* ⁽³⁵⁰⁾ (qualidade do que é sujeito a mudar entre si), *interpartidos* ⁽³⁵¹⁾ (relações entre vários partidos), «*Interpol*» ⁽³⁵²⁾ (1949, de Ingl. international Police), «*Interpid*» (nome de um porta-aviões americano), *inter-realidade* ⁽³⁵³⁾, *inter-relação* ⁽³⁵⁴⁾, *inter-selecção*, «*Inter Shoe*» ⁽³⁵⁵⁾ (indicando o Congresso Mundial dos comerciantes de sapatos), *inter-sócios*, *intersubjectividade* ⁽³⁵⁶⁾, *Intertoto* ⁽³⁵⁷⁾ (relação entre os comerciantes do Totobola), *Intervisão* (nome de uma rede de transmissão para a Europa de Leste e Finlândia, por intermédio do satélite «Ave da Madrugada»);

inter- + adjectivo: *interarábés*, *inter-atómico* ⁽³⁵⁸⁾, *intercalado*, *inter-comunal*, *intercomunitário* ⁽³⁵⁹⁾, *intercraniano*, *interdisciplinar*, *interdisciplinário* ⁽³⁶⁰⁾, *interestatal*, *interestelar* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *inter-empresarial* (relações relativas às empresas), *inter-humano* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *interindus-*

⁽³⁴⁷⁾ O grande *interferómetro* de Nancy (DL. 1-6-68).

⁽³⁴⁸⁾ A entrevista foi realizada por intermédio de um *interfone* (DN. 15-3-68).

⁽³⁴⁹⁾ As relações diplomáticas continuam a ser remota miragem, dada a incompatibilidade de regimes e o *intermediarismo* contrário do P. C. espanhol, na clandestinidade (DL. 1-6-68).

⁽³⁵⁰⁾ Não *intermutabilidade* das elites (C. 6-6-68).

⁽³⁵¹⁾ Depois de semanas de negociações *interpartidos* (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽³⁵²⁾ As autoridades policiais do seu país confirmaram-no à P. I. D. E., através da «*Interpol*» (DN. 4-2-66).

⁽³⁵³⁾ Para o qual a realidade palpável possui uma *inter-realidade* (VM. N.º 1484. 17-11-67).

⁽³⁵⁴⁾ As *inter-relações* do bloco comunista (DP. 19-12-67).

⁽³⁵⁵⁾ Congresso Mundial da «*Inter Shoe*» (C. 20-5-68).

⁽³⁵⁶⁾ Com três pontos básicos — crítica da contemporaneidade, subjectividade e *intersubjectividade* (DN. 31-10-67).

⁽³⁵⁷⁾ Terminou a reunião do *Intertoto* (DL. 16-9-67).

⁽³⁵⁸⁾ Quando as ligações *inter-atómicas* se estendem pelas três dimensões do espaço (DL. 18-6-68).

⁽³⁵⁹⁾ A partir de Julho de 1963, os direitos aduaneiros *intercomunitários* foram reduzidos em 60 % (em vez de 40 %) relativamente a 1957 (VM. N.º 1511. 24-5-68).

⁽³⁶⁰⁾ Eles procuram actualmente um sistema *interdisciplinário* de aproximação dos problemas sócio-políticos (VM. N.º 1514. 14-6-68).

trial ⁽³⁶¹⁾, *interpartidário* ⁽³⁶²⁾, *interplanetário* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *interpublic* (americanismo), *inter-racial* ⁽³⁶³⁾, *inter-relacionado*, *intersectorial*, *Interseminário*, *interterritorial* ⁽³⁶⁴⁾, *inter-tribal* ⁽³⁶⁵⁾ (relações relativas às tribos), *interventricular* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete);

inter- + advérbio: *interseccionisticamente*;

inter- + abreviatura: *inter-E. F. T. A.* ⁽³⁶⁶⁾, «*Intertur*» (do ital. *Inter-câmbio Turístico*);

inter- + verbo: *interdestruir-se* ⁽³⁶⁷⁾, *interligar*.

Intra-

Também as formações com *intra-* têm na maior parte apenas um valor locativo. Em competição com *inter-*, o prefixo *intra-* é sem dúvida muito pouco vital. Também não há uma diferença semântica entre eles no valor local (por ex., *inter-territorial*, *intraterritorial* ⁽³⁶⁸⁾).

Compostos com *intra-*: *intra-banco*, *intracomunitário* (que está no interior da comunidade), *intrafamiliar* ⁽³⁶⁹⁾.

6. Prefixos de relação gradual

Os prefixos de relação gradual como *semi-*, *meio-*, etc., traduzem as ideias de metade, de falta de perfeição. Podem ser empregados muitas vezes na linguagem desportiva e política-parlamentar com um sentido

⁽³⁶¹⁾ As relações *interindustriais* (C. 2-5-68).

⁽³⁶²⁾ Mesmo assim, tais são as tentações da política *interpartidária* (VM. N.º 1502. 22-3-68).

⁽³⁶³⁾ Leis restringem os casamentos *inter-raciais* em 19 Estados americanos (DL. 19-11-66).

⁽³⁶⁴⁾ A política de transportes *interterritoriais* e integração (DP. 19-12-67).

⁽³⁶⁵⁾ Neste clima, o golpe militar de 1966 nasceu da necessidade de se pôr termo à corrupção e aos conflitos *intertribais* (DP. 1-3-68).

⁽³⁶⁶⁾ Após correcção das variações sazonais, verifica-se, no terceiro trimestre de 1967, um ligeiro abrandamento da taxa de crescimento das exportações *inter-E. F. T. A.* (DN. 16-4-68).

⁽³⁶⁷⁾ As duas superpotências, a U. R. S. S. e os Estados Unidos, sabem que podem *interdestruir-se* (DL. 2-1-68).

⁽³⁶⁸⁾ Se a sua deslocação é *intraterritorial* os entraves que se lhe opõem podem ser de ordem meramente material ou psicológica (DN. 5-3-68).

⁽³⁶⁹⁾ Foi apresentada e discutida uma comunicação do dr. Luís Augusto Sieuve Monteiro, intitulada «Seleccção genética *intrafamiliar*» (DN. 4-2-66).

irónico (por ex., *semi-amador* ⁽³⁷⁰⁾, *semi-guerra* ⁽³⁷¹⁾, *semi-revisionista* ⁽³⁷²⁾, *meio-explorador*, etc.).

Semi-

Entre os prefixos em questão, *semi-* é mais vital no emprego de hoje em dia e ultrapassou a fronteira de vocábulos técnico-científicos cujas formações foram mais favorecidas, encontrando agora a sua vitória de conquista em todos os domínios do vocabulário.

semi- + substantivo: *semi-acabamento* ⁽³⁷³⁾ (metade de um acabamento), *semiafastamento* ⁽³⁷⁴⁾, *semi-anarquia* ⁽³⁷⁵⁾, *semi-anonimato* ⁽³⁷⁶⁾, *semi-campanha*, *semicolônia*, *semicondutor*, *semiescravatura*, *semiespionagem* ⁽³⁷⁷⁾ (metade de uma espionagem), *semi-finalista* ⁽³⁷⁸⁾, *semifracasso* ⁽³⁷⁹⁾, *semi-inconsciência* ⁽³⁸⁰⁾, *semi-independência* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *semi-invalído* ⁽³⁸¹⁾, *semi-isolamento* ⁽³⁸²⁾, *semiobscuridade* ⁽³⁸³⁾, *semipaz*, *semipermutador* ⁽³⁸⁴⁾, *semi-professiona-*

⁽³⁷⁰⁾ O encontro que disputaram na Luz, a meio da semana passada, contra a equipa *semi-amadora* do Vasas de Budapeste, tinha, nesse sentido, uma importância excepcional (VM. N.º 1502. 22-3-68).

⁽³⁷¹⁾ Nasser quer somente uma *semiguerra* (DN. 3-6-67).

⁽³⁷²⁾ Os *semi-revisionistas* arrependeram-se (DP. 16-9-66).

⁽³⁷³⁾ Isto é, um determinado produto brasileiro, por exemplo, seria enviado para Portugal em estado de *semi-acabamento* (S. 20-2-67).

⁽³⁷⁴⁾ Paul Whiteman vivia há algum tempo num *semiafastamento* (S. 30-12-67).

⁽³⁷⁵⁾ Esta tentativa, que teria evidentemente por fim pôr ordem na *semi-anarquia* actual, está apenas no princípio (DN. 22-1-67).

⁽³⁷⁶⁾ Problemas de família obrigam a este *semi-anonimato*, que prometemos respeitar (DL. 20-1-68).

⁽³⁷⁷⁾ Filme de *semiespionagem* e *semipolicial* (DP. 21-1-67).

⁽³⁷⁸⁾ É interessante salientar que as idades dos *semi-finalistas* ontem apurados oscila entre os 24 anos (Holanda) e 33 anos (Canadá) (DL. 14-1-67).

⁽³⁷⁹⁾ Em última análise, é a Artur Ramos que temos de pedir contas por este *semifracasso* (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽³⁸⁰⁾ O boletim diz que o estado de *semi-inconsciência* em que o dr. Schroeder ficou mantinha-se ainda hoje (DN. 4-9-67).

⁽³⁸¹⁾ Eram todos velhos *semi-invalídos* (PJ. 14-2-67).

⁽³⁸²⁾ Hoje, os Rolling Stones gravam um disco ocasionalmente, mas parecem ter entrado num *semi-isolamento* (C. 22-3-68).

⁽³⁸³⁾ Mas é um facto que ele se encontra numa *semiobscuridade* pública, entre nós (VM. N.º 1500. 8-3-68).

⁽³⁸⁴⁾ A produção de energia é garantida por um permutador de circulação forçada, sem balão, dividido em dois *semipermutadores* de 8 torres em paralelo (VM. N.º 1461. 9-6-67).

lismo ⁽³⁸⁵⁾, *semi-rebocador*, *semi-refinagem*, *semitraição*, *semi-vadio* ⁽³⁸⁶⁾, *semivida*;

semi- + adjectivo: *semiacabado*, *semi-ariado*, *semiasiático* ⁽³⁸⁷⁾, *semiautônomo*, *semi-clandestino* (que não está inteiramente clandestino), *semicoberto* ⁽³⁸⁸⁾, *semi-curto*, *semideserto*, *semidespovoado*, *semidestruído*, *semidocumentário*, *semi-efectivo*, *semi-escondido*, *semiespecializado* ⁽³⁸⁹⁾, *semi-estadual*, *semiesterilizado* (que está meio esterilizado), *semieuropeu* ⁽³⁹⁰⁾, *semiexplorado*, *semifinal*, *semifechado* ⁽³⁹¹⁾, *semi-inanimado* ⁽³⁹²⁾, *semi-inconsciente* ⁽³⁹³⁾, *semi-inculto*, *semi-independente* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *semi-indiferente*, *semi-industrializado* (que não está inteiramente industrializado), *semi-integrado*, *semilegalizado*, «*semimeridiano*», *semimilitar*, *semiparticular*, *semi-pelasgico*, *semipermanente*, *semipolicial* ⁽³⁹⁴⁾, *semipovoado* ⁽³⁹⁵⁾, *semiprivado* ⁽³⁹⁶⁾, *semi-psicológico*, *semipúblico*, *semiqualficado*, *semi-rural*, *semi-submersível* ⁽³⁹⁷⁾, *semi-urbano*, *semi-utilitário*.

Meio-

Meio-, além do seu carácter adjectivo originário pode ser considerado como prefixo de relação gradual em certas expressões, mas as composições

⁽³⁸⁵⁾ Agora, os clubes vivem em regime de profissionalismo ou *semi-profissionalismo* (DL. 31-7-67).

⁽³⁸⁶⁾ Afinal, porém, porque se não fazem soldados esses milhares de *semi-vadios*? (DP. 10-4-68).

⁽³⁸⁷⁾ A luz do dia penetra apenas por pequenas janelas, *semieuropeias*, *semiasiáticas* (DN. 26-5-67).

⁽³⁸⁸⁾ 70 modelos com aparo de ouro de 14 carats, descoberto ou *semicoberto* (DN. 30-11-67).

⁽³⁸⁹⁾ Onde há muitos empregos para operários não especializados ou *semiespecializados* (VM. N.º 1500. 8-3-68).

⁽³⁹⁰⁾ Ver 353.

⁽³⁹¹⁾ Uma torneira *semifechada* brota a segundos alguns pingos de água inseguros (DL. 26-12-67).

⁽³⁹²⁾ O nonagenário estava deitado na cama, *semi-inanimado* (DN. 18-4-68).

⁽³⁹³⁾ O ministro da Defesa, Gerhard Schroeder, encontra-se num hospital de Hamburgo *semi-inconsciente* em consequência de ter sofrido uma perturbação cardíaca (DN. 4-9-67).

⁽³⁹⁴⁾ Ver acima, 343.

⁽³⁹⁵⁾ Aliás, Bruxelas está *semipovoada* de portugueses (DL. 18-12-67).

⁽³⁹⁶⁾ Uma conferência *semiprivada* (DL. 19-4-67).

⁽³⁹⁷⁾ A plataforma é *semi-submersível*, podendo mergulhar (em parte) quando as circunstâncias o exigem (C. 13-6-68).

com *meio-* não são tão vitais como *semi-*. Portanto, desempenha ele, na aplicação, um papel particular como prefixo de correspondência, por exemplo, na frase seguinte: «Boesia Casanova, um advogado local que organiza a reunião, declarou numa conferência de Imprensa nesta capital que ela seria *«meio-alegre, meio-séria»* (JN. 25-4-67). *Meio-* concorda com a palavra que o acompanha.

Compostos com *meio-*: *meia-cinta* ⁽³⁹⁸⁾, *meia-esquerda*, *meia-senhora*, *meio alcoólico* ⁽³⁹⁹⁾, *meio-alegre*, *meio-ambiente* ⁽⁴⁰⁰⁾, *meio-apagado*, *meio-campo*, *meio-conscientemente* ⁽⁴⁰¹⁾, *meio-explorador*, *meio-extraterrestre*, *meio-fundo*, *meio-gás*, *meio-heterónimo*, *meio-idiota* ⁽⁴⁰²⁾, *meio-intelectual* ⁽⁴⁰³⁾, *«meio-leve»*, *meio-longo*, *«meio-termo»* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *meio-terrestre*, *meio-tostão*, etc.

Para-

Ao número de prefixos de relação gradual pode-se acrescentar também *para-*. Contudo, a esse respeito, os compostos com *para-* são mais abstractos do que com *semi-* e *meio-*.

para- + substantivos: *para-bala* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *para-hélio*, *paraliteratura*, *parapsicologia* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *parasselénio* (círculo luminoso em volta da Lua);

(398) Quer escolha cinta inteira ou *meia-cinta*, compra-a nas proporções exigidas pelo tamanho e volume individual dos seus músculos (DL. 21-8-68).

(399) Alguns hipnoterapistas induzem no doente uma aversão não só pela bebida mas pelo meio onde normalmente ele se embebeda — *«meio alcoólico»* (VM. N.º 1526. 6-9-68).

(400) Para determinar as possíveis reacções dos astronautas nesse estranho *meio-ambiente*, a General Electric preparou um programa em que simula as condições de «subgravidade» lunar (DL. 3-8-68).

(401) Nalguns casos, de auto-suficiente amargura com que se iludem *meio-conscientemente* carências de natureza (R. 24-6-68).

(402) É evidente, mas parece que não, que tanto a geração «beatnik» como os grupos «hippies» são algo mais que jovens *meio-idiotas* e degenerados (VM. N.º 1504. 5-4-68).

(403) Ela é um produto típico dessa juventude americana, *meio-intelectual* (VM. N.º 1461. 9-6-67).

para- + adjectivos: *parabancário* ⁽⁴⁰⁴⁾, *paraclimático* ⁽⁴⁰⁵⁾, *para-comunista* ⁽⁴⁰⁶⁾ (semelhante ao comunista), *para-desportivo*, *para-estadual* ⁽⁴⁰⁷⁾ (cf. *semi-estadual*), *parafoicular*, *parametrado*, *para-militar* (neol. em Morais Silva, em Caldas Aulete), *para-normal* ⁽⁴⁰⁸⁾ («meio-normal»), *parapautal* ⁽⁴⁰⁹⁾ (semelhante à pauta), *para-religioso* ⁽⁴¹⁰⁾.

Porém, esse prefixo não se deve confundir com o prefixo *pára* ⁽⁴¹¹⁾ que vem, talvez, do imperativo do verbo *parare* cujos compostos dicionarizados são *pára-quedas*, *pára-quedismo*, *pára-quedista*; no entanto, em Caldas Aulete e Morais Silva faltam ainda compostos como *para-comando* ⁽⁴¹²⁾, *para-deslizador* ⁽⁴¹³⁾, *parafoil* ⁽⁴¹⁴⁾ (novo tipo de pára-quedas fabricado nos E. U. A.).

Quase-

No que se refere à série dos prefixos de relação gradual, pode fazer parte dela também o prefixo adverbial *quase-*, que traduz a ideia de aproximação, mas declina o seu compromisso.

⁽⁴⁰⁴⁾ Por que deverão reger-se as diversas classes de instituições *parabancárias* (DN. 18-6-68).

⁽⁴⁰⁵⁾ A mata *paraclimática* deverá essencialmente constituir essa teia (DL. 22-8-68).

⁽⁴⁰⁶⁾ Esta tese — muito divulgada nos meios *para-comunistas* da Europa — é mais facilmente defensável no Ocidente do que no próprio Vietname (DN. 2-2-67).

⁽⁴⁰⁷⁾ Os organismos *paraestaduais* (DN. 25-10-67).

⁽⁴⁰⁸⁾ Pelo contrário, trata-se de fenómenos surpreendentes só possíveis, num plano estritamente físico, a indivíduos *para-normais* (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽⁴⁰⁹⁾ Ver acima, 123.

⁽⁴¹⁰⁾ O mítico mundo *para-religioso* dos hindus (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽⁴¹¹⁾ *Para* pode ser também empregado substantivamente, por ex., na frase seguinte: «A artilharia interveio e os «paras» rechaçaram o adversário: a luta trava-se num terreno escarpado e coberto de florestas» (PJ. 23-6-66) e cuja derivação é uma abreviatura de *para-quedista* (cf. *para-quedismo*) que foi utilizado pela primeira vez em relação com a notícia das grandes manobras aéreas militares da Rússia de ante-guerra, mas era um «termo-morto» que não encontrou a sua difusão. Na 2.ª Guerra Mundial este termo voltou a justificar o seu lugar no vocabulário militar e espalhou-se por todo o mundo (Ver A Junker, *Wachstum und Wandlungen im neuesten italienischen Wortschatz*, Erlangen 1955, pág. 36).

⁽⁴¹²⁾ O segundo batalhão de *para-comandos* do E. N. C. (...) fora em especial enviado, por via aérea e rodoviária, ao 13.º batalhão de Infantaria que se encontrava já no local (DM. 24-9-66).

⁽⁴¹³⁾ O pior é que nesse caso a recuperação só pode ser feita por *pára-quedas* ou *pára-deslizadores* (DP. 19-12-67).

⁽⁴¹⁴⁾ Rebocado por um pequeno veículo, o «*parafoil*» desliza suavemente no ar como se fosse um planador (VM. N.º 1530. 4-10-68).

Compostos com *quase*:- «*quase-diplomático*» (⁴¹⁵), *quase-esquizofrénico*, *quase-estelar*, *quase-impossível*, *quase-psicadélico* (⁴¹⁶), *quase-revolucionário* (⁴¹⁷).

7. Prefixos temporais

As relações temporais podem-se explicar pelos prefixos como *pré-pós*-, *recém*- que abreviarão mais ou menos uma frase subordinada explicativa. O uso com os nomes próprios é puramente de carácter artificial e emprega-se para designar uma época relacionada com a pessoa em questão (por ex., *pré-nietzchianamente*, *pós-unamuniano*, etc.). Parece-nos que o largo emprego dos prefixos com a relação temporal vai a par e passo com a tendência geral do português moderno para a economia de forma, e apresenta-nos uma ideia concisa e bem motivada.

Pré-

Pré- é originariamente universal, visto que não só designa o tempo que o antecede, mas também expressa, muitas vezes, o sentido material em que a primeira fase de preparação será por ele avisada.

pré- + nome próprio: *pré-degaullista* (⁴¹⁸), *pré-marxista* (⁴¹⁹);

pré- + substantivo: *pré-alerta* (⁴²⁰), *pré-apresentação* (⁴²¹) (anterior à apresentação), *pré-aviso* (neol. em Caldas Aulete e e em Morais Silva), *pré-conhecimento*, *pré-esforço* (anterior à acção enérgica do corpo ou do espírito), *pré-fabricação*, *pré-ensecadeira* (⁴²²), *pré-filatelismo* (anterior

(⁴¹⁵) Mas cinco anos depois, convencido de que Fidel de Castro não era «suficientemente militante», seguiu para Pequim, onde teve estatuto «*quase-diplomático*» (DN. 20-4-68).

(⁴¹⁶) Um porta-voz da firma disse que os padrões não seriam do tipo *quase-psicadélico* que ele usa nos vestidos de senhoras (DL. 13-1-68).

(⁴¹⁷) Este ano, como se pode ver a inovação *quase-revolucionário*, só o fraque era consentido (DN. 20-6-68).

(⁴¹⁸) «P. M. F.» rejeita as tentativas dos degaullistas «para se apresentarem como uma espécie de *pré-degaullista*», mas existem paralelismo inegáveis entre o mendèsismo e o gaullismo (VM. N.º 1464. 30-6-67).

(⁴¹⁹) En Conakry, ao lado de outros jovens que haviam optado pela clandestinidade, foi-me ministrado um curso de preparação *pré-marxista* (DN. 21-3-68).

(⁴²⁰) Deficiente o sistema de *pré-alerta* da N. A. T. O. (C. 23-8-68).

(⁴²¹) — Moda feminina e moda masculina — numa *pré-apresentação* sensorial (C. 9-3-68).

(⁴²²) O que se consegue pela elevação do nível da água criada por uma *pré-ensecadeira* de enrocamento (C. 16-3-68).

à efectuação de colecção ou de estudo dos selos do correio), *pré-financiamento*, *pré-gravação*, *pré-lançamento* ⁽⁴²³⁾, *pré-lavagem*, *pré-maturação* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pré-montagem* ⁽⁴²⁴⁾, «*pré-negociação*», *pré-oficial* (antes de ser oficial) *pré-pagamento* ⁽⁴²⁵⁾, «*pré-prevenção*» ⁽⁴²⁶⁾, *pré-produção*, *pré-puberdade* (reg. em Morais, falta em Caldas Aulete), *pré-reconhecimento* ^(421 bis), *pré-requisito* (condições antecipadamente exigidas para a consecução de certa luta), *pré-revolução* ^(422 bis), *pré-serão*, *pré-sinalização* ^(423 bis);

pré- + adjectivo: *pré-anunciado*, *pré-aplicado* (que se pratica antes da aplicação), *pré-comprimido*, «*pré-comunista*», *pré-contraido*, *pré-convenicional*, *pré-cozido*, *pré-determinado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pré-esforçado*, *pré-fabricado* ^(424 bis), *pré-fixado*, *pré-formado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pré-genérico*, *pré-himalaio*, *pré-hispânico*, *pré-inaugural* ^(425 bis), *pré-industrial* ^(426 bis), *pré-lógico* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pré-malaio*, *pré-moldado*, *pré-olímpico* ⁽⁴²⁷⁾ (antes da competição dos jogos olímpicos), *pré-pri-mário*, *pré-reflexivo*;

pré- + verbo: *pré-programar* (programar antecipadamente), *pré-seleccionar* (seleccionar antecipadamente);

⁽⁴²³⁾ Salienta-se naqueles círculos que o facto pode levar a Agência a excluir o oxigénio puro como atmosfera de *pré-lançamento* da cápsula (DN. 29-2-68).

⁽⁴²⁴⁾ Nalgumas fábricas existem secções de *pré-montagem* mecânica (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽⁴²⁵⁾ Naquela circular sublinha-se que nos estabelecimentos onde o fornecimento do café se faz mediante *pré-pagamento* (DN. 1-2-68).

⁽⁴²⁶⁾ As autoridades declararam o estado de «*pré-prevenção*» em muitas zonas (DN. 4-12-66).

^(421 bis) Entre numerosos exemplos, podem-se citar no activo do I. F. P. vastos estudos de *pré-reconhecimento* no Sara (VM. N.º 1461. 9-6-67).

^(422 bis) Escalante é um representante da velha guarda comunista *pré-revolução* (VM. N.º 1497. 16-2-68).

^(423 bis) Um sinal de *pré-sinalização* (DL. 24-5-68).

^(424 bis) Os edifícios *pré-fabricados* do Quartel-General, em Seine-et-Oise (DN. 5-5-66).

^(425 bis) Entretanto, está já marcada para o dia 9, às 11 horas, a visita *pré-inaugural* (DN. 3-3-67).

^(426 bis) O comentador Alberto Ronchey declarou no jornal «La Stamp», de Turim, que as universidades italianas pertencem a um mundo diferente, «arcaico e *pré-industrial*» (DN. 5-3-68).

⁽⁴²⁷⁾ A competição *pré-olímpica* (DL. 10-7-67).

pré- + advérbio: *pré-nietzschianamente* ⁽⁴²⁸⁾ (anteriormente ao período de Frederico Nietzsche).

Pós-

As palavras compostas com *pós-* são frequentes nos nossos dias, mas poucas foram registradas no dicionário. *Pós-*, ao contrário de *pré-*, designa o tempo que se sucede ou aparece depois de um período determinado.

pós- + nome próprio: *pós-cartesiano*, *Pós De Gaulle* ⁽⁴²⁹⁾, *pós-de-gaullismo* ⁽⁴³⁰⁾, *pós-gaullismo* ⁽⁴³¹⁾ (também com *post-*: *post-gaullismo* ⁽⁴³²⁾, «*pós-franquismo*» ⁽⁴³³⁾ (posterior ao sistema político do Generalíssimo Francisco Franco da Espanha), *pós-constantiniano*, *pós-freudismo* ⁽⁴³⁴⁾, *pós-freudiano* ⁽⁴³⁵⁾, *pós-kennediano* ⁽⁴³⁶⁾ (relativo ao período posterior ao presidente John F. Kennedy, dos Estados Unidos da América), *pós-unamuniano* (relativo ao período posterior ao escritor espanhol, Miguel Unamuno);

pós- + substantivo: *pós-Amsterdão*, *pós-Carnaval* ⁽⁴³⁷⁾, *pós-combustão*, *pós-desvalorização* ⁽⁴³⁸⁾, *pós-graduação* ⁽⁴³⁹⁾, «*pós-graduado*» ⁽⁴⁴⁰⁾

⁽⁴²⁸⁾ O escolar diz *pré-nietzscheanamente* para consigo: — «Ao homem superior tudo é permitido» (PJ. 5-10-66).

⁽⁴²⁹⁾ A transição para a era *pós De Gaulle* está ainda longe (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽⁴³⁰⁾ Bidault fez a apologia do centro e reclamou para o *pós-degaullismo* um governo de salvação nacional (S. 17-6-68).

⁽⁴³¹⁾ Vamos a supor, porém, que (as coisas não sendo como são) o general De Gaulle se retira, novamente, para Colombey-les-Deux-Églises e que o *pós-gaullismo* «vira» à esquerda (DP. 10-11-67).

⁽⁴³²⁾ Referindo-se sempre num estilo incisivo e irónico, às vitórias e fraquezas da esquerda, à Europa, ao Terceiro Mundo, ao Vietname, ao gaullismo e ao *post-gaullismo* (DN. 16-6-68).

⁽⁴³³⁾ Estas leis, aprovadas pela consulta popular de 14 de Dezembro de 1966, destinam-se essencialmente a assegurar o «*pós-franquismo*» (DL. 11-7-68).

⁽⁴³⁴⁾ Que se deve entender hoje por *pós-freudismo* e *neofreudismo*? (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽⁴³⁵⁾ A partir daí, todo o horizonte analítico vai ser dominado pelas oposições entre *pós-freudianos*, ou freudianos ortodoxos (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽⁴³⁶⁾ Fala de si como um «liberal *pós-kennediano*» (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁴³⁷⁾ O público está agora em presença de um dos mais categorizados programas do *pós-Carnaval* (DP. 1-3-68).

⁽⁴³⁸⁾ Até certo ponto, estes meses da *pós-desvalorização* parecerem-se extraordinariamente com o período da guerra à fingir que se seguiu ao ultimato de Neville Chamberlain à Alemanha (DP. 20-2-68).

⁽⁴³⁹⁾ E aos que seguem cursos de *pós-graduação* (DL. 2-9-67).

⁽⁴⁴⁰⁾ O programa da reunião compreendeu ainda, na tarde de hoje uma

(que foi recentemente graduado), *pós-gravação*, *pós-guerra* ⁽⁴⁴¹⁾ (também *após-guerra*), *pós-ocupação* ⁽⁴⁴²⁾, *pós-trabalho*, *pós-traumatismo*, «*pós-venda*» ⁽⁴⁴³⁾ (também *após-venda*) ⁽⁴⁴⁴⁾;

pós- + adjectivo: *pós-apostólico*, *pós-bélico* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pós-conciliar*, *pós-eleitoral* ⁽⁴⁴⁵⁾ (que sucede depois de um período da eleição), *pós-gâmico*, «*pós-histórico*» (posterior aos tempos históricos), *pós-impressionista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete) ou *post-impressionista* ⁽⁴⁴⁶⁾, *pós-industrial* ⁽⁴⁴⁷⁾, *pós-informalista*, *pós-jurássico*, *pós-matrimonial* (que aparece ou acontece após o matrimónio), *pós-morto* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pós-natal* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pós-operativo* (que aparece ou acontece depois da operação), ou *post-operatório* ⁽⁴⁴⁸⁾, *pós-primeiro*, *pós-traumático*, *pós-universitário*.

Recém-

Recém- pode ser considerado como prefixo de relação temporal e traduz a ideia de que a acção se realizou pouco tempo antes. As novas formações com *recém-* são menos vitais do que com *pós-* e *pré-* e prevalecem quase apenas nas criações de adjectivos verbais.

mesa redonda sobre ensino de «*pós-graduados*» (DL. 6-10-66).

⁽⁴⁴¹⁾ Os gostos e os estilos começam agora a afastar-se lentamente dos produtores cinematográficos do *pós-guerra* (DM. 29-1-68).

⁽⁴⁴²⁾ Os chefes comunistas checos enfrentam uma onda de protesto contra a nova política *pós-ocupação*, que preconiza uma vigilância mais apertada na Imprensa e nos assuntos políticos (DP. 19-11-68).

⁽⁴⁴³⁾ Espalhada por quase todos os países do Mundo e valorizada por um notável serviço «*pós-venda*» a VW conseguiu firmar-se sólidamente no mercado americano (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽⁴⁴⁴⁾ O qual estava acompanhado pelo sr. Fernando Conde, chefe do serviço de assistência *após-venda* (DP. 13-1-68).

⁽⁴⁴⁵⁾ Entretanto, uma parte das operações *pós-eleitorais*, em particular a contagem ou a transmissão dos resultados nas províncias, escapou à fiscalização dos observadores (DL. 5-9-67).

⁽⁴⁴⁶⁾ Carácter *post-impressionista*, manejando massas móveis com um certo tom sombrio e amplas perspectivas surgem-nos nos quadros de Dordio Gomes (DN. 30-5-68).

⁽⁴⁴⁷⁾ Em 1967, o matemático americano Hermann Kahn deu a conhecer, por meio de conferências e estudos, o que, segundo ele, será «o ano 2000 na sociedade *pós-industrial*» (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁴⁴⁸⁾ Durante esta, os operadores colocam, nalguns casos, um dreno directamente na bexiga, a fim de evitar as retenções de urina *post-operatórias* (DL. 4-11-67).

compostos com *recém*:- *recém-adquirido*, *recém-alfabetizado*, *recém-conquistado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *recém-consorciado* (que se ligou por casamento há pouco tempo), *recém-constituído* ⁽⁴⁴⁹⁾, *recém-construído* ⁽⁴⁵⁰⁾, *recém-descarregado* ⁽⁴⁵¹⁾, *recém-diplomado* ⁽⁴⁵²⁾, *recém-eleito*, *recém-encerrado* ⁽⁴⁵³⁾, *recém-formado*, *recém-garoto*, *recém-independente* ⁽⁴⁵⁴⁾, *recém-internacionalizado* ⁽⁴⁵⁵⁾, *recém-libertado*, *recém-licenciado* ⁽⁴⁵⁶⁾, *recém-operado* ⁽⁴⁵⁷⁾, *recém-«play-boy»* ⁽⁴⁵⁸⁾, *recém-unificado*.

8. Prefixos numerais

Presentemente, o desenvolvimento das ciências e técnicas dá vida a uma série de prefixos como *uni-*, *bi-*, *tri-*, *quadri-*, *multi-*, *pluri-*, *poli-* a que chamamos, grosso modo, prefixos numerais. Estes prefixos usam-se na maior parte em linguagem política e técnica. E é interessante notar que as novas formações em que entram se limitam, parece-me, aos que vão desde *uni-* até *quadri-*. A partir do número cinco rareiam as palavras registadas.

⁽⁴⁴⁹⁾ O *recém-constituído* Governo Federal alemão, a que preside o dr. Kiesinger, vem encerrar um período da Alemanha do pós-guerra (DN. 4-12-66).

⁽⁴⁵⁰⁾ É bem limitado o juro auferido por quem adquire andares ou prédios *recém-construídos* (VM. N.º 1503. 29-3-68).

⁽⁴⁵¹⁾ Na gravura vêem-se dois rapazes enchendo sacos de um monte de areia *recém-descarregada* pela carroça que também se localiza na fotografia (DN. 18-6-68).

⁽⁴⁵²⁾ O inglês Mark Pridie e o australiano Steve Burrows associaram-se para a compra de um barco e, como são apreciadores da boa mesa, contrataram Kennie Davison, *recém-diplomado* em culinária, para os acompanhar (DN. 9-11-67).

⁽⁴⁵³⁾ As estatísticas revelaram ainda que a *recém-encerrada* 21.ª sessão da Assembleia Geral registou 591 reuniões, totalizando 1280 horas e 40 minutos (DN. 3-1-67).

⁽⁴⁵⁴⁾ — Russos e Chineses aspiram à primazia comercial e de influência, o que levou a atritos entre Moscovo e Pequim nos países *recém-independentes* da África (DN. 28-2-66).

⁽⁴⁵⁵⁾ Nós, francamente, hesitamos na escolha: a defesa, com um guardião de 21 anos, Kalr Grob, *recém-internacionalizado* (DP. 13-2-68).

⁽⁴⁵⁶⁾ Não creio que sejam, porém, totalmente resolvidas todas as dificuldades se se tomar à letra a significação de «médico *recém-licenciado*» (DP. 6-7-68).

⁽⁴⁵⁷⁾ Minuciosamente, explicou como a sua equipa teve que actuar e deteve-se, depois, em considerações sobre o que poderia advir para o *recém-operado* em casos desta natureza (DN. 13-3-68).

⁽⁴⁵⁸⁾ O *recém-«play-boy»* é embrulhado em várias e assaz insólitas aventuras (C. 15-6-68).

Uni-

composto com *uni-*: *unicolora* ⁽⁴⁵⁹⁾, *unicoop* ⁽⁴⁶⁰⁾ (de *União Soviética* e Organizações *cooperativas* da *Checoslováquia*), *unidimensionado*, *unifamiliar* (reg. em *Morais Silva*, falta em *Caldas Aulete*), *unilateralmente*, *unilateralismo* ⁽⁴⁶¹⁾ (doutrina ou sistema político que está situado de um só lado); *unipol* «*unisexo*» ⁽⁴⁶²⁾ também «*unisexo*» ⁽⁴⁶³⁾.

Bi-

bi- + substantivo: *bi-apisérum*, *bi-campeão*, *bi-lugar*, *bi-partidarismo* ⁽⁴⁶⁴⁾ (sistema político de que fazem parte só dois partidos), *bipolarismo* ⁽⁴⁶⁵⁾ aludindo ao novo sistema político da França, depois das eleições: alargamento da maioria degaullista com o Centro, de Lecanuet e Duhamel), *bipolarização* ⁽⁴⁶⁶⁾, *bipólio*, *biquini* ⁽⁴⁶⁷⁾, *birreactor*, *birrepartição* ⁽⁴⁶⁸⁾ (acto ou efeito de repartir em duas secções), *birrotor* ⁽⁴⁶⁹⁾, *biturbopropulsor* ⁽⁴⁷⁰⁾;

⁽⁴⁵⁹⁾ Pormenor curioso: é, em cada trabalho, *unicolora* (DN. 8-6-68).

⁽⁴⁶⁰⁾ Pela *Unicoop* assinou o contrato o sr. Jaroslav Subrt e pela empresa russa Sryuzcoopunesterg, Nicolai Kirilovich Siryayef (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽⁴⁶¹⁾ Pois bem, esse *unilateralismo* desaparece sem dúvida com a compreensão de que o transcender da existência não se pode deter na própria existência (DN. 25-4-68).

⁽⁴⁶²⁾ Em Capri... estilo «*unisexo*» para ambos os sexos... (DN. 20-9-68).

⁽⁴⁶³⁾ (...) e o primeiro facto a salientar é o estilo «*unissexo*» (C. 23-9-68).

⁽⁴⁶⁴⁾ Lecanuet considera que o *bipartidarismo* é impossível em França (JN. 20-6-67).

⁽⁴⁶⁵⁾ *Bipolarismo* ou alargamento? (C. 29-6-68).

⁽⁴⁶⁶⁾ *Bipolarização* é o termo usado para designar a divisão dos franceses em dois blocos antagónicos (C. 29-6-68).

⁽⁴⁶⁷⁾ Da mesma maneira teremos um *biquini* de brotinhos (DP. 30-11-66).

— *Biquini* é uma palavra americana da forma aportuguesada. A sua divulgação foi, sem dúvida nenhuma, relacionada com o uso de certo modelo de fato de banho de senhoras, cuja origem foi o nome de uma ilha pertencente ao arquipélago Marshall. Aí, entre 1946 e 1958, as bombas atómicas e de hidrogénio norte-americanas caíram sobre esta ilha que mede poucos quilómetros quadrados — tão pequena que o reduzido fato de banho de senhora desde então se chama «*biquini*» ou em forma americana «*bikini*».

⁽⁴⁶⁸⁾ Parece-me que num universo de máquinas existe também um *birrepartição* dos indivíduos (VM. N.º 1508. 3-5-68).

⁽⁴⁶⁹⁾ Para se ir de Phu Bai a Hue resta o corpulento helicóptero *birrotor*, que assegura esporadicamente a evacuação sanitária (DN. 2-3-68).

⁽⁴⁷⁰⁾ E, finalmente, vem agora o Super-Frelon, e não o *biturbopropulsor* de patrulha anti-submarina Atlantic (VM. N.º 1502. 22-3-68).

bi- + adjetivo: *bicontinental*, *bicultural* (que tem duas culturas), *bidimensional*, *bi-hemisférico*, *bimilenário* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *bi-nacional* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *bipartidário* (partidário do bipartidarismo), *bi-pirídico*, *bi-semanal*;

bi- + advérbio: *bilateralmente* ⁽⁴⁷¹⁾.

Tri-

compostos com *tri-*: *tricontinental* ⁽⁴⁷²⁾ (relativo à conferência de três continentes: Ásia, África e América Latina que teve lugar em Havana, em Cuba), *trimilionário*, *tri-picante* ⁽⁴⁷³⁾ (indicando ironicamente as três artistas: E. Danielle de Metz, Sophie Desmarets, Francis Blanche Vianello), *tripartidismo* ⁽⁴⁷⁴⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *trirreactor*.

Quadri-

composto com *quadri-*: *quaduplicar* ⁽⁴⁷⁵⁾, *quadripolar*, *quadripartido* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *quadrirreactor* ⁽⁴⁷⁶⁾.

Multi-

multi- + substantivo: *multifuncionalidade* ⁽⁴⁷⁷⁾ (que tem muitas funcionalidades), *multigás*, *multilingue* (reg. em Moraes Silva, falta em Cal-

⁽⁴⁷¹⁾ Na previsão de que um dia os países de Leste poderão, *bi* ou *multilateralmente*, proceder a discussões frutuozas sobre tão complexos problemas (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽⁴⁷²⁾ Tudo isto não nos permite dúvidas de que o congresso *tricontinental* é mais uma clara manifestação daquela política que conseguiu lançar a Ásia e grande parte da África no caos e na miséria (DN. 12-2-66).

⁽⁴⁷³⁾ Bomba *tri-picante* que vai explodir em cheio nos Restauradores (DN. 12-1-66).

⁽⁴⁷⁴⁾ Aqui trata-se do sistema político da Itália do pós-guerra, em que figuravam comunistas, socialistas e cristãos-democratas, por ex. na seguinte frase: «O *tripartidismo* gozava de fama efêmera antes de se desfazer e permitir que as diversas forças políticas se equacionassem de acordo com os interesses nacionais (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽⁴⁷⁵⁾ Assim, os supermercados e os «self-services» *quaduplicaram* de 1960 a 1965 (DP. 9-9-66).

⁽⁴⁷⁶⁾ A 101.ª Divisão de Pára-quedistas está a ser transportada por 250 *quadrirreactores* «C-141» (DP. 13-12-67).

⁽⁴⁷⁷⁾ Ora, nas esculturas de José Rodrigues, a linha adquire igualmente uma *multifuncionalidade* (C. 2-5-68).

das Aulete), «*Multimedia*»⁽⁴⁷⁸⁾, *multimilionária* ⁽⁴⁷⁹⁾ (neol. em forma masculina, reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *multimotor* ⁽⁴⁸⁰⁾, «*Multiplay*» (anglicismo «muitos jogos»), *multiplayback*, *multiprocessamento* ⁽⁴⁸¹⁾, *multiprogramação* ⁽⁴⁸²⁾, *multirracialidade* ⁽⁴⁸³⁾, *multirracismo* ⁽⁴⁸⁴⁾ (sistema político em que os povos de raça diferente podem viver juntos);

multi- + adjectivo: *multicentenário*, *multicontinental* ⁽⁴⁸⁵⁾ (relativos aos vários continentes), *multidisciplina*, *multidividido*, *multifacetado*, *multifuncional* ⁽⁴⁸⁶⁾, *multilateral* ⁽⁴⁸⁷⁾ (sentido alargado: «relativo ao sistema político de que fazem parte várias nações» (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *multinacional* ⁽⁴⁸⁸⁾, *multipartidário*, *multirracial* ⁽⁴⁸⁹⁾, *multirracista* (partidário do multirracismo), *multisectorial*;

multi- + advérbio: *multilateralmente* ⁽⁴⁹⁰⁾.

⁽⁴⁷⁸⁾ Agora o «Total Environment» e «*Multimedia*» estão em toda a parte (VM. N.º 1512. 31-5-68).

⁽⁴⁷⁹⁾ A pequena Bárbara, hoje *multimilionária* e triste, ex-mulher de Porfírio Rubirosa e de outros play-boys, cresceu com a figura do «homem de confiança» na retina (DL. 8-6-68).

⁽⁴⁸⁰⁾ Os técnicos da Bristol Siddeley julgam que uma versão de *multimotores* desse aparelho constituiria alternativa muito útil para o helicóptero (DL. 24-7-67).

⁽⁴⁸¹⁾ Pode obter-se simultaneidade em nove vias e *multiprogramação* e ainda, eventualmente, *multiprocessamento* e simultaneidade em 17 vias (VM. N.º 1508. 3-5-68).

⁽⁴⁸²⁾ Ver nota anterior.

⁽⁴⁸³⁾ Foram considerados alguns dos problemas mais importantes da actualidade nacional, entre os quais os das comunicações interterritoriais, da *multirracialidade*... (DN. 21-3-68).

⁽⁴⁸⁴⁾ Devo sublinhar que são, não apenas perfeitamente compreensíveis dentro do contexto da nossa sociedade multirracial, mas que constituem um encorajamento ao *multirracismo* (DN. 10-11-67).

⁽⁴⁸⁵⁾ O que está em jogo em África não são apenas alguns interesses económicos, mas o destino de uma Pátria, por vocação plurirracial e *multicontinental* (DN. 10-6-68).

⁽⁴⁸⁶⁾ Ainda, segundo Vincent, é bom acentuar que estas galerias não formam um simples agregado de vias de passagem e passeio, mas sim toda uma unidade urbana *multifuncional* (DP. 13-2-68).

⁽⁴⁸⁷⁾ Insistindo na estrutura *multilateral* da N. A. T. O. (DL. 18-6-66).

⁽⁴⁸⁸⁾ E (...) da capacidade de coordenação *multinacional* e multirracial exercida em dimensões mundiais (DM. 24-2-67).

⁽⁴⁸⁹⁾ País *multirracial*, o Brasil recusa-se a ter que escolher, em África, entre amizades que não raras vezes são discordes, entendendo pelo contrário, servir-lhes de traço de união (DM. 14-1-67).

⁽⁴⁹⁰⁾ Ver nota ⁽⁴⁷¹⁾.

Pluri-

pluri- + substantivo: *pluricontinentalidade*, *plurimotor*, *plurivalência*, *pluripartidarismo* (sistema político de muitos partidos);

pluri- + adjetivo: *pluricarencial* ⁽⁴⁹¹⁾, *pluricontinental* ⁽⁴⁹²⁾ (cf. *multicontinental*), *plurienal*, *plurinacional* ⁽⁴⁹³⁾ (relativo às muitas nações), *pluripartidário* ⁽⁴⁹⁴⁾, *plurirracial* ⁽⁴⁹⁵⁾ (cf. *multirracial*).

Poli-

poli- + substantivo: *policentrismo* ⁽⁴⁹⁶⁾ (sistema político em que se encontram vários centros), *poli-cheto*, *policloreto*, «*polidesportista*» ⁽⁴⁹⁷⁾ (desportista que é capaz de praticar muitos desportos), *poliéster*, *polietileno*, *poliestireno* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *poliformismo*, *polinevrite*, «*politruks*» (sovietismo: «comissário político popular»), *poliuretano*;

poli- + adjetivo *poliamidico*, *policrómico* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *polimerizado*, *politraumatizado*.

(*Continua*)

⁽⁴⁹¹⁾ «Estudo de alguns enzimas eritrocitários em crianças com distrofia *pluricarencial*» (DL. 21-5-68). Isto é um título de comunicação.

⁽⁴⁹²⁾ Para fazer face às despesas da quinta e da casa que serve de abrigo a esta família *pluricontinental* e *plurirracial* — Josephine Baker sacrificou tudo quanto tinha e não tinha (DN. 9-10-67).

⁽⁴⁹³⁾ Quer para os próprios agrupamentos *plurinacionais* (DN. 6-9-66).

⁽⁴⁹⁴⁾ O «porquê» desta impossibilidade reside, em especial, na própria estrutura do sistema democrático *pluripartidário* da mais antiquada marca parlamentar (VM. N.º 1507. 26-4-68).

⁽⁴⁹⁵⁾ Ver nota ⁽⁴⁹²⁾.

⁽⁴⁹⁶⁾ Com o robustecimento ou a degradação da posição da Rússia nesta hora do *policentrismo* ou das várias versões de comunismo (DN. 15-11-66).

⁽⁴⁹⁷⁾ Que podem dar lugar a «*polidesportistas*» (D. P. 27-1-67).

Recensões Críticas

Giuseppe Tavani, *Le Poesie di Ayra Nunes*, Milano, Ugo-Merendi Editore, 1964.

Devemos todos felicitar-nos pelo aparecimento, já lá vão 6 anos, desta bela edição do trovador Airas Nunes; bela em todo o sentido: pela quase luxuosa apresentação tipográfica e pelo modelar tratamento filológico de um dos mais categorizados representantes da poesia galego-portuguesa do último quarto do século XIII. Efectivamente, a edição do Prof. Tavani pode considerar-se paradigmática, pois inclui, com elevado critério científico e notável equilíbrio, todos os elementos de informação sobre a personalidade e obra do trovador: a tradição manuscrita, o poeta, a obra, a métrica, tabela de concordâncias, edição crítica dos textos, glossário desenvolvido, índice das rimas, índice de autores e lista bibliográfica (no princípio). Nada falta e tudo se apresenta em boa conta.

Notamos, contudo, preliminarmente, entre as suas poesias, a ausência daquele bonito escarnho, *Un infançon mi á convidado* (CBN. 1552 = CB, Molteni, 425), atribuído a um tal Nunes, sem prenome, que Car. Michaëlis editou na *Randglosse* III (ZRPf., XXV, 167), perguntando se seria Airas Nunes o seu autor. Bem sabemos que, sendo esta cantiga de 1247, logo após a tomada de Jaén, essa data mal se concilia com o período de suas outras produções datáveis (1284-1289); mas poderia tratar-se de uma poesia desgarrada da mocidade. Se a cantiga n.º XIII, composta por 1284, presume para o autor a idade da velhice, ponhamos os seus 67 anos, não repugna aceitar que Airas Nunes tivesse composto aquele gracioso serventês quando andava nos trinta anos. De qualquer modo, nos Cancioneiros, o único trovador de apelido Nunes, além do nosso Airas, é Joham Núñez Camanês, cujo apelido se escreve sempre Nunez e não Nunes, como sucede com o nosso clérigo trovador. Pensamos, pois, que não seria fora de propósito meter, embora com reservas, aquela cantiga no espólio de Airas Nunes, como fizemos na nossa edição das cantigas d'escarnho e de mal dizer. Não podemos aceitar a opinião do ilustre filólogo italiano (pág. 27) de que todas as poesias que reúne em sua edição pertencem ao período da velhice (1284-1289): a frescura e a vivacidade dalgumas fazem supor menor carga de anos; a sátira ao infanção estaria nesse caso.

Tavani põe em dúvida que Airas Nunes fosse galego, por não existirem na sua obra tipismos idiomáticos da Galiza (pág. 27, n. 23). Tal distinção linguística não parece válida ainda para a poesia do século XIII, que irmanava na forma expressiva os trovadores dalém e daquém Minho. Acreditamos que fosse galego;

melhor dizendo: tudo na sua obra e na sua vida o assegura, a começar pela coautoria das *Cantigas de Santa Maria*, em que crê o seu competente editor, Prof. Mettmann (*ZRPh.*, LXXXII, 309). Algumas das suas cantigas evocam iniludivelmente ambiência galega, e uma delas, a n.º XIII, já por nós citada, deverá conter alguns traços biográficos, ainda não de todo explicitados. Citam-se nela alguns lugares galegos: o de Melide, que nos aparece, caso não seja erro do escriba, sob a forma labializada de Molide; e o de Valedolide, nome, castelhanizado hoje sob a forma de Valledoli, de três povoações galegas, o qual deve apontar para a que fica na região de Arzúa (Quión), entre Melide e Santiago de Compostela.

Estes seriam os modestos lugares onde o trovador teria passado dias felizes da mocidade, em amórios fáceis, não obstante a sua condição de clérigo. Ainda se menciona Redondela, cidade ao norte de Tuy, e a referência levou Car. Michaëlis a supor que Airas Nunes estivesse algum tempo ao serviço do bispo de Tuy. Note-se porém que a grande romanista apontou erradamente para CV. 455, quando se trata realmente da cantiga n.º 468. Em sua opinião, a briga episcopal narrada na cant. XV (CV. 1133) estaria ligada aos mesmos sucessos (*ZRPh.*, XXVI, 227, n. 5). Tavani descarta a hipótese de uma dependência real do clérigo em relação ao bispo; mas valeria a pena ter feito referência à opinião da romanista, tanto mais que em 1285, depois da morte do bispo de Tui D. Fernando Arias, deram-se distúrbios, sendo castigados alguns cônegos. — M. Gaibrois de Ballesteros, *Sancho IV de Castilla*, I, 22, 122. De qualquer modo, o caso de Tui, passado em 1285 ou 1286, é coetâneo dos sucessos em torno da mitra compostelana por 1286.

Ao problema intrincado da data dalgumas cantigas, argutamente tratado pelo filólogo italiano, segue-se a caracterização da arte literária do nosso trovador, que ele supõe ter frequentado alguma Universidade como Palência ou Salamanca, ou mesmo alguma escola de além Pireneus, dado o seu conhecimento da lírica provençal, «mais vasto e profundo, como se ele tivesse assimilado os ensinamentos morais e estéticos daquela cultura» (pág. 28). Para isso, quanto a nós, não precisaria de se deslocar da Galiza, especialmente de Santiago, onde chegava um eco de todas as culturas. Bastava ter curiosidade literária para aprender, juntamente com a língua, o sentido profundo da cultura occitânica; e nada custa a crer que acamaradasse com jograis e trovadores vindos do sul de França. Quer-nos parecer, contudo, que Tavani exagera um pouco essa influência, ao dizer-nos que Airas Nunes «se inspira directa ou indirectamente em modelos ultrapirenaicos, procura uma poesia «cult» e acolhe só em raras ocasiões e como por brincadeira as formas poéticas locais, reelaborando-as, todavia, a fim de adaptá-las ao gosto mais requintado da poesia provençal e francesa» (pág. 44). Nós diríamos antes que o trovador, como todo o verdadeiro artista, metia num mesmo saco o pecúlio cortês da Provença e as formas e temas tradicionais da velha Galiza; e nisso seguia a linha dos mais prestigiosos cultores da nossa primeira poesia medieval. Sômente nele a influência estrangeira é mais directa e consciente, pois atinge as dimensões do bilinguismo.

É muito difícil, e talvez ilusório, falar de originalidade, quando se trata dum escritor medieval. Tavani mediu bem essa responsabilidade e deu-nos um esquema feliz do génio poético de Airas Nunes. Caracteriza-o por «uma policroma profundidade de horizontes, uma polifónica multiplicidade de temas e uma fecunda

ductilidade de recreação artística, insólitas na trama poética da primeira lírica galego-portuguesa e reveladoras de uma ténpera poética rica de vivacidade humoral e espírito inovador, realizando-se, entretanto, sempre correctamente dentro dos ditames da estética medieval» (pág. 19). Mais adiante, precisando melhor estes dizeres, acentua: «Cada lírica desenvolve um motivo que, se não é inteiramente novo na tradição peninsular, é ao menos tratado em formas diversas através da reelaboração dos modelos consagrados, da contaminação entre elementos tradicionais e de origem occitânica, ou ainda da retomada, com intenção polémica e anticonformista, de temas e técnicas utilizados pelos seus predecessores» (pág. 31).

Aqui se insere um problema de grande relevância literária, quanto mais não seja para aquilatar da originalidade de Airas Nunes. Há nas suas poesias versos que se encontram repetidos literalmente ou com leves alterações no Cancioneiro de Joan Zorro (ed. de Celso Cunha, vv. 105-107; 115-120). Cf. em Airas Nunes, vv. 30-32; 140-145. Tavani entende que esses versos teriam sido imitados de Zorro (págs. 30, 33-34), levado na trilha do que aventámos no livro *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média*, 1929, págs. 184-185, 333-334, onde cometemos o erro de considerar aqueles versos 30-35 de Airas Nunes como um refrã apenas, quando, na verdade, se trata de dois, como se vê na ed. de Tavani. O certo é que hoje nos parece difícil admitir que um artista do porte de Airas Nunes tenha imitado tão servilmente as composições de Zorro; pelo que nos inclinamos para a primeira hipótese apresentada: a reelaboração dum mesmo tema tradicional por autores diferentes. A 1.^a estrofe de Zorro, *Bailemos agora, por Deus, ai, velidas*, será portadora do tema inicial em estado de maior pureza, que o jogral desenvolveu em forma paralelistica numa segunda estrofe. Pode ser que Nunes nem tivesse conhecido o cantar de Zorro. Colheu o tema popular, desenvolveu-o a seu modo, com maior individuação (veja-se aquele *três*, que dificilmente apareceria no tema inicial), requinte e extensão. As semelhanças entre os dois cantares provêm duma fonte comum, cuja utilização levaria inevitavelmente a resultados coincidentes.

Mas o que constitui a principal novidade da edição de Tavani é o estudo aturado da versificação do nosso trovador, que soube conduzir com bom senso e penetrante experiência filológica. Apoiando-se nas observações de Celso Cunha sobre fonética sintáctica, não aceita, contudo, o rigorismo de regras sem excepção para aquilo que, em seu entender, «é uma simples tendência fonológica, como tal sujeita às superiores exigências da expressividade poética e do ritmo» (pág. 48). Efectivamente, o estudo do romanista italiano é muito cuidadoso: as suas tabelas de colisões vocálicas são elaboradas com prudência, sublinhando os casos duvidosos. Entre estes, um devia ter merecido atenta consideração: o dos vv. 13, 21, 29, que implica a rejeição da tese dogmática de Celso Cunha. Com efeito, a seguir ao verso decassílabo 13, *e dizia este cantar mui ben*, reproduzido mais adiante (v. 21) com leve alteração, *e dizia este cantar enton*, Airas Nunes quebra brutaalmente o hiato num verso (29), que, em rigor, conta 12 sílabas, *e dizia este cantar ben a pastor*. Onde está a apregoada rigidez das regras? Poderemos admitir que Airas Nunes desconhecia as normas do ofício? Ou devemos antes aceitar que a liberdade do artista salta por cima das regras impostas pelos metricistas que não são poetas?

Esse estudo dos encontros vocálicos está ainda erigido de dificuldades, pres-tando-se a interpretações variadas. Por isso, melhor seria, quanto a nós, não assi-

nalar gráficamente os casos, pois podem prestar-se a dúvidas. Além de um ou outro que examinaremos mais adiante, escolhemos como demonstração estes dois. Tavani vê sinalefa ou elisão no v. 54: *nen o abade outrossi no estar*. Ora a verdade é que poderíamos ler este verso de duas outras maneiras: 1) *nen o abade, outrossi, no estar*; 2) *nen o abade, outrossi, no 'star*. O outro caso é o do v. 232, entendido por Tavani assim: *foi sanhuda e catou-me/en desden*. Na nossa leitura, preferiríamos fazer primeiro hiato e depois sinalefa: *foi sanhuda,/e catou-me en desden*.

O que se diz acerca das colisões vocálicas vale também para os acentos rítmicos. Assim, por exemplo, o ritmo «entrecortado» do v. 269, *quer, non lhe dé Deus al, pois s'en pagar*, é marcado, segundo Tavani, pelo acento nas sílabas 1.ª, 4.ª, 6.ª, 8.ª e 10.ª. Nós sentimos antes o ritmo martelado pelas sílabas 1.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 10.ª, sugerindo a acumulação de acentos na 4.ª, 5.ª e 6.ª aquele «tom polêmico» observado por Tavani. Por aqui se vê que os elementos reunidos pelo industrioso filólogo italiano sobre a versificação de Aires Nunes são um ponto de partida utilíssimo para ulteriores investigações; mas teremos de contar sempre com um factor subjectivo de apreciação por parte do leitor moderno, que pode coincidir ou não com o do artista medieval. Mais uma razão para andar com prudência nesse terreno resvaladiço, rejeitando «por sistema» toda a atitude dogmática.

Seguem-se algumas observações críticas sobre a presente edição:

I, v. 16, *amores*. Entende Tavani que há uma diferença entre *amor*, tomado na acepção geral de sentimento amoroso, e *amores*, com o significado de «males de amor». Parece-nos que o plural torna o sentido mais concreto e por isso mais sensual. O plural, digamos assim, tira pureza ao amor. Por esse motivo é que nos vv. 30-32 se diz: *Pela ribeira do rio / cantando ia la virgo / d'amor*. O amor virginal põe-se no singular, o amor vadio e licencioso vai para o plural. Por esta mesma razão *amores* tem, não raro, um matiz pejorativo. Os mesmos cambiantes se notam em *prazer* e *prazeres*: «Deu-me com isso um grande *prazer*». — «Perdeu-se nos *prazeres* do mundo». — V. 23. Nós grafariamos *non'ousar* (= nono ousar) para maior clareza do sentido.

II, v. 3. — Ao verso falta uma sílaba. Em nossa 1.ª edição adoptámos a interpolação [me] *fui preguntar*. Na segunda, adoptámos a preconizada por C. Michaëlis e Nunes: *fui [a] preguntar*, como mais expressiva. Veja-se o v. 40 do mesmo trovador, *de tal guisa se foi a perder*, o que o próprio Tavani cita a pág. 73, *se vai do mundo a perder*, e este das «Cant. de S. Maria», 185, v. 73, *e fórona a pôer / ontr'as amêas*. — V. 19, *estar*. A tradução que o Autor faz deste vocábulo, «casa, dimora, sede» não exprime talvez bem o sentido. O *estar*, *estal*, *estau* era a pousada, estalagem (derivado de *estal*) ou albergaria que se construía junto ao mosteiro para recolher pobres e peregrinos. Só assim resulta claro o sentido: «a Verdade não morava na abadia cisterciense, e nem sequer na modesta pousada anexa o abade consentia que ela estivesse». — V. 21, *fora da badia*. Tavani opõe-se à calafetação da [a] *badia*, com o argumento de que se trata do princípio de Mussafia e de que a elisão em *da abadia* seria inevitável. Opomos as seguintes considerações: a) O princípio de Mussafia seria excepcional na composição, onde todos os versos graves seguem o regime dos agudos; b) No Tratado Métrico do CBN (VI, 3) já se regista tolerância do hiato para as vogais repetidas, e disso aparecem numerosos exemplos nos Cancioneiros: CV. 985,

v. 7; 1142, v. 10; 1143, v. 9. — CSM. (ed. Mettmann), 345, vv. 76, 78; 369, vv. 73, 120, 123.

III, v. 14, *mhas aves*. Tavani crê que se trata do pronome possessivo, ao contrário dos outros editores, que leram como se fosse pron. pessoal seguido do artigo, *mi as aves*. A grafia *mhas* só excepcionalmente poderia ler-se *mias*; e a justificação do Autor não nos parece convincente. O poeta, numa conspiração geral da Natureza, sente que as aves cantam para ele a fim de lhe infundirem a alegria no coração. Deve ser este o sentido. Uma ideia de apropriação, como quer Tavani, não seria tão delicada e poética. — Vv. 13-14. Depois de uma substancial digressão sobre o significado de *verão* e *estio*, Tavani chega à conclusão de que para Airas Nunes os termos eram sinónimos, indicando o período de transição da primavera ao estio. Pode ser; mas não se exclui a hipótese de os dois versos finais serem os dois primeiros duma estrofe perdida, em que o trovador nos dissesse qualquer coisa como isto: «Sinto grande alegria quando ouço as aves cantar-me no estio; mas maior alegria sinto quando as ouço na primavera (= *verão*). Neste caso, não haveria sinonímia, antes pelo contrário.

IV, v. 5. — O valor causal de *pero* que não está bem determinado. Assim, seria melhor adoptar a lição de CV, *por que* e ler o verso: *mais por que sei lealmente amar*. Aliás, em CBN também deveria ler-se *por que* e não *pero que*, como se deixa ver do v. 13, em que *por* está escrito quase de igual modo; a notação paleográfica de *pero* é diferente, como se vê nas cantigas IX, vv. 4, 10; X, vv. 5, 6; XIII, v. 8. Observe-se ainda no v. 21 o modo idêntico de escrever *por*. O mesmo sucede nos vv. 4, 7, 14 da cant. VIII; vv. 8, 11 da cant. XI; v. 14 da cant. XII.

V, v. 1, *A Santiag[o] em romaria ven*. Não é necessária a integração, pois *Santiago* tem 4 sílabas. Veja-se no v. 57 outro exemplo do topónimo como quadrissílabo e ainda em CBN. 1468, v. 2; 1575, v. 10; 1648, v. 6. A pág. 50, no índice das elisões, escrevera Tavani *Santiagu'en*, mas sugeria a restituição do hiato, o que fez efectivamente no texto. — V. 5, *verey*. Não é natural um verso isolado de 9 sílabas, pelo que se justifica o alvitre de Nunes, *ve[e]rei* («Cant. d'amigo», III, 230). Para o estudo do grupo átono *ee* nas formas verbais do futuro de *veer*, é conclusivo observar o tratamento métrico que lhe dá D. Denis, apoiado sem dúvida nas vacilações da prosódia corrente. As indicações de Lang (*Das Liederbuch d. K. Denis*, pág. CXXI) são valiosas a esse respeito. Ora o grupo se mostra monossilábico, como nos vv. 559, 564, 569, 687, 2480, 2486, 2492 (*veerei*, *veeran*), ora é bissilábico, como nos vv. 213, 589, 2498, 2617 (*veerei*, *veerá*). O exemplo do v. 2498, *veerei*, é particularmente significativo, porque concorre, na mesma cantiga (CXXIII) com formas de valor monossilábico, *veerei*: uma prova de que os poetas sabiam aproveitar a grande variedade de grupos vocálicos para as exigências da sua métrica, sendo difícil e arriscado fixar regras para um processo, que variava com o gosto, a evolução linguística e as exigências da arte.

VI. — Damos algumas sugestões para a restituição dos fragmentos em provençal, que andam muito deturpados, como é compreensível. — V. 8. Tavani lê: *tan vos ay d'amor cobida*, que não faz bom sentido, pois *cobir* tem em provençal o sentido de «dar, destinar». Talvez fosse melhor ler: *tan vos say d'amor tolida* = «tanto vos sei afastada do amor». — Vv. 23-25. A nossa leitura destes versos seria a seguinte: *Gentil dona, tan m'est ara / qu'anc agui tan mon*

vezir / cum quan vi la vostra cara = «Gentil dona, sinto agora que nunca tive uma visão tão pura como quando vi a vossa cara». — Vv. 26-28. Eis a nossa restituição: *E l'Amors [cum] ampara / lo gran sabor de servir / que ay! Se non, io'm matala!* Tradução: «E como o Amor ampara (protege) o grande prazer de servir que tenho! Quando não, eu ter-me-ia matado!» Se esta restituição é exacta, como cremos, por ela se vê que Airas Nunes estava dentro das normas gramaticais do provençal. No v. 26, contudo, entendeu dar a *Amors* 3 sílabas, conforme os usos da prosódia galego-portuguesa: sinal do hibridismo linguístico de que fala Tavani (*I versi provenzali attribuiti ad Ayras Nunez*, in «Annali dell'Istituto Universitario Orientale — Sez. Rom.», IV, 1962, págs. 197-206), que não devemos entretanto exagerar, pois é sempre de supor uma grande detorção dos textos.

VII, v. 15. — Ao contrário de Nunes, totalmente alheio às delicadezas do ritmo, na opção entre *par'cer* e *par'cemos* («Cant. d'amigo», III, pág. 231), Tavani leu assim o verso: *e quen ben par'cer como nós parecemos*. Efectivamente, o obscurecimento da vogal protónica é exigido pelo acento métrico. Isto dá a medida da finura crítica do editor literário, atento aos mínimos pormenores da exegese. — V. 17, *so aqueste ramo, sol que nós bailemos*. Tavani exclui a leitura de Nunes *sól[o]* *que*, logo corrigida para *sol que* (= sob o qual), com o fundamento de não ser possível o verbo no conjuntivo no complemento circunstancial de lugar, o que será menos exacto. Também nos parece tratar-se de locução conjuntiva, mas inclinamo-nos para o sentido temporal: «sob este ramo, logo que nós bailemos, virá também bailar».

VIII, v. 1, *Par Deus, coração, mal me matades*. Supõe Tavani que a hipometria deste verso se deve a um propósito rítmico-expressivo do trovador, prolongando a pausa depois da 2.ª sílaba. Seria melhor dizer que *Deus* pode ser bissilábico. Efectivamente, há casos que abonam essa medida, por exemplo, CV. 918, v. 13 e CSM. 334, v. 28, motivo por que deve ser rejeitada a intercalação de Nunes, [*ai*], *coraçon*; mas não vemos que o mesmo se possa dar com o v. 3, como sugere, nem que esse verso tenha qualquer defeito rítmico, e *pouco, se assi for, viveredes*. Afigura-se-nos haver qualquer confusão no comentário do sábio romanista.

IX. — As razões do procedimento crítico do Autor na restituição dos vv. 6, 12, 18 e 24, são lógicas e penetrantes, tomando como base a lição dos textos manuscritos e o princípio estético do trovador, que consiste em fazer «variações sobre o tema» (pág. 106). — V. 14. Efectivamente, *sô a* terá de ser contado como monossílabo; o enfraquecimento acentual de *sô*, já próprio da preposição, teria sido reforçado pela adjunção doutra partícula prepositiva, *de sô a*.

X, v. 6. — Nós leríamos resolutamente *já* em vez de *cá*, partícula esta que não faz bom sentido: *já, pero me ben non quer, / non leixarei de a servir por en*. O *já* seria a repetição voluntária e muito expressiva do advérbio inserto no v. 3. Isto levaria a fixar o acento do verso na 4.ª sílaba e talvez a modificar o comentário de Tavani sobre o andamento saltitante do verso.

XI. — O estudo métrico da cantiga é desenvolvido em sagazes considerações de ordem rítmica; mas parece-nos que não se justifica ver acentos secundários em cláusulas como estas: *outorgo-á por min; do reino d' Leon* (págs. 112-113). — V. 3. O verso tem efectivamente o acento principal na 6.ª sílaba, como o 1.º, o 2.º e o 4.º. Teremos, porém, ao contrário de Tavani, de ler *Id'alá* e fazer hiato

em disse *el-rei*. A elisão da vogal final do imperativo é corrente: *Id'adubar vossa prol* (CV. 1120, v. 27), *Id'a ela* (CSM. 131, v. 89), *id'a mia senhor* («Cant. d'amigo», XXVI, v. 5), *Id'ai, mia madre* (Ibid., LXXXVIII, vv. 1,5). Tavani procura explicar o hiato por «exigências rítmicas criadas pela necessidade de respeitar um determinado paralelismo acentuativo» (pág. 51). A explicação parece algo confusa e contrariada pelos usos da língua. — V. 4, *desfiade e*. De acordo com o sistema do Autor de marcar as colisões vocálicas, aqui deveria assinalar a leitura *desfiad'e*. — Vv. 5-6. A defesa que Tavani faz da sua edição destes versos é convincente. Aclaremos, pois, o sentido: «Se quiserem, em troca do reino de Leão, que tomo para mim, podem eles levar Navarra ou Aragão». O burlesco consiste em que o rei, por este câmbio, ficava com o que já tinha, e aos sobrinhos eram oferecidos reinos que tinham de conquistar. — V. 10, *direito*. A abreviatura *dico* deveria antes resolver-se em *dereito*, que é a forma corrente na época. — V. 13. Não se pode garantir a elisão em *ora amigos*, pois que o *veede* anterior pode ser tido como bissilábico; além de que é natural que haja um hiato expressivo entre *ora* e *amigos*. — V. 14. A correcção que Tavani faz ao verso revela a sua argúcia crítica na restituição de textos. Explorando a lição de CBN, *quiser*, no contexto *effaredde guissa quiser ia ssem meu dano*, consegue dar-nos a boa leitura do verso: *e fazed de guisa que seja sem meu dano*. Apenas o aconselharíamos a não manter a forma aberrante da haplologia e a escrever decididamente *fazed de*, explicando em nota o fenómeno. Aliás, poderíamos considerar ainda outra leitura: *se prend'eu engano / en fazer de guisa...*; mas a de Tavani é a melhor, por violentar menos o texto.

XII, v. 16. — A agudeza crítica do romanista italiano revela-se uma vez mais na interpretação deste verso, constituído integralmente por um velho rifão popular, hoje perdido. Afastando, com razão, a leitura de Nunes, *quis que ssé contr'alguen costas lhe dá*, realmente absurda, fixou-se nesta: *quisque, se coita á, costas lhe dá*, isto é, «vira as costas a todo o sujeito que vires coitado, pois não deixará de te importunar». Está perfeito; simplesmente, à vista de *quisqual*, hesitamos entre *quisque* e *quisquen*, forma esta que não nos parece fora de conta no que respeita ao ritmo.

XIII, v. 9. — A leitura de Tavani é de rejeitar, por falta de sentido. Hoje, leríamos assim os vv. 8-9: *pero que já fora [a] cabo Valedolide / encontra donas muitas fazer, e en Molide*, resultando desta leitura, com mínima alteração do texto, um sentido claro. O trovador declara-se homem pacífico: as únicas lides em que entrara, e essas numerosas, foram a respeito de mulheres, junto a Valedolide e em Molide. Também se poderia pensar na leitura *escontra doas*; nesse caso, tratar-se-ia de lides poéticas, para ganhar prémio. Resta porém saber se a preposição *escontra* comporta o significado de «a troca de». — V. 10, *lançaron a min a falcatrúa*. Nos dois apógrafos vem nitidamente *falcacrua*. Talvez se deva manter esta forma primitiva, donde teria vindo, por um processo de dissimilação, o actual *falcatrúa*. Ainda se não fez bastante luz sobre FALCA e seus derivados; mas do texto parece deduzir-se que se trata de uma armadilha ou grilhão para prender criminosos pelo pé, com forma de foice. O termo *lançar* confirma que se trata de um instrumento de prender, na verdade cruel, e daí a designação *falca crua*. — V. 11, *a maes scudeyrus gage o Churruchão*. Esta leitura, fundada num hipotético *gager* = «assoldadar», não é aceitável, nem é natural que a forma fosse *gager*, mas *gajar*: veja-se o moderno galicismo *engajar*. Além disso, há con-

fusão no termo *maes*, pois deve ser lapso por *maos* = «ruins, cruéis». Enfim, não se acautela nem a rima nem a medida silábica. Também é possível a leitura, em que nos fixamos agora, levados pela sugestão de Tavani: *maos escudeiros trage o Churruchão [e assua]*. A forma *trage* por *gage*, está justificada pela Táboa de erros de Monaci; e a calafetação que propomos poderia ser substituída por [*aa rua*]. — V. 12, *a taaes sergen[t]os, ca non gente tafua!* Deve entender-se á (= há). Não vemos necessidade de alterar a lição dos textos, *befua*, ainda hoje atestada em galego como termo depreciativo, sob forma de *bafúa* = «ordinário, reles». — Cf. ELADIO GONZALEZ, *Dic. enc. gallego-castellano*, s. v. Hoje, portanto, manteríamos a própria lição *befua*, pois *befar* alternava com *bafar*. A leitura *tafua* parece-nos inadmissível, como feminino de *taful*. De acordo, pois, com o sentido geral da interpretação de Tavani, leremos agora os vv. 11-12 desta maneira: *a[i], maos escudeiros trage o Churruchão [e assua]: / el á taes sergentes, ca non gente befua!* Tudo isto, é claro, em sentido irônico: «Ai, que brutais escudeiros traz e junta o Churruchão! Ele só tem oficiais dessa qualidade, e não gente de reles condição!» — V. 18, *chamava minha mua «velha fududancua»*. Esta leitura não nos parece aconselhável, porque quem está em jogo é efectivamente o clérigo trovador. O rapaz tomou o velho, nu em pelo e roliço de carnes, por uma mulher, o que aumenta o jocoso da cena. Nesse caso, com base no CBN, podemos ler assim o verso: *chamava-mi «mia nona, velha fududancua»!* Aquele *nona* é um velho termo depreciativo, com o sentido primário de «avó, mulher idosa, freira». Toda essa gama semântica serve perfeitamente ao quadro. Cf. COROMINAS, *Dic. crit. etim.*, s. v. *ñoño*. A nossa restituição quase nada altera o texto de CBN, pois *chamauã minha nona* pode perfeitamente ler-se como acima propomos: o *nha* pode ser erro por *mha* (= mia), segundo a Táboa de erros de Monaci. Note-se, contudo, que também não é para desprezar a lição de CV, *nana*, pois o vocábulo ainda hoje em galego significa «avó, mulher velha».

XIV, v. 18, *hu se pararen de trobar, / trob'eu*. Tavani compreende assim: «quando os outros deixaram de trovar, / trovo eu». Duvidamos muito dessa interpretação, que assenta num significado que o verbo *parar-se* ainda não teria ao tempo. Os valores fundamentais que ele comporta na época são: «preparar-se, pôr-se, dispor-se, colocar-se». O sentido de «estacar, deter-se» viria mais tarde do que supõe Corominas, que, levado por uma errônea conjectura de Car. Michaelis (*Rev. Lusitana*, XIII, 358) e por má leitura dum verso do Arcipreste de Hita, 961, a-b, *Paróseme en el sendero / la gaha* (que também ficou por explicar em sua monumental edição de 1967), fixou essa evolução na 1.ª metade do século XIV. A verdade é que, em todos os passos da *Alveitaria* de Mestre Giraldo alegados pela grande romanista e ainda naquele verso de Juan Ruiz, o vocábulo significa «pôr-se, meter-se». O erro alcançou Magne e Parker e ameaça difundir-se, se não surgir um estudo sobre o termo, pois *parar* é realmente uma das palavras de conteúdo mais difícil do nosso vocabulário medieval. Admitindo, pois, que *parar* tem aqui um dos valores usuais da época, deveríamos ler *u se pararen de trobar, / trob'eu* = «quando os outros se dispuserem a trovar, eu também trovo», com o verbo no futuro do conjuntivo, como exige a construção. Contudo, e tal hipótese não acudiu ao arguto romanista italiano, poderia ainda ler-se, sem grande deterioração do texto: *u se pagaren de trobar* = «onde, quando gostarem de trovar». Aquela regência da preposição *de* estaria bem com o verbo *pagar-se*. Note-se que a atitude de oposição aos outros trovadores também aparece

nos vv. 18-20, lidos com a devida atenção: «quando se puserem a trovar, eu também trovo; porém, não por capricho, mas porque sei lealmente amar». Aquele e do verso 19 tem valor adversativo.

XV, v. 16. — A calafetação *ca todos os bispos* dá ao verso mais uma sílaba; a elisão ou haplogia de *todos os* não é convincente, sendo, aliás, mais frequente a forma *todosos*; o melhor ainda seria talvez ler *ca todos bispos*.

Se dissemos, no começo desta resenha estarmos em presença de uma edição verdadeiramente modelar, pela consistência científica do seu conteúdo, não nos referíamos à apresentação gráfica do texto, que achamos demasiado conservadora e menos própria de uma edição crítica. Certas formas como *vramo*, *fuy mh-ache-gando*, *queyxava-sse*, *hyr*, *podemus*, *abbade*, *log'eu* (= *logu'eu*), *ell-rey*, *hu*, *ssobrinhus*, *ssem*, *desonrra*, *cabelus canus*, têm aspecto desagradável e induzem facilmente a má leitura. Há que distinguir ousadamente entre edição crítica e edição diplomática. A primeira deverá destinar-se à leitura de todas as pessoas curiosas e cultas e não apenas a um pequeno grupo de especialistas. É necessário, pois, apresentar-lhes um texto legível, graficamente actualizado, embora linguisticamente autêntico. Reconhecemos, todavia, que, a esse respeito, um filólogo estrangeiro tem muito maior dificuldade do que nós em aceitar esse tipo de simplificações. Trata-se pois de um problema marginal, uma opinião pessoal, que em nada afecta o valor do presente trabalho, pelo qual felicitamos vivamente o Autor.

MANUEL RODRIGUES LAPA

Wiener Romanistische Arbeiten, Tomos I—VII.

Os *Wiener Romanistische Arbeiten* (Estudos Românicos de Viena) representam a continuação da famosa tradição da linguística austriaca iniciada por Hugo Schuchardt, W. Meyer-Lübke, K. Eitmaier e pelo psicólogo Karl Bühler, cuja obra fundamental «*Teoria da linguagem*» é presentemente alvo de novo e justificado interesse. Não se deve esquecer a monumental «*Psicologia da linguagem*» (*Sprachpsychologie*, 1941 ss.) do actual professor de Filosofia na Universidade de Viena, Friedrich Kainz, que chegou ao 5.º volume.

A série *Wiener Romanistische Arbeiten* foi fundada em 1961 pelo professor C. Th. Gossen, muito conhecido como especialista da língua não literária dos documentos medievais franceses. A sua última obra apareceu há apenas algumas semanas: *Französische Skriptastudien, Untersuchungen zu den nordfranzösischen Urkundensprachen des Mittelalters*, Wien 1967; Österr. Akademie der Wissenschaften, Philos. — Histor. Klasse, Sitzungsberichte, 253. Band, 368 p.

Mas, além dos seus estudos especiais, o Prof. Gossen promoveu a publicação da série de que tratamos nesta notícia. Agora que o Prof. Gossen voltou para Basileia, onde obteve a cátedra do célebre romanista Walther von Wartburg, creio que chegou a altura de fazer um apanhado das obras publicadas sob os seus auspícios. As matérias tratadas vão da estilística francesa até à literatura occitana e à sintaxe espanhola.

Tomo I: Arnulf Stefenelli, *Die Volkssprache im Werk des Petron im Hinblick auf die romanischen Sprachen*, Wien 1962, 156 p. («A linguagem popular na obra de Petrónio, tendo em vista as línguas românicas»).

O tema que o autor escolheu parece ter sido já demasiado tratado. Desde o fim do século passado as monografias sobre este assunto acumulam-se. Porém, o autor, partindo dum ponto de vista românico, oferece muitas novidades. Uma grande quantidade de palavras e locuções são assim expostas a uma luz nova. Pela sua riqueza, o índice dos vocábulos e o índice por assuntos permitem ao leitor obter excelentes informações. Este livro será de real valor não só para os romanistas, mas também para a história do latim.

Tomo II: Peter Neuhofer, *Das Adjektiv als Stilelement bei Clément Marot*, Wien 1963, 175 p. («O adjectivo como elemento estilístico em Clément Marot»).

Como base da sua investigação, o autor analisa a tradução da primeira écloga de Virgílio. A sua interpretação faz ver claramente que, pelo uso do adjectivo, a tradução é mais elegante que o original latino. De grande utilidade é a lista da frequência de uns 100 adjectivos, entre quais «grand, beau e bon» são os mais usados. Os três servem para a intensificação do conteúdo do substantivo, mostrando-se que raramente foi explorada a possibilidade de variações. O trabalho termina com algumas interpretações, que verificam o resultado tirado do estudo anterior.

Tomo III: Annemarie Heinz, *Der Wortschatz des Jean Miélot, Übersetzer im Dienste Philipps des Guten von Burgund*, Wien 1964, 151 p. (O vocabulário de J. Miélot, tradutor ao serviço de Filipe o Bom, da Borgonha).

O estudo pretende ser uma contribuição para o inventário lexical do francês do século XV. O vocabulário — que não é completo porque todas as obras de J. M. exigiriam um trabalho enorme, ultrapassando o quadro dum único livro — é composto pelo material de quatro livros — os mais importantes — «Miroir de la salvation humaine» (1448), «Advis directif pour faire le voyage d'outremer» (1455), «Miracles de Nostre Dame» (1456), «Proverbes procedant selon l'ordre de l'ABC» (1456). O instrumento de trabalho da autora foi o «Begriffssystem» de Hallig-v. Wartburg. Registaram-se umas 40 palavras que não se encontram em nenhum outro autor, e 30 que se lêem pela primeira vez. Por isso, pode-se dizer que este estudo fornece uma importante contribuição para o conhecimento da lexicografia francesa.

Tomo IV: Fritz-Peter Kirsch, *Studien zur languedokischen und gaskognischen Literatur der Gegenwart*, Wien 1966, 174 p. (Estudos sobre a literatura contemporânea do Languedoque e da Gasconha).

O que o autor pretende não é comprovar a existência desta literatura, mas sim analisar a sua essência num trabalho minucioso, para o que contactou directamente com os seus actuais representantes. O resultado desse trabalho foi a apresentação de um panorama muito completo da produção literária occitana do nosso tempo. Muitas das obras citadas nunca foram antes mencionadas nem apreciadas em público.

Tomo V: Friederike Stefenelli-Fürst, *Die Tempora der Vergangenheit in der «Chanson de geste»*, Wien 1967, 161 p. (Os tempos do pretérito na «Chanson de geste»).

O emprego dos tempos nos textos franceses antigos foi muitas vezes considerado «caótico». Tornar transparente o problema foi o mérito deste estudo.

O problema tinha sido abordado, antes, de dois pontos de vista que a autora felizmente reúne. As considerações estilísticas são justas e algumas formas desse emprego são explicadas duma maneira que parece exacta. P. ex.: o imperfeito, tão raramente usado nos mesmos textos pela não-diferenciação entre os tempos do primeiro e do segundo plano da narração.

Tomo VI: Peter Echifko, *Subjonctif und subjuntivo. Zum Gebrauch des Konjunktivs im Französischen und Spanischen*. Wien 1967, 217 p. («Sobre o emprego do conjuntivo em francês e em espanhol»).

Foi pela primeira vez que alguém empreendeu sobre uma base larga e representativa a comparação do emprego do conjuntivo em duas línguas românicas. A bibliografia e, naturalmente, o material que o autor coleccionou das literaturas modernas francesa e espanhola e da literatura traduzida são vastíssimos, e é grande, portanto, o valor desta obra.

Tomo VII: Erwin Reiner, *La place de l'adjectif épithète en français; théories traditionnelles et essai de solution*, Wien 1968, XXXVII + 397 p.

Este estudo imenso — o último patrocinado pelo Prof. Gossen — será para sempre a base de investigações sobre todas as teorias e soluções relativas à posição do adjectivo não só para que se refere ao francês, mas também à linguística geral. Numa abundante e variada documentação, que começa no século XVI com a gramática pré-científica e termina com os últimos artigos sobre este assunto (1966), o autor faz um inventário completo, estabelece relações e tira as suas conclusões. Com o incitamento dado à realização desta obra, o Prof. Gossen despediu-se da melhor maneira da filologia românica na Austria.

Viena, 1968.

DIETER MESSNER

Herbert Peter, Entstehung und Ausbildung der italienischen Eisenbahnterminologie, Wiener Romanistische Arbeiten, vol. VIII, Wien, Stuttgart 1969, 211 p.

Na série já bem conhecida dos Wiener Romanistische Arbeiten, a que nos referimos acima, apareceu o 8.º volume, consagrado ao desenvolvimento do léxico ferroviário em Itália. Já que a amplitude do léxico relacionado com este meio de transporte impedia o seu estudo integral, o autor viu-se obrigado a fazer uma escolha e, entre aproximadamente os 10.000 termos que o vocabulário actual compreende, considerou apenas as palavras-chave. Nas suas investigações, dificultadas, de resto, pela dispersão do material em várias bibliotecas italianas, Peter baseia-se sobretudo nos jornais e publicações especiais respeitantes à construção dos primeiros caminhos de ferro (1825 — aparecimento em Inglaterra — até 1855, data em que a terminologia italiana parece consolidada). É significativo o facto de a maior parte das primeiras obras técnicas serem traduções. Enquanto que para o francês existem já duas teses de doutoramento de 1918 e 1955 que tratam a matéria do ponto de vista histórico, nada estava feito para o italiano, o mesmo acontecendo para o alemão e o inglês. O problema fundamental pôs-se sobretudo pelo facto

de as minas francesas conhecerem já meios de transporte dos quais se podia facilmente transferir a terminologia, enquanto o italiano não possuía qualquer fonte análoga.

Os capítulos são consagrados a: *caminho de ferro*, *carril*, *locomotiva*, *tender*, *carruagens* e *trem*. Seguimos com bastante interesse a luta entre as diversas designações. Para *caminho de ferro*, Peter pode constatar que o adjetivo *ferroviária* (1839) — um decalque do inglês *railway* utilizado como adjetivo — estava atestado antes do substantivo correspondente *ferrovia* (1852) que prevalecerá sobre os termos seus concorrentes sobretudo graças ao facto de uma missão oficial tomar este nome desde 1863. O adjetivo *ferroviare* tornou-se mesmo o único empréstimo que o francês fez ao italiano.

O contrário acontece com *carril*, cuja denominação *rotaia* — termo técnico há muito autóctone — é tirado do fundo próprio ao italiano. No que respeita a *locomotiva*, este nome, tomado de empréstimo ao inglês, espalhou-se em muitas línguas, e em italiano sob a forma *locomotiva*. Quanto a *tender*, a palavra só encontrou o seu lugar no léxico italiano na segunda metade do séc. XIX, dada a enorme rivalidade do termo *scorta*. Quanto a *carruagem*, era fácil transpor os termos habituais utilizados nos transportes rodoviários, *carro* para as mercadorias e *carrozza* para os passageiros, visto que as primitivas carruagens eram apenas ligeiras adaptações. Um estudo muito denso mostra a confusão que reinava havia muito entre o termo emprestado *vagone* e os termos autóctones. Para a denominação de comboio, encontramos a mesma situação que para *carril-rotaia*. Aqui também as adaptações semânticas de *convoglio* ao fr. *convoi* e *treno* a *train* prevalecem.

A parte estes resultados interessantes, o autor do presente estudo pôde corrigir algumas datas anteriormente estabelecidas. Resta desejar que as outras línguas românicas conheçam em breve investigações tão minuciosas acerca da sua terminologia ferroviária.

DIETER MESSNER

Langenscheidt. Dicionário de bolso das línguas portuguesa e alemã. Tomo primeiro: português-alemão pelo Dr. Friedrich Irmen, edição refundida 1968, 632 p.; tomo segundo: alemão-português pelo Prof. Dr. Albin Eduard Beau, edição refundida 1969, 608 p. Berlim-Munique-Zurique. Cada vol. com uns 35 000 vocábulos.

Esta nova edição, que pode ser considerada como quase totalmente refundida, tomou em consideração o incrível desenvolvimento que tiveram e continuam a ter não só as ciências modernas, p. ex., as técnicas e as sociais, mas também os respectivos vocabulários. Quem comparar a presente edição com uma das anteriores poderá verificar com grande interesse e muito prazer que quase nenhuma página conservou a sua aparência antiga. Em virtude das relações cada vez mais intensas entre o Brasil e a Alemanha, muitos brasileirismos entraram nos dicionários. Seria demasiado ocioso e arbitrário mencionar uma ou outra palavra, mas vale a pena ver a lista dos nomes próprios, que também mudou muitíssimo: na

letra A, p. ex., juntaram-se mais 6. As designações *Amazonenstrom* e *Ardennenwald* — ambas um pouco antiquadas — foram mudadas para *Amazonas* e *Ardennen*. Na mesma parte do outro tomo registam-se os aditamentos seguintes: *Alcobaça*, *Aleijadinho*, *Alfama*, *Aljubarrota*, *Alsácia*, *Anhangabaú*, *Antão*.

A importância das abreviaturas usuais no nosso tempo manifesta-se sobretudo nas das empresas industriais agora incluídas. Pode-se dizer com muita justiça que os dicionários de bolso Langenscheidt, nos quais colaborou um grande conhecedor da língua portuguesa, o recém-falecido Prof. Beau, constituem uma base sólida e utilíssima para aquele que se interessa duma ou doutra maneira pela língua portuguesa e pela tradução. Posso acrescentar que eu — como Austriaco — fiquei muito satisfeito pelo facto de muitas palavras usadas no Sul da Alemanha, que muitas vezes neoutros dicionários infelizmente não são lembradas, terem um lugar firme e constante nestas edições.

DIETER MESSNER

G. C. Lepschy, *La Linguistique Structurale*, trad. francesa de Louis Jean Calvet, Payot, Paris, 1968.

Numerosas obras têm surgido nos últimos anos sobre correntes da linguística moderna. Desde o resumo despretençioso que procura dar uma noção superficial, situar, classificar, até ao estudo desenvolvido com exemplificação variada e bibliografia abundantíssima, na língua original ou em traduções acessíveis, todos se destinam a iniciar na difícil mas ultimamente tão debatida ciência da linguagem. *La Linguistique Structurale* (tradução da obra italiana *La linguistica strutturale*, Turin, 1966) inscreve-se nessa linha de divulgação mas não resulta de um interesse momentâneo por uma ciência em voga.

Como se faz saber no próprio título, é a linguística post-saussureana o objecto de análise do livro — a linguística histórica e comparativa do século XIX é apenas referida nas primeiras páginas da introdução. O termo «estrutural» está aqui empregado não como denominação precisa mas como indicação de certo modo vaga⁽¹⁾. É utilizado para designar as investigações linguísticas levadas a efeito durante o século XX que tornaram possível a elaboração de certos princípios que, por sua vez, relacionam entre si as correntes nascidas desses trabalhos de investigação.

Lepschy não pretendeu escolher o aspecto considerado mais sintomático da linguística estrutural (como fez, por exemplo, Piaget no capítulo dedicado à linguística em *Le Structuralisme*⁽²⁾), nem emprega a palavra no sentido restrito como sinónimo de linguística distribucional post-bloomfieldiana ou simplesmente norte-americana (esta visão particular pode encontrar-se na obra de Lenneberg, *New Directions in the Study of Language*)⁽³⁾. Não se trata ainda de uma obra que possua em extensão o que perde em profundidade, como em parte sucede com *Les grands courants de la linguistique moderne*, de Leroy⁽⁴⁾, ou com *Trends*

(1) Cf. p. 38.

(2) J. Piaget, *Le structuralisme*, «Que sais-je», Paris, 1968.

(3) E. Lenneberg, *New directions in the study of language*, MIT, Massachusetts, 1966.

(4) M. Leroy, *Les grands courants de la linguistique moderne*, Presses Universitaires de Bruxelles-Presses Universitaires de France, Bruxelles-Paris, 1966.

in *Linguistics*, de Milka Ivič⁽⁵⁾ (este último, no entanto dá-nos preciosas informações sobre a bibliografia linguística da Europa de leste). Não é um ensaio prolixo, só acessível a iniciados, como *Les nouvelles tendances de la linguistique*⁽⁶⁾ nem, pelo contrário, uma introdução fácil e agradável, que aconselha e distrai, no estilo de «clefs pour...». Finalmente, não é, como o livro de Perrot, *La linguistique*⁽⁷⁾, demasiado sintético, tornando-se por vezes obscuro.

Trata-se de um trabalho de alta divulgação em que o autor apresenta, com desenvolvimento e objectividade, as obras de base das principais correntes actuais de linguística, exercendo sobre elas um julgamento pessoal, não só nas apreciações de pormenor como na estruturação da própria obra⁽⁸⁾. Lepschy marca pela primeira vez, de forma explícita, a relação estreita entre o estruturalismo linguístico americano e europeu, reunindo num único capítulo dois linguistas cujas obras, mantendo parentesco entre si, estão ligadas, sobretudo na sua fase mais recente, às escolas francesa e norte-americana. São eles Martinet e Jakobson.

O livro inicia-se por um capítulo de introdução em que o autor apresenta os «traços pertinentes» do que se pode considerar a visão estrutural em linguística, apesar de todas as divergências existentes entre as diversas teorias. «Les notions sur lesquelles nous nous arrêterons maintenant (principalement inspirées du cours saussurien, le premier sur le plan chronologique et le plus fécond sur le plan méthodologique, des textes du structuralisme linguistique) sont celles de MODÈLE (et d'abstraction, de généralité), de PERTINENCE (et de variante relative à une unité structurale), de LANGUE-PAROLE, PARADIGMATIQUE-SYNTAGMATIQUE, SYNCHRONIE-DIACHRONIE»⁽⁹⁾. Estas são as noções de base consideradas por Lepschy indispensáveis para situar metodologicamente as posições do estruturalismo linguístico.

Seguem-se a esta introdução oito capítulos. O primeiro dedicado a Ferdinand de Saussure, o segundo à *escola de Praga*, o terceiro à *escola de Copenhague*, o quarto ao período inicial do *estruturalismo norte-americano* (Sapir e Bloomfield), o quinto à *linguística funcional*, o sexto à *linguística* denominada *estrutural* em sentido restrito — distribucionalismo e outros aspectos da escola post-bloomfieldiana. O sétimo capítulo trata da *gramática transformacional*; finalmente o livro termina por um apêndice denominado *linguística matemática*.

O principal mérito da estruturação da obra — estruturação que não é meramente arbitrária nem segue apenas um critério cronológico — é, como já se disse, o de ter reunido num capítulo independente dois linguistas, Martinet e Jakobson que, através de uma série já bastante longa de publicações, têm vindo a pôr em prática de forma coerente, equilibrada mas constante, o critério funcional aplicado à análise da linguagem. Pelas circunstâncias em que se desenvolveu a sua vida científica e por tendência pessoal, a eles se deve a aproximação realizada entre algumas das correntes da mais jovem linguística norte-americana e europeia. Com

(5) Milka Ivič, *Trends in Linguistics*, Mouton, The Hague, 1965.

(6) B. Malmberg, *Les nouvelles tendances de la linguistique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1966.

(7) J. Perrot, *La linguistique*, «Que sais-je», Paris, 1966.

(8) «... il se propose le but (...) d'informer le lecteur, à travers une discussion critique, sur les différentes conceptions linguistiques récentes.», p. 8.

(9) Cf. p. 21.

uma formação sólida em linguística geral e um sentido agudo do concreto, conseguiram, sem trair o ponto de vista funcional (considerado por eles o mais adequado à linguagem encarada como instrumento de comunicação), tratar essa mesma linguagem como fenómeno cultural e humano.

No capítulo da *Introdução*, apresenta Lepschy, como já se indicou, as bases metodológicas para apreciação das correntes do estruturalismo linguístico. Estas bases, porém, não podem ser apreendidas sem uma prévia formação em linguística geral, dado que a apresentação se faz a um nível de especialização próprio de questões que o autor mesmo considera «altamente técnicas». A sua compreensão seria bastante facilitada, sobretudo no que respeita à noção de *modelo*, pela introdução de uma referência ao conceito de *forma* por oposição a *substância*, conceito que de resto é utilizado mais tarde na exposição das teorias de Hjelmslev.

O capítulo em que se analisa a actividade da escola de Praga tem o grande interesse de nos pôr em contacto com as teses do *Círculo*, os quais transcendem os trabalhos mais divulgados de Troubetzkoy através dos *Grundzüge der Phonologie* ⁽¹⁰⁾ e constituem as bases metodológicas para a sua inteira compreensão. Note-se ainda que, na introdução deste capítulo, se nomeiam todos os colaboradores nacionais e estrangeiros do *Círculo de Praga*, o que explica por si só ao leitor a influência que a ligação com o *Círculo* teve na orientação posterior de alguns desses linguistas.

No capítulo sobre a escola de Copenhague, marcada principalmente por Bröndal e Hjelmslev, Lepschy chama a atenção para a importância da glossemática como uma das direcções dos estudos linguísticos dos últimos decénios, e oferece ao leitor uma exposição sumária, ainda que extensa, dos *Prolegômenos*, «texto extremamente compacto e conciso». O autor presta assim um serviço a todos os que, sem formação altamente especializada, dificilmente podem penetrar a obra de Hjelmslev. Na realidade, atendendo ao aspecto hermético do original, o meio de difusão da obra do linguista dinamarquês tem sido a crítica lúcida de Martinet — *Au sujet des fondements de la théorie linguistique de Louis Hjelmslev* — publicada no *Bulletin de la Société Linguistique de Paris* ⁽¹¹⁾, embora a tradução inglesa de Whiffeld date de 1953 ⁽¹²⁾.

Ao consagrar três capítulos distintos respectivamente ao *início do estruturalismo norte-americano*, à *linguística funcional* e à *linguística estrutural* em sentido restrito, Lepschy pretendeu chamar a atenção para as diferenças existentes entre estas correntes e para as suas relações de precedência. Já atrás se disse como é proveitosa a consideração independente do ponto de vista funcional. O mesmo não sucede com a separação estabelecida entre a obra de Bloomfield e a dos seus continuadores. A sumarização que se faz da *Language* mostra bem como esta obra está ligada intimamente às de Pike, Nida, Harris, Hockett, Block e Trager; no entanto, são tratadas separadamente. As teorias destes linguistas decorrem naturalmente dos princípios mecanicistas e behavioristas, e da descrição formalista

⁽¹⁰⁾ Troubetzkoy, *Grundzüge der Phonologie*, 2.^a ed., Göttingen, 1958 e tradução francesa de Cantineau, *Principes de Phonologie*, Paris, 1949.

⁽¹¹⁾ BSP, XLII, 1942-45 (1946). Esta recensão foi publicada recentemente nas *Republi-cations Pudet*, n.º 3, 1968.

⁽¹²⁾ Hjelmslev, *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison, 1953. Há uma tradução francesa, *Prolegômenes pour une théorie du langage*, ed. Minuit, Paris, 1968.

dos factos gramaticais elaborada por Bloomfield. O que levou Lepschy a separar os trabalhos desse linguista do que ele denominou *estruturalismo americano* foi o propósito de opor este estruturalismo ao *funcionalismo* (representado por Martinet e Jakobson), e do mesmo modo confrontar a escola estruturalista americana com a escola estruturalista europeia. Mas a vantagem dessa oposição não desapareceria se a ligação entre todos os autores americanos citados fosse posta em relevo pela sua inclusão num único capítulo.

É muito mais evidente a relação destas várias orientações entre si do que a razão que levou a integrar, num capítulo dedicado à linguística essencialmente formalista, uma exposição desenvolvida sobre o problema do *significado*, que visivelmente está metida «à força» entre as generalidades relativas à apreensão de *constituintes imediatos* e a exemplificação de aspectos de *morfémica* e *fonémica*. O tratamento da *semântica* (em sentido restrito) estaria mais bem integrado num capítulo sobre as investigações mais recentes da escola francesa, a qual tem realizado tentativas muito válidas para a consideração estrutural do significado⁽¹²⁾. É de resto uma lacuna sensível no livro de Lepschy a inexistência de uma apreciação mais circunstanciada das obras de gramática e *semântica* estrutural de linguistas franceses como Greimas, Dubois, Pottier, obras decorrentes em parte de aspectos diversos da criação fecunda de Gustave Guillaume — cujo lugar nos trabalhos de linguística publicados em língua francesa tem vindo, nos últimos anos, a adquirir progressivamente maior relevo⁽¹³⁾.

A *gramática transformacional* é apresentada no penúltimo capítulo do livro de forma simples, acessível e lúcida, o que nem sempre se consegue dada a complexidade do tema⁽¹⁴⁾.

Com este capítulo termina a análise das várias correntes de linguística estrutural. O que se segue é um apêndice dedicado à linguística matemática e, como apêndice, considerado num nível diverso das outras exposições. É difícil de compreender que depois da seguinte afirmação: «Dans ce chapitre nous aborderons rapidement un courant de pensée désigné par le terme de «linguistique mathématique» ou «computationnelle» et sous cette étiquette détaché (à tort, selon moi) du reste de la linguistique» o autor colabore nessa mesma separação tratando o assunto numa parte por assim dizer marginal do seu livro. O leitor tem tendência para considerar como secundária uma orientação que lhe é apresentada num nível diferente de todas as outras. E, no entanto, os caracteres estatísticos do vocabulário, aplicados quer no plano da expressão quer no do conjunto, têm auxiliado a resolver problemas e a interpretar aspectos que se consideravam insolúveis qualquer que fosse o tipo de análise a que fossem submetidos⁽¹⁵⁾.

(12) Dentro deste subcapítulo sobre *semântica* lexical caberia também uma referência aos trabalhos de Trier (não mencionado por Lepschy) que de certo modo dão uma visão estrutural do léxico, e à aplicação da lógica simbólica ao domínio do significado na linguagem, aplicação que se relaciona com os trabalhos do círculo de Viena e, mais modernamente, com a própria gramática transformacional.

(13) Ver a este respeito o n.º 7 da revista *Langages* (Setembro de 1967) consagrada à «Linguística francesa, teorias gramaticais».

(14) Cite-se a propósito o obscuro capítulo que trata da gramática generativa em *La linguistique* — guide alphabétique, publicado sob a direcção de André Martinet, Paris, 1969.

(15) Ver sobre este assunto o artigo de Charles Muller, «Mesure de la richesse lexicale», in *Travaux de Linguistique et Littérature* (Strasbourg), VI, 1, 1968, pgs. 73-84.

Não devemos esquecer que foi a heurística dos problemas levantados pela tradução automática (cf. com «linguística computacional») que impulsionou o desenvolvimento da gramática transformacional.

MARIA HELENA MIRA MATEUS

Muhammad Ahmad Mazhar, Arabic, the source of all the language. Lahore, 1963, X + 312 págs.

O Autor do presente trabalho, investigador, poeta e advogado, mostra-se totalmente impreparado para estudos com carácter científico.

Cuidávamos que iríamos encontrar aqui um defensor (evidentemente um defensor transviado e unilateral) da tese segundo a qual as línguas semíticas e as línguas indo-europeias têm uma origem comum. Mas, como a referida tese lhe era imprestável, vá de apresentar séries de vocábulo e raízes emparelhadas segundo o seu critério. Naturalmente apresentar ligações (?) do Árabe com o Inglês, Francês, Alemão, Espanhol, Latim, Italiano, Grego, Russo, Persa, raízes arianas, Sânscrito, Hindi, e Chinês (!!!) é muito mais fortemente probatório... Apresentando analogias (mercê de arranjos arbitrários, muitas vezes) entre o Árabe e aquela série de línguas, salta à vista (só à vista...) um basto feixe de argumentos para a sua tese... E assim, muito advocacionalmente, se elimina aquela discutível tese da unidade de origem de línguas semíticas e indo-europeias que apenas verifica ou pretende verificar uma relação de parentesco, sem estabelecer qualquer hierarquia ou linhagem.

Para quem saiba quanto, em países arabófonos e muçulmanos, a língua árabe, a língua da revelação corânica, é objecto de quase veneração (são constantes na imprensa desses países os artigos que exaltam as suas belezas e as suas riquezas...), um livro como este não causará qualquer espécie de surpresa: é, enfim, o produto de determinado meio.

PEDRO CUNHA SERRA

Sebastião Martins dos Reis — Livro da fazenda da mesa episcopal do bispo de Évora. Separ. do Boletim da Junta Distrital de Évora — n.º 6. Évora, 1967, IV + 82 págs.

Eis-nos perante um trabalho realmente estimável, não obstante um ou outro senão que hajamos de notar. O A., que enfileira decididamente na falange dos estudiosos eborenses, publica um documento cheio de interesse, tanto para o filólogo como para o historiador.

Numa desenvolvida introdução (págs. 3-15), o A. busca, e bem, dar-nos uma ideia do alcance do documento. Seguidamente (págs. 17-77) reproduz o documento, acompanhado de notas no rodapé da página. Finalmente vêm os índices, sendo justo chamar a atenção para o de *vocabulário mais raro* (págs. 79-80) que tem disposição lexicográfica.

É evidente que a publicação de documentos desta natureza e desta época põe sempre problemas cuja solução imediata pode não ocorrer. Mas o cuidado primeiro de quem faz edição de documentos é o rigor na transcrição, o qual, porém, não dispensa a crítica. Assim, por exemplo, em pág. 59, o A. leu *aor Outom da casa*, acrescentando em nota: *aor: termo certamente derivado de «ad ora» ou «ad oram», e com o mesmo sentido preposicional, literal, de: junto de, ao pé de!... (¹).* Não podemos deixar de reconhecer que é o A. bem dotado em coragem de afirmar. Mas, se tivesse reparado noutras verbas que podemos ler na mesma página, evitaria talvez afirmações tão ousadas. Abaixo lê-se: *sorbre (sic) ha casa do priol* (na forma assinalada com *sic* o A. entendeu muito justamente ser o *r* puramente parasita); se tem conjugado os dados desta verba com os de outra verba que consta na mesma página (*a Ossya de sancta maria ha hua adegua, = à (junto de a) ousia de Santa Maria há ãa adega*), teria concluído que a verba primeiro mencionada quer dizer *ao (junto de o) outão da casa*: isto é, teria escrito *aor (sic)*, como escreveu *sorbre (sic)*.

Nas anotações ao documento pode haver, mais que inexactidões, uma ou outra insuficiência de informação. Ajuntamos algumas observações:

pág. 23: A respeito de *adema* são de reter os elementos carregados por Joaquim da Silveira (*Rev. Lusitana*, vol. 35.º, pág. 96-97).

p. 47: *cambrano*: cremos deverá tratar-se de uma grafia defectiva por *çambrano* (= *zambrano* ou *zamorano*). Escuso de lembrar ao A. que na onomástica alentejana aparece esta forma.

pág. 48: *feuer (sic) aguda* é evidentemente uma alcunha pessoal que se nos afigura equivalente a *febre aguda*.

pág. 54: *fauacho* é alcunha derivada de *fava* com o sufixo depreciativo *-acho* (cfr. os apelidos-alcunhas portugueses *Calvacho*, *Corvacho*, *Negracho*, etc.).

Estimar-se-ia também um pouco mais de sobriedade nas notas. Mas tudo isto são pequenas coisas que em nada diminuem o mérito da publicação.

PEDRO CUNHA SERRA

(¹) A exclamação e as reticências são do Autor.

Sorin Stati—Gh. Bulgăr, *Analize sintactice și stilistice*, Editură Didactică și Pedagogică, București, 1970.

Trata-se de um denso volume de 295 págs., constituído por dois estudos independentes (150 + 145 págs.). O primeiro deles intitula-se *Análise elementar das estruturas sintácticas* (*Analiza elementară a structurilor sintactice*), da autoria de Sorin Stati; o segundo, *Problemas e análises estilísticas* (*Probleme și analize stilistice*), de Gheorghe Bulgăr.

O primeiro destes estudos insere-se de uma forma definida dentro das coordenadas da orientação estruturalista aplicada à sintaxe da língua romena. Não obstante a feição incipiente de tal tipo de análise, afigura-se-nos que o Autor avança com segurança dentro dos domínios da análise estrutural; em não poucos aspectos, a sua obra abre caminhos e, sobretudo, faz propostas de soluções.

Começa o A., na breve introdução que precede o estudo, por marcar definitivamente uma posição que, a muitos títulos, nos parece válida: a perspectiva de uma investigação de tipo estruturalista não constitui, de modo algum, uma contradição ou uma contestação visando anular os resultados da análise de tipo tradicional. Aqui nos parece que o A. contribui de uma forma positiva para o desvanecimento de grande número de preconceitos que até agora têm oposto as duas atitudes, considerando que o estruturalismo exclui e anula a gramática tradicional. Segundo ele, pelo contrário, as duas posições convergem para uma elucidação de problemas; ambas se completam, e a análise estruturalista assume, em relação à análise usual, um valor complementar. Não se trata, pois, de negar as tradições gramaticais; de impor violentamente uma terminologia inteiramente nova, capaz de criar resistências e oposições dificilmente ultrapassáveis. Pelo contrário, tentar-se-á aproveitar o que, da gramática tradicional, se puder aplicar aos novos métodos, completando lacunas, elucidando dúvidas, corrigindo imperfeições.

Propõe-se, pois, elaborar uma descrição sintáctica — num plano exclusivamente sincrónico — a partir da noção básica de *enunciado*, quer como estrutura de proposição, quer de frase. Considera ainda a *palavra* quer como unidade lexical, quer como unidade sintáctica, e introduz a noção de *valência* ou *valor* que diz respeito às possibilidades diferentes de combinação de uma palavra com outra no interior da proposição. Estuda, seguidamente, as relações sintácticas entre as diferentes proposições na frase (subordinação, coordenação, relação predicativa e relação aposicional), bem como os termos das relações sintácticas adentro da proposição.

Através de exemplificações colhidas da língua romena actual e corrente, o A. começa, pois, por efectuar a primeira operação de análise: a divisão do texto em enunciados delimitados, definidos pelo facto de *conterem uma comunicação ou mensagem completa*. Vem depois a proposição, como unidade mais curta, dentro do enunciado, *grupo de palavras organizado em torno de um predicado*, a qual se opõe ao *enunciado não-proposicional*, que não contém predicado, verbal ou nominal.

A palavra como unidade lexical e sintáctica é estudada a seguir, num capítulo enriquecido por numerosos esquemas tendentes a mostrar as equivalências e a

colocar a análise sintáctica num plano de generalização capaz de definir uma estrutura, e fornecer, portanto, um modelo, segundo um esquema simples:

$$R \leftarrow S$$

ou segundo um mais complicado:

$$R_1 \leftarrow (R_2 \leftarrow S)$$

A coordenação das unidades lexicais no interior da proposição é expressa segundo o seguinte tipo de esquema, sendo K o elemento de coordenação:

$$C_1 KC_2$$

Esse esquema pode, contudo, apresentar maior amplitude:

$$C_1 + C_2 + C_3 + \dots C_n$$

e poderá aplicar-se às relações entre as diferentes proposições, nas quais se distingue: a *relação binária*, a *regência*, a *concordância*, a *coordenação*, etc., em que se propõe nova terminologia, mas se utiliza, sempre que possível e sem relutância alguma, a terminologia tradicional quando esta se adapta e corresponde aos conceitos da interpretação estruturalista.

O estudo completa-se com uma larga análise da sintaxe da frase, das proposições subordinadas e da sinonímia e homonímia sintácticas.

*

A segunda parte do volume oferece-nos um estudo estilístico em que o comentário analítico de vários textos literários romenos (Miron Costin, I. Neculce, Samuil Micu, Gh. Șincai, Dinicu Golescu, Heliade Rădulescu, N. Bălcescu, V. Alecsandri, T. Maiorescu, M. Eminescu, I. Creangă, N. Iorga, M. Sadoveanu, L. Blaga, etc.), é precedido de uma lúcida introdução em que se definem os valores afectivos da linguagem literária, se distingue estilo de estilística, sentido lógico de figurado e metafórico, e por fim se analisam os recursos expressivos da linguagem e as estratificações estilísticas da língua.

Trata-se, pois, de um volume de largas perspectivas e amplas sugestões, de que haverá que lamentar o facto de, por ser escrito numa língua entre nós de escassa circulação, não poder ser acessível a um maior número de leitores.

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

ТОЧОХИ - FASCÍCULO 3/4

1973

SOBRE A FORMAÇÃO DE PALAVRAS COM PREFIXOS EM PORTUGUÊS ACTUAL *

(Continuação)

LI CHING
(LISBOA)

9. Prefixo de assentimento

Pro-

A florescência de emprego do prefixo *pró-* nos nossos dias é talvez devida às lutas ideológicas do mundo política, militar e economicamente dividido. *Pró-* é positivo ao contrário de *anti-* e mostra o seu sentimento de simpatia, de favor a uma pessoa, a uma nação ou a uma organização qualquer. *Pró-*, fora da sua ideia de sentimento de simpatia, encontra, de vez em quando, o seu significado original e traduz a ideia de «substituição», «em vez de» (por ex. *pró-sede*, *pró-prefeito*, *pró-vigário-geral*, etc.). As formações com *pró-* têm sido até hoje pouco inventariadas.

Pró- + nome próprio: *pró-Bobby* (¹⁹⁵) ou *pró-Kennedy* (¹⁹⁹) em favor do senador Robert Kennedy), *pró-castrista* (em favor de, partidário do primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro), *pró-gaulista* (em favor do,

(*) É um grande prazer deixar aqui expressos os meus agradecimentos ao Sr. Prof. Doutor Victor Buescu que leu o manuscrito e à minha aluna Ilda Carreira Dias que colaborou na revisão das provas.

(¹⁹⁸) Declarações *pró-Bobby* VM. N.º 1504. 5-4-68).

(¹⁹⁹) Um espectáculo de gala *pró-Kennedy* (VM. N.º 1509. 10-5-68).

partidário do presidente da França, general De Gaulle), *pró-Johnson* ⁽⁵⁰⁰⁾ (em favor do presidente Lyndon B. Johnson dos E. U. A.), *pró-Mac Carthy* ⁽⁵⁰¹⁾ (em favor do senador Eugene Mac Carthy da América do Norte), «*pró-Mao*» ⁽⁵⁰²⁾ em favor do presidente Mao Tse-Tung, da China), *pró-maoísta* ⁽⁵⁰³⁾, *pró-marxista* ⁽⁵⁰⁴⁾, *pró-Nasser*, *pró-nasseriano* ⁽⁵⁰⁵⁾ (em favor do, partidário do presidente Gamal Abdel Nasser da R. A. U.), *pró-Rockefeller* ⁽⁵⁰⁶⁾ (em favor do governador de Nova York Nelson Rockefeller da América do Norte), *pró-Suharto* ⁽⁵⁰⁷⁾ (em favor do presidente Suharto da Indonésia), *pró-Sukarno* ⁽⁵⁰⁸⁾ (em favor do ex-presidente Sukarno da Indonésia), *pró-Tao Chu* ⁽⁵⁰⁹⁾ (em favor do estadista chinês Tão Chu), *pró-trotskista* ⁽⁵¹⁰⁾ (em favor do, partidário de Leiba Bronstein, chamado Lev Davidovich Trotsky);

Pró- + nome geográfico: *pró-alemão*, *pró-Alentejo*, *pró-americanismo* ⁽⁵¹¹⁾ (admiração exagerada pelas coisas dos Estados Unidos da América), *pró-árabe*, *pró-asiático* ⁽⁵¹²⁾, *pró-Atlântico* (em favor do pacto militar da N.A.T.O.), *pró-China*, *pró-chinês*, *pró-egípcio*, *pró-Estados-Unidos*, *pró-europeu*, *pró-Évora*, *pró-francês*, *pró-inglês*, *pró-israelita*, *pró-moscovita* ⁽⁵¹³⁾, *pró-ocidental*, *pró-Occidente* ⁽⁵¹⁴⁾ (aquele que tem

⁽⁵⁰⁰⁾ Oito membros de uma lista *pró-Johnson* desejavam dar a preferência a Bobby, mas a lei estadual não o permitia (VM. N.º 1504. 5-4-68).

⁽⁵⁰¹⁾ Um produtor *pró-Mac Carthy* (LD. 11-2-67).

⁽⁵⁰²⁾ No entanto, a estação radiofónica precisa que as forças «*pró-Mao*» controlem todas as estações de Rádio, jornais e revista hostis a Mao Tsé-Tung (PJ. 23-1-67).

⁽⁵⁰³⁾ Os elementos *pró-maoístas* (PJ. 31-1-67).

⁽⁵⁰⁴⁾ Uma revista *pró-marxista* (DN. 15-11-66).

⁽⁵⁰⁵⁾ Os elementos republicanos *pró-nasserianos* (DN. 3-6-67).

⁽⁵⁰⁶⁾ A simpatia *pró-Rockefeller* (C. 22-3-68).

⁽⁵⁰⁷⁾ O Parlamento vai anunciar o aumento do número dos seus lugares com a admissão de mais 108 elementos *pró-Suharto* (PJ. 13-1-67).

⁽⁵⁰⁸⁾ Em Novembro de 1966, um golpe de estado *pró-Sukarno* era descoberto (DN. 28-3-68).

⁽⁵⁰⁹⁾ Assim, ao mesmo tempo que pedem auxílio, os jornais de parede denunciavam as actividades dos grupos *pró-Tao Chu* (S. 9-1-67).

⁽⁵¹⁰⁾ As simpatias *pró-trotskistas* (DL. 3-2-68).

⁽⁵¹¹⁾ Considerando o forte *pró-americanismo* de Sato no passado (VM. N.º 1500. 8-3-68).

⁽⁵¹²⁾ Dado, porém, o seu pensamento reconhecidamente *pró-asiático*, a nova orientação será provavelmente a de estreitar os laços de amizade (DP. 23-12-66).

⁽⁵¹³⁾ Ainda de acordo com as mesmas fontes, há diferenças de táctica entre comunistas, *pró-moscovitas* e *pró-pequineses* (DM. 22-9-66).

simpatia pelas coisas do Bloco ocidental), *pró-Pequim* ⁽⁵¹⁵⁾, *pró-pequense*, *pró-português*, *pró-russo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pró-soviético* (reg. em Caldas Aulete, falta em Moraes Silva), *pró-União Soviética* ⁽⁵¹⁶⁾, *pró-Vietnamiano* ⁽⁵¹⁷⁾;

pró- + substantivo: *pró-arma*, *pró-Arte*, *pró-Associação* ⁽⁵¹⁸⁾, *pró-Construção* ⁽⁵¹⁹⁾, *pró-copo* ⁽⁵²⁰⁾, *pró-defesa* ⁽⁵²¹⁾, *pró-educação* ⁽⁵²²⁾, *pró-garrafa* ⁽⁵²³⁾, *pró-independência* ⁽⁵²⁴⁾, *pró-infância* ⁽⁵²⁵⁾, *pró-lágrimas* ⁽⁵²⁶⁾, *pró-Nação* ⁽⁵²⁷⁾, *pró-Paz* ⁽⁵²⁸⁾, *pró-quadro*, *pró-regresso* ⁽⁵²⁹⁾, *pró-Teatro*;

⁽⁵¹⁴⁾ Nos casos pan-africanos olha aos seus interesses, e nos externos, segue as linhas *pró-Occidente* e *anticomunistas* (VM. N.º 1500. 8-3-68).

⁽⁵¹⁵⁾ O sr. Luigi Longo ainda não conseguiu harmonizar as facções *pró-Moscovo* e *pró-Pequim* (DN. 25-5-68).

⁽⁵¹⁶⁾ A tendência esquerdista *pró-União Soviética* (VM. N.º 1464. 30-6-67).

⁽⁵¹⁷⁾ Declarando que eles *pró-maoistas* e *pró-vietnamianos* (DN. 30-1-68).

⁽⁵¹⁸⁾ A comissão *Pró-Associação dos Estudantes* (DN. 3-12-67).

⁽⁵¹⁹⁾ A Comissão *Pró-Construção* da Praça de Touros de Cascais (DP. 14-4-67).

⁽⁵²⁰⁾ É *pró-copos* e *pró-garrafas*. De «whisky». Não é que goste de beber (DP. 1-3-68).

⁽⁵²¹⁾ Ulbricht afirmou que se trata, não de uma agressão, mas sim duma acção *pró-defesa* da paz (DP. 15-10-66).

⁽⁵²²⁾ Mas apesar de todas as actividades *pró-educação*, as nações estão longe de ter mobilizado todos os seus recursos contra a ignorância (C. 2-5-68).

⁽⁵²³⁾ Ver nota (520).

⁽⁵²⁴⁾ Em Djibuti, os observadores são de opinião de que a República da Somália continuará a apoiar activamente os elementos *pró-independência* da Somália Francesa (DN. 22-3-67).

⁽⁵²⁵⁾ Referiu-se à aprovação da «Declaração dos Direitos da Criança» e à importância que assume no mundo contemporâneo a política *pró-infância* (DL. 19-3-68).

⁽⁵²⁶⁾ Sim, A balofo «Dr. Kildare» segue de vento em popa na sua campanha mundial *pró-lágrimas* (DL. 20-1-68).

⁽⁵²⁷⁾ «Em vez de nação»; não se deve confundir com *pronação*, derivado do verbo latino *pronaire*, que é um termo fisiológico e significa: rotação para diante do bordo externo da mão. Não se usa com hífen.

⁽⁵²⁸⁾ Contra o Racismo, o Anti-semitismo e *Pró-Paz* (S. 26-5-66).

⁽⁵²⁹⁾ Pois as negociações *pró-regresso* ao trabalho podem arrastar-se (DN. 10-6-68).

⁽⁵³⁰⁾ Onde desempenhou cargos directivos, sustentando sempre as suas concepções *pró-anarquistas* (DN. 18-11-66).

pró- + adjetivo: *pró-anarquista* ⁽⁵³⁰⁾, *pró-colonialista* ⁽⁵³¹⁾, *pró-comunista* ⁽⁵³²⁾, «*pró-conservador*» ⁽⁵³³⁾, *pró-esquerdista* ⁽⁵³⁴⁾, *pró-governamental*, *pró-nacionalista* ⁽⁵³⁵⁾, *pró-negro* ⁽⁵³⁶⁾, *pró-trabalhista* (aquele que tem simpatia pelo Partido Socialista, na Inglaterra), *pró-turista*;

pró- + abreviatura: *pró-E. U. A.* (*pró-* + Estados Unidos da América), *pró-F. L. N.* ⁽⁵³⁷⁾ (*pró-* + Frente da Libertação Nacional), *pró-N. A. T. O.* ⁽⁵³⁸⁾ (*pró* + North Atlantic Treaty Organisation), *pró-nazi* ⁽⁵³⁹⁾, *pró-«Vietcong»* ⁽⁵⁴⁰⁾ (*pró-* + *Viet-nam cong-xang* = comunista vietnamiano), *pró-R. A. U.* (*pró-* + República Árabe Unida).

Além disso, *pró* pode ser usado substantivamente com o sentido de personificação, por ex., na frase seguinte «(...), quando o chanceler Erhard pesar os *prós* e os contras sobre se Von Hassel poderá manter a sua pasta, tão discutida, aliás, no seu próprio gabinete...» (DP. 24.8.66).

10. Prefixo «de sócio»

Co-

O prefixo *co-*, derivado do latim *cum* ⁽⁵⁴¹⁾ exprime a ideia de sócio. Antigamente *co-* era «inseparável em vozes simples» ⁽⁵⁴²⁾ e hoje tem

⁽⁵³¹⁾ Os Neozelandeses e os Australianos estão longe de possuir uma tradição *pró-colonialista* (DN. 27-10-66).

⁽⁵³²⁾ O presidente Sukarno nomeou para o novo gabinete catorze ministros *pró-comunistas* (DN. 26-2-66).

⁽⁵³³⁾ Pensa-se a maior parte destes votantes pretenderiam cortar o caminho ao senador Kennedy, e pronunciar-se-iam, portanto, a favor do democrático «*pró-conservador*» (DN. 5-5-68).

⁽⁵³⁴⁾ Na medida em que abrange de uma ala *pró-esquerdista* (DN. 2-7-68).

⁽⁵³⁵⁾ Um jornal *pró-nacionalista* (DP. 21-1-67).

⁽⁵³⁶⁾ Carmichael defende-se, explicando: «O Poder é *pró-negro*, não anti-branco» (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽⁵³⁷⁾ Acção *pró-F. N. L.* (DN. 27-5-68).

⁽⁵³⁸⁾ «Oficial fiel, muito *pró-N. A. T. O.*, nada tipo Nasser, sempre combateu pela pátria, o que nunca fez Andreas Papandreu» (DN. 25-4-67).

⁽⁵³⁹⁾ E a Síria ficou submetida ao Governo *pró-nazi* de Vichy (DP. 19-12-67).

⁽⁵⁴⁰⁾ O jornal liberal «Dagens Nyheter» imprimiu recentemente, um artigo de um escritor *pró-«vietcong»* (DL. 16-11-66).

⁽⁵⁴¹⁾ Ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. 6), pág. 966.

⁽⁵⁴²⁾ Ver *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (Vol. 13), pág. 1010.

a sua vida quase autónoma e é capaz de se formar independentemente. Os compostos com *co-* foram pouco dicionarizados. Segundo o sentido de hoje, *co-* tem, na maioria das novas formações, a significação de sócio, de comunidade e aparece quase só em formas substantivas e designações pessoais.

Co- + substantivo: *co-argumentista* (aquele que argumenta juntamente com outrem), *co-decisão* (decisão que deve ser tomada juntamente com outrem), *co-detido*, *co-directora* ⁽⁵⁴³⁾ (aquela que dirige, juntamente com outrém, estabelecimento ou empresa), *co-dirigente* ⁽⁵⁴⁴⁾, *co-dona*, *co-edição*, *co-empresa*, *co-editor*, *co-fundadora*, *co-governante* ⁽⁵⁴⁵⁾, *co-piloto* ⁽⁵⁴⁶⁾, *co-protagonista* ⁽⁵⁴⁷⁾, *co-realizador*, *co-responsabilidade* (responsabilidade deve ser tomada juntamente com outrém), *co-secretário-geral* ⁽⁵⁴⁸⁾ *co-utente*;

co- + adjectivo: *coaxial*, *co-contratante*, *co-usufrutário*;

co- + verbo: *co-determinar*, *co-habitar* (viver em comum, reg. err. Moraes Silva e em Caldas Aulete, sem hífen).

11. Prefixo iterativo

Re-

No latim já havia esta forma *re-* e o seu emprego foi muito frequente. *Re-*, que tem um valor sensível, serviu primeiramente para indicar repetição, intensidade, reciprocidade, oposição, resistência, acção

⁽⁵⁴³⁾ Madeleine Renaud é *co-directora*, com seu marido, Jean Louis Barrault, do Teatro de França (Odeon) (DN. 23-5-68).

⁽⁵⁴⁴⁾ O industrial Martin Stone, *co-dirigente* da propaganda de McCarthy na Califórnia, emitiu a seguinte opinião a este respeito (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽⁵⁴⁵⁾ O presidente é *co-governante* de Andorra (DL. 21-10-67).

⁽⁵⁴⁶⁾ A Polícia suspeita que tenha sido uma luta a bordo, envolvendo, pelo menos, o *co-piloto* e um passageiro (DN. 3-2-66).

⁽⁵⁴⁷⁾ Sidney Poitier apresentou à Imprensa a *co-protagonista* do seu próximo filme (DP. 24-9-67).

⁽⁵⁴⁸⁾ O seu presidente, Pietro Nenni, desempenha o papel de conciliador entre os dois *co-secretários-gerais*, Francesco De Martino, antigo P. S. I., e Mario Tanassi, antigo P. S. D. I. (VM. N.º 1527. 13-9-68).

retroactiva, restabelecimento de um estado passado; finalmente, serviu também para dar mais força à palavra a que se liga ⁽⁵⁴⁹⁾. Hoje parece que *re-* tem na maior parte das novas criações o valor de repetição e de acção retroactiva de um estado passado (por ex. *reunificação*, *recolonização*, etc.) em que se tenta evitar a perífrase «de novo», «outra vez».

No que respeita à história deste prefixo, merece ser citado o seguinte texto de Said Ali: «O mesmo sentido tem o prefixo no parassintético *remoçar*, «ficar outra vez moço». A ideia que prevalece no espírito, ao criarem-se tais verbos, é a de volta, com vigor novo, ao ponto inicial de acção, que com o tempo se enfraqueceram, alteraram ou desfizeram. Se imaginamos que a acção primitiva não tem perdido, antes aumenta a sua energia, então o prefixo *re-* indica o contra-movimento acompanhando de esforço com o fim de paralisar ou inutilizar aquela energia: *refluir*, *reagir*, *repugnar*.

Às vezes subsiste sòmente a ideia contraditória ou negativa, como em *reprovar*, em relação a *aprovar*. Outras vezes torna-se dominante a noção de acto repetido: *recortar*, *retalhar*. Em *resaudar* significa «retribuir a saudação».

Na linguagem cômica de Portugal encontramos *re-* com valor reforçativo em combinação com outras palavras além dos verbos: Isto é cama não de bem, mas de *rebem* (A. Prestes, 310) etc. ⁽⁵⁵⁰⁾.

Re- + substantivo: «*reagrupador*» ⁽⁵⁵¹⁾ (pessoa que formou de novo um grupo), *reagrupamento* ⁽⁵⁵²⁾, «*reajustamento*» (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *realinhamento*, *reapetrechamento*, *recapitulação*, *recauchutagem*, «*reconversão*» (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), «*redescoberta*» (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *reelaboração*, *re-ligação* (sem hífen, reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *reencarnacionismo* ⁽⁵⁵³⁾, *reenquadramento*, *reequipamento*, *rees-*

⁽⁵⁴⁹⁾ Sobre a história e o sentido deste *re-* pode-se ver: D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (RL. 3, pág. 183).

⁽⁵⁵⁰⁾ *Formação de palavra...* (ver Bibl.), págs. 28-29; J. Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 2, pág. 1858.

⁽⁵⁵¹⁾ De acordo com as mais recentes informações, a maioria dos actuais chefes do Sul são «*reagrupadores*» sulistas (VM. N.º 1506. 19-4-68).

⁽⁵⁵²⁾ As grandes perdas, no principio do ano, obrigando-as a concentrarem-se para reorganização; possível *reagrupamento* para uma ofensiva durante a próxima época da monção (DN. 15-5-66).

⁽⁵⁵³⁾ O primitivo *encarnacionismo* transforma-se em *reencarnacionismo*, de signo oriental (DN. 4-4-68).

truturação ⁽⁵⁵⁴⁾, *reexibição* ⁽⁵⁵⁵⁾, *reinspecção* ⁽⁵⁵⁶⁾, *reordenamento* ⁽⁵⁵⁷⁾, *reorientação* ⁽⁵⁵⁸⁾, *repacificação* ⁽⁵⁵⁹⁾, *revirginização*, *revitalização* (restituição de novo à vida), *reurbanização*, *reutilização* ⁽⁵⁶⁰⁾;

re- + adjectivo: «*recauchutado*» (neol. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *reclassificado*, *re-hidrante*;

re- + verbo: *redescobrir* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *reestruturar* ⁽⁵⁶¹⁾, *reinspeccionar* ⁽⁵⁶²⁾.

12. Prefixo de não-subordinação

Auto-

O progresso da técnica tornou *auto-* um prefixo em voga. Além do domínio técnico, *auto-* pode ser usado também noutros ramos. *Auto-* tem dois significados diferentes; um é o sentido geral «próprio», «por si mesmo», «de si mesmo», que veio do grego; outro é o sentido específico cuja origem era o composto de *auto* + *móvel*, de que tratamos no capítulo de pseudo-prefixos.

Auto- + substantivo: *auto-abastecimento* (abastecimento feito por si mesmo), *auto-afirmação*, *auto-ajuda* ⁽⁵⁶³⁾, *auto-análise*, *auto-aperfeiçoa-*

⁽⁵⁵⁴⁾ A actualização e *reestruturação* do ensino superior agrícola (DN 21-4-66).

⁽⁵⁵⁵⁾ A A. B. C. cancelou a sua planeada *reexibição* de um episódio da série «The Big Valley» (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁵⁵⁶⁾ E a reclassificação dos mancebos ou, como é mais conhecida, a *reinspecção* (VM. N.º 1483. 10-11-67).

⁽⁵⁵⁷⁾ É de assinalar o esforço despendido, mormente no povoamento rural, com o *reordenamento das populações* (DL. 23-4-68).

⁽⁵⁵⁸⁾ Outra transformação: a *reorientação* das ciências humanas (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁵⁵⁹⁾ Mau grado as promessas de *repacificação* (VM. N.º 1509. 10-5-68).

⁽⁵⁶⁰⁾ Em Inglaterra, a *reutilização* da água é aproximadamente de 40 por cento do consumo total (VM. N.º 1523. 16-8-68).

⁽⁵⁶¹⁾ Igualmente não se ignora que existe real desejo de *reestruturar* a economia latino-americana em bases mais sãs (DN. 27-1-66).

⁽⁵⁶²⁾ Não quer porém isto dizer que todos os isentos venham a ser *reinspeccionados* (VM. N.º 1483. 10-11-67).

⁽⁵⁶³⁾ Proporia ainda a aprovação de um programa «prudente» de auxílio ao estrangeiro, fundamentado no princípio de *auto-ajuda* (DN. 18-1-68).

mento, auto-aprendizagem ⁽⁵⁶⁴⁾, *auto-aprovisionamento* ⁽⁵⁶⁵⁾, *auto-aquecimento* ⁽⁵⁶⁶⁾, *auto-assistência*, «*auto-censura*» ⁽⁵⁶⁷⁾ (censura feita por si mesmo), *autocompaixão*, ⁽⁵⁶⁸⁾, *autocompensão* ⁽⁵⁶⁹⁾, *auto-confiança* ⁽⁵⁷⁰⁾, *auto-confissão*, *auto-construção*, *auto-consumo* ⁽⁵⁷¹⁾, *autocriticite* ⁽⁵⁷²⁾ (pessoa que tem a doença de se criticar exageradamente), *autodecepção*, «*autodefesa*» ⁽⁵⁷³⁾, *autodescarga*, *autodevegrição* ⁽⁵⁷⁴⁾, *autodescoberta* ⁽⁵⁷⁵⁾, *autodescontentamento* ⁽⁵⁷⁶⁾, *autodesenvolvimento* ⁽⁵⁷⁷⁾, *auto-desmistificação*, *autodestruição* ⁽⁵⁷⁸⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *autodidactismo autodisciplina* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *autodominio* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *auto-educação* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas

⁽⁵⁶⁴⁾ E aí realiza a sua *auto-aprendizagem* (DL. 26-10-67).

⁽⁵⁶⁵⁾ Finalmente, o essencial da negociação no capítulo agrícola andou em volta do grau do *auto-aprovisionamento* da Europa (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁵⁶⁶⁾ Felizmente que não passa de uma experiência imaginária, ilustrando a nova teoria de Vinogradov sobre *autoaquecimento* da atmosfera (C. 23-8-69).

⁽⁵⁶⁷⁾ Também não formam apenas Hollywood e a T. V. as únicas instituições a escolher um critério de «*auto censura*» (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁵⁶⁸⁾ O autor do «Times» encontrou nas cartas muito humor amargo, muito da pose de Hemingway e um pouco de *autocompaixão* (VM. N.º 1500 8-3-68).

⁽⁵⁶⁹⁾ Mas, em contrapartida, é equipado com uma câmara de *autocompensão* (S. 1-11-66).

⁽⁵⁷⁰⁾ Os argelinos comemoram hoje o quinto aniversário da sua independência, a seguir a um apelo do seu chefe para se aumentar a *auto-confiança* e poder material do país (R. 5-7-67).

⁽⁵⁷¹⁾ A percentagem de *auto-consumo* (C. 2-5-68).

⁽⁵⁷²⁾ Porque, entretanto, enfermei de uma crise de esteticite aguda (ou de *autocriticite* aguda, não sei bem) (DN. 4-9-67).

⁽⁵⁷³⁾ Enfim, não deixa de ser inquietante a divisão do país segundo um sistema bastante denso de zonas demarcadas para a «*autodefesa*» (VM. N.º 1512. 31-5-68).

⁽⁵⁷⁴⁾ E no entanto Fellini não possui o gosto da *autodenegrição* (VM. N.º 1526. 6-9-68).

⁽⁵⁷⁵⁾ O «yogi» explica o seu método como uma técnica de «*autodescobertura*» que permite ao homem chegar às riquezas mais íntimas do seu ser (PJ. 19-1-68).

⁽⁵⁷⁶⁾ A raiz profunda do *autodescontentamento* é uma vontade fraca (VM. N.º 1502. 22-3-68).

⁽⁵⁷⁷⁾ A região de Lisboa, pelas possibilidades de *autodesenvolvimento* que comporta, é evocada como caso ímpar do turismo nacional (DN. 29-4-68).

⁽⁵⁷⁸⁾ Fumar constitui um bom exemplo de persistência, para satisfação de um hábito de *autodestruição* (C. 24-5-68).

Aulete), *auto-enxerto* ⁽⁵⁷⁹⁾, *auto-escuda*, *auto-esforço* ⁽⁵⁸⁰⁾, *autogerência*, *autogestão* ⁽⁵⁸¹⁾, «*autogolo*» ⁽⁵⁸²⁾ (golo feito na própria baliza), *auto-governança* «*autofinanciamento*» ⁽⁵⁸³⁾ (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *auto-identidade* ⁽⁵⁸⁴⁾, *auto-ilusão* ⁽⁵⁸⁵⁾, *auto-imolação* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *auto-imposto*, *auto-imunização* ⁽⁵⁸⁶⁾, *auto-investimento*, *auto-ironia* (na literatura: ironia feita de si próprio), *autometralhadora*, *autojustificação*, *automistificação*, *autonomização* ⁽⁵⁸⁷⁾, *autopilotagem* ⁽⁵⁸⁸⁾, *autopiloto* ⁽⁵⁸⁹⁾, *autopropa-*

⁽⁵⁷⁹⁾ A aplicação de hormonas alterava todo o sistema glandular da paciente; o *auto-enxerto*, a matéria plástica, não estavam a dar garantias necessárias a muitos cirurgiões (VM. N.º 1497. 16-2-68).

⁽⁵⁸⁰⁾ O decreto de 1966 acentua o *auto-esforço* das nações em vias de desenvolvimento (DP. 15-8-67).

⁽⁵⁸¹⁾ Pretende-se também, manifestamente, instituir o mais depressa possível um sistema de *autogestão* que decape as reivindicações políticas ((VM. N.º 1515. 21-6-68). Sobre a ideia geral desta palavra, ver (VM. N.º 1531. 11-10-68, pág. 32) com a seguinte definição: «A ideia da autogestão corresponde a uma recusa de um tal estado de coisas. A autogestão supõe e propõe uma sociedade descentralizada de homens autênticos e livres, onde as formas da democracia directa permitirão aos indivíduos, considerados como elementos responsáveis dos grupos personalizados, a que pertencem ou a que estão ligados, decidir por si próprios, das condições em que decorrerá a sua vida considerada de todos os ângulos possíveis».

⁽⁵⁸²⁾ Nesse «*auto-golo*», havia claramente, boa dose de auto-crítica (MD. 27-11-66).

⁽⁵⁸³⁾ Por último, o produto de «*Autofinanciamentos*» e «*Reembolsos especiais*» representa contrapartida directa de determinados encargos (DP. 28-12-67).

⁽⁵⁸⁴⁾ Ambas as dimensões se identificam com a *auto-relação* existencial de tal modo que a situação deixa de ser minha para ser eu mesmo *auto-identidade* de eu e situação (DN. 4-4-68).

⁽⁵⁸⁵⁾ No que respeita a Chamberlain, este estado de *auto-ilusão* extremamente perigoso durou até ao Verão de 1940 (DL. 7-10-67).

⁽⁵⁸⁶⁾ «Doenças por *auto-imunização*» (DN. 4-10-66).

⁽⁵⁸⁷⁾ Um deputado conservador por Glasgow declarou que a Escócia podia beneficiar com algumas medidas de *autonomização* (VM. N.º 1515. 21-6-68).

⁽⁵⁸⁸⁾ Segundo a N. A. S. A., produziu uma avaria no sistema de *autopilotagem* do foguetão «*Titã-22*» (DN. 10-11-66).

⁽⁵⁸⁹⁾ Trata-se de um elemento importante do *autopiloto* (DN. 10-11-66).

ganda ⁽⁵⁹⁰⁾, *auto-radiografia* ⁽⁵⁹¹⁾, «*autoreabilitação*» ⁽⁵⁹²⁾ (reabilitação feita por si mesmo), *auto-realização* ⁽⁵⁹³⁾, *auto-relação* ⁽⁵⁹⁴⁾, *auto-relaxamento* ⁽⁵⁹⁵⁾, *auto-renúncia*, «*auto-reportagem*» (reportagem sobre si mesmo), *autorresponsabilização* ⁽⁵⁹⁶⁾ (também com hífen sem r geminado): *auto-responsabilização* ⁽⁵⁹⁷⁾, *auto-sacrifício* ⁽⁵⁹⁸⁾, *auto-satisfação*, *auto-serviço* ⁽⁵⁹⁹⁾ (do ingl. *selfservice*), *auto-significação* ⁽⁶⁰⁰⁾, *auto-suficiência*, (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *auto-sustentação* ⁽⁶⁰¹⁾, *autoteoria* (acerca de estilo do escritor Guimarães Rosa que os críticos chamam «autoteoria do estilo»).

Auto- + adjectivo: *auto-adesivo*, *autodestruidor*, *auto-dispositivo*, «*autoelevador*» ⁽⁶⁰²⁾ (de ingl. *jack—up*), *auto-estabilizador* ⁽⁶⁰³⁾, *auto-imune*, *automedidor*, *autopunitivo* ⁽⁶⁰⁴⁾, *auto-suficiente*;

⁽⁵⁹⁰⁾ Espadinha traz na mão uns papéis, as «bombas» de relógio da sua *autopropaganda* (DL. 23-4-68).

⁽⁵⁹¹⁾ E deu relevo à contribuição trazida ao estudo dos processos fisiológicos pela microscopia electrónica e pela *auto-radiografia* de alta resolução (DL. 15-3-68).

⁽⁵⁹²⁾ Pediram-lhes que passassem apenas um a dois anos a modernizar a agricultura, parte da campanha de «*autoreabilitação*» (DL. 20-1-67).

⁽⁵⁹³⁾ São óptimos meios de *auto-realização* mas o pára-quedismo supera-os (DN. 30-8-68).

⁽⁵⁹⁴⁾ Ver nota (543).

⁽⁵⁹⁵⁾ O segredo do «relax» ou *auto-relaxamento* consiste em «afrouxar» o sistema nervoso do doente (DP. 31-10-67).

⁽⁵⁹⁶⁾ É vulgar a resistência da família à *autorresponsabilização* do indivíduo (DL. 29-12-66).

⁽⁵⁹⁷⁾ O desfecho a que se obriga não o deixa levar até ao fim as consequências dessa *auto-responsabilização* (VM. N.º 1502. 22-3-68).

⁽⁵⁹⁸⁾ «A escolha de Isabel: *auto-sacrifício* ou abdicação» (DN. 10-2-66).

⁽⁵⁹⁹⁾ Um restaurante de tipo *auto-serviço* (DN. 4-7-68).

⁽⁶⁰⁰⁾ As formas metálicas de José Rodrigues reclamam-se sem dúvida da *auto-significação* por não se apoiarem em modelos conhecidos do mundo préexistente (VM. N.º 1513. 7-6-68).

⁽⁶⁰¹⁾ Só concentrando os esforços financeiros e técnicos na criação de pólos de *auto-sustentação* será possível imprimir à bacia do Zambeze o ritmo de desenvolvimento conveniente (VM. N.º 1484. 17-11-67).

⁽⁶⁰²⁾ Uma plataforma do tipo «*autoelevadora*» (C. 13-6-68).

⁽⁶⁰³⁾ É exacto que o padrão-ouro, tal como os seus partidários o descrevem, é um sistema *auto-estabilizador* (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽⁶⁰⁴⁾ O sofrimento *autopunitivo* (DP. 20-2-68).

auto- + participio: *autocomandado*, *auto-convencido*, *autodeterminado*, *autogerido*, *autogovernado*, *auto-induzido*, *autopilotado*, *autoproclamado* ⁽⁶⁰⁵⁾, *autopropulsado*, *autopulsionado* ⁽⁶⁰⁶⁾;

auto- + -verbo: *auto-analisar-se*, *autodefender-se* ⁽⁶⁰⁷⁾, *auto-designar-se*, *auto-deslocar-se* ⁽⁶⁰⁸⁾, *autodeterminar-se* ⁽⁶⁰⁹⁾, *autoconsiderar-se* ⁽⁶¹⁰⁾, *autofinanciar-se*, *auto-governar-se* ⁽⁶¹¹⁾, *autonomizar-se* ⁽⁶¹²⁾;

auto + advérbio: *autônomicamente* ⁽⁶¹³⁾.

13. Prefixo de unidade

As formações com *pan-* expressam em geral a ideia de um conjunto. Acerca do seu uso na linguagem publicitária, diz Galliot que as formações com *pan-* são muito correntes, sobretudo no vocabulário da farmácia. Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6) pág. 966, temos as seguintes palavras: «*pan...*, elemento de composições que traduz as seguintes ideias:

1.º: que nada existe fora do que designa o segundo elemento de qualquer termo em que *pan* é o primeiro: *pancosmismo* (tudo é o Mundo);

2.º: que a ideia expressa pelo termo de que se trata é universal: *congresso panrusso* (de toda a Rússia). A meu ver, na linguagem política

⁽⁶⁰⁵⁾ A intensificação da guerra no Vietname tem desviado as atenções mundiais do conflito civil que lavra na Nigéria, entre o Governo Federal e a *autoproclamada* Biafra (DP. 1-3-68).

⁽⁶⁰⁶⁾ 360 granadas B-40 *autopropulsionadas* (DN. 15-2-68).

⁽⁶⁰⁷⁾ O próprio Raul Leal, que se *autoconsiderava* sebastianicamente, é mítico (DN. 4-4-68).

⁽⁶⁰⁸⁾ E em que as populações instruídas e suficientemente armadas possam *autodefender-se* (DL. 28-10-67).

⁽⁶⁰⁹⁾ «*Mcstro de la natureza*», assim se *autodesigna* Sena, usando uma palavra de Cervantes (DL. 26-9-68).

⁽⁶¹⁰⁾ Data em que um governador, Joseph Robert, se *autodeterminou*, proclamando a independência (DM. 8-1-68).

⁽⁶¹¹⁾ De certas populações africanas para se *autogovernarem* (DP. 1-3-68).

⁽⁶¹²⁾ A República da China, na verdade, logrado *automatizar-se* economicamente (DP. 20-9-66).

⁽⁶¹³⁾ (...), ou quando os colonizados podem viver *autonomicamente* (DN. 15-11-66).

este prefixo torna-se vivo graças aos movimentos de unidades políticas supranacionais da mesma ideologia, da mesma crença, do mesmo continente ou de um grupo de países com a mesma origem, raça e cultura destas últimas décadas.

Compostos com *pan-*: *pan-africanismo* ⁽⁶¹⁴⁾ (Doutrina que defende a união ou aliança política de todos os países da África. Cooperação das nações africanas entre si, em todos os assuntos de natureza política ou económica), *pan-africanista* ⁽⁶¹⁵⁾, *pan-africano* ⁽⁶¹⁶⁾, *pan-alemão* ⁽⁶¹⁷⁾, (relativa à unidade de toda a Alemanha, quer dizer da Alemanha Oriental e Ocidental), *pan-arabismo* ⁽⁶¹⁸⁾ (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pan-árabe* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pan-arábico* ⁽⁶¹⁹⁾ reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *pan-arabista* ⁽⁶²⁰⁾, *pan-europeu* ⁽⁶²¹⁾ (de *Pan-Europa*) ⁽⁶²²⁾, *Pan-Indiano* ⁽⁶²³⁾, *pan-soviético* ⁽⁶²⁴⁾, *panropicalidade*.

⁽⁶¹⁴⁾ «Profeta» do *pan-africanismo* marxista convicto, que se empenhou em fazer do Ghana o «estado-piloto» da África (DN. 25-2-66).

⁽⁶¹⁵⁾ O partido da oposição Basutoland Congress Party, de tendência *pan-africanista*, decidiu com efeito boicotar as cerimónias de 4 de Outubro (DM. 3-10-66).

⁽⁶¹⁶⁾ A «Meca» dos inumeráveis congressos *pan-africanos* (DN. 15-2-66).

⁽⁶¹⁷⁾ Como propõe o ministro dos assuntos *pan-alemães* (S. 13-12-67).

⁽⁶¹⁸⁾ Sobre a história deste termo, ver Morais Silva (Vol. 7), pág. 120: «*Pan-arabismo* — História tentativa de aproximação das nações árabes, ou melhor, muçulmanos, hoje expressa pela Liga Árabe, constituída a 3-III-1945, assinada pelos representantes do Egipto, de Arábia Saudita, Tranjordânia, Síria, Líbano, Iraque e Palestina».

⁽⁶¹⁹⁾ Quando esta ideia *pan-arábica* surgiu, esbarrou com o domínio imperialista ocidental da época (VM. N.º 1464. 30-6-67).

⁽⁶²⁰⁾ O movimento *pan-arabista* (VM. N.º 1464. 30-6-67).

⁽⁶²¹⁾ Ao mesmo tempo de Gaulle classificou como prematuro um pedido soviético para a realização de uma conferência *pan-europeia* (PJ. 23-6-66).

⁽⁶²²⁾ Sobre a história desta organização política, ver Morais Silva (Vol. 7), pág. 731: «Organização pacifista preconizada, sem êxito, depois de Versalhes, pelo conde Coudenhove-Halergi, refugiado na América do Norte onde trabalhou para a reunião, em 1943, de uma conferência».

⁽⁶²³⁾ O consul-geral norte-vietnamiano fez esta afirmação ao discursar numa reunião promovida pelo Conselho de Paz *Pan-Indiano* (DN. 11-2-68).

⁽⁶²⁴⁾ O organismo dirigente é o Praesidium do Conselho Central *Pan-Soviético dos Sindicatos* (VM. N.º 1525. 30-8-68).

14. Prefixo de «tendência retroactiva» e «de novo»

Neo-

Neo- encontra-se quase sempre no vocabulário político e filosófico e traduz em geral a ideia do novo e muitas vezes tem também a ideia da acção retroactiva de um estado passado (por-ex. *neocolonialismo*, *neonazismo* ⁽⁶²⁵⁾, etc).

Neo- + nome próprio: *neo-cartesianismo* ⁽⁶²⁶⁾, *neo-estalinismo* ⁽⁶²⁷⁾, *neogarretismo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *neofreudismo* ⁽⁶²⁸⁾, *neofreudiano* ⁽⁶²⁹⁾, *neogarrettista*, *Neo-Marxismo*, *neo-Nobre* ⁽⁶³⁰⁾, *neo-poujadista* ⁽⁶³¹⁾ (relativo aos partidários dos últimos tempos do antigo político francês, Pierre Poujade);

neo- + substantivo: *neo-academismo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *neo-barroquismo*, *néo-bicina*, *neoburguesia* ⁽⁶³²⁾, *neo-canadiano* (relativo ao imigrante estrangeiro que obteve recentemente a nacionalidade canadiana), *neo-capitalismo* ⁽⁶³³⁾ (doutrina que tende a introduzir as ideias modernas no capitalismo), *neo-colonialismo* ⁽⁶³⁴⁾, *neo-colonialista* ⁽⁶³⁵⁾ (relativo ao partidário de neocolonialismo), *neoco-*

⁽⁶²⁵⁾ Iniciativa britânica contra o «neonazismo alemão» (DP. 24-11-68).

⁽⁶²⁶⁾ Muito perto de um *neo-cartesianismo* iluminado pelas conquistas da ciência moderna (VM. N.º 1511. 24-5-68).

⁽⁶²⁷⁾ A agressão contra a Checoslováquia não é de molde a modificar a atitude de Brezhnev e Kosyguine: ela traduz, pelo contrário, um *neo-estalinismo* de mau augúrio (VM. N.º 1530. 4-10-68).

⁽⁶²⁸⁾ Ver nota (434).

⁽⁶²⁹⁾ E os *neofreudianos*, que na maior parte das vezes, de psicanalistas só têm o nome (VM. N.º 1519. 19-7-68).

⁽⁶³⁰⁾ Que Nobre! E o Egito Gonçalves, tão *neo-Nobre*? (DL. 3-10-68).

⁽⁶³¹⁾ De conduzir a uma assimilação demasiado fácil, que faria dos gaullistas os *neo-poujadistas* (DL. 27-1-68).

⁽⁶³²⁾ Todos os funcionários médios que constituem a *neoburguesia* sonham possuir um «Volga» ou um «Moskvitch» (C. 24-5-68).

⁽⁶³³⁾ Trouxe o capitalismo, depois o *neocapitalismo* (DL. 30-3-68).

⁽⁶³⁴⁾ Não apresenta nenhum traço de *neo-colonialismo* (DM. 18-1-67).

⁽⁶³⁵⁾ Mas Sucarno acrescentou rapidamente que apenas tinha responsabilidade, solidariamente, com a subversão dos imperialistas, colonialistas e *neo-colonialistas* (PJ. 12-1-67).

lonizador ⁽⁶³⁰⁾, *neo-Commonwelth* ⁽⁶³⁷⁾ (nova comunidade britânica), *neo-corporativismo* ⁽⁶³⁸⁾ (corporativismo moderno), *Neo-Destour* (movimento nacionalista, chefiado por Burguiba, presidente da Tunísia), *neo-expressionismo*, *neofascismo* ⁽⁶³⁹⁾, *neo-fascista* ⁽⁶⁴⁰⁾ partidário do Partido neo-fascista da Itália), *neo-figuração* ⁽⁶⁴¹⁾, *neo-isolacionismo* ⁽⁶⁴²⁾, *neo-liberalismo* ⁽⁶⁴³⁾, *neomodernismo* ⁽⁶⁴⁴⁾, *neo-realismo*, (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *neo-renascença*, *neo-revolucionarismo* ⁽⁶⁴⁵⁾, *neo-revisionismo*, (sistema político que tende introduzir de novo as ideias de revisão), *neo-«rock»* ⁽⁶⁴⁶⁾ (ingl. «new rock»), «*neo-romantismos*» ⁽⁶⁴⁷⁾;

neo- + adjetivo: *neo-africano* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *neo-budista*, (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete),

⁽⁶³⁰⁾ E onde o caos, a desordem e a intriga servem inconfessáveis designios de *neocolonizadores* encapotados que, felizmente, cada vez menos, vão fazer os incautos cair no logro (DN. 15-2-68).

⁽⁶³⁷⁾ Mas, através da Rodésia, é ela a principal visada pelo *neo-Commonwealth* (DN. 15-12-66).

⁽⁶³⁸⁾ Realmente, o corporativismo moderno ou *neo-corporativismo* constituiu, na sua origem imediata, um movimento de reacção contra a luta de classes (DM. 6-12-66).

⁽⁶³⁹⁾ A política nasseriana evoluiu para um *neofascismo* habilidoso que reprimia o comunismo no interior e lhe estendia a mão no exterior (VM. N.º 1464. 30-6-68).

⁽⁶⁴⁰⁾ A Polícia deteve cerca de 50 pessoas, incluindo 26 jovens *neo-fascistas* (DN. 25-1-67).

⁽⁶⁴¹⁾ Serviu a *neo-figuração*, em alguns casos, para solução de problemas visuais (DP. 14-12-67).

⁽⁶⁴²⁾ Que se recolheriam a um *neo-isolacionismo*, deixando praticamente o campo livre à evolução do continente asiático (DN. 1-5-68).

⁽⁶⁴³⁾ Acantonando-se sem êxito em fórmulas de *neo-liberalismo* ou de socialismo mais ou menos mitigado (DM. 6-12-66). Foi Alfred Marshall que criou o neoliberalismo, desenvolvido, depois, por Ludovic von Mises e Wilhelm Röpke, que morreu há poucos anos.

⁽⁶⁴⁴⁾ Assim é que Alceu Amoroso Lima chama de *neomodernismo* a esta última fase da literatura brasileira (DP. 27-6-68).

⁽⁶⁴⁵⁾ O *neo-revolucionarismo* aparece, nomeadamente (e entre outros) na teoria do crescimento económico elaborada por W.-W. Rostow (DL. 30-3-68).

⁽⁶⁴⁶⁾ O disco *neo-«rock»* dos Beatles desapareceu agora dos «top-ten» na Grã-Bretanha (DN. 5-5-68).

⁽⁶⁴⁷⁾ Esta palavra foi registada em Morais Silva, mas falta ainda em Caldas Aulete.

neo-capitalista, *neoconservador* ⁽⁶⁴⁸⁾, *neo-democrático*, *neofigurativo*, *neo-isolacionista* ⁽⁶⁴⁹⁾, *neo-logístico*, «*neo-nazi*» (relativo ao neonazismo cujo representante é o N. P. D. = National Partei Deutschland, chefiado por von Thadden), *neo-racionalista* ⁽⁶⁵⁰⁾, *neo-realista* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete).

15. Prefixo alusivo a «tendência falsificadora»

Pseudo-

As formações com *pseudo-* (gr. *ψευδής*) são muito vivas e encontram-se em todos os campos do vocabulário. A maioria destas novas criações emprega-se na forma de substantivo ou adjetivo substantivado e traduz o sentido de tendência falsificadora ou ideia de negação e além disso, por vezes, tem também uma ideia irónica e pejorativa. As criações verbais parecem não existir.

Pseudo- + substantivo: *pseudo-adversário* ⁽⁶⁵¹⁾, *pseudo-agente*, ⁽⁶⁵²⁾, *pseudo-amigo* ⁽⁶⁵³⁾, *pseudo-assaltante* ⁽⁶⁵⁴⁾, *pseudo-capacidade* ⁽⁶⁵⁵⁾, *pseudo-casamento*, *pseudo-católico*, *pseudo-chinês* ⁽⁶⁵⁶⁾, *pseudo-cientista* ⁽⁶⁵⁷⁾, *Pseudo-Cipriano*, *pseudo-Conselho Nacional*, *pseudo-cultura*,

⁽⁶⁴⁸⁾ Duas potências dominam o Mundo, uma Europa forte, com governos *neoconservadores* em França e na Alemanha Unida, e um Japão extremamente poderoso (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁶⁴⁹⁾ Os E. U. A. — no entender de McNamara — consistiria em o país se pôr a coberto do seu escudo nuclear, tornando-se *neo-isolacionistas* na «Fortaleza Americana» (VM. N.º 1497. 16-2-68).

⁽⁶⁵⁰⁾ Ousava eu nesse apanhado crítico chamar *neo-racionalistas* aos neo-realistas (DN. 10-11-66).

⁽⁶⁵¹⁾ Quando dois sócios se pegam, o que se diz atacado ameaça logo o *pseudo-adversário* com uma queixa à direcção (PJ. 12-11-66).

⁽⁶⁵²⁾ Os dois médicos entraram confiantes no automóvel dos *pseudo-agentes* (DN. 15-3-67).

⁽⁶⁵³⁾ De que são incapazes os *pseudo-amigos* (DP. 28-12-68).

⁽⁶⁵⁴⁾ E, assim, agarrou numa espingarda de pressão de ar e saiu no propósito de afugentar os *pseudo-assaltantes* (DP. 14-5-67).

⁽⁶⁵⁵⁾ Da *Pseudo-capacidade* dos pseudo-empresários (DL. 24-5-68).

⁽⁶⁵⁶⁾ Tio Sam (*pseudo-chinês*): O serviço é anunciado como «rapid» (DP. 9-11-66).

⁽⁶⁵⁷⁾ Muitos foram os *pseudo-cientistas* que afirmaram serem eles perigosos (DP. 15-8-67).

pseudo-demonstração ⁽⁶⁵⁸⁾, *pseudo-empresário*, *pseudo-estrela*, «*pseudo-estudante*» (que qualifica irônica e pejorativamente os estudantes da Alemanha Ocidental de cabelos demasiado compridos, bons para servir de heróis miseráveis de «faits divers», de fazer gelar o sangue a alemães honestos), *pseudo-exame*, *pseudo-fé*, *pseudo-ideologia* ⁽⁶⁵⁹⁾, *pseudo-igualdade* ⁽⁶⁶⁰⁾, *pseudo-império*, *pseudo-impaciência* ⁽⁶⁶¹⁾, *pseudo-industrial*, *pseudo-intelectualismo* ⁽⁶⁶²⁾, *pseudo-«pullmans»*, *pseudo-médico*, *pseudo-nacionalidade*, *pseudopapão*, *pseudo-peça*, *pseudopodo* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pseudopoeta* ⁽⁶⁶³⁾, *pseudoproblema* ⁽⁶⁶⁴⁾, *pseudo-realismo*, *pseudo-revolucionário impotente* (relativo irônica e a Sucarno, ex-presidente da Indonésia, pelo ministro da Informação da Indonésia).

Pseudo- + adjetivo: *pseudo-criterioso*, *pseudodemoníaco*, *pseudo-cultural*, *pseudo-estético* ⁽⁶⁶⁵⁾, *pseudo-folclórico*, *pseudo-histórico* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *pseudo-ingênuo*, *pseudo-intelectual*, *pseudo-libertino* ⁽⁶⁶⁶⁾, *pseudometafísico*, *pseudo-monumental* ⁽⁶⁶⁷⁾, *pseudo-original* ⁽⁶⁶⁸⁾, *pseudo-poético*, *pseudo-religioso*.

⁽⁶⁵⁸⁾ Metamos num parêntese a completa irresponsabilidade teórica e histórica que envolve a ousadia com que são ministradas essas *pseudo-demonstrações*... (VM. N.º 1496, 9-2-68).

⁽⁶⁵⁹⁾ Que visa a impor uma *pseudo-ideologia* (DN. 12-2-66).

⁽⁶⁶⁰⁾ Acabe-se com a *pseudo-igualdade* substituindo-a pela equidade (DN. 19-9-66).

⁽⁶⁶¹⁾ As *pseudo-impaciências* de imitação (DM. 14-1-67).

⁽⁶⁶²⁾ Tenho declarações a fazer sobre o meio teatral, desde o «Círculo-fechado-aos-talentos» ao «falso snobismo» e *pseudo-intelectualismo* de certos actores (DL. 23-4-68).

⁽⁶⁶³⁾ O que veio permitir que muitos *pseudopoetas* escamoteassem sua inércia (DN. 12-10-67).

⁽⁶⁶⁴⁾ Com sorriso displicente, bem poderá apelidar de *pseudoproblema* (PJ. 14-6-67).

⁽⁶⁶⁵⁾ Se o encenador não estragar tudo com as suas ideias *pseudo-estéticas* ou *pseudo-originais* (S. 1-11-66).

⁽⁶⁶⁶⁾ O aspecto *pseudo-libertino* (DL. 6-2-68).

⁽⁶⁶⁷⁾ Data do século passado e há quem sublinhe sem rodeios a sua concepção *pseudo-monumental* (DL. 31-5-68).

⁽⁶⁶⁸⁾ Ver nota (665).

16. Pseudo-prefixos

Acima de todos os pseudo-prefixos, é preciso notar em primeiro lugar o *mini-* e o *maxi-* que são os filhos simbólicos na nossa Era Espacial ou Era do plástico ⁽⁶⁶⁹⁾, em que as lutas ideológicas e interesses pessoais nacionais ou supranacionais para viver, para existir ou para dominar o mundo, são os factos maiores e causas capitais do desenvolvimento e progresso científico desde a Segunda Guerra Mundial. *Mini-* e *maxi-* nasceram, sem dúvida, numa época agitada, perturbada da guerra fria, da guerra quente ou mesmo da guerra limitada, mas também numa época de progressos de todas as ciências que o homem tem alcançado até hoje (cf. *superbombas*, *transplantação do coração*, *viagem espacial*, *periódico de plástico* ⁽⁶⁷⁰⁾ etc.), que os nossos avós nunca imaginaram. Destes progressos ficaram-nos exemplos vivos no vocabulário de todos os campos, sobretudo, no campo da ciência e da técnica, uma série de pseudo-prefixos como *aéro-*, *foto-*, *geo-*, *micro-*, *mono-*, *rádio-*, *tele-*, etc. que desempenham um papel muitíssimo importante nas novas formações. A maior parte destes pseudo-prefixos derivam da língua grega por volta do final do século XIX ou do princípio do século XX e devem a sua popularidade e vitalidade aos progressos das ciências e técnicas destes últimos anos. Este desenvolvimento não é naturalmente português, mas um fenómeno internacional que ocorre em todas as línguas europeias.

O terminus *-o-*, que é o eixo mais importante nesta série, é uma espécie do infixo da composição que se encontrou há muito tempo, sem dúvida nenhuma, nas formações adjectivas (cf. *luso-brasileiro*, *luso-espanhol*, etc.). Estes pseudo-prefixos em questão são ainda filhos bastardos, sem designações exactas. Foram chamados em B. Migliorini: «prefesoidi» ⁽⁶⁷¹⁾; em J. A. Palermo: «neoprefissi» ⁽⁶⁷²⁾ para o italiano; em M. Galliot: «préfixes symétriques» ⁽⁶⁷³⁾ para o francês.

⁽⁶⁶⁹⁾ Este último termo foi utilizado por J. Dias num artigo intitulado: *O folclore na era do plástico*, no jornal (DL, de 31-5-68).

⁽⁶⁷⁰⁾ Era o primeiro periódico em plástico, que pode ser lido mesmo no banho, intitulado: «Affari» em língua italiana.

⁽⁶⁷¹⁾ *Lingua contemporânea*, 3, pág. 80.

⁽⁶⁷²⁾ *Itálica* 24, págs. 356-58.

⁽⁶⁷³⁾ *Essai sur la langue de la réclame contemporaine*, pág. 285.

Mini-

Dentro dos pseudo-prefixos de hoje, *mini-* pode ser tratado à parte. O seu nascimento é mais recente e mais fecundo nas novas criações. Até hoje, encontrei quase duzentas palavras compostas com *mini-*. A sua florescência deve-se, sem dúvida, à publicidade da moda (cf. *mini-saia*) cujo poder de propagação é mais eficaz na linguagem de todos os dias e a frequência de emprego deste pseudo-prefixo *mini-* é o espelho da nossa sociedade moderna em que se deseja ter por um lado as «super-coisas» (cf. *super-bombas*, *super-sumo*, *supermisseis*, etc.) ou de serem os «supers» (cf. *supergoverno*, *super-espião*, *super-mulher*, *ultrapatriótico*, etc.) e por outro as coisas ultracómodas ou agradáveis de ver (cf. *mini-saia*, *mini-mini-saia* ⁽⁶⁷⁴⁾, *mini-micro-saia*, *mini-carro*, etc.). As formações com *mini-*, fóra do seu carácter de pequena dimensão, têm também sentido de valores diferentes que podem ser positivos ou negativos, irónicos ou menosprezados; tudo depende do uso, da circunstância (cf. *mini-estadista*, *mini-estado*, *mini-ideia*, *miniférias*, *mini-guerra fria*, *mini-professor*, *mini-tribunal*, etc.). Os neologismos com *mini-* prevalecem nas criações substantivas.

Compostos com *mini-*: *minibagagem* ⁽⁶⁷⁵⁾, *mini-bar* ⁽⁶⁷⁶⁾, *mini-barri-cada*, *mini-basquetebol* ⁽⁶⁷⁷⁾, «*mini-Benfica*», *minibiografia* ⁽⁶⁷⁸⁾, «*mini-bikini*» ⁽⁶⁷⁹⁾, *minibloco* ⁽⁶⁸⁰⁾, *minibroca* ⁽⁶⁸¹⁾ (broca minúscula), *mini-cadeira*, *minicalça* ⁽⁶⁸²⁾, «*mini-campeonato*», *mini-cérebro*, *mini-cintu-*

(⁶⁷⁴) A *mini-mini-saia* que usava (e se vê na gravura) suscitou a curiosidade de toda a gente e, naturalmente dos fotógrafos... (DP. 20-7-68).

(⁶⁷⁵) As mais diversas espécies de plásticos encontram agora amiúde emprego, quando se trata de fabricar *minibagagens* (DL. 3-8-68).

(⁶⁷⁶) Os operadores já existentes podem ser transformados em *mini-bares* (DL. 11-9-68).

(⁶⁷⁸) É capaz de acrescentar mais alguma coisa a esta *minibiografia*? (C. 4-9-68).

(⁶⁷⁹) Ela não é mais a jovem que aparece com um «*mini-bikini*» (SI. N.º 1590. 22-6-68).

(⁶⁸⁰) Mas onde elas caíram já eu deixara uma porção de pequeninas folhas arrancadas de um *minibloco* (DL. 9-6-68).

(⁶⁸¹) Uma *minibroca* para desfazer coágulos sanguíneos nas artérias (DL. 15-6-68).

(⁶⁸²) A mais idosa das desenhadoras da alta costura francesa apresentou toda uma série de calças na sua colecção de Outono, nomeadamente «*minicalças*» justas e cobrindo o joelho (DL. 30-7-68).

ra⁽⁶⁸⁸⁾, «*minicoligação*» (aludindo ao governo de coligação do C. D. U. e do F. D. P., na Alemanha Federal), *mini-combinação*, *mini-concílio*, «*mini-conjunto*», *minicruzeiro*, *Mini-Direito*, «*Minidomm*»⁽⁶⁸⁹⁾ (germanismo), «*mini-eleição geral*», *mini-empréstimo*⁽⁶⁹⁰⁾ (a importância deste empréstimo é de 301 milhões de dólares), *mini-episódio*⁽⁶⁹¹⁾, *mini-escândalo*⁽⁶⁹²⁾, «*mini-espião*»⁽⁶⁸⁸⁾, *mini-estado*, «*mini-facção*», *Mini-Festival*⁽⁶⁸⁹⁾, *mini-força atômica* (aludindo ao armamento nuclear da França, em comparação com as superpotências nucleares da U. R. S. S. e dos E. U. A.), *mini-frente*, «*mini-fundo*»⁽⁶⁹⁰⁾, *mini-golpe*⁽⁶⁹¹⁾, *mini-iate*, *miniladrão*⁽⁶⁹²⁾, *mini-maxi*⁽⁶⁹³⁾, *minimiedieval*⁽⁶⁹⁴⁾ (um vestido feminino da moda medieval), *Mini-Miss*⁽⁶⁹⁵⁾, *minimodelo*⁽⁶⁹⁶⁾, *minimoke*⁽⁶⁹⁷⁾, «*mini-nação*»⁽⁶⁹⁸⁾,

⁽⁶⁸⁸⁾ Foi à tabacaria apoiar a «repetente» Maria Manuela — cabelos e olhos castanhos, *mini-cintura* e... (DL. 26-7-68).

⁽⁶⁸⁹⁾ E foi assim muito mais à-vontade que me mostrou o «*Minidomm*» (DP. 29-6-68).

⁽⁶⁹⁰⁾ Dean Rusk simulou um recuo e concedeu um *mini-empréstimo*, de 301 milhões de dólares, ao Banco Internacional de Desenvolvimento (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁶⁹¹⁾ As duas narrativas, se interessantes na tentativa de captar alguns *mini-episódios* de um drama social de maior amplitude, pecam por uma linguagem eivada de lugares-comuns e de considerandos marginais (DL. 29-8-68).

⁽⁶⁹²⁾ Dias depois, novo *mini-escândalo*: Agnew empregou o termo pejorativo de Polaks para designar os americanos de origem polaca (DL. 30-9-68).

⁽⁶⁹³⁾ Não se sabe ao certo quantos «*mini-espiões*» existem na República Federal da Alemanha (VM. N.º 1487. 8-2-67).

⁽⁶⁹⁴⁾ Ana Kiro (vencedora do *Mini-Festival* do Benidorm do ano passado) (C. 26-6-68).

⁽⁶⁹⁵⁾ A última novidade: o «*mini-fundo*» de vestido, com «*soutien*» incorporado (DP. 9-7-68).

⁽⁶⁹⁶⁾ *Mini-golfe* no jardim do passeio alegre na Foz do Douro (DP. 8-9-68).

⁽⁶⁹⁷⁾ O *miniladrão* foi muito prudente, pois cortou o sistema de alarme que ligava a fábrica à esquadra da polícia mais próxima (S. 16-8-68).

⁽⁶⁹⁸⁾ As *mini-maxi* fazem furor em Londres há vários meses (DL. 8-6-68).

⁽⁶⁹⁹⁾ As *minimiedievais*... (S. 1-7-68).

⁽⁷⁰⁰⁾ Pelo menos é o que permite concluir esta foto, que mostra duas das candidatas ao concurso «*Mini-Miss* Inglaterra», realizado há dias em Londres e aberto a crianças de menos de 5 anos de idade (Diário de Luanda) (Jornal da tarde) (2-8-68).

⁽⁷⁰¹⁾ Pois a *minimodelo* inglesa decidiu incluir este «travesti» no «show» que há muito preparou para a sua digressão pela U.R.S.S. (S. 18-6-68).

⁽⁷⁰²⁾ É mais do que um *minimoke*... É um Morris! (DL. 26-9-68).

⁽⁷⁰³⁾ O partido Unido, que constitui a oposição no Parlamento Sul-Africano, rejeita, como absurdo, este conceito de «*mini-nações*», integradas no Sudoeste Africano (VM. N.º 1516. 28-6-68).

mini-neologismo (neologismo formado do pseudo-prefixo *mini-*), *mini-partido* ⁽⁶⁸⁶⁾, *mini-philips*, *mini-preço* ⁽⁷⁰⁰⁾, *miniprograma* ⁽⁷⁰⁰⁾, *mini-reactor* ⁽⁷⁰²⁾, «*mini-referendo*» (aludindo ironicamente ao referendo inglês para Gibraltar), *mini-romance* ⁽⁷⁰³⁾, «*Mini-Ronda Kennedy*», *mini-satélite* ⁽⁷⁰⁴⁾, *mini-submarino* (cf. *micro-submarino*), *mini-surpresa*, *mini-vestido* ⁽⁷⁰⁵⁾, *miniviatura* ⁽⁷⁰⁶⁾, «*mini-vitória*», etc., etc.

Maxi-

Contudo, o que se refere ao pseudo-prefixo *maxi-*, cuja aparição se dá, sem dúvida, mercê do seu antepolo *mini-*. As novas criações com *maxi-* são muito pouco vitais e traduzem a ideia de grande tamanho, muitas vezes, colorido de valor engraçado e irônico, por ex. «*maxi-agrado*» ⁽⁷⁰⁷⁾ (excessivo agrado), *maxi-beleza* (ironicamente falando: «uma beleza no alto grau»), *maxi-bota* ⁽⁷⁰⁸⁾, *maxi-cabeleiros*, *maxi-*

⁽⁶⁸⁶⁾ Assim acontecerá também com o impacto de outros «mini-partidos», tais como o reorganizado Issara (Partido da Liberdade) e as novas facções constituídas em torno de individualidades políticas (VM. N.º 1524. 23-8-68).

⁽⁷⁰⁰⁾ Milhares de frigoríficos a *mini-preços* (DP. 6-8-68).

⁽⁷⁰¹⁾ Assim, o que era para ser um programa de fados desdobrou-se em dois *miniprogramas* (C. 7-9-68).

⁽⁷⁰²⁾ O *mini-reactor* é, portanto, mais pequeno que um frigorífico e pesa apenas 1200 gramas (DL. 11-9-68).

— É um reactor destinado a abastecer astronaves com energia para a transmissão de programas de televisão. Trata-se do mais recente projecto de investigação nuclear aplicada na Alemanha. É um modelo construído nas medidas exactas do reactor, cuja parte central tem uma altura de 45 cm e um diâmetro de 35 cm. A sua potência é de 20 a 60 quilovátios. Esta minúscula central de energia nuclear será lançada no espaço dentro de alguns anos.

⁽⁷⁰³⁾ São dois «*mini-romances*» duma autora que de 1964 para cá apresenta um romance por ano: «Falsos Preconceitos», «Pigalle», «O Adolescente» e «A Salto» (DL. 29-8-68).

⁽⁷⁰⁴⁾ E se esse *mini-satélite* aparecesse no céu a saudar o Pentágono, a sua importância política não seria enorme? (VM. N.º 1523. 16-8-68).

⁽⁷⁰⁵⁾ Adélia — cabelos loiros, compridos, olhos castanhos, *mini-vestido* alaranjado e sandálias douradas (DL. 26-7-68).

⁽⁷⁰⁶⁾ Porém, como a *miniatura* não corresse aquilo que ele desejava, usava emitir um som: vum... vum. (C. 26-6-68).

⁽⁷⁰⁷⁾ O agrado geral transformar-se-á em «*maxi-agrado*», e haverá *mini-saias* por longos meses (DP. 16-9-66).

⁽⁷⁰⁸⁾ Como inovação, a *mini-saia* e a *máxi-bota* (DL. 2-1-68).

-casaco ⁽⁷⁰⁹⁾, «*maxi*» comprimento ⁽⁷¹⁰⁾, *maxi-êxito* (êxito sem precedente), *maxi-gravata* ⁽⁷¹¹⁾, *maxi-saia* ⁽⁷¹²⁾ (cf. fr. *maxi-jupe*), *maxi-sobretudo* ⁽⁷¹³⁾, *maxi-sucesso* ⁽⁷¹⁴⁾, etc. *maxiviagem* ⁽⁷¹⁵⁾, etc.

Aliás, *maxi* pode ser empregado substantivamente na propaganda publicitária em: «O novo Escort é um *maxi* por 56 204\$10» (VM. N.º 1516. 28-6-68).

Compostos com *auto-* ⁽⁷¹⁶⁾ (de *automóvel*, «viatura»): *auto-ambulância* ⁽⁷¹⁷⁾, *Auto-banco* (cf. *selfbanco*) ⁽⁷¹⁸⁾, *Auto-Boavista*, *auto-carroceria*, *auto-colonial*, *Auto-Garagem*, *auto-giradisco*, *auto-gravador*, *auto-imóvel* ⁽⁷¹⁹⁾, *Auto-Industrial*, *auto-ligeiro*, *Auto-Leiria*, *Auto-Lusiadas*, *Auto-Lusitânia*, *Auto-Neofos*, *Auto-Portalegre*, *auto-pronto-socorro*, *auto-pullmann*, *auto-rádio*, *auto-reboque*, *Auto-Rali*, *autosil*, *autosilos*, *auto-socorro*, «*auto-stop*» (anglicismo), «*auto-suffs*» ⁽⁷²⁰⁾, *autotipo*.

⁽⁷⁰⁹⁾ Jacques Heim, que manteve a saia ligeiramente acima do joelho na sua colecção de vestidos de dia, na última estação, mostrou agora um *maxi-casaco* de escocês creme, cor de laranja e castanho (DN. 26-2-67).

⁽⁷¹⁰⁾ Contudo, se se acredita nos rumores, ter-se-ão os «*maxi*» cumprimentos, que surpreenderão brevemente (DN. 26-1-68).

⁽⁷¹¹⁾ O Carlos Bataglia tinha uma *maxi-gravata* e estava também uma rapariga inglesa a quem chamámos a «Paulina vestida de azul» (DP. 19-6-68).

⁽⁷¹²⁾ Iremos cair nas *maxi-saias*? (C. 24-2-68); os mesmos tecidos e os mesmos padrões para servir duas teorias da moda: a da mini-saia e a da *maxi-saia* (DN. 22-1-68).

⁽⁷¹³⁾ Cerruti apresentou *maxi-sobretudos* (DN. 1-2-68).

⁽⁷¹⁴⁾ Foi de molde a merecer o alongamento destas notas e vaticinar a transformação de Mini-Saias em *maxi-sucesso*... (DP. 16-9-66).

⁽⁷¹⁵⁾ Minibagagens para *maxiviagens* (DL. 3-8-68).

⁽⁷¹⁶⁾ A maior parte destas novas criações com *auto*, são nomes de companhias, onde se vendem ou se reparam automóveis ou se empresta dinheiro para os comprar.

⁽⁷¹⁷⁾ A corporação tem necessidade de adquirir uma moderna *auto-ambulância* (C. 13-9-68).

⁽⁷¹⁸⁾ Não deve confundir-se com *auto-banco*, cujo objectivo é emprestar dinheiro ao cliente para comprar os carros. *Selfbanco* é uma máquina especial, onde o cliente com conta aberta pode levantar imediatamente dinheiro, a qualquer hora do dia ou da noite, 365 dias por ano, mediante entrega de um cartão distribuído pelo banco.

⁽⁷¹⁹⁾ O automóvel acabará por transformar-se inevitavelmente no *auto-imóvel* de que nos falam os humoristas (DN. 12-4-68).

⁽⁷²⁰⁾ Estando a aguardar-se a chegada dos «*auto-suffs*» (S. 17-6-68).

Além disso, auto pode ter também função atributiva: *condutor-auto* ⁽⁷²¹⁾, *silo-auto*.

Compostos com *micro-*: *microagulha*, *microangiográfico*, *micro-autocarro* ⁽⁷²²⁾, *microbacilo*, *microbetão*, *microcapital* ⁽⁷²³⁾, *microcircuito*, *microcolapso*, «*micro-concílio*» ⁽⁷²⁴⁾ (cf. *mini-concílio*), *microcorrente* ⁽⁷²⁵⁾, *microdispositivo*, *micro-económico*, *micro-elemento*, *microespectrofotómetros*, *microestrutura*, «*microfacção*» ⁽⁷²⁶⁾ (em política: «fracção de pequeno grupo»; usa-se também: «*minifacção*»), «*microfraccionista*» ⁽⁷²⁷⁾ (partidário de «*microfacção*» ou «*minifacção*»), «*microfino*» ⁽⁷²⁸⁾ (cf. *extrafino*, *hiperfino*, *superfino*, *ultrafino*), *microgravação*, «*micro-imperialismo*» ⁽⁷²⁹⁾ (relativa à política do presidente Gamal Abdel Nasser da R. A. U., cuja política foi classificada por Habid Burguiba Júnior da Tunísia como imperialismo em miniatura), «*Micro-Macro-Estrutura*», *micromanipulador*, *micro-meteorita* (também *micrometeorito*), *microminiaturização* ⁽⁷³⁰⁾, *micromundo*, *microndas*, *micropartícula* ⁽⁷³¹⁾,

⁽⁷²¹⁾ Que não basta existir uma consciência no *condutor-auto* para bem o governar na sua actuação (JN. 8-9-68).

⁽⁷²²⁾ Os *micro-autocarros* madrilenos, por concessão da companhia, transportavam gratuitamente todos os cidadãos que o desejassem no intuito de facilitar a votação no referendo (DN. 15-12-66).

⁽⁷²³⁾ Os números acima indicados referem-se à área compreendida dentro dos limites tradicionais da cidade, isto é, à *microcapital* (DL. 13-4-68).

⁽⁷²⁴⁾ Um «micro concílio»? (DL. 29-9-67).

⁽⁷²⁵⁾ O olho é percorrido por *microcorrentes* eléctricas (VM. N.º 1497. 16-2-66).

⁽⁷²⁶⁾ A liquidação de uma «*microfacção*» pró-soviética que se opunha à política revolucionária independente do primeiro-ministro (VM. N.º 1496. 9-2-68).

⁽⁷²⁷⁾ Trata-se de um grupo, apelido de «*microfraccionista*» (DN. 5-2-68).

⁽⁷²⁸⁾ Agora «ASPRO» é *microfino* para vencer a dor... ainda mais depressa! (DP. 20-6-67).

⁽⁷²⁹⁾ As tentativas de Nasser nesse sentido foram classificados de «*micro-imperialismo*» (DM. 11-10-66).

⁽⁷³⁰⁾ Os americanos eram os campeões da *microminiaturização* e da maneabilidade (DN. 9-11-67).

⁽⁷³¹⁾ Participou, na Universidade de Princeton, em experiências históricas sobre a natureza do tempo ao nível das *micropartículas* (VM. N.º 1517. 5-7-68).

micro-pista ⁽⁷³²⁾, *micropotência* ⁽⁷³³⁾, *micro-regionalismo* ⁽⁷³⁴⁾, «*micro-receptor*» ⁽⁷³⁵⁾, *micro-saia* (cf. *mini-saias*), *microscopicizante* ⁽⁷³⁶⁾, *microsom*, *microsegundos*, *microsoldagem*, *micro-submarino* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete; cf. *mini-submarino*), *micro-sulco*, *microtectite* ⁽⁷³⁷⁾, «*microtopometria*», *microuniverso* ⁽⁷³⁸⁾, *micro-zona*.

Composto com *rádio*:- *rádioaltímetro*, *rádioauscultador*, *rádioamador* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *radioamadorismo* ⁽⁷³⁹⁾, *radioastronomia* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *rádio-astronomo* ⁽⁷⁴⁰⁾, *radiocondutora*, *radioemissora* ⁽⁷⁴¹⁾, *radioestrela*, *radio-fotografia*, *rádiogramofone*, *radiomensagem* ⁽⁷⁴²⁾, «*radiopirata*» ⁽⁷⁴³⁾, *rádio-patrolha* ⁽⁷⁴⁴⁾, «*radiorama*» ⁽⁷⁴⁵⁾ (conjunto panorâmico de rádio-difusão, mas é também o nome do programa de «Rádio Renascença»), *rádiorrastreio*, *rádio-sonda* (também *rádiossonda*), *rádio-telecomunicação*, *rádiatelescópio* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *Rádio-Tele-Luxemburgo* (nome de uma estação de ráiodifusão no Luxemburgo), *radioselemetria*, *rádiotransistorizado*, *radiotransmitido*.

⁽⁷³²⁾ A meia-noite menos um pus-me de pé, entrei com minha mulher na *micro-pista* de dança (DL. 2-1-68).

⁽⁷³³⁾ A estratégia clássica das *micropotências*, em tais casos, é manter as duas partes na expectativa e obter de cada uma delas o máximo que for possível (DN. 12-3-66).

⁽⁷³⁴⁾ Rejeitando os *micro-regionalismos* em que se tem vivido nesse domínio (DN. 10-7-67).

⁽⁷³⁵⁾ Há uma firma suíça, por exemplo, que afirma que, com os seus «*microrreceptores*», podem ser ouvidas conversas em tom baixo, mesmo através de espessas paredes (VM. N.º 1487. 8-12-67).

⁽⁷³⁶⁾ Foi mais ou menos com esta atenção *microscopicizante* (DL. 21-5-68).

⁽⁷³⁷⁾ Os pequenos destroços que encontram são *microtectites*, considerados como origem cósmica (DN. 25-4-67).

⁽⁷³⁸⁾ Os *microuniversos* existem? VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁷³⁹⁾ As palavras do bispo de Nampula devem, idealmente, constituir o retrato do *rádioamadorismo* (C. 16-3-68).

⁽⁷⁴⁰⁾ — Ó pai e que fazem os *radioastrónomos*? (DN. 4-2-67).

⁽⁷⁴¹⁾ Em virtude dos acordos em causa, os Estados Unidos puderam instalar no território espanhol bases aéreas e navais, vários oleodutos, *radioemissoras* e estações-rádar (C. 3-7-68).

⁽⁷⁴²⁾ Trata-se do conjunto de *radiomensagens* (DP. 1-7-67).

⁽⁷⁴³⁾ O caso começou, quando o Governo de Harold Wilson aprovou disposições para acabar com os famosos navios «*radiopiratas*» ancorados ao largo da costa britânica (DL. 2-9-67).

⁽⁷⁴⁴⁾ Uma dúzia de carros de *rádio-patrolha* formavam a escolta (DP. 19-6-68).

⁽⁷⁴⁵⁾ Também fui ouvinte do «*Radiorama*» (DP. 8-4-67).

Além disso, *rádio* pode ser utilizado em função atributiva como nos termos seguintes: *antena-rádio*, «*Central-rádio*», *comunicações-rádio* (comunicações por meio de rádio), *sinais-rádio*.

Composto com *tele-*: *telearma* ⁽⁷⁴⁶⁾, *telebomba* ⁽⁷⁴⁷⁾, *telecâmara*, *telecine*, *telecine-Moro*, *teleclube* ⁽⁷⁴⁸⁾, *telecobaltoterapia*, *telecomandado* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *telecomunicador*, *telecrimescola*, *teledesporto*, *teledirigido*, «*Tele-Express*» (francesismo), *telefilme* (filme que se dá na Televisão), *teleimpressor* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *Telejornal* (pertence a um programa de Televisão), *telem manipulação*, *telemiação* ⁽⁷⁴⁹⁾, *telemiedida*, *telemoderno*, *Telemotor*, «*Telenaute*» (um nome de submarino francês), *telenoticiário*, *Tele-sinalização*, *tele-receptor* ⁽⁷⁵⁰⁾, *telespectador*, *telespectadora*, *teleteatro* ⁽⁷⁵¹⁾, «*teletipista*», «*teletransporte*» ⁽⁷⁵²⁾, *televisionado*, *televisional* ⁽⁷⁵³⁾, *televisivamente* ⁽⁷⁵⁴⁾, *televisivo* ⁽⁷⁵⁵⁾, «*telexador*», «*telexante*», «*telexista*».

⁽⁷⁴⁶⁾ A primeira *telearma* caiu em Londres a 5 de Junho de 1944 (VM. N.º 1515. 21-6-68).

⁽⁷⁴⁷⁾ Durante todos os meses de Agosto, os alemães progrediram nas suas experiências com o fim, sobretudo, de determinar a precisão e os efeitos destrutivos da *telebomba* (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁷⁴⁸⁾ Há em Espanha 2000 *Teleclubes* (DL. 6-9-67).

⁽⁷⁴⁹⁾ Está normalmente equipado com baterias solares e antenas de *telemiação* (PJ. 9-2-67).

⁽⁷⁵⁰⁾ Porque cada *tele-receptor* Philips oferece qualidade incomparável de imagem e som (DP. 4-2-68).

⁽⁷⁵¹⁾ Quis-se fazer colaboração de teatro e de *teleteatro* (DP. 19-12-67).

⁽⁷⁵²⁾ Por último o professor Lyman crê na possibilidade de que no ano 2067 se viaje mediante o sistema de «*teletransporte*» (DP. 21-1-67).

⁽⁷⁵³⁾ Mas eu creio que o futebol, poderosamente favorecido pelas suas qualidades fotogénicas e *televisionais*, vai perdendo cada vez mais a sua inocência (VM. N.º 1513. 7-6-68).

⁽⁷⁵⁴⁾ O que *televisivamente* não estará de todo mal (C. 7-9-68).

⁽⁷⁵⁵⁾ Foram, portanto, momentos *televisivos* sem interesse? (DP. 27-6-68).

Compostos com *aero-* ⁽⁷⁵⁶⁾: *Aeroclube*, *aeroelástico* ⁽⁷⁵⁷⁾, *aeroespacial*, *aero-estrada* ⁽⁷⁵⁸⁾, «*Aeroflot*» (sovietismo), «*aeroflow*» (sovietismo), *aerofilatelia*, *aerofilatélico*, *aeromoça* (brasileirismo: «hospedeira do ar»), *aeromodelismo* ⁽⁷⁵⁹⁾ (reg. em Morais Silva (suplemento) falta em Caldas Aulete), *aeromóvel*, *aeropsicológico*, «*aerosóis*», *aero-terrestre*, *aero-transportado* (reg. em Morais Silva, (suplemento), falta em Caldas Aulete).

Compostos com *agro-*: *agro-industrial* ⁽⁷⁶⁰⁾, *agro-reparadora*, *agro-social* ⁽⁷⁶¹⁾, *agro-técnico*.

Compostos com *astro-*: «*Astródromo*» ⁽⁷⁶²⁾, *astro-habitante* ⁽⁷⁶³⁾, *astronauta* ⁽⁷⁶⁴⁾, *astronáutico*, *astronave* ⁽⁷⁶⁵⁾, *astronomical*.

⁽⁷⁵⁶⁾ Sobre o emprego deste elemento, escreveu as seguintes palavras J. Pedro Machado: «*Aero-* liga-se sempre ao outro elemento sem hífen, excepto quando a ligação possa originar pronúncias viciosas e falhas de realidade: *aero-uretoscopia*, *aero-uretoscópico*, etc., pois poderia a ligação directa sugerir a pronúncia *-ou-*, em vez de *ro-u*» (*Estudos de Língua Portuguesa*, BSLP, N.º 6 (Junho de 1968), pág. 244.

⁽⁷⁵⁷⁾ Na sua maioria, ou seja 60 %, deflagraram em pleno voo por causa das ondas *aeroelásticas* que agiam sobre a sua secção central (VM. N.º 1516. 28-6-68).

⁽⁷⁵⁸⁾ Para apreciar as especialidades regionais, não menos nutrientes mas bem mais saborosas, necessário se torna que ele se decida a renunciar às *auto* e *aero-estradas* (C. 13-6-68).

⁽⁷⁵⁹⁾ Na praia também se pode passar o tempo fazendo *aeromodelismo* (DP. 14-9-66). — Segundo J. Pedro Machado, *aeromodelismo*, é preferível a forma *aviominiatura* (ver BSLP, N.º 6 (Junho de 1968), pág. 244.

⁽⁷⁶⁰⁾ De que o complexo *agro-industrial* do Cachão é paradigma (DP. 15-5-68).

⁽⁷⁶¹⁾ Os problemas *agro-sociais* (C. 15-6-68).

⁽⁷⁶²⁾ Cassius Clay, que acaba de bater mais um «challenger» ao título mundial pousou com este espaventoso «sombbrero» mexicano, à saída do «*Astródromo*» de Houston (DN. 17-11-66).

⁽⁷⁶³⁾ Os futuros *astro-habitantes*, fugidos da Terra pleni-infectada, poderão organizar-se para passar o Verão na Lua (DN. 25-10-67).

⁽⁷⁶⁴⁾ O «*Lunar Orbiter*» está a perscrutar e a fotografar 13 possíveis áreas de desembarque para *astronautas* americanos (DL. 19-11-66).

Compostos com *bio-*: *bioastronáutico*, *biociência* ⁽⁷⁶⁶⁾, *biocósmico*, *biospeleologia*, *biopsicológico*, *bioquimicamente*, *bio-satélite* ⁽⁷⁶⁷⁾, (também «*biossatélite*») ⁽⁷⁶⁸⁾, «*Biotectura*» ⁽⁷⁶⁹⁾.

Compostos com *cine-*: *cineclubismo* ⁽⁷⁷⁰⁾, *cineclubista* (partidário do cineclubismo), *Cinédia* ⁽⁷⁷¹⁾, *Cine-Documentário*, *cine-espectador* ⁽⁷⁷²⁾, *Cine-Foto-Audiovisão*.

Compostos com *electro-*: *electrodoméstico* (relativo à electricidade doméstica), *electroencefalografia*, *electro-estático* (também *electrostático*) ⁽⁷⁷³⁾, *electro-hidráulico*, *electromagnético*, *electromecânico*, *electronarcotização* ⁽⁷⁷⁴⁾ (acto ou efeito de narcotizar por meio da electricidade), *electronarcotizado*, *electronicamente*, *electropintura* (processo revolucionário em que se aplica a pintura de automóveis por meio de sistemas eléctricos), *electrorefrigerado*, *electro-visão* (nova visão do mundo dos electrodomésticos).

Composto com *fono-*: *fonovisão* ⁽⁷⁷⁵⁾ (aparelho que representa os sons e imagens).

⁽⁷⁶⁶⁾ A *biociência* é chamada a desempenhar profunda obrigação em qualquer «Grande Sociedade» (DL. 10-3-67).

⁽⁷⁶⁷⁾ Tal é, uma maneira geral, a conclusão a que chegou um grupo de cientistas que hoje discutiram as observações fornecidas pelo *bio-satélite* número 2 (DN. 24-2-68).

⁽⁷⁶⁸⁾ Entrou em órbita o primeiro «*biossatélite*» (DN. 15-12-66).

⁽⁷⁶⁹⁾ A concepção fundamental da «*Biotectura*» de Doernach são células pré-fabricadas (DL. 10-12-66).

⁽⁷⁷⁰⁾ A iniciativa, verdadeiramente digna de todo o aplauso, coube ao Cine-Clube do Porto, pioneiro do *cineclubismo* em Portugal (VM. N.º 1487. 8-12-67).

⁽⁷⁷¹⁾ A *Cinédia*, porém, foi dissolvido ao fim de três anos (VM. N.º 1521. 2-8-68). — *Cinédia* foi fundada por Galveias Rodrigues e Carlos Marques, em 1958, com o fim de produzir os filmes publicitários.

⁽⁷⁷²⁾ Que fazem o gaudio do *cine-espectador* (DN. 22-2-68)

⁽⁷⁷³⁾ Outro processo que além do revestimento com metais passou a ser aplicável é a pintura *electro-estática* (DL. 18-6-68).

⁽⁷⁷⁴⁾ Não se recorre à *electronarcotização das aves* (C. 13-4-68).

⁽⁷⁷⁵⁾ Esta nova modalidade de «funcionalismo» agrícola será ensinada sobre as formas de aumentar ao máximo a eficiência por meio de *fonovisão* (S. 14-1-68).

Compostos com *foto-*: *foto-câmara*, *foto-cátado*, *fotoeléctrico* (reg. em Moraes Silva, falta em Caldas Aulete), *fotomodelo* ⁽⁷⁷⁶⁾ (homem, mulher ou qualquer objecto, que serve de estudo prático a fotógrafos), *foto montagem*, ⁽⁷⁷⁷⁾, *fotonovela*, *foto-romance* ⁽⁷⁷⁸⁾, *foto-safaris* ⁽⁷⁷⁹⁾, *foto-sequência* ⁽⁷⁸⁰⁾.

Compostos com *geo-*: *geo-económico*, *geo-estacionário*, *geo-estratégia* ⁽⁷⁸¹⁾ (ciência que trata da estratégia do globo), *geo-estratégico* ⁽⁷⁸²⁾ (relativo a geo-estratégia).

Compostos com *heli-*: *heliporto* ⁽⁷⁸³⁾ (também: *heliporto*) ⁽⁷⁸⁴⁾, *heli-transportado* ⁽⁷⁸⁵⁾ (transportado por meio de helicóptero).

Compostos com *hetero-*: *heterorrelação* ⁽⁷⁸⁶⁾, ou *hetero-relação* ⁽⁷⁸⁷⁾, *hetero-deslocar*.

⁽⁷⁷⁶⁾ Rita Scherrer, embora de nacionalidade alemã, é o *fotomodelo* mais caro da França (VM. N.º 1517. 5-7-68).

⁽⁷⁷⁷⁾ Nova versão de «Bonnie e Clyde»? Longe disso. Apenas um cartaz, perfeito como *foto montagem*, que está a alcançar grande difusão nos Estados Unidos (VM. N.º 1524. 23-4-68).

⁽⁷⁷⁸⁾ Estes *foto-romances*, na sua forma secular, são histórias de amor, reconstituídas em estúdios e impressos em *foto-sequências* cinematográficas, com diálogos reproduzidos por baixo de cada fotografia (VM. N.º 1514. 14-6-68).

⁽⁷⁷⁹⁾ Envia-se senhoras, já reformadas, para *foto-safaris* na África (DP. 27-9-66).

⁽⁷⁸⁰⁾ Ver nota (715).

⁽⁷⁸¹⁾ Europa — superestado, federação, confederação; grandes blocos e grandes espaços; *geo-política* e *geo-estratégia* (DN. 22-6-67).

⁽⁷⁸²⁾ O bloco *geo-estratégico* da península continua a ser um reduto contra a desordem (DN. 16-11-67).

⁽⁷⁸³⁾ Dirigiram-se apressadamente para o *heliporto* (DP. 27-1-67).

⁽⁷⁸⁴⁾ O complexo turístico, que deve estar pronto dentro de dois anos, contará ainda com um motel, um *heliporto* e um estádio aquático (ND. 20-4-68).

⁽⁷⁸⁵⁾ As forças *heli-transportadas* (DN. 8-6-67).

⁽⁷⁸⁶⁾ Quer dizer que a existência está determinada pela sua relação ao outro, por uma *heterorrelação*, suposta naturalmente uma referência do eu a si mesmo (DN. 4-4-68).

⁽⁷⁸⁷⁾ Em resumo: a existência, em Jaspers, implica intencionalidade, transcendência, porque não se basta a si mesmo: é também *hetero-relação* (DN. 16-5-68).

Compostos com *hidro-*: *hidroagrícola*, *hidrofone* ⁽⁷⁸⁸⁾, *hidrogenização*.

Compostos com *horto-*: *horto-Frutícola*, *horto-industrial*.

Compostos com *macro-*: *macro-económico*, *macromoléculas*, *macro-molecular*.

Compostos com *mono-*: *monobloco* (neol. em Caldas Aulete, falta em Morais Silva), *monocristal*, «*monokini*» (também: *monoquini*) ⁽⁷⁸⁹⁾, *monolugar*, *monomotor* (avião munido de um só motor), *monorreactor* ⁽⁷⁹⁰⁾ (avião munido de um só reactor).

Compostos com *moto-*: *moto-contínuo* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *motocultivador*, *moto-mecanização*, *motonáutica* ⁽⁷⁹¹⁾, *motopulverizado* ⁽⁷⁹²⁾ (Instrumento moderno munido de motor por meio do qual se projecta um líquido em gotas muito ténues).

Compostos com *omni-*: *omni-antena* ⁽⁷⁹³⁾, *omniciente* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *omni-direccional* ⁽⁷⁹⁴⁾ (relativo a todas as direcções), *omni-focagem* ⁽⁷⁹⁵⁾, *omnitron*.

⁽⁷⁸⁸⁾ Os Estados Unidos têm uma bateria de *hidrofones* (VM. N.º 1515. 21-6-68).

⁽⁷⁸⁹⁾ O ano passado rebentou o «escândalo» do *monoquini* (DL. 20-5-68).

⁽⁷⁹⁰⁾ O «F-102» é um *monorreactor* também chamado «Delta-Dagger» (DN. 17-2-68).

⁽⁷⁹¹⁾ Três mortos em dois acidentes de *motonáutica* (PJ. 21-6-66).

⁽⁷⁹²⁾ Está a par das vantagens dos atomizadores de dorso, dos *motopulverizadores*, dos modernos pulverizadores, de pressão prévia? (PJ. 10-1-67).

⁽⁷⁹³⁾ Segundo tudo indica, continua a haver incerteza quanto à saída de uma das duas *omni-antenas* da sonda lunar (DN. 31-5-66).

⁽⁷⁹⁴⁾ Em primeiro lugar nota-se a presença de uma das antenas *omni-direccionais* de está provida a sonda americana (DN. 4-6-66).

⁽⁷⁹⁵⁾ Na ponta do tubo encontra-se uma lente de *omni-focagem* (DL. 19-11-66).

Composto com *proto-*: *proto-imperialista* ⁽⁷⁹⁶⁾, *protomissil* ⁽⁷⁹⁷⁾ (primeiro tipo do missil), *protoprodução* (produção original), *proto-universo* (universo de estágio primitivo).

Compostos com *rádar-*: *rádar-computador* ⁽⁷⁹⁸⁾ (computador munido de aparelho de radar), «*radarscope*» ⁽⁷⁹⁹⁾ (americanismo). *Rádar* pode ser também utilizado em função atributiva: *alarme-rádar* ⁽⁸⁰⁰⁾, *estações-rádar*.

Composto com *retro-*: *retrofoguetão* ⁽⁸⁰¹⁾.

Compostos com *termo-*: *termodesintegrador* ⁽⁸⁰²⁾, *termoendurecido*, *termogravimetria*, «*termo-multiflash*» ⁽⁸⁰³⁾ (americanismo semi-aportuguesado), *termoreactor*, *termoventilador*.

Compostos com *turbo-*: *turbo-alternador* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *turbo-foguete*, *turbo-foles* ⁽⁸⁰⁴⁾, *turbo-hélica*, *Turbojacto-47* ⁽⁸⁰⁵⁾, *turbopropulsor* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete), *turbo-reactor* (reg. em Morais Silva, falta em Caldas Aulete).

⁽⁷⁹⁶⁾ Devo dizer que se o utilizei, ser esse o hábito quase geral daqueles *proto-imperialistas* (C. 22-3-68).

⁽⁷⁹⁷⁾ A Alemanha de Hitler possuía os *protomísseis* A-1 e A-2 (VM. N.º 1515. 21-6-68).

⁽⁷⁹⁸⁾ Mas comunicaram que o seu sistema de orientação por meio de um *rádar-computador* pouca ajuda estava a dar (PJ. 12-11-66). — *Rádar* veio da abreviatura anglo-americana: «*radio detection and ranging*», e emprega-se hoje como pseudo-prefixo. Usa-se com acento agudo por causa da influência de *rádio*.

⁽⁷⁹⁹⁾ Começa então a utilizar-se «*radarscope*» e o «roteiro automático» (DN. 3-12-67).

⁽⁸⁰⁰⁾ A linha Tallin não é bem um sistema antimísil mas antes um dispositivo de *alarme-rádar* (C. 13-9-68).

⁽⁸⁰¹⁾ Quando determinaram a hora exacta para accionar os *retrofoguetões* (DP. 20-2-68).

⁽⁸⁰²⁾ O *termodesintegrador* catalítico de nafta, presentemente em construção em Wilton, tem uma capacidade de 450 mil toneladas de etileno por ano (DN. 16-11-67).

⁽⁸⁰³⁾ O processo a utilizar será o de evaporação múltipla e baixa pressão geralmente designado por «*termo-multiflash*» (PJ. 21-6-66).

⁽⁸⁰⁴⁾ Três *turbo-foles* centrifugos, com um andar de mw, a 5000 r/m, (1 em reserva) asseguram a circulação do gás sob a pressão de 890 kgs./s. a 60 bares (VM. N.º 1461. 9-6-67).

⁽⁸⁰⁵⁾ O misterioso *turbojacto* do Projecto P. 11 (VM. 1516. 28-6-68).

Conclusão

Convém considerar em conjunto os prefixos que até agora tratei, e recordar o objectivo que inicialmente me propus: contribuir para o estudo da formação com prefixos no português actual.

Começarei por lembrar mais uma vez que a matéria da língua é um objecto cultural e não um objecto matemático com o qual se está de acordo em geral; o léxico está em permanente movimento, em permanente evolução e transforma-se com a sociedade onde vivemos. A evolução técnica, científica e económica é um facto indiscutível que afecta a vida social e cultural de todos os povos; por isso, a língua portuguesa, considerada por muitos linguistas como a mais conservadora dentro das línguas românicas, deu um salto muito grande para a frente nos nossos dias com as novas formações, quer por via de tradução, quer por via do decalque, em primeiro lugar pelos prefixos (por exemplo: *anti-*, *contra-*, *super-*, *supra-*, *ultra-*, *hiper-*, *ex-*, *inter-*, *intra-*, *para-*, *semi-*, *pré-*, *pós-*, *multi-*, *poli-*, *pró-*, *auto-*, *pan-*, *neo-*, *mini-*, etc. etc.); em segundo lugar pelos sufixos (por exemplo: *-ismo*, *-ista*, *-izar*, *-ização*, *-ano*, *-iano*, etc.), que têm um carácter mais ou menos internacional. Devo dizer que a maioria destes neologismos compostos com os prefixos supramencionados foram estrangeirismos, antes de serem portugueses. Porém, sem dúvida alguma, esta tendência de formação não é naturalmente nova, é permanente no domínio de interacção cultural europeia por via das interlinguagens.

Lembre-mo-nos que os gramáticos, em geral, deram como explicação deste fenómeno uma tendência constante do comportamento afectivo dos homens que consiste em traduzir uma expressão forte por uma expressão mais acentuada. Assim disse J. Marien: «Il était à prévoir que notre époque de surenchère et de records en arriverait vite à trouver insuffisante et pour ainsi dire trop timide la langue que nous parlions naguère... Les mots ne représentent plus ce qu'ils représentaient il y a quinze ans: ils se sont usés. Il faut dès lors les renforcer: après divers tâtonnements on s'est décidé depuis quelque temps à faire précéder beaucoup de mots français d'une particule augmentative, d'un préfixe qui n'est autre que la préposition de lieu «sur» sous sa forme française, «hyper» sous sa forme grecque, «super» sous sa forme latine.»⁽⁸⁰⁶⁾. No entanto, esta tese não só se refere à língua francesa, mas sim, é um fenómeno inter-

⁽⁸⁰⁶⁾ *Une mode nouvelle en linguistique: le superlangage* em Rev. Rh. fr., 1929, págs. 170-182.

nacional na nossa era termonuclear, espacial, de computador, de plástico, etc., onde as palavras, usadas no passado, estão cansadas e precisam de ser reforçadas pelos prefixos greco-latinos, por exemplo *super-*, *ultra-*, etc. que têm, muitas vezes, um carácter adverbial: *super-rápido*, *ultra-famoso*, etc. etc.

Porém, uma expressão forte traduzida por uma expressão mais acentuada é fora de dúvida uma tendência permanente no comportamento afectivo dos homens, mas a expressão de noção de carácter pequeno é também comportamento afectivo constante nele (cf. as formações com *-inho*, *-zinho*, agora com *mini-*, *micro-*), que apresenta muitas vezes uma acepção *hipocorística*, quer dizer, evoca uma ideia afectuosa, carregada de matiz admirativo e de sentimentos delicados ⁽⁸⁰⁷⁾.

Assim, verifica-se o desejo de mudança que está permanente no pensamento humano, tentando não dizer a mesma coisa por uma única maneira. Da mesma maneira que a gente do Porto chama «magnório» ao fruto que em Lisboa é conhecido por «nêspera». também se deve aceitar que no Brasil chamem «mamão» ao fruto a que em Portugal, em geral, se chama «papaia», ou chamem «folclore» ao que se chama em Portugal «etnografia» ou «etnologia regional» ⁽⁸⁰⁸⁾, ou no Brasil «aeromoça» à «hospedeira de bordo» em Portugal, ou que lá se escreva com uma «caneta-tinteiro» e cá com uma «caneta de tinta permanente». É claro que cada povo está no seu pleno direito de chamar às coisas aquilo que lhe aprouver, mas as maneiras diferentes de chamar a mesma coisa podem trazer inconvenientes de má compreensão ou não-compreensão entre as línguas irmãs. Um facto interessante merece ser citado a este respeito: O advogado William de Funiak, de São Francisco, foi há anos a Londres com a mulher. Viagem puramente turística, mas que teve utilidade. Uma manhã, saíram do hotel para irem tomar café e comer um bolo «sweet roll». Os criados não os compreenderam. Mas um americano que reside na capital britânica, intervindo, disse-lhes que pedissem um doce «bun». Por outro lado, o dr. Funiak teve dificuldade em fazer uma chamada telefónica interurbana para os seus amigos ingleses.

⁽⁸⁰⁷⁾ Sobre o valor «hipocorístico» da palavra «petit» em francês, ver Ch. D. Hérisson, *Le diminutif hypocoristique «petit»*, FM 24 (1956), págs. 35-47. — *Le langage et les mœurs. L'hypocoristique «petit» au cours des siècles* (ibid.). págs. 113-123. — *Quelques autres usages de l'épithète «petit» comme hypocoristique* (fin), FM 28 (1960), págs. 25-36; sobre o valor do uso do diminutivo *-inho*, ver B. Hasselrot, *Études sur la formation diminutive dans langues romanes*, pág. 274.

⁽⁸⁰⁸⁾ Ver J. Dias, *Folclore na era do plástico* (DL. 31-5-68).

A telefonista perguntou-lhe repetidamente se «já tinha chegado», e ele respondia que «não.» Até que lhe perguntou se já tinha obtido a ligação — e não se já tinha terminado. Sucederam muitos outros casos como estes. Regressando a São Francisco, o dr. Funiak empreendeu coordenar um dicionário anglo-americano, a fim de auxiliar os viajantes de um país a compreender a língua falada no outro. Na introdução, o dr. Funiak escreve: «A língua inglesa falada nos Estados-Unidos é mais pura do que a que se fala na Grã-Bretanha. É, realmente, surpreendente que sejam os americanos os tradicionalistas e os britânicos aqueles que, com frequência, abandonaram os velhos termos, para seguirem as práticas europeias. Esta situação resulta do facto de que, durante séculos, os Estados-Unidos não tiveram contacto com o mundo exterior. Um exemplo: a maneira americana de escrever a data «mês-dia» era do inglês original. Agora, a Grã-Bretanha, mudou essa forma e coloca o dia à frente do mês, para se igualar à forma geral da Europa» ⁽⁸⁰⁹⁾.

Na verdade, o uso dos prefixos disponíveis já em port. ant., que vieram, seja a partir do latim, seja a partir do grego, é, *grosso-modo* falando, uma coisa antiga, mas a sua verdadeira expansão nas várias direcções é um facto bastante recente em língua portuguesa. Foi a partir do século XVIII, depois da Revolução Francesa, cuja nova ideia revolucionária se espalhou no mundo como molho tártaro, sobretudo no vocabulário político, vocabulário das ciências físicas e químicas, no século XIX, vocabulário médico, depois vocabulário da psicologia no fim do século XIX e no século XX, vocabulários técnicos, industriais, vocabulário comercial, vocabulário do cinema, etc. etc.

Como se sabe, na cultura portuguesa há duas épocas de hegemonia francesa: primeiro, a Idade Média, em que tiveram larga aceitação em Portugal a poesia dos trovadores e as novelas de matéria bretã e carolíngia; depois, a época que decorre de meados do século XVIII até aos nossos dias. Eis a opinião do prof. Prado Coelho com a seguinte confissão: «À França devemos muito, e não fica mal confessá-lo: devemos muito ao seu exemplo de pensamento rigoroso e de expressão clara, concisa, antídoto para certa prolixidade peninsular, e à sua lição de amor irreprimível da liberdade do espírito» ⁽⁸¹⁰⁾.

Fora da matéria cultural, a influência francesa nos compostos com os prefixos desempenha também um papel muito importante em português (cf. *ultrareaccionário*, *surrealismo* ou *sobre-realismo*, *anti-Mercado*

⁽⁸⁰⁹⁾ Ver «Diário Popular» (20-2-68).

⁽⁸¹⁰⁾ *Presença da França...* (ver Bibl.), pág. 28.

Comum, neoburguesia, pós-degaullismo, etc.), mas à excepção da função influenciadora francesa, que é tradicional em terra lusa, os anglo-americanos concorrem também com a sua parte para a riqueza do léxico português, sobretudo na época actual, onde a hegemonia militar, política, económica, fazendo-se acompanhar pelos progressos, tanto na ciência, na técnica, na indústria, na aviação, na tecnologia, etc., dos Estados Unidos da América, tem um papel de grande importância nas novas formações prefixais na linguagem portuguesa contemporânea e moderna (cf. *neo-rock, inter-E.F.T.A., micro-submarino, mini-saia, mini-Ronda Kennedy, não-senso, neo-commonwealth*, etc.).

A penetração destes léxicos realizou-se por diversas vias (tradução, decalque, imprensa escrita ou radiodifundida, etc.).

Na época actual, onde a criação da Organização das Nações Unidas (ou O.N.U.), onde a luta política de dois sistemas sociais diferentes, onde a luta militar com as organizações do pacto da N.A.T.O. (ou North Atlantic Treaty Organisation; em francês: O.T.A.N.), na Europa Ocidental, do Pacto de Varsóvia na Europa de Leste, do Pacto de C.E.N.T.O. (ou Center Treaty Organisation) no Médio Oriente e do Pacto de S.E.A.T.O. (ou South East Asiatic Treaty Organisation) na Ásia, etc., onde a luta económica com as organizações da C.E.E. (Comunidade Económica Europeia ou Mercado Comum), da E.F.T.A. (ou European Free Trade Association), da G.A.T.T. (ou General Agreement of Tariff Treaty) e Comecon (ou Mercado Comum dos países socialistas do Leste Europeu), onde a luta para a integração europeia com as criações da Comunidade do Aço, do Carvão e do Eurátomo, etc., onde a luta para a unidade nacional ou supranacional de todas as tendências, onde a corrida ao armamento, onde a competição nas investigações espaciais, onde as novas descobertas na ciência, na técnica, na medicina, na tecnologia, etc. são factos importantes e tomam parte intensiva na propagação dos termos novos, parece-nos uma necessidade utilizar os prefixos eruditos para determinar a noção específica, sobretudo no vocabulário científico e técnico que precisa de termos concisos e exactos.

A evolução rápida e global na Era Espacial e na Era dos computadores trouxe consigo um grande número de neologismos compostos com os prefixos greco-latinos. Aqui citamos os seguintes compostos: *anticolonialismo, anti-comintern, anti-Mercado Comum, contra-espionagem, contraterrorista, não-agressão, apolitismo, incontrollável, desescalada, ex-general, superpotência, sobrepotência, ultrapatriotismo, extra-competitivo, hiperfino, arqui-rival, sub-campeão, hipovitaminizado, vice-campeão, interauto, intrafamiliar, semi-revisionista, meio-ambiente, parapautal, qua-*

se-diplomático, pré-marxista, pós-venda, recém-alfabetizado, unilateralismo, bipolarismo, tricontinental, multifuncionalidade, pluripartidarismo, policentrismo, pró-regresso, co-decisão, reagrupador, auto-afirmação, pan-africanismo, neo-corporativismo, pseudo-agente, mini-Benfica, maxi-sucesso, micro-saia, telebomba, etc. etc., que podem ter uma noção positiva ou negativa, amigável ou hostil, intensiva ou desvalorizadora, locativa ou temporal, gradual ou numeral, etc. etc., e têm um carácter internacional, cuja forma de criação é quase idêntica em todos os léxicos europeus modernos (⁸¹¹).

Contudo, no que se refere ao uso dos prefixos, sobretudo os do valor intensivo, merece chamar-se a atenção do lexicógrafo sobre a polissemia prefixal, que indica tanto a superioridade como a exclusão: por exemplo, no vocabulário político um *ultra-revolucionário* é um revolucionário exagerado (superlativo absoluto), mas se se trata do vocabulário físico ou científico, a explicação será, parece-me, um pouco diferente, por ex. um *ultramicroscópio* não é um microscópio mais perfeito, mas, sim, é um outro microscópio; assim se verifica também no *ultra-som*, *ultra-sónico* ou no *supersónico*, que é o contrário do *subsónico*. Da mesma maneira podemos constatar também em *supersensível* ou *supra-sensível*, que não é a mesma coisa que *hipersensível* no vocabulário psicológico.

Seja como for, a meu ver, a mesma influência em português actual, da linguagem publicitária conseguiu e consegue fazer-se agente de grande importância na programação das novas formações, particularmente compostas com os prefixos da tendência oposicional e de intensidade. A proliferação dos prefixos em questão explica-se pela concorrência comercial entre as grandes sociedades. A necessidade em que se encontra cada firma e cada indústria de entrar numa competição cada vez mais dura, obriga à publicidade, em que se multiplica o emprego destes prefixos. Dentro destes prefixos de valor intensivo e oposicional como *super-*, *supra-*, *sobre-*, *ultra-*, *extra-*, *hiper-*, *arqui-* (e recentemente o pseudo-prefixo *maxi-*) e *anti-*, *contra-*, *super-*, são mais móveis, mais usados. *Super-* e *anti-* tornam-se na linguagem de hoje um processo orgânico e formador que se pode ouvir ou ler todos os dias nos jornais ou na cadeia da emissora da actualidade da televisão ou da rádio. Além dos prefixos acima referidos, não se deve esquecer o pseudo-prefixo *mini-* que, embora traduza a ideia de pequeno tamanho, se utiliza muito na língua dos nossos dias, mercê da moda da *mini-saia*.

(⁸¹¹) Ver A. Junker, *Wachstum und Wandlungen...* (ver Bibl.), págs. 122-137; Li Ching, *Beiträge zur französischen Gegenwartssprache*, págs. 87-111;

Aliás, no vocabulário publicitário, os compostos como *extrafino*, *hiperfino*, *superfino* e *ultrafino* possuem aparentemente um valor superlativo quase idêntico, mas adquirem tonalidade semântica quanto à qualidade.

Além disso, devemos notar também que muitos dos prefixos acima tratados atingiram hoje, fora da sua função prefixal ou adverbial, uma autonomia completa, estando a funcionar como substantivos independentes: um *ultra* é uma pessoa que tem as ideias em excesso, um *anti* que não está de acordo com as ideias de uma outra pessoa qualquer, um *contra*, que tem o mesmo sentido que *anti*, um *pró*, que dá a sua simpatia ou o seu consentimento a uma outra pessoa, um *vice*, que está pré-determinado para substituir a personagem principal, quando esta está ausente, um *sub* de Hitler, que foi o segundo personagem do III Reich, na Alemanha, *super*, que é a gasolina de qualidade superior, um *extra*, que pode ser uma coisa de grau de excelência e de superioridade ou pode ser uma criada que foi paga por horas ou por dias, um *maxi*, que é um automóvel da marca Escort, um *mini*, que pode ser uma marca de automóvel ou pode ser também outra coisa.

Contudo, além destes usos substantivos, alguns destes prefixos podem ser utilizados com função atributiva: *encontros extras*, *Austin mini*, *caloríferos super*, etc.

O problema de emprego do hífen é todavia hesitante na nova formação. Segundo o *Vocabulário ortográfico resumido da Língua Portuguesa*: «Serve o hífen principalmente para ligar as partes constitutivas de vocábulos no final da linha escrita e os elementos das palavras compostas que mantêm a sua independência fonética, conservando cada um a sua própria acentuação e formando o conjunto perfeita unidade semântica»⁽⁸¹²⁾. Mas esta regra nem sempre foi respeitada pelo uso, por ex. encontram-se *anticolonialismo*, *anti-colonialista*, *auto-educação*, *autoelevador*, *neo-colonialista*, *neocolonizador*, *semi-vadio*, *semivida*, *super-espião*, *superespaço*, etc. etc. Há uma diferença semântica na construção com hífen? O processo lembra aqui o de Filinto Elísio, no século XVIII, o qual, para acentuar mais a ideia de negação, escrevia: *in-consolado*, separando por hífen o prefixo da palavra, a fim de lhe dar maior relevo⁽⁸¹³⁾.

Sobre o emprego ou a supressão de hífen na língua francesa de hoje, dois linguistas franceses dedicaram-se a um estudo sobre a for-

(812) Ver *Vocabulário Ortográfico resumido da Língua Portuguesa* (Academia das Ciências de Lisboa, 1947), na parte de Instruções IX.

(813) Ver M. Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa*, pág. 87.

mação com os prefixos de valor intensivo, em que notaram, em particular, que essas novas formações obedecem a uma dupla tendência: «l'une à la lexicalisation des composés qui acquièrent une véritable autonomie lexicale, et l'autre à la grammaticalisation du préfixe à valeur intensive; d'où la présence ou l'absence du trait d'union, selon que le préfixe est considéré comme ayant une simple valeur d'intensif (par exemple: *super-lessive*), ou que les deux éléments du composé sont complètement soudés (*superforteresse*, *superfin*)»⁽⁸¹⁴⁾. Esta tese parece-me interessante tanto sob o ponto de vista psicológico, como sob o ponto de vista analítico, mas os criadores dos neologismos, sobretudo na linguagem portuguesa actual, não seguem sempre esta regra como norma de formação.

Falta também regularidade no uso de aspas em português actual. A utilização das aspas tem, em geral, o objectivo de indicar uma citação e vem antes e depois desta citação, ou no princípio de cada linha dessa citação, ou uma palavra ou expressão nova, ou uma palavra ou expressão antiga com nova aquisição de sentido. Mas um grande número dos neologismos em português actual, principalmente nos jornais, nas revistas, não foram vestidos de aspas, quer sejam neologismos de formação (ou estrangeirismos), quer sejam neologismos de sentido. Podem-se encontrar muitas vezes num mesmo texto dum artigo neologismos, uns com aspas e outros não. Acho que o uso das aspas é muito importante, tanto na nova criação, como na nova aquisição de sentido, uma palavra ou uma locução já existente, mas à qual se dá novo sentido não pode ter um uso ordinário como vocabulário dicionarizado, por isso, para evitar as consequências desfavoráveis na interpretação, dever-se-ia chamar a atenção do leitor para o facto de que as palavras ou expressões usadas com aspas são termos novos ou não têm o mesmo sentido no dicionário. Eis os exemplos que colhi, na imprensa portuguesa, para mostrar a confusão do uso e de não-uso das aspas: «Das *im-pertinências* estruturais da linguagem poética (às vezes com certo simplismo, ou sem a necessária destrinça) trata Jean Cohen em *Structure du langage poétique*, Paris, 1966, acentuando que «a poesia pratica sistematicamente a *impertinência*», «dum modo geral só pode construir-se pela violação sistemática das regras da linguagem» (DL.11-7-68); «Isto bastou para que fornecessem, sob o nome de *paraliteratura*, o seu tema essencial à última «década» de Cerisy-la-Salle» (VM.No.1522.9-8-68); «à medida que a literatura aborrece, a

⁽⁸¹⁴⁾ L. Guilbert e J. Dubois, *Formation du système préfixal...* (ver Bibl.), pág. 105; ver também R. Le Bidois, «*Mini*», *le préfixe qui monte*, (La défense de la langue française), em «Le Monde» semanal do 5 ao 11 de Janeiro de 1967.

paraliteratura promete enriquecer-se, e ver-se-ão aparecer, bem cedo, espantosas produções» (VM.No.1522.9-8-68); «Tendo em vista todas estas considerações, a pergunta que ocorre, naturalmente, é quais são os países que têm mais possibilidades de iniciar a «*escalada*» da proliferação» (DN.6-2-66). Entre as cinco palavras por mim sublinhadas, a primeira, que foi colocada entre aspas, separada por hífen entre o prefixo e a palavra, tem um significado especial na estrutura da linguagem poética, e a sua ideia de negação foi mais pura e mais acentuada. A segunda é um termo de uso corrente com sentido lexicalizado. A terceira, colocada entre aspas, é um neologismo puro, ecentemente formado, enquanto a quarta, que não foi colocada entre aspas, não pode ser considerada como uma expressão de uso corrente, pois esta palavra não foi ainda registada em nenhum dicionário da Língua Portuguesa. A quinta é um neologismo de sentido puro e conquistou a sua nova significação em relação à escalada na guerra no Vietname pelo Governo dos Estados Unidos.

Todavia, verificamos que a acentuação prefixal leva também a certas hesitações, por exemplo, *ciné-dia* (com acentuação), *cinclubista* (sem acentuação), etc.

Não se deve esquecer que Portugal é um país de polidesportos, onde mormente o futebol-negócio, além dos diários e revistas, as publicações especializadas em desportivismo como o *Mundo Desportivo*, a *Bola*, o *Sporting*, etc., são hoje os maiores propulsores da criação e da difusão de neologismos, por exemplo: *autogolo*, *superatenção*, *superjogador*, *supermargem*, *mini-Benfica*, *sub-campeão*, *ex-academista*, etc. etc., são termos frequentíssimos no uso corrente, pois a maioria do público desportivo é a massa popular. Por consequente, as palavras e locuções desportivas ocupam na vida moderna um lugar de destaque no vocabulário nacional.

Nota-se que a massa recém-alfabetizada tem também um papel importante na criação e na divulgação dos neologismos.

Para esta breve conclusão sobre zonas linguísticas muito limitadas, estamos na presença de um fenómeno moderno da língua actual: a penetração das expressões científicas e técnicas no vocabulário actual. As noções médicas, sócio-económicas, político-militares são também cada vez mais acessíveis ao grande público, que é, como se sabe, o colaborador mais idóneo para a propagação do ponto de vista da matéria linguística. Este não só usa o léxico destas ciências, destas técnicas, etc., mas também os processos morfológicos que caracterizam estes diversos vocabulários.

Ao grande público ou ao povo atribui-se sempre influência nas transformações da língua, demonstrando como é sempre superior o papel

desempenhado por ele no verdadeiro desenvolvimento linguístico, comparado como contributo que lhe trazem os letrados. A esse respeito nos diz Rodrigues Lapa as seguintes palavras: «Como se desenvolveu a nossa língua? Mais ou menos como todas as línguas de civilização: pela acção ora combinada ora discrepante de dois elementos, que andam há séculos para se entenderem: o povo e os letrados ou clérigos. Se atentarmos na evolução de uma língua, havemos de verificar que a acção dos letrados se exerce quase sempre em sentido reaccionário e limitador, coisa aliás natural por ser gente que olha muito para trás. Inventaram, porém, os hipócritas maneira de nos iludirem e criarem o neologismo; o neologismo literário é quase sempre um fenómeno de reacção encapotado em modernismo, um recurso de pedantes e — pior do que isso — um roubo feito a cadáveres, como é furto feito ao grego e ao latim. Os letrados procedem sempre assim em literatura e em política: sob cor de novidades impingem-nos mil coisas velhas» ⁽⁸¹⁵⁾.

⁽⁸¹⁵⁾ Citado por M. Mendes, *Sobre um belo e lúcido livro de Rodrigues Lapa* (A. 27-7-68).

PORTUGUESISMOS LÉXICOS EN LA «LENGUA CONGO» DE CUBA

GERMÁN DE GRANDA
(MADRID)

La situación lingüística que, hasta no hace muchos años ⁽¹⁾, podía ser aún claramente identificable entre la población de color de la isla de Cuba suponía la existencia e interacción mutua de tres estratos, al menos, de habla ⁽²⁾. El primero y más prestigioso de ellos constituido por el castellano «standard» o «substandard» conformado según la norma insular española impuesta por la población criolla de origen europeo o mixto, el segundo (habla *bozal*) estructurado como una variedad «criolla» ⁽³⁾ semejante en sus rasgos fundamentales a los «criollos» de las zonas inglesas, francesas, holandesas e ibéricas del Caribe y, en

(1) Hacia 1950, fecha aproximada de redacción de *El Monte* de Lydia Cabrera (La Habana 1954).

(2) Es este un aspecto que no acepta (a mi parecer, sin razones válidas) algún especialista distinguido, como Humberto López Morales, el cual minimiza, por ejemplo, la aportación africana a la realidad lingüística de Cuba en *Elementos africanos en el español de Cuba*, en *Boletín de Filología Española*, num. 20-21, 1966, pág. 41 y en *El supuesto africanismo del español de Cuba*, en *Archivum* t. XIV, 1964, págs. 202-211.

(3) Aporto argumentos en este sentido en mi artículo *Algunos datos sobre la pervivencia del «criollo» en Cuba*, en *Boletín de la Real Academia Española*, t. LI, 1971, págs. 481-491.

general del área atlántica ⁽⁴⁾ y manejado tradicionalmente por los esclavos negros y sus descendientes ⁽⁵⁾ para la comunicación normal entre sí y con los representantes de la sociedad esclavista ⁽⁶⁾ y, en fin, diferentes lenguas africanas, subsistentes principalmente por su estrecha relación con el «cultural focus» religioso de las varias etnias africanas establecidas en la isla pero empleadas también en situaciones y condicionamientos más amplios ⁽⁷⁾.

Ciñendo nuestra atención a este último estrato lingüístico es necesario destacar aquí el paralelismo de los hechos cubanos en cuanto a la supervivencia de lenguas africanas en su territorio con los que se dan (o se han dado hasta hace poco tiempo) en otras zonas americanas ya que, en realidad, la situación de la isla a este respecto no representa un fenómeno aislado y extraño dentro del conjunto de las áreas esclavistas americanas sino, por el contrario, la manifestación local de una situación lingüística muy amplia, cuyos rastros encontramos aún en Brasil, Jamaica, Haití, etc.

Efectivamente, investigaciones históricas y antropológicas recientes ⁽⁸⁾ han puesto a los investigadores en disposición de establecer sobre bases sólidas la supervivencia hasta hace poco tiempo, e incluso hasta hoy, del empleo de las lenguas yoruba, árabe, ewe y bantú en Brasil ⁽⁹⁾, del kikongo y yoruba en Guyana ⁽¹⁰⁾ del lánago en Surinam ⁽¹¹⁾, del kro-

⁽⁴⁾ Cfr. mis trabajos *Sobre el estudio de las hablas «criollas» en el área hispánica* y *La tipología «criolla» de dos hablas del área lingüística hispánica*, publicados ambos en *Thesaurus* (Bogotá) t. XXIII, 1968.

⁽⁵⁾ Cfr. los datos que facilita la obra citada en la nota 1.

⁽⁶⁾ William A. Stewart *Creole Languages in the Caribbean*, en *Study of the Role of Second Languages*, Washington 1962, págs. 34-53.

⁽⁷⁾ Cfr. el enfoque general de este tema en Roger Bastide *Les Amériques noires*, Paris 1967 y *Les religions africaines au Brésil*, Paris 1960. También A. Métraux *Le Vaudou haïtien*, Paris 1958.

⁽⁸⁾ Aunque algunos de los datos sobre el tema hayan sido conocidos hace bastante tiempo, su elaboración científica data, en general, de los últimos años.

⁽⁹⁾ Pierre Verger *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*, Paris-La Haya, 1968; Yêda P. de Castro *A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia*, en *Afro-Asia* (Bahía), num. 4-5, 1967, págs. 25-33.

⁽¹⁰⁾ J. G. Cruickshank *Black Talk, being notes on the Negro dialect of British Guiana, with (inevitably) a chapter on the vernacular of Barbados, Demarara* 1916.

⁽¹¹⁾ Ian F. Hancock *A Provisional Comparison of the English-based Atlantic Creoles*, en *Journal of African Languages* (cito por separata), pág. 20.

manti en Jamaica ⁽¹²⁾, del kikongo, yoruba y ewe en Haití, etc., y ello no sólo como vehículo lingüístico de fórmulas litúrgicas sino también en niveles más amplios de la comunicación interindividual.

Un estado semejante hallamos también en Cuba. Las lenguas africanas que han sido y son aún (aunque en diferentes estadios de decadencia y progresivo abandono) empleadas por la población de color cubana como medio de expresión fundamentalmente, aunque no sólo ⁽¹³⁾, religioso pueden ser identificadas con el yoruba, la variante kikongo del bantú, el ewe y el efik, todas ellas denominadas «lengua» por sus hablantes («hablar en lengua» funciona en oposición al «habla bozal» y al castellano) ⁽¹⁴⁾.

La lengua yoruba cubana, designada en la isla por la denominación de *lucumi*, representa el factor común de una serie, aun no estudiada suficientemente, de variantes locales del yoruba africano ⁽¹⁵⁾, caracterizadas todas ellas por un grado de conservatismo morfosintáctico bastante elevado y por una aparentemente contradictoria pero científicamente lógica tendencia hacia la evolución rápida en los ámbitos léxico y fonético ⁽¹⁶⁾. El *lucumi* es empleado en la isla por los africanos descendientes de las etnias de habla yoruba y también por los negros,

(12) Ibidem.

(13) Cfr. los datos facilitados por Lydia Cabrera en el libro citado en la nota 1. Informantes cubanos me han confirmado la realidad de ello en años recientes.

(14) En cambio en zonas americanas donde no existen ya las lenguas africanas «hablar en lengua» se refiere a la variante lingüística «criolla». Así en San Basilio de Palenque (Colombia). Cfr. mis trabajos *Cimarronismo, palenques y hablas «criollas» en Hispanoamérica*, en *Thesaurus*, t. XXV, 1970, y *Sobre la procedencia africana del habla «criolla» de San Basilio de Palenque (Bolívar, Colombia)*, en la misma revista, t. XXVI, 1971, además de los citados en la nota 4. También Derek Bickerton y Aquiles Escalante *Palenquero: a Spanish-Based Creole of Northern Colombia*, en *Lingua*, t. XXIV, num. 3, 1970, pags. 254-267.

(15) Materiales sobre el habla *lucumi* facilitan Nicolás Angarica *El lucumi al alcance de todos*, La Habana, s. a.; T. D. Fabelo *Lengua de santeros, guiné gongorí*, La Habana 1956; Juan Luis Martín *Vocabularios de ñáñigo y lucumi*, La Habana 1956; Lydia Cabrera *Anagó: Vocabulario lucumi (El yoruba que se habla en Cuba)*, La Habana 1957. Sobre una variante dialectal véase Rogelio Martínez Furé *Los Iyesás*, en *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, t. LVI, num. 3, 1965, pags. 101-120.

(16) Sobre algunas diferencias características entre el yoruba africano y el *lucumi* véanse W. R. Bascom *The yoruba in Cuba, en Nigeria (Lagos)*, num. 37 1951, pags. 14-20 y, sobre todo, David L. Olmsted *Comparative Notes on Yoruba and Lucumi*, en *Language*, t. CXIX, 1953, pags. 157-163.

mulatos (e incluso blancos) de otras procedencias que adoptaron como propia la Regla de Ocha o Regla Lucumí⁽¹⁷⁾.

El bantú o *congo*, a través de una base lingüística identificable dialectalmente con el kikongo, es manejado por los secuaces, congoleños y angolanos de origen o de otras procedencias, de la Regla de Mayombe o Regla de Palo Monte⁽¹⁸⁾, no habiendo sido tan estudiado, desde el punto de vista científico, como el lucumí, lo que nos priva, desgraciadamente, de poder reseñar, al menos en grandes líneas, sus tendencias diacrónicas y fisonomía lingüística general, como se ha hecho con el yoruba insular.

El *carabali*, arribado a Cuba con los esclavos de origem efí, bibí, appapa, isieke, abaya, suama, briche, etc, procedentes de la costa de Calabar es, quizá, el habla menos conocida, en cuanto a su base lingüística, de todas la empleadas en la isla, aunque su estructura fundamental parece ser efik. Es utilizado por los miembros de la sociedad Abakuá conocidos popularmente por ñañigos, que tanta importancia tuvieron en los últimos tiempos de la dominación española y primeros de régimen republicano⁽¹⁹⁾.

(17) Acerca de este tema pueden consultarse Fernando Ortiz *Hampa afrocubana: Los negros brujos*, Madrid 1914; Rómulo Lachatañeré *El sistema religioso de los lucumís y otras influencias africanas en Cuba*, en *Estudios Afro-cubanos*, t. IV (1940) pags 27-28 y *Manual de santería*, La Habana 1942; Carlos A. Etchanove *La santería cubana*, en *Revista Bimestre Cubana*, t. LXXII, 1957, pags 21-35; José Luciano Franco Olorún, La Habana, 1960. Además el insustituible trabajo, ya citado, de Lydia Cabrera *El Monte* y la excelente tesis (aún inédita) de Mercedes Cros Arrue *Lo yoruba en la santería afrocubana*, presentada en 1966 en la Universidad de Madrid.

(18) Cfr. *El Monte* de Lydia Cabrera y Rómulo Lachatañeré *Rasgos bantús en la Santería*, en *Les Afro-Américains*, Dakar, 1953. Sobre el habla congo puede consultarse Lydia González Huguet y Jean René Baudry *Voces bantú en el vocabulario «palero»*, en *Etnología y Folklore* (La Habana), num 3. 1967, pags. 31-36.

(19) Sobre la Sociedad Abakuá son útiles Harold Courlander *Abakwa Meeting in Guanabacoa*, en *The Journal of Negro History*, t. XXIX, num 1, 1944, pags 461-470; Fernando Ortiz *La «tragedia» de los ñañigos*, Mexico 1950; Lydia Cabrera *La sociedad secreta Abakuá*, La Habana 1959. Para su origen véase Pedro Deschamps Chappeaux *Margarito Blanco «Ocongo de Után»*, en *Boletín del Instituto de Historia y del Archivo Nacional* (La Habana), t. LXV 1964, pags 97-109 y para su actual estado Rafael L. López Valdés *La Sociedad secreta Abakuá en un grupo de obreros portuarios*, en *Etnología y Folklore*, num. 2, 1966, pags. 5-26. Acerca del habla carabali (efik), consúltense Juan Luis Martín *Vocabulários de ñañigo y lucumí*, La Habana 1956 y Pedro Deschamps Chappeaux *El lenguaje abakuá*, en *Etnología y Folklore*, num. 4, 1967, pags. 39-47.

Finalmente el ewe se encuentra como lengua litúrgica y de comunicación entre los secuaces de la Regla Arará Dajómi, menos en número que los pertenecientes a las Reglas de Palo y Ocha, sobre todo en La Habana, aunque más prestigiosos que ellos en la zona de Matanzas. La lengua arará (ewe) es considerada como la más difícil de todas las africanas habladas en Cuba y su conocimiento parece estar menos extendido ⁽²⁰⁾. Su determinación, aún no emprendida, podría ser muy interesante, ya que es una de las lenguas africanas peor representadas en América a pesar de los grandes contingentes humanos de esta procedencia llegados al Nuevo Continente ⁽²¹⁾.

Considero supérfluo destacar el interés que reviste el estudio, en su conjunto, de las hablas africanas subsistentes en territorios americanos. Desde un enfoque lingüístico general pueden dar luz acerca de procesos diacrónicos de gran transcendencia, como los reflejados en la reorganización estructural de hablas en contacto múltiple o en los diversos resultados de la interferencia de sistemas fonéticos, morfosintácticos y léxico-semánticos en las mismas condiciones. Desde el punto de vista sociolingüístico dichas hablas aportan datos abundantes y significativos sobre temas centrales en este tipo de estudios: distribución diastrática y de grupo de hablas minoritarias, coexistencia e interrelación entre sí y con la lengua oficial, valores y normas que determinan la conservación, evolución o desaparición de las hablas de grupo, procesos de cambio implicados en estas tendencias en relación con otros, paralelos o convergentes, etc. También pueden ser muy útiles las hablas africanas de América en lo que se refiere al empleo de enfoques metodológicos interdisciplinarios antropológico-lingüísticos, pudiendo proporcionar al estudioso materiales abundantes sobre la interdependencia de estructuras y rasgos propios de una determinada subcultura y de estructuras y rasgos lingüísticos, así como sobre el funcionamiento interno o externo de estos sistemas funcionales, sus evoluciones, ajustes y fricciones. Y, finalmente, las lenguas africanas subsistentes en América están en condiciones de ofrecer al estudioso datos valiosos sobre diferentes ámbitos de una extensa problemática histórica, que puede abarcar desde la determinación de los orígenes de los grupos

⁽²⁰⁾ Cfr. Lydia Cabrera *El Monte*, La Habana 1954, pag. 22 (nota).

⁽²¹⁾ Así se desprende, al menos, de los datos antropónimos que se encuentran en los padrones de esclavos negros de la Nueva Granada en el siglo XVIII estudiados por mí y de trabajos como el reciente de Peter Boyd-Bowman *Negro Slaves in Early Colonial Mexico*, en *The Americas*, t. XXVI, num 2 1969, pags 134-151.

sociales esclavos en el Nuevo Continente hasta el rastreo de condicionamientos etnohistóricos relacionados con la actividad esclavista, como pueden ser los procesos conexos con la «trata» y con el asentamiento americano de los contingentes de mano de obra esclava de procedencia africana ⁽²²⁾.

Las observaciones aquí recogidas se encuentran dentro de este último orden de consideraciones, aunque rozando tangencialmente en algunos puntos temas atingentes a otros enfoques antes expuestos.

Es preciso partir, en este trabajo, de datos históricos y etnohistóricos que nos proporcionen el marco conceptual en el que deben inscribirse, para cobrar su completo significado, los hechos propiamente lingüísticos que nos interesan. Para ello es ineludible mencionar, aunque sólo sea superficialmente, las líneas fundamentales de la prolongada convivencia lusocongoleña establecida, desde 1482, en las zonas que, bordeando el Zaire, aparecen pobladas, ya en el siglo XV, por los pueblos de habla kikongo ⁽²³⁾.

Aunque en 1491 el manikongo Nzinga a Nkuwu se bautiza con el nombre de João, su rápida defección de la fé cristiana y lo débil

⁽²²⁾ Es también importante la intervención de las lenguas africanas en el proceso de incorporación a América de una rica literatura oral, alguna de cuyas manifestaciones pueden apreciarse en colecciones como Fernando Ortiz *Cuentos afrocubanos*, en *Archivos del Folklore Cubano*, t. IV, num. 2, 1969, pags 97-112; Rómulo Lachatañeré *¡Oh, mio Yemayá!*, *Cuentos negros*, Manzanillo 1948; Lydia Cabrera *Cuentos negros de Cuba*, La Habana 1940 y *Refranes cubanos*, La Habana 1956. Para Colombia, Rogerio Velásquez *Leyendas y cuentos de la raza negra*, en *Revista Colombiana de Folclor*, 2.ª época, t. I, num. 3, pags 3-63 y t. II, num. 4, 1960, pags 67-120.

⁽²³⁾ La bibliografía sobre el Reino de Kongo es abundantísima. De entre las obras básicas destacaré aquí sólo las siguientes, que pueden bastar para abordar, en líneas generales, el tema: J. Cuvelier *L'ancien royaume du Congo*, Bruselas 1946; J. Cuvelier y L. Jadin *L'ancien Congo d'après les archives romaines (1518-1640)*, Bruselas 1954; W. Bal *Le Royaume du Congo aux XV^e et XVI^e siècles. Documents d'histoire*, Léopoldville 1963; George Balandier *La vie quotidienne au Royaume de Kongo du XVI^e au XVIII^e siècle*, París 1965; J. Vansina *Les anciens royaumes de la savane*, Léopoldville 1965; Carlos Alberto Garcia *A acção dos portugueses no antigo Reino do Congo (1482-1543)*, Lisboa 1968; W. G. L. Randles *L'ancien Royaume du Congo des origines à la fin du XIX^e siècle*, Paris-La Haya 1968, sin olvidar consultar la *Relatione del Reame di Congo e delle circonvizine contrade* de Filippo Pigafetta y Duarte Lopes, que puede ser ahora leída en versión portuguesa (2 vols, Lisboa 1949-1951) o francesa (ed. de W. Bal, Léopoldville 1962) y que sigue siendo fuente de importancia primerísima.

aún de la presencia portuguesa hacen que la relación entre Portugal y el reino de Kongo no alcance su pleno desarrollo hasta que, en 1506, es coronado Rey Dom Afonso I. El reinado de Dom Afonso Mvemba Nzinga, denominado con justicia «el Grande», fué, hasta su muerte en 1543, una sucesión de hechos sorprendentes. Ferviente católico, hace construir seis iglesias en su capital, Mbanza Kongo o São Salvador, envía jóvenes congoleños a Portugal para cursar estudios sacerdotales, no descansa hasta que su hijo Henrique no es consagrado Obispo de Utica y Vicario Apostólico del Congo, solicita y recibe del Rey D. Manuel de Portugal en 1512 la colaboración de numerosos operarios portugueses, carpinteros, albañiles, maestros y aún impresores, que le ayudan a transformar sus dominios con todas las técnicas europeas, acoge y promueve iniciativas para introducir en el reino las letras cristianas y las artes. Es, en fin, el centro de una vertiginosa actividad encaminada a hacer compatible la fidelidad a las nuevas ideas y realidades procedentes de Portugal con el mantenimiento de la personalidad africana de un Reino oficialmente independiente de la soberanía portuguesa. Este equilibrio, ya difícil de mantener durante el reinado de D. Afonso I por las presiones ejercidas por los *donatários* de São Tomé ante las autoridades de Lisboa para forzar la explotación esclavista de las árcas del Congo y por las actividades desarrolladas en este mismo sentido por algunos portugueses allí establecidos, con merma de la autoridad real, es pronto roto, jugando también un gran papel en este sentido las luchas intestinas entre los clanes Chimulaza y Chimpangu para ocupar el trono congolés. A pesar del claro deterioramiento de las relaciones entre Kongo y Portugal, todavía en 1569 los portugueses salvan al Rey D. Alvaro I de la invasión de los canibales Yaga y en 1624 los jesuitas fundan un colegio en São Salvador.

El creciente tráfico de esclavos, que parten en enormes expediciones hacia tierras americanas, sigue ejerciendo, no obstante, un efecto lógicamente negativo sobre la actitud de los congoleños hacia sus aliados portugueses que, progresivamente, van ampliando sus redes comerciales para la explotación a fondo del área congoleña con vistas a la «trata». La exasperación de los naturales estalla ya en 1623 con una matanza de portugueses en la Provincia de Mbamba y llega a su clímax entre 1641 y 1648, años en los que D. Garcia II se alía con los holandeses contra sus antiguos amigos lusitanos, y finalmente, en 1665, año en que D. Antonio I se subleva abiertamente contra su presencia en el reino de Kongo y resulta derrotado y muerto en la batalha de Ambuila. La decadencia del reino congoleño se agrava, entonces, hasta extremos dramá-

ticos e irreversibles. Continuas guerras civiles, incendio y destrucción de São Salvador en 1678, surgimiento de movimientos religiosos sincretistas como la secta de los Antonianos (1704-1706), retirada de sacerdotes portugueses hacia Angola, decadencia cultural completa, fragmentación territorial. Todo ello reduce la construcción sociopolítica de D. Afonso I, ambiciosa en exceso quizá, a una realidad progresivamente africanizada, cuyas únicas relaciones con la cultura europea se reducen a las tradicionales ceremonias de coronación de los sedicentes Reyes ⁽²⁴⁾, a la débil presencia de misioneros católicos, casi todos italianos ⁽²⁵⁾ y, desgraciadamente, a la exportación de esclavos que, por S. Pablo de Loanda ahora como antes por Mpinda, son enviados por los traficantes portugueses hacia tierras ultramarinas ⁽²⁶⁾.

Aunque, como hemos visto muy rápidamente, los contactos entre Portugal y Kongo experimentaron, desde el siglo XVII, un continuo proceso de deterioración que los limitó pronto e los aspectos más pragmáticos del intercambio humano, no se debe perder de vista el hecho de que, aún en los últimos tiempos del reino de Kongo (siglos XVIII y XIX), se mantuvo en su territorio la presencia de comerciantes de origen portugués, de *pombeiros* mulatos ⁽²⁷⁾, de *funantes* y *aviados* que, ejerciendo frecuentemente la «trata» o el comercio especializado fueron, sin duda, factores de perpetuación de las influencias lusitanas ⁽²⁸⁾. Por otra parte es indudable que, aún en las épocas más

⁽²⁴⁾ L. Jardin *Aperçu de la situation du Congo et rite d'élection des rois en 1775, d'après le P. Cherubino da Savona, missionnaire au Congo de 1759 a 1774*, en *Bulletin Historique Belge de Rome*, t. XXV, 1963.

⁽²⁵⁾ J. Cuvelier *Relation sur le Congo du Père Laurent de Lucques (1700-1717)*, Bruselas 1953; L. Jadin *Les missions du Congo à la fin du XVIII^e siècle*, en *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, t. V, Lisboa 1961, págs 207-232; F. Bontinck *La fondation de la mission des capucins au Royaume du Congo par le P. J. F. de Rome, 1648*, Lovaina 1964; Louis Jadin *Le clergé séculier et les capucins du Congo et d'Angola au XVI^e et XVII^e siècles* Bruselas, Roma 1964.

⁽²⁶⁾ Cfr. David Birmingham *Trade and Conflict in Angola: the Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Londres 1966 y *The Portuguese Conquest of Angola*, Londres 1965.

⁽²⁷⁾ J. Vansina *Long Distance Trade Routes in Central Africa*, en *Journal of African History*, t. III, num. 3, 1962, págs 375-390 y *Les anciens royaumes de la savane*, Leopoldville 1965.

⁽²⁸⁾ Así lo piensa Willy Bal *Portugais pombeiro «commerçant ambulant du sertão»*, en *Annali (Sezione Romanza)*, t. VII, num 2, 1965, págs 123-161. Véase también mi artículo *Léxico sociológico afrorrománico en De instaurada Aethiopia salute del P. Alonso de Sandoval*, en *Thesaurus*, t. XXV, 1970.

oscuras y trágicas del reino de Kongo, se conservaron, entre los dirigentes de los diferentes grupos territoriales en que se había fragmentado la primitiva unidad política e incluso entre el pueblo, rasgos y elementos culturales y espirituales de origen portugués que tardaron mucho en desaparecer o, en ocasiones, se perpetuaron adaptándose a nuevas funciones ⁽²⁹⁾.

No es, pues, de extrañar que también la lengua de esta área, como componente que es de la estructura cultural de un pueblo, presente aún rastros del fenómeno etnohistórico que constituyó el prolongado contacto de las poblaciones de habla kikongo con los portugueses. Los datos que poseemos son suficientes para establecer, fuera de toda duda, que, aunque las huellas portuguesas se encuentran en múltiples ramas o dialectos del conjunto lingüístico bantú ⁽³⁰⁾, son especialmente notables y abundantes en la lengua kikongo ⁽³¹⁾.

Efectivamente, en este dialecto bantú no sólo se encuentran más difundidos que en ningún otro los antropónimos de base portuguesa ⁽³²⁾ sino que, a pesar de la presencia posterior de colonizadores de habla francesa en una parte de su ámbito territorial, persisten numerosos elementos léxicos de origen portugués. En el subdialecto kintandu de la región de

(²⁹) Para el fenómeno del sincretismo afro-católico y sus consecuencias en el arte congoleño véase R. L. Wannyn *L'art ancien du métal au Bas-Congo*, en *Zaire*, mayo de 1955. Sobre la utilización y adaptación de los antropónimos portugueses cfr. W. Bal *Prénoms portugais en kikongo*, en *Revue Internationale d'Onomastique*, 1962, pags. 219-222.

(³⁰) Véanse, para Gabón, Robert Reynard *Recherches sur la présence des portugais au Gabon*, en *Bulletin de l'Institut d'Etudes Centrafricaines* (nouvelle série). Num 9, 1955, pags 36-50; P. André R. Walker *Remarques sur les noms propres gabonais*, en la misma revista, num 11, 1956, pag 82. Para Angola W. Giese *Portugiesische Lehnwörter in Mbundu (Angola)*, en *Orbis*, t. III, 1954, pags 199-206; C Estermann *Aculturação linguística no sul de Angola*, en *Portugal em Africa*, t. XX, 1963, pags 8-14.

(³¹) Cfr. Manuel Alfredo de Moraes Martins *Contribuição para o estudo da influência do português na língua quicongo*, en *García da Orta*, t. VI, 1958, pags 33-51 y *Contacto de culturas no Congo Português*, Lisboa 1958; Willy Bal, *Emprunts romans en kintandu, dialecte kikongo* en *Mélanges... Maurice Delbouille*, Gembloux, 1964, t. I, pags 47-64 y *O destino das palavras de origem portuguesa num dialecto quicongo*, en *Revista Portuguesa de Filologia*, t. XV 1969 (cito por separata).

(³²) Véanse los trabajos de W. Bal citados en la nota 29 y en la 31, además de los artículos de J. de Munck y A. Ryckmans titulados *Notes sur... quelques ndumbululu* y publicados en la revista *Ngonge* (Leópoldville), números 1 y 2 (julio y agosto de 1960) respectivamente.

Kisantu (República Democrática del Congo) Willy Bal ⁽³³⁾ ha recopilado 5 palabras de este origen en el campo semántico de la salud y el hombre en general, 11 en el de la vida espiritual, 18 en el de la vida social, 3 topónimos, 3 gentilicios, 6 respecto a profesiones y trabajo, 21 tocantes a alimentación, fauna y flora, 6 a vestidos y calzado, 13 a la casa y vida doméstica y 16 a objetos diversos. Por su parte Manuel Alfredo de Morais Martins, en un trabajo de ámbito más amplio ⁽³⁴⁾, presenta una lista de importaciones léxicas portuguesas en kikongo que recoge 20 palabras relacionadas con la vida espiritual, 18 con la alimentación, 8 con la habitación, 23 con el vestuario, 19 con la agricultura, 6 con la fauna, 15 con el comercio, 9 con las profesiones, 86 con herramientas y utensilios, 5 con metales, 6 con juegos, 6 con divisiones de tiempo, 25 vocablos diversos y, finalmente, 18 verbos.

Es fácil comprobar que en ninguna otra área de habla bantú se pueden rastrear tantos vocablos importados del portugués, lo que da testimonio de un contacto más prolongado e íntimo de esta lengua con el kikongo que con ninguna modalidad lingüística del centro-sur de África, incluso las de Angola donde, sin embargo, la presencia portuguesa ha sido ininterrumpida hasta hoy ⁽³⁵⁾.

Ahora bien, sabemos que las etnias bantús facilitaron ininterrumpidamente contingentes numerosísimos de esclavos a las áreas geográficas de la América española, prácticamente desde los orígenes mismos de la «trata» africana. Durante el período de «licencias» (1530-1595) se realizó el tráfico por intermedio de las factorías de São Tomé que, a su vez, se abastecían en gran parte de proveedores establecidos en São Salvador, Mpinda y otros puntos del Congo ⁽³⁶⁾ y, hasta el fin del período del «asiento» portugués (1595-1640), directamente desde

⁽³³⁾ Art. cit. en último lugar en la nota 31.

⁽³⁴⁾ Art. cit. en primer lugar en la nota 31.

⁽³⁵⁾ Sé, naturalmente, que una parte de los grupos de habla kikongo está hoy bajo soberanía portuguesa en la zona norte de Angola pero, en primer lugar, en estas áreas la soberanía portuguesa no ha sido ininterrumpida como en los territorios de habla kimbundu y, además, los préstamos portugueses son particularmente abundantes en subdialectos que, como el kintandu, se hablan en zonas que han estado varias décadas bajo dominación belga y francesa.

⁽³⁶⁾ La maligna influencia ejercida por los mercaderes de São Tomé sobre las autoridades portuguesas para conservar su posición de intermediarios forzosos en la «trata» no pudo nunca ser contrarrestada por los reyes de Kongo que, en vano, rogaron a los monarcas portugueses que detuvieran las actividades de los negreros lusitanos. Las cartas del Rey D. Afonso I en este sentido son bastante significativas acerca del fracaso de estas gestiones.

Cabinda o São Pablo de Loanda o utilizando la escala intermedia de São Tomé ⁽³⁷⁾. A partir de 1640 y hasta 1748, fin del «asiento» inglés, se importan esclavos del área bantú, bien ilegalmente (1640-1701), bien de modo legal (1701-1748), procedentes de factorías inglesas del Congo como Banana o francesas como Loango, prolongándose esta corriente comercial hasta fines del siglo XIX, ya que, una vez liberalizada la importación de negros al Nuevo Mundo tras las Reales Cédulas de 1798 y 1791, los puertos del estuario del Congo, de Angola y, más raramente, de Mozambique fueron frecuentados con regularidad por los negreros que facilitaron mano de obra esclava a Cuba y Puerto Rico hasta la supresión de la esclavitud y, por consiguiente, de la «trata» en ambos territorios ⁽³⁸⁾.

En todo este proceso histórico uno de los grupos étnicos más afectados por los resultados del tráfico negrero fué, según todos los indicios, el de los bakongo ya que no sólo los experimentó por más tiempo (puesto que hasta finales del siglo XVI son los únicos proveedores de esclavos bantús a la metrópoli lusitana y a los territorios americanos y asiáticos, no habiendo sido aún ocupada Angola) sino que, durante casi dos siglos, sufrió la cuádruple actuación, sobre sus costas y tierras interiores, de los esclavistas portugueses, que drenaban sus recursos humanos hacia Mpinda, Cabinda, Loango o S. Pablo de Loanda, y de los holandeses, franceses e ingleses que actuaban ininterrumpidamente desde sus bases al Norte del Zaire desde comienzos del siglo XVIII. No es, pues, de extrañar que, como he demostrado en otra ocasión ⁽³⁹⁾, la aportación de los bakongo a la población negra de la América española haya sido preponderante (y aún, en ocasiones, exclusiva) en relación con las otras etnias bantús de Angola, Mozambique, Camerún o distritos centrales del África austral.

⁽³⁷⁾ Cfr. Rozendo Sampaio Garcia *Contribuição ao estudo do aprovisionamento de escravos negros na América Espanhola (1580-1640)*, en *Anais do Museu Paulista*, t. XVI, 1962, pags. 7-195; Henry Lapeyre *Le trafic négrier avec l'Amérique espagnole*, en *Homenaje a Vicéns Vives*, t. II, Barcelona 1967, pags 85-106.

⁽³⁸⁾ Son significativas, a este respecto, las conclusiones que se derivan del estudio de los padrones de negros esclavos en la Nueva Granada del siglo XVIII. Véase mi trabajo *Onomástica y procedencia africana de esclavos negros en las minas del Sur de la Gobernación de Popayán (siglo XVIII)*, en *La Minería Hispana e Iberoamericana*, t. I, León (España) 1970, pags. 605-638.

⁽³⁹⁾ *Sobre la procedencia africana del habla «criolla» de San Basilio de Palenque (Bolívar, Colombia)*, en *Thesaurus*, t. XXVI, 1971.

Los testimonios de este hecho son bastante numerosos y se encuentran en la antroponimia de los esclavos americanos ⁽⁴⁰⁾, en elementos folklóricos varios ⁽⁴¹⁾, en los sistemas religiosos ⁽⁴²⁾, en referencias históricas ⁽⁴³⁾ y también, como es lógico, en datos lingüísticos.

Es bastante significativo el que los africanismos subsistentes en el habla «criolla» palenquera ⁽⁴⁴⁾ sean identificables en buena parte con léxico kikongo y aún lo es más que la lengua «congo» de Cuba tenga, al parecer, una base lingüística similar ⁽⁴⁵⁾.

En vista de ello no resulta sino muy coherente y lógicamente deducible de los datos expuestos que los esclavos negros de habla nativa kikongo fueran portadores, en su desplazamiento a tierras americanas, de préstamos léxicos de origen portugués que habían penetrado muy tempranamente y en cantidad apreciable, como hemos visto, en su propia lengua africana y que, por lo tanto, quedarían incorporados al habla «congo» conservada en América.

La aceptación de esta hipótesis de trabajo implicará otra vía de penetración de portuguesismos en los territorios del Nuevo Mundo antaño dependientes de la corona española aunque en el presente caso, a diferencia de los enunciados en un trabajo mío anterior ⁽⁴⁶⁾, el destino final de los mismos no ha sido el de integrarse en el léxico castellano de América sino el de permanecer (hasta la, quizá inevitable, desaparición total del sistema lingüístico que los contiene) en la lengua «congo» de Cuba como testimonio fosilizado de todo el largo y complejo proceso histórico de contacto cultural que hemos recogido hasta aquí.

Afortunadamente me es posible facilitar una prueba positiva que confirma la certeza de la teoría aquí postulada. Consiste en la identifica-

⁽⁴⁰⁾ Cfr. mi artículo cit. en nota 38, además del ya clásico libro de Gonzalo Aguirre Beltrán *La población negra de México, 1519-1810*, México 1946 y Peter Boyd-Bowman *Negro Slaves in Early Colonial México*, en *The Americas*, t. XXVI, num. 2, pags. 134-151, etc.

⁽⁴¹⁾ Cfr. Roger Bastide *Les Amériques noires*, Paris 1967 para un enfoque de conjunto.

⁽⁴²⁾ Consúltase *El Monte* de Lydia Cabrera, antes citado.

⁽⁴³⁾ Cfr. *De Instauranda Aethiopum Salute*, del P. Alonso de Sandoval, Sevilla 1627 (reproducida en Bogotá 1956).

⁽⁴⁴⁾ Véase mi artículo cit. en la nota 39.

⁽⁴⁵⁾ Lydia González Huguet y Jean René Baudry *Voces bantú en el vocabulario «palero»*, en *Etimología y Folklore*, num. 3, 1967, pags. 31-36.

⁽⁴⁶⁾ *Acerca de los portuguesismos en el español de América*, en *Thesaurus*, t. XXIII, 1968.

ción de dos elementos léxicos (al menos) de origen portugués en el vocabulario del habla «congo» cubana aún subsistente en la primera mitad de este siglo.

El primero de ellos se inscribe en el campo conceptual y semántico de la brujería mayombe (⁴⁷) y, concretamente, en la técnica de elaboración de la *nganga*, también llamada *houmba*, *nkiso* o *vrillumba* (⁴⁸). Este objeto mágico, cuya descripción creo necesaria no sólo para hacer corresponder la «palabra» a la «cosa» concreta sino también para fundamentar en datos etnológicos mi interpretación etimológica, tiene como finalidad el poner en poder del brujo mayombe, *nganga nzambi* o *nganga ndoki*, un conjunto de fuerzas dirigidas por el *nfúmbi* o espíritu de un muerto y formado por los espíritus de los «palos» o vegetales y de los animales, con lo cual se consigue dominar «el mundo entero en chiquito [por tener en la *nganga*] el cementerio, el monte, el río, el mar, el rayo, el remolino, el sol, la luna y los luceros» (⁴⁹). El «fundamento» de la *nganga* debe ser el espíritu de un cadáver representado por sus huesos: la *kiyumba* o cráneo, que debe conservar aún fragmentos del cerebro, dedos de las manos y los pies y canillas «para que corra», siendo conveniente, para aumentar su fuerza, colocar, si es posible, junto a estos huesos de un negro otros similares de un *mundele* o blanco. Bajo este «fundamento» se colocan cinco monedas de plata y también yeso, esperma de vela, ceniza y tabaco junto a un pedazo de caña que contenga agua de mar, arena y azogue. Encima un perro macho y negro, muerto, que sujete la *kiyumba* de hombre, rodeada de los dedos, canillas y costillas, colocando al lado el cerebro. Alrededor trocitos de ceiba, cuaba, ayúa, tengue, cocuyo, garayúa, laurel, zaza, jocuma, amansa-guapo, guamá, guachinango, macagua, pino de la tierra, dagame, moruro, jagüey, palma, doncella, yaya, yagrume, bejucos, batalla, jimagua, cocúmpeba, legaña de aura, *nfinda*, etc., y también hierbas, sensitiva, canutillo, grama, barba de indio, etc. Se echan encima ají, pimienta, ajo, jengibre, cebolla blanca, canela, ruda, piñón, anamú, etc, rematándose con cabezas de perro, gato, jutía, querequeté, chivo negro, aura, murciélago, zun-zun y arriero y cuerpos de jubo, manca-perro, camaleón, ciempiés, lagarto, sapo, araña peluda, alacrán, majá, etc, sin olvidar la tierra de bibijagüero, la piedra de rayo bañado con sangre y

(⁴⁷) Cfr. Fernando Ortiz *Hampa afrocubana. Los negros brujos*, Madrid 1914.

(⁴⁸) Lydia Cabrera *El Monte*, La Habana 1954, capítulo V.

(⁴⁹) Ob. cit. pag. 131.

una «bola-mundo» o bola de hierba extraída del estómago de una vaca. Una vez formada la *nganga* es llevada durante tres viernes al *nfinda kalunga* o cementerio y otros tres a *nfinda anabutu* o «monte», después de lo cual puede ser transportada a la casa del mayombero, *kintuala nkisi* o *mfumo*. Todo el conjunto que forma la *nganga*, de respetables dimensiones, puede ser encerrado en un caldero, «como lo hacen los negros criollos» o en una pieza o saco de tela que se colgaba en la barbacoa o *chamalongo*, según lo hacían los «negros de nación». Esta *boúmba*, que formaba un gran bulto (*kita*) encerrada en su envoltorio de tela, era denominada *sácu-sácu* ⁽⁵⁰⁾, forma que considero adaptación bantú de un préstamo portugués y no (como podría parecer a primera vista) resultado de la adopción de la palabra española *saco*.

Fundamento mi opinión en la completa coincidencia de la forma cubana con la introducida en el kikongo africano a través del portugués (y aún hoy subsistente) *nsáku* ⁽⁵¹⁾ o *sáku* ⁽⁵²⁾, en la conservación del vocalismo final cerrado, no explicable por el castellano, y en la duplicación del lexema, procedimiento utilizado con frecuencia en las hablas africanas (o en las americanas de formación y estructura africana) pero no en las que experimentaron la presión de un fuerte superestrato lingüístico europeo ⁽⁵³⁾. Todo ello, junto con la observación antes recogida (procedente de informantes ancianos) de que el *sácu-sácu* era sólo utilizado por los «negros de nación» y no por los criollos, parece dejar bien establecido que tanto la utilización de esta técnica para encerrar a la *nganga* como la denominación de su recipiente se originaron en áreas africanas de habla muy probablemente kikongo, siendo ambas trasladadas conjuntamente a tierras americanas y permaneciendo allí el vocablo *sácu-sácu* como testimonio de un antiguo préstamo recibido por el bantú occidental del portugués, seguramente como resultado de la introducción simultánea del objeto a que se refiere.

Lo mismo creo poder afirmar de otro vocablo, afortunadamente menos siniestro, empleado también en el habla «congo» de Cuba. Se trata de la denominación *loso* aplicada al arroz. Esta forma parece ser la única conocida

⁽⁵⁰⁾ Ob. cit. pag. 125.

⁽⁵¹⁾ W. Bal *O destino das palavras de origem portuguesa num dialecto quicongo*, cit., pag. 10 de la separata que manejo.

⁽⁵²⁾ Manuel Alfredo de Moraes Martins *Contribuição para o estudo da influência do português na língua quicongo*, cit., pag. 43.

⁽⁵³⁾ Existe, por ejemplo, *pátupátu* (port. *pato*) en el saramacca de Surinam. Cfr. Ian F. Hancock, art. cit. en la nota 11, pag. 48 y nota 236 de la pag. 69.

en la lengua empleada por los descendientes cubanos de los esclavos bantús⁽⁵⁴⁾ y, a pesar de la relación, evidente para el lingüista, entre la forma española y la «congo», ésta debe ser traducida por los informantes negros de L. Cabrera que la consideraban, sin duda, perteneciente al léxico patrimonial de su habla africana. Semejante actitud hace suponer, desde luego, una etimología no española de la palabra, en cuyo caso (y siendo indiscutible su génesis románica) su única vía de penetración posible en el habla «congo» sería la adopción de la voz portuguesa por el bantú africano y su posterior importación en América. Viene a confirmar este hecho la identidad de la voz (y del significado) *loso* del «congo» cubano respecto a las equivalentes en kintandu⁽⁵⁵⁾ y en kikongo en general⁽⁵⁶⁾, *lôosu*, *lôzo*, y otras consideraciones de carácter fonético que hacen improbable el posible origen castellano de *loso* al mismo tiempo que transparentan su formación en territorio africano⁽⁵⁷⁾. Es curioso el hecho de que, entre los negros cubanos descendientes de «congos», se conserve una curiosa conseja referida al origen diabólico del *loso*⁽⁵⁸⁾ que le fué arrebatado a *Lukánkansa* (el demonio) por un rey de Luanda con el apoyo de su mágica *zarebanda*, alusión quizá a la introducción portuguesa del arroz como sustituto del maní (*mindó* o *nguba*).

Quizá puedan ser añadidos a estos portuguesismos del «congo» cubano (*sácusácu* y *loso*) otros casos, algo menos claros. Entre ellos puede figurar la forma *mukuaputo*⁽⁵⁹⁾, equivalente a *mundele*, y en la cual podemos constatar la existencia de la conocida voz *mputu/putu* que, designando en principio a Portugal (*Mputugal*) y a los portugueses

(54) Lydia Cabrera *El Monte*, La Habana 1954, pag. 329.

(55) W. Bal, art. cit. en nota 51, pag 9 de la separata.

(56) M. A. de Moraes Martins, art. cit. en nota 52, pág. 41.

(57) En las hablas substandard de los negros hispanoamericanos e, incluso, en los «criollos» empleados por núcleos negros de origen cimarrón, como el de San Basilio de Palenque, la voz castellana *arroz* puede adaptarse a las peculiares tendencias fonéticas de estos grupos, presentando, por ejemplo, formas como *arroh*, *arró*, *aló* (San Basilio) pero sin presentar nunca aféresis de la vocal inicial ni vocal paragógica (Cfr. José Joaquim Montes *Sobre el habla de San Basilio de Palenque*, en *Thesaurus*, t. XVII, 1962, pags. 446-450). Tanto la aféresis vocálica como la vocal paragógica son, en cambio, rasgos muy frecuentes en las adaptaciones bantús de vocablos portugueses, así como la evolución /R/ > /L/. Cfr. W. Bal, art. cit. en nota 51, pags. 34, 17-18 y 24.

(58) Lydia Cabrera, ob. cit. pag. 485.

(59) *Ibidem*, pag. 512. Se aplica, en este caso particular, al policía blanco. También se llama *malafa mamputo* al aguardiente de caña (*Ibidem*, pag. 113).

(*mputulukesu*), amplió luego el ámbito de su aplicación para abarcar a Europa toda y a los blancos en general en las hablas bantús⁽⁶⁰⁾, la designación de la yuca en habla «congo» con la voz *mandiok/maddiaka*⁽⁶¹⁾, formada, sin duda, sobre un étimo *mandioca* incorporado al portugués sobre una base americana⁽⁶²⁾, etc.

Universidad Autónoma de Madrid

(60) Cfr. W. Bal, ar. cit. en nota 51, pag. 8 de la separata.

(61) Lydia Cabrera, ob. cit., pag. 563.

(62) La mandioca parece haberse introducido, en efecto, en el reino de Kongo a fines del siglo XVI. En 1620 Bras Correa indica que los portugueses de Mpinda la cultivaban desde algunos años antes a la manera brasileña (Georges Balandier *La vie quotidienne au royaume de Kongo du XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris 1965, pag. 83). También fué éste el caso respecto al aguardiente de caña (*malafu mamputo*) citado en la nota 59, el cual sustituyó al vino de palma (*malafu*) empleado en Kongo antes de la llegada de los portugueses, cuyas cualidades diuréticas y alimenticias son elogiadas por Filippo Pigafetta y Duarte Lopes en su *Relatione del Reame di Congo e delle circonvicine contrade* (traducción francesa de Willy Bal, 2ª edición, Lovaina-Paris 1965, pag. 77).

P

101 to

ESTUDOS TOPONÍMICOS

PEDRO CUNHA SERRA
(LISBOA)

XVII

Banzão

(Colares — Sintra)

São elucidativas as formas antigas que encontramos em um documento de 1255: *portu de Bazam* e *portum de Basam* ⁽¹⁾.

A primeira destas formas corresponde perfeitamente ao nome pessoal árabe *Bassām*. O nome foi usado na Península: da época muçulmana todos conhecemos o poeta *Ibn Bassām* de Santarém; pelos meados do século XII, era meirinho da tão moçarabizada região de Leão um indivíduo chamado *Petrus Bazam* ⁽²⁾ ou *Petro Bazam* ⁽³⁾.

A explicação não oferece dificuldade. Quando a última consoante da palavra árabe era a bilabial nasal, umas vezes subsistia a nasalidade, outras vezes mantinha-se a bilabial que se fazia seguir de um *e* de apoio ⁽⁴⁾. Neste nosso topónimo, verificou-se a primeira evolução.

A sílaba inicial tornou-se nasal por contaminação da sílaba contigua, fenómeno fonético não raro ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Pedro de Azevedo, *Os reguengos da Estremadura na primeira dinastia*, p. 11. O documento foi tirado do *Livro I da Chancelaria de Afonso III*, fl. 152-v., no qual conferimos a lição de Pedro de Azevedo; as formas, com efeito, divergem, sendo *Bazam* a que reproduz o tratamento corrente do *sin* intervocálico.

(²) Vignau, *Cartulario del Monasterio de Eslonza*, p. 139 e p. 140: documentos do ano de 1155.

(³) Id., *Ib.*, p. 142 e p. 144: documentos de 1155 e de 1157 respectivamente.

(⁴) A. Steiger, *Contribución...*, pp. 111-112 e E. K. Neuvonen, *Los arabismos del español en el siglo XIII*, pp. 278-279.

(⁵) *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. V, p. 286. Desta contaminação de nasalidade podemos fixar como caso típico o verificado na história do antroponimo *Mendonça*, outrora *Mendoza*.

XVIII

Campanhó

(Campanhó — Mondim de Basto)

Já alguma coisa se disse a respeito deste topónimo (¹). Os elementos históricos e comparativos que juntámos só corroboram o que com acerto se afirmou da sua origem.

Campanhó é, embora pobre, povoação antiga: 1258 *Campanóo* (²), 1530-1531 *Cāpanho* (³), 1698 *Campanho* (⁴), 1751 *Campanho* e *Campanhó* (⁵), 1758 *Campanhó* (⁶), 1767 *Campanhō* (⁷) e 1798 *Campanhó* (⁸).

Mas o que sabemos da história do homónimo galego *Campañó* (Pontevedra é decisivamente esclarecedor: em 1105 *Campaniola* (⁹) e em 1116 *Campaniola* (¹⁰).

Naturalmente a base destes topónimos é *campaniola*, diminutivo de *campania* 'campo raso, planície' (¹¹).

(¹) J. M. Piel, *Nomes de «possessores»...*, p. 50.

(²) *Inquisitiones*, p. 1377.

(³) *Arq. Hist. Português*, vol. VII, p. 276.

(⁴) Meireles, *Prontuário*, p. 209.

(⁵) Cardoso, *Dic. Geogr.*, vol. II, p. 381.

(⁶) *Dicion. Geogr. Manuscrito*, vol. 8.º, p. 415.

(⁷) P. Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano*, vol. I, p. 122.

(⁸) *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique* (Paris 1970), p. 123.

(⁹) *Galicia Histórica*, t. I, p. 53.

(¹⁰) L. Sánchez Belda, *Documentos Reales de la Edad Media referentes a Galicia* (Madrid, 1953), p. 94-95 (n.º 193).

Também na toponímia francesa se encontram representantes do latim *campaniola* - (A. Dauzat e Ch. Rostaing, *Dict. étymol. des noms de lieux en France*, p. 137). Formas antigas francesas, que não tivemos elementos para

identificar com as modernas correspondentes que porventura existem e que não se encontram no *Dict. étymol.* citado, são *Campaniola* de 1026 (U. Chevalier, *Cartul. de l'Abbaye de St.-Chaffre du Monastier*, Paris 1884, p. 71), *Campaniolam* de 917 e *Campaneolas* de 1109-1110 (respectivamente vol. I, p. 193 e vol. V, p. 232 de *Recueil des Chartes de Cluny* da *Collection de documents inédits sur l'histoire de France*).

(¹¹) REW, n.º 1557.

Analogamente, de **montanea* 'serra' (REW, n.º 5666) se formou **montaneola* que produziu *Montanyola* e *Muntanyola* em Espanha (prov. de Barcelona) e *Montagnole* em França (Sabóia) (cfr. Dauzat e Rostaing, *Dict. étymol.* cit., p. 457: a forma antiga *Montaniola*, de cerca de 1100 e correspondente ao topónimo saboiano, foi extraída de p. 187 ou p. 194 do *Cartulaire... de Grenoble* da também já cit. *Coll. de documents inédits sur l'histoire de France*).

XIX

Sedielos

(Sedielos — Peso da Régua)

O elenco de formas antigas é o seguinte: 1175 *Seedelos* (¹), 1179 *Sedenellus* (²), 1258 *Sedeelos* (³), *Sedelos* (⁴), e *Seedelos* (⁵), 1259 *sedeelos* (⁶), 1320-1321 *Sedeelos* (⁷), 1519 *Sedrelos* (⁸), 1530-1531 *Sediellos* (⁹), 1689 *Sediellos* (¹⁰), 1706 *Sydiellos* (¹¹), 1747 *Sidiellos* (¹²), 1758 *Sydiellos* (¹³) e 1768 *Sidielos* (¹⁴).

Embora topónimo muito isolado, cremo-lo susceptível de explicação.

A forma de 1179, *Sedenellus*, aponta para um derivado de **saetēnus* (= **saetīnus*) (¹⁵), por sua vez derivado de *saeta* 'cabelo, pêlo, cerda, seda'.

Assim, aquele **saetēnus* será a base de **Saetenellos* > *Sedenelos* > *Sedeelos* > *Sedielos*, no sentido / aproximadamente / equivalente de 'cabeludos' (¹⁶), e de **saetēnūtū* - > *sedeúdo* 'sedoso, cabeludo' (¹⁷).

A respeito deste *Sedielos* 'os cabeludos', cabe lembrar outros topónimos, também antigos, cujo sentido ou formação é aproximável: *Ruivos* (no séc. XII *Ruvios*) (¹⁸), *Crespos* (menciona-se já em 1102) (¹⁹), *Laúndos* (antigo *Lanudos*) (²⁰) e *Negrelos* (já no séc. IX) (²¹).

(¹) J. P. Ribeiro, *Dissertações cron. e crit.*, vol. III, p. 162 (de um documento de autenticidade muito duvidosa que se encontra no *Livro II de Doações de Afonso III*).

(²) Id. *ib.*, p. 168 ou *Régios*, p. 451.

(³) *Inq.*, pp. 1195, 1198, 1199, 1200 e 1201.

(⁴) *Inq.*, p. 1171.

(¹) *Inq.*, pp. 1171, 1173 e 1174. Veja-se o transunto das mesmas Inquirições publicado no *Corpus Codicum*, vol. I, pp. 502, 504-505 e 508-510.

(²) *Rol de Igrejas do rei da Gaveta* 19.^a — Maço 14.^o — n.^o 7, fl. 3-v.

(³) *Códice n.^o 1 do Cartório do Cabido de Coimbra*, fl. 6.

(⁴) Carvalho Dias, *Forais manuelinos: Trás-os-Montes*, p. 81: *sic*.

(⁵) *Arq. Histórico Português*, vol. VII, p. 249.

(⁶) Meireles, *Prontuário*, p. 623.

(⁷) C. Costa, *Corografia Port.*, vol. I, p. 411.

(⁸) Cardoso, *Dicion. Geográfico*, vol. I, pp. 231 e 582.

(⁹) *Dicion. Geogr. Manuscrito*, vol. 35.^o, pp. 1183 e 1194.

(¹⁰) P. Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano*, vol. II, p. 218 e vol. III, pp. 117 e 277. Uma ou outra vez ouve-se hoje esta forma, mas mais corrente é *Sadielos*, a forma que, concomitantemente com uma como resistência à palatalização da vogal da sílaba inicial, denuncia assimilação dessa vogal à vogal da sílaba tónica. De resto, as fontes modernas (a começar pelos dicionários geográficos de António Fernandes Pereira e Pedro José Marques que são de 1852 e 1853) trazem sempre *e* na sílaba inicial.

(¹¹) Da existência de **saetēnus*, formado a partir de *sacta* como *terrenus* de *terra*, não pode razoavelmente duvidar-se se nos lembrarmos tanto de *sedeúdo* (vid. *supra*) como da equivalência que o latim vulgar praticava entre *-ēnus* e *-inus* (Grandgent, *Introducción al Latin Vulgar*, p. 57).

(¹²) Dizemos *aproximadamente*, pois afigura-se-nos evidente que a base **saetēnus* já por si apresentaria esse significado; a adjunção do sufixo *-ellus* deu decerto à palavra carácter expressivo de tonalidade depreciativa.

(¹³) O adjectivo foi usado por Filinto Elisio e Camilo (*Dicionário de Cândido de Figueiredo e Grande Enc. Port. e Brasileira s.v.*).

(¹⁴) Costa, *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 195 traz o elenco das formas antigas.

(¹⁵) *Id.*, *ib.*, vol. II, p. 98 traz a série de formas antigas.

(¹⁶) *Boletim de Filologia*, t. 15.^o pp. 276-277. A base que atribuímos a este topónimo parece-nos incontestável. Do ocidente da península ibérica nunca pode ser *lanudo*, como por inadvertência ficou a constar no *FEW*, vol. 5.^o, p. 149, s.v. *lana*.

(¹⁷) Costa, *op. cit.*, vol. II, p. 222 arquiva as formas antigas.

XX

Vale de Mendiz

(Vale de Mendiz — Alijó)

Algum interesse terá a história deste topónimo, bem como a de outros que nesta nota incluimos.

Temos: 1160 *valle de Melendo Diaz* (¹), *vallem de Menendo Diaz* (²), 1530-1531 *Vall de Mēdz* (³) e 1706 *Val de Mendis* (⁴).

A base do topónimo é, pois, um antropónimo constituído por nomes muito correntes. O que é mais de notar é a queda da vogal átona que

se segue imediatamente à tónica; apresentamos a seguir outros exemplos em que se nota o mesmo fenómeno fonético.

Perodiz (S. Cipriano — Viseu): 1258 *hereditas Que fuit de Petro Diaz* ⁽⁵⁾, 1514 *casal de pero diaz* ⁽⁶⁾ e 1527 *casall de pedro diaz* ⁽⁷⁾.

A acompanhar com estes, temos *Casal Diz* (Pindo — Penalva do Castelo) ⁽⁸⁾, *Martindiz* (Famalicão — Guarda) e *Pádiz* (Góis — Góis) ⁽⁹⁾.

Mas existem também *Casal de Jorge Dias* (Cela — Leiria) e *Casal Dias* (S. Martinho da Gândara — O. de Azeméis) ⁽¹⁰⁾, nos quais não se observa o mesmo tratamento: ou porque se fixaram posteriormente, ou porque são exemplares que, face aos outros, não foram alvo de inovação.

De resto, abona-se a forma *Diz* por *Diaz*: é uma personagem vicentina, falando de seu pai *Jam diz* (= *Joam Diaz*) ⁽¹¹⁾ e são nomes de usufrutuários de casais como *lourenço diz* ⁽¹²⁾, *maria diz* ⁽¹³⁾ e *pay diaz* ou *pai diz* ⁽¹⁴⁾.

De passagem e para concluir, lembremos que na região de *Vale de Mendiz* as inquirições de 1258 fazem menção de um individuo chamado *Meê Diaz* ⁽¹⁵⁾.

⁽¹⁾ Régios, p. 353.

⁽²⁾ *Inquisitiones*, p. 39.

⁽³⁾ *Arq. Histórico Português*, vol. VII, p. 252.

⁽⁴⁾ Costa, *Corogr. Portuguesa*, vol. I, p. 521. Na *Grande Encicl. Port. e Brasileira*, vol. XXXIII, pp. 799-800, alguma coisa se diz deste topónimo, sem todavia se assentar numa opinião.

⁽⁵⁾ *Inquisitiones*, p. 839.

⁽⁶⁾ Carvalho Dias, *Forais Manuelinos: Beira*, pp. 148 e 149; José Coelho, *Memórias de Viseu* (Viseu, 1941), p. 421.

⁽⁷⁾ *Cad.*, p. 170.

⁽⁸⁾ As duas formas anteriores que conhecemos revelam já a queda da vogal postónica: 1689 *Cazal dis* (Meireles, *Prontuário*, p. 418) e 1747 *Aldea do Casal Diz* (Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. I, p. 203).

⁽⁹⁾ A propósito deste topónimo *Pádiz* e dos anteriores, veja-se Silveira, *Rev. Port. de Filologia*, vol. X, p. 42. Aos estudiosos locais, que perdem tempo com tanta inutilidade a enfeitar as notícias de Pinho Leal, cabe documentar a história destes últimos topónimos: a documentação notarial, os registos paroquiais e mais papeladas facultarão preciosos elementos para o estudo da nossa onomástica.

⁽¹⁰⁾ Em 1751, *Cazal Dias* (Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 567).

⁽¹¹⁾ Fl. CCXXXI da edição facsimilada da *Copilaçam*.

⁽¹²⁾ C. Dias, *Forais Manuelinos: Beira*, p. 18.

⁽¹³⁾ *Id.*, *ib.*, p. 18.

⁽¹⁴⁾ *Id.*, *ib.*, p. 17: uma e a mesma pessoa. Os nomes pessoais referidos nesta nota e nas duas anteriores constam no foral de Sarzedas que tem data de 1512.

⁽¹⁵⁾ *Inquisitiones*, p. 1261.

XXI

Posmil

(S. Martinho das Moutas — S. Pedro do Sul)

De *Posmil* ⁽¹⁾, que se profere *Pusmil*, conhecemos as seguintes formas antigas: 1096 *Spuimir* ⁽²⁾, 1104 *Esponemir* ⁽³⁾, 1107 *Spuimir* ⁽⁴⁾, 1108 *Spodemir* ⁽⁵⁾, *Spoemir* ⁽⁶⁾, *Spuemir* ⁽⁷⁾ e *Spuimir* ⁽⁸⁾; 1114 *Spoemir* ⁽⁹⁾, 1156 *Spoemir* ⁽¹⁰⁾ e *Spuimir* ⁽¹¹⁾; em documento sem data *Speoimir* (*sic*) ⁽¹²⁾; finalmente, em 1527, *possuill* ⁽¹³⁾ e, em 1689, *Esposmil* ⁽¹⁴⁾.

Trata-se evidentemente de um nome local com base num nome pessoal de origem germânica que é possível encontrar em documentos da faixa ocidental da Península: *Spodemirus* num documento original de 947 ⁽¹⁵⁾, *Pelagio Spoemiriz* num documento de 1098 ⁽¹⁶⁾ e *Maria Espuimiriz* nas Inquirições de 1220 ⁽¹⁷⁾.

Uma vez que se chegou à conclusão de ser a base do topónimo uma forma de genitivo **Spodemiri*, duas questões há a considerar.

A primeira é a evolução desta forma. Pondo de parte o que é corrente, consideraremos a metátese violenta que sofreu o *s* inicial: ocorre a comparação com a forma arcaica e popular *mesgalhar*, em vez de *esmigalhar* ⁽¹⁸⁾.

A segunda diz respeito aos elementos formativos do nome pessoal. Deve tratar-se de um protótipo **Spothemêreis* ⁽¹⁹⁾, depois adaptado ao romance sob a forma *Spodemirus*. Aparentado pelo primeiro elemento, deve um protótipo **Spothereiks* ter sido também adaptado no romance sob a forma *Spoderigus* ⁽²⁰⁾.

(¹) Cumpre-nos chamar a atenção para um erro do *Dicionário Corográfico* de Américo Costa: no vol. IX, p. 876, regista-se um outro *Posmil* como pertencendo à freguesia de Friande do concelho de Felgueiras; a forma exacta é *Pasmil*, a qual aliás vem no vol. VI, pág. 1047 e no vol. VIII, pág. 1169 da mesma obra.

(²) *Dipl. et Ch.*, p. 494.

(³) *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, p. 136.

(⁴) *Ib.*, p. 227.

(⁵) *Ib.*, p. 237 e 270: a mesma forma em três documentos distintos.

(⁶) *Ib.*, p. 263.

(⁷) *Ib.*, p. 271.

(⁸) *Ib.*, p. 273 e 274.

(⁹) *Ib.*, p. 415 e 416.

(¹⁰) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Cronológicas e Críticas*, vol. III — Parte II, p. 52.

(¹¹) Id., *ib.*, p. 53.

(¹²) Id., *ib.*, p. 55.

(¹³) *Cad.*, p. 172. Trata-se de uma lição muito defeituosa, como tantas deste documento.

(¹⁴) Meireles, *Prontuário*, p. 424. Note-se o curioso carácter de intermédio, o desta forma.

(¹⁵) López Ferreiro, *Historia de la Iglesia de Santiago de Compostela*, vol. II, p. 131 do apêndice documental.

(¹⁶) Avelino de Jesus da Costa, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga, 1965, p. 172. Em p. 176 da mesma obra, em documento de 1099, consta o mesmo indivíduo, estando porém a grafia do seu nome um tanto deturpada: *Palacio Spoemeriz*.

(¹⁷) *Inq.*, p. 144. Note-se a distância que medeia entre a forma *Spodemirus* do séc. X e esta forma patronímica do século XIII.

O leitor atento notou decerto a forma toponímica *Sponemir* que não hesitámos em considerar menos válida que *Spodemir* que se lê três vezes; afigura-se-nos que em *Sponemir* o *n* representa um *u* que se encontraria na minuta do documento, sendo pois **Spouemir* uma grafia de compromisso entre *Spoemir* e *Spuemir*.

(¹⁸) J. J. Nunes, *Compêndio de Gram. Hist. Portuguesa*, p. 161.

(¹⁹) Nomes com o primeiro elemento idêntico, o qual é evidentemente raro, encontram-se em Förstemann, *Altdeutsches Namenbuch*, col. 1356-1357: *Spothild*. Sobre o seu significado e outros dados, v. também Kluge, *Etym. Wörterb. der deutschen Sprache* (17.^a ed.), s.v. *Spott*.

(²⁰) Em documento original de 1058, encontra-se o nome de homem *Spoderigo* (*Dipl. et Ch.*, p. 252). Dada a escassez de formas antigas válidas, não nos foi possível firmar relações entre este nome pessoal e o topónimo de 1258 *fonte de Spoorigo* (*Inquisitiones*, p. 729) ou *Esporigo* (concelho de Vila Verde). Na ausência de documentação antiga, mais de uma hipótese se poderá pôr.

XXII

Buján (Corunha), **Bujão** (Porto), **Bujões** (V. Real), **Busianos** (Zamora),
Vijão (Porto) e **Villarbuján** (Lugo)

Busianus é um nome pessoal não só antigo como escassamente representado na documentação do noroeste peninsular. Assim é que apenas nos ocorreram os casos seguintes: 812 *Busianus* (¹), 816 *Busianus* (²), 915 *Busianus* (³) e 1011 *Busiano* (⁴).

Com este nome pessoal *Busianus* liga-se um conjunto de nomes locais que terá algum interesse mencionar e historiar na medida do possível.

Santiago de Buján (paróquia e município da província da Corunha): 1142 *sancti iacobi de busiam* (⁵).

Há bastantes outros exemplares de Buján na Galiza.

A sua origem está no genitivo *Busiani*.

Bujões (Abaças — Vila Real): 1191 *Buiãaos* e *Buianos* ⁽⁶⁾, 1200 *buianes* ⁽⁷⁾, 1220 *Bugiaos* e *Bugaos* ⁽⁸⁾, 1258 *Bugães* e *Buiaes* ⁽⁹⁾, 1530-1531 *Burjãos* ⁽¹⁰⁾, 1747 *Bujaos* ⁽¹¹⁾ e 1758 *Bojamos* ⁽¹²⁾.

A base deste é o acusativo do plural *Busianos*.

Bujão de Cima e *B. de Baixo* (Souzela — Lousada) e *Vijão* (S. Martinho do Vale — V. N. de Famalicão) — Não conhecemos formas antigas úteis para a história do primeiro topónimo ⁽¹³⁾; já *Vijão* identifica-se com *Bugiam* de 1220 ⁽¹⁴⁾, o que leva a supor que, se *Vijão* < *Bugiam* ascende a um genitivo *Busiani*, *Bujão* terá provavelmente base idêntica.

Busianos (Zamora — Toro — Toro) — Como *Bujões* < *Bujãos*, tem a sua base no acusativo do plural *Busianos*. Como este nome tópico se localiza mais a oriente, em região onde os tratamentos fonéticos divergiam bastante dos da faixa ocidental da península, sucede que a sua forma actual ficou muito próxima da forma do nome pessoal que lhe deu origem.

⁽¹⁾ A. C. Floriano, *Diplomática española del periodo ástur*, vol. I, p. 131 ou S. G. Larragueta, *Colección de documentos de la catedral de Oviedo*, p. 8.

⁽²⁾ *Colección diplomática de Galicia histórica*, p. 391.

⁽³⁾ Sánchez Belda, *Cartulario de Santo Toribio de Liébana*, p. 25 e p. 26.

⁽⁴⁾ P. Merêa, *Estudos de direito hispânico medieval*. Coimbra 1953, t. II, p. 151 (o documento publicado é extraído do Cartulário de Celanova).

Não há que duvidar da relação entre *Busianus* e *Busius* ou *Busia* (*Thesaurus tot latinitatis*, vol. I, col. 2254 e Schulze, *Lateinische Eigennamen* etc.). Afigura-se-nos certa a existência da variante *Buisanus*, base de *Buisán* (topónimo que conta dois espécimes na provincia de Lugo); *Buisanus* referido em documento de 914 (cit. *Cartul... de Liébana*, p. 23) indica plausivelmente o mesmo indivíduo dito *Busianus* depois (supra n. ⁽⁵⁾); *Buisana* e *Buisano* (Floriano, *El libro registro de Corias*, t. I, p. 18 e p. 11 respectivamente) serão também lições duvidosas de documentos não-originais ou formas com existência efectiva como o topónimo galego *Buisán*, acima lembrado, parece confirmar. Sobre *Busius*, *Busianus* e eventuais variantes, veja-se ainda Díez Melcón, *Apellidos castellano-leoneses*, pp. 95 e 171.

⁽⁶⁾ *Colección diplomática da Galicia histórica*, p. 436. Sobre Villarbuján, v. Piel, *Possessores...* p. 47.

⁽⁷⁾ *Livro III de doações de D. Dinis*, fl. 34 — 1.ª e 2.ª coluna respectivamente. Tanto Franklin, *Memória para servir de índice dos forais* (p. 258 da 2.ª ed.), como J. P. Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas* (p. 220 da Parte I do tomo III na 2.ª ed.) citam este foral. É, porém, curiosa a má lição de Ribeiro: *Binãos*.

(⁷) *Leges et Consuetudines*, p. 514 (foral de Abaças).

(⁸) *Inquisitiones*, p. 41 e p. 124.

(⁹) *Inquisitiones*, p. 1242.

(¹⁰) *Arquivo Hist. Português*, vol. VII, p. 252.

(¹¹) Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. I, p. 2.

(¹²) *Dicionário geográfico manuscrito*, vol. I, p. 19: *sic*. A história deste topónimo é só aparentemente complexa: outros casos existem de hesitação entre *-ões* e *-des* finais. Já tem sido, por outro lado, apontada muitas vezes a quase generalização da terminação *-des* a substituir *-ões* (v., v. g., *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, p. 202). Também grafias do tipo de *Bojanos* são encontradas, mesmo como esta, em épocas recentes. Também não surpreende a forma com *r* epentético *Burjãos*: ora a título precário, ora com carácter definitivo, abundam exemplos, tanta vez recordados.

(¹³) 1751 *Bugão* (*sic*) é forma muito tardia: Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 302.

(¹⁴) *Inquisitiones*, p. 154.

ADDENDA ET CORRIGENDA

Ainda que restringindo-se a um mínimo, parece-nos necessário chamar a atenção do leitor para os seguintes passos dos nossos estudos publicados neste *Boletim de Filologia*:

Tomo XV (1954-1955), p. 251: a publicação em 1961 de mais um tomo de *Inquisitiones* faculta-nos numerosas formas antigas do topónimo *Rõalde*, de grafia hesitante: *Rooaldi* e *Roõaldi* (pp. 1236, 1237, 1248, 1250 e 1251 de *Inq.* do ano de 1258) e *Raoaldi* ou *Raõaldi* (pp. 1236, 1237, 1238, 1248, 1250 de cit. *Inq.*); veja-se ainda a p. 1228.

Ib., p. 274: na nota (101) ponha-se *Frei Bernardo*, em vez de *Bernardino*; acrescente-se que o documento, donde tirámos a forma antiga citada, foi publicado por Rui de azevedo com a data crítica de 1128 (*Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, Lisboa 1958, vol. I, p. 99).

Tomo XVII (1958), pp. 55-57: como esta nota foi objecto de um debate nosso com o Senhor Prof. J. Piel (*Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, pp. 212-216 e pp. 586-588) e como, por outro lado, o

tomo de *Inquisitiones* já referido nos traz mais elementos, convirá resumir o que possa dizer-se, em especial a respeito de *Formestes* (Vilar de Maçada — Alijó) e de *Frómista* (Palência). Para facilitar a leitura e qualquer verificação que os leitores cuidadosos queiram fazer, faremos estendal de documentação, já trazida à colação ou nova.

Formestes: em 1258, *Fromestas* ⁽¹⁾ e *Formestas* ⁽²⁾, notando-se também *Furmestas de Jusanas et de Susanas* ⁽³⁾ e *Furmestas* ⁽⁴⁾. As primeiras formas, com *o*, são as que aparecem nas actas da freguesia respectiva, que era e é a de Vilar de Maçada; uma das outras formas (a que vem seguida do complemento *de Jusanas et de Susanas*) tem também o interesse de nos mostrar que um antigo nome local *Fromesta* desde cedo tomou a forma plural porque o lugar habitado tinha dois núcleos que se distinguiam pela sua posição relativa (*de Baixo e de Cima*) — o que é incidente frequente e bem conhecido em toponímia. Além disso, a qualidade de átona da vogal final e a sua contiguidade com a palatal explicam o timbre que essa vogal tem hoje ⁽⁵⁾.

Frómista: em 1139 *Formestam* ⁽⁶⁾, em 1196 *Fromesta* ⁽⁷⁾ e em 1255 *Fromesta* ⁽⁸⁾. A base é evidentemente a mesma do topónimo português; o tratamento da vogal tónica é o típico do castelhano naquelas condições (cfr., v.g., o português *mesmo*, *vespa* e *nêspira* com o castelhano *mismo*, *avispa* e *nispero*); por outro lado, tem sido tendência do castelhano o deslocar o acento tónico da sílaba onde historicamente se justifica para uma sílaba que contenha uma vogal mais aberta (são correntíssimas acentuações como *ferrocarrilés* ou *alguien* em vez das normais *ferrocarriles* ou *alguién*).

Como frequentemente sucede, o nome pessoal *Fromesta*, que se nos afigura sem sombra de dúvida como base destes dois topónimos, documenta-se de forma escassa: só o encontramos uma vez, em documento genuíno e autêntico de 951 ⁽⁹⁾.

Continuamos a supor que se trata de um nome pessoal germânico bitemático, resultante da adição de *fróth(s)* e *maists* ⁽¹⁰⁾; o primeiro elemento aparece em nomes pessoais do ocidente peninsular, como *Fro-maldus* ⁽¹¹⁾ e *Fromildus* ⁽¹²⁾; o segundo elemento aparece colocado em primeiro lugar em *Mestariz* ⁽¹³⁾.

Tomo XVII (1958), p. 63: ao tentar esclarecer a história de *Postemião* ou *Postumião*, não alcançámos formas antigas que remontassem além do século XVII, tendo-se-nos afigurado que a sua base estaria num nome pessoal latino, ou seja, *Postumianus*; posteriormente encontramos em documento de 1114 a forma *Busto Meiano* (*Documentos*

Medievais Portugueses, v. III, p. 400). É bem conhecido o sentido de *busto*. O termos actualmente *p-*, em vez de *b-*, deve ter resultado de uma equivalência fonética; lembremos formas como *súbito* / *súpito* e outras.

Tomo XVII (1958), p. 64: a solução que propomos para *Noeme* ou *Noémi*, pomos-la hoje de parte. Em primeiro lugar, a forma *Noeime* convive com *Noeme* ou *Noémi*; além disto, as formas da documentação antiga têm sempre ditongo e são em 1745 *Noeyme* ⁽¹⁴⁾, em 1758 *Noeime* ⁽¹⁵⁾ e em 1762 *Noeime* ⁽¹⁶⁾. A sua base será, pois, o nome pessoal arábico *Nu'aym* ⁽¹⁷⁾: assim, *Noeime* / *Noeme* é mais um exemplar a acrescentar à nossa toponímia moçarábica.

Tomo XXI (1962-1963), pp. 99-104: Convirá registar as formas antigas que vieram a lume no já citado fascículo de *Inquisitiones*.

Caravela (Bragança): 1258 *Caruella* (*Inq.*, p. 1289 = Alves, *Memórias... de Bragança*, III, 312) e *Caruelas* (*Inq.*, p. 1306, 1331, 1332 e 1334 = Alves, *Memórias* cit., vol. III, pp. 345, 400, 401 e 407).

Caravelas (Mirandela): 1258 *Caruelas* (*Inq.*, pp. 1267, 1270 e 1276 = Alves, *Memórias* cit., vol. IV, pp. 27, 33 e 75) ⁽¹⁸⁾.

Caravelas ou *Cravelas* (Vila Real): 1258 *Caruelas* (*Inq.*, pp. 1215 e 1229 ⁽¹⁹⁾).

Carva (Murça): 1258 *Carua* (*Inq.*, p. 1291, 1292 e 1295).

Carvas (Valongo — Murça): 1258 *Caruis* (*Inq.*, p. 1297) ⁽²⁰⁾.

Carvas (Macedo de Cavaleiros): 1258 *Caruas* (*Inq.*, p. 1338 = Alves, *Memórias* cit., vol. III, p. 415).

Tomo XXI (1962-1963), pp. 105-106: parece evidente que o *Monte das Carvas* (Grândola), *Alcaraviça* (Borba) e outros têm mui distinta origem. Reservamos para outra oportunidade um estudo mais completo e corrigido dos nomes locais a enquadrar neste outro conjunto, desde já ressaltando alguma afirmação feita.

(¹) *Inq.*, p. 1257, 1258, 1259 e 1260.

(²) *Ib.*, p. 1261.

(³) *Ib.*, p. 1292.

(⁴) *Ib.*, p. 1297.

(⁵) Cfr. os actuais *Freches* (conc. de Trancoso) e *Penedones* (conc. de Montalegre) que sabidamente remontam a *Frechas* e *Pena de donas* (vid. nosso estudo em *Revista Portuguesa de Filologia*, v. XIV p. 16).

(⁶), (⁷) e (⁸) este *Bol. de Filol.*, t. XVII cit., p. 56.

- (⁹) *Archivos Leoneses*, 1950, n.º 7, p. 29.
- (¹⁰) *Este Bol. de Filol.*, t. XVII cit., p. 57.
- (¹¹) ano de 955: López Ferreiro, *História de Santiago*, vol. II, pp. 152 e 153 do apêndice documental.
- (¹²) ano de 982: Id., *ib.*, vol. II, p. 186 do apêndice documental.
- (¹³) *este Bol. de Filol.*, t. XVII cit., p. 57. A análise destes nomes pessoais não põe dificuldades, bastando utilizar judiciosamente os elementos fornecidos por Förstemann, Sachs e Piel.
- (¹⁴) João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal*. Lisboa 1745, p. 185.
- (¹⁵) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. 40.º, pp. 1262 e 1263.
- (¹⁶) Castro, *Mapa* cit. (2.ª ed.). Lisboa 1762, pp. 132 e 133.
- (¹⁷) Gabrieli, *Onomasticon Arabicum*, vol. I, p. 99 e vol. II, p. 119 e *passim*.
- (¹⁸) A identificar ainda com este topónimo *Caravelas*, surgem-nos as más lições *Curvelas* e *Corvelas* (*Inq.*, pp. 1268 e 1272 = Alves, *Memórias* cit., vol. IV, pp. 27 e 37 com lição preferível).
- (¹⁹) Em p. 1217 de *Inq.*, a má lição *Carnelas*.
- (²⁰) Forma gráfica que pretende ser um ablativo de *Caruas*.

O ESTUDO LINGUÍSTICO DE UM TEXTO PORTUGUÊS DO SÉCULO XIV *

ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA
(SALVADOR, BAHIA)

1. Introdução

1.1. Por volta de 1925, J. J. Nunes e Pedro de Azevedo ⁽¹⁾, com a intensão de divulgar e informar sobre a documentação medieval portuguesa, dão a lume considerações sobre as folhas soltas de pergaminho em que estão o *Livro das Aves* e uma das versões portuguesas dos *Diálogos de S. Gregório*, obras unidas desde o Portugal medievo por um destino comum. Publicados por Nunes por vez primeira alguns excertos do Primeiro Livro dos *Diálogos* ⁽²⁾, é também o conhecido filólogo que volta ao texto para dele seleccionar algumas formas consideradas de interesse para o conhecimento da língua arcaica ⁽³⁾. Só em 1950, no entanto, é editado por Serafim da Silva Neto o Primeiro Livro completo ⁽⁴⁾; usa como base a versão já divulgada por Nunes e a confronta com a do códice alcobacense XXXVI/181. Em 1956, em *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas* ⁽⁵⁾, em diversos lugares da obra, noticia sobre as versões dos *Diálogos* e anuncia a edição completa que tencionava preparar. Não chegou, lamentavelmente, o professor Serafim da Silva Neto a concluir seu projecto.

(*) Comunicação apresentada no II Congresso da ALFAL (3 a 8 de Janeiro de 1969).

(1) J. J. Nunes, *Textos Antigos Portugueses*, *Revista Lusitana*, XXV, 1923-1925, pgs. 231-250 e P. de Azevedo, *Uma versão portuguesa da história natural das aves do séc. XIV*, págs. 128-247.

(2) Cf. nota anterior.

(3) J. J. Nunes, *Contribuição para um dicionário da língua portuguesa arcaica*, *Revista Lusitana*, XXVII, 1928-1929, págs. 5-79.

(4) *Diálogos de São Gregório*, fasc. I. Atlântida, Coimbra 1950.

(5) Casa de Rui Barbosa, Rio 1956, págs. 45-57, 69-70 e 105.

1.2. No conjunto da literatura em prosa da Idade Média portuguesa — exceptuamos, claro, a prosa historiográfica — os *Diálogos* ocupam um lugar significativo por subsistirem deles três versões em português, além de duas em latim: das versões em português, a *A*, ou ms. Serafim da Silva Neto, é de origem indeterminada e muito provavelmente do séc. XIV, segundo dados paleográficos e linguísticos; a *B*, cód. alc. XXXVII/182, pertenceu a Fernam Afonso, prior da Arruda, que em 1414 candidatou-se ao priorado geral de Santa Cruz de Coimbra ⁽⁶⁾, foi depois comprada pelo abade Estêvão de Aguiar (1431-1446) para Alcobaça; a versão *C*, cód. alc. XXXVI/181, «fez» Estêvão Anes em 1416.

Em latim há o códice alcobacence XXX/176 e o códice 73 da Biblioteca Pública do Porto, originariamente de Santa Cruz.

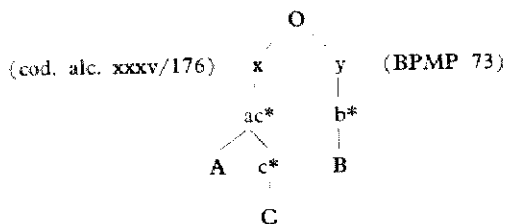
Como sabemos, a tradição manuscrita dos textos medievais portugueses é pobre, e, regra geral, o editor se encontra face ao *codex unicus* ⁽⁷⁾. Desta forma o interesse dessas três versões ainda se multiplica quando verificamos que as duas hoje alcobacenses têm origens distintas, assim como também muito possivelmente a mais antiga ⁽⁸⁾ e admitimos que elas pressupõem a existência de outras que foram seus modelos, hoje desaparecidas ⁽⁹⁾.

⁽⁶⁾ Em 1935 o mesmo Fernam Afonso traduzia a regra de Santo Agostinho, hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁽⁷⁾ Sobre a singularidade de um códice português com três versões ainda existentes, cf. S. da Silva Neto, op. cit. nota pág. 21 e A. Houaiss, *Elementos de Bibliologia*. Vol. I, INL, 1967, pág. 245.

⁽⁸⁾ Até o momento, sem nenhuma prova contrária, achamos plausível a hipótese de Serafim da Silva Neto de que proviria de algum mosteiro da diocese de Braga. Cf. *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*, págs. 105-106, e também *Língua, Cultura e Civilização* (L. Acadêmica) Rio 1960, págs. 299-300.

⁽⁹⁾ A propósito das relações das versões medievais portuguesas dos *Diálogos* preparámos um pequeno estudo publicado no *Boletim de Filologia* de Lisboa, XXII, 1971, págs. 17-32: *As versões medievais portuguesas dos Diálogos de São Gregório. Relações entre os mss.*, no qual propomos, baseados em dados internos e alguns factores externos o seguinte estema para os textos:



1.3 Se para um estudo da evolução da língua tendo como base um mesmo texto, resultado de uma mesma tradução, seria de maior significação as três versões terem uma origem comum e as mais antigas serem antepassados directos das mais recentes, para o conhecimento da divulgação da obra em estudo na Idade Média e, sobretudo, para melhor informação da bibliografia medieval portuguesa é mais significativo que o estema, a genealogia dos códices, seja mais complexo. Deixado de fora, claro, o interesse especulativo do problema.

As versões em português estão todas fragmentárias, sendo a *A*, a mais completa. Por avaliação aproximativa concluímos que *C* apresenta 83 % e *B* 58 % de *A*. Mais concretamente, faltam em *C* 23 capítulos (12 do Segundo e 11 do Quarto Livros) e em *B* faltam todo o Primeiro Livro (31 capítulos em *A*), os 24 capítulos iniciais do Segundo, um do Terceiro e mais 8 capítulos do Quarto. Da versão *A* que está incompleta também faltam os capítulos finais da obra que, por constarem na sua totalidade na versão *C* ⁽¹⁰⁾, introduzimos na Leitura Crítica que fizemos dos Quatro Livros, deste modo completados.

Se *A* e *C* têm muito de comum, o que nos permite uni-lo num passado único, embora *A* não seja muito provavelmente o modelo de *C*, *B* parece isolar-se. Com seus 49 capítulos de redacção distinta de *A* e *C*, fora outros detalhes de menor monta, *B* coloca-se numa relação de nítida independência em relação a *A/C*.

1.4. Elegemos como base de nossa edição o códice *A*. Unimo-nos nessa eleição ao professor Serafim da Silva Neto e para tanto o facto de ser este o códice certamente o mais antigo, e, sem dúvida, o mais completo foram factores decisivos. Colacionámos esta com as outras duas versões *B* e *C* e em aparato crítico não omitimos nenhuma variante, a não ser as comprovadamente ortográficas.

Se numa primeira fase de nosso trabalho com os *Diálogos* fomos cuidadosamente ciosos da grafia do códice, para a edição completa do texto reconsiderámos os critérios editoriais então escolhidos e reformulámos nossa posição face a sua ortografia, reduzindo o que nos pareceu supérfluo e rebarbativo para uma melhor penetração do texto pelo leitor

⁽¹⁰⁾ No confronto com o latim utilizamos o cód. alc. XXXV/176 e sobretudo a edição crítica do original latino publicado por U. Moricca: *Gregori Magni Dialogi Libri IV*, Roma 1924.

⁽¹¹⁾ Apresentámos como dissertação de Mestrado à Universidade de Brasília em 1964 a edição do Segundo Livro.

actual. Se a preocupação primária foi a de não atingir em nada o que pudesse espelhar através da grafia uma realidade linguística — quer fonética, fonológica ou morfo-sintética, não nos ativemos, contudo, ao que Celso Cunha, chama de apego fetichista à grafia do códice⁽¹²⁾. No entanto, para a escolha de qualquer critério era levado à balança o uso gráfico mais constante no manuscrito: se, por um lado, unificámos a grafia da semivogal ou simplificámos as duplas consoantes que não representassem fonemas distintos, por outro elegemos o *n* como grafia genérica das nasais finais indicadas pelo til e o *m* ou *n* para nasais mediais quando seguidas das bilabiais no primeiro caso ou de outra consoante nos demais. Nesta atitude que foge um pouco à tradição editorial de textos medievais portugueses nos encontramos, em termos gerais, de acordo com a posição teórica recentemente apresentada por António Houaiss⁽¹³⁾, que se aproxima à de Celso Cunha e também à de L. F. Lindley Cintra na sua edição vulgarizadora da *Lenda do Rei Rodrigo* ⁽¹⁴⁾.

2. O estudo linguístico da versão mais antiga dos Diálogos:

2.1. Os editores de textos medievais portugueses, de um modo geral filólogos ou estudiosos da língua, têm sempre aproveitado a documentação linguística que é o texto que publicam, para informar com maior ou menor ênfase sobre a matéria que julgam de interesse para o conhecimento da língua antiga. Este tipo de informação selectiva encontra-se sempre em parte introdutória ao texto crítico e, muitas vezes, em glossário ou índice, total ou parcial, que se segue ao texto.

Se tais estudos viessem sendo feitos com uma preocupação mais ou menos organizada de sistematizar dados, já teríamos o conhecimento tão almejado dos estágios passados da língua. Ao contrário, entretanto, a informação quase nunca é exaustiva e na maioria das vezes responde a uma intenção imediata do editor que é a de situar o texto no tempo — nos casos dos textos de cronologia não-explicita — ou de destacar as antiguidades do documento com que trabalha.

⁽¹²⁾ Cf. *Uma política do idioma*, Livraria S. José, Rio 1964, págs. 27 e 28 e especialmente a nota 24.

⁽¹³⁾ Op. cit. na nota 7, págs. 260 e ss.

⁽¹⁴⁾ Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344. A Lenda do Rei Rodrigo*, Introdução, notas e glossário, Ed. Verbo, Lisboa 1964.

É certo que se dá a conhecer a público mais largo o texto editado e à disposição terá o filólogo ou linguista mais um testemunho para o estudo sistemático e analítico que por ventura queira fazer.

A par da informação assistemática, tais estudos têm sido sempre orientados para o conhecimento da evolução da língua. Aceitando, em princípio, a orientação das gramáticas históricas, os editores buscam no texto o que ele tem de marcadamente arcaico, isto é, de diferente do actual, ou o o que tem de concordante ou de discordante com a evolução esperada do latim vulgar ao português.

Não negamos, muito ao contrário e sobretudo porque é a expressão de toda uma tendência na história dos estudos linguísticos, o interesse de um estudo dessa natureza, uma vez que dá uma mostra de factos documentados da língua em sua história. Muito se perde, contudo, por não se procurar uma visão mais globalizante desses factos, a partir de uma exaustão quanto a sua ocorrência ⁽¹⁵⁾, assim como de suas intervenções com outros dados. Se dispuséssemos hoje de descrições exaustivas de todos os textos editados da literatura portuguesa antiga — literatura aqui tomada num sentido lato: criação e também documentação histórica — certamente contaríamos com dados mais completos para a cronologia da evolução da língua, e poderíamos ter conhecimento do sistema próprio a cada estágio por que tem passado o português.

2.1.1. Destaca-se, contudo, entre os trabalhos de levantamento de material do português arcaico o estudo sistemático e obediente, regra geral, a critério uniforme, que se vem desenvolvendo em Lisboa ⁽¹⁶⁾ em teses de licenciatura. No entanto, inclino-me a considerar que a orientação historicizante, e sobretudo voltada à evolução fonética, menos marcadamente à morfologia, e quase completamente excluída a sintaxe (quando considerada, para revelar as chamadas anomalias sintácticas) prejudica este esforço singular e sem dúvida o mais regular até hoje desenvolvido para o conhecimento da língua antiga.

(15) Não podemos deixar de assinalar a preocupação de estudiosos americanos da língua portuguesa arcaica em apresentar quantitativamente factos que destacam para estudo nos textos com que trabalham: H. J. Russo e R. Kimberley com o *Leal Conselheiro*, H. H. Carter com o cód. alc. 200 ou Allen Jr. com a *Vida de Santo Aleixo*, por exemplo.

(16) Só publicada até agora a *Linguagem da «Imitação de Cristo» (Versão Portuguesa de Fr. João Álvares)*, Lisboa 1962, preparada por M. Isabel Vilares Cepeda.

Queremos deixar bem marcado, no entanto, que muito do pouco que se conhece do português antigo devemos ao trabalho individual de muitos filólogos editores de textos, que, com o conhecimento prévio que tinham da língua, seleccionaram nesses textos factos do maior interesse como pontos de partida para sistematizações posteriores. Não deixaremos de lembrar, por exemplo, as anotações de Rodrigues Lapa, em 1931, ao *Livro de Falcoaria* ⁽¹⁷⁾ ou as observações de J. M. Piel sobre o léxico do *Livro dos Ofícios* ⁽¹⁸⁾ em 1948, ou os encontros vocálicos exaustivamente analisados por Celso Cunha na produção poética de alguns trovadores medievais ⁽¹⁹⁾. Ressaltamos, por sua singularidade e perfeição, entre os estudos da mesma natureza, a análise exaustiva, não só descritiva como interpretativa da *Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo* ⁽²⁰⁾, em que L. F. Lindley Cintra ao estudar uma família de *Foros* trata de demonstrar através da análise minuciosa dos dados linguísticos a convivência dos sistemas leonês e galego-português do copista, muito provavelmente bilingue. Em se tratando de um conjunto muito caracterizado de documentos, o estudo teve excelente resultado e a orientação nitidamente historicizante que lhe foi impressa alcançou certamente o seu ponto mais alto no quadro geral dos estudos diacrónicos da língua portuguesa.

2.2. No estudo em curso da documentação linguística da versão mais antiga dos *Diálogos de São Gregório*, temos buscado uma forma de discriminação o mais possível exaustiva, sincrónica e globalizante do texto. Não chegaremos a determinar a estrutura subjacente ao texto, apenas colectamos dados que reunidos a outros dados contemporâneos possam permitir que se alcance com certa margem de segurança essa estrutura. No entanto esta atitude não impedirá que, quando julgarmos suficiente o material de que dispomos, lancemos algumas hipóteses quanto a factos estruturalmente significativos e suas realizações de discurso, da mesma forma que lançamos mão de explicações de ordem diacrónica quando nos pareceu difícil evitá-las.

(¹⁷) *Livro de Falcoaria de Pero Menino*, publicado com introdução, notas e glossário, Coimbra, Imprensa da Universidade.

(¹⁸) *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Ifante dom Pedro*, Duque de Coimbra, 1948.

(¹⁹) Cf. *Estudos de Poética Trovadoresca. Versificação e Ecdótica*. INL, Rio 1961.

(²⁰) *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Caceres e Usagre*. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII, Lisboa 1959.

Sendo um trabalho de desbravamento em que temos considerado um vocabulário de 54 000 formas aproximadamente, contaremos, chegado a seu término, com uma massa de dados quantitativamente bastante significativa, sistematicamente agrupada, para valoração dos factos que no texto ocorram. Nessa atitude de aproximação mais efectiva a um texto antigo muito têm pesado as advertências ao estudioso dos «vieux textes» feitas por Göran Hammarström ⁽²¹⁾. Se muitas delas cabem mais ao historiador da língua que ao analista de textos, o espírito que moveu o artigo polémico atinge bem os flancos deixados em aberto nas descrições desses textos antigos.

Pouco se têm estudado, como sabemos, as fases pretéritas do português de um ponto de vista que não o diacrónico e sobretudo, já de passagem a isso nos referimos, no plano do foneticismo histórico. Estamos certos de que, se o interesse maior do filólogo se voltasse para a morfologia e sintaxe, por razões intrínsecas à natureza do nível de língua em estudo, se faria necessário que este fosse antes sincrónico.

No plano fonológico já há tentativa de determinação do sistema vocálico de estágios passados, no entanto esta não antecede o séc. XVI ⁽²²⁾, quando, além da documentação gráfica dos textos, já se começa a contar com a informação, interpretação e testemunho dos gramáticos ⁽²³⁾.

2.2.1. Consideramos na análise dois níveis: o que baptizamos de gráfico-fonético (A) e o morfo-sintáctico (B). Em função disso levamos em conta todo o material apresentado pelo texto, visando sobretudo uma abordagem o mais sincrónica possível e o interesse que para a documentação da língua decorre de considerar os dados em sua totalidade.

Facilitou nossa tarefa sobre tão avantajado número de dados o fichário mecanográfico cumulativo de que dispomos do texto. Elaborámos tal fichário com auxílio do conjunto mecanográfico clássico (perfuradora, verificadora, separadora, tabuladora) ⁽²⁴⁾ do Centro de Cálculo Científico de Lisboa.

⁽²¹⁾ Cf. *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes. Studia Neophilologica*, Uppsala, vol. XXXI, n.º 1, 1959, págs. 5-18.

⁽²²⁾ Cf. J. G. Herculano de Carvalho, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona em: Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1962-1963, págs. 17-39.

⁽²³⁾ Situando-se em uma perspectiva linguística moderna, saíu a tese de Anthony Naro, *History of Portuguese passives and impersonals*, M. I. T. 1963 (Mim.)

⁽²⁴⁾ Respectivamente IBM 026, IBM 056, IBM 082 e IBM 444-A.

Em sua preparação tivemos em mira um índice geral de todas as formas atestadas no texto, previamente indicadas, seu contexto ou não, destacadas destas, em índice à parte, os topónimos e antropónimos; para cada forma em foco lançámos uma série de indicações codificadas correspondentes a factos linguísticos que julgámos indispensáveis para a descrição de um texto português antigo, do que recebemos listas parceladas mecânicamente seleccionadas, reunidas e postas em ordem alfabética. Uma terceira intenção correspondia a outra série de indicações codificadas em que se tinham em vistas as diferenças linguísticas e coincidências entre a versão *A* e o correspondente em *B* e *C*.

Se, numa primeira etapa, toda a matéria foi previamente escolhida e codificada por nós, o que significa um trabalho minucioso e cuidadoso de desmembramento de todo o texto, analisado segundo nossas intenções, numa segunda etapa recebemos todo o material seleccionado segundo nossas instruções, tabulado e impresso: um índice de 53 788 formas ⁽²³⁾, 68 listagens de extensão variada que agrupam cada facto indicado sob um mesmo índice numérico, sobre o texto *A*, e 95 listagens com as coincidências e divergências de *B* e *C* em relação a *A* ⁽²⁴⁾.

2.1.A. É costume, entre os que têm trabalhado com textos antigos, desenvolver à parte o estudo da grafia, seguindo-se a este o da fonética, entendida como «fonética histórica».

⁽²³⁾ Neste índice geral se encontram todas as chamadas palavras nocionais (substantivo, adjectivo e verbo) e todas as suas ocorrências (num total, respectivamente, de 16 026, 3628 e 17 429 formas) e ainda os instrumentos gramaticais colectados nos 2 primeiros livros, com algumas excepções: levantámos nos quatro livros advérbios, preposições e conjunções que nos pareceram de interesse para o estudo em foco e, por outro lado, só apresentámos as ocorrências iniciais de: *o, ao, no, do, hũu, e, de, en, con, non, que* (relativo).

⁽²⁴⁾ A propósito de outro fichário mecanográfico de texto arcaico português, elaborado com intenção diversa da nossa, cf. M. H. Mira Mateus, *Perspectivas da Linguística Actual* (o método estatístico, a teoria da informação, a utilização de máquinas), em *Revista de Portugal, Série A — Língua Portuguesa*, vol. XXVI, Lisboa 1966, em que a autora dá notícia de um seu trabalho em curso sobre o léxico e alguns pontos de morfo-sintaxe do texto quatrocentista, *Vida e feitos de Júlio César*.

Não queremos também deixar de mencionar a tese do professor paulista Clemente Segundo Pinho, *A Linguagem de Fernão Mendes Pinto segundo um sistema de conceitos. Exame parcial de amostras do vocabulário*, 2 vols. Tese de Docência Livre para a cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filologia, Ciências e Letras de Araraquara, 1966, trabalho em que o autor lançou mão também de recursos mecanográficos.

Nas considerações às particularidades do texto que preferimos nominar gráfico-fonéticas, relevamos o que nos pareceu característico e linguisticamente significativo da grafia da versão *A*. Afastando-nos da orientação exclusiva da chamada «fonética histórica», procurámos, sem descuidar da explicação diacrónica quando necessária, apresentar uma série de características, em arrolamento exaustivo, na transcrição dos sons vocálicos e consonantais. Se definimos também como fonética a abordagem é que, havendo base para tanto, tentámos adiantar algumas hipóteses ou indagações acerca das realizações fónicas representadas pelos grafemas correspondentes e até mesmo quanto ao sistema fonológico que a grafia reveste. Voltámo-nos, desta forma, para o latim quando isso nos pareceu conveniente ao comentário linguístico sincrónico da mesma maneira que, por vezes, nos voltámos para o português padrão ou dialectal contemporâneo ou para textos medievais dos séculos XIII a XV.

Julgámos de significação primordial as alternâncias gráficas de uma mesma base lexical. Estas alternâncias gráficas não querem dizer certamente apenas a ausência de uma norma ortográfica rígida — e este facto ganha maior força se lembramos que o texto se situa no chamado período fonético da ortografia — mas, sobretudo, e por isso aí está o seu interesse, podem ser o início de realizações fonéticas contemporâneas que, reconstituíveis, serão sempre, contudo, hipotéticas.

Primeiramente eliminámos aquelas alternâncias gráficas de uma mesma base lexical que não têm nenhuma significação, se não a de ser exemplo da instabilidade ortográfica de então, sendo dificilmente indício de qualquer realização fonética. É o caso, por exemplo, da grafia vária da semivogal (por exemplo: *facto*, *feyto*, *feito*) ou o uso do *h* inicial (*huva/uva* ou *omem/homem*), casos em que nos critérios editoriais o editor do texto pode tranquilamente seguir, se quiser, os princípios ortográficos modernos.

Noutros casos menos ou mais delicados de interpretar, as alternâncias gráficas podem recobrir uma realidade fonética de seu tempo ou de estágio anterior, uma vez que a grafia é muito mais conservadora que as realizações da fala.

Alguns exemplos do tratamento que demos à documentação no nível gráfico-fonético:

- I. Lembramos aqui o caso do fonema nasal palatal intervocálico /ɥ/, que desfaz o hiato composto da vogal nasal palatal fechada /i/ e a vogal oral semifechada, grafada *o*, que começa a aparecer transcrito a

certa altura da história da língua e só a partir de 1300 se generaliza ⁽²⁷⁾.

No texto que descrevemos, de 349 ocorrências de sequência desta natureza, 73 % estão grafadas *-zho*, e 17 % *-io* e 10 % *-inho*. Considerando os 10 % de casos com o grafema correspondente ao fonema palatal e os 73 % que poderão ser interpretados da mesma maneira, podemos, talvez sugerir que a grafia *-io* é já um arcaísmo e que por ventura corresponderia a um uso gráfico arcaizante, ou a uma particularidade fonética do copista.

- II. O conjunto da grafia do texto é marcadamente conservador e permite com certa margem de segurança supor que o sistema do copista mantinha os 4 elementos sibilantes que, por ventura, seriam predorso-dentais (surda e sonora) e ápico-alveolares (surda e sonora); representados os dois primeiros por *c^{e,i}* ç, quando surdos, e *z*, quando sonoros, e os dois últimos por *s-*, *-ss-*, se surdos, e sendo sonoros por *-s-*.

predorso-dentais		ápico-alveolares	
su.	/ʃ/	/ʃ/	
	[grafias: <i>c^{e,i}</i> , ç]		[<i>s-</i> , <i>-ss-</i>]
so.	/z/	/z/	
	[grafia: <i>z</i>]		[<i>-s-</i>]

Nada podemos, pela grafia, adiantar quanto à fricativação das predorso-dentais, originariamente africadas. Há, entretanto, os casos seguintes que nos fazem reconsiderar qualquer afirmação peremptória quanto à manutenção do referido sistema e acreditar que estava em curso, talvez, em começo ⁽²⁸⁾, a transformação estrutural que

(²⁷) Cf. considerações sobre o problema em L. F. Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, págs. 274 e ss. e do mesmo autor *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle*, em *Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Age*, em *Revue de Linguistique Romane*, XXVII (1963).

(²⁸) Cf. também o segundo trabalho acima indicado, págs. 74-75, em que o autor apresenta documentação da confusão gráfica das sibilantes nos falares meridionais portugueses, incluídos os arredores de Lisboa, na 2.^a metade do séc. XIII, em contraste com os documentos estudados do norte de Portugal.

viria a reduzir a dois (predorso-dentais), embora não em todas as áreas de língua portuguesa, os 4 fonemas em causa. Encontramos os seguintes casos de confusão entre os grafemas:

-s-/ -z-: <i>aceso, acesos</i> (2) *	<i>acezo, acezas</i> (7)
<i>cūsa, cūsas</i> (2)	<i>cūza</i> (1)
-z-/ -s-: <i>braveza</i> (2)	<i>bravesa</i> (1)

ou seja uma possível variação fonética entre / z / ~ / z̃ / e / z̃ / / ~ / z̃ / . Em posição final também ocorre a oscilação z / ~ / s, *simpres* (6) / ~ / *simples* (2). Se os dois primeiros casos em pauta (*aceso* ~ *aceza* e *cūsa* ~ *cūza*) podem ser postos em conta de assimilação ou dilação à predorso-dental da sílaba precedente, achamos que *braveza* ~ *bravesa* e *simpres* ~ *simples* talvez pudessem sugerir a pergunta de se já não haveria variação entre as predorso-dentais e ápico-alveolares sonoras.

Há a considerar também a grafia *preses* (preces), que pode ser também índice da variação / z̃ / ~ / z̃ / . A forma *prezes* seria a normal no português, que veio a adoptar *preces*, forma culta.

Ao lado desses poucos casos de oscilação gráfica que indicam talvez a desfonologização / z̃ / ~ / z̃ / , ou seja a perda do traço opositivo marcado pelo ponto de articulação predorso-dental ou ápico alveolar, entre as sibilantes sonoras, admitida portanto a fricativação da predorso-dental, há todo o conjunto do texto perfeitamente coerente com o latim de que provém. São exemplos significativos: *cozer* (5), *fazer* e flexões (455), formas do perfeito de *querer* (162).

Da documentação analisada ficou patente que não há vacilação na representação das surdas correspondentes às sonoras que vimos classificando como predorso-dentais e ápico-alveolares.

- III. No conjunto das vogais átonas, encontramos alternâncias entre *a* ~ *e*, *e* ~ *i*, *o* ~ *u*, *o* ~ *e* que podem, algumas delas, talvez representar realizações de um mesmo fonema. A variação ocorre com mais frequência entre vogais da mesma série (*palatal* ou *velar*) com um grau de diferença na abertura, ou seja: *e* ~ *i*, *o* ~ *u*.

Considerando as posições quanto à tonicidade em que ocorram tais diferenças, os dados quantitativos de cada alternância, além da

(*) Os números entre parênteses após as formas exemplificadas dão a quantidade de ocorrências.

análise do ambiente fonético em que cada oscilação se verifica e ainda considerações de carácter lexical podemos nos permitir algumas observações não conclusivas, claro, quanto ao sistema vocálico em posição átona.

- a) A alternância *e* — *i*, postónico, em sílaba final, ocorre muito raramente e em casos bem determináveis, como os advérbios: *tarde* (3) *tardi* (5) e *alti* (3), *ameudi* (21) e, como única ocorrência de *-i* átono final, em palavra de outra classe, encontramos *sanguí* (19), nunca ocorrendo a grafia com *e*; por sua singularidade e natureza, poderia ser considerada um latinismo gráfico.

Por outro lado, nos morfemas verbais é constante e sistemática a grafia *-i* por *-e*: nas suas 78 ocorrências, a 2a. pessoa do singular do perfeito do indicativo está sempre *-sti*, mas no plural, sempre *-stes* (4).

Com os verbos de tema em *e*, é constante a harmonização da vogal temática ao morfema (*ascondisti* (2), *conhocisti* (7), *criisti* (1), *recebisti* (3), *respondisti* (2). Harmonização que por vezes se estende à vogal do radical: *quisisti* (1) (a par de *quisesti* (2), *quesisti* (1) ou *tulhisti* (2) e *fusti* (2).

Também varia o morfema de 3a. pessoa do perfeito do indicativo na sua representação gráfica: *soube* (26) *soubi* (11), *trouxe* (1) ~ *trouxi* (1), *ouve* (11) ~ *ouvi* (3) e *pudi* (4).

O morfema de 2a. pessoa do imperativo de tema em *e*, em todas as suas ocorrências, está grafado *-i* (*ávi* (2), *bévi*, *cólhi*, *enténdi*, *escólhi*, *méti* (3), *recébi* (2), *scrévi* (1), *témi*, *vérti*, *vei* (1). Por vezes, como ocorre na 2a. pessoa do perfeito, a tónica também se apresenta fechada (*cúrri* (1), *míti* (1) (a par de *méti* (3); uma vez encontrámos o mesmo facto para os verbos de tema em *i*: *fúgi*. Desses factos talvez se possa concluir que os morfemas verbais referidos, que por vezes se apresentam com *-e* final, possivelmente seriam articulados como a vogal palatal mais fechada.

- b) Da mesma forma que não há alternância na grafia do *e* final de substantivos e adjectivos, não ocorre tal oscilação entre *o* ~ *u*, com excepção do evidente latinismo *espíritu*, *spíritu*, (⁵⁷) ao lado de *espírito* (5).
- c) A alternância de *e* ~ *i* em posição pretónica ocorre com certa frequência em palavras que na sílaba seguinte apresentam sempre vogal fechada ou semi-vogal (por exemplo: *meninice* (1) ~ *mininice* (1), *vegiaron* (1), *vigiava* (1), *vendida* (2) ~ *vindita* (1).

- d) Da mesma forma o *o* varia com *u* em pretónicas predetermináveis: *bogia* (2) ~ *bugia* (1), *costume* (5) ~ *custume* (40), *fogueira* (1) ~ *fugueiras* (1), *comõihon* (1) ~ *comũihon* (2), *recodir* (1) ~ *recudir* (13). Na sílaba seguinte há sempre uma fechada velar ou palatal.

2.2.1.B. No estudo morfo-sintáctico, estritamente sincrónico, demos importância, sobretudo, às variantes de uma mesma forma e considerámos sua distribuição na cadeia sintáctica. Isolámos como método de abordagem o sintagma verbal. Ainda não nos ativemos às relações intersintagmáticas. Temos sempre dado ênfase ao número de ocorrências das formas em estudo e de sua percentagem, por julgarmos, como vimos frisando, que a aproximação quantitativa é fundamental para uma avaliação da vitalidade da forma, sendo a única maneira palpável de comprovação do seu uso menos ou mais intenso e de aproximação ao seu peso no sistema em vigor.

Temos ainda procurado determinar os padrões sintácticos em que encontramos os pequenos conjuntos ou paradigmas em que se podem agrupar, segundo sua forma e função, os variados elementos que compõem os sintagmas.

Tal estudo tem sido dificultado, entretanto, por seu carácter de tentativa, uma vez que desconhecemos outros desta natureza para o português antigo (²⁰). Embora em fase de elaboração, permitimo-nos, no entanto, as observações seguintes.

Ilustraremos nossa atitude com alguns exemplos como o fizemos anteriormente:

- I. Nas observações ao sintagma nominal, tecemos algumas considerações às categorias de género e número e estabelecemos determinados padrões quanto à posição do adjectivo predicativo em relação ao substantivo. Detivemo-nos com maior minúcia no estudo dos determinantes e nos substitutos do nome.

(²⁰)Muito nos têm servido os estudos de morfo-sintaxe, principalmente do espanhol e francês, publicados por B. Pettier:

Introduction à l'étude de la Philologie Hispanique II. Morphosyntaxe espagnole (Étude Structurale). Ed. Hispanoamericanas, Paris 1960; *Présentation de la linguistique. Fondements d'une théorie. Travaux de Linguistique et de Littérature*, vol. I, 1967, Strasbourg e *Linguística Moderna y Filología Hispánica*, Gredos, Madrid 1968.

Consideremos as seguintes notas ao sistema do demonstrativo: no sistema de 3 séries (1. proximidade / 2. situação intermédia / / 3. afastamento) destaca-se a alta frequência da 1a. e 3a. (414/519 vezes) face às 34 ocorrências da série 2, isto é, *esse, essa, esses, essas*.

Das ocorrências da série *esse*, talvez duas não tenham o valor de situativo de 2.º grau, mas de 1.º e estariam por *este* e *esto*. Ao contrário, das ocorrências da série *este*, em 10 % de exemplos considerados (41 casos), quatro indicam um situativo de 2.º grau e não de 1.º. Por *esso* e *por esto* são usados indiferentemente. Face a tais factos, talvez se possa adiantar que a oposição se fazia entre *este/aquele* pelo menos mais generalizadamente que entre *este/esse/aquele*.

A par da série *este*, há uma outra do tipo *aqueste*, que aparece representada em relação à série anterior numa proporção de 75 % / 25 %, respectivamente, e que nos parece em variação livre de emprego. Para o situativo de 2.º grau, não ocorre nenhuma vez a forma do tipo reforçado, *aqueste*. O sistema, entretanto, elegeu para o situativo de 3.º grau a forma reforçada *aquele, aqueles, aquela, aquelas*, uma vez que se identificaria com o pronome pessoal sujeito a forma do tipo curto.

No conjunto da morfologia do demonstrativo, sobressaem os raros casos do demonstrativo com inflexão da tónica para as formas neutras: quatro vezes ocorre *isto*, enquanto *esto, esso, aquele* aparecem 154 vezes.

Destaca-se, por outro lado, a preferência pela forma apocopada dos demonstrativos da 3a. série sobre as não-apocopadas (90 % / 10 %) paralela ao pronome sujeito de 3a. pessoa *el ~ ele* (82 % / 18 %). Variam livremente em enunciados de padrões diversos:

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| a) 1. 1.4* aquel amor | 1.31.9. aquele homem |
| b) 2.22.9. aquel moesteiro | 1.9.19. aquele moesteiro |
| c) 1.7.16. aquel a que | 1.8. 7. aquele a poderia saar |
| d) 1. 5.6. aquel que fezera abade | 1.9. 4. aquele que ali jazia. |

(*) A numeração decimal corresponde à localização no texto: 1.º casa — livro; 2.º casa — capítulo; 3.º casa — parágrafo.

(⁹⁰) Cf. J. J. Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, Livr. Clássica Editora, Lisboa 1960, págs. 247-248 e E. Williams, *From Latin to Portuguese*, Univ. of Pennsylvania Press, Philadelphia 1938, § 145,1; ambos afirmam conhecerem poucos casos da «combinação *accu ipse*».

O chamado demonstrativo de identidade, ocorre sob as formas: *meesmo*, *meesma*, *-s* (65 vezes) ~ *medês* (15 vezes) e em sintagmas de 4 tipos:

- I. demonstrativo + *meesmo* + substantivo
- II. demonstrativo + substantivo + *meesmo*
- III. pronome complemento + *meesmo*
- IV. demonstrativo + *meesmo*, em que variam livremente *medês*, *meesmo*.

Nota-se, entretanto, no sintagma do tipo III (pronome complemento + *meesmo*, *medês*) que *medês* segue apenas o pronome *si*; em sintagmas do tipo II e IV, em que *meesmo* ou *medês* estão em posição forte, é proporcionalmente mais frequente a forma *medês*.

Com o tratamento do demonstrativo que apresentamos, delinçamos a maneira como temos tratado os determinantes do nome:

- a) levámos em conta a variação formal, em seu número de ocorrências;
- b) determinámos a preferência no uso de determinadas formas que admitem variantes;
- c) estabelecemos certos padrões sintácticos no sintagma nominal.

II. Na descrição dos elementos que compõem o sintagma verbal, além do estudo da morfologia propriamente dita do verbo, temos estudado, de maneira global, certos pontos do sistema verbal, como os verbos auxiliares, que analisámos em todas as suas modalidades (auxiliares seguidos de particípio, de gerúndio e de infinito), a função de alguns tempos e modos, a distribuição de *seer/estar*, *aver/teer*.

Considerando os auxiliares seguidos de particípio passado (*ser*, *estar*, *jazer*, *andar*, *ficar*, *tomar*, *teer* e *aver*) seleccionámos, como ilustrações e por levarem a outro aspecto por nós já abordado no estudo do verbo, *aver* e *teer*.

Destaca-se o escasso uso de *teer* e *aver* seguido de particípio passado. De *aver* encontramos apenas 4 ocorrências das 803 formas documentadas do verbo. De *teer*, há das 119 ocorrências, 23 seguidas de particípio. A concordância deste é constante com o complemento, não se podendo ainda falar de tempos compostos uma vez que não está o auxiliar completamente gramaticalizado. Temos em vista, quando assim afirmamos, a

flexão do participio passado e, ao que nos parece uma coloração que subsiste enquanto se faz a concordância do participio e complemento ⁽³¹⁾.

4.32.8. — Abride-mi as portas da justiça e entrarei em elas e confessei e reconhecerei a Nostro Senhor todolos beês que mh'a feitos.

3.14.5. — E acaeceu enton no tempo do rei Totilo, enmigo de Deus e dos cristãos, a hoste dos godos *teve cercada* aquela meesma cidade de Parusio.

No conjunto pouco frequente de *aver/teer* e participio passado, resalta a relativamente alta frequência do imperfeito desses verbos seguido de participio — três das quatro de *aver*, e oito das 23 de *teer* ou seja do que se classifica como o mais-que-perfeito composto, forma que tomou o lugar, no uso mais corrente da língua, do mais-que-perfeito simples, «forma banida» segundo Rodrigues Lapa, da língua corrente ⁽³²⁾.

Contrariamente, no texto, é bastante restrito o uso do mais-que-perfeito composto (as 11 ocorrências referidas) face à alta incidência da forma simples indicada pelo morfema *-ra*. O frequentíssimo emprego desta forma com seu valor temporal descritivo — expressão de uma acção anterior a outra, ambas realizadas no passado, é significativo: de 550 ocorrências das formas em *-ra*, 86,6 % tem o valor descritivo, enquanto que em 13,3 % de casos funciona em correlações condicionais ou exprimindo hipóteses.

Uma vez que as considerações feitas aos verbos *teer* e *aver* nos levaram ao emprego, no texto, do mais-que-perfeito, consideremos ainda algumas informações sobre a forma em causa:

No exame das 550 formas de mais-que-perfeito, estão excluídas as 3as. pessoas do plural por considerarmos suficientes, para os fins em vista, o conjunto seleccionado e sobretudo porque o morfema de tempo e pessoa — 3a. pessoa do plural do perfeito e mais-que-perfeito — já se apresenta homógrafo, senão também homófono.

Cabe aqui, cremos, notar que, no texto estudado, talvez por ser tradução, o perfeito e mais-que-perfeito estão cuidadosamente seleccionados, para indicar o facto passado e o que antecede a outro, ambos passados. Destacamos tal facto que conviria ser sistematicamente explorado nos estágios passados da língua portuguesa. Segundo R. Lapa, existe já no português arcaico a confusão no uso dos dois perfeitos, e exemplifica

⁽³¹⁾ J. Mattoso Câmara Jr., *Princípios de Linguística Geral*, (L. Académica), Rio 1959, pág. 173.

⁽³²⁾ Cf. *Estilística da Língua Portuguesa*, 3.ª ed. (L. Académica), Rio 1959, pág. 172.

sua assertiva com uma passagem, que nos permitimos considerar pouco esclarecedora, de Fernão Lopes ⁽³³⁾.

O facto de os morfemas referidos já se acharem identificados pelo menos na grafia sob a forma *-ron* (de *-runt* e *-rant*) pode levar à interpretação de liberdade no emprego do perfeito pelo mais-que-perfeito, o que seria apenas um caso de convergência, de polissemia gramatical. É de interesse frisar que, no texto, o único caso de convergência das nasais finais é assinalado para as 3as. pessoas do plural do perfeito e mais-que-perfeito, único momento, na documentação apresentada por todo o texto, em que se pode, a partir da grafia, aventar a possibilidade de neutralização da oposição representada gráficamente por *-an/-on* ⁽³⁴⁾.

Com os factos expostos a partir do estudo que preparamos sobre o verbo, procuramos mostrar, apesar de parecer um tanto dispar, nos pontos aqui realçados, como julgamos indispensável não só a aproximação sincrónica, mas também as interligações entre os subsistemas que constituem o sistema que é a língua.

3. Conclusão

3.1. — Os *Diálogos de São Gregório* nas suas três versões medievais em português sobressaem, a nosso ver, como um texto de interesse para a língua e literatura medieval portuguesa não só por sua extensão como por sua história variada. Apesar dos estudos referidos na Introdução a seu respeito, faltava-nos a edição completa do texto e o conhecimento necessário da documentação linguística que a obra oferece ao estudioso da língua antiga. Preparada, como se encontra, a edição crítica da versão mais antiga em confronto com as do começo do século XV, procedemos, como ficou dito, à descrição linguística do texto trecentista.

Numa tentativa de explorar exaustivamente o material oferecido pelo texto, temos efectuado a análise, até o presente, nos níveis gráfico-fonéticos e morfo-sintácticos. Se, no primeiro caso, a nossa abordagem sincrónica ainda se acha até certo ponto comprometida à orientação historicista geralmente aplicada nos estudos que se têm feito de textos antigos portugueses,

⁽³³⁾ Id., *ibid.*, pág. 171.

⁽³⁴⁾ Em 3550 formas que têm sílaba final em *-on* e *-an*, só encontramos discordância gráfica, entre o étimo e a forma portuguesa, nas 3as. pessoas do perfeito e mais-que-perfeito; destas, apenas, 17 estão terminadas em *-ran* (9 do mais-que-perfeito e 8 do perfeito).

no estudo morfo-sintáctico temos orientado a análise excluindo as explicações de cunho diacrónico, aproveitando ao máximo todo o material oferecido pelo texto e interrelacionando os factos examinados.

Esperamos que o objectivo por nós posto para o estudo do texto — tentativa de descrição sincrónica, consideração exaustiva, não-selectiva, dos factos em suas relações — seja uma contribuição parcial para o conhecimento global do português do século XIV, que só será completo com o estudo do conjunto de textos literários e não-literários do período em foco.

Sendo possível estender esta aproximação a sucessivos estágios, sincronicamente descritos e comparativamente estudados, poder-se-ia vir a obter um conhecimento mais orgânico das transformações históricas da língua portuguesa.

UMA VERSÃO QUINHENTISTA INÉDITA DA «IMITAÇÃO DE CRISTO»

ISABEL VILARES CEPEDA
(LISBOA)

Depois de ter estudado, do ponto de vista linguístico, a primeira versão portuguesa da *Imitação de Cristo*, feita por Frei João Álvares em 1468 ⁽¹⁾, fui levada a elaborar a bibliografia das versões que esta obra de ascese cristã tivera em língua portuguesa desde o século XV até à actualidade ⁽²⁾. Nas buscas que, para esse efeito, levei a cabo na Biblioteca Nacional de Lisboa, tive o ensejo de identificar, num dos códices alcobacenses — CDLXXV/297 —, os excertos do chamado «Livro I» que agora dou a conhecer ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Esse trabalho constituiu a minha dissertação de licenciatura em Filologia Românica, apresentada em 1958, na Faculdade de Letras de Lisboa e posteriormente publicada com o título: *A Linguagem da Imitação de Cristo* (Versão portuguesa de Frei João Álvares). Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1962.

⁽²⁾ *As Versões Portuguesas da Imitação de Cristo* (Subsídios para uma bibliografia), in «Arquivo de Bibliografia Portuguesa», Coimbra, VIII, 1962, pgs. 60-85.

⁽³⁾ Quer Gabriel Pereira (*Os Códices 443 e 475 da Collecção Alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910, sep. do «Bol. das Bibliothecas e Archivos Nacionais»), quer A. F. de Ataíde e Melo (*Inventário dos Códices Alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930-1932), nas descrições que fazem do código, parece não terem chegado à conclusão de que os excertos fariam parte da *Imitação* pois transcreveram apenas as palavras iniciais do texto, sem comentários a indicar pertencerem à obra em questão. Este silêncio explica-se talvez pelo facto de, no manuscrito, a obra ser referida com o nome de *De contemptu Mundi*, nome por que também foi conhecida na Península Ibérica e noutras regiões.

1. Descrição do manuscrito

O códice alcobacense CDLXXV/297 da Biblioteca Nacional de Lisboa, em que se encontram os excertos do Livro I da *Imitação de Cristo*, em papel, com as dimensões de 29x19 cm, tem 223 fólios numerados (com algarismos da época), e três fólios inumerados, no começo, preenchidos com a «Tavoada de todalas cousas que em este livro sam escritas» — índice alfabético das várias espécies de que o códice se compõe. Faltam os fólios 197 a 200 que foram cortados. O fólio 201, de papel diferente, mas com letra do mesmo tipo da que foi usada no resto do códice, contém a cópia final das trovas que se encontram no fólio 196, que sem isso ficariam truncadas. Está escrito a uma só coluna, em letra manuelina caligráfica, de uma só mão. Naquilo a que poderá chamar-se folha de rosto encontra-se, em letra miúda do século XVIII, o título: «Colecção de cartas e papéis curiosos», e o número «475» (¹).

No verso do último fólio encontram-se os seguintes versos, devidos certamente à mão do copista:

«Honra e gloria e louvor mui perfeito
em todo e por todo, a Deus seja dado,
pois teve por bem que viesse a efeito
o vivo desejo geerado em meu peito
de ver este livro per mim acabado,
escrito soamente com grande cuidado
por ver e guozar de cousas tam boas,
memorias, palavras, falar mui ornado,
em prosa e verso mui bem assentado,
processo de taes e tam nobres pessoas.»

O códice contém cópias cuidadas, de matéria muito variada (²), feitas nos meados do séc. XVI, a avaliar pelo tipo da letra e pelas datas de alguns documentos transcritos: A data mais tardia que aparece é a

(¹) Estas palavras devem-se muito provavelmente a um monge do mosteiro de Alcobaça, da época em que a livraria foi reorganizada e o seu catálogo impresso (*Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*. Olisipone, Typographia Regia, 1775). Com efeito quase todos os códices deste núcleo apresentam uma folha suplementar no início com o número do códice e indicações sobre o conteúdo do mesmo (em letra do séc. XVIII) que parece terem servido para a elaboração do referido *Index*.

(²) Gabriel Pereira no opúsculo atrás citado, pgs. 10-24, dá uma relação dos títulos dos textos insertos no códice, pela ordem em que aí aparecem.

de uma carta datada «de Lisboa, ao derradeiro de Maio de 1543», que figura no códice em último lugar. Também a grafia utilizada nos situa em pleno séc. XVI: emprego de *gu* antes de *a* e de *o*; uso muito frequente de *m* antes de consoante não bilabial; uso indiscriminado do *h*; a grafia *-ão* em palavras cuja terminação latina era *-one* (v. g. *perfeição*, *coração*, *indiscrição*, etc.).

Os excertos do Livro I da *Imitação de Cristo* encontram-se nos fólhos 208 r. a 209 v., sob uma epígrafe que introduz transcrições de vários textos: «Seguem-se muitos e bons notados tirados de diversos livros».

2. Título e estrutura

Não é, como já foi dito, sob o nome de *Imitação de Cristo* que nos manuscritos aparecem os excertos em causa, mas sim sob a designação de «De contemptu mundi». Ora tanto um como o outro título não correspondiam, de princípio (séc. XV — altura em que foi escrita a *Imitação*), ao agrupamento dos quatro livros, de que actualmente é formada esta obra, mas sòmente ao primeiro deles: «De Imitatione Christi et contemptu omnium vanitatum mundi». A escolha do título, que não teria sido da responsabilidade do autor, pois cada livro tinha autonomia, variou conforme as regiões e as épocas. Só mais tarde o título actual se generalizou. Na Península Ibérica conheceu bastante voga o título *De contemptu mundi*. Assim se apresentam várias traduções castelhanas impressas, do séc. XV e XVI, e o manuscrito alcobacense. Também a primeira edição portuguesa impressa conhecida, com a tradução de Diogo Vaz Carrilho ⁽⁶⁾, e as edições subsequentes que a transcrevem, apresentam um subtítulo que mostra como era a obra conhecida mais vulgarmente: «Imitaçam de Christo que vulgarmente se intitula Contemptus Mundi» ⁽⁷⁾.

Pode ainda afirmar-se, com bastante certeza, ter sido o gosto do público leitor que deu a estrutura actual à *Imitação*, preferindo os seus quatro opúsculos, de entre outros da autoria de Tomás de Kempis. Estes

⁽⁶⁾ *Imitação de Cristo* que vulgarmente se intitula Contemptus Mundi, escripta em latim pelo Venerável Thomas de Kempis. Lisboa, João da Costa, 1670.

⁽⁷⁾ É de notar que, durante a Idade Média houve outras obras que correram sob o mesmo nome: *Liber de Contemptus Mundi* de Isaac de Ninive (séc. XII); *De Contemptu Mundi* de Henrique de Hotington (séc. XII) e de Bernardo Morlais (séc. XII).

opúsculos (treze ao todo) acham-se reunidos, como obras distintas, num códice autógrafo de Tomás Kempis da Biblioteca Real de Bruxelas (Bruxellensis 5855-61) ⁽⁸⁾.

A existência da versão manuscrita portuguesa de Frei João Álvares além de outras estrangeiras (citadas por L. J. M. Delaissé) e, em certa medida, a destes excerpitos que só apresentam o texto do «Livro I», vem confirmar a autonomia primitiva de cada opúsculo de que é formada a *Imitação de Cristo*.

3. *Autoria*

A versão do códice alcobacense atribui a feitura da obra a João Gerson. Não é de estranhar o facto pois a autoria da *Imitação* foi desde muito cedo (logo no séc. XV) ponto controverso. As edições castelhanas de 1490, 1493 e 1495 impressas em Zaragoza, Sevilha e Burgos, indicam como autor Juan Gerson. O mesmo sucedia já em vários incunábulos com o texto em latim, impressos em Veneza no séc. XV ⁽⁹⁾, um dos quais serviu de base à versão castelhana. Não admira, pois, que o manuscrito alcobacense apresente «Johanes Gerson» como autor, tanto mais que parece poder afirmar-se, como se verá, que a versão portuguesa em questão se baseou num texto castelhano.

4. *Versão portuguesa*

A primeira versão portuguesa de que há notícia é a de Frei João Álvares, da segunda metade do séc. XV. À primeira vista poder-se-ia pensar que a versão incluída no códice alcobacense fosse uma cópia, ou, pelo

⁽⁸⁾ Este códice foi publicado e estudado exhaustivamente por L. J. M. Delaissé: *Le manuscrit autographe de Thomas a Kempis et l'imitation de Jésus-Christ*. Examen archéologique et édition diplomatique du Bruxellensis 5855-61, Paris — Bruxelles 1956, 2 vols, *Les publications du Scriptorium*, vol. II.

⁽⁹⁾ Ver Luduvicus Hain, *Repertorium Bibliographicum*, e António Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, 2.ª ed. tomo VII, Barcelona, Libreria Palau, 1954.

menos, se filiasse nela ⁽¹⁰⁾, mas, do confronto dos dois textos, é evidente tratar-se de versões completamente diferentes:

a) A versão de Frei João Álvares desconhece os títulos com que o original latino encabeça os vários capítulos, ao passo que a versão do códice alcobacense os apresenta, sempre que o capítulo não foi truncado no seu início.

b) A versão de 1468 tem como característica dominante o facto de reforçar o sentido de grande número de vocábulos com outros de sentido semelhante ou com expressões que lhe completam ou desenvolvem o sentido. Este processo é quase inexistente na versão do códice alcobacense. A título de exemplo põem-se em confronto palavras ou expressões do original latino e as correspondentes nas duas versões portuguesas, aproveitadas apenas do capítulo I.

<i>Texto latino</i>	<i>Versão de Frei J. Álvares</i>	<i>Versão do cód. alcobacense</i>
charum	amigo e chegado	amigo
summa	alta e grande	verdadeira
quaerere	buscar... cobiiçar	ir empos
perituras	que perecê e que tres- passom	que ham de perecer
ambire	buscar... cobiiçar	desejar
honores	honrras tēporaes	honras
bona	boa e honesta	bõa
attendere	atender... esgoardar	olhar
quod cum omni ce- leritate transit.	aquele que passa e se vay tam trigosamente.	o que passa breve- mente.
festinare	apresarmos de correr e de andar.	trabalhar
Vanitas	Oo sobeja sandice e vay- dade	Cousa vãa

⁽¹⁰⁾ Seria aliás difícil de explicar uma possível relação entre os dois códices: Frei João Álvares traduziu o texto em Bruges para os monges do mosteiro beneditino de Paço de Sousa; o códice deverá ter sido aí copiado, passou para o mosteiro de Tibães e recolheu à Real Biblioteca Pública do Porto, hoje Biblioteca Pública Municipal. Por seu lado pode afirmar-se com bastante certeza que o códice alcobacense 297 foi compilado e copiado no mosteiro cisterciense de Alcobaça e daí passou para a Real Biblioteca Pública da Corte, hoje Biblioteca Nacional de Lisboa.

c) Quando Frei João Álvares acrescenta alguma expressão é sempre para explicar melhor ou dar maior força a qualquer ideia (por ex.: texto latino: «*quae futura sunt non praevidere*»; tradução de Frei J. Álvares: «do que pertence pera a outra vida, que pera sempre ha de durar, nom curar de proveer nem de entender o que pera ella sera mester»), ao passo que a tradução do Códice Alcobacense, quando se afasta do original, é para desenvolver uma ideia apenas sugerida pelo contexto. Isto acontece no final de alguns dos capítulos, três ao todo ⁽¹¹⁾:

1. «Todos somos fraguos, mas tu nom cuides que outro nom seja mais que tu, *porque quem mais presume de si mesmo mais vilmente cae*. Exemplo teens em Sam Pedro o qual disse a Nosso Senhor: *Se for necessario morrer contigo, nam te neguarei*. E mui prestes caio» (Cap. II);

2. «mas no coração do soberbo ha i enveja e ira continua, *porque o soberbo de contino tem grande enveja de todolos homens: dos maiores e mais poderosos que ele, porque ha de ser sojeito a eles; dos iguaes dele, porque se teme que o sobrepojem; dos menores que ele, porque teme que se tornem iguaes*. E por isso nunca tem repouso em seu coração» (Cap. VII);

3. «Ó Quanta paz a ti e quanta alegria darias aos outros havendo-te ordenadamente! *Estas quatro cousas causam mui grande paz, scilicet: que trabalhes de fazer e cumprir antes a vontade alhea que a tua; escolhe sempre de ter menos que mais; busca sempre o mais baixo lugar e see a todos obediente; deseja sempre e rogua que se cumpra em ti inteiramente a vontade de Deus*» ⁽¹²⁾ (Cap. XI).

Se as diferenças entre os dois manuscritos portugueses são nitidas, não menos flagrante é a semelhança da tradução portuguesa do códice alcobacense com a versão, de autor anónimo, editada por várias vezes em Espanha, no fim do séc. XV e na primeira metade do séc. XVI ⁽¹³⁾.

⁽¹¹⁾ Ponho em itálico aquilo que não tem correspondente no texto latino.

⁽¹²⁾ Estamos, pois, em face de dois processos diferentes de ampliação de texto, correntes na prosa medieval: um, a que poderíamos chamar vertical, caracterizando-se por uma adjunção de vocábulos ou frases que completam ou reforçam o sentido inicial (versão de Frei João Álvares); outro, em que há uma expansão, por assim dizer, no sentido horizontal, através de verdadeiros acrescentamentos de textos (versão alcobacense).

⁽¹³⁾ Uma relação circunstanciada destas edições castelhanas encontra-se no *Manual del Librero Hispanoamericano* (atrás citado), tomo VII, p. 272-273.

Como prova desta afirmação, ponho a par o início do texto do códice alcobacense e o do texto castelhano de uma destas edições ⁽¹⁴⁾.

Cód. alc. CDLXXV/297

«Que te aproveita disputar cousas altas da Trindade, se careces de humildade pela qual desaprazes a essa mesma Trindade? Por certo as sobidas e eleguantes palavras nom fazem o homem sancto nem justo, mas a vida virtuosa o faz amiguo de Deus.

Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade senam amar a Deus e a ele soo servir. Esta é a verdadeira sabedoria: pelo desprezo do mundo ir ao regno celestial. Pois loguo vaidade é ir empos as riquezas que ham de perecer e ter esperança nelas.»

Ed. castelhana de 1516

«[...] Que te aprovecha disputar altas cosas de la Trinidad si careces de la humildad dōde desplegas a esa mesma Trinidad. Por cierto las subidas palavras no fazē al hombre sancto ni justo mas la vida virtuosa lo faze amable a Dios [...]

Vanidad de vanidades e todo vanidad sino amar a Dios e a el solo servir. Esta es soberana sabiduria por el menosprecio del mūdo yr a los reynos celestiales. Pues luego vanidad es yr empos delas riquezas perescederas e tener esperança en ellas [...]»

Há ainda um erro na versão portuguesa que parece dever-se a má leitura ou interpretação defeituosa de um termo castelhano. Trata-se do seguinte passo que se apresenta assim no ms.: «com todalas forças do seu coração poderám *alegrar-se* a Deus e vencer livremente a ssi mesmos» (cap. XI, 4). Ao verbo *alegrar-se* corresponde no original latino *inhaerere*. O tradutor castelhano usou *allegarse*, «chegar-se», de acordo com o texto latino, termo que o tradutor português confundiu com *alegrar-se*, introduzindo-o na sua versão.

Também os acrescentos no fim dos capítulos (a que se fez referência) se filiam, na sua maior parte, no texto castelhano, já que os dois primeiros se encontram na mesma versão anónima, por várias vezes editada em Espanha.

Não será, pois, ousado pensar que um dos exemplares de uma destas edições foi conhecido no mosteiro de Alcobaça, e aproveitado para a versão portuguesa incluída num códice aí elaborado.

(14) Utilizei a edição de Burgos de 1516 que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota RES. 1040 P.

Apresento a seguir os excertos do códice alcobacense CDLXXV/297, fólhos 208 r. a 209 v. Na transcrição do texto baseei-me em normas aceites e postas em prática na edição de textos desta época. (*) Assim:

1. Desenvolvi as abreviaturas, pois elas são as correntes nos mss. da época. No caso das nasais desenvolvi ou manteve o til em *m* ou *n*, tendo em conta o uso moderno, excepto naqueles casos em que o sinal de nasalação poderá representar uma realização fónica diferente da actual (v.g. *bõa*, *algũa*).

2. Substituí *j* por *i*, *i* por *j* e *u* por *v* quando a sua natureza de vogais ou consoantes assim o exigia. Substituí também *y* por *i*.

3. Suprimi a cedilha nos casos em que o *c* é seguido de *e* ou *i*.

4. Reduzi a simples as consoantes duplas, bem como as vogais duplas não etimológicas.

5. Subordinei o emprego das maiúsculas e a pontuação ao uso moderno.

As notas que acompanham o texto são de carácter paleográfico apenas.

A numeração dos «parágrafos» é paralela à que usei na edição da versão de Frei João Álvares, já citada, o que ajuda a dar uma ideia precisa da extensão dos cortes que o texto apresenta.

(*) Cfr. João de Barros, *Ropica Pnefma*, ed. por I. S. Révah, vol. II. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1955; Maria Helena Mira Mateus, *Poesias de Jorge de Aguiar e de Jorge de Resende, e duas composições de João Roiz de Castelo Branco* (Tentativa de edição crítica), in *Rev. Fac. Letras de Lisboa*, III série, 11, 1967, p. 209-304.

f. 208 r.

Diz Johanes Gerson no livro *De Contemptu Mundi*:*Capítulo I*

⁵ Que te aproveita disputar cousas altas da Trindade, se careces de humildade pelo qual desaprazes a essa mesma Trindade? ⁶ Por certo as sobidas e eleguantes palavras nom fazem o homem sancto nem justo, mas a vida virtuosa o faz amigo de Deus.

⁸ Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade, senam amar a Deus e a ele soo servir. Esta é a verdadeira sabedoria: pelo desprezo do mundo ir ao regno celestial. ⁹ Pois loguo vaidade é ir empos as riquezas que ham de perecer e ter esperança nelas. ¹⁰ Vaidade é, outrossi, desejar honras. ¹¹ Vaidade é seguir os desejos da carne e desejar aquilo pelo qual depois te convenha ser gravemente castigado. ¹² Vaidade é desejar longua vida e nom ter cuidado que seja boa. ¹³ Vaidade é olhar soamente a vida presente e nom prover as cousas por vir.

¹⁴ Causa vã é amar o que passa brevemente e nom trabalhar pelo guozo perduravel!

Capítulo II

¹ Melhor é o rustico humilde que serve a Deus, que o filosofo soberbo que, deixando de se conhecer, considera o curso do ceo. ² O que se conhece, a si mesmo tem por vil, e nom se deleita em louvores humanos.

⁵ Muitas cousas ha que sabê-las pouco ou nada aproveita pera alma. Quanto mais e moores cousas sabes tanto mais serás gravemente julgado, se nom viveres mais santamente. ⁸ Se te parece que sabes muito e entendes muito bem, debes ter por certo que maes é o que tens por saber.

¹¹ Grande sabedoria e perfeccão é sentir sempre bem e grandes cousas dos outros e ter e reputar a si em pouguo. ¹³ Todos somos fraguos, mas tu nom cuides que outro nom seja mais que tu, porque quem mais presume de si mesmo mais vilmente (¹) cae. Exemplo teens em Sam Pedro o qual disse a Nosso Senhor: «Se for necessario morrer contigo, nam te neguarei». E mui prestes caio.

(¹) Vilmente] *seguem-se as lettras cha risc.*

Capítulo III

³ Grande indiscrição e pouguo saber é que, deixadas as cousas proveitosas enecessarias de nossa vontade, entendemos nas cousas curiosas e danosas de maneira que, tendo olhos, nom vemos. ¹⁰ O homem boom e devoto primeiro ordena dentro de si as cousas que ha de fazer que as ponha em obra. Nem elas o trazem a desejo de viciosa incrinação, mas ele as incrina ao alvidrio da direita razão. ¹¹ Quem tem maior peleja que o que se esforça vencer a si mesmo? ¹² Este devia ser todo nosso neguocio: vencer homem a si mesmo e cada dia fazer-se mais forte e aproveitar mais algũa/cousa.

f. 208 v.

¹³ Qualquer perfeição nesta vida tem junto consigo algũa imperfeição, e qualquer especulação nossa nom carece dalgũa escuridade. ¹⁵ A vida virtuosa e bõa consciencia se ha de antepor a toda ciencia. ¹⁶ E, porque muitos mais estudam saber que bem viver, por isso muitas vezes erram e quasi nhum fructo ou pouco trazem. ¹⁷ Se tanta diligencia posessem em fugir os vicios e seguir virtudes, quanta poem em mover questões, nom fariam tantos males e escandalos no povo nem tanta dessoluçam nos moesteiros!

¹⁸ Por certo, no dia do Juizo nom nos será perguntado que lemos mas que fizemos, nem quam bem dissemos mas quam virtuosamente vivemos.

²² O quantos perecem neste mundo por ciencia vãa, que curam pouco do serviço de Deus! Porque mais querem ser grandes que humildes, por isso perecem e se enguamam em seus pensamentos. ²³ Aquele é verdadeiramente grande que tem grande caridade. ²⁴ E aquele é grande *que* se tem por pequeno, e tem por nada o cume da honra. ²⁵ Aquele é verdadeiramente prudente e discreto que tem todalas cousas terreaes em estima d'esterco, por guanhar a Christo. ²⁶ E aquele é bem ensinado que faz a vontade de Deus e deixa a sua propria.

Capítulo VII

Como se deve fugir a vãa esperança e soberba

¹ Vão é aquele que poem sua esperança nos homens e nas criaturas. ² Nom hajas verguonha de servir a outros por amor de Jesus Cristo, e parecer pobre a este mundo. ³ Faze o que é em ti, e Deus ajudará a tua bõa vontade. Nom confies em teu saber nem em a estucia de qualquer vivente, mas na graça de Deus que ajuda aos humildes e humilha

os que presumem de si. ⁵ Nom te vanglories nas riquezas, se as tens, nem nos amigos, ainda que sejam poderosos, mas em Deus que dá todas as cousas e sobre tudo deseja dar a si mesmo. ⁶ Nom te exalces pela fermosura e grandeza do corpo, porque pequena doença abasta pera a corromper e afear. ⁷ Nom te alegres de tua habilidade e engenho, por que nom desaprazas a Deus cujo é todo bem natural que teens.

⁸ Nom te estimes ⁽²⁾ pior diante de Deus que conhece o que ha no homem. Nom te ensorveças de tuas boas obras, porque doutra maneira sam os juizos de Deus que os dos homens, e muitas vezes lhe desapraz o que aos homens contenta. Se tiveres algum bem, cre ⁽³⁾ cousas melhores dos outros, por que conserves a humildade. ⁹ Nom te dana o someter e subjugar-te a todos, mas é mui danoso se te antepões a alguum. De contino tem paz em seu coração o humilde, mas no coração do soberbo ha i enveja e ira continua, porque o soberbo de continuo tem grande / enveja de todos os homens: dos maiores e mais poderosos que ele, porque ha de ser sojeito a eles; dos iguaes dele, porque se teme que o sobrepojem; dos menores que ele, porque teme que se tornem iguaes. E por isso nunca tem repouso em seu coração.

Capitulo VIII

Como se deve escusar a muita familiaridade e conversação

¹ Nom descubras teu coração a cada uum, mas trata com o sabio e que teme a Deus. Tem mui rara conversação com os moços e estranhos. ² Acompanha com os humildes e devotos e de bons costumes, e trata com estes cousas de boa edificação. ³ Nom tenhas familiaridade com algũa molher, mas encomenda a Deus, em comum, todas boas molheres. ⁴ Deseja de ser familiar soo a Deus e aos seus anjos, e guarda-te do grande conhecimento dos homens. ⁵ A caridade comum deve ser com todos; nom convem esto aa familiaridade. ⁶ Aas vezes acontece a pessoa que nom é conhecida resprandecer por boa fama, e sua presença escurece os olhos dos que a vem. ⁷ As vezes cuidamos contentar aos outros, quando nos damos a eles, e mais os descomtentamos vendo em nós alguns maos costumes.

(²) estimes] *seguem-se as letras pre risc.*

(³) cre] *segue-se a letra q, risc.*

Capítulo XI

Como se deve adquirir a paz

¹ Muita paz poderíamos ter se nos nom quisessemos acupar nos ditos e feitos alheos que nos nom cumprem. ² Como pode muito tempo estar em paz o que se antremete em cuidados alheos? ³ Bem aventurados os simprezes, os quaes terão muita paz. ⁴ Por isso muitos Sanctos foram tam perfeitos e contemplativos, porque estudaram em amortificar-se, de todo, de quaesquer desejos mundanos, e com totalas forças do seu coração poderá *achegar-se* ⁽¹⁾ a Deus e vencer livremente a si mesmos. ⁵ Mas nós, com nossas paixões proprias, acupamo-nos muito e temos das cousas transitorias grande cuidado. ⁶ E muito tarde vencemos perfectamente uum soo vicio, e nom nos encendemos em aproveitar mais cada dia, e portanto ficamos frios. ⁷ Se fossemos perfectamente mortos quanto a nós mesmos, e de dentro nom embaraçados, poderíamos saber as cousas divinas e esprimentar algũa coisa da contemplação do Ceo. ⁸ E todo o amor embaraço é, que nom somos livres das paixões e desejos nem nos esforçamos a entrar a perfeita carreira dos Santos. ⁹ E, quando algũa pequena adversidade nos acontece, logo somos transtornados e nos tornamos as consolações humanas.

¹⁰ Se nos esforçassemos, como fortes barões, de estar na batalha, sem duvida veríamos sobre nós a ajuda do Ceo, porque Deus está mui aparelhado pera ajudar aos que pelejam e tem esperança na sua graça. Ele nos procura ocasião de pelejar pera que vençamos. ¹¹ Se tam soamente posermos o proveito de relegião em estas observancias exteriores, loguo / haverá fim nossa devação. ¹² Mas ponhamos o machado a raiz, porque, depois de purguados das paixões, possuamos pacificamente a vontade.

¹³ Se cada ano alimpassemos de nós uum soo vicio, loguo seríamos perfeitos. ¹⁴ Mas aguora, pelo contrairo, acontece que mais vezes nos achamos melhores e mais puros nos principios de nossa conversação que depois de muitos anos da profissão. ¹⁵ Nosso fervor e proveito devia crescer. ¹⁶ Se no principio fizessemos algũa resistencia, poderíamos fazer, depois, totalas cousas, ligeiramente, com guozo.

(¹) *achegar-se*] alegrar-se; no texto latino: *inhaerere*. Deve tratar-se de erro de tradução, em relação ao texto castelhano onde a palavra correspondente é *allegarse* 'achegar-se'. (V. atrás, texto introdutório).

¹⁷ Grave cousa é leixar o acostumado, porem mais grave é ir contra a propria vontade. ¹⁸ Mas, se nom vences as cousas ligeiras, como vencerás as mores e dificeis? ¹⁹ Resiste nos principios a tua inclinação, e deixa o mau costume, por que te nom leve pouco a pouco a maior difficuldade. ²⁰ Ó quanta paz a ti e quanta alegria darias aos outros havendo-te ordenadamente!

Estas quatro cousas causam mui grande paz, scilicet: que trabalhes de fazer e cumprir antes a vontade alhea que a tua; escolhe sempre de ter menos que mais; busca sempre o mais baixo lugar e see a todos obediente; deseja sempre e rogua que se cumpra em ti inteiramente a vontade de Deus.

Capitulo XII

Como é proveitosa a adversidade

¹ Boa cousa é que algũas vezes hajamos adversidade, porque muitas vezes nos trazem a nossa propria consideração pera que conheça o homem estar em desterro e nom ponha sua esperança nas cousas do mundo. ² Bem é que algũas vezes soframos contradições e que tenham alguuns maa opinião de nós, inda que façamos e entendamos em boas obras, porque estas cousas muitas vezes nos ajudam pera a humildade e nos defendem de vã gloria. ³ Porque, entonces, muito melhor buscamos a Deus por testemunha das cousas interiores, quando somos, de fora, de todo menos prezados e nom cridos.

⁴ E por isto se devia o homem todo poer em Deus, por que lhe nom fosse necessario buscar de fora muitas consolaçoens. ⁵ Quando o bom é atribulado ou tentado, ou de maos pensamentos combatido, entonces conhece que ha mais mester a Deus, sem o qual vee que nom pode haver nem fazer cousa boa. ⁶ Entonces se entristece, geme e rogua ser livre das miserias que padece. ⁷ Entonces lhe pesa viver longuo tempo, ⁸ deseja morrer por ser livre e estar com Cristo. ⁹ Entonces conhece mui bem nom poder alcançar neste mundo perfecta seguridade nem comprida paz.



ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DO SISTEMA VERBAL PORTUGUÊS

HORST G. KLEIN
(FRANKFURT AM MAIN)

Num trabalho aparecido em 1967, o Ministério da Educação Nacional deu regras para a nomenclatura gramatical do português e observou que «os valores do aspecto verbal na língua portuguesa ainda não foram suficientemente estudados» ⁽¹⁾. A falta de clareza no uso dos termos «aspecto» (categoria gramatical) e «acções» (categoria lexical, alem. «Aktionsarten») é grande no domínio português, sobretudo por causa do uso de certos tempos verbais (p. ex. pretérito perfeito composto) diferente do das outras línguas românicas.

Há alguns gramáticos portugueses que não negam a existência dum aspecto verbal: assim, por exemplo, Mattoso Câmara Jr. diz que «a base da conjugação verbal é o TEMPO», mas acrescenta que «as noções de aspecto também aparecem complementarmente» ⁽²⁾. Na maior parte das gramáticas normativas do português falta, contudo, a categoria do aspecto verbal ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Ministério da Educação Nacional, *Nomenclatura gramatical portuguesa*. Texto oficial e trabalhos preparatórios, Lisboa 1967, pg. 29.

⁽²⁾ Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Dicionário de fatos gramaticais*, Rio de Janeiro, 1956, pg. 40, cf. pg. 21.

⁽³⁾ Observa-se o mesmo facto nas gramáticas aparecidas no Brasil (de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira), p. ex. Gladstone Chaves Melo, *Gramática fundamental da língua portuguesa*, Rio de Janeiro 1968. J. Nelino de Melo, *Estudos práticos de gramática normativa da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Domingos Paschoal Cegalla, *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 9.^a ed., São Paulo 1968.

Em todas as restantes línguas românicas, especialmente no francês, a categoria do aspecto verbal é considerada pela literatura científica mais recente ⁽⁴⁾ como pertencendo ao sistema da língua correspondente, fazendo-se comparações com as línguas eslavas. Em português, esse facto foi negado num artigo de Lüdtke aparecido em 1951 ⁽⁵⁾.

Lüdtke diz primeiramente: «pode-se afirmar que as línguas oferecem quase sempre meios para traduzir as discriminações de categorias dum determinado idioma» ⁽⁶⁾.

Lüdtke conhece «acções» que ele denomina como «discriminações de factos objectivos» e «aspectos» que devem ser considerados sob o ponto de vista essencialmente subjectivo.

A correlação russa

Ja *pisal* pismo / Ja *napisal* pismo
(escrevia) (escrevi)

— diz Lüdtke — tem um carácter puramente objectivo e não se pode comparar com a distinção formal entre «imperfeito» e «pretérito perfeito», pois estas formas não se referem a «factos objectivos» mas são «essencialmente subjectivas».

Pondo de parte a terminologia de Lüdtke, que é uma pura conversão da terminologia usada normalmente na aspectologia (a posição *pisal/napisal* é aspectual e não do domínio de acções!), parece-me que a posição «visão subjectiva/objectiva» na distinção da correlação aspectual russa e portuguesa vai contra os factos da língua.

Comecemos primeiramente, para evitar equívocos, por uma definição terminológica. Isačenko, que é sem dúvida um dos aspectólogos mais competentes, apresenta para o aspecto verbal as seguintes teses inevitáveis:

1. O aspecto verbal é uma categoria gramatical. Mostra-se através da capacidade de exprimir ou não exprimir uma significação gramatical adicional e uma significação fundamental lexical e qualificativa dum verbo com qualquer forma verbal de qualquer verbo.

⁽⁴⁾ Cf. as bibliografias especializadas em: W. Pollak, *Studien zum «Verbalaspekt» im Französischen*, Viena 1960; H. G. Klein, *Das Verhalten der telischen Verben in den roman. Sprachen erörtert an der Interferenz von Aspekt und Aktionsart*, Frankfurt/Main 1969.

⁽⁵⁾ H. Lüdtke, *Sobre a função do verbo em românico, germânico e eslavo*, em: *Boletim de filologia* XII, 1951, pgs. 157-183.

⁽⁶⁾ Lüdtke, op. cit. pg. 163.

2. Os aspectos («vidy») são postos em oposição numa correlação binária: PERFECTIVO («soversennyj»): IMPERFECTIVO («nesoversennyj»). Esta correlação chama-se oposição aspectual («vidovoj oppozitsiej»).
3. O termo marcado da oposição aspectual representa o PERFECTIVO.
4. O termo PERFECTIVO representa processo como uma acção unitária e terminada. Ao termo IMPERFECTIVO falta este significado adicional.

Podemos constatar, segundo Isačenko, que a língua russa possui um aspecto verbal como categoria gramatical, porque cada verbo russo possui pares de formas morfológicamente diferenciadas que, como correlação binária opositiva no mesmo grau de tempo, podem exprimir ou não exprimir qualificações semânticas (não temporais!) (1). Existe esta capacidade também no sistema verbal português?

Temos no francês a oposição aspectual

«Imparfait» / «passé composé» (ou simples).

Em português o pretérito perfeito composto oferece-nos algumas dificuldades porque não se pode considerá-lo como uma variante estilística do pretérito perfeito simples (como p. ex. o «passé composé» em francês). Por isso não tomamos em consideração o pretérito perfeito composto.

Vejamos então mais atentamente a oposição portuguesa

Imperfeito : Pretérito perfeito simples.

O português possui de facto um par de formas morfológicamente diferenciadas que, como correlação binária opositiva num só grau temporal (i. e. passado), pode exprimir ou não qualificações semânticas não-temporais. A diferença formal entre o sistema aspectual russo e o português reside na limitação das noções do aspecto verbal português ao grau temporal do passado.

Como vêem os gramáticos eslavos a oposição portuguesa IMPERFEITO: PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES? Exemplos da gramática portuguesa de Evsjukov (2) mostram o paralelismo no uso do imperfeito português e do imperfectivo russo:

«Unidades do Exército Soviético avançavam	Casti Sovetskoj Armi nastupali.» (2) (i)
--	--

(1) A. V. Isačenko, *Grammatičeskij stroj russkogo jazyka. Morfologia II*, Bratislava 1960 pg. 136.

(2) Evsjukov, *Samoučitel Portugalskogo jazyka*, Moskva 1963.

(3) ibidem pg. 179

[(i) = «aspecto imperfectivo»].

«Todas as manhãs nós <i>passeávamos</i> no bosque	Každoe utro my <i>guljali</i> (i) v lesu.» ⁽¹⁰⁾
«O conferencista <i>falava</i> e todos <i>escutavam</i> com grande atenção	Lektor <i>govoril</i> , i vse ego (i) slu- šali s bol'sim vnimannem» ⁽³⁾ .

Por outro lado indicam a solidariedade no uso do pretérito perfeito simples português e do aspecto perfectivo russo:

«ontem eu <i>li</i> um livro interessante.	Včera ja <i>pročel</i> interesnuju kni- gu.» ⁽¹¹⁾ (p)
« <i>Entrei</i> no bosque, <i>deitei-me</i> perto dum pinheiro e <i>descansei</i> .	Ja <i>vošel</i> (p) v les, leg <i>vozle</i> (p) sosny i nemnogo <i>otdochnul</i> (p) ⁽¹²⁾ .

Evsjukov observa que «ao imperfeito habitualmente corresponde na língua russa o passado do verbo no aspecto imperfeito» ⁽¹³⁾. O «Učebnice Portugalštiny» publicado pelos autores checos Hampl e Holbík (Praga 1965) compara igualmente o imperfeito português com o aspecto imperfeito checo ⁽¹⁴⁾.

No que respeita a solidariedade entre o aspecto perfectivo e o pretérito perfeito simples verifica-se o mesmo nas gramáticas eslavas ⁽¹⁵⁾.

A opinião dos gramáticos eslavos não é única. Uma comparação de traduções do «Petit Prince» de Saint Exupéry frisou claramente o paralelismo da distribuição aspectual do francês e do português ⁽¹⁶⁾. Pela comparação pude aperceber-me que só 6 formas portuguesas nos capítulos de I a IX se diferenciam das formas francesas comparadas com as formas duma tradução russa. Também podemos falar com a ajuda da estatística de uma alta quota de solidariedade no uso aspectual russo, francês e português.

⁽¹⁰⁾ ibidem, pg. 180.

⁽¹¹⁾ Evsjukov, op. cit., pg. 178. [(p) = aspecto perfectivo].

⁽¹²⁾ ibidem.

⁽¹³⁾ Evsjukov, op. cit., pg. 179.

⁽¹⁴⁾ Zdenek Hampl e Jaroslav Holbík, *Učebnice Portugalštiny*, Praga 1965.

⁽¹⁵⁾ Evsjukov, op. cit., pg. 178; Hampl e Holbík, op. cit., pg. 130.

⁽¹⁶⁾ H. G. Klein, op. cit., pg. 119 ss. («Ein statistischer Übersetzungsvergleich»).

Na prática o paralelismo só pode, no entanto, apoiar a solidariedade de dois fenómenos em duas línguas diferentes. A chave para a compreensão do papel específico da forma correspondente é a FUNÇÃO SINTÁCTICA:

Até agora há três provas sintácticas para a existência de um sistema aspectual numa língua:

1. O «esquema incidencial» (alem. «Inzidenzschema»)

O conceito foi criado por W. Pollak. Os critérios da trindade morfológica-semântica-sintáctica do fenómeno do aspecto verbal encontram aqui a sua melhor representação ⁽¹⁷⁾:

«Quando saía do quarto, encontrei um conhecido»

O aspecto imperfectivo (do passado), i. e. o imperfeito português, oferece a base para uma nova acção incidente que deve estar no aspecto perfectivo (do passado), i. e. em português no pretérito perfeito simples. A processualidade do aspecto imperfectivo é posta, sintacticamente no «esquema incidencial» («Inzidenzschema»), em correlação com a complexividade do aspecto perfectivo que manifesta em si todos os critérios do fenómeno do aspecto verbal. Pode-se dizer — assim diz Knobloch ⁽¹⁸⁾ p. ex. — que línguas que no seu sistema verbal em um mesmo grau temporal possuem valores oposicionais, paradigmaticamente complementares e morfológicamente diferenciados, e com estes valores podem preencher o «esquema incidencial», possuem carácter aspectual. Aqui se observa igualmente a solidariedade funcional entre o sistema aspectual português e eslavo:

pg. «Eu *passeava* quando *começou* a chover.»

rs. «Ja *guljal*, kogda *načalšja* dožd» ⁽¹⁹⁾.

(imperfectivo) (perfectivo)

⁽¹⁷⁾ W. Pollak, *Aspekt und Aktionsart im Lichte der Forschungsgeschichte*, em: *Moderne Sprachen* 6/4, 1962, pg. 15.

⁽¹⁸⁾ J. Knobloch, *Sprachwissenschaftliches Wörterbuch*, Heidelberg, 1965 ss., pg. 172.

⁽¹⁹⁾ Evsjukov, op. cit., pg. 178.

2. O esquema de condição «télica» (alem. «Telisches Bedingungsschema»)

Com um número limitado de verbos — os verbos «télicos» ⁽²⁰⁾ — pode-se provar a relevância aspectual duma língua no seguinte esquema:

Se alguém se *afogava*, e, ao afogar-se, foi interrompido, *afogou-se*? Não!

O uso contrastivo de ambos os valores aspectuais nestes esquemas de condição télica («telisches Bedingungsschema») produz no «native speaker» — como Howard B. Garey já constatou no francês ⁽²¹⁾ — a resposta estereotipada «não». Este esquema só tem validade no número muito limitado dos verbos télicos. O aspecto imperfectivo (se afogava) causa aqui uma ambiguidade semântica que não é própria ao aspecto perfectivo (afogou-se). Reconhecemos aqui novamente a trindade semântica-morfológica-sintáctica) do fenómeno do aspecto verbal.

3. O esquema de oposição «télica» (alem. «Telisches Oppositionsschema»)

O terceiro tipo de constituição sintáctica do aspecto verbal até agora conhecido é o esquema de oposição télica (telisches Oppositionsschema) ⁽²²⁾. Também este é só aplicável para os verbos «télicos». As frases:

«Ele afogava-se mas não se afogou»

e «ele adormecia mas não adormeceu»

não parecem um paradoxo (só com os verbos télicos) através da ambiguidade do aspecto imperfectivo.

As línguas que dispõem no mesmo grau temporal de formas verbais paradigmaticamente complementares e morfológicamente diferenciadas e preenchem as condições de ambos os esquemas «télicos», podem-se chamar línguas de relevância aspectual.

⁽²⁰⁾ «Verbos télicos» (expr. do inglês «telic verb» do grego «télos» = fim, meta; cf. Howard B. Garey, *Verbal Aspect in French*, em: *Language* XXIII, 1957, pgs. 91-110) são verbos que no seu conteúdo semântico têm uma ideia de fim, de meta; cf. H. G. Klein, op. cit. pgs. 98-100 (def.) e H. G. Klein, *Unele aspecte ale unei categorii semantice a verbului*, *Actes du XII Congrès International de Philologie Romane*, Bucarest 1968 (aparecido 1970), pgs. 431-435.

⁽²¹⁾ H. B. Garey, op. cit.

⁽²²⁾ H. G. Klein, *Das Verhalten der telischen Verben...* Frankfurt/Main 1969, pg. 110.

Vimos que o fenómeno do aspecto verbal se pode reconhecer por meio de três critérios, simultâneamente:

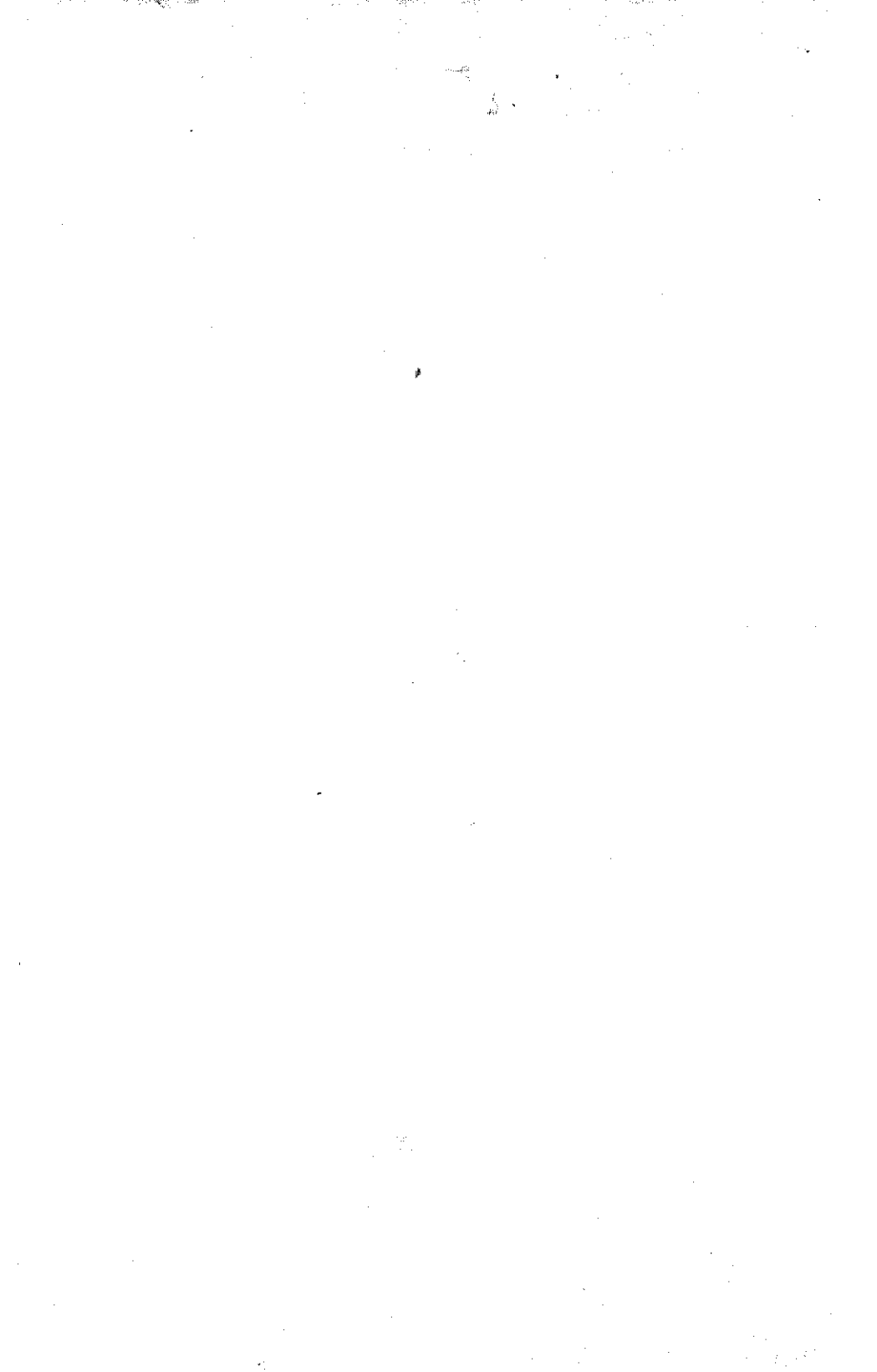
1. O critério morfológico, i. e., que num sistema verbal no mesmo grau temporal têm de existir formas verbais, morfológicamente diferenciadas, e com carácter paradigmático. No russo temos a oposição «aspecto imperfectivo: aspecto perfectivo», no português a oposição «imperfeito: pretérito perfeito simples».

2. Estes valores de correlação opositiva têm de poder dar ou tirar ao verbo uma «nuance» semântica que não deve ser de espécie temporal (p. ex.: inclusão do fim, processualidade, complexividade etc.).

3. Os dois valores relacionais da correlação aspectual têm de se constituir opositiva ou complementarmente em esquemas sintácticos (p. ex. no esquema incidencial, nos esquemas télicos).

Estes três critérios são seguidos pelo russo do mesmo modo que pelo francês e pelas outras línguas românicas, com as suas formas aspectuais específicas.

Por isso, finalmente, queria chamar ao português uma língua de relevância aspectual, porque a dicotomia «imperfeito: pretérito perfeito simples», morfológicamente diferenciada, e que atinge todos os verbos, preenche no grau temporal do passado todas as condições de um aspecto verbal.



ANALISE ACÚSTICA DAS VOGAIS ORAIS TÔNICAS EM PORTUGUÊS

MARIA RAQUEL DELGADO MARTINS
(LISBOA)

I. *Objectivo do trabalho*

O trabalho agora realizado é uma primeira tentativa de classificação acústica das vogais tónicas em língua portuguesa, falada em Lisboa, na classe universitária a que — talvez arbitrariamente — chamarei português — padrão. Este estudo não tem pretensões a definitivo nem exaustivo, pretende apenas lançar umas bases que posteriormente deverão ser discutidas, verificadas e completadas. Segui o método de medidas descrito por Delattre ⁽¹⁾.

Procurei estabelecer não «um» triângulo acústico das vogais, como Delattre nesse mesmo artigo, baseando-se apenas em espectrogramas de vogais isoladas de um informante, mas sim estudar várias realizações do mesmo fonema em vários informantes, como ele próprio sugeriu: «Le triangle acoustique français exigera de longs travaux statistiques dans lesquels il faudra tenir compte, non seulement des prononciations de diverses personnes, mais de la prononciation de chaque voyelle dans toutes les conditions phonétiques notoires qu'elle rencontre au cours de la chaîne parlée, aussi bien que des voyelles isolées».

Para isso segui o método que passo a descrever.

⁽¹⁾ Delattre, Pierre, «Un triangle acoustique des voyelles orales du français» in *Studies in French and Comparative Phonetics* (Mouton). The Hague 1966 (pp. 236-242). Já publicada em *The French Review* XXI (Maio 1948).

II. O Método

1. O Teste

O teste é formado por uma série de 69 palavras — sendo 9 para cada vogal tónica excepto 6 para /a/ — Esta lista de palavras foi estabelecida obedecendo aos critérios seguintes:

a) *Posição da vogal*: média;

b) *Oposição fonemática*: cada palavra cria uma oposição mínima em relação a outra pela variação da vogal tónica estudada. Assim:

[pípa / papa]

[péga / pêga]

[vila / vela]

Exceptuam-se uma ou duas palavras quando o contorno fonético o justifica segundo o critério exposto a seguir.

c) *Contorno fonético*: procurei palavras em que o contorno fonético da vogal tónica fosse neutro (entre oclusivas bilabiais). Depois escolhi palavras em que o contorno variasse segundo o esquema seguinte:

— oclusiva bilabial (ou lábio-dental) + vogal tónica + fricativa;

— fricativa + vogal tónica + oclusiva bilabial (ou lábio-dental);

— oclusiva bilabial + vogal tónica + consoante velar;

— consoante velar + vogal tónica + oclusiva bilabial etc...

Justifica-se assim o facto de só haver 6 exemplos de /a/, por este fonema se encontrar sempre antes de consoante nasal excepto em *telha* e em *cada* que também foi estudado, tendo em conta casos em que a palavra se articula isolada e a sílaba inicial funciona como tónica.

d) *Contorno prosódico*: Integrei cada palavra assim escolhida dentro da mesma frase para manter o mesmo ritmo e a mesma intensidade escolhendo o contexto: «Digo a palavra... outra vez». Para as formas verbais foi necessário alterar este contexto para manter a naturalidade coloquial de formas como:

«Agora papamos tudo»

«Ontem papámos tudo»

«Para que papemos tudo»

Com base nestes critérios de escolha estabeleci a seguinte lista:

/ i /	/ ú /	/ ʊ /	/ é /
1 pipa	1 bula	1 pop	1 bebe
2 pico	2 bulha	2 boga	2 pega
3 pinho	3 punho	3 cobra	3 leva
4 vila	4 fuga	4 bola	4 vela
5 bilha	5 luva	5 lota	5 velho
6 guita	6 chupa	6 nove	6 demos
7 mito	7 cubra	7 fome	7 quebre
8 lido	8 fuma	8 chove	8 neve
9 chita	9 mudo	9 fólhos	9 chefe
/ é /	/ ó /	/ â /	/ á /
1 bebo	1 popa	1 papamos	1 papa
2 pelo	2 bolha	2 lama	2 chapa
3 pêga	3 pouco	3 chama	3 cabra
4 quêda	4 bôla	4 mana	4 papámos
5 papemos	5 côbro	5 cada	5 valha
6 meto	6 louva	6 telha	6 lado
7 lêdo	7 chova		7 paga
8 cheta	8 ponho		8 nave
9 fecha	9 mona		9 vala

Fig. 1 — Lista das palavras escolhidas para o teste

2. Os informantes

Esta lista de 69 frases foi gravada em gravador «Revox», e em condições semelhantes, por 8 pessoas seleccionadas segundo os seguintes critérios:

- Ter vivido sempre em Lisboa — e de preferência ter pais naturais de Lisboa ou que tenham vivido sempre nesta cidade.
- Ser de formação universitária — ou ter o 7.º ano.
- Ser de idade compreendida entre 18 e 40 anos.
- Não ter qualquer deficiência articulatória ou de expressão verbal.
- Ser de sexo masculino: a voz masculina apresenta maior nitidez na análise espectrográfica por ter menor número de harmónicos. Mas seria útil e mesmo necessário repetir o estudo para a voz feminina e até para a voz de crianças.

Nestas bases escolhi 8 informantes que passo a designar por iniciais, e a quem agradeço a preciosa colaboração.

EPC	}	assistentes universitários
PR		
IC		

JM	}	estudantes
PGR		

ENN engenheiro

JDM advogado

AM bibliotecário

3. *Análise espectrográfica*

O espectrógrafo, como se sabe, permite obter um gráfico—espectrograma—que é uma decomposição das ondas vocálicas. As características deste gráfico foram inicialmente descritas por Potter, Kopp, and Green numa obra essencial: *Visible Speech*. (Van Nostrand 1947).

Comecei por analisar os espectrogramas obtidos para cada vogal isolada e para cada informante. Assim pode-se desde já estabelecer «um» triângulo acústico das vogais orais desse informante. Os valores de cada um dos três primeiros formantes das vogais reproduzidas nos espectrogramas da Fig. 2 dão-nos o seguinte quadro:

V	F ₁	F ₂	F ₃
i	243	2592	3725
e	324	2592	3644
ε	486	2349	3684,5
α	567	1944	2794,5
a	810	1417,5	2551,5
ɔ	607,5	1012,5	2146,5
o	364,5	729	1134
u	283,5	648	—

Fig. 4

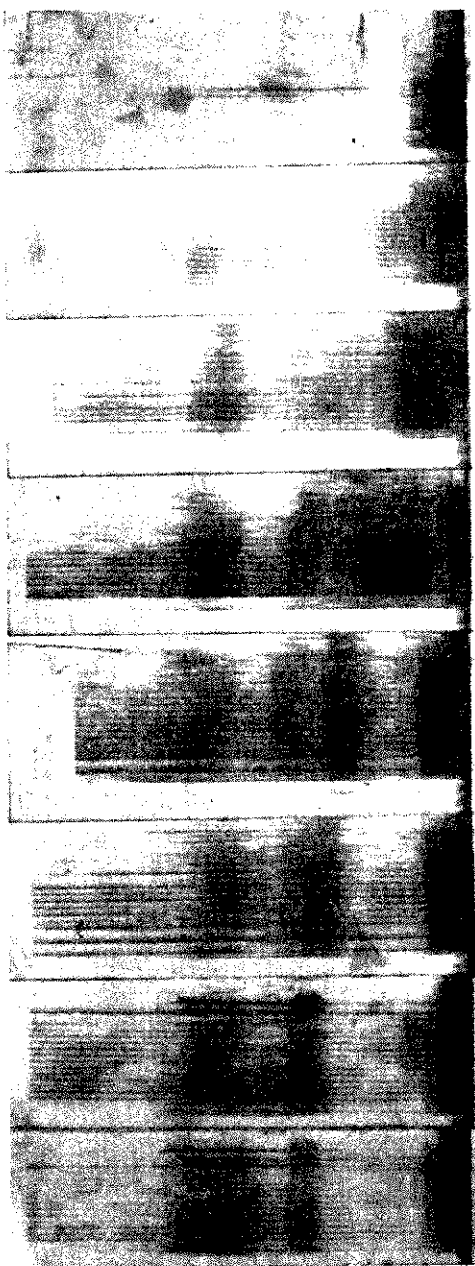


Fig. 2 — Espectrogramas das vogais orais isoladas do informante EPC.

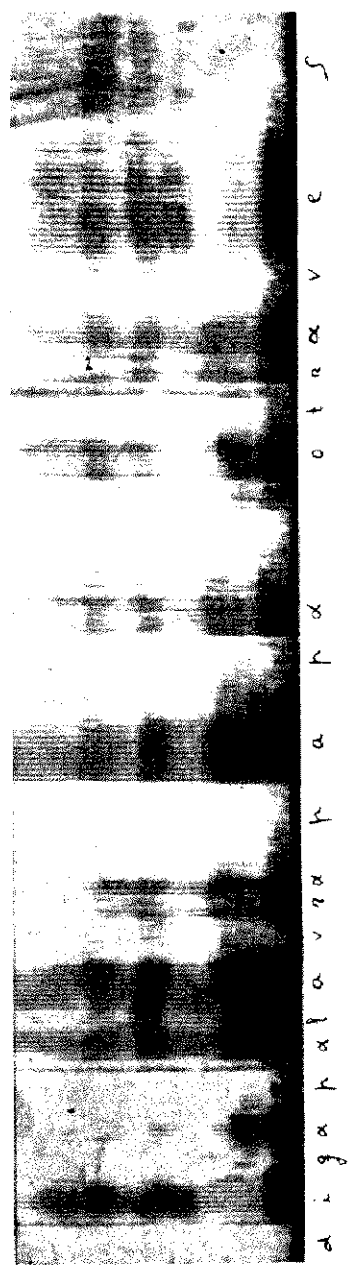


Fig. 3 — Espectrograma da frase: «Digo a palavra para outra vez»

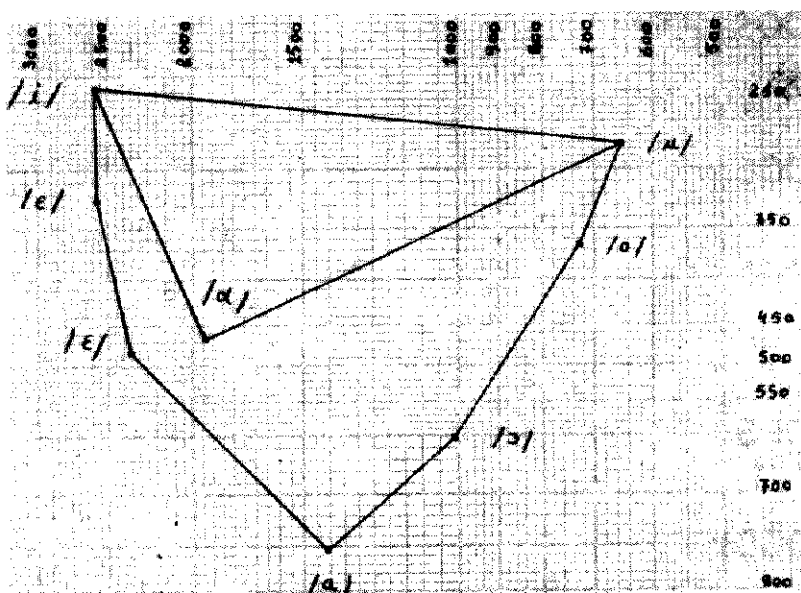
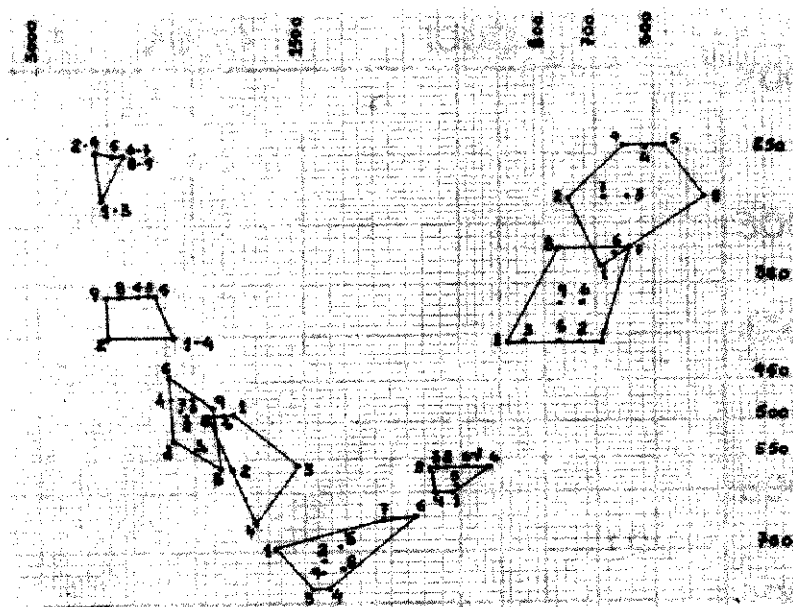


Fig. 5 — Triângulo acústico do informante EPC

Fig. 6 — Zonas de incidência de F_1 / F_2 dos fonemas num informante

Representando cada um destes fonemas grãficamente numa carta de escala logarítmica, medindo o valor de F_1 em abcissa e F_2 em ordenada, obtive o triângulo acústico destas vogais. (Fig. 5).

Fiz espectrogramas para cada frase dita por cada informante, de que dou exemplo na Fig. 3.

As medidas de todas as vogais tónicas estudadas foram coligidas e agrupadas por palavras. Assim obtive para cada vogal em determinada palavra um quadro com as seguintes informações:

- F_1 F_2 F_3 = Frequência em ciclos por segundo, do primeiro, segundo e terceiro formantes respectivamente.
- T_1 T_2 T_3 = Transição da consoante anterior para a vogal tónica.
- T'_1 T'_2 T'_3 = Transição da vogal tónica para a consoante seguinte.
- O simbolo (—) significa «negativo»
- O simbolo (+) significa «positivo»
- O simbolo (=) significa «horizontal»
- D = duração do fonema em centésimos de segundo.

Exemplo: / i / de [pipa]:

Inf.	F_1	F_2	F_3	T_1	T_2	T_3	T'_1	T'_2	T'_3	D
EPC	243	2430	3726	=	—	+	=	—	—	12,4
JM	243	2187	2713,5	=	—	—	=	—	—	5,2
PR	324	2430	3078	=	—	—	=	—	—	7
JDM	324	2106	2632,5	=	—	—	=	—	—	3,5
AM	283,5	2187	2916	=	—	—	=	—	—	6,3
IC	243	2430	3118,5	=	—	—	=	—	—	6,3
ENM	283,5	2349	2673	=	—	=	=	—	=	4,2
PGR	243	2146,5	2673	=	=	—	=	—	—	7
Média	273,37	2283,18	2941,18							6,48

Fig. 7

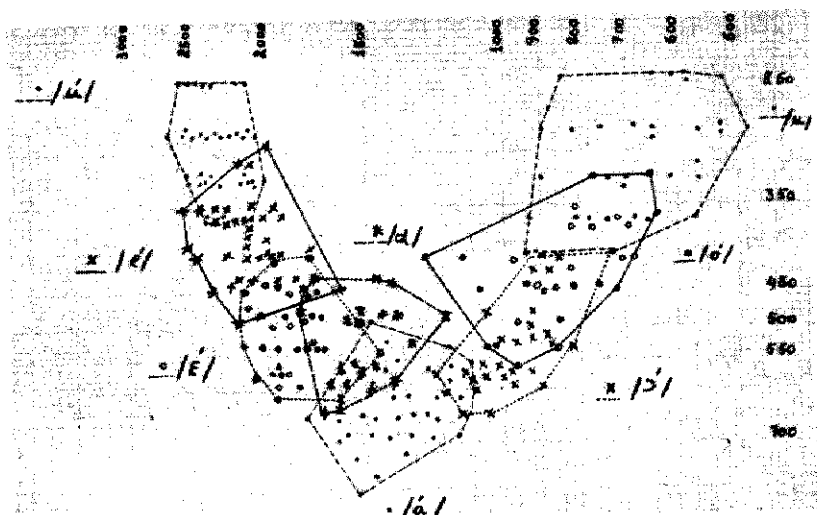


Fig. 8 — Zonas de dispersão do conjunto das vogais tônicas estudadas

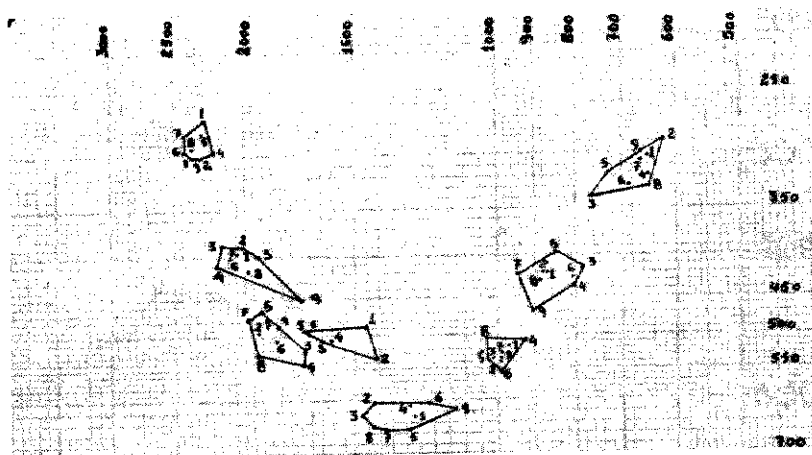


Fig. 9 — Zonas-médias de incidência das coordenadas F_1 / F_2 em cps. das vogais tônicas nas palavras estudadas. (Os números do gráfico referem-se às palavras da Fig. 1)

Representando cada um dos 550 fonemas numa carta de formantes, como para os casos particulares das vogais isoladas da fig. 5, em que cada um se define pela frequência F_1 em abscissa e pela frequência de F_2 em ordenada, obtive o mapa representativo do conjunto de fonemas estudados (Fig. 8).

As médias representadas em cada um dos quadros como na fig. 7 dão gráficamente as zonas médias de incidência de cada fonema em cada contexto fonético (Fig. 9).

III. *Análise dos dados*

Como o objectivo deste trabalho era estudar não cada informante, nem a realização individual de cada fonema, mas sim o valor médio de cada um em língua portuguesa e nas condições já definidas; considerando a amostra colhida como representativa da população que pretendo analisar, fiz as seguintes operações:

1. Média dos valores obtidos para cada fonema e em todos os contextos, como na fig. 7.
2. Média final e absoluta para cada fonema resultante das médias desse fonema nas realizações particulares.

V	F_1	F_2	F_3	D
i	293,58	2343,36	2984,72	8,48
e	403,19	2083,94	2588,83	9,48
ɛ	501,10	1893,21	2565,08	11,15
æ	511,13	1602,07	2558,80	8,62
a	626,04	1325,77	2439,89	10,94
ɔ	530,70	993,91	2407,03	10,93
o	425,53	863,59	2414,06	10,21
u	315,00	677,80	1662,29	8,94

Fig. 10

A representação gráfica das coordenadas F_1 e F_2 para estes valores (Fig. 10) dá-nos «o triângulo acústico das vogais orais portuguesas» (Fig. 11).

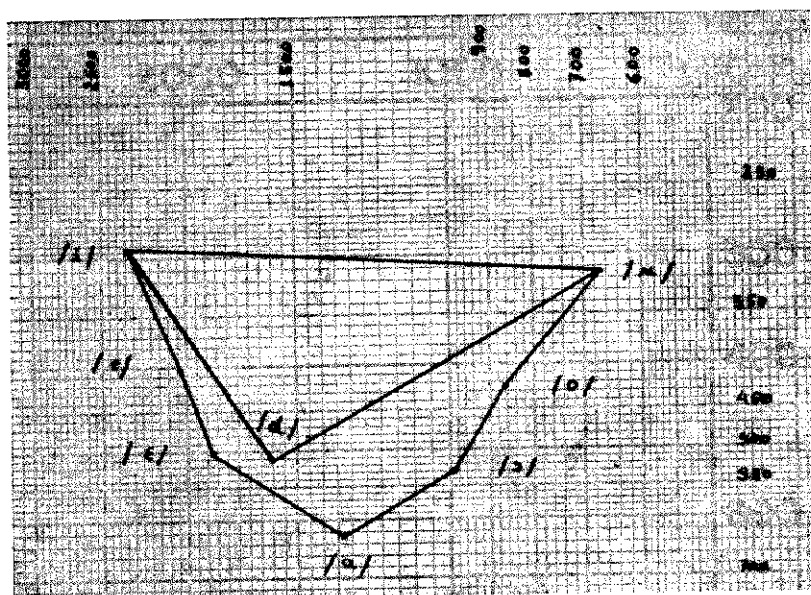


Fig. 11 — Triângulo acústico das vogais orais tônicas portuguesas

Com base nos mesmos dados calculou-se ainda o desvio-padrão das frequências de F_1 e F_2 em relação à média e ainda o coeficiente de variabilidade (C_v) do desvio de cada uma das coordenadas desses mesmos fonemas. (Fig. 12).

V	F_1			F_2		
	Média / cps	δ / cps	C_v / %	Média / cps	δ / cps	C_v / %
i	293,58	36,79	12,53	2343,53	139,36	5,94
e	403,19	40,16	9,96	2083,94	187,32	8,98
ε	501,10	46,17	9,21	1893,21	155,12	8,19
α	511,30	56,46	11,04	1602,07	205,07	12,80
a	626,04	78,08	12,47	1325,77	156,56	11,80
ɔ	530,70	56,75	10,69	993,91	81,00	8,14
o	425,53	45,53	10,70	863,59	111,03	12,85
u	315,00	44,87	14,24	677,80	124,29	18,33

Fig. 12

IV. Conclusões

Os resultados expostos neste trabalho permitem tirar as seguintes conclusões:

1. As vogais orais tónicas portuguesas definem-se acusticamente pelos valores óptimos dos seus formantes e da sua duração, indicados no quadro da Fig. 10.

2. As realizações efectivas e em contexto apresentam uma enorme dispersão, que é consequência de factores individuais e também do contexto fonético, como mostra a figura 8.

3. As médias de cada um dos fonemas em determinado contexto fonético definem zonas de realização desse fonema em geral, não se podendo no entanto sistematizar as variações em função exclusiva do contorno fonético. Seria necessário organizar um teste exclusivamente para esse fim. No entanto este trabalho pretende analisar os fonemas com valor distintivo deixando por isso de ter importância a variação exclusivamente fonética.

4. Os cálculos de desvio padrão e de coeficiente de variabilidade apresentados na Fig. 12 permitem estabelecer algumas correspondências entre os dados acústicos e as características fisiológicas de articulação destas vogais segundo os princípios expostos por Delattre ⁽²⁾ e Jakobson, Fant e Halle ⁽³⁾.

— Quanto à abertura (C_v de F_1) os fonemas mais estáveis são / e / e / ε / com coeficientes de variabilidade de 9,96 % e de 9,21 % respectivamente; e o fonema menos estável é / u / com o coeficiente de 14,24 %.

— Quanto ao lugar de articulação (C_v de F^2) o fonema mais estável é / i / com um coeficiente de 5,94 %, enquanto o fonema / u / é o menos estável ($C_v = 18,33$ %).

⁽²⁾ Delattre, Pierre, *The Physiological Interpretation of Sound Spectrograms* in: P.M.L.A. LXVI-5 (September 1951), pgs. 863-875. Editado também em *Studies in French and Comparative Phonetics* (Mouton and Co.) The Hague 1966; «Les indices acoustiques de la parole» in *Phonetica*, II, 1958, N.º 1-2, pgs. 108-118, N.º 3-4 pgs. 126-151. Editado em *Studies in French and Comparative Phonetics*. (Mouton and Co.) The Hague 1966.

⁽³⁾ Jakobson, R., Fant, C. and Halle, M., *Preliminaries to Speech Analysis, the Distinctive Features and their Correlates* (M. I. T. Press) Cambridge Massachusetts 1952.

5. O fonema / α / apresenta uma grande proximidade em relação a / ϵ / quanto às suas características acústicas, o que deve levar a estudos posteriores quanto à definição exacta das suas propriedades, talvez até com base na psicologia, segundo observações pessoais feitas no decurso deste trabalho.

Outras conclusões ainda se poderiam tirar destes dados, especialmente quanto à definição de traços distintivos, mas por ser matéria que excede a finalidade do presente estudo, reservamo-lo para um trabalho posterior.

Instituto de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa, Novembro 1971

SOBRE ADJECTIVOS FREQUENTES NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

MARIA FERNANDA BACELAR NASCIMENTO, MARIA HORTENSE
COURELA, MARIA LÚCIA BORBA E MAIA, MARIA LUÍSA SEGURA
DA CRUZ
(LISBOA)

1. À margem dos trabalhos em curso para o estabelecimento do «Português Fundamental» (*) e aproveitando o material recolhido para a sua elaboração, será possível desde já, e no que concretamente se refere aos adjectivos, fazer algumas observações de interesse quanto à natureza e vida dos adjectivos no português falado contemporâneo.

(*) O estabelecimento duma língua «fundamental» — neste caso o Português — como se sabe, é feito a partir da linguagem falada. Supõe por isso uma colheita, tanto quanto possível exaustiva e equilibrada, de exemplos da linguagem de uso corrente. Utilizam-se para tal dois processos complementares: *um*, realizam-se gravações de conversas tidas com pessoas dos dois sexos, de diversos níveis socio-culturais e profissionais, de diversas idades, das quais se extraem 500 palavras gráficas que servirão de base a uma lista de frequência das palavras nelas contidas (foi com base em dados parciais obtidos por este processo que se fez o levantamento apresentado na 2.ª parte deste trabalho); *outro*, que, procurando corrigir possíveis insuficiências do primeiro, provoca, por meio da resposta escrita a inquéritos sobre certos temas considerados de interesse geral, o aparecimento de palavras sem contexto (substantivos, adjectivos e verbos) que, ultrapassando um limiar mínimo de frequência, irão completar a lista fornecida pelo processo anterior. Utilizando o material recolhido por este processo fez-se a 1.ª parte do presente estudo.

Convém esclarecer, no entanto, que não se trata duma antecipação dos resultados a esperar do trabalho de investigação que levará ao estabelecimento do «Português Fundamental». Nem a recolha deste material, feita a título experimental e, portanto, dum rigor científico relativo, poderia admitir conclusões de valor absoluto ou sequer definitivo.

Antes portanto de apresentar quaisquer resultados decorrentes desta experiência, torna-se necessário referir os condicionamentos que a limitaram e as características particulares do material recolhido.

Os inquéritos — termo que, à falta de outro mais rigoroso, se tem adoptado — foram lançados com o fim de se obterem palavras que, não sendo muito frequentes, são absolutamente necessárias, quando se fala de certos temas específicos, ou se alude a pessoas, objectos ou situações bem determinados. Realizaram-se em quatro estabelecimentos de ensino misto de Lisboa e Cascais — dois liceus e duas escolas técnicas (uma comercial e outra industrial). Procurou-se assim constituir uma amostragem que reflectisse, em termos equilibrados, as duas orientações escolares possíveis, no actual sistema de ensino, para indivíduos cuja idade permite admitir um uso já personalizado da linguagem, uma garantia de futuro do vocabulário utilizado e a necessária compreensão dos fins pretendidos por este género de trabalho. Foi por isso contactada uma população escolar entre os 16 e 20 anos, nos estabelecimentos acima referidos, tendo porém o número de testemunhos variado de acordo com as facilidades (ou dificuldades) encontradas no lançamento dos inquéritos e ainda condicionado pelo maior ou menor interesse em testar um ou outro aspecto do método.

Verifica-se pois uma relativa falta de uniformidade na obtenção dos resultados, que proíbe qualquer generalização apressada de possíveis conclusões e recomenda a maior reserva quanto à sua interpretação. Isto porque, em termos de frequência — e são esses os utilizados aqui — a riqueza dos resultados é função da quantidade de testemunhos e qualquer estudo qualitativo das respostas deve ter isso em conta, sem o que, neste caso, poderá correr o risco de falsear completamente o retrato linguístico que se pretende traçar.

Recolheram-se, no total, 1855 testemunhos, diversamente distribuídos por estabelecimentos de ensino, e respondendo, em número não uniforme, aos temas de inquérito lançados.

Pediam-se, a cada aluno, 35 palavras sem contexto — 15 substantivos, 10 adjectivos e 10 verbos — por eles considerados pertinentes, úteis e de uso corrente ao serviço de temas de interesse primordial para comunicação entre os homens.

Foram escolhidos nesta fase experimental, os seguintes temas:

O corpo humano	A religião
O vestuário	A cidade
A casa	A aldeia
Os móveis da casa	Viagens
A cozinha	Meios de transporte
Alimentos e bebidas	Trabalhos do campo
Refeições e objectos que vão à mesa	O tempo (condições atmosféricas)
Estabelecimentos de ensino	Os desportos
Animais (aves e insectos)	O comércio (compra e venda)
Animais (mamíferos e répteis)	Plantas: árvores e flores
Divertimentos e passatempos	A família e a vida familiar
Profissões	A vida sentimental
Higiene pessoal	O café
Saúde e doença	O correio
A arte	Os meios de informação e comunicação social

Para cada um destes temas, recolheu-se sempre um mínimo de 30 respostas, entre rapazes e raparigas.

Para garantir a espontaneidade dos testemunhos, pois que se pretende surpreender a linguagem de uso comum e consequentemente de carácter mais directo, estabeleceu-se um limite máximo de 10 minutos para o preenchimento dos boletins com as 35 palavras pedidas. Evita-se assim que as palavras obtidas sejam objecto de uma longa escolha que poderia redundar em purismo. Porque o que se procura definir é a *norma* presente na linguagem do falante normal, pretende-se que o critério seguido pelos inquiridos seja, nesta fase do trabalho, para cada um dos temas propostos, o da primeira utilidade e pertinência dos termos escolhidos.

Acontece no entanto que a repetição das sessões de aplicação dos inquéritos (dez, de uma hora cada) mecanizou, a partir de certa altura, as respostas, condicionando a oportunidade e a variedade de algumas delas. Paralelamente, sentiu-se uma relativa falta de à-vontade, por parte dos inquiridos, no emprego de calão ou gíria em casos de palavras ou expressões que consideravam correntes e estreitamente ligadas ao tema, de forma a que, por nossa parte, não pudémos avaliar da extensão e natureza do seu real emprego. Os resultados desta experiência, com todas as ressalvas apontadas, permitiram no entanto (para além do que exclusivamente se liga ao processo do estabelecimento do «Português Funda-

mental») obter elementos suficientemente seguros e dignos de interesse para um estudo da frequência do adjectivo no português contemporâneo.

2. Uma vez realizados os inquéritos, consideraram-se para cada tema, os 20 adjectivos mais frequentes, constituindo-se assim um «corpus» de 8.141 ocorrências, distribuídas por 388 formas diferentes de adjectivos.

Em consequência do facto, já atrás apontado, de, para certos temas, ter sido recolhido um número reduzido de testemunhos (nunca inferior no entanto a 30), foram aceites no número dos 20 adjectivos mais frequentes, adjectivos de frequência absoluta muito baixa, que teoricamente, seriam de recusar, por pouco representativos. Mas a sua inclusão permitiu contudo obter uma amostra capaz de, apesar de tudo, garantir uma certa objectividade de resultados.

Feitas as contagens, obtiveram-se para cada adjectivo diferente, os seguintes valores:

- frequência total
- número de centros de interesse em que apareceu (cálculo que permite conhecer a extensão, no campo do significado, do emprego de cada adjectivo obtido).
- número de adjectivos para cada valor de frequência.

3. A partir destes valores, obtiveram-se, em primeiro lugar, duas listas:

Lista A₁, por frequência decrescente (complementarizada pela lista A₂ organizada por ordem alfabética de adjectivos).

A₁

LISTA POR FREQUÊNCIA DECRESCENTE DOS ADJECTIVOS RECOLHIDOS NO CORPUS DA DISPONIBILIDADE (os 20 mais frequentes de cada tema da fase de experiência)

Totalidade do corpus recolhido 8 141 adjectivos
 Número de adjectivos diferentes 388 »

bom	623	limpo	191	saudável	100
bonito	490	quente	187	belo	93
grande	363	sujo	152	triste	75
mau	341	alegre	130	confortável	74
pequeno	299	frio	124	lindo	70
agradável	297	útil	121	baixo	66
feio	286	alto	113	engraçado	65
rápido	220	caro	108	barato	65

maravilhoso	57	selado	23	arranjado	14
doce	55	gelado	22	encantador	13
moderno	54	ventoso	22	sossegado	13
difícil	52	doente	21	melhor	13
divertido	51	apetitoso	21	húmido	13
forte	51	formidável	21	cristão	12
magro	51	trabalhoso	21	registado	12
fresco	50	inteligente	20	religioso	12
gordo	48	pobre	20	maçador	12
ótimo	45	cansado	20	arejado	12
lento	44	bestial	20	espaçoso	12
largo	42	apaixonado	20	seco	12
curto	42	escuro	19	atrasado	11
feliz	41	arrumado	19	selvagem	11
saboroso	40	cheiroso	18	crente	11
comprido	38	feroz	18	enviado	11
interessante	38	horível	18	encerado	11
novo	37	colorido	18	delicioso	11
simpático	37	admirável	17	preto	10
cansativo	37	salgado	17	rendoso	10
desagradável	36	gostoso	17	doentio	10
fraco	35	porco	17	honesto	10
pesado	34	infeliz	16	abstracto	10
asseado	32	amado	16	verdadeiro	10
necessário	32	perigoso	16	católico	10
fácil	32	pouco	16	carinhoso	10
chuvoso	31	morno	16	querido	10
giro	30	cómodo	16	enevoado	10
aborrecido	30	apertado	16	unido	10
amoroso	30	vestido	15	acolhedor	9
muito	29	inútil	15	claro	9
antigo	28	veloz	15	brilhante	9
barulhento	27	perfumado	14	desconfortável	9
longo	27	manso	14	simples	9
velho	27	duro	14	demorado	9
lavado	26	trabalhador	14	económico	9
branco	25	movimentado	14	vagaroso	9
elegante	24	estudioso	14	doméstico	9
leve	24	ensosso	14	nojento	9
rico	23	calmo	14	falso	9

tempestuoso	9	musculoso	5	frito	4
informado	9	fino	5	molhado	4
produtivo	9	usado	5	envernizado	4
ateu	8	queimado	5	partido	4
pentecado	8	monumental	5	pintado	4
adubado	8	iluminado	5	mal-feito	4
amargo	8	extenuante	5	esbelto	3
moreno	7	habilidoso	5	médio	3
louro	7	artístico	5	sorridente	3
atlético	7	pago	5	desarrumado	3
estreito	7	importante	5	picante	3
campestre	7	ganho	5	aplicado	3
árduo	7	desportista	5	cábula	3
higiênico	7	indispensável	5	poluido	3
protestante	7	elucidativo	5	ruidoso	3
vazio	7	eficiente	4	verde	3
comprado	7	fechado	4	rural	3
sentimental	7	romântico	4	repousante	3
carimbado	7	meigo	4	típico	3
escrito	7	ciumento	4	límpido	3
completo	7	lucrativo	4	breve	3
lavrado	7	aldrabão	4	longe	3
chato	6	praticante	4	adiantado	3
verdejante	6	pagão	4	estrumado	3
prático	6	famoso	4	laborioso	3
péssimo	6	grave	4	esperto	3
incômodo	6	pior	4	viscoso	3
fértil	6	perfeito	4	incomodativo	3
semeado	6	diário	4	amarelo	3
ceifado	6	preciso	4	passado	3
enorme	6	apaixonante	4	excitante	3
magnífico	6	brincalhão	4	bem-remunerado	3
bondoso	6	fiel	4	ensinado	3
vendido	6	rastejante	4	competente	3
amável	6	fatigante	4	louvável	3
terno	6	colhido	4	bem-disposto	3
soalheiro	6	irrigado	4	pálido	3
jogado	6	maduro	4	preocupado	3
aberto	6	sòzinho	4	budista	3
jeitoso	6	preguiçoso	4	confessado	3

crucificado	3	exigente	2	impressionante	2
sacrificado	3	bruto	2	cantador	2
pacífico	3	espectacular	2	usual	2
contrabandista	3	justo	2	explorado	2
comestível	3	radioso	2	escravizado	2
numeroso	3	nevoento	2	rústico	2
amigo	3	abafado	2	rentável	2
adorável	3	exemplar	2	custoso	2
contente	3	dispendioso	2	arável	2
escaldante	3	errado	2	regado	2
instável	3	atraente	2	fantástico	2
encoberto	3	florido	2	entusiasmante	2
vencedor	3	frondoso	2	modesto	2
ágil	3	manhoso	2	isolado	2
perto	3	vendável	2	amplo	2
embrulhado	3	fabricável	2	enervante	2
distante	3	escolhido	2	nu	2
aéreo	3	trocado	2	chumbado	2
urgente	3	falido	2	superior	2
volumoso	3	ortodoxo	2	comilão	2
informativo	3	divino	2	farto	2
comunicativo	3	politeísta	2	nutritivo	2
actual	3	descrente	2	anterior	2
são	3	eterno	2	posterior	2
talentoso	3	excelente	2	rubro	2
sociável	2	cultural	2	encarnado	2
audível	2	hábil	2	sentido	2
anunciado	2	surrealista	2	decorado	2
lido	2	doloroso	2	polido	2
ouvido	2	incurável	2	estragado	2
telegrafado	2	tratado	2	castanho	2
visto	2	impaciente	2	fofo	2
comunicado	2	corado	2	empanturrado	2
raro	2	desenxovalhado	2	apetecível	2
lacrado	2	barbeado	2	monótono	1
noticioso	2	desodorizante	2	activo	1
eficaz	2	corajoso	2	magestoso	1
moroso	2	animado	2	humilde	1
colado	2	horroroso	2	provinciano	1
desportivo	2	dançado	2	estável	1
				exacto	1

A₂

**LISTA ALFABÉTICA DOS ADJECTIVOS MAIS FREQUENTES
RECOLHIDOS NO CORPUS DE DISPONIBILIDADE** (da experiência considerando os 20 adjectivos mais frequentes de cada centro de interesse).

Número total de ocorrências 8 141

Número de adjectivos diferentes 388

A		apertado	16	brilhante	9
abafado	2	apetecível	2	brincalhão	4
aberto	6	apetitoso	21	bruto	2
aborrecido	30	aplicado	3	budista	3
abstracto	10	arável	2		
acolhedor	9	árduo	7	C	
activo	1	arejado	12	cábula	3
actual	3	arranjado	14	calmo	14
adiantado	3	arrumado	19	campestre	7
admirável	17	artístico	5	cansado	20
adorável	3	asseado	32	cansativo	37
adubado	8	ateu	8	cantador	2
aéreo	3	atlético	7	carimbado	7
ágil	3	atraente	2	carinhoso	10
agradável	297	atrasado	11	caro	108
aldrabão	4	audível	2	castanho	2
alegre	130			católico	10
alto	113	B		ceifado	6
amado	16	baixo	66	chato	6
amarelo	3	barato	65	cheiroso	18
amargo	8	barbeado	2	chumbado	2
amável	6	barulhento	27	chuvoso	31
amigo	3	belo	93	ciumento	4
amoroso	30	bem-disposto	3	claro	9
amplo	2	bem-remunerado	3	colado	2
animado	2	bestial	20	colhido	4
anterior	2	bom	623	colorido	18
antigo	28	bondoso	6	comestível	3
anunciado	2	bonito	490	comilão	2
apaixonado	20	branco	25	cómodo	16
apaixonante	4	breve	3	competente	3

completo	7	doloroso	2	eterno	2
comprado	7	doméstico	9	exacto	1
comprido	38	duro	14	excelente	2
comunicado	2			excitante	3
comunicativo	3	E		exemplar	2
confessado	3	económico	9	exigente	2
confortável	74	eficaz	2	explorado	2
contente	3	eficiente	4	extenuante	5
contrabandista	3	elegante	24		
corado	2	elucidativo	5	F	
corajoso	2	embrulhado	3	fabricável	2
crente	11	empanturrado	2	fácil	32
cristão	12	encantador	13	falido	2
crucificado	3	encarnado	2	falso	9
cultural	2	encerado	11	famoso	4
curto	42	encoberto	3	fantástico	2
custoso	2	enervante	2	farto	2
		enevoadado	10	fatigante	4
D		engraçado	65	fechado	4
dançado	2	enorme	6	feio	286
decorado	2	ensinado	3	feliz	41
delicioso	11	ensosso	14	feroz	18
demorado	9	entusiasmante	2	fértil	6
desagradável	36	envernizante	4	fiel	4
desconfortável	9	enviado	11	fino	5
descrente	2	errado	2	florido	2
desarrumado	3	esbelto	3	fofo	2
desenxovalhado	2	escaldante	3	formidável	21
desodorizante	2	escolhido	2	forte	51
desportista	5	escravizado	2	fraco	35
desportivo	2	escrito	7	fresco	50
diário	4	escuro	19	frio	124
difícil	52	espaçoso	12	frito	4
dispendioso	2	espectacular	2	frondoso	2
distante	3	esperto	3		
divertido	51	estável	1	G	
divino	2	estragado	2	ganho	5
doce	55	estreito	7	gelado	22
doente	21	estrumado	3	giro	30
doentio	10	estudioso	14	gordo	48

gostoso	17	largo	42	N	
grande	363	lavado	26	necessário	32
grave	4	lavrado	7	nevoento	2
H		lento	44	nojento	9
hábil	2	leve	24	noticioso	2
habilidoso	5	lido	2	novo	37
higiênico	7	límpido	3	nu	2
honesto	10	limpo	191	numeroso	3
horível	18	lindo	70	nutritivo	2
horroroso	2	longe	3		
húmido	13	longo	27	O	
humilde	1	louro	7	ótimo	45
I		louvável	3	ortodoxo	2
iluminado	5	lucrativo	4	ouvido	2
impaciente	2	M			
importante	5	maçador	12	P	
impressionante	2	maduro	4	pacífico	4
incomodativo	3	magestoso	1	pagão	4
incómodo	6	magnífico	6	pago	5
incurável	2	magro	51	pálido	3
indispensável	5	mal-feito	4	partido	4
infeliz	16	manso	14	passado	3
informado	9	maravilhoso	57	penteadado	8
informativo	3	mau	341	pequeno	299
instável	3	médio	3	perfeito	4
inteligente	20	meigo	4	perfumado	14
interessante	38	melhor	13	perigoso	16
inútil	15	manhoso	2	perto	3
irrigado	4	moderno	54	pesado	34
isolado	2	modesto	2	péssimo	6
J		molhado	4	picante	3
jeitoso	6	monótono	1	pintado	4
jogado	6	monumental	5	pior	4
justo	2	moreno	7	pobre	20
L		morno	16	polido	2
laborioso	3	moroso	2	politeísta	2
lacrado	2	movimentado	14	poluído	3
		muito	29	porco	17
		musculoso	6		

posterior	2	ruidoso	3	terno	6
pouco	16	rural	3	trabalhador	14
praticante	4	rústico	2	trabalhoso	21
prático	6			tratado	2
preciso	4	S		típico	2
preguiçoso	4	saboroso	40	triste	15
preocupado	3	sacrificado	3	trocado	2
preto	10	salgado	17		
produtivo	9	são	3	U	
protestante	7	saudável	100	unido	10
provinciano	1	seco	12	urgente	3
		selado	23	usado	5
Q		selvagem	11	usual	2
queimado	5	semeado	6	útil	121
quente	187	sentido	2		
querido	10	sentimental	7	V	
		simpático	37	vagaroso	9
R		simples	9	vazio	7
radioso	2	soalheiro	6	velho	27
rápido	220	sociável	2	veloz	15
raro	2	sorridente	3	vencedor	3
rastejante	4	sossegado	13	vendável	2
regado	2	sózinho	4	vendido	6
registado	12	sujo	152	ventoso	22
religioso	12	superior	2	verdadeiro	10
rendoso	10	surrealista	2	verde	3
rentável	2			verdejante	6
repousante	3	T		vestido	15
rico	23	talentoso	3	viscoso	3
romântico	4	telegrafado	2	visto	2
rubro	2	tempestuoso	9	volumoso	3

Na lista A₁ pode observar-se que são os adjectivos de âmbito mais geral que apresentam as frequências mais altas. Aos primeiros 20 cabe 53,5 % do «corpus», o que representa uma notável condensação de formas, nas frequências mais elevadas. Se pelo contrário se observarem as frequências mais baixas, há como que uma explosão de adjectivos, bem patente no que se refere por exemplo à frequência 2 com 89 adjectivos diferentes ou à 3 com 59 (vide lista A₂).

A₃FREQUÊNCIAS E DISTRIBUIÇÃO DOS ADJECTIVOS POR
ESSAS FREQUÊNCIAS

F.	N.º de adj.	F.	N.º de adj.	F.	N.º de adj.
1	7	25	1	57	1
2	89	26	1	65	2
3	59	27	3	66	1
4	31	28	1	70	1
5	15	29	1	74	1
6	18	30	3	75	1
7	15	31	1	93	1
8	4	32	3	100	1
9	14	34	1	108	1
10	11	35	1	113	1
11	6	36	1	121	1
12	7	37	3	124	1
13	4	38	2	130	1
14	9	40	2	152	1
15	3	41	1	187	1
16	7	42	2	191	1
17	4	43	1	220	1
18	4	44	1	286	1
19	2	45	1	297	1
20	5	50	1	299	1
21	4	51	3	341	1
22	2	52	1	363	1
23	2	54	1	490	1
24	2	55	1	623	1

É aliás perfeitamente lógico que adjectivos como *bom*, *grande*, *bonito* e outros de emprego igualmente genérico, se situem à cabeça duma lista de frequência, e que adjectivos como *surrealista*, *arável*, *chumbado* e outros, confinados a temas muito especializados ou pertencentes a uma esfera da língua considerada ainda demasiado familiar, ocupem os últimos lugares.

A confirmar este princípio geral, apresenta a lista B, que a seguir se inclui (e que integra os adjectivos de frequência superior a 10, orde-

nados por ordem decrescente do número de «centros de interesse» em que aparecem) algumas correcções de posição dos diversos adjectivos, adoptando não já um critério de frequência absoluta, mas o da sua qualidade, deduzida do número de campos semânticos que servem.

B

*LISTA DOS ADJECTIVOS MAIS FREQUENTES, RECOLHIDOS
NO CORPUS DA DISPONIBILIDADE (FASE EXPERIMENTAL),
ATÉ À FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 10, APRESENTADOS POR
ORDEM DECRESCENTE DO NÚMERO DOS CENTROS DE
INTERESSE EM QUE APARECEM*

<i>Adjectivos</i>	<i>Centros de interesse</i>	<i>Freq. absoluta</i>
bom	30	623
bonito	27	490
grande	25	363
mau	25	341
agradável	25	297
feio	23	286
pequeno	22	299
alegre	18	130
útil	18	121
lindo	16	70
limpo	15	191
alto	14	113
sujo	13	152
belo	13	93
quente	12	187
ótimo	12	45
caro	11	108
frio	10	124
triste	10	75
confortável	10	74
engraçado	10	65
moderno	10	54
difícil	10	52
desagradável	10	36
saudável	9	100
aborrecido	9	30

<i>Adjectivos</i>	<i>Centros de interesse</i>	<i>Freq. absoluta</i>
rápido	8	220
baixo	8	66
forte	8	51
largo	8	42
interessante	8	38
necessário	8	32
branco	8	25
barato	7	65
maravilhoso	7	57
simpático	7	37
fraco	7	35
muito	7	29
magro	6	51
lento	6	44
cheio	6	40
comprido	6	38
novo	6	37
giro	6	30
antigo	6	28
formidável	6	21
divertido	5	51
fresco	5	50
gordo	5	48
curto	5	42
saboroso	5	40
cansativo	5	37
pesado	5	34
fácil	5	32
velho	5	27
leve	5	24
colorido	5	18
horrível	5	18
pouco	5	16
calmo	5	14
encantador	5	13
melhor	5	13
doce	4	55
asseado	4	32
barulhento	4	27

<i>Adjectivos</i>	<i>Centros de interesse</i>	<i>Freq. absoluta</i>
longo	4	27
elegante	4	24
rico	4	23
bestial	4	20
cansado	4	20
admirável	4	17
perigoso	4	16
inútil	4	15
arejado	4	12
maçador	4	12
delicioso	4	11
arrumado	3	79
feliz	3	41
amoroso	3	30
lavado	3	26
gelado	3	22
trabalhoso	3	21
inteligente	3	20
escuro	3	19
cómodo	3	16
veloz	3	15
vestido	3	15
arranjado	3	14
duro	3	14
trabalhador	3	14
seco	3	12
honesto	3	10
preto	3	10
rendoso	3	10
apetitoso	2	21
doente	2	21
pobre	2	20
cheiroso	2	18
feroz	2	18
gostoso	2	17
porco	2	17
salgado	2	17
amado	2	16
morno	2	16

<i>Adjectivos</i>	<i>Centros de interesse</i>	<i>Freq. absoluta</i>
ensosso	2	14
perfumado	2	14
espaçoso	2	12
atrasado	2	11
encerado	2	11
enviado	2	11
carinhoso	2	10
chuvoso	1	31
selado	1	23
ventoso	1	22
apaixonado	1	20
apertado	1	16
infeliz	1	16
estudioso	1	14
manso	1	14
movimentado	1	14
húmido	1	13
sossegado	1	13
cristão	1	12
registado	1	12
religioso	1	12
crente	1	11
selvagem	1	11
abstracto	1	10
católico	1	10
doentio	1	10
enevoadado	1	10
querido	1	10
unido	1	10
verdadeiro	1	10

Número total de adjectivos de frequência igual ou superior a 10: 133, num corpus de 8 141 ocorrências e 388 formas.

Número total de adjectivos de frequência igual ou superior a 20: 77 (no mesmo corpus).

Assim, por exemplo, *alegre* passou da 12.^a posição na lista A₁ para a 8.^a na lista B, enquanto que *rápido*, em 8.^a posição na lista A, passou a 27.^a na lista B.

Palavras sentidas como demasiado familiares tais como *bestial* e *giro* têm, nesta última lista, um lugar um pouco mais conforme com o uso já tão generalizado que o português corrente lhes dá. Subiram respectivamente 6 e 8 lugares.

Devido talvez à sua estreita ligação com *hom* e participando por isso do seu carácter genérico, *ótimo* aparece na lista B em 16.º lugar enquanto que a sua frequência lhe conferira, na lista A, apenas o 34.º lugar.

Observações deste género poderiam multiplicar-se, aproveitando as numerosas possibilidades de análise que as listas acima publicadas sugerem, mesmo a uma simples leitura. Fazê-las aqui ultrapassaria porém os limites que este artigo se impôs.

A completar os quadros de valores apresentados, inclui-se a seguir o quadro que indica, para cada «centro de interesse», o número de adjetivos (formas) e respectiva frequência (ocorrências), relativamente aos estabelecimentos de ensino e testemunhos neles conseguidos. Poderá assim decidir-se, com maior rigor, do valor e limites da amostragem que serviu de base a este trabalho.

<i>Centros de interesse</i>	<i>Formas</i>	<i>Ocorrências</i>	<i>N.º de Inquiridos</i>	<i>Est. de Ensino</i>
Corpo humano	39	368	76	3
Vestuário	33	376	84	3
A casa	28	186	41	2
Os móveis da casa	30	221	46	2
A cozinha	32	183	31	2
Alimentos e bebidas	27	177	31	2
Refeições...	28	215	47	2
Estab. de ensino	38	319	73	3
A cidade	37	325	65	3
A aldeia	37	274	65	3
Viagens	45	364	93	4
Os meios de transporte	36	286	63	3
Os trabalhos do campo	51	314	82	4
Os animais (I)	29	255	52	2
Os animais (II)	23	169	39	2
Divertimentos e passat.	37	314	61	3
Profissões	31	137	44	2
Higiene pessoal	33	278	51	3
Saúde e doença	32	162	40	2
A arte	37	246	61	3

<i>Centros de interesse</i>	<i>Formas</i>	<i>Ocorrências</i>	<i>N.º de Inquiridos</i>	<i>Est. de Ensino</i>
A religião	37	213	60	3
O comércio	48	300	75	4
Plantas, árvores...	30	156	30	2
A família	28	176	47	2
A vida sentimental	44	378	109	4
O café	34	531	118	4
O tempo	35	315	52	3
Os desportos	43	237	63	3
O correio	51	352	87	4
Meios de informação	51	277	69	4

4. O adjectivo qualificativo é, por natureza, o produto duma escolha. E se, no caso da experiência que se vem analisando, essa escolha foi dirigida, explorando certos temas ou campos semânticos considerados fundamentais para a comunicação entre os falantes, não deixa no entanto de ter interesse verificar quais os *valores qualitativos* (em relação, evidentemente, aos temas distribuídos) que maior número de adjectivos polarizaram.

As ideias gerais mais representadas foram as de *bom/mau*; *agradável/desagradável*; *bonito/feio*; *pequeno/grande*; e *limpo/sujo*. Estas últimas muito provavelmente em função do número considerável de temas em que pesava o factor «higiene».

Na relação de adjectivos que adiante se apresenta, agrupados segundo os valores acima indicados, tentou-se uma disposição segundo matizes de significação que se revelaram, por vezes, muito difíceis de delimitar, pois que participavam de natureza de duas ou mais ideias gerais. O caso por exemplo de adjectivos que poderiam referir-se igualmente às ideias *bom*, *agradável* ou *bonito*, dado que a ausência de contexto os priva duma maior concretização. Nestes casos, referenciou-se o adjectivo em função do tema em que aparecia com mais frequência, subordinando-o à ideia geral mais compatível com ele. Assim por exemplo, *perfeito* que tanto poderia significar «muito bom» como «muito bonito», incluiu-se em *bonito* por aparecer exclusivamente no tema «A Arte», em que os aspectos estéticos foram os mais focados.

Incluíram-se também, na apresentação dos adjectivos, para cada um deles, as indicações de *frequência absoluta* (F.A.) e de *número de cen-*

tros de interesse abrangidos (C.I.)^a para poder avaliar-se da extensão do emprego do adjectivo, dentro evidentemente do «corpus» limitado que se vem analisando — 8 141 adjectivos.

BOM	F. A.	C. I.	MAU	F. A.	C. I.
' <i>bom</i> '			' <i>mau</i> '		
bom	623	30	mau	341	25
bondoso	6		bruto	2	
carinhoso	10	2			
meigo	4				
terno	6				
manso	14	1	feroz	18	2
pacífico	3		selvagem	11	1
			falso	9	
<i>Superlativação:</i>			<i>Superlativação:</i>		
melhor	13	5	pior	4	
ótimo	45	12	péssimo	6	
formidável	21	6			
magnífico	6				
fantástico	2				
espectacular	2				
impressionante	2				
excelente	2				
exemplar	2				
superior	2				
corajoso	2				
bestial	20	4			
' <i>saudável</i> '			' <i>doente</i> '		
saudável	100	9	doentio	10	1
são	3		doente	21	2
			grave	4	
' <i>fácil</i> '			' <i>difícil — trabalhoso</i> '		
fácil	32	5	difícil	52	10
simples	9		trabalhoso	21	3

a) Este último valor calculou-se apenas para os adjectivos com frequência superior a 10.

	F. A.	C. I.		F. A.	C. I.
			custoso	2	
			pesado	34	5
			duro	14	3
			árduo	7	
			cansativo	37	5
			fatigante	4	
			extenuante	5	
			doloroso	2	
<i>'eficaz — eficiente — rendoso'</i>					
eficiente	4				
eficaz	2				
competente	3				
hábil	2				
habilidoso	5				
talentoso	3				
jeitoso	6				
trabalhador	14	3			
activo	1		preguiçoso	4	
laborioso	3				
lucrativo	4				
rendoso	10	3			
rentável	2				
fértil	6				
produtivo	9				
AGRADÁVEL			DESAGRADÁVEL		
<i>'agradável — confortável'</i>			<i>'aborrecido — incómodo'</i>		
agradável	297	25	desagradável	36	10
cómodo	16	3	incómodo	6	
confortável	74	10	desconfortável	9	
			incomodativo	3	
simpático	37	7			
acolhedor	9				
calmo	14	5			
repousante	3		enervante	2	
encantador	13	5			
giro	30	6			

	F. A.	C. I.		F. A.	C. I.
			aborrecido	30	9
			maçador	12	4
			chato	6	
<i>'apetecível — apetitoso'</i>			<i>'não apetitoso'</i>		
apetitoso	21	2			
apetecível	2				
delicioso	11	4			
gostoso	17	2			
saboroso	40	5			
doce	55	4	amargo	8	
			estragado	2	
<i>'divertido — bem-disposto'</i>					
amável	6				
simpático	37	7			
bem-disposto	3				
divertido	51	5			
engraçado	65	10			
brincalhão	4				
comunicativo	3				
sociável	2				
alegre	130	18	triste	75	10
animado	2				
contente	3				
sorridente	3				
BCNITO			FEIO		
bonito	490	27	feio	286	23
belo	93	13			
giro	30	6	mal-feito	4	
lindo	70	16			
amoroso	30	3			
atraente	2				
<i>Superlativação:</i>			<i>Superlativação:</i>		
admirável	17	4	horrível	18	5
perfeito	4		horroroso	2	

	F. A.	C. I		F. A.	C. I
adorável	3				
maravilhoso	57	7			
encantador	13	5			
fantástico	2				
artístico	5				
GRANDE			PEQUENO		
grande	263	25	pequeno	299	22
volumoso	3				
enorme	6				
bestial	20	4			
amplo	2				
espaçoso	12	2			
comprido	38	6			
largo	42	8	estreito	7	
longo	27	4	curto	42	5
LIMPO			SUJO		
limpo	191	15	sujo	152	13
arranjado	14	3			
arrumado	19	3	desarrumado	3	
asseado	32	4	porco	17	2
desenxovalhado	2		nojento	9	
lavado	26	3			
penteado	8				
perfumado	14	2			
higiênico	7				
limpido	3		poluído	3	
claro	9		escuro	19	3
branco	25	8	preto	10	3
brilhante	9				
polido	2				
envernizado	4				
encerado	11	2			
desodorizante	2				

Aproveitando ainda o material recolhido para a elaboração do Português Fundamental fez-se um levantamento dos adjectivos qualificativos sobre um «corpus» de 10 000 palavras constituído por gravações de conversas realizadas com vinte estudantes cujas idades variam entre os 16 e os 25 anos e dos quais seis são universitários e catorze do terceiro ciclo dos liceus. A escolha deste grupo de inquiridos foi devida a uma hipótese de trabalho que consistia na tentativa de confronto entre os resultados da Frequência e da Disponibilidade, obtidos estes últimos junto de estudantes destas idades aproximadamente.

Verificou-se depois a impossibilidade de estabelecer metódicamente este confronto devido principalmente à disparidade quantitativa dos dois «corpus» analisados.

Apresentamos, contudo, uma lista alfabética com a Frequência e a Repartição dos adjectivos que aparecem no «corpus» de Frequência e não se encontram no de Disponibilidade.

Os temas das conversas foram:

Alimentação, refeições
Campismo
Cidade de província
Condução e problemas de trânsito
Doenças
Estudo
Férias
Festas de carnaval
Grupos de amigos
Leituras
Música
Níveis sociais
Passeios
Poesia
Teatro
Viagens
Vida na aldeia
Vida de estudante

ADJECTIVOS (recolhidos em 20 entrevistas)

	F.	R.		F	R.
A			CONSCIENTE	1	
ACONSELHÁVEL	2	2	CONSIDERADO	1	
ADIAANTADO	1		considerada		
ADMINISTRATIVO	1		CONTINUO	1	
administrativa			CORRÉCIO (<i>sic</i>)	1	
ADMIRADO	1		corrêcios		
admirada			D		
ALENTEJANO	3	2	DEMASIADO	1	
alentejana 2			DESEMPREGADO		
alentejano 1			desempregados		
ALGARVIO	3	1	DESENVOLVIDO	1	
AMERICANO	1		desenvolvida		
ANDALUZ	2	1	DESEFEITO	1	
APEGADO	1		desfeita		
apegada			DESILUDIDO	1	
ARQUITECTÓNICO	1		DESPIDO	1	
ARRELVADO	1		despida		
ARTISTA	1		DETERMINADO	1	
ATROZ	1		determinadas		
AUTENTICO	1		DIFERENTE	14	7
AUTORITARIO	1		diferente 11		
			diferentes 3		
B			DOIDO	1	
BÁSICO	3	1	doidas		
básicas 2			E		
básicos 1			ECLESIASTICO	1	
BEM	1		eclesiástica		
BRUTAL	2	1	DE ELITE	3	1
			ENCURRALADO	1	
C			ESPANHOL	2	1
CAPITALISTA	2	1	espanhola		
CIRÚRGICO	2	1	ESPECIAL	2	2
cirúrgica			especial 1		
CIVIL	1		especiais 1		
COISO	1		ESQUERDO	1	
COITADINHO	1		ESQUISITO	1	
COMUNITARIO	1		esquisita		
CONFUSO	1		ESTOURADO	1	
CONHECIDO	2	1	ESTRUTURADO	1	
conhecido 1			estruturados		
conhecidos 1					

	F.	R.		F.	R.
ESTUDANTIL	1		J		
EVOLUIDO	1				
evoluída			JUNTO	2	2
EXCEPCIONAL	1		juntos 2		
excepcionais					
EXTASIADO	1		L		
EXTERNO	1				
externa			LIGEIRO	1	
EXTRAVAGANTE	1		ligeiras		
F			LIVRE	3	2
			LÓGICO	1	
FICTÍCIO	1		lógica		
fictícios			LONGINQUO	1	
FORMADO	2	1	longinqua		
formadas					
DE FUNDO	1		M		
FUTURO	1				
futura			MANCO	1	
G			MANUAL	1	
			manuais		
GENÉRICO	1		MECÂNICO	3	1
GRAMATICAL	1		mecânica 1		
gramaticais			mecânico 2		
H			MÉDICO	2	1
			MELODIOSO	1	
HUMANO	2	2	MILITAR	3	1
humano 1			militares 3		
humanos 1			MISTO	6	1
I			mistas 1		
			misto 4		
INDEPENDENTE	2	1	mistos 1		
INFECCIONADO	1		MOURO	3	1
infecionada			mouras 1		
INGLÊS	2	1	mouro 1		
inglês 1			mouros 1		
inglesa 1			N		
IMPORTANTE	2	2			
INTELLECTUAL	1		NACIONAL	1	
INTERIOR	1		NATURAL	1	
interiores			NÓRDICO	1	
INTERNO	1		NORMAL	1	
			NOTÓRIO	1	
			notória		

	F.	R.		F.	R.
O			SAUDOSISTA	1	
ORDINÁRIO	1		SEGUINTE	1	
ordinária			SEMELHANTE	1	
ORGANIZADO	1		semelhantes		
organizada			SENSIBILIZADO	2	1
			sensibilizado 1		
			sensibilizados 1		
P			SEPARADO	2	2
PARECIDO	1		separados 2		
parecida			SÉRIO	1	
PESSOAL	2	2	sérias		
PISCATÓRIO	1		SHOCKING	1	
piscatória			SINTÉTICO	2	1
POLÍTICO	5	2	sintética		
política 4			SOCIAL	3	2
políticos 1			SUFICIENTE	1	
POP	1				
POPULAR	1		T		
PORNOGRÁFICO	2	1	TÉCNICO	1	
pornográficos			técnica		
PORREIRINHO	1		TEÓRICO	1	
porreirinha			teóricas		
PORTUGUÊS	4	3	TERRÍVEL	2	1
portuguêsa 2			TOLO	2	2
português 1			TRADICIONAL	1	
portugueses 1			TRISTE	2	2
PÓSTUMO	1				
póstuma			U		
PREDIAL	1		ÚLTIMO	3	3
PRIMÁRIO	1		UNICO	1	
primária			única		
R			UNIVERSITÁRIO	4	2
RACIONAL	1		universitária 1		
RAZOÁVEL	1		universitário 2		
REAL	1		universitários 1		
REGIONAL	1				
regionais			V		
S			VALENTE	1	
SANITÁRIO	1		valentes		
sanitárias			VASO	2	1
			vasas 1		
			vaso 1		

SOBRE A FORMAÇÃO DAS IMPERATIVAS EM PORTUGUES

ISABEL HUB FARIA
(LISBOA)

1. Definição e limite do campo imperativo. 1.1 As frases performativas. 1.2 Uma caracterização das performativas imperativas: 1.2.1 Os verbos; 1.2.2 Os sujeitos performativos. 1.3 Caracterização de frase inferior imperativa: 1.3.1 Os verbos; 1.3.2 Os sujeitos. Conclusões de 1.

2. A formulação de uma hipótese — Notas sobre uma possível regra de geração das imperativas. 2.1 Caracterização dos verbos performativos de ordem. Restrições. 2.2 O Futuro. 2.3 Estrutura profunda de uma frase performativa. 2.4 Estrutura profunda de uma frase performativa declarativa de ordem: 2.4.1 Restrições do segundo sujeito ao verbo performativo de ordem; 2.4.2 Regra de supressão da performativa; 2.4.3 Estrutura da frase inferior: 2.4.3.1 Pré-Frase; 2.4.3.2 QUE; 2.4.3.3 SN; 2.4.3.4 O Auxiliar; 2.4.3.5 SV. 2.5 Regras para a formação das imperativas. Ordem das transformações: 2.5.1 Transformação de IMP; 2.5.2 Transformação de NEG; 2.5.3 Transformação de TAG; 2.5.4 Restrições e ordem das regras.

1. Definição e limite do campo imperativo

Tradicionalmente, toda a definição dada para Imperativo previa-o apenas como *modo* ⁽¹⁾ que apresenta a acção sob a forma de uma ordem, de um pedido ⁽²⁾, sendo as «frases imperativas» apenas as que utilizavam tal modo na sua formação:

- (1) a. Come isso.

⁽¹⁾ «Les *modes* expriment l'attitude prise par le sujet à l'égard de l'énoncé»
Le Bon Usage, Grammaire Française, 8^{ème} ed, Hatier, 1964.

⁽²⁾ *Ob. cit.*

Quanto muito, frases como (1) (b), (c), (d) eram consideradas como contendo a «ideia» de Imperativo, facto que, no entanto, não alterava em nada a consideração de tais frases como sendo frases não-Imperativas:

- (1) b. Comerás isso.
- c. Que comas isso, é o que eu quero.
- d. É preciso comer isso.

Tendo, contudo, em conta que uma gramática deve explicitar a relação de sentido que existe entre frases formal ou sintacticamente diferentes que contêm uma mesma interpretação semântica e que todas as frases que são paráfrases de uma outra, e só essas, devem ter a mesma estrutura profunda, tentaremos, se não uma formulação de uma única estrutura profunda para as diferentes formas de superfície apresentadas, pelo menos uma primeira análise em que os diferentes tipos de frases sejam considerados em conjunto.

Vejam-se as seguintes frases:

- (2) Come esse bolo!
- (3) Que tenhas comido esse bolo amanhã!
- (4) Que comas esse bolo amanhã!
- (5) Comerás esse bolo amanhã!
- (6) É preciso comer(es) esse bolo amanhã!

Notamos que:

- a) todas as frases (2) — (6) contêm uma representação semântica de *ordem*;
- b) essa ordem prevê determinada acção a realizar num *futuro*;
- c) tal acção a realizar num futuro é expressa:

em (2) — modo Imperativo (TPS Pres) ^(*) — tempo futuro		
em (3) — Conj. perifrás. (TPS Pass)	— » »	
em (4) — Conjuntivo (TPS Pres)	— » »	
em (5) — Futuro	— » »	
em (6) — Infinito	— » »	

(*) TPS está empregado neste trabalho como abreviatura de TEMPO (TEMPUS), tradução do inglês TENSE.

o que corresponde a dizer que existem dois tempos a considerar:

- um, referenciado à acção a realizar [FUTURO]
- outro, referenciado à situação de locução, *ordem*, [PRES] ou [PASS].

[PASS] actua como elemento relacionador entre [PRES] — ordem e [FUTURO] — acção, incidindo especificamente sobre a acção e invertendo, portanto, os termos, colocando [FUTURO] em relação a [PRES] o que é igual a [PASS].

Quando referimos Imperativo e Conjuntivo como modos utilizados nas Imperativas directas estamos já a ir contra a concepção mais generalizada de que o Imperativo, e só o Imperativo, pode formar uma frase Imperativa. Contudo, se tivermos em conta a relação afirmativa/negativa, (relação essa que, como se sabe, não altera a interpretação semântica de uma frase, sendo a negação um elemento NEG introduzido transformacionalmente na estrutura subjacente da frase) veremos que a negativa de (2)

- (2) Come esse bolo.

não é

- (2) *a. não comes esse bolo (*).

mas

- (2) b. não comas esse bolo!

frase que nos parece ser uma forma truncada de:

- (2) c.

Ordeno-te	}	que não comas esse bolo!
Eu quero		

Katz e Postal (1964) ^(*) postulam que «pode obter-se um dos casos derivando-se sintacticamente as imperativas de frases com a forma *I Verb* *reques: that you will Main Verb* suprimindo, pelo menos, os três primeiros elementos».

(*) O sinal * não implica que a frase não seja gramatical mas apenas que (2a.) não mantém o sentido imperativo.

(*) Em nota ao Cap. 4 de «An Integrated Theory of Linguistic Descriptions» (cf. bibliografia).

Desde então, têm sido apresentados argumentos no sentido de que, na estrutura subjacente de todas as frases, deve estar presente um verbo performativo de declaração (Ross). R. Lakoff demonstrou a necessidade de um performativo subjacente para as frases imperativas em latim. Cremos poder apresentar um argumento semelhante para as imperativas em português.

Se assim for, podemos, desde já, prever que a *Transformação Imperativa* não pode ser uma transformação simples, tal como a apresenta Marina Burt (1971) ⁽⁶⁾, uma vez que tal transformação deverá prover determinada estrutura frásica que é (no caso do Conjuntivo, por exemplo) complexa.

1.1 *As frases performativas*

J. L. Austin (1962) apontou uma distinção importante entre frases como

- (7) a. Os polícias bateram nos estudantes
- b. O João gosta de dizer piadas

que podem ser verdadeiras ou falsas, e frases como (8)

- (8) a. Prometo-te que não faltarei
- b. Eu declaro que os polícias bateram nos estudantes

que têm, para além do seu valor verdadeiro ⁽⁷⁾, condições que revelam a proveniência de tal frase relativamente ao seu locutor.

As frases como (7) Austin chama *constative* (constativas?) e às como (8) chama *frases performativas*.

As principais características das frases performativas são:

- têm sujeitos que têm de estar na *primeira pessoa*;
- normalmente, têm uma segunda pessoa, em estrutura profunda, que actua como complemento directo ou indirecto;

⁽⁶⁾ «From Deep to Surface Structure, An Introduction to Transformational Syntax».

⁽⁷⁾ O valor verdadeiro advém do facto de uma performativa declarativa não poder ser negada:

«Eu não declaro» quer dizer: «*Eu declaro* que não declaro».

- têm de ser afirmativas e não-negativas;
- actualizam-se no *Presente*;
- os verbos principais das performativas devem ser os incluídos na seguinte lista:

aconselhar, autorizar, avisar, condenar, declarar, dizer, escrever, inquirir, implorar, informar, ordenar, pedir, perguntar, propôr, responder, suplicar, etc. ()*.

Austin (1962, p. 32) estabelece, ainda, diferença entre frases performativas (9), dizendo que em (9a) o verbo performativo está explícito, enquanto em (9b) o verbo está implícito:

- (9) a. Eu ordeno-te que comas.
- b. Come!

Tal é a fundamentação que nos parece suficiente para a consideração dos dois tipos de imperativas inicialmente apontados, i. e., Imperativo e Conjuntivo.

O que caracteriza, portanto, uma frase imperativa, enquanto frase declarativa, é, por um lado, a existência de uma frase superior (hiperfrase cf. Sadock (**)) performativa e, por outro, de uma frase derivada («lower», cf. R. Lakoff).

Tentaremos uma análise dos elementos constituintes da performativa imperativa, assim como a caracterização das categorias e das restrições sobre os nomes e verbos da frase imperativa derivada.

1.2 *Uma caracterização das performativas imperativas*

1.2.1 *Os verbos*

Enquanto performativos, os verbos têm as características apontadas já para as frases em que se inserem, isto é, actualizam-se sempre na forma afirmativa, tempo presente. Tais os factos que advêm da interpretação

(*) A lista apresentada não é, de modo algum, completa. Outros verbos poderão ser considerados: *pensar, acreditar, supor*, etc. classificados como «mental verbs» (cf. R. Lakoff (1969) *A Syntactic Argument for Negative Transportation*).

(**) Jerrold M. Sadock, «Whimperatives» in *Studies Presented to Robert Lee by his Students*, 1970.

semântica implícita nos próprios verbos, não só como verbos mas como verbos apenas conjugáveis na 1.^a pessoa, decorrendo a sua actualização da própria situação de locução do sujeito, enquanto sujeito de *declaração* de factos que partem dele-produtor-de-tais-factos (querer, pensar, dizer, etc.). Daí que não seja possível interrogar qualquer um dos verbos performativos, uma vez que eles descrevem uma acção que é actualizada no próprio acto de descrição e que é elemento *verdadeiro* para o sujeito que as enuncia.

Contudo, os verbos das frases performativas constituem um sub-grupo dos verbos performativos apresentados. Tal sub-grupo deverá dar conta da relação imperativo-acção, relação essa que, como já vimos, exprime sempre uma ordem. No caso dos verbos explícitos é possível construir frases imperativas como:

$$(10) \quad \text{Eu} \left\{ \begin{array}{l} \text{ordeno} \\ \text{quero} \\ \text{proponho} \\ \text{desejo} \end{array} \right\} \text{que tu comas}$$

facto que torna possível a consideração de vários «tipos» de imperativas (cf. Stockwell) em frases em que os verbos performativos são implícitos:

- (11) a. Cala-te! (ordeno; quero)
 b. Chega cedo! (proponho)
 c. Sê feliz! (desejo)

Não iremos, no entanto, desenvolver este assunto no presente trabalho. De momento, parece-nos importante explicitar apenas que o facto de frases como (10) conterem um verbo performativo, que determina uma acção através de uma ordem, faz com que a frase seja considerada e analisada desde a base de forma diferente de uma simples frase declarativa.

Veja-se, por exemplo, o comportamento do elemento NEG que pode existir na forma de imperativo simples, i.e., na frase encaixada:

- (12) Não comas!

mas que, no entanto, não pode ser nunca introduzido na frase superior, performativa. Um dos argumentos que justificam tal facto é a existência de «Tag-questions» ⁽¹⁰⁾ com valor imperativo:

- (13) a. Eu quero que tu comas, não comes?
* b. Eu não quero que tu comas, pois não?
* c. Eu quero que tu comas, não quero?

A frase (13 b.) não é possível na medida em que um verbo performativo não pode ser negado. (13 c.) é, também, impossível pelo facto do verbo performativo não poder ser interrogado ⁽¹¹⁾.

1.2.2 Os sujeitos performativos

O facto da frase superior da estrutura básica das imperativas ser sempre uma frase performativa determina que o sujeito dessa mesma frase seja, invariavelmente, um sujeito na *primeira pessoa*. É de considerar, de resto, que é esta uma das condições necessárias para que: 1.º, um verbo declarativo se torne performativo; 2.º, seja possível a formação da própria imperativa (relação sujeito-ordem).

Constatação importante é, ainda, a que põe em evidência o facto do sujeito da frase performativa não ser (não poder ser) nunca o sujeito da frase encaixada. Tal é, pois, a restrição que não permite imperativas na 1.ª pessoa.

1.3 Caracterização de frase inferior imperativa

Os verbos que aparecem na frase inferior, isto é, os verbos que podem actualizar-se enquanto acção determinada por uma ordem (fr. performativa), obedecem a algumas restrições:

- a) não podem ser verbos performativos;

⁽¹⁰⁾ Continuo a utilizar o nome «Tag-Questions» sem o traduzir porque, na altura em que escrevo o artigo, não tenho ainda a certeza de que se possa considerá-lo equivalente do port. «Perguntas-eco».

⁽¹¹⁾ R. Lakoff, *ob. cit.*

b) não podem conter o traço estativo («stative», cf. Lakoff) ou — activo como, por exemplo os verbos *saber*, *ser*, *estar* ⁽¹²⁾.

(14) * a. Sabe!

* b. Sê!

* c. Está!

c) os verbos das frases inferiores são fundamentalmente caracterizados por conterem o traço *acção* definido e definidor da relação que estabelece com o sujeito dessa mesma frase inferior.

1.3.2 Os sujeitos

a) os sujeitos da frase inferior podem aparecer tanto na 2.^a como na 3.^a pessoa (singular e plural), e 1.^a do plural, podendo, ainda, aparecer, com função de *vocativo*;

b) enquanto sujeito de determinado verbo e de determinado tipo de verbo, o sujeito da frase inferior tem categoria de caso *ergativo* ⁽¹³⁾, uma vez que introduz o N que é tomado como o iniciador da «acção» associada com o V nessa mesma frase;

c) em casos como (15)

(15) Come tu!

verifica-se a possibilidade de coexistência, numa mesma frase, dos casos *ergativo* e *vocativo* (erg. *tu* comes; voc. come *tu*) ⁽¹⁴⁾.

d) A coexistência de ergativo e vocativo numa única frase inferior só é possível quando ambos se referem à mesma pessoa-sujeito.

(16) a. João, come tu!

* b. João, come ele!

⁽¹²⁾ Não consideramos, evidentemente formas como:

(14) d. Sê bom!

e. Está quieto!

⁽¹³⁾ Anderson (1971) *The Grammar of Case*, cap. 4.

⁽¹⁴⁾ Veremos, mais adiante, que a introdução dos dois traços na estrutura de base da frase inferior implica que se possa obter, indirectamente, as duas formas de imperativo:

a. Come! e b. Come tu!

Conclusões de 1:

1. Enquanto frases declarativas, as Imperativas são geradas a partir de uma frase performativa (frase superior) da qual deriva uma frase contendo a referência semântica de imperativo (frase inferior).

2. Em português, o verbo performativo pode ou não actualizar-se na superfície. No 1.º caso teremos uma frase que se actualiza no Conjuntivo, no 2.º, teremos uma frase que se actualiza no modo Imperativo.

3. Os elementos constituintes da frase inferior (imperativa) obedecem a restrições impostas pela frase superior (performativa).

2. A formulação de uma hipótese

Notas sobre uma possível regra de geração das imperativas.

2.1 Caracterização dos verbos performativos de ordem. Restrições.

Referimos, já, o facto de as pessoas dos dois verbos das frases imperativas não poderem ser idênticos, uma vez que um dos verbos existentes é sempre um verbo que exprime uma ordem. Tal verbo tem um sujeito que não pode nunca ser incluído no sujeito da frase inferior.

Retomando os exemplos apresentados em (10), em que tínhamos apontado uma certa gradação na interpretação semântica atribuída aos itens que expressavam *ordem* (verbos performativos de ordem), poderemos ver qual o comportamento de tais verbos relativamente aos sujeitos das duas frases:

- (10)
- | | | | | |
|---------|---|---------------------------------------|---|--------------|
| a. Eu | { | ordeno
quero
proponho
desejo | } | que tu comas |
| * b. Eu | { | ordeno
quero
proponho
desejo | } | que eu coma |

(?) c. Eu ordeno que nós comamos

(?) d. Eu quero que nós comamos

e. Eu proponho que nós comamos

f. Eu desejo que nós comamos

A partir do quadro apresentado cremos poder distinguir entre as frases (10 c,d) e (10 e,f) que apresentam dois níveis distintos quanto a forma como manifestam determinada ordem. As quatro não admitem identidade de sujeitos nas duas frases (superior e inferior). Contudo, os verbos em (10 e.) e (10 f.) admitem a inclusão do sujeito da declaração no grupo (*nós*) a que dirige essa mesma declaração.

Tal diferença parece-nos relevante quando considerada condição a ter em conta na formulação da regra que proverá a geração das imperativas. Embora tal hipótese possa parecer prematura, cremos que a distinção estabelecida está intimamente ligada à maior frequência de frases imperativas simples do tipo de (1a) que provêm de frases dependentes de *ordenar*, *querer*, enquanto a maior parte das frases imperativas complexas aparecem, normalmente, com verbos do tipo *propor*, *desejar*.

Considere-se, contudo, que a condição que, a priori, estabelecemos para as frases que contêm verbos do tipo *ordenar*, *querer*, não implica que a frase inferior tenha que actualizar-se, obrigatoriamente, no modo Imperativo. Tais frases podem sempre conservar a sua primeira forma de Conjuntivo. É, de resto, o que sucede sempre que existe o elemento NEG em estrutura profunda da frase inferior (cf. 1.2.1).

2.2 O Futuro

Considerámos, também, em 1. frases como (1b), imperativas «futuras», que tanto podem ser afirmativas como negativas:

- (1) b. Comerás isso!
b'. Não comerás isso!

Tais imperativas podem ser consideradas paralelamente com as imperativas no Conjuntivo como com as no Imperativo. De resto, referimos logo de início o facto de todas as imperativas se referirem a um futuro. Além disso, tal elemento [FUTURO] terá sempre, necessariamente, que existir na estrutura profunda dos verbos dependentes de um verbo performativo de ordem. Em determinadas circunstâncias, o elemento [FUTURO] é suprimido, noutras não. Mas a regra de *supressão* só será possível no caso de haver um verbo abstracto de que depende o verbo inferior.

Só há duas hipóteses para a explicação da forma imperativa de Futuro⁽¹⁵⁾: — ou a supressão do Futuro não se dá quando está presente *determinado* verbo de ordem, ou dá-se com qualquer um deles.

⁽¹⁵⁾ R. Lakoff, (1968), «Abstract Syntax and Latin Complementation».

Um dos argumentos para a explicação da presença do tempo Futuro num verbo dominado por *ordenar*, *querer*, etc., é a existência de «tag-questions» em imperativas de tempo Futuro. Paralelamente a:

Os polícias bateram, não bateram?

A Teresa está contente, não está?

O João virá, não virá?

encontramos:

Virás, não virás?

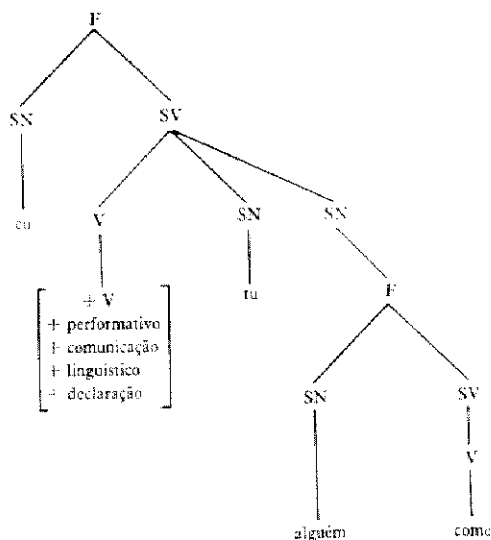
enquanto não é possível:

* O João virá, não foi (não veio)?

2.3 Estrutura profunda de uma frase performativa

A estrutura representada em (17) corresponde à estrutura abstracta de qualquer frase performativa, declarativa ⁽¹⁶⁾.

(17) «Alguém come»



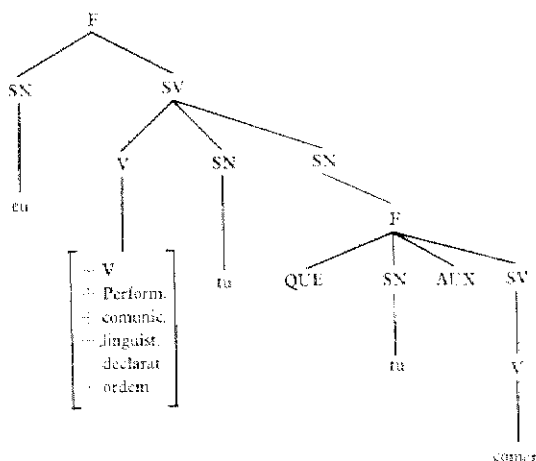
⁽¹⁶⁾ Ross, «On Declarative Sentences».

Dissemos em 1.2.1 que os verbos performativos das frases imperativas constituem um sub-grupo dos verbos performativos apresentados, uma vez que deverão dar conta da relação imperativo-acção, relação essa expressa pelo traço [+ ordem].

Teremos, assim:

2.4 *Estrutura profunda de uma frase performativa declarativa de ordem*

(18) «Come!»



2.4.1 *Restrições do segundo sujeito ao verbo performativo de ordem*

Dentro dos verbos performativos de ordem podemos, ainda, considerar dois grupos:

1. — verbos do tipo de *ordenar*, *querer*, cujos segundos sujeitos só podem aparecer nas II e III pessoas, i.e.:

eu { ordenar
querer } { II
III sg/pl } QUE { II
III sg/pl } Conj. — V

2.º — verbos do tipo de *propor*, *desejar*, que, para além de admitirem os mesmos segundos sujeitos dos verbos acima referidos, admitem, também, a I pess. do plural:

eu { $\begin{matrix} \text{propor} \\ \text{desejar} \end{matrix} \} \text{ [I pl.] — QUE — [I pl.] — Conj. — V}$

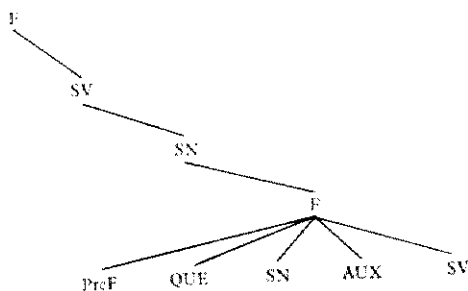
Esta restrição só actua nas frases performativas que se actualizam, na superfície, como tal.

Caso contrário, ou seja, nas frases que apenas actualizam na superfície a frase inferior deverá actuar a «regra de supressão da performativa».

2.4.2 Regra de supressão da Performativa

[eu] SN	$\begin{matrix} + V \\ + \text{perform.} \\ + \text{comunic.} \\ + \text{linguíst.} \\ + \text{declarat.} \end{matrix}$	[tu] SN	F SV	
1	2	3	4	
				$\Rightarrow$ opcional
0	0	0	4	

donde se obterá a seguinte estrutura:



Consideramos a *T supressão da performativa* uma transformação opcional pelas seguintes razões:

a) é sempre possível obter a frase performativa completa, na superfície;

b) a frase performativa completa e a frase imperativa simples têm a mesma interpretação semântica, são paráfrases uma da outra ⁽¹⁷⁾.

2.4.3 *Estrutura da frase inferior*

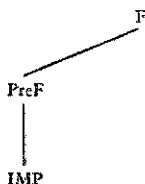
2.4.3.1 *Pre-Frase*

Vimos que as frases imperativas simples podem, na superfície, assumir as formas Imperativo/Conjuntivo; afirmativo/negativo; «tag-questions».

De acordo com as formas que determinada estrutura abstracta deve assumir na superfície é necessário, portanto, inserir na E. P. da frase, mais precisamente na PreF, elementos abstractos que poderão actualizar-se através de transformações. Tais elementos serão, no caso das imperativas:

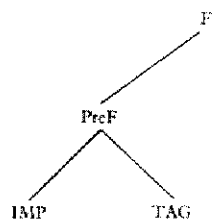
$$\text{PreF} \rightarrow \left\{ \begin{array}{c} \text{IMP} \\ \text{TAG} \\ \text{NEG} \end{array} \right\}$$

a) Em frases como «Come!»

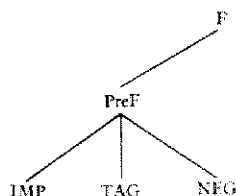


(17) Barbara Hall Partee (1971).

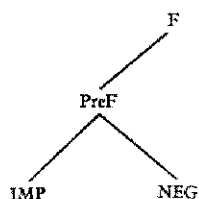
b) em frases como «Come, não comes?»



c) em frases como «Não comas, não?»



d) em frases como «Não comas!»



2.4.3.2 QUE

QUE — elemento introduzido pelo verbo performativo de ordem que, a não ser apagado enquanto categoria, produzirá uma regra sobre o AUX transformando-o em Conjuntivo. Tal facto advirá, como veremos, da ordem de aplicação das transformações dos elementos PreF.

2.4.3.3. SN

$$SN \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{II sg/pl} \\ \text{III sg/pl} \end{array} \right\} \text{ em IMP: } SN \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{II sg/pl} \\ \text{III pl.} \end{array} \right\}$$

2.4.3.4 O Auxiliar

$$AUX \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{TPS} \\ \text{Modal} \end{array} \right\} \text{ em IMP: } AUX \rightarrow \text{Modal}$$

$$TPS \rightarrow \text{FUTURO} \text{ em } \left\{ \begin{array}{l} \text{NEG} \\ \text{IMP} \end{array} \right\} : AUX \rightarrow \text{Conj.}$$

$$\text{FUTURO} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \text{Pres} \\ \text{Fut} \\ \text{Conj} \end{array} \right\} \text{ em } \left\{ \begin{array}{l} \text{IMP} \\ \text{TAG} \end{array} \right\} : AUX \rightarrow \text{Pres} - \text{Modal}$$

$$\text{Modal} \rightarrow \text{Imperativo} \text{ em } \left\{ \begin{array}{l} \text{IMP} \\ \text{TAG} \\ \text{NEG} \end{array} \right\} : AUX \rightarrow \text{Conj.}$$

A partir das regras sintagmáticas apresentadas poderemos já formular uma regra de restrições:

(20)

NEG reescreve sempre $AUX \rightarrow \text{Conj.}$

condições: NEG existe em PreF

Ser aplicado antes de IMP (IMP reescreve $AUX \rightarrow \text{Modal}$, com o consequente apagamento de QUE).

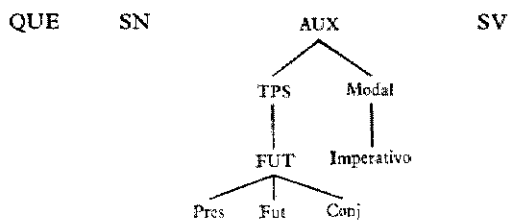
2.4.3.5. SV

Os verbos que preenchem a categoria SV da frase inferior obedecem a restrições a que já nos referimos em 1.3.

2.5 Regras para a formação das imperativas. Ordem das transformações.

2.5.1 Transformação de IMP

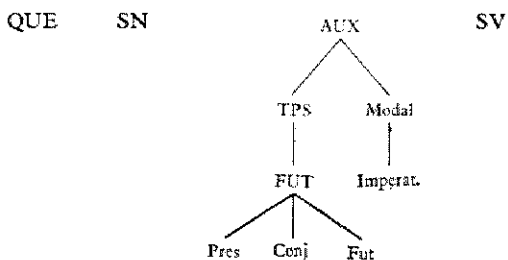
«Come!»



1	2	3	4	5	
					$\implies$ oblig.
0	0	0	4	5	

2.5.2 Transformação de NEG

«Não comas!»



1	2	3	4	5	6
1	2	3	0	0	6

aplicar-se-á, depois, a transformação de IMP.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, J. M. (1971) *The Grammar of Case, Towards a Localistic Theory*, Cambridge University Press.
- AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*, Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.
- BURT, M. (1971) *From Deep to Surface Structure. An Introduction to Transformational Syntax*, Harper and Row, publishers.
- KATZ, J. and P. POSTAL (1964) *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- KLIMA, E. S. (1964) «Negation in English» in *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*, ed. by J. A. Fodor and J. J. Katz, Prentice-Hall.
- LAKOFF, G. (1965) *On the Nature of Syntactic Irregularity* («Irregularity in Syntax», Holt, Rinehart and Winston, Inc.)
- LAKOFF, G. (1965a) Apêndice ao livro acima referido de Burt, M., Section 7: Imperative.
- LAKOFF, R. (1968) *Abstract Syntax and Latin Complementation*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- LAKOFF, R. (1969) «A Syntactic Argument for Negative Transportation», in *Papers from the Fifth Regional Meeting. Chicago Linguistic Society*, April 18-19, 1969.
- PARTEE, B. H. (1971) «On the Requirement that Transformations Preserve Meaning» in *Studies in Linguistic Semantics*, ed. by C. J. Fillmore and T. Langendoen, Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- SADOCK, J. M. (1970) «Whimperatives» in *Studies Presented to Robert Lees by his Students*, ed. by J. Sadock and A. Vanek, Linguistic Research, Inc., 1970.
- STOCKWELL, R. P. et al. (1968) *Integration of Transformational Theories on English Syntax*, The University of California, Los Angeles, California.
- ROSS, J. R. (1969) «On Declarative Sentences» in *Readings in English Transformational Grammar*, ed. by R. Jacobs and P. Rosenbaum, Boston: Ginn-Blaisdell.

Feito

SOBRE A FORMA O EM PORTUGUÊS

EDUARDO PAIVA RAPOSO

(LISBOA)

Este artigo pretende, do ponto de vista da gramática transformacional ⁽¹⁾, discutir a relação existente entre as três ocorrências das formas *o*, *a*, *os*, *as*, como «artigo definido», «pronome pessoal» (forma oblíqua) e «pronome demonstrativo». Dou seguidamente um exemplo de cada uma destas ocorrências ⁽²⁾:

- 1) *o* avião é um meio de transporte seguro
- 2) eu adoro-*a*
- 3) *o* meu carro é mais veloz que *o* do Manuel

⁽¹⁾ Este artigo requer uma certa familiarização com os conceitos teóricos desenvolvidos neste ramo da investigação linguística. Para esse efeito, além da primeira parte deste trabalho, consultar Chomsky (1957), Chomsky (1964), Chomsky (1965) e Ruwet (1967). No decorrer deste artigo, utilizarei as seguintes convenções: *Parênteses rectos* representam as matrizes sintácticas dos itens lexicais ou gramaticais; *chavetas* em certas frases indicam que os elementos dentro delas co-ocorrem livremente com o resto da frase; um asterisco antes de uma frase indica que essa frase não é gramatical; um *ponto de interrogação* antes de uma frase indica que essa frase, embora não totalmente gramatical, não é também totalmente incorrecta.

Subjacente a este artigo está a teoria de Postal (1966) sobre os pronomes, trabalho que resumo adiante (sobretudo na segunda parte), mas ao qual reenvio para uma maior compreensão deste assunto.

Quero aqui deixar expressos os meus agradecimentos às pessoas que tiveram a paciência de ler a versão preliminar deste artigo, de entre as quais destaco os meus colegas de grupo José António Meireles e Isabel Hub Faria, pelos conselhos que me deram e pelas emendas estilísticas que propuseram.

⁽²⁾ Daqui em diante, sempre que me referir à forma *o*, tenho em mente as quatro formas *o(s)*, *a(s)*. Quando não for referido especificamente se se trata da forma do pronome pessoal ou do pronome demonstrativo, é porque me refiro à forma *o* em geral, independentemente da categoria em que ocorre.

Uma gramática normativa tradicional distingue radicalmente o artigo e as duas formas do pronome, tratando cada assunto em capítulos separados. Quanto aos pessoais e aos demonstrativos, admite precisamente, num primeiro nível, que ambos são pronomes (o tratamento das duas formas costuma ser dado numa única secção ou capítulo), mas apenas para os distinguir logo a seguir, etiquetando-os com adjectivos diferentes; isto, sem apresentar razões válidas de tipo sintáctico, nem para a primeira etapa do processo, nem para a segunda: apenas vagos critérios semânticos são adiantados em favor desta bipartição.

Não conheço nenhuma descrição estruturalista publicada que tivesse abordado este assunto. No entanto, algumas investigações conduzidas há dois anos sobre os pronomes numa perspectiva estruturalista ⁽³⁾, a poucos resultados levaram. Sentia-se que existia uma relação intuitiva entre o artigo definido e o pronome demonstrativo, mas não se encontravam bases sintácticas definidas que descrevessem e justificassem essa relação. Quanto aos demonstrativos e aos pessoais, creio que uma investigação estruturalista poderia concluir que se trata realmente de uma só categoria, com base na sua distribuição complementar (ver a parte III deste artigo). Parece-me, no entanto, que isto pouco explicaria, e que seria necessário interrogar não um comportamento de superfície, mas o que já origem a esse comportamento de superfície.

A gramática transformacional, distinguindo entre uma estrutura profunda e uma estrutura de superfície, permite chegar a conclusões interessantes sobre casos como este: permite-nos compreender que, embora estas três formas tenham um comportamento superficial distinto, elas estão, em termos de estrutura profunda, intimamente relacionadas, como veremos. É uma derivação transformacional distinta para cada uma delas que produz a dissemelhança observada no seu funcionamento (embora grande parte dessa derivação seja comum, mesmo assim, a essas três formas).

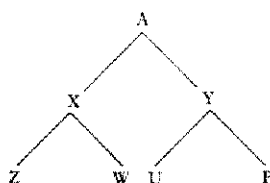
Este trabalho compõe-se de três partes: na primeira, darei um resumo muito breve dos princípios teóricos da gramática transformacional. Na segunda, apresentarei a teoria de Postal sobre os pronomes (cf. Postal (1966), que subjaz a todo este artigo, tentando justificá-la para o português. Na terceira, abordarei mais detalhadamente o estudo da forma *o*, tendo sempre como referência as hipóteses de Postal (1966).

⁽³⁾ Conduzidas pela Dr.^a Maria Helena Mateus, nas quais também tomei parte.

Veremos também que os resultados a que chegaremos constituem suporte adicional desta teoria.

I

Quinze anos de investigação em gramática transformacional foram suficientes para concluir que a gramática duma língua natural é constituída por um conjunto de regras explícitas e formais, essencialmente de dois tipos: a) regras de *reescrita* («context-free phrase structure rules»), que geram um conjunto infinito de objectivos altamente abstractos, que podemos denominar de *estruturas profundas* ou «indicadores sintagmáticos profundos» (*). Essas regras são do seguinte tipo: $A \rightarrow X + Y$; este esquema interpreta-se do seguinte modo: a categoria A expande-se ou «reescreve-se» nas categorias X e Y. As estruturas profundas resultantes da aplicação de um conjunto destas regras podem figurar-se por meio de certos diagramas, aos quais chamaremos «árvores»:

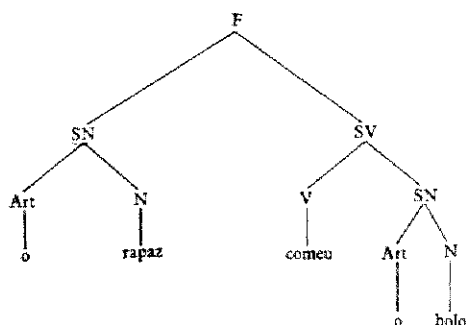


Numa língua natural, um conjunto possível destas regras seria o seguinte:

- (1) a) $F \rightarrow SN + SV$
- b) $SN \rightarrow Art + N$
- c) $SV \rightarrow V + SN$
- d) $N \rightarrow \text{mesa, rapaz, João, etc.}$
- e) $V \rightarrow \text{comer, lavar, andar, etc.}$
- f) $Art \rightarrow \text{o, a, um, etc.}$

(*) Para uma exposição detalhada e justificada da aparelhagem conceptual e formal da gramática generativa transformacional, consultar as obras referidas na nota 1.

(2)



b) regras transformacionais que, por meio de certas operações elementares, projectam um indicador sintagmático num indicador sintagmático a que chamaremos de *superfície*. Um dos resultados empíricos mais valiosos da gramática transformacional consistiu na conclusão de que todo o sentido, todo o significado de uma frase, está presente na estrutura profunda: a representação semântica obtém-se assim a partir desta estrutura profunda sintáctica, por meio de um tipo específico de regras semânticas, das quais não nos ocuparemos⁽³⁾. Uma consequência natural desta posição, é o facto de as transformações não contribuírem para o sentido das frases.

No contexto de uma gramática generativa transformacional, damos conta da relação existente entre frases distintas nas gramaticalmente relacionadas e com o mesmo significado (cuja sinonímia não é, portanto, lexical, mas sim gramatical), derivando essas frases de uma mesma ou muito semelhante estrutura profunda, por meio de transformações (ou séries de transformações) diferentes. Assim, por exemplo, a relação entre a «voz» activa e a «voz» passiva, é explicada transformacionalmente, por meio de uma *transformação PASSIVA* (que se aplica a uma estrutura profunda comum à frase activa e à frase passiva, no caso de querermos engendrar a passiva):

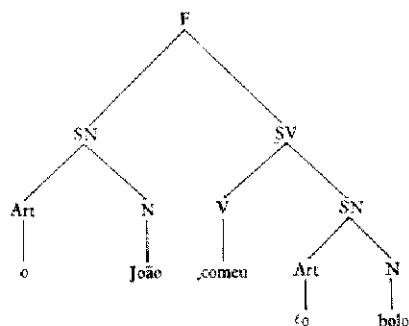
(3) o João come o bolo

(4) o bolo é comido pelo João

(³) Estas afirmações não são tão óbvias como isso: presentemente, certos gramáticos pretendem que a estrutura de superfície também é relevante para a interpretação semântica. Mas não entraremos com esses dados neste trabalho.

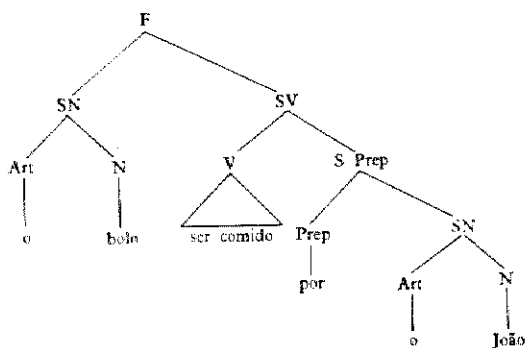
Derivamos assim (3) e (4) de uma mesma estrutura profunda, (5), com o auxílio de certas transformações (como se pode ver, a estrutura subjacente a (3) está muito «próxima» da estrutura profunda, sendo necessárias apenas certas transformações muito simples para a engendrar) (6):

(5)



A transformação PASSIVA aplicada a este indicador produzirá:

(6)



Como podemos ver, a transformação teve como efeito inverter o sujeito e o objecto de «comer», acrescentar «ser» e o particípio passado ao verbo «comer», e introduzir a preposição «por». (7).

(6) Todas as árvores apresentadas no decorrer deste trabalho serão extremamente simplificadas. Apenas aquilo que estiver em estudo será mais detalhado.

(7) Esta formulação da transformação PASSIVA, tal como foi apresentada, não é correcta. Pretende ter apenas valor exemplificativo.

II

1 — Os «*pronomes*» como artigos ⁽⁸⁾: Postal propõe que se considerem os pronomes como artigos, mais especificamente, artigos definidos. Em estrutura profunda, os artigos (e portanto os «*pronomes*»), não estão representados segmentalmente, mas sim como feixes de traços sintácticos nas matrizes dos nomes ⁽⁹⁾. Estes traços sintácticos só posteriormente são introduzidos segmentalmente, por intermédio de certas transformações (transformações de SEGMENTALIZAÇÃO). Seguidamente, aqueles artigos que em estrutura de superfície acabarão como «*pronomes*», também transformacionalmente, ganham o estatuto de Nomes. Este estatuto é, portanto, derivado. Veremos mais adiante os processos concretos desta derivação.

Esta hipótese tem como pressuposto fundamental o seguinte: os elementos terminais das estruturas profundas sintácticas, os morfemas, *não* são símbolos atômicos não analisáveis. São antes constituídos por matrizes complexas de traços fonológicos, sintácticos e semânticos. Alguns dos traços relevantes para os nomes são os seguintes (na perspectiva deste estudo, claro, e apresentando apenas traços sintácticos): [$\pm$ Animado], [$\pm$ Humano], [$\pm$ Masculino], [$\pm$ Singular], [$\pm$ 1.^a pessoa ($\pm$ I)], [$\pm$ 2.^a pessoa ($\pm$ II)], [$\pm$ 3.^a pessoa ($\pm$ III)], [$\pm$ Pronome ($\pm$ Pro)], [$\pm$ Reflexivo ($\pm$ Refl)], [$\pm$ Definido ($\pm$ Def)], [$\pm$ Demonstrativo ($\pm$ Dem)], [$\pm$ Perto], [$\pm$ Longe]. Os artigos, em vez de serem considerados segmentos terminais na estrutura profunda, co-ocorrendo com os nomes, estão, nesta hipótese, representados por um subconjunto dos traços do nome ([$\pm$ Def], [$\pm$ Dem], etc.) ⁽¹⁰⁾. (Os diagramas que apresento a seguir representam as duas posições opostas quanto à natureza profunda dos artigos.)

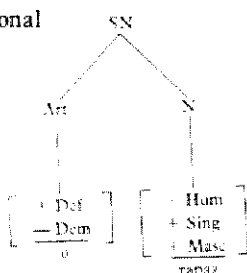
(8) Não resumo o artigo de Postal detalhadamente, mas apenas as suas linhas principais. Para mais pormenores, cf. Postal (1966). Por outro lado, introduzo certos pontos não tratados por este autor, ou desenvolvo outros apenas aflorados por ele, devido a serem absolutamente necessários à terceira parte deste trabalho.

(9) Sobre a utilização dos traços distintivos em sintaxe, cf. Chomsky (1965).

(10) A hipótese de Postal de que não existe, em estrutura profunda, um nó ART (ou DETerminante), tem sido várias vezes posta em causa, sem que isso afecte a hipótese mais geral de que os pronomes nascem como artigos. Embora siga aqui essa hipótese (que não existe tal nó em estrutura profunda) por me parecer que implica um grau menor de complexidade na gramática, apresento na terceira parte um problema que depõe ligeiramente contra ela, mas cuja resolução também é fácil nesta perspectiva.

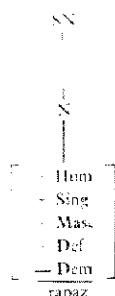
(7)

posição tradicional



(8)

hipótese de Postal



O problema, agora, é construir uma combinatória adequada destes traços, mais um conjunto de restrições que governem essa combinatória, de modo a podermos distinguir entre os vários tipos de artigos (incluindo, portanto, os pronomes).⁽¹⁾ O traço $[\pm \text{Dem}]$ servirá para distinguir as formas *este*, *esse*, *aquele* (que, na nossa óptica, são considerados artigos), com o valor +, do simples artigo definido, com o valor —. O traço $[\pm \text{Def}]$ distingue os demonstrativos e os definidos, analisados como $[+ \text{Def}]$, dos artigos indefinidos, $[- \text{Def}]$. Os traços $[\pm \text{Perto}]$ e $[\pm \text{Longe}]$ distinguem as três formas dos demonstrativos, da seguinte maneira:

$$\begin{bmatrix} + \text{Dem} \\ + \text{Perto} \\ - \text{Longe} \end{bmatrix} : \textit{este}; \quad \begin{bmatrix} + \text{Dem} \\ - \text{Perto} \\ - \text{Longe} \end{bmatrix} : \textit{esse}; \quad \begin{bmatrix} + \text{Dem} \\ - \text{Perto} \\ + \text{Longe} \end{bmatrix} : \textit{aquele}$$

Os pronomes de superfície são artigos, originados a partir de nomes analisados como contendo o traço $[+ \text{Pro}]$, que pode existir directamente em estrutura profunda, ou ser posteriormente introduzido por transformação, como veremos. Postal demonstrou convincentemente que, na base de todos os artigos-futuros pronomes pessoais de superfície, está o traço $[+ \text{Def}]$ e, por vezes, o traço $[- \text{Dem}]$. Se uma determinada matriz,

⁽¹⁾ A hipótese de uma teoria das restrições sobre a combinatória dos traços sintácticos foi-me sugerida por J. A. Meireles. Infelizmente, para além das restrições banais apresentadas no texto, não tenho ideia nenhuma de quais devem ser as linhas orientadoras de tal estudo.

em determinada etapa de uma derivação, for especificada como [+ Pro], isso implicará automaticamente a introdução daqueles traços (na terceira parte veremos que esta formulação não é inteiramente correcta).

Importante para este trabalho é a distinção entre as duas possíveis introduções do traço [+ Pro] nas matrizes dos nomes: uma introdução directamente na estrutura profunda, e uma introdução transformacional (derivativa). Esta diferença é exigida pela ambiguidade de frases como (9):

- (9) o rapaz disse que ele iria ao aeroporto

Esta frase é, de facto, ambígua da seguinte maneira: numa leitura, *ele* refere-se a uma qualquer pessoa (que não a «o rapaz»), da qual se afirma estar disposta a ir ao aeroporto: neste caso, o traço [+ Pro] é directamente introduzido na estrutura profunda (o pronome diz-se *deictico*); noutra leitura, *ele* refere-se a «o rapaz»: nessa leitura, a estrutura profunda de (9) será qualquer coisa como:

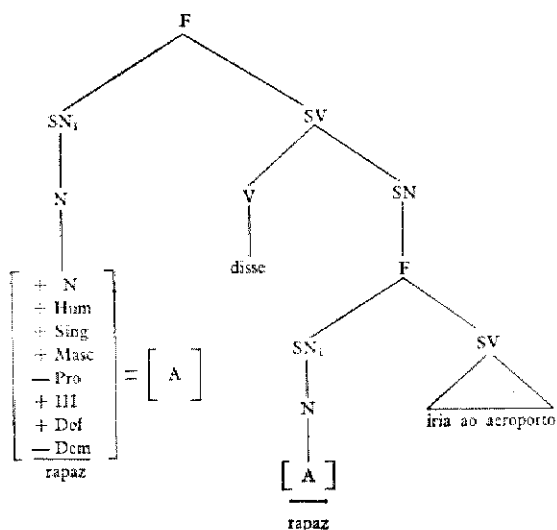
- (10) [o rapaz]_i disse que [o rapaz]_i iria ao aeroporto

(em que os índices indicam *identidade de referência* ou *coreferência*)⁽¹²⁾. Neste caso, é uma transformação (PRONOMINALIZAÇÃO), que introduz o traço [+ Pro] na matriz da segunda ocorrência de «rapaz» (o pronome, diz-se *anafórico*).

(12) A coreferência indica, como se deve calcular, identidade extra-linguística. Além de, portanto, ser exigido que as duas ocorrências do sintagma nominal se refiram à mesma entidade extra-linguística, é necessário também que sejam formalmente idênticos. A questão do tipo de identidade requerido para que certas transformações possam actuar (PRONOMINALIZAÇÃO, por exemplo) é dos mais discutidos e problemáticos assuntos que a teoria gramatical tem de enfrentar hoje em dia. Entre os muitos problemas que o assunto levanta está precisamente o da coreferência, ou identidade de referência. A referência é indicada em estrutura profunda por meio de índices nos sintagmas nominais. Se dois sintagmas nominais forem coreferentes, receberão um índice igual. Deste modo, as transformações que dependem da coreferencialidade poderão aplicar-se facilmente depois de verificarem se os índices dos sintagmas nominais relevantes são idênticos ou não; regressarei a este problema na terceira parte, a propósito de um certo processo de Prenominalização. Para um estudo mais aprofundado, cf. Lakoff (1966).

Exemplifiquemos estas operações transformacionais descritas com uma derivação concreta, aproveitando para as explicar mais detalhadamente. consideremos a segunda leitura de (9), isto é, aquela cuja estrutura profunda é, grosseiramente, (10) (preocupar-me-ei apenas com as derivações dos dois sintagmas nominais idênticos):

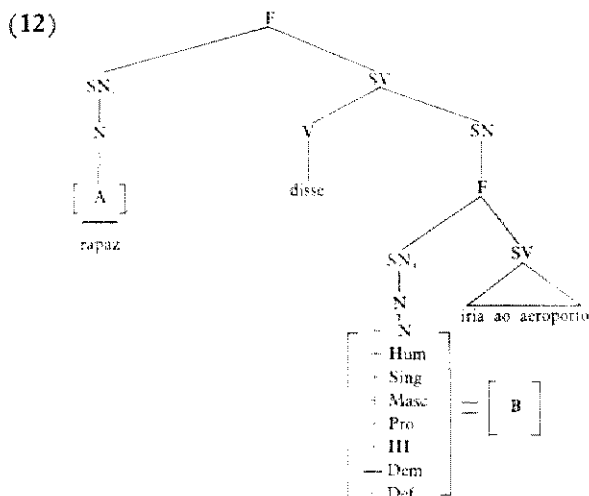
(11) Estrutura profunda de (9)



nominal, visto que a descrição estrutural e as condições sobre essa descrição se encontram satisfeitas: ambas as matrizes relevantes para o PRONOMINALIZAÇÃO começa por actuar sobre o segundo sintagma processo são dominadas por um nó SN, os dois nós SN *não* se encontram dominados pelo mesmo nó F (se assim fosse, não se daria PRONOMINALIZAÇÃO, mas sim REFLEXIVIZAÇÃO), e ambos são idênticos formal e referencialmente. Esta transformação introduz o traço [+ Pro] na segunda ocorrência da matriz «rapaz».

A transformação seguinte, DESFINITIZAÇÃO, especifica a mesma matriz com os traços [+ Def] e [— Dem], sujeita à condição de ter

havido uma prévia especificação transformacional do traço [+ Pro] ⁽¹³⁾. Resultando da aplicação destas duas transformações, obtemos:



Seguidamente, a transformação de INSERÇÃO do ARTIGO, uma transformação de segmentalização, pega em certos traços da matriz do nome (precisamente aquele subconjunto de traços do nome que definem o tipo de artigo), copia-os e adiciona-lhes um novo traço, [+ Art],

⁽¹³⁾ A justificação de DESFINITIZAÇÃO, apresentada por Postal, é a seguinte:

Só SNs *definidos* podem aparecer como sujeitos das seguintes frases:

- (i) este livro é do João
- (ii) a camisola é do Antônio
- (iii) *uns livros são do João
- (iv) *uma camisola é do Antônio

Ora estas frases podem receber, como sujeitos, pronomes pessoais:

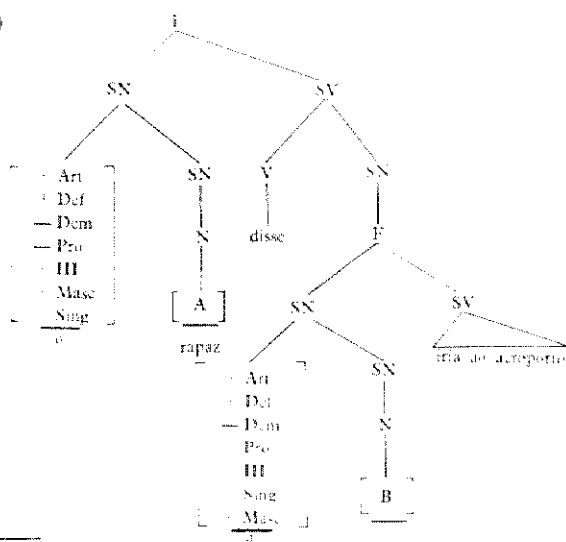
- (v) Ele é do João
- (vi) ela é do Antônio

Logo, os pronomes pessoais são definidos.

O traço [+ Pro] não é, a bem dizer, introduzido: é o sinal — do traço, presente na matriz [A], que é convertido em +. Quanto aos traços [+ Def] e [— Dem], a transformação de DESFINITIZAÇÃO tem, neste caso, como se pode ver, uma aplicação vazia, visto que esses traços já se encontram especificados na matriz [A].

introduzindo um novo segmento na estrutura ⁽¹⁴⁾. Esta transformação tem de obedecer a uma importante condição, que é a seguinte: o novo segmento tem de ser introduzido numa configuração de «Chomsky-adjunção» ao sintagma nominal ⁽¹⁵⁾. Esta transformação, como é óbvio, aplica-se aos dois sintagmas nominais (ambos possuem um subconjunto de traços que definem um artigo):

(13)



(14) *Precisamente* que traços é que são copiados, ignoro. É assunto que tem de ser objecto de um estudo mais aprofundado. Parece correcto, pelo menos, assumir que o novo segmento criado contém aquele subconjunto de traços especificamente definidores do tipo de artigo, assim como um traço que indique que se trata de um item gramatical, e não lexical, e um que especifique de que item lexical é que deriva. Veremos na terceira parte do trabalho alguns problemas desta transformação, um dos quais diz respeito à cópia do traço [$\pm$ Pro].

(13) Diz-se que um elemento B é Chomsky-adjunto a um elemento A se, como resultado da operação de adjunção uma das seguintes configurações surgir:



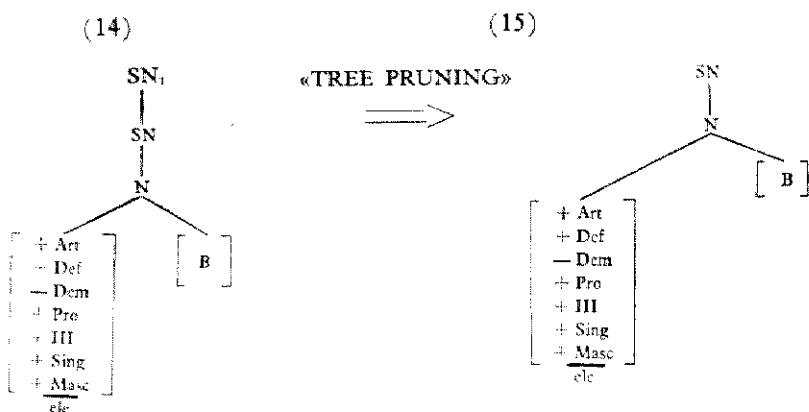
Isto é, um novo nó A é criado que domina o antigo nó A e o nó B que lhe foi adjunto.

Na terceira parte deste trabalho será dada uma justificação para esta formulação da transformação de **INSERÇÃO DO ARTIGO**. Ainda uma segunda condição terá de ser introduzida na formulação desta transformação. Também na terceira parte veremos qual e porquê.

A primeira matriz encabeçada pelo traço [+ Art] realiza-se como *o*, visto que temos $\begin{bmatrix} + \text{ Def} \\ - \text{ Dem} \\ - \text{ Pro} \\ + \text{ III} \end{bmatrix}$; a segunda matriz realiza-se como *ele*, visto

que os traços, neste caso, são $\begin{bmatrix} + \text{ Def} \\ - \text{ Dem} \\ + \text{ Pro} \\ + \text{ III} \end{bmatrix}$ ⁽¹⁶⁾.

A derivação do primeiro sintagma nominal está terminada. O segundo terá de sofrer ainda algumas transformações para ser obtida a sua forma de superfície correcta. A transformação de LIGAÇÃO DO ARTIGO dá ao artigo *ele* o estatuto de nome. Esta transformação é aplicável a todo o artigo cujo nome que o segue seja analisado como contendo o traço [+ Pro], e tem como efeito colocar a matriz iniciada por [+ Art] sob a dominação do nó N seguinte (consideramos agora apenas o segundo SN):

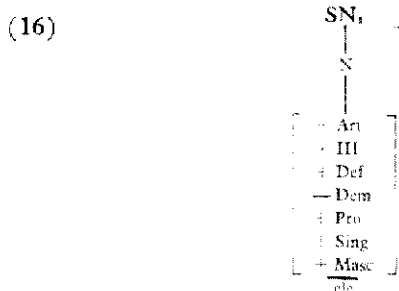


(16) Para que *ele* seja a forma escolhida, não basta simplesmente que a matriz do artigo contenha os traços $\begin{bmatrix} + \text{ Def} \\ - \text{ Dem} \\ + \text{ Pro} \\ + \text{ III} \end{bmatrix}$; é necessário que o sintagma nominal que

se considera não seja o antecedente duma construção relativa (nesse caso, o artigo realizado seria *o*). Considerarei com mais cuidado este problema na terceira parte.

(14) é convertido em (15) por uma regra da Teoria Linguística Geral, denominada em inglês «tree pruning», e que tem como uma das suas funções apagar todos os nós que dominem exclusivamente nós idênticos.

Finalmente, dá-se a queda do segmento [B], isto é, do elemento que foi pronominalizado. Os traços $\begin{bmatrix} +N \\ +Pro \end{bmatrix}$ são os que desencadeiam esta operação. Denominaremos esta transformação de QUEDA DO PRONOME.



Acabámos portanto de analisar um conjunto de operações necessárias à *derivação interna do sintagma nominal*. Observámos também, implicitamente, que essas transformações têm de ser ordenadas: assim, DESFINITIZAÇÃO tem de aplicar-se depois de PRONOMINALIZAÇÃO, visto que esta última operação introduz um traço que está condicionado por uma combinatória específica com outros traços, que terão conseqüentemente, de ser introduzidos posteriormente por DESFINITIZAÇÃO; estas duas operações terão de preceder INSERÇÃO DO ARTIGO, visto que qualquer delas introduz traços que vão decidir do tipo de artigo a realizar. LIGAÇÃO DO ARTIGO seguirá, obviamente, INSERÇÃO DO ARTIGO, visto exigir um segmento já existente, que é criado por esta última transformação. Finalmente, LIGAÇÃO DO ARTIGO deve preceder QUEDA DO PRONOME, porque se a ordem inversa fosse tentada, o contexto necessário a LIGAÇÃO DO ARTIGO (a existência de um nó N ao qual é ligado) seria destruído (a aplicação de QUEDA DO PRONOME implicando automaticamente o apagamento do nó N, visto que este passaria a não dominar nenhum elemento).

Temos assim, na base do exemplo apresentado, a seguinte *ordem transformacional*: 1.º) PRONOMINALIZAÇÃO; 2.º) DESFINITIZAÇÃO; 3.º) INSERÇÃO DO ARTIGO; 4.º) LIGAÇÃO DO ARTIGO; 5.º) QUEDA DO PRONOME.

Esta é a ordem transformacional apresentada por Postal, com base no tipo de PRONOMINALIZAÇÃO descrito acima (de agora em diante, PRONOMINALIZAÇÃO FORTE). Como veremos na terceira parte deste trabalho, esta ordem não dá conta de um outro tipo de PRONOMINALIZAÇÃO que será estudado mais detalhadamente (PRONOMINALIZAÇÃO FRACA), e de certos fenómenos que envolvem a coreferencialidade. Terá portanto de ser modificada, não só de modo a dar conta desses novos fenómenos, mas também de tal maneira que explique os casos que a primeira ordenação explicava.

2 — Até agora, apresentei apenas teoricamente uma hipótese de estrutura profunda e certas transformações que produzem as derivações correctas de frases da língua portuguesa que contêm artigos ou pronomes pessoais. Mas qual é a motivação empírica que nos leva a este aparato teórico? Porquê considerar os pronomes como artigos, e não directamente engendrados pelo nó N? ou melhor, porquê esse desvio de os fazer sair do nó N onde se encontravam primeiramente sob a forma de traços sintácticos (ainda que esses traços fossem especificamente definidores de artigos), criando um segmento distinto que os contenha, um segmento de artigo, para depois os fazer voltar ao seu lugar primitivo, isto é, sob o domínio do nó N? Haverá factos na língua que nos permitam esta derivação aparentemente artificial, e os mecanismos transformacionais que pressupõe? É o que vou tentar analisar ainda neste número 2 da segunda parte. Na parte seguinte, em conjunção com o estudo da forma *o*, apresentarei outros factos que me parecem igualmente apoiar esta hipótese.

a) Existem na língua certas construções em que os «chamados» pronomes pessoais da 1.^a ou 2.^a pessoa podem aparecer nos mesmos contextos em que aparecem os artigos: ⁽¹⁷⁾

- (17) nós estudantes temos os nossos direitos a defender
- (18) vocês prisioneiros que tentaram escapar, dêem um passo em frente
- (19) tu João vem cá
- (20) vocês sargentos façam quinhentas vezes o pino; vocês cabos cinco mil flexões

(¹⁷) Esta é a maior motivação de Postal para a análise que propõe; como veremos em b), c), e d), para o português parece-me haver ainda motivações mais fortes.

O problema com este tipo de frases, é que poderia ser argumentado, mesmo em termos transformacionais, que uma derivação a partir de construções relativas apositivas seria mais natural do que considerar os pronomes como artigos definidos. Assim, teríamos, por exemplo, sub-subjacente a (17):

- (21) nós, que somos estudantes, temos os nossos direitos a defender

Se derivarmos (17) a partir de (21) não precisamos, de facto, de considerar *nós* em (17) como um artigo: a sua posição naquele contexto não é básica, mas sim derivada, a partir de certas transformações que modificam (21). Há casos, a bem dizer, em que esta hipótese parece bastante plausível, e em que o problema de saber qual das duas estruturas básicas escolher (o «pronome» como artigo ou como antecedente duma relativa apositiva modificada) não tem ainda uma solução clara. No entanto, há outras frases, como (18), (19) e (20) ((18) e (20), pelo menos numa das suas possíveis leituras), em que a derivação por meio de relativa apositiva não me parece de modo nenhum possível.

Em relação a (19), para já, podemos pôr de parte essa hipótese, visto que (22) é nitidamente não gramatical:

- (22) * tu, que és o João, vem cá

Quanto a (18) e a (20), considerem-se duas possíveis situações nas quais estas frases poderiam ser pronunciadas:

1.^a situação: em (18), um guarda duma prisão fala a um grupo de prisioneiros. *Todos* os componentes desse grupo foram precisamente os homens que tentaram escapar: Em (20), um tenente, por exemplo, fala a dois grupos *separados*: um formado por sargentos, e outro por cabos; dirige-se primeiro aos sargentos e seguidamente aos cabos. Neste caso, (18) e (20) admitem um sentido que pode ser devidamente caracterizado por uma relativa apositiva:

- (23) vocês, que são os prisioneiros que tentaram escapar, dêem um passo em frente
(24) vocês, que são sargentos, façam quinhentas vezes o pino;
vocês, que são cabos, cinco mil flexões

2.^a situação: o grupo de prisioneiros é mais vasto e contém *alguns* homens que tentaram escapar. O guarda dirige-se ao grupo. Os sargentos e os cabos formam apenas *um grupo*, ao qual o tenente dá ordens.

É óbvio que, nesta segunda situação, não é possível o uso de uma relativa apositiva: em (18), isso significaria que não haveria diferenciação no grupo de prisioneiros; em (20), que os homens seriam ao mesmo tempo cabos e sargentos... Parece claro que, aqui, a única conclusão, é o que os sintagmas nominais superficiais «você^s prisioneiros», «você^s sargentos», «você^s cabos», «tu João», devem ser derivados de nomes subjacentes que contêm os traços [— Pro], [+ Def], [— Dem] e que, no entanto, contêm o traço [+ I] ou [+ II]. Nestas sequências, portanto, encontramos os chamados pronomes «você^s», «tu» (e talvez «nós» — mas cf. o que foi dito acima) como *artigos* em *estrutura de superfície*. Este facto, pela hipótese de Postal, é muito facilmente explicável: os traços distintivos que definem o artigo (entre os quais se encontrará o traço de *peessoa*) são copiados e introduzidos num novo segmento (com o novo traço [+ Art]), por INSERÇÃO DO ARTIGO; como as condições necessárias para as outras duas transformações se aplicarem não são satisfeitas (o nome seguinte não contém o traço [+ Pro]), a derivação termina neste ponto: os «pronomes», neste caso, começam como artigos e *acabam* como artigos.

b) ⁽¹⁸⁾ Se os pronomes fossem realmente nomes em estrutura profunda, não haveria nenhuma razão plausível para a não gramaticalidade das sequências: *o *ele*, *o *aquêle*, *um *esse*, etc. Por outro lado, essa não gramaticalidade é facilmente explicável se considerarmos os pronomes como artigos, visto que dois artigos nunca podem seguir-se: *o *um*, *uma *a*, *o *o*, etc. Em termos de traços sintácticos, esta situação decorre do facto de nenhum traço poder ocorrer duas vezes na mesma matriz, nem com o mesmo valor, nem com um valor diferente: isto é, qualquer destas duas configurações não pode ser admitida:

$$* \begin{bmatrix} + \text{Def} \\ + \text{Def} \end{bmatrix} ; * \begin{bmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Def} \end{bmatrix} .$$

⁽¹⁸⁾ Os argumentos b), c) e d) não são apresentados por Postal. Alguns deles são específicos para o português.

Teríamos também de admitir que uma mesma transformação (aqui, INSERÇÃO DO ARTIGO) se aplicaria duas vezes seguidas à mesma estrutura, o que seria um caso excepcional na teoria da gramática transformacional.

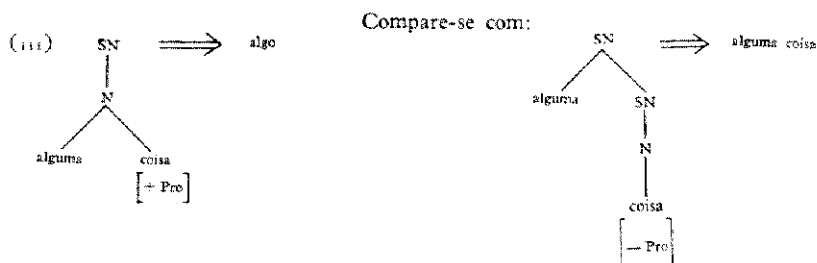
Por outro lado, um «pronome» ou um artigo podem ocorrer nas mesmas posições, nos seguintes paradigmas, mas nunca um nome:

- (25) $\left\{ \begin{array}{l} \text{ele} \\ \text{o} \end{array} \right\}$ próprio veio cá
 (26) nós mesmos comemos o bolo
 (27) os mesmos comeram o bolo
 (28)* $\left\{ \begin{array}{l} \text{João} \\ \text{rapaz} \end{array} \right\}$ próprio veio cá ⁽¹⁹⁾

(¹⁹) Poderia ser argumentado que, além dos artigos comuns, as formas pronominais também poderiam aparecer no contexto — *mesmo* ou — *próprio*, e que não seria necessário postular por causa disso que os pronomes são artigos. Mas note-se que o pronome *algo* não pode aparecer nesse contexto, assim como o pronome *alguém*:

- (i) *algo mesmo que o enterneceu também me enterneceu
 (ii) *alguém próprio veio cá

Este facto não é explicado pela gramática tradicional, mas é-o facilmente na nossa perspectiva. De facto, há suficientes razões para não considerarmos *algo* e *alguém* apenas como artigos que tivessem ganho o estatuto de nomes, tal como os outros pronomes. Assim, depois da transformação de LIGAÇÃO DO ARTIGO se aplicar, creio que QUEDA DO PRONOME não se aplica, e que o artigo se funde com o nome seguinte, analisado como [+Pro]. Proponho como estrutura intermédia da palavra *algo* a seguinte (para *alguém* basta substituir «coisa» por «pessoa»):



Por outro lado, (*), se não é muito corrente, é bastante aceitável:

- (*) ?alguma mesma ferida que costuma torturar os poetas está neste momento a torturar aquele que está ali a declamar

em que o artigo *alguma* aparece no contexto — *mesmo*

c) Muito interessante para a nossa hipótese é o comportamento dos «tradicionais» pronomes demonstrativos *este*, *esse*, *aquele*, que podem aparecer, em sintagmas nominais de superfície, tanto em contextos de «artigo» como de «pronome»:

- (29) a) { *aquele* } rapaz é meu primo ⁽²⁰⁾
 b) { o }
 (30) a) { *aquele* } é meu primo
 b) { ele }

Em (29), é nítido que *aquele* funciona exactamente como o artigo *o*. Em (30), *aquele* entra num paradigma com *ele*.

(30a), por outro lado, é equivalente a:

- (31) aquele «tipo» é meu primo
 (32) aquela pessoa é meu primo

Intuitivamente, somos levados a supor que *aquele* determina, em (30a), um elemento pronominal abstracto que, estando contido na estrutura profunda da frase, é posteriormente apagado. A realização concreta da língua que melhor traduz esse elemento pronominal abstracto é a palavra «pessoa», ou ainda a palavra «tipo» (num dialecto mais comum), que por vezes efectivamente funcionam como pronomes (*verdadeiros* pronomes e não artigos - «pronomes pessoais», entenda-se). (31) e (32), equivalente a (30a), demonstram que esta afirmação é verdadeira. Ora, *aquele*, em (31) ou (32), funciona exactamente como em (29a), isto é, como artigo. A única diferença é que a estrutura profunda do sintagma nominal de (29a) contém o traço [$-$ Pro] e um elemento lexical concreto, «rapaz», enquanto que a estrutura profunda de (30a) contém o traço [$+$ Pro] e um elemento lexical abstracto. Dadas as condições de recuperabilidade da estrutura profunda (Chomsky (1964) ⁽²¹⁾), o elemento pronominal subjacente a (30a) pode ser apagado, pela trans-

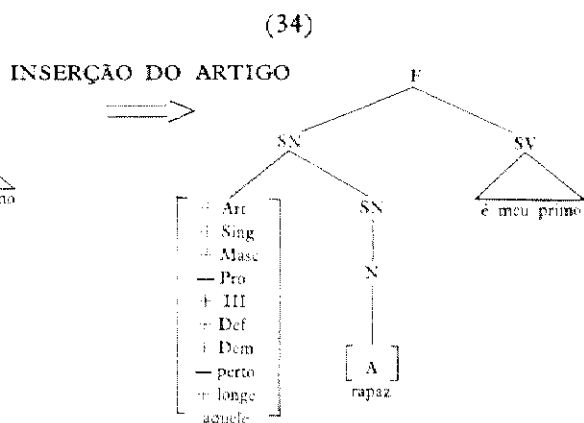
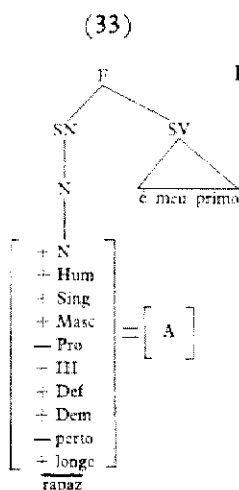
⁽²⁰⁾ A afirmação da gramática tradicional de que *aquele*, em (29), seria um adjetivo, parece-me enganadora. Neste contexto, *aquele* funciona nitidamente como um artigo.

⁽²¹⁾ «Uma transformação pode apagar um elemento apenas se ele for o elemento representativo duma categoria, ou se a condição estrutural que define essa transformação específica que o elemento apagado é estruturalmente idêntico a outro elemento da série transformada. Um elemento apagado é, portanto, sempre recuperável». Cf., para mais detalhes, Chomsky (1964).

formação de QUEDA DO PRONOME, depois do artigo *aquele* ter ganho o estatuto de nome por meio de LIGAÇÃO DO ARTIGO. Ora, o comportamento de *aquele*, em (30), é paralelo ao de *ele*; portanto, se queremos dar à gramática algum grau de generalidade, será necessário derivar as duas formas do mesmo modo⁽²²⁾.

Vou representar, para mais fácil compreensão, os diagramas que figuram as derivações de (29a) e de (30a) (mais uma vez omitindo certos detalhes que não nos interessam):

Derivação de (29a)

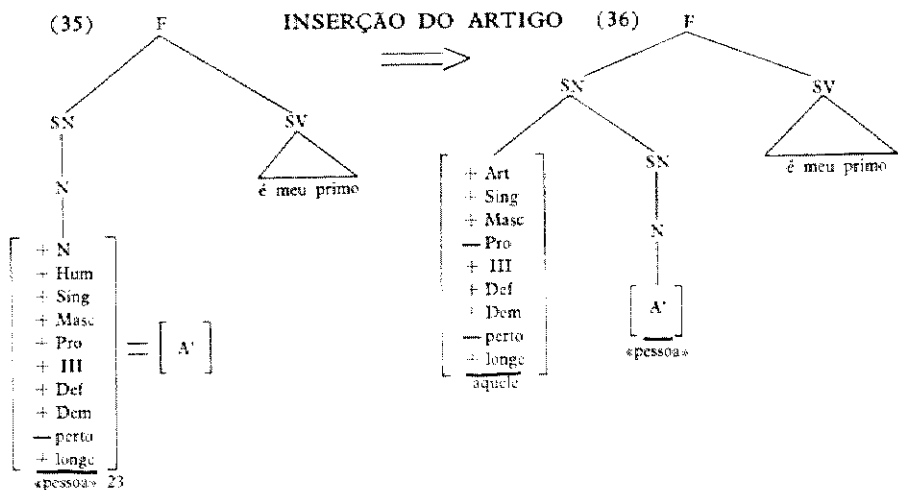


Neste caso, apenas foi necessário aplicar a simples transformação de INSERÇÃO DO ARTIGO. A derivação com *o* seria semelhante, salvo

(22) J. A. Meireles (comunicação pessoal), sugeriu-me que derivasse *aquele* a partir da sequência *o que está ali*, *esse* a partir de *o que está aí*, *este* a partir de *o que está aqui*. Se esta hipótese simplificaria consideravelmente certos aspectos da gramática, levanta problemas ainda não resolvidos, por isso não a consideramos aqui. Repare-se que, assim, explicaríamos a não gramaticalidade de **aquele que está aqui*, visto que não podemos ter **o que está ali* e *que está aqui*, mas que não conseguiríamos perceber muito bem a possibilidade de *aquele que está ali*, pois teríamos de ter, na base, uma redundância: **o que está ali* e *que está ali*. Por outro lado, os traços [$\pm$ Longe], [$\pm$ Perto], teriam de ser inerentes aos advérbios *aqui*, *aí*, *ali*, mas, no entanto, precisaríamos deles também para caracterizar as formas derivadas *este*, *esse*, *aquele*. Estes são alguns dos problemas inerentes à hipótese proposta e que ainda não estão resolvidos. Da sua solução dependerá a aceitabilidade da hipótese.

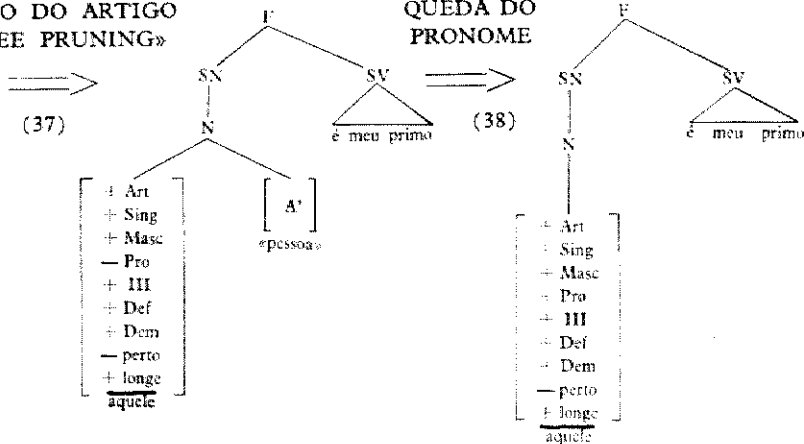
no que diz respeito aos traços escolhidos na estrutura profunda de «rapaz», distintivos de α : $\left[\begin{smallmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{smallmatrix} \right]$, em combinação com o traço $[- \text{Pro}]$ do nome.

Derivação de (30a)



Neste caso, a matriz $[\text{A}']$ é analisada como contendo os traços $\left[\begin{smallmatrix} + \text{N} \\ + \text{Pro} \end{smallmatrix} \right]$: logo as duas transformações que se seguem na lista ordenada aplicam-se:

LIGAÇÃO DO ARTIGO
E «TREE PRUNING»



(32) Realmente, a matriz $[\text{A}']$ deveria ser representada mais abstractamente, sem matriz fonológica (note-se que, convencionalmente, tenho substituído as ma-

A derivação com *ele* seria semelhante, excepto, como anteriormente, no que diz respeito à escolha dos traços distintivos do artigo em estrutura profunda (na matriz do elemento pronominal «pessoa»): os traços $\left[\begin{array}{l} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{array} \right]$, em combinação com o traço $[+ \text{Pro}]$ do nome, realizariam a forma *ele*.

d) A identidade fonológica entre o artigo definido *o* e o pronome pessoal oblíquo *o* é mais um ponto a favor da hipótese de Postal, tanto mais que me parece existirem razões para se considerar a forma *o* como a forma básica do pronome (e este *o* não é mais do que o artigo definido, mas isso veremos na terceira parte), e não *ele*.

III

Nesta terceira parte do trabalho vou estudar mais detalhadamente a forma *o* nas suas três ocorrências (artigo definido, pronome pessoal e pronome demonstrativo) ⁽²⁴⁾.

Começarei por considerar os casos em que o traço $[+ \text{Pro}]$ é directamente introduzido na estrutura profunda pelas regras de base (e em que, portanto, os pronomes resultantes são deícticos). Seguidamente, passarei à análise dos casos em que o traço $[+ \text{Pro}]$ é introduzido por transformação, originando pronomes anafóricos. Veremos que os fenómenos que envolvem todo o processo de Pronominalização são, na realidade, muito mais complexos do que se tinha pensado na segunda parte ⁽²⁵⁾.

trizes fonológicas por representações ortográficas). No entanto, «pessoa» parece-me a palavra mais adequada, visto que funciona muitas vezes como pronome na língua — neste caso, como verdadeiro elemento $[+ \text{Pro}]$, não como artigo-«pronome».

⁽²⁴⁾ Daqui em diante, um índice P será associado à forma *o* quando me referir ao pronome pessoal, e um índice D quando me referir ao pronome demonstrativo.

⁽²⁵⁾ Recordemos as condições de PRONOMINALIZAÇÃO, descrevendo de novo a transformação: PRONOMINALIZAÇÃO exige para operar, dois SNs idênticos lexical e referencialmente, e que não se encontrem dominados pelo mesmo nó F (isto é, que não se encontrem dominados pelas mesmas frases simples). Um destes SNs, em determinadas condições que não vou apresentar aqui, provoca a introdução do traço $[+ \text{Pro}]$ na matriz do outro SN, que mais tarde se converterá num «pronome», pelo processo que tem sido analisado neste trabalho. (Algumas das condições de PRONOMINALIZAÇÃO acima indicadas serão modificadas no decorrer deste trabalho).

Mais especificamente, tentarei demonstrar, baseando-me no trabalho de Postal já citado, mas modificando-o em certos pontos importantes, que σ_D e σ_P são na verdade *artigos definidos* cujo nome seguinte foi apagado, ganhando assim um estatuto de pronomes. Mais ainda, tentarei demonstrar, apresentando dados concretos, que, em determinada etapa da sua derivação, antes de ganharem o estatuto de pronomes, estas formas podem aparecer realizadas em frases concretas, comportando-se *realmente* como artigos definidos. Este facto, aliás, acarretará consequências teóricas importantes na formulação da ordem das transformações dada anteriormente. Procurarei também argumentar que a forma básica do pronome pessoal da terceira pessoa é *o* e não *ele*, e que esta última forma não é mais do que uma variante supletiva do artigo definido. Subjacente a algumas destas análises está o conceito de coreferência. Reenvio portanto o leitor à nota 12.

1 — Já vimos que era necessário permitir uma introdução directamente na base do traço [+Pro] para darmos conta correctamente da ambiguidade de frases como (9), que reproduzo aqui:

(9) o rapaz disse que ele iria ao aeroporto

Esta introdução directamente na base explica portanto os casos em que o pronome não tem nenhum antecedente na frase. Um exemplo sem ambiguidade será o seguinte:

(39) ele saiu

As seguintes frases são determinantes quanto ao comportamento distinto de σ_P e de σ_D (26):

(40) eu insultei-o

(41) *eu insultei-o que me sujou o tapete

(26) σ_P distingue-se de σ_D por «cliticizar», formando com o verbo uma unidade fonética e acentual, ao contrário de σ_D . Sofre consequentemente a transformação de COLOCAÇÃO DE CLÍTICA.

Repare-se no contraste:

- (i) eu digo isto porque *a* amo
- (ii) *eu digo isto porque *a* que tem cabelos compridos amo
- (iii) *eu digo isto porque amo-*a*
- (iv) eu digo isto porque amo *a* que tem cabelos compridos

Para um estudo detalhado dos problemas relativos aos pronomes clíticos, cf. Perlmutter (1968). Distinguirei os dois pronomes ortograficamente pelo uso normal do traço de união no caso do pronome pessoal.

- (42) * eu insultei o
- (43) eu insultei o que me sujou o tapete
- (44) * eles que não leram o Chomsky levam pancada
- (45) os que não leram o Chomsky levam pancada
- (46) * os levam pancada
- (47) eles levam pancada

A 1.^a conclusão a tirar é que a existência ou não existência de uma oração relativa restritiva tendo como aparente antecedente o pronome, é essencial para a decisão de qual dos pronomes se realiza: os vazios deixados pela não gramaticalidade de (41) e de (44) são preenchidos, respectivamente, por (43) e por (45); isto é, enquanto que o pronome «pessoal» não admite configurações relativas, o pronome «demonstrativo» só se realiza quando tal construção está presente⁽²⁷⁾.

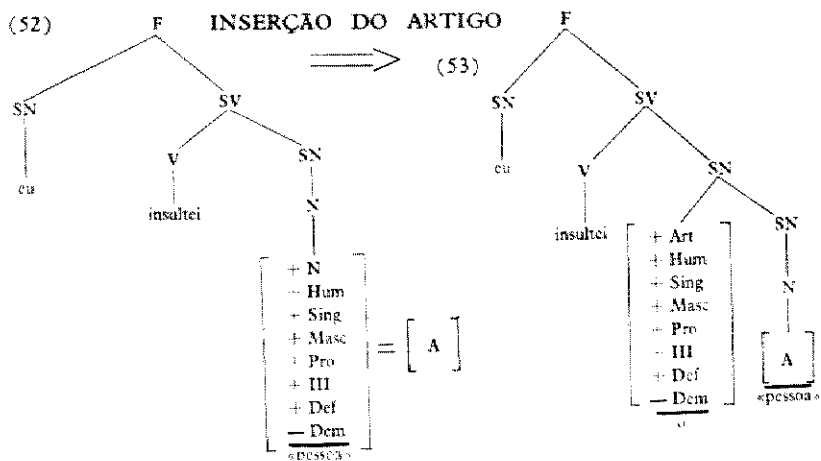
Portanto, o_D parece estar em distribuição complementar não só com o_P em posição de complemento directo, mas também com *ele*, em posição de sujeito, sendo o factor determinante a presença ou a ausência de uma relativa restritiva.

Tradicionalmente, o_P é considerado uma forma derivada de *ele*, quando o pronome pessoal desempenha a função de complemento directo. Demostrei na segunda parte deste trabalho que *ele* e *aquele*, em (30), tinham de ser derivados do mesmo modo e, nomeadamente, tinham de, em certa altura da sua derivação, ser considerados *artigos* que precediam nomes cujas matrizes continham o traço [+ Pro]. A mesma demonstração pode ser feita para o_P , se considerarmos os seguintes exemplos, paralelos a (29) e a (30):

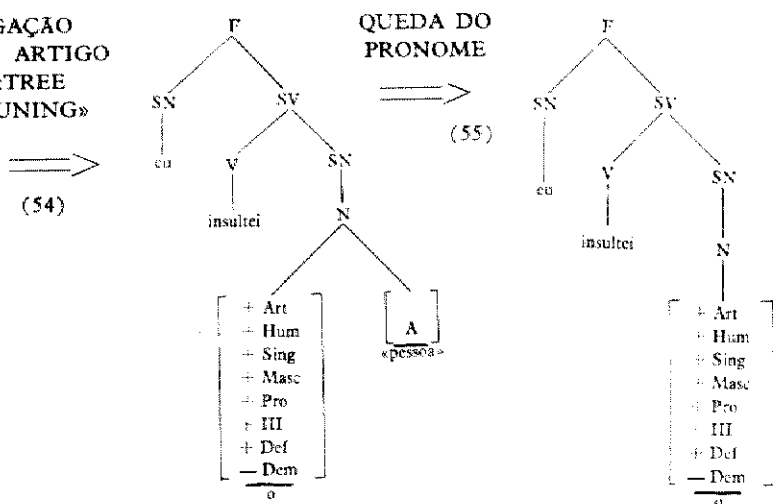
- (48) eu insultei aquele canalha
- (49) eu insultei aquele tipo
- (50) eu insultei aquele
- (51) eu insultei-o = (40)

Com uma argumentação paralela à da primeira parte deste trabalho para (29) e (30), podemos derivar *o* em (51), exactamente como derivámos *ele* em (30):

(27) Um esclarecimento: O pronome demonstrativo *o* encontra-se noutros contextos que não relativas restritivas. Mas pode ser demonstrado que esses contextos (geralmente adjectivos, seqüências formadas por *de SN Adj*, etc.) são derivados de relativas restritivas por meio de uma transformação de redução.

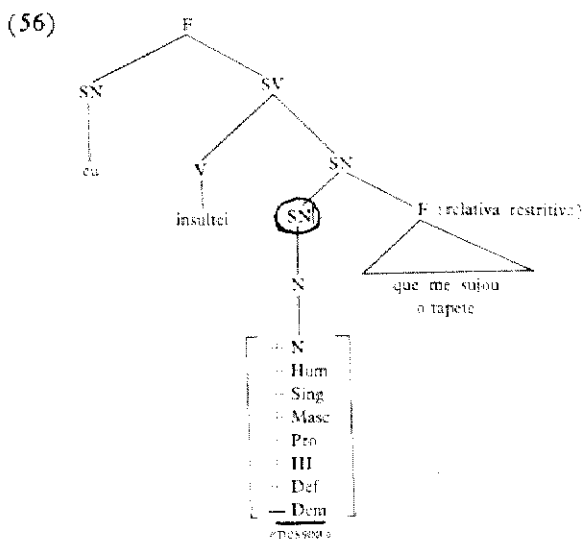


LIGAÇÃO
DO ARTIGO
E «TREE
PRUNING»



O «pronome» de estrutura de superfície não é mais do que o *artigo definido* *o* em estrutura profunda, mas que precede um nome analisado como [+ Pro]. Os traços que o definem são, de facto [+ Def]. Se em vez de (51), a frase a analisar fosse (43), a estrutura profunda seria ⁽²⁸⁾:

⁽²⁸⁾ (56) não é realmente a estrutura profunda da frase (43); (56) é já o resultado da operação da transformação de **FORMAÇÃO DA RELATIVA** sobre uma prévia estrutura profunda. Mas isso em nada altera aquilo que pretendemos mostrar neste passo.



(a estrutura profunda das construções relativas exige um nó SN que domine o sintagma nominal antecedente e a frase relativa propriamente dita).

O sintagma nominal marcado com um círculo sofre uma derivação semelhante à derivação (52)-(55): o artigo-futuro pronome realizado será *o*.

Mais tarde na derivação, a componente fonológica da gramática associará a cada forma *o* a devida acentuação, correspondendo à existência ou não duma configuração relativa na estrutura, e dependendo da prévia operação ou não operação de CLITICIZAÇÃO.

A única diferença formal (se pusermos de parte a diferença de acentuação entre o_p e o_D) é, ao considerarmos a posição de sujeito, no caso de não existir uma configuração relativa: a não gramaticalidade de (46) é preenchida por (47), isto é, pela forma da terceira pessoa do «pronome pessoal». Tendo demonstrado que os pronomes não são mais do que artigos em estrutura profunda e, mais concretamente, artigos definidos, e notando sobretudo que apenas numa posição é que a forma *o* não se realiza, dando lugar a *ele*, torna-se muito mais simples derivar esta última forma a partir daquela. Teremos assim uma regra muito geral:

$$(57) \begin{bmatrix} + \text{ Art} \\ + \text{ Def} \\ - \text{ Dem} \end{bmatrix} \rightarrow o$$

Esta regra diz-nos portanto que *o* se realiza sempre, claro, num contexto — [— Pro] (como «artigo definido» — «o rapaz»). Em posição de sujeito, no contexto — [+ Pro] + relativa restritiva (como «pronomes demonstrativo» — «os que não comeram a sopa»), e, em posição de complemento directo, nos contextos — [+ Pro] e — [+ Pro] + + relativa restritiva (respectivamente como «pronome pessoal» e «pronome demonstrativo» — «eu insultei-o» e «eu insultei o que me sujou o tapete»). Mas esta regra, sozinha, dir-nos-ia também que *o* se realiza, em posição de sujeito, no contexto — [+ Pro]; isto é, derivaria também a frase não gramatical (46). A regra (58), muito simples, é portanto necessária⁽²⁹⁾:

$$(58) \quad o \rightarrow ele/[_{SN} \text{ — } [+ \text{ Pro}]]_{SN} + SV^{(30)}.$$

2 — Vou agora considerar certos processos que envolvem a transformação de PRONOMINALIZAÇÃO e que, se por um lado fornecem suporte adicional à teoria dos pronomes como artigos, por outro lado implicam uma modificação substancial de alguns dos pontos analisados na primeira parte deste trabalho (como, por exemplo, a ordem das transformações aí dada).

No número 1 atrás, analisámos exactamente o_D como o_P , com a única diferença que o pronome demonstrativo entra numa configuração em que está presente uma relativa restritiva, ao contrário do que acontece com o pronome pessoal. Esta configuração está na origem do processo de CLITICIZAÇÃO por parte do pronome pessoal (e não do demonstrativo) e, sendo fornecida de um modo ou de outro à componente fonológica da gramática, na origem da ligeira diferença de acentuação existente entre os dois pronomes.

(²⁹) Repare-se que, se tentássemos derivar *ele* como forma básica, necessitaríamos, não de mais uma regra, como neste caso, mas de mais *quatro*, que especificassem os contextos em que *o* se realizaria. Além disso, não daríamos conta da relação que existe entre o pronome e o artigo definido. É *ele* que é um artigo definido em estrutura profunda e que deriva dos traços que definem esse artigo. Se esses traços aparecem numa forma fonologicamente diferente, é por uma mera restrição contextual.

(³⁰) Esta regra deve ser lida do seguinte modo: a forma *o* reescreve-se na forma *ele* quando se encontra à esquerda de um nome analisado como [+ Pro], e na posição de sujeito (o traço obliquo quer dizer precisamente: *no contexto de*, enquanto que o traço horizontal indica o lugar onde, antes da regra actuar, se encontrava a forma inicial e onde, depois da carga actuar, passou a estar a forma resultante da reescrita).

Consideremos agora algum material empírico que nos permita compreender melhor a origem de o_D em estrutura profunda, nos casos em que o pronome é introduzido transformacionalmente.

- (59) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei o que tinha cabelos compridos

Não temos dúvidas de que este *o* foi introduzido transformacionalmente, portanto, a partir de uma estrutura básica que satisfazia às condições de pronominalização apresentadas na segunda parte deste trabalho⁽³¹⁾. Em (59), o único SN capaz de provocar o desencadeamento de uma pronominalização parece ser «este rapaz». Isso implica que, subjacente a (59), estivesse qualquer coisa como:

- (60) eu não chumbei [este rapaz]_i, mas chumbei [este rapaz]_i que tinha cabelos compridos⁽³²⁾.

PRONOMINALIZAÇÃO, para actuar, exigiria que os dois sintagmas nominais, além de lexicalmente idênticos, fossem coreferenciais. Depois de PRONOMINALIZAÇÃO, DESFINITIZAÇÃO actuaria, introduzindo os traços $\left[\begin{smallmatrix} - & \text{Dem} \\ + & \text{Def} \end{smallmatrix} \right]$, dando origem ao artigo-futuro pronome *o*. O pronome referir-se-ia, portanto, a «este rapaz». É evidente que as coisas não se passam desta maneira, e que, em (59), *o* não é, de modo nenhum, coreferencial com o primeiro SN, «este rapaz». Estamos, de facto, frente a um processo de Pronominalização que não implica coreferencialidade entre os sintagmas nominais relevantes para a operação da transformação de PRONOMINALIZAÇÃO propriamente dita. Chamar-lhe-emos *Pro-*

(³¹) cf. nota 25. Convém aqui distinguir entre a transformação de PRONOMINALIZAÇÃO propriamente dita, que já foi analisada atrás (consiste, como vimos, na introdução, numa matriz dominada pelo nó SN, do traço [+ Pro] sob determinadas restrições), do *processo de Pronominalização*, que engloba um determinado número de operações, entre as quais PRONOMINALIZAÇÃO, DESFINITIZAÇÃO, LIGAÇÃO DO ARTIGO e QUEDA DO PRONOME.

(³²) Note-se que escrevo o SN «este rapaz», transcrevendo ortograficamente a estrutura profunda desse SN; dessa transcrição ortográfica resulta, como se pode ver, uma pequena distorsão: a estrutura profunda dos SNs, na nossa perspectiva, não possui artigos segmentalmente: este está presente apenas em forma de traços distintivos no nome: o leitor deverá portanto fazer a devida correcção, mentalmente.

nominalização Fraca. Em vez de (60), proponho (61) como subjacente a (59), o que me parece intuitivamente correcto:

- (61) eu não chumbei [este rapaz]_i, mas chumbei [o rapaz]_j
que tinha cabelos compridos

em que os SNs dentro dos parênteses não são coreferenciais (logo, recebem um índice diferente). É óbvio que (59) está relacionado com

- (62) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei o rapaz que tinha
cabelos compridos ⁽³³⁾

e não com

- (63) *eu não chumbei este rapaz, mas chumbei

este
aquele

 rapaz
que tinha cabelos compridos ⁽³⁴⁾

Tudo se passa como se, seguidamente à pronominalização e à queda não de todo o SN «o rapaz», mas apenas do Nome «rapaz» (e sem exigência de coreferencialidade), o artigo definido *o*, em (62), tivesse adquirido o estatuto de pronome. Note-se aliás que este fenómeno se passa também com outros artigos:

- (64) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei um rapaz que
tinha cabelos compridos
(65) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei um que tinha
cabelos compridos
(66) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei aquele rapaz que
tinha cabelos compridos
(67) eu não chumbei este rapaz, mas chumbei aquele que tinha
cabelos compridos

⁽³³⁾ Enquanto que em (61) pretendo transcrever uma *estrutura*, em (62), apresento uma *frase concreta da língua*. O facto de (61) ser semelhante a (62) é devido a dois factores: 1.º por termos transcrito a estrutura *ortograficamente*, para simplificar; 2.º pelo facto de (62) estar bastante «próximo» da estrutura profunda.

⁽³⁴⁾ Esta frase vem assinalada com um asterisco, não porque seja incorrecta, mas porque não tem relação directa com (59).

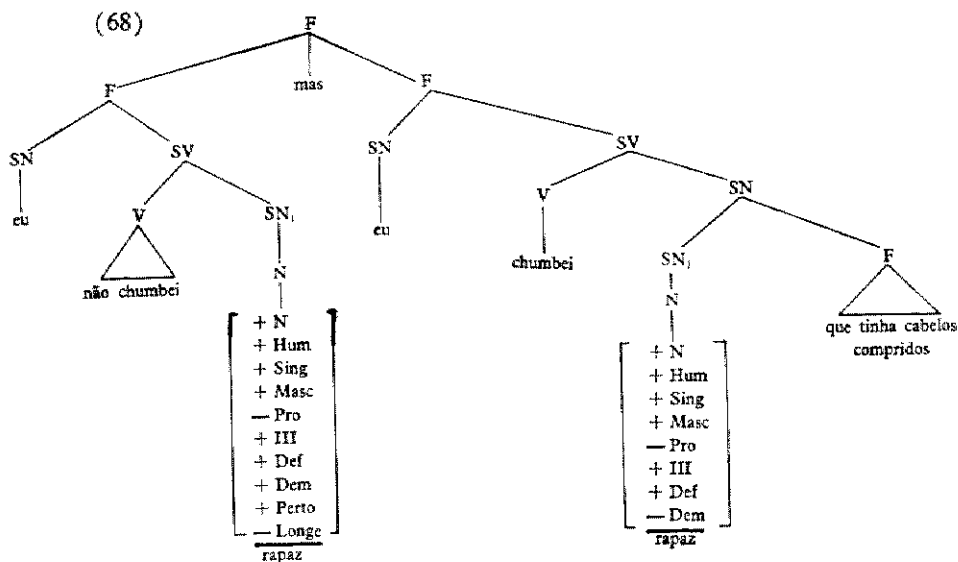
Dois problemas imediatamente se levantam, se considerarmos com mais detalhe esta nova possível perspectiva:

1.º — Uma das condições de PRONOMINALIZAÇÃO é a exigência de que a introdução transformacional do traço [+ Pro] seja feita numa matriz dominada pelo nó SN, que tem de ser idêntica, lexical e referencialmente, a outra, também dominada por um nó SN, mas não dominada pelo mesmo nó F. Ora aqui, além do SN «o rapaz» não ser idêntico a nenhum outro existente na frase, é apenas uma parte dele, e uma parte dominada por um nó N («rapaz»), que é pronominalizada e apagada ⁽³⁵⁾.

2.º — Na ordem transformacional dada na segunda parte, a operação de PRONOMINALIZAÇÃO precede a operação de INSERÇÃO DO ARTIGO, e é natural que assim seja, visto que esta ordem está aparentemente ligada à hipótese de que os pronomes começam por ser artigos. Como vimos, o traço [+ Pro] introduzido por PRONOMINALIZAÇÃO implica que DESFINITIZAÇÃO introduza, por sua vez, os traços [+ Def] e [— Dem], especificamente definidores de artigos, e que terão de ser copiados posteriormente por INSERÇÃO DO ARTIGO. PRONOMINALIZAÇÃO precedia, portanto, INSERÇÃO DO ARTIGO. Ora, neste caso, parece que é o contrário que se passa. INSERÇÃO DO ARTIGO deve preceder PRONOMINALIZAÇÃO, visto que é um artigo previamente introduzido que adquire seguidamente o estatuto de nome, como (59), (62) e (64)-(67) no-lo mostram.

Vejamos o que poderia ser uma possível derivação de (59) mantendo a nossa hipótese anterior, isto é, a ordem transformacional apresentada na segunda parte, em que PRONOMINALIZAÇÃO precede INSERÇÃO DO ARTIGO (apenas me preocupei em detalhe com os sintagmas nominais relevantes):

⁽³⁵⁾ O leitor atento verá que, na segunda parte deste trabalho, já foi dada uma solução para este problema.



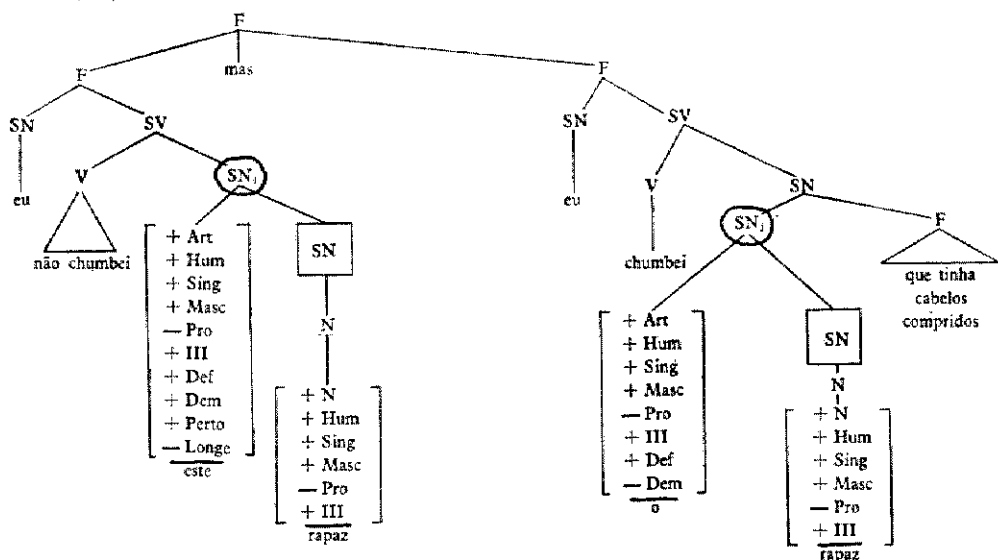
A primeira transformação na lista é, portanto, a de PRONOMINALIZAÇÃO. A 1.^a ocorrência do SN «rapaz» ⁽³⁶⁾ deveria pronominalizar a segunda ocorrência do aparentemente idêntico SN. Mas, como se pode ver facilmente, as condições que definem PRONOMINALIZAÇÃO não são realmente satisfeitas: os dois SNs marcados com um círculo não possuem um índice idêntico, isto é, não são coreferenciais; por outro lado, as matrizes não são lexicalmente idênticas: diferem quanto ao subconjunto de traços definidores do artigo. PRONOMINALIZAÇÃO não pode pois, aplicar-se ⁽³⁷⁾. Prosseguindo na série ordenada é a vez de aplicação de INSERÇÃO DO ARTIGO, visto que DESFINITIZAÇÃO só se aplica no caso do traço [+ Pro] ter sido introduzido previamente. Já vimos que uma das condições impostas a INSERÇÃO DO ARTIGO é que a configuração criada seja de «Chomsky-adjunção» ao SN. Vou agora impor uma outra condição a esta transformação, não assinalada na se-

(36) Quando escrevo «o SN 'rapaz'», quero referir-me aos traços que designam «rapaz» na sua matriz, mais os traços que definem o tipo de artigo, existentes na mesma matriz. É o mesmo que se dissesse mais convencionalmente, «o SN 'este rapaz'», como já fizemos atrás.

(37) Tendo em conta o princípio muito geral de que uma transformação, quando é chegada a sua vez na lista ordenada das transformações, só se aplica se tanto a sua descrição estrutural como as condições que a definem, forem satisfeitas.

gunda parte. No que diz respeito aos traços do nome especificamente definidores de artigos, a transformação de **INSERÇÃO DO ARTIGO** não os copia, *remove-os* da matriz do nome para a nova matriz criada (encabeçada pelo novo traço [+ Art]). Isto é, na matriz do nome que resulta da aplicação desta transformação, estarão todos os traços iniciais *menos* os que, definidores específicos do tipo de artigo, foram removidos pela transformação⁽³⁶⁾. Aplicando **INSERÇÃO DO ARTIGO** a (68) obteremos então:

(69)



(³⁶) Esta condição fornece alguma evidência a favor da existência possível da categoria de **ARTIGO** ou, se quisermos, **DETERMINANTE**, em estrutura profunda. Isto por duas razões:

a) Se considerarmos o artigo representado por traços do nome, temos de prever um mecanismo que distinga estes traços dos outros, de modo a que estes e só estes possam ser removidos, com todas as complicações que isso traz à gramática.

b) O próprio facto de serem *removidos* deixa dúvidas sobre a sua existência inicial na matriz do nome. O problema é que as regras de base não têm o poder suficiente de gerar matrizes sem estas estarem dominadas por uma determinada categoria; e que, por outro lado, a categoria de **ARTIGO**, que dominaria eventualmente essa matriz, parece não ser de grande utilidade para a componente transformacional (salvo para certas transformações relativamente perto da estrutura de

É óbvio que, a esta estrutura, nem **LIGAÇÃO DO ARTIGO** nem **QUEDA DO PRONOME** se podem aplicar, visto que a segunda ocorrência do SN «rapaz» não é analisada como contendo os traços

$$\begin{bmatrix} + N \\ + \text{Pro} \end{bmatrix} : \text{não temos portanto maneira, empregando a ordem dada na segunda parte, de derivar (59).}$$

Mas repare-se que depois da transformação de **INSERÇÃO DO ARTIGO**, restringida pela nova condição que lhe impusemos e pelo tipo de adjunção «Chomsky», as condições estruturais que definem **PRONOMINALIZAÇÃO** estão satisfeitas, apenas com uma excepção. As duas matrizes de «rapaz» são agora idênticas lexicalmente (visto que aquilo que as distinguia — os traços definidores do artigo — foi delas removido), e estão dominadas por um nó SN — introduzido pela «Chomsky-adjunção» (percebemos agora a necessidade de impormos esta configuração específica ao resultado de **INSERÇÃO DO ARTIGO**). Vou portanto levantar a hipótese de que **PRONOMINALIZAÇÃO**, no processo de Pronominalização Fraca, se aplica *depois* de **INSERÇÃO DO ARTIGO**. A excepção acima apontada reside no facto de os dois SNs não serem referencialmente idênticos. Vou portanto retirar esta restrição absoluta à transformação de **PRONOMINALIZAÇÃO**: a partir de agora, nem sempre os SNs envolvidos em **PRONOMINALIZAÇÃO** terão de ser coreferenciais. Mas não será perder uma forte generalização sobre esta transformação, permitir que uma das suas condições seja certas vezes obedecida, outras vezes não? Além disso, como distinguir as vezes em que a transformação se pode aplicar sem exigência de coreferencialidade das vezes em que não pode? Seria possível, é claro, fazer depender a actuação de **PRONOMINALIZAÇÃO** sem exigência de coreferencialidade da prévia aplicação de **INSERÇÃO DO ARTIGO**. Mas aqui surge-nos de novo um problema que não podemos escamotear uma vez mais: trata-se do próprio facto de termos duas ordenações distintas para **PRONOMINALIZAÇÃO**. Se postulámos na segunda parte uma determinada ordem de aplicação em que **PRONOMINALIZAÇÃO** precedia **INSERÇÃO DO ARTIGO**, não podemos, seguindo essa ordem de aplicação, depois de aplicada a segunda transformação, «voltar atrás» e «pegar» de novo

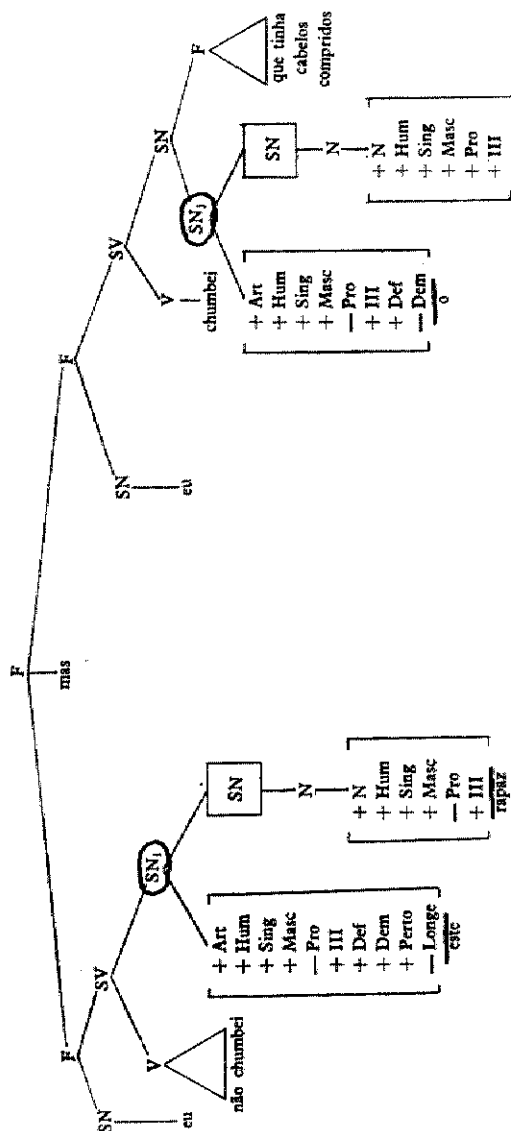
superfície, como **LIGAÇÃO DO ARTIGO** — e, de qualquer modo, o traço [+ Art] serve de gatilho para estas transformações). A não existência da categoria de **ARTIGO** tem ainda a vantagem de explicar certos fenómenos que não veremos aqui (por exemplo, o facto de os nomes próprios não terem artigo, etc.).

na transformação de PRONOMINALIZAÇÃO, visto que a sua «vez» na ordem de aplicação já passou. Se considerarmos a série das transformações apresentadas na segunda parte uma série *ordenada*, e se considerarmos além disso que a ordem apresentada é cíclica,⁽³⁹⁾ não há nenhuma regra de Teoria Linguística Geral que nos permita fazer tal coisa.

No entanto, não há dúvida de que a única maneira, e a que parece mais intuitivamente correcta, de explicar a ocorrência de frases como (62), (59), (64)-(67), é aceitando os factos apresentados e permitir que PRONOMINALIZAÇÃO se aplique, nestes casos, depois de INSERÇÃO DO ARTIGO. Isto fornece-nos motivações suficientes para revermos a ordem das transformações atrás dada. Daqui a pouco, voltarei de novo a este problema. Por agora, continuemos com a derivação de (68), permitindo a actuação de PRONOMINALIZAÇÃO sobre (69) (sem exigência, portanto, de coreferencialidade): PRONOMINALIZAÇÃO introduz o traço [+ Pro] na matriz da segunda ocorrência de «rapaz» (dominada pelo SN enquadrado):

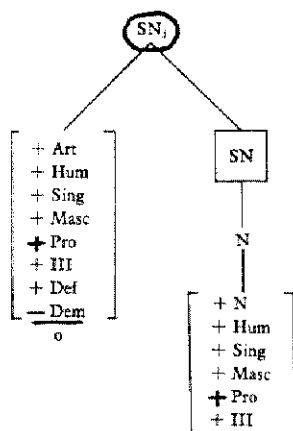
(39) Para a noção de *ciclo transformacional*, cf. Chomsky (1965).

(70)



Temos agora um pequeno problema: em SN_i , a matriz do artigo contém o traço $[-\text{Pro}]$, enquanto que a matriz do nome contém o traço $[+\text{Pro}]$; uma transformação de ACORDO converterá o valor $-$ no valor $+$, no que diz respeito a $[\pm \text{Pro}]$, na matriz do artigo:

(71)



Outra alternativa, talvez mais plausível, seria proibir a cópia do traço $[\pm \text{Pro}]$ da matriz do nome para a do artigo, em **INSERÇÃO DO ARTIGO**. De facto, basta a presença desse traço na matriz do nome para assegurar o funcionamento das transformações que a ele se referem (como temos feito até aqui, aliás, referindo-nos ao traço $[\pm \text{Pro}]$ na matriz do *nome*). Poder-se-ia objectar que esse traço é necessário para distinguir os artigos que terminam como pronomes em estrutura de superfície dos artigos «normais». Mas o que distingue realmente esses artigos é, por um lado, a existência desse traço no *nome* que determinam e, por outro, o seu funcionamento como *nomes* em estrutura de superfície, não por conterem um simples traço, mas porque uma transformação os colocou sob a dominância do nó N (**LIGAÇÃO DO ARTIGO**). Em resumo, com os dados empíricos de que dispomos neste momento, não me parece possível optar por qualquer uma destas soluções em particular: qualquer delas me parece possível, embora me incline para a segunda, por razões que não interessam mencionar aqui.

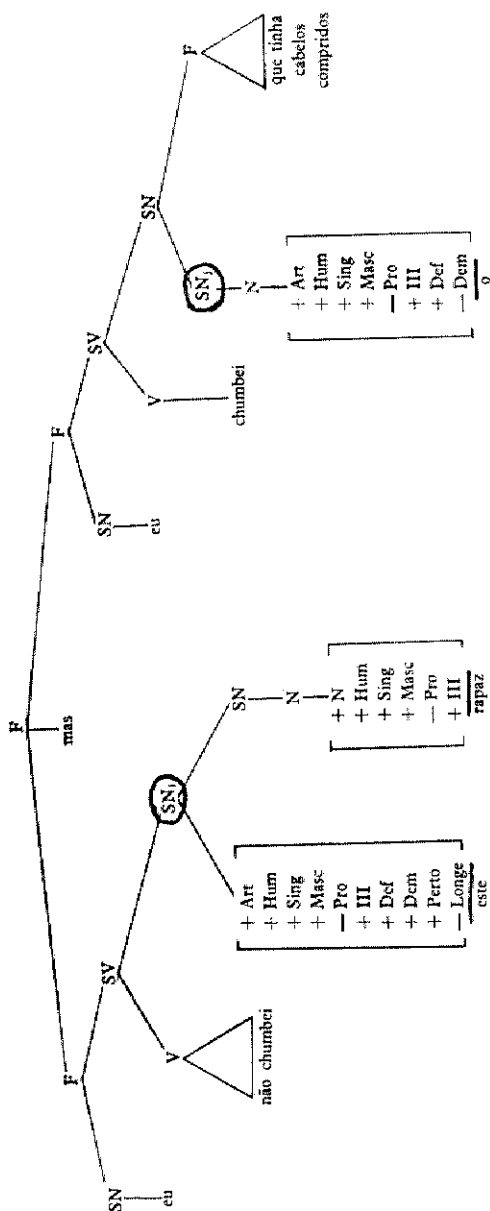
DESFINITIZAÇÃO deveria agora aplicar-se. Mas basta um momento de reflexão para concluirmos a impossibilidade de tal aplicação. E isto por duas razões:

a) Esta transformação introduz traços especificamente definidores de artigos. A sua introdução implicaria uma nova transformação de INSERÇÃO DO ARTIGO que, ou introduziria um novo artigo, o que está evidentemente posto de parte, ou modificaria o artigo já existente, o que iria contra os factos observados; isto relaciona-se com a nossa segunda razão:

b) Se DESFINITIZAÇÃO actuasse e uma nova transformação de INSERÇÃO DO ARTIGO modificasse a matriz do artigo já existente, frases como (65) ou (67) nunca poderiam ser engendradas, visto que *um* em (65) contém o traço [— Def] e *aquele* em (67) contém o traço [+ Dem]; ora, DESFINITIZAÇÃO, como vimos, introduz os traços $\left[\begin{array}{c} + \text{ Def} \\ - \text{ Dem} \end{array} \right]$, contraditórios com aqueles. DESFINITIZAÇÃO não se aplica, portanto. Mais adiante, resolverei certos problemas levantados por esta transformação.

Regressando à nossa lista ordenada, podemos aplicar, tal como nos outros casos, LIGAÇÃO DO ARTIGO, «TREE PRUNING» e QUEDA DO PRONOME, obtendo a seguinte estrutura de superfície:

(72)



Ficámos aparentemente com duas ordens transformacionais: uma necessária para derivarmos os casos de Pronominalização Forte (exemplo da segunda parte do trabalho — derivação de pronomes pessoais), e outra para os casos de Pronominalização Fraca (em que **INSERÇÃO DO ARTIGO** precede **PRONOMINALIZAÇÃO** e em que **DESFINITIZAÇÃO** não se aplica — derivação dos pronomes demonstrativos).

Duas alternativas são possíveis neste momento: 1) aceitamos estas duas ordens como possíveis, o que nos levaria a rever o estatuto de **PRONOMINALIZAÇÃO** como regra ordenada na sua relação com as transformações necessárias à derivação interna do sintagma nominal⁽⁴⁰⁾; 2) apresentar apenas uma única ordem transformacional possível (considerando portanto **PRONOMINALIZAÇÃO** como regra ordenada), que dê conta de ambos os processos de Pronominalização (Forte e Fraca). Vamos analisar mais detalhadamente cada uma destas possibilidades, escolhendo posteriormente uma delas, precisamente a segunda. O conteúdo da hipótese que foi proposta nessa altura será sugerido por certos dados empíricos novos relacionados com a Pronominalização Forte, e que mostram que a análise proposta na segunda parte deste trabalho está errada em certos pontos importantes, ao mesmo tempo que apontam para uma possível convergência na análise dos dois processos.

Consideraremos agora a primeira alternativa. Numa série ordenada de transformações (que é também, portanto, uma série de transformações ordenadas umas em relação às outras, dispostas numa certa ordem), nenhuma transformação pode actuar depois de passado o seu ponto de aplicação⁽⁴¹⁾. Ora foi isso precisamente o que aconteceu com **PRONOMINALIZAÇÃO**, no caso de Pronominalização Fraca, em relação à série ordenada dada na segunda parte. Vimos atrás, de facto, que **PRONORMALIZAÇÃO**, aí, deve actuar depois, e não antes de **INSERÇÃO DO ARTIGO**, ao contrário do que mandava a série ordenada a que chegámos primeiro, adequada ao processo de Pronominalização Forte.

(⁴⁰) Insisto neste ponto: quando falo de uma relação ordenada de **PRONOMINALIZAÇÃO** com outras transformações, refiro-me a este conjunto estrito de transformações necessárias à derivação interna do sintagma nominal.

(⁴¹) Lembro que, de qualquer modo, uma transformação só se aplica, no seu ponto de aplicação, se a sua descrição estrutural for satisfeita. Se tal se der, passa-se à transformação seguinte, tal como se a anterior se tivesse aplicado e, em princípio, não se pode regressar a ela, mesmo se a sua descrição estrutural for posteriormente satisfeita (isto, claro, numa série *ordenada* de transformações, e dentro de cada ciclo transformacional).

A única solução permitida pela Teoria Geral, neste caso, é retirar a PRONOMINALIZAÇÃO o seu estatuto de regra ordenada, e caracterizá-la como uma regra que se aplica *em qualquer altura na derivação*, desde o momento que as suas condições estruturais de aplicação se encontrem satisfeitas (a existência de regras deste tipo é demonstrada em Lakoff (1966)). PRONOMINALIZAÇÃO aplicar-se-ia assim, no processo de Pronominalização Forte, antes de INSERÇÃO DO ARTIGO, visto que as suas condições estruturais se encontram satisfeitas nessa altura (e a coreferência seria exigida, neste caso); no processo de Pronominalização Fraca, as condições estruturais dessa regra só se encontram satisfeitas depois de INSERÇÃO DO ARTIGO, como vimos e, portanto, a transformação só se aplicaria nessa altura; neste caso, parece ser exigida uma não coreferencialidade (isto é, as interpretações dos pronomes demonstrativos parecem ser sempre não coreferenciais). Como vemos, o contexto necessário para a aplicação de PRONOMINALIZAÇÃO é, nos dois casos, fornecido por INSERÇÃO DO ARTIGO (antes num caso, depois no outro).

Quanto a DESFINITIZAÇÃO, podemos dar conta da sua não aplicação na Pronominalização Fraca, se exigirmos que preceda INSERÇÃO DO ARTIGO e siga PRONOMINALIZAÇÃO, em qualquer dos casos. Assim, no processo de Pronominalização Forte, DESFINITIZAÇÃO aplicar-se-á normalmente depois de PRONOMINALIZAÇÃO e antes de INSERÇÃO DO ARTIGO; no processo de Pronominalização Fraca, a sua aplicação é logicamente impedida (visto que PRONOMINALIZAÇÃO segue INSERÇÃO DO ARTIGO e que, se DESFINITIZAÇÃO seguisse PRONOMINALIZAÇÃO, não poderia preceder INSERÇÃO DO ARTIGO, e vice-versa).

A alternativa 1) leva-nos portanto à seguinte ordem transformacional:

- a) DESFINITIZAÇÃO → INSERÇÃO DO ARTIGO → LIGAÇÃO DO ARTIGO → QUEDA DO PRONOME;
- b) PRONOMINALIZAÇÃO: regra que actua em qualquer altura na derivação, desde que a sua descrição e condições estruturais sejam satisfeitas;
- c) PRONOMINALIZAÇÃO → DESFINITIZAÇÃO.

O ponto negro desta análise é o problema da coreferencialidade. Resumindo o que foi dito atrás, quando se dá uma Pronominalização Forte, é exigida coreferencialidade. No caso da Pronominalização Fraca é exigida, pelo contrário, uma não coreferencialidade. Num caso, PRO-

NOMINALIZAÇÃO teria de actuar integrando como uma das suas condições a exigência de coreferencialidade, no outro, exigindo precisamente o contrário. Embora um formalismo adequado pudesse dar conta desta diferença, esta situação não é, de modo nenhum, natural. Gostaríamos que as condições que definem uma transformação a definam de uma vez para sempre, e não possam ser contraditórias, conforme as circunstâncias da sua aplicação. Esta é uma das fortes razões que me levaram a rejeitar esta análise, em favor da alternativa que apresento a seguir.

Esta segunda análise foi construída a partir de novos materiais empíricos relativos ao processo de Pronominalização Forte, e excede largamente a anterior em poder explicativo, como teremos oportunidade de ver.

- (73) o António já viu aquele filme_i e gostou imenso, mas tu ainda não o_i viste

É óbvio que *o* é um anafórico que tem como referente linguístico e extra-linguístico «aquele filme». Temos aqui um caso nítido de Pronominalização Forte.

Repare-se agora que (74) é possível e que, mais ainda, é equivalente (sinónimo) a (73):

- (74) o António já viu aquele filme_i e gostou imenso, mas tu ainda não viste o filme_i

A frase (74) é gramatical numa leitura em que os dois SNs «*aquele filme*» e «*o filme*» são coreferenciais, embora lexicalmente diferentes (*aquele/o*). Se os dois SNs não fossem coreferenciais, a frase seria não gramatical — como já vimos, uma relativa restritiva seria exigida modificando o segundo sintagma nominal.

Repare-se agora que o inverso de (74) não é possível:

- (75) *o António já viu o filme_i e gostou imenso, mas tu ainda não viste aquele filme_i

Isto é, a única leitura possível de (75) é aquela em que os dois SNs não são coreferenciais.

Por outro lado, apenas o artigo *o* é permitido, determinando a segunda ocorrência de «filme», se quisermos manter uma leitura coreferencial:

- (76) *o António já viu aquele filme_i e gostou imenso, mas tu
ainda não viste $\left\{ \begin{array}{l} \text{um} \\ \text{esse} \end{array} \right\}$ filme_i

(77) também não é possível, embora seja a sequência de superfície «mais próxima» daquilo que, logicamente, podemos considerar a estrutura profunda de (73) ou (74).

- (77) *o António já viu aquele filme_i e gostou imenso, mas tu
ainda não viste aquele filme_i

Isto demonstra que a estrutura subjacente a (77) deve ser transformada nas estruturas subjacentes a (73) ou (74) (mas não, por exemplo, a (75) ou (76)).

Outros pares semelhantes a (73) e (74) podem ser apresentados:

- (78) se aquele livro_i já foi criticado por todas as revistas especializadas, porque é que o Alfredo ainda não criticou o livro_i?
- (79) se aquele livro_i já foi criticado por todas as revistas especializadas, porque é que o Alfredo ainda não o_i criticou?
- (80) a Sofia adorou esse boneco_i, e eu, se queres que te diga, também adorei o boneco_i
- (81) a Sofia adorou esse boneco_i, e eu, se queres que te diga, também o_i adorei.

Na análise apresentada na segunda parte deste trabalho, PRONOMINALIZAÇÃO precedia DESFINITIZAÇÃO, e o artigo criado por INSERÇÃO DO ARTIGO determinava, numa estrutura intermediária, não já um elemento lexical concreto, mas sim um elemento (um nome) pronominal (já analisado como possuindo o traço [+ Pro], introduzido precisamente por PRONOMINALIZAÇÃO).

Frases como (74), (78) ou (80), em que o artigo determina elementos lexicais concretos não pronominais (refiro-me, claro, à segunda ocorrência dos nomes repetidos), mas que estão relacionadas com frases em que PRONOMINALIZAÇÃO actuou (respectivamente (73), (79) e (81)) não podiam ser geradas por meio dessa ordem transformacional.

De facto, se PRONOMINALIZAÇÃO actuava antes de INSERÇÃO DO ARTIGO, nunca poderíamos obter (74), (78) ou (80), visto que, então, o artigo deveria determinar um elemento lexical pronominal, e nunca nomes como «filme», «livro» ou «boneco». Se quisermos engendar (74), (78) ou (80), devemos aplicar INSERÇÃO DO ARTIGO antes de PRONOMINALIZAÇÃO. E quanto a DESFINITIZAÇÃO? Detenhamo-nos mais pormenorizadamente sobre (74). A estrutura profunda desta frase, em que os pronomes são coreferenciais, deve ser:

- (82) o António já viu [aquele filme]_i e gostou imenso, mas tu ainda não viste [aquele filme]_i

Se nos limitássemos a aplicar INSERÇÃO DO ARTIGO, obteríamos, a partir desta estrutura profunda (cf. a nota 32):

- (83) *o António já viu aquele filme e gostou imenso, mas tu ainda não viste aquele filme

Já vimos que esta frase não era gramatical com uma interpretação coreferencial, embora seja a que está mais próxima da estrutura profunda (82).

O que acontece é o seguinte: parece ser obrigatória a transformação do artigo («aquele» neste caso, mas os outros artigos funcionam do mesmo modo — cf. por exemplo (80) e (81)) presente na estrutura profunda, no artigo definido *o*, ou seja, em termos de traços, parece ser obrigatória a introdução dos traços $\begin{bmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{bmatrix}$ (que definem o artigo *o*) na matriz do nome, *antes mesmo* de se proceder à INSERÇÃO DO ARTIGO. Mas a introdução destes traços é efectuada precisamente por uma operação que já estudámos, DESFINITIZAÇÃO. Esta revela-se portanto como a primeira transformação que teremos de aplicar, introduzindo os traços $\begin{bmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{bmatrix}$ na matriz do SN repetido, no processo de Pronominalização Forte.

Os traços de artigos resultantes são depois inseridos segmentalmente por INSERÇÃO DO ARTIGO. Nesta altura, depois de certas transformações menores que não veremos aqui, é possível obter uma estrutura de superfície (precisamente (74), (78) e (80)). Se, pelo contrário, continuarmos a derivação transformacional, *tudo se passa como no processo*

de *Pronominalização Fraca*: a segunda ocorrência do nome «filme» é pronominalizada e apagada, o artigo *o* adquirindo o estatuto de pronome.

DEFINITIZAÇÃO é portanto o primeiro passo no processo de Pronominalização Forte. Por outro lado, DEFINITIZAÇÃO, como veremos, está intimamente relacionada com a *coreferencialidade*. Observemos os seguintes exemplos:

- (84) eu vi um homem e tu também viste um homem
- (85) eu vi um homem e tu também viste um
- (86) eu vi um homem e tu também o viste
- (87) eu vi um homem e tu também viste o homem

(86) e (87) têm uma interpretação de coreferencialidade (e (87), como já vimos, é um estágio anterior a (86) na derivação, a partir de uma estrutura profunda semelhante a (84), *em que os SNs têm os mesmos índices*). Se, por outro lado, nessa estrutura profunda (semelhante portanto a (84)) os SNs possuírem diferentes índices, DEFINITIZAÇÃO não se aplica, e a frase engendrada será (85), por meio de INSERÇÃO DO ARTIGO, PRONOMINALIZAÇÃO, LIGAÇÃO DO ARTIGO e QUEDA DO PRONOME (estamos, neste caso, face a um processo de Pronominalização Fraca). De facto, (85) não admite uma interpretação coreferencial e, nesse aspecto, tem um sentido muito diferente de (86), embora se distingam, em estrutura profunda, apenas pelos diferentes índices nos SNs.

(84), a sequência de superfície «mais próxima» da estrutura profunda (apenas actuam INSERÇÃO DO ARTIGO e outras transformações menores) não pode ser realizada quando os índices são idênticos nos SNs: a frase não admite uma interpretação coreferencial. Se existir coreferencialidade, teremos obrigatoriamente de aplicar DEFINITIZAÇÃO. Por outro lado, essa transformação *não se pode aplicar* se não existir coreferencialidade ((86) e (87) têm *obrigatoriamente interpretações* coreferenciais). Seguidamente a DEFINITIZAÇÃO, se aplicarmos apenas INSERÇÃO DO ARTIGO, obtemos (87). Se continuarmos a derivação com PRONOMINALIZAÇÃO, LIGAÇÃO DO ARTIGO e QUEDA DO PRONOME, obtemos (86). Em conclusão, o que distingue o processo de Pronominalização Forte do processo de Pronominalização Fraca é, por um lado, a coreferencialidade dos SNs relevantes e, por outro, como consequência, a aplicação de DEFINITIZAÇÃO. Podemos reduzir estas duas condições a uma só, definindo a coreferencialidade como uma das condições de aplicação de DEFINI-

TIZAÇÃO, e retirando definitivamente esta condição a PRONOMINALIZAÇÃO.

Definiremos portanto DESFINITIZAÇÃO da seguinte maneira:

DESFINITIZAÇÃO é uma regra que introduz os traços $\left[\begin{array}{c} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{array} \right]$ numa matriz dum nome dominado pelo nó SN, com a condição de existir, para a esquerda desse SN, um outro SN idêntico lexical e referencialmente (com o mesmo índice), não dominado pelo mesmo nó F.

PRONOMINALIZAÇÃO será agora definida univocamente como a regra que introduz o traço $[+ \text{Pro}]$ numa matriz dominada pelo nó N, com a condição de existir, para a esquerda desse nó N, um outro nó N, não dominado pelo mesmo nó F, e que seja lexicalmente idêntico (apenas) a ele. A exigência de coreferencialidade é retirada a PRONOMINALIZAÇÃO.

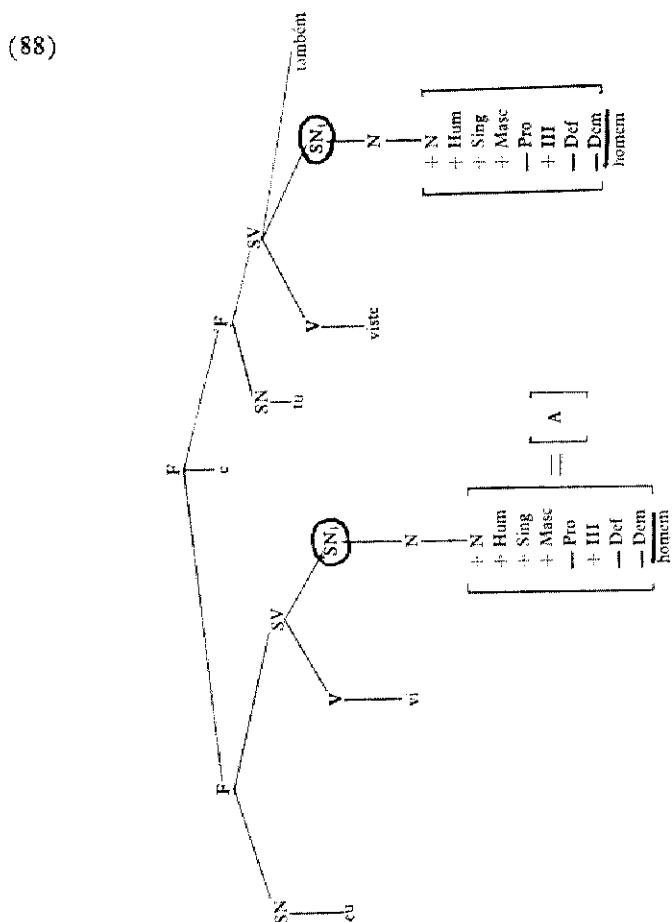
Ao mesmo tempo, podemos verificar que a condição imposta a INSERÇÃO DO ARTIGO, que exigia que a configuração resultante fosse de «Chomsky-adjunção» ao SN, é agora desnecessária. No ponto em que as coisas estão, apenas DESFINITIZAÇÃO exige ser definida sobre um nó SN. Na análise nova que proponho, PRONOMINALIZAÇÃO, em qualquer dos casos (Pronominalização Forte ou Fraca), introduz sempre o traço $[+ \text{Pro}]$ numa matriz dominada pelo nó N, ao contrário da análise anterior, em que, no caso de Pronominalização Forte, o traço $[+ \text{Pro}]$ era introduzido na matriz inicial, dominada por SN. Nessa altura, para formularmos PRONOMINALIZAÇÃO com algum grau de generalidade, exigimos que INSERÇÃO DO ARTIGO criasse, na sua aplicação, um novo nó SN que continuasse a dominar exclusivamente o nome. Assim, no processo de Pronominalização Fraca, em que apenas o nome era pronominalizado, à excepção do artigo, PRONOMINALIZAÇÃO continuava a poder aplicar-se sem dificuldades adicionais, tomando o nó SN como base. Se não criássemos esse novo nó SN, teríamos de estabelecer que PRONOMINALIZAÇÃO actuava por vezes tomando como base o nó SN (caso de Pronominalização Forte), e por vezes tomando como base o nó N (caso de Pronominalização Fraca). Nesta nova análise, PRONOMINALIZAÇÃO actua *sempre* tomando como base da sua aplicação um nó N (isto é, actua depois de DESFINITIZAÇÃO e de INSERÇÃO DO ARTIGO terem desdobrado o SN numa matriz encabeçada pelo traço $[+ \text{Art}]$ e num nó N): conclui-se que a existência de uma configuração de «Chomsky-adjunção» criada por INSERÇÃO DO ARTIGO não é necessária, e, consequentemente, essa condição pode

ser retirada da formulação daquela transformação, simplificando-a grandemente.

A ordem única das transformações será pois a seguinte:

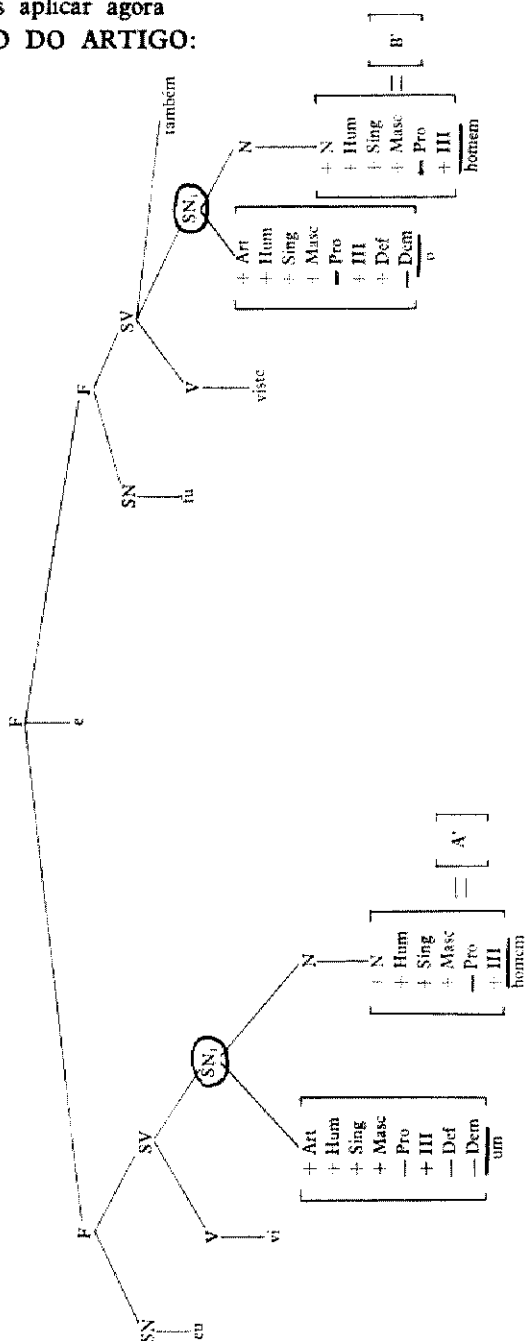
- 1.º) DESFINITIZAÇÃO;
- 2.º) INSERÇÃO DO ARTIGO;
- 3.º) PRONOMINALIZAÇÃO;
- 4.º) LIGAÇÃO DO ARTIGO;
- 5.º) QUEDA DO PRONOME.

Exemplificarei melhor esta nova análise, mostrando detalhadamente as etapas implicadas na derivação das frases (84)-(87) (mais uma vez, apenas serão analisados detalhadamente os SNs relevantes).



Podemos aplicar agora
INSERÇÃO DO ARTIGO:

(90)

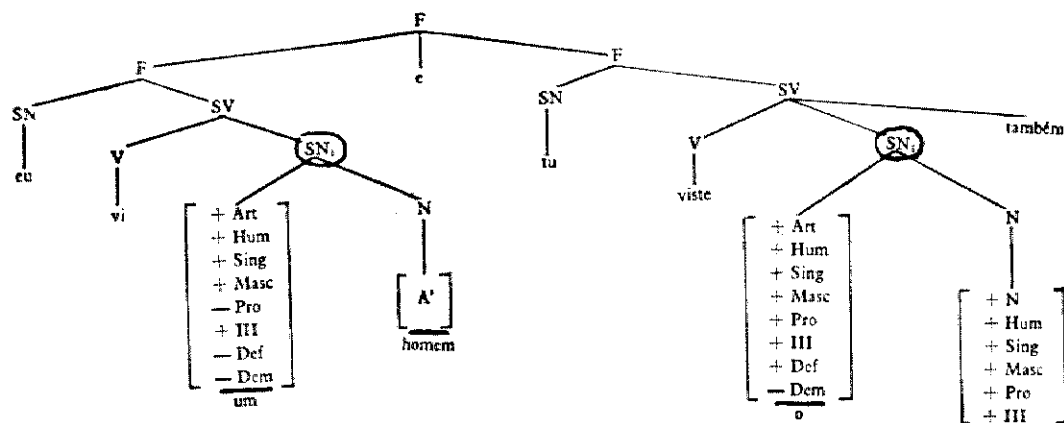


Podemos parar aqui a derivação e obter (87):

(87) eu vi um homem e tu também viste o homem

Ou seja, neste caso, PRONOMINALIZAÇÃO e as transformações que se seguem são opcionais ⁽⁴²⁾. Se continuarmos a derivação, é a vez de aplicação de PRONOMINALIZAÇÃO (supomos aplicada, a seguir a PRONOMINALIZAÇÃO, a transformação de ACORDO entre o nome e o artigo).

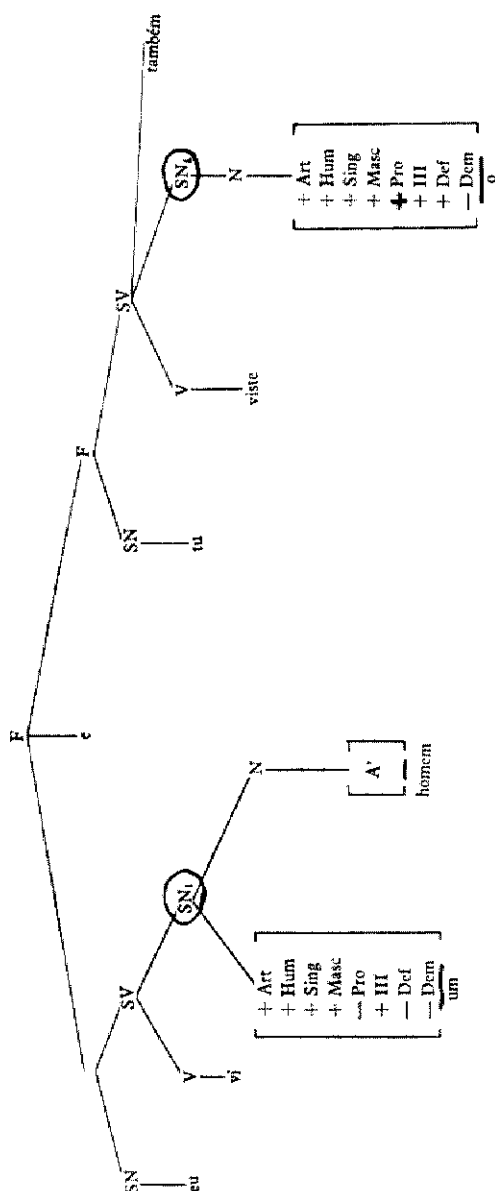
(91)



(42) Escolhi de propósito certos casos em que PRONOMINALIZAÇÃO era opcional. Em muitos casos, senão na maioria deles, PRONOMINALIZAÇÃO é obrigatória. Não me vou preocupar aqui em estabelecer a linha de fronteira entre uns e outros, embora esse estudo fosse interessante.

LIGAÇÃO DO ARTIGO e QUEDA DO PRONOME podem aplicar-se, visto que o nó N é analisado como [+ Pro] (note-se que não precisamos de «TREE PRUNING», cuja utilização estava intimamente associada à existência de «Chomsky- adjunção»):

(92)

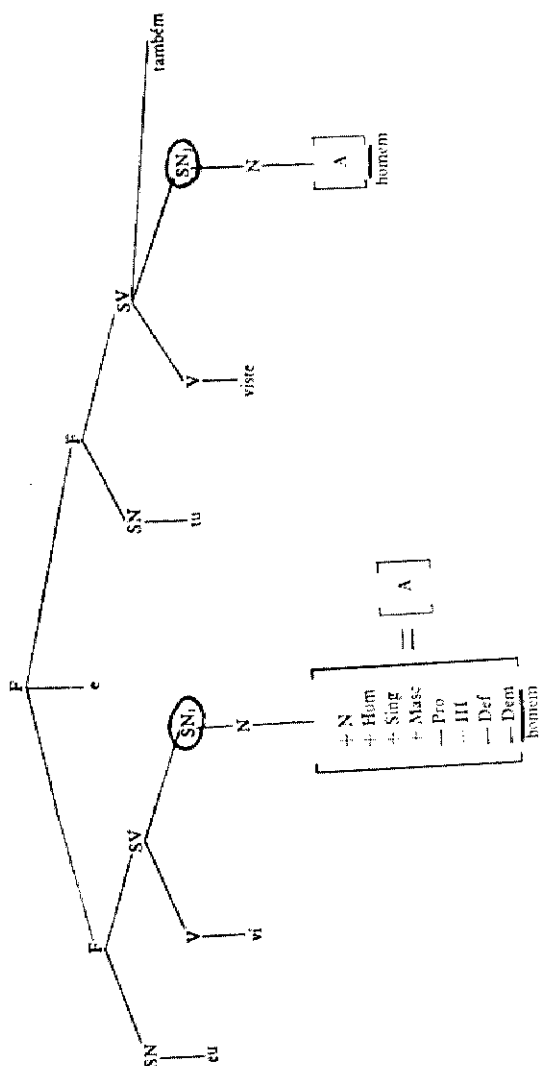


Podemos agora obter, depois de certas transformações menores (colocação do pronome antes do verbo, etc.), (86):

(86) eu vi um homem e tu também o viste

Podemos, por outro lado, gerar uma estrutura profunda muito semelhante a (88), mas na qual os índices associados aos SNs não são idênticos, em que estes, portanto, não são coreferenciais.

(93)

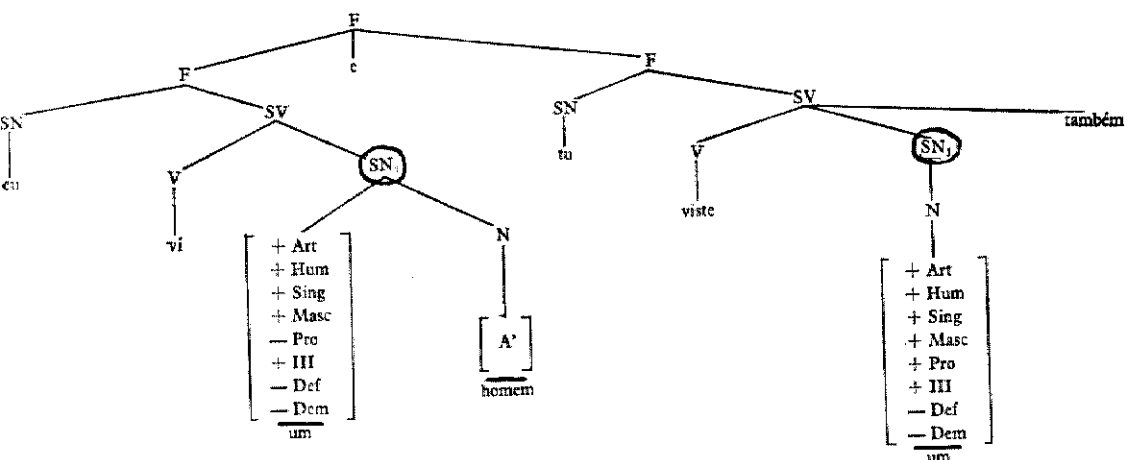


Nesta etapa, aplicando apenas algumas transformações obrigatórias mais, poderíamos obter (84) ⁽⁴⁵⁾:

(84) eu vi um homem e tu também viste um homem

Aplicando as subsequentes transformações, PRONOMINALIZAÇÃO, LIGAÇÃO DO ARTIGO e QUEDA DO PRONOME, obtemos (95):

(95)



(⁴⁵) Se, na estrutura profunda (93), os traços definidores do segundo artigo fossem $\begin{bmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{bmatrix}$ em vez de $\begin{bmatrix} - \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{bmatrix}$, já vimos que seria obrigatória a existência de uma configuração relativa restritiva (se, como em (93), os SNs fossem não coreferentes).

e a sequência de superfície correspondente, (85):

(85) eu vi um homem e tu também viste um

Em conclusão, e mais uma vez: o processo de Pronominalização Forte difere do processo de Pronominalização Fraca na medida em que DESFINITIZAÇÃO tem de aplicar-se obrigatoriamente no primeiro processo (em que os SNs são lexical e referencialmente idênticos), e não se aplica no segundo processo (em que os SNs *podem* ser lexicalmente idênticos, mas não o são coreferencialmente). As outras operações transformacionais são exactamente idênticas nos dois casos, não sendo necessário nenhum mecanismo adicional para distinguir ou diferenciar os dois processos. Creio ser esta a explicação que melhor dá conta dos factos, mais intuitivamente, e mais simplesmente também, na medida em que fornece uma análise única para os dois processos de Pronominalização, e em que é requerida uma única ordem transformacional.

Por outro lado, esta análise fornece um suporte adicional para a teoria de Postal de que os pronomes de superfície começam como artigo em estrutura profunda. A análise, de facto, revela-nos que *é um artigo definido introduzido transformacionalmente* (por DESFINITIZAÇÃO) e que pode aparecer como tal em estrutura de superfície (cf. (74), (78) e (80)), que está na base do pronome «pessoal» (cf. (73), (79) e (81)); e que são os diversos artigos directamente introduzidos em estrutura profunda (e que também podem aparecer como tal em estrutura de superfície — cf. por exemplo (84)) que estão na base dos pronomes no processo de Pronominalização Fraca (do «demonstrativo» *o*, por exemplo).

3 — *Um problema adicional*: Vimos atrás que era a presença ou a ausência de uma configuração relativa modificando o sintagma nominal cujo nome continha o traço [+ Pro] que decidia da realização fonológica do artigo caracterizado pelos traços $\left[\begin{smallmatrix} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{smallmatrix} \right]$: em posição de sujeito, *ele* quando não existia tal configuração, e *o* em todos os outros contextos. Em posição de complemento directo, a existência ou não da configuração relativa decidia da CLITICIZAÇÃO ou não CLITICIZAÇÃO entre os *o* realizados. Vou pôr agora a seguinte questão: haverá algum caso em que a existência dessa configuração relativa seja predizível? Creio bem que sim. Observemos os seguintes exemplos:

(96) eu insultei [um canalha]_i, e tu também insultastes um_j

(97) * eu insultei [um canalha]_i, e tu também insultaste um_i

- (98) eu insultei [este canalha]_i e tu também insultaste $\left\{ \begin{array}{l} \text{aquele} \\ \text{este} \\ \text{esse} \end{array} \right\}_j$
- (99) * eu insultei [este canalha]_i e tu também insultaste este_i
- (100) * eu insultei [este canalha]_i e tu também insultaste o_j
- (101) eu insultei [este canalha]_i e tu também o_i insultaste
- (102) * eu insultei [este canalha]_i e tu também o_j insultaste

Os artigos *um*, *aquêle*, *este*, *esse*, podem aparecer sozinhos como pronomes de superfície, se não forem coreferentes com o antecedente (cf. a impossibilidade de uma interpretação coreferente de (97) e de (99)). O artigo *o* pode aparecer como pronome isolado em superfície só e só se for coreferente com o seu antecedente. Se tal não acontecer, exige necessariamente uma construção relativa restritiva.

Podemos portanto estabelecer o seguinte princípio:

- (103) Se SN₁ e SN₂ forem dois sintagmas nominais não dominados pelo mesmo nó F
 Se SN₁ for lexicalmente idêntico a SN₂ e SN₁ não for coreferente com SN₂
 Se SN₂ contiver os traços $\left[\begin{array}{l} + \text{Def} \\ - \text{Dem} \end{array} \right]$
 então: SN₂ tem de ser o antecedente de uma construção relativa (cf., no entanto, a nota 27).

Incluiremos este princípio nas chamadas «restrições de estrutura profunda» (cf. Perlmutter (1968)). Interpretaremos estas restrições não como restringindo a aplicação das regras de base, mas sim como actuando directamente nas estruturas profundas; isto é, depois da aplicação das regras sintagmáticas, mas *antes* da aplicação das regras transformacionais. Podemos ver o problema do seguinte modo: as regras de base podem gerar indicadores sintagmáticos que obedeçam ou não à condição (103). Seguidamente, os indicadores assim engendrados serão como que «filtrados» por (103), resultando portanto apenas aqueles que consideramos bem formados, segundo (103). Só depois desta filtragem por (103) é que as regras transformacionais começarão a sua aplicação.

Uma outra solução logicamente equivalente seria a de restringir as próprias regras sintagmáticas, de tal maneira que as estruturas profundas correctas fossem imediatamente obtidas, e abandonar o princípio (103). Mas isso implicaria que definíssemos «regra sintagmática» como um

mecanismo muito mais complexo e poderoso, mecanismo esse que não seria necessário (nem empiricamente justificável), a não ser para casos excepcionais como este. O modo mais simples, e intuitivamente mais correcto, de lidar com fenómenos do tipo descrito pelo princípio (103), parece-me, portanto, ser as restrições de estrutura profunda, de que (103) é um exemplo.

BIBLIOGRAFIA

- CHOMSKY, Noam A. (1957) *Syntactic Structures*, Mouton, The Hague.
- CHOMSKY, Noam A. (1964) *Current Issues in Linguistic Theory*, Mouton, The Hague.
- CHOMSKY, Noam A. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- JACOBS, Roderick A. e Peter ROSENBAUM, (1968) *English Transformational Grammar*, Ginn, London.
- KATZ, Jerrold J. e Paul M. Postal (1964) *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- LAKOFF, George (1966) «Deep and Surface Grammar», não publicado, Universidade de Harvard.
- PERLMUTTER, David M. (1968) *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*, dissertação para Ph. D., MIT. Publicado por Holt, Reinhart and Winston, 1970, sob o mesmo título.
- POSTAL, Paul M. (1966) «On So-Called 'Pronouns' in English», em Reibel e Schane (eds.) (1969).
- REIBEL, D. e Sanford A. SCHANE, (eds.) (1969) *Modern Studies in English*, Prentice Hall, New Jersey.
- RUWET, Nicolas (1967) *Introduction à la Grammaire Générative*, Plon, Paris.
- STOCKWELL, Robert P. et al. (1968) *Integration of Transformational Theories on English Grammar*, The University of California, Los Angeles, California.



127

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO PARA TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES (*)

MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, ISABEL VILARES CEPEDA,
VIRGÍLIO MADUREIRA, IVO JOSÉ DE CASTRO
(LISBOA)

SUMÁRIO: 1. Vocalismo; 2. Consonantismo; 3. Oscilações gráficas; 4. Intervenções do editor; 5. Particularidades dos textos originais.

1 — Vocalismo

1.1 — *Vogais simples*

1.1.1 — *Orais*:

u e *i*: quando aparecerem com valor consonântico, serão transcritas, respectivamente, *v* e *j*.

Ex.: *salvo* por *saluo*; *igreja* por *igreia*.

y: em todos os casos será transcrito *i*; excepcionalmente, poderá valer *j* e, como tal, será transcrito. Ex.: *mim* por *mym*; *igreja* por *ygreya*.

(*) Dão-se aqui a conhecer as normas de transcrição adoptadas, depois de uma série de discussões e reuniões de trabalho, pelo Grupo dedicado à preparação de edições de textos medievais, que se constituiu em 1970, no Centro de Estudos Filológicos, sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. O Grupo é formado pelos signatários destas normas, orientados pelo Prof. Luís F. Lindley Cintra. Sobre as suas actividades até o momento presente, v., adiante, a secção *Notícia do Centro*.

1.1.2 — *Nasais*:1.1.2.1. — *em sílaba interior*:

- a) *antes de consoante*: serão transcritas por vogal seguida de *m* ou *n*, mesmo quando no original aparecerem representadas por vogal com til.

Ex.: *campo* por *cam̃po*, *canpo* ou *cãpo*, *emmigo* por *ẽmigo* ou *emmigo*; *anno* por *ãno*, *anno* ou *ãno*, *vento* por *vẽnto*, *vento* ou *vẽto*.

- b) *antes de vogal de timbre diferente*: serão representadas por vogal com til, quer seja esta a grafia original, quer no texto original a nasalidade esteja representada por uma consoante nasal.

Ex.: *lũa* por *lũa* ou *luna*; *jejũemos* por *jejunemos*; *ẽader* por *emader*, *enader* ou *ẽader*.

1.1.2.2 — *em sílaba final*: transcrever-se-ão por vogal seguida de *m*:

-ã, -am, -an: -am

-ẽ, -em, -en: -em

-ĩ, -im, -in: -im

-õ, -om, -on: -om

-ũ, -um, -un: -um

Ex.: *pam* por *pã*, *pam* ou *pan*; etc.

1.2 — *Vogais geminadas*1.2.1 — *Orais*

- 1.2.1.1 — *etimológicas*: serão mantidas em todos os casos em que se encontrarem no texto original. No caso de haver oscilação entre formas que mantêm essas geminadas e outras que as simplificam, conservar-se-á a referida oscilação.

Ex.: *padeiro*, *aa «â»*, *aquela «àquela»*, *creer*; *seerei* e *serei*, etc.

- 1.2.1.2 — *não etimológicas*: serão sempre transcritas como vogais simples, mesmo que, para alguns textos, se possa suspeitar que, na intenção do escriba, a geminação representava abertura ou tonicidade da vogal. (Em casos destes, o facto será devidamente registado na Introdução.)

Ex.: *taes* por *taaes*, *ó* ou *oh* por *oo*, *doe* por *dooe*, *ceo* por *ceeo*, *som* por *soom* (< SUM).

1.2.2 — Nasais

1.2.2.1 — etimológicas:

- a) *em sílaba interior, antes de consoante*: serão transcritas como vogais duplas, seguidas de *m* no caso de virem antes de consoante labial, e de *n* nos restantes casos.

Ex.: *peendença* por *pēdença* ou *peendença*; *viindo* por *vīido* ou *viindo*; *voontade* por *vōotade* ou *voontade*.

Serão, porém, mantidas oscilações como *viindo* (vogal dupla seguida de consoante nasal) e *vīido* (vogais geminadas das quais pode ser nasal apenas a primeira, por no manuscrito o sinal de nasalidade vir apenas na primeira das duas vogais).

- b) *em posição final, seguidas ou não de s*: serão transcritas por vogal geminada com til, mesmo que no original se apresentem seguidas de *m* ou *n* (o til será sobreposto a ambas as vogais).

Ex.: *cristãa* e *cristãas*, *homêe* e *homêes*, *bão* e *bãos*, *algũu* e *algũus*.

Nota — Nos casos da 3.^a pes. do pl. dos verbos *creer*, *leer* e *veer*, por não ser nasal a primeira das duas geminadas, segue-se a norma indicada em 1.1.2.2.

Ex.: *creem* por *crêe*, *leem* por *lêe*, *veem* por *vêe*.

1.2.2.2 — não etimológicas: serão transcritas como vogais simples nasais.

Ex.: *cristãos* por *cristãaos*, *ũa* por *ũua*.

1.3 — Ditongos nasais, em posição final, seguidos ou não de s: serão transcritos por vogal seguida de *o*, *e* ou *i* com o til sobreposto a ambas as vogais.

Ex.: *irmão* por *irmaom* ou *irmaon*, *homêis* por *homeins*.

2 — Consonantismo

2.1 — Consoantes simples

2.1.1 — g:

- a) *seguido de e ou i*

se corresponder à oclusiva, será transcrito *gu*; se corresponder à fricativa, quando for etimológica, manter-se-á

como no original; nos casos em que não o for, será transcrito *j*.

Ex.: *Miguel* por *Migeel*; *majestade* por *magestade*.

b) *seguido de a, o ou u*

se corresponder à fricativa palatal, transcrever-se-á sempre *j*.

Ex.: *alojado* por *alogado*, *anjo* por *ango*.

Se corresponder à oclusiva, será mantido. Os dígrafos *gu* ou *go*, nesta mesma posição, com valor de oclusiva, serão reduzidos a *g* (ex.: *sigades* por *siguades*), a não ser em palavras de étimo germânico (como *guardar* e *goardar*, *guanhar* e *goanhar*) em que às letras *wo* ou *o* corresponde, ou pode ter correspondido, a semivogal *u*. Quando, em palavras de étimo germânico, se encontrar o dígrafo *go*, será este transcrito por *gu*. Ex.: *guardar* por *goardar*, *guanhar* por *goanhar*.

2.1.2 — *qu*, se for dígrafo, seguido de *a* ou *o*, será transcrito *c*. Ex.: *ca* por *qua*; *cinco* por *cinquo*.

2.1.3 — *h*:

a) *inicial etimológico*: será conservado, se o original o tiver grafado; se faltar no original, será restituído.

Ex.: *haver* por *aver*.

Nota: De acordo com a grafia actual, o *h* inicial etimológico não será restituído em casos como o de *erva*.

b) *inicial não etimológico*: será suprimido.

Ex.: *ê* por *he*

c) se indicar hiato intravocabular mantém-se, seja ou não etimológico.

Ex.: *Comprehender*, *foham*; *veheste*; mas *desonor* por *deshonor*.

d) quando tiver, ou tiver tido, o valor da semivogal *i*, será mantido:

Ex.: *termho*, *saibha*, *superbha*.

e) *associado a uma consoante*: será mantido em *lh* e *nh*.

Nos outros casos, será suprimido (mesmo nos dígrafos greco-latinos *th*, *ch*). Quando o dígrafo *ch* tiver valor de oclusiva velar surda, antes de *e* ou *i*, será substituído por *qu*. Ex.: *teologia* por *theologia*, *arca* por *archa*; *querubim* por *cherubim*, *monarquia* por *monarchia*.

2.1.4 — *j* e *v*, quando aparecerem com valor vocálico, serão transcritos respectivamente *i* e *u*.

Ex.: *ainda* por *ajnda*, *uvas* por *vvas*.

2.1.5. — *sibilantes*:

2.1.5.1 — *etimológicas*: respeitar-se-ão as grafias dos manuscritos mesmo nos casos em que diverjam da actual ortografia.

Ex.: *çujo*, *çarar*.

2.1.5.2 — *não etimológicas*: será restituída a forma etimológica, não se deixando em caso algum de registar e chamar a atenção, em nota, para a forma do manuscrito.

Ex.: *serviço* por *çerviço*, *acendido* por *asendido*, *promessa* por *promença*.

2.1.5.3 — *de etimologia e/ou pronúncia duvidosa*: manter-se-ão as formas do manuscrito original, com todas as oscilações que nele provenitura se encontrem.

Ex.: *mesquinho* e *mezquinho*, *cinsa* e *cinza*; *consciência* e *conciência*, *formosa* e *formossa*.

2.1.6 — *implosivas*

2.1.6.1 — *etimológicas*: serão mantidas, mas não restituídas, se faltarem.

Ex.: *scriptura* e *scritura*, *sancto*.

2.1.6.2 — *não etimológicas*: suprimir-se-ão.

Ex.: *escrever* por *escrepver*, *damno* por *dampno*, *coluna* por *colupna*.

2.2 — *Consoantes geminadas*

2.2.1 — *em posição inicial*: reduzir-se-ão a simples.

Ex.: *façamos* por *ffaçamos*.

2.2.2 — *em posição medial*: reduzir-se-ão a simples, excepto *ss* e *rr*, com valor, respectivamente, de sibilante surda e de vibrante múltipla. Também se exceptuam os casos previstos em 1.1.2.1 a).

Ex.: *pecado* por *peccado*; *ofereço* por *offereço*.

2.2.3 — *R*: no interior de palavra, com valor de vibrante múltipla, será transcrito *rr*;

r: no interior de palavra, representando o *r* múltiplo: será restituída a geminada.

Ex.: *teria* por *teria*; *terra* por *tera*.

2.2.4 — *ss* e *rr*: depois de consoante gráfica, serão reduzidas a simples, de acordo com a ortografia actual.

Ex.: *consigo* por *conssigo*; *honra* por *honrra*.

2.3 — Grupos de consoantes

a) *gn*: manter-se-á. Se houver alternância com *n* ou *in*, será mantida essa alternância.

Ex.: *benigno*, *benino*; *regno*, *reino*.

b) *ct*, precedido de vogal: transcreve-se-á *it* ou *ut*, se a forma vocalizada aparecer documentada, ou a rima o exigir, no texto original.

Ex.: *noite* por *nocte*; *trautado* por *tratado*.

c) *pt* precedido de vogal: proceder-se-á de modo análogo ao da alínea anterior.

Ex.: *aceitar* por *acceptar*; *bautizado* por *baptizado*. No entanto manter-se-á a grafia do texto original em todos os casos em que a natureza e/ou emprego da própria palavra justificar uma hesitação.

Ex.: *refectoiro*; *fructuosa*.

3 — Oscilações gráficas:

a) nos casos não expressamente indicados, transcrever-se-ão as oscilações que os textos originais apresentarem.

Ex.: o caso das vogais geminadas orais não etimológicas, referido em 1.2.1.2 e o caso das sibilantes de etimologia duvidosa, referido em 2.1.5.3.

b) no caso em que a mesma palavra apresente oscilação gráfica e abreviatura, esta será desenvolvida segundo a maior frequência da forma completa.

Ex.: *capítulo*, *capitolo*; *discípulo*, *discipolo*, *disciplo*; *omnipotente*, *onipotente*, *õipotente*.

4 — Intervenções do editor

4.1 — Separação e reunião de palavras

4.1.1 — Separação:

a) de acordo com a ortografia actual, separar-se-ão as palavras que apareçam unidas no texto original.

Ex.: *a tempo* por *atempo*; *em que se* por *enquesse*.

- b) formas que na ortografia actual aparecem unidas separar-se-ão para evitar possível ambiguidade de leitura.
Ex.: *em na* por *êna* ou *enna*, *nem ãa* por *nêhũa*; *sam mente* por *sammente*.
- c) *hífen*: usar-se-á no caso das apoclíticas.
Ex.: *di-me* por *dime*; *sai-se* «*saiu-se*» por *saise*.
- d) *apóstrofo*: usar-se-á em casos de elisão da vogal final de um dos vocábulos em contacto.
Ex.: *d'Espanha* por *despanha*.

4.1.2 — *Reunião*:

- a) segundo o uso actual, unir-se-ão palavras que no texto original apareçam separadas, a não ser que o sintagma que elas constituem tenha um valor semântico nitidamente diverso do que tem na língua contemporânea.
Ex.: *todavia* por *toda via*, com o sentido actual; mas *toda via*, em duas palavras, com o sentido de «*constantemente*», «*de toda a maneira*»; *porem* (sentido actual) e *por em* «*por isso*».
- b) *hífen*: utilizar-se-á nos casos consagrados pela ortografia actual.
Ex.: *ha-de* por *ha de* ou *hade*; *bem-aventurado* por *bem aventurado* ou *bemaventurado*.

4.2 — *Acréscimentos, supressões e substituições*.

4.2.1 — Os *acréscimentos* que o editor do texto considerou necessários serão insertos em itálico, e anotados, na sua leitura crítica:

- a) *acréscimentos* pedidos pelo contexto:
Ex.: os seus] o seus
- b) *apoiadas* por outro texto:
Ex.: eu sei] *lac A*; eu sei *B*.

4.2.2 — As *supressões* consideradas necessárias serão feitas no texto e sempre indicadas em nota:

- a) *supressões* pedidas pelo contexto:
Ex.: corações] corarações.
- b) *apoiadas* por outro texto:
Ex.: o mais velho] o mais velhos *A*; o mais velho *B*.

- 4.2.3 — As *substituições* necessárias serão feitas no texto crítico; a versão do texto original virá, no entanto, sempre registada em nota.
Ex.: O caso referido em 2.1.5.2.
- 4.3 — *Maiúsculas*: será geralmente seguido o uso da ortografia actual.
Ex.: *Grecia* por *grecia*; *Deus* por *deus*; etc.
- 4.4 — *Acentuação gráfica*: será introduzida apenas:
- a) nos homógrafos verbais.
Ex.: *cantara* e *cantará*;
 - b) em esdrúxulos cuja pronúncia possa inspirar dúvidas, em casos como *postumária* por *postumaria*.
 - c) na forma *é* do verbo *ser*.
 - d) em alguns outros casos de possível ambiguidade: *sô* «*sob*», mas *so* «*só*».
- 4.5 — *Pontuação*: sem deixar de ter em conta, se possível, a pontuação dos textos originais, introduzir-se-á pontuação moderna que facilite a compreensão do texto.
- 4.6 — *Parágrafos*: abrir-se-ão sempre que, tal como a pontuação, facilitem a compreensão do texto, tendo apenas em relativa conta os caldeiões dos textos originais.

5 — Particularidades dos textos originais.

- 5.1 — *Abreviaturas*: serão resolvidas sem qualquer indicação especial.
- 5.2 — *Notas*: se pertencerem ao texto original (o que se verifica pelo contexto e pela letra), serão transcritas no corpo do texto e indicada a sua extensão no aparato crítico; se forem de outra mão, serão apenas transcritas em nota.
- 5.3 — *Entrelinhados*: se forem da mão que escreveu o original, serão incorporados no texto e indicar-se-á em nota a extensão do entrelinhado; se forem de outra mão, apenas se transcreverão em nota.
Ex.: com] m *entrel.*

5.4 — *Rasuras*: serão transcritas no texto, se forem da mão original, e será anotada a particularidade; se forem de outra mão, serão apenas anotadas.

Ex.: homens] *sobre...* ras.

Este lugar] *entre este e* logar, *aqueste* ras.

Rasura aproveitando alguma letra:

Ex.: convertudo] u ras. *em i*

Rasura ilegível não emendada:

Ex.: os homens] *entre os e* homens ras. *de n. espaços*.

Rasura ilegível emendada:

Ex.: homens] *sobre* ras.

5.5 — *Letras ou palavras riscadas*: serão assinaladas em nota.

Ex.: seta] setas: s *risc.*

5.6 — *Letras e abreviaturas duvidosas ou ilegíveis*: as interpretações duvidosas serão assinaladas com ponto de interrogação entre parênteses no texto e indicadas em nota; do que não for possível ler, será indicada em nota a extensão de *n* espaços.

5.7 — *Lacunas*:

a) as de sentido serão assinaladas no texto por meio de (...), e *em segunda ordem de notas* será indicado o possível conteúdo delas.

b) das lacunas materiais ou espaços em branco será apenas indicada a extensão na primeira ordem de notas:

Ex.: os homens] *entre os e* homens: lac. *de n. espaços*.

5.8 — *Mudanças de fôlio e de coluna*: será assinalada por um traço oblíquo, no texto, e, na margem interior, pelo número de fôlio, seguido, conforme os casos, de uma das letras *a*, *b*, *c* ou *d*, correspondentes às várias colunas, ou de uma das letras *r* ou *v*, correspondentes às páginas.

Lisboa, 1972.

DISSERTAÇÕES DE LICENCIATURA DE CARÁCTER DIALECTOLÓGICO

apresentadas à Secção de Filologia Românica da Faculdade de Letras
de Lisboa

MARIA FILIPA GOTTSCHALK
MARIA DA GRAÇA THEMUDO BARATA
(LISBOA)

1. ALVES, Joana Luisa Matos Ribeiro Lopes, *Linguagem dos pescadores da Ericeira*. Dissert. policopiada. Lisboa 1958, XIII + 380 pgs. + + 31 extratextos (1 mapa, desenhos e fotografias).

Editada como volume da série «Publicações da Junta Distrital de Lisboa»:

ALVES, Joana Lopes, *A linguagem dos pescadores da Ericeira*. Lisboa 1965, 261 pgs.

Monografia etnográfico-dialectal, baseada num inquérito feito na Ericeira, freguesia do concelho de Mafra, no distrito de Lisboa.

Além de uma «Introdução geográfico-histórica» (pgs. 1-18), a obra consta de duas partes: «Etnografia» (pgs. 17-42) e «Linguagem», com Glossário (pgs. 143-236).

Na primeira, estudo das «coisas» e das «palavras» que as designam, destaca-se o cap. III. «A Pesca» (pgs. 53-88) que, como o título o indica, estava no centro dos interesses da A. Entre os textos que recolheu, encontram-se alguns pregões de que apresenta a transcrição musical.

Como apêndice ao cap. VI (Nomes próprios), a A. incluiu a cópia dum «Roteiro de Pedras da Costa» (pgs. 115-128), «no qual o pescador

Firmino Francisco Santos reuniu as "marcas" que os velhos pescadores sabem de cor e os nomes de locais de pescaria descobertos recentemente, quer por outros pescadores, quer pelo próprio autor do "Roteiro".» (pg. 115).

(As páginas indicadas pertencem ao volume publicado).

2. BACELAR, Marília Luz Muñoz, *Cambados, palavras e coisas*. Dissert. policopiada. Lisboa 1966, XXV + 210 pgs. + 20 extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

Na introdução ao estudo do falar de Cambados (provincia de Pontevedra, Galiza), a A. afirma que o galego se encontra, em declínio perante a invasão da língua oficial.

São as seguintes as partes que constituem esta dissertação: I — Estudo linguístico (pgs. 1-115). II — Textos fonéticos (pgs. 116-123). III — Estudo etnográfico-lexical (pgs. 123-166).

O conteúdo desta última está distribuído por capítulos correspondentes a campos semânticos, sendo as «palavras» recolhidas apresentadas pela A. em transcrição fonética e agrupadas em índice no fim do volume.

3. BAPTISTA, Cândida da Saudade Costa, *O falar da Escusa*. Dissert. policopiada. Lisboa 1967, XI + 403 pgs. + 11 extrat. (2 mapas, desenhos e fotografias).

Monografia linguística de uma localidade do concelho de Marvão do distrito de Portalegre.

Depois do estudo da linguagem, com notas sobre os informadores, (pgs. 9-176), a A. apresenta colecções de: Textos fonéticos (pgs. 177-201), textos recolhidos da literatura oral (pgs. 202-303), e ainda um Glossário (pgs. 304-379).

4. BARROS, Adélia Assunção, *Alguns apontamentos dialectais*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1940, XXI + 132 pgs.

Estudo do falar de uma povoação do distrito de Leiria, assim localizada pela A.: «Foram colhidos os elementos deste trabalho numa pequenina aldeia que dista cerca de 8 km de Alcobaça-Cós.» (Prólogo, pg. XVIII).

A dissertação compõe-se de duas partes: «Observações gramaticais» (pgs. 1-83) e «Glossário» (pgs. 84-132), sendo os termos acompanhados da respectiva transcrição fonética e de breves notas de carácter etimológico.

5. BRAGA, Franklim Costa, *Quadrzais. Etnografia e linguagem*. Dissert. policopiada. Lisboa 1971, IX [Bibliografia] + 386 pgs. + + 15 extrat. (desenhos e fotografias).

Sumário da dissertação:

- I Parte — Notas etnográficas (pgs. 5-82);
- II Parte — [Linguagem] (pgs. 83-186);
- III Parte — Textos fonéticos (pgs. 187-190);
- IV Parte — [Recolha de literatura popular] (pgs. 191-250);
- V Parte — [Glossário em transcrição fonética] (pgs. 251-335);
- VI Parte — A gíria quadrazenha [Apêndice].

Quadrzais, terra natal do A., é uma aldeia do concelho de Sabugal, distrito da Guarda.

6. CALDEIRA, Maria Arlette Fernandes, *O falar dos pescadores de Sines — Notas etnográficas, linguísticas e folclóricas*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1959-1960, XL + 576 pgs. + 39 extrat. (desenhos, fotografias e um mapa dos pesqueiros de Sines).

O estudo do falar dos pescadores de Sines, concelho do distrito de Setúbal, constitui a Parte II (pgs. 174-378) e inclui um Glossário.

As outras duas partes tratam de: «Etnografia» (pgs. 28-173), com abundante informação lexical, e Folclore («Textos», pgs. 379-576).

7. CARRANCHO, Maria Licinia Sarrico dos Santos, *A linguagem dos pescadores de Lagos*. Dissert. policopiada. Lisboa 1969, 269 pgs. + + 29 extrat. (um mapa, desenhos e fotografias).

Este trabalho, resultado de um inquérito feito em Lagos (Barlavento algarvio), consta das seguintes partes: I — Introdução histórico-geográfica (pgs. 4-17). II — Etnografia (pgs. 18-78) que inclui textos de literatura oral. III — Linguagem (pgs. 79-175), sendo o cap. I dedicado a notas sobre o questionário, os informadores e a investigação propriamente dita.

IV — Textos fonéticos (pgs. 176-187). V — Glossário (pgs. 188-236): termos em transcrição fonética, agrupados em três grandes campos semânticos: A Terra, O Homem, O Mar.

8. CARREIRO, Maria Eduarda Ventura, *Monografia linguística de Nisa*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1948, XII + 336 pgs. + extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

Um vocabulário, com breves notas etnográficas, ocupa uma parte do trabalho (pgs. 115-300). Precede-o o estudo da linguagem do concelho de Nisa, distrito de Portalegre (pgs. 1-114).

Folclore: alguns textos recolhidos (pgs. 315-334).

O alfabeto fonético utilizado pela A. foi adaptado dos de Gonçalves Viana e Sá Nogueira.

9. CARVALHÃO, Maria Leonor de Lemos Viana, *Monsanto. (Estudo etnográfico, linguístico e folclórico)*. Dissert. dact. Lisboa 1955, V + 484 pgs. + 17 extrat. (desenhos e fotografias).

Como o subtítulo o indica, a A. dividiu a sua dissertação em três partes:

I — *Introdução* (pgs. 2-76) que consta de notas etnográficas sobre Monsanto, aldeia do concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco.

II — *Linguagem* (pgs. 77-270) com capítulos sobre Fonética, Morfologia, Sintaxe, Estilo e um Glossário.

III — *Literatura popular* (pgs. 271-459) onde se incluem alguns textos em transcrição fonética.

A informação sobre o método que orientou a pesquisa em campo e a bibliografia utilizada podem encontrar-se nas pgs. 78-83. Tendo começado a recolha de materiais por conversa livre com os informadores, a A. fez depois um inquérito dirigido por um questionário, elaborado com base no *ILB*.

Esta dissertação, depois de revista e modificada pela A., foi editada como volume das «Publicações do Centro de Estudos Filológicos»:

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, *Monsanto. Etnografia e linguagem*. Lisboa 1961, 404 pgs.

10. CARVALHO, Júlia Azevedo Mendes, *A cultura do milho — Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Dissert. policopiada. Lisboa 1959, XXXIV + 277 pgs. + 26 extrat. (desenhos e fotografias) + 9 mapas. Em apêndice, um exemplar do inquérito linguístico por correspondência. Vol. encadernado.

Dissertação elaborada com base num inquérito linguístico por correspondência, em inquéritos directos feitos na região de Coimbra e no Minho, e em informações do ILB.

Acompanham-na cartas geográficas (que só se encontram, assim como as páginas extrat. com ilustrações, no exemplar do Professor arguente).

Um mapa da cultura do milho (mapa n.º 1) acompanha a Introdução.

Nas páginas XI-XVII, encontra-se o índice das terras onde foi feito um inquérito (acompanhado dum mapa com a numeração), com o número correspondente nos «mapas de áreas linguísticas» elaborados pela A.: mapa n.º 2: bandeira (do milho); n.º 3: barbas (do milho); n.º 4: espiga (do milho); n.º 5: canas (do milho); n.º 6: esfolhar; n.º 7: folhelho (do milho); n.º 8: carolo (do milho); n.º 9: moinha (do milho).

Sumário dos capítulos: Cap. I — Sementeira. Trabalhos no campo depois da sementeira. Planta e nomenclatura das suas partes. Cap. II — Colheita e trabalhos imediatos. Esfolhada com seu colorido folclórico. Cap. III — Recolha. Construções ligadas à cultura do milho. Utilidade da planta. Cap. IV — O milho na língua, na toponímia, na arte, no adagiário. Cap. V — O milho no Folclore.

Completa a dissertação um Glossário (pgs. 193-257).

11. COSTA, Maria Rosa Marques Lila Dias, *Murteira, uma povoação do concelho de Loures — Etnografia, linguagem e folclore*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1957, 5 + 522 pgs., com desenhos e fotografias.

Editada como volume da série «Publicações da Junta Distrital de Lisboa»:

COSTA, Maria Rosa Lila Dias, *Murteira. Uma povoação do concelho de Loures*. Etnografia. Linguagem. Folclore. Lisboa, 1961, 353 pgs.

Na Introdução, a A. escreveu: «De início pretendi unicamente um estudo duma localidade que me servisse, por assim dizer, de padrão da linguagem e dos costumes de todo o concelho, dado que não podia fazer a investigação nas suas 23 freguesias. Sucedeu porém que encontrei, na

Murteira, certas prolações de palavras e certas designações para objectos que me levaram a supor que, linguisticamente, se tratava de uma região relativamente individualizada.» (pgs. 12-13).

A dissertação consta de três partes distintas (indicadas em subtítulo): I — Etnografia, orientada segundo o método «coisas e palavras»: veja-se sobretudo o cap. IV «Vida económica» (pgs. 77-110). II — Linguagem, com um Glossário (pgs. 111-195). III — Folclore: textos recolhidos (pgs. 297-335).

(As páginas indicadas pertencem ao volume publicado).

12. CRUZ, Maria Luísa Segura da, *O falar de Odeleite*. Dissert. policopiada. Lisboa 1969, 10 + VII + 370 pgs. + 10 extrat. (2 mapas e fotografias).

Monografia linguística de uma localidade do concelho de Castro-Marim, distrito de Faro (Sotavento).

O conteúdo da dissertação consiste em: estudo linguístico (pgs. 1-185), textos fonéticos (pgs. 187-206), literatura oral (pgs. 207-273) e Glossário (pgs. 274-338) de termos em transcrição fonética, organizado por campos semânticos.

No Prefácio, resume assim a A. a situação linguística da freguesia: «O falar de Odeleite integra-se no português do Sul, não se tendo notado características diferenciadoras relevantes. As oscilações e as variantes que se registaram para as várias formas atestam o estado de instabilidade do falar que, na boca de alguns falantes, mantém antigas formas dialectais, e, na boca de outros, tende para um nivelamento em relação à língua padrão.» (pg. VI).

13. DELGADO, Maria Carolina Saramago, *O falar de Baleizão*. Dissert. policopiada. Lisboa 1970, XIII + 415 pgs. + 4 extrat. (1 mapa e fotografias).

Monografia duma localidade do concelho e distrito de Beja, com base num inquérito directo feito em Baleizão e em outras terras próximas.

O estudo de linguagem (pgs. 12-191), que constitui a Parte I, é acompanhado por uma carta linguística da palatalização do *á*, tendo a A. encontrado casos de palatalização: intensa, em Baleizão e Serpa; atenuada, em Aldeia Nova de S. Bento, Pias e Vila Verde de Ficalho. Não existe em Brinches e Amareleja.

Além dum Glossário (Parte IV, pgs. 305-387) de termos em transcrição fonética, organizado por campos semânticos e ilustrado com desenhos, a dissertação contém ainda «Textos fonéticos» (Parte II, pgs. 192-213) e «Literatura oral» (Parte III, pgs. 214-304), com algumas transcrições musicais.

14. DIAS, Maria Alice Leonardo de Borba Lopes, *Ilha Terceira — Estudo de linguagem e etnografia*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1965, XIV + IX + 670 pgs. + 49 extrat. (2 mapas, desenhos e fotografias).

Monografia etnográfico-dialectal.

Quanto às localidades onde foi feito o inquérito, escreve a A.: «Investiguei em pormenor sete localidades da Ilha: Ribeirinha, Altares, S. Mateus, Serreta, Fontinha, Terra Chã e o bairro do Corpo Santo em Angra do Heroísmo. As três primeiras mereceram a minha especial atenção por apresentarem certas características fonéticas que as individualizam dentro do quadro geral, por elas também respeitado, da linguagem terceirense.» (pg. III da Introdução).

Parte I: dados etnográficos e lexicológicos (pgs. 48-305). Parte II: estudo da linguagem. Como conclusão, tenta a A. destacar as particularidades que distinguem esta Ilha das restantes do arquipélago: «A palatalização e a velarização das consoantes, a supressão do hiato pela intercalação do *i*» (pg. 458) são os traços mais evidentes.

As partes dedicadas à «Literatura popular» (pgs. 459-586) e ao «Glossário» (pgs. 591-667) completam a dissertação.

15. FONSECA, Delfina Maia de, *Subsídios para o estudo da linguagem popular da Vermiosa*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1945, I + 83 pgs. + 1 mapa.

Estudo linguístico do falar de uma localidade do concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo, distrito da Guarda.

A A. não apresenta quaisquer considerações metodológicas nem usa transcrição fonética.

A dissertação divide-se nos seguintes capítulos: Vocabulário (pgs. 2-65), Fonética e Morfologia (pgs. 67-76) e Semântica (pgs. 78-79).

16. FRIAS, Maria Amélia do Amaral Retto, *Vila Chã (Ferreira d'Aves). Etnografia — Linguagem — Folclore*. Dissertação dactilografada. Lisboa 1956, XII + 712 pgs. (1 mapa e fotografias).

Monografia etnográfico-linguística de um lugar da freguesia de Ferreira d'Aves, concelho de Sátão, distrito de Viseu.

O estudo de linguagem ocupa algumas páginas da Parte II que é, na sua maior parte, constituída por um Glossário (pgs. 319-432), organizado por campos semânticos, com alguns termos acompanhados da respectiva transcrição fonética.

17. GAMAS, Ricardo Geraldês, *Subsidio para a linguagem agrícola de Vermiosa*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1941, III + 89 pgs.

Pequena monografia linguística. Os princípios metodológicos que presidiram à recolha não são apontados.

O conteúdo da dissertação consiste num estudo de linguagem (pgs. 3-40), acompanhado dum Glossário (pgs. 41-89) com transcrição fonética dos termos e comentários linguísticos.

18. GARCIA, Idalina Serrão, *O falar da Glória do Ribatejo*. Dissert. policopiada. Lisboa 1965, XI + 1 mapa + 316 pgs. + 17 extrat. (desenhos e fotografias).

Monografia etnográfico-dialectal de uma povoação do concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém.

O estudo exclusivamente linguístico ocupa as duas primeiras partes: I — Fonética (pgs. 18-50), onde a A. inseriu uma carta geográfica da distribuição do ditongo *ei*. II — Morfologia, Sintaxe e estilo (pgs. 51-86).

A Parte III (Léxico), dividida em capítulos correspondentes a campos semânticos, contém uma apreciável informação lexical (pgs. 87-170).

Os termos, apresentados em transcrição fonética, incluídos nos capítulos sobre a fonética e o léxico, aparecem organizados em índice no final do volume.

Ainda duas partes dedicou a A. a: «Textos fonéticos» e «Literatura oral».

19. GERMANO, Pedro da Silva, *A língua portuguesa usada pelos judeus sefarditas no exílio*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1968, XXV + + 236 pgs. + 15 extrat. (reproduções fotográficas).

A dissertação tem como subtítulo: «Tentativa de caracterização. Fundamentada em textos portugueses publicados em Amesterdão e em Hamburgo, no século XVIII e nos princípios do século XIX e em recolhas, efectuadas na primeira metade do século XX, de vocábulos e frases residuais entre os mesmos judeus.»

Sumário das partes que a constituem: I — Referências históricas (pgs. 1-27); II — Textos e autores (pgs. 28-44); III — A língua dos textos (pgs. 45-182). IV — Conclusões. Algumas particularidades mais notáveis (pgs. 183-190).

Em apêndice, uma transcrição dum sermão do século XVIII (pgs. 191-210).

Completa a dissertação uma extensa bibliografia (pgs. 225-236). Veja-se sobretudo a alínea dedicada à bibliografia sobre «A história, a língua e a literatura dos judeus sefarditas» (pgs. 225-231).

20. GUERREIRO, António Machado, *Colos (Alentejo) — Elementos monográficos*. Dissert. policopiada. Lisboa 1968, V + 402 pgs. + + 32 extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

Monografia elaborada com base em dois inquéritos (um geográfico, outro linguístico) realizados em Colos, concelho de Odemira, distrito de Beja.

O A. deu especial atenção ao aspecto etnográfico, visto que, como ele próprio afirma: «Não difere a fala de Colos da língua nacional padrão, menos ainda do dialecto alentejano.» (pg. IV).

Assim, o conteúdo da dissertação consta dos seguintes capítulos: I — Situação. História. População. Economia (pgs. 6-124). II — A gente. Tipo e carácter. Tradições. Diversões (pgs. 125-298). III — A linguagem (pgs. 299-400), com Glossário.

O autor incluiu ainda alguns textos acompanhados de transcrição musical.

21. GUSMÃO, Armando Nobre, *Terminologia moleira do concelho de Mourão*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1946, 85 pgs. + 3 extrat. (desenhos).

Estudo orientado pelo método de «coisas e palavras» e baseado num inquérito directo feito em Mourão, concelho do distrito de Évora, com capítulos dedicados ao moinho e suas partes, aos moleiros e seus ajudantes, etc.

Em capítulo à parte, o A. tenta algumas «conclusões sobre um dos aspectos da linguagem popular» (pgs. 33-39). Escreve: «Do estudo que temos feito da linguagem popular notamos que ela apresenta em grande parte um carácter metafórico baseado na observação directa do rústico sobre o meio em que este vive.» (pg. 33).

Um Glossário (pgs. 42-85) dos termos recolhidos, com a respectiva transcrição fonética, completa a dissertação.

22. LOPES, Maria Manuela dos Santos, *Notas sobre o crioulo português de Damão*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1960, 8 + 224 pgs + + 8 extrat. (desenhos).

Notas etnográficas (pgs. 1-31) e estudo linguístico (pgs. 32-154), com base num inquérito «in loco».

A dissertação contém ainda: «Textos fonéticos» (pgs. 155-185) e um Vocabulário (pgs. 187-223), organizado em campos semânticos e com a transcrição fonética dos termos.

23. MACEDO, Deolinda Belo de, *Subsídios para o estudo do dialecto madeirense*. Dissert. policopiada. Lisboa 1939, 86 pgs.

A dissertação consiste num breve estudo das particularidades dos falares da ilha (pgs. 2-20), num vocabulário (pgs. 21-73), e em algumas notas etnográficas (pag. 74-84).

A A. não indica o método que seguiu na recolha dos materiais nem usa transcrição fonética.

24. MAIA, Maria Lúcia Borba e, *O falar da Ilha Terceira*. Dissert. policopiada. Lisboa 1965, XXI + 178 pgs. + 16 extrat. (1 mapa, 2 desenhos: esquema de um forno e partes da cabeça, e fotografias).

Monografia linguística, com base num inquérito directo feito em Altares e Ribeirinha, completado por «verificações de carácter essencialmente fonético» em Agualva, Lajes, Santa Bárbara, S. Mateus e S. João de Deus.

Parte I — Descrição do falar da Ilha Terceira (pgs. 1-75). Parte II — O falar da Terceira entre os outros falares de Portugal (pgs. 76-94). Parte III — O falar da Ilha Terceira e a origem dos povoadores (pgs. 95-106).

A A. incluiu ainda: Textos fonéticos (pgs. 107-132) e um Glossário (pgs. 133-173), organizado por campos semânticos.

25. MARQUES, Maria Casimira Almeida, *O falar da Azóia, povoação próxima do Cabo da Roca na provincia da Estremadura*. Dissert. policopiada. Lisboa 1968, IX + 254 pgs. + 24 extrat. (desenhos e fotografias).

Estudo do falar de uma localidade do concelho de Sintra:

I — Fonética; II — Textos fonéticos; III — Morfo-Sintaxe (pgs. 9-62).

IV — Léxico (pgs. 63-160), organizado por campos semânticos e onde se encontram as informações de carácter etnográfico.

Em apêndice, a A. inseriu uma parte do questionário que serviu de base à sua recolha, «elaborado em comparação com outros de Manuel Alvar e com o ILB», com a indicação dos números das perguntas correspondentes nesses questionários.

26. MARTINS, Maria José Dias, *Etnografia, Linguagem e Folclore de uma pequena região da Beira-Baixa (Póvoa da Atalaia, Alcongosta, Tinalhas e Sobral do Campo)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1954, 459 pgs. + 24 extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

Monografia de quatro aldeias do distrito de Castelo-Branco: Póvoa da Atalaia e Alcongosta, no concelho do Fundão; Tinalhas e Sobral do Campo, no concelho de Castelo-Branco. A A. escreveu: «Depois de ter recolhido o material, verifiquei que as quatro aldeias podiam realmente agrupar-se duas a duas (segundo os concelhos) quanto ao léxico e à fonética, embora alguns traços destes sejam comuns a todas». (pg. 10).

Sumário das partes que constituem a dissertação: I — Alguns aspectos de Etnografia: O homem: actividades (pgs. 21-133) com informações sobre o léxico; II — Linguagem (pgs. 134-227); III — Folclore (pgs. 228-401) — textos, alguns fonéticos; notas sobre tradições, festas, etc.; III — Glossário (pgs. 402-450), cujo critério de elaboração é assim definido pela A.: «No Glossário limito-me a indicar as expressões ou palavras

menos conhecidas na linguagem corrente, as que são usadas em sentidos diversos e as não recolhidas. Nele só dou a transcrição fonética quando a palavra se afasta muito da pronúncia normal». (pg. 8).

27. MARTINS, Natércia Natália dos Santos, *Subsídios para o estudo da dialectologia portuguesa*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1941, VI + 85 pgs.

Estudo da linguagem dos pescadores do concelho do Montijo. Quanto ao inquérito feito, escreve a A.: «A recolha de materiais, como atrás digo, foi feita "in loco". Não tive a necessidade de me servir do método de perguntas, porque convivi com pescadores durante mais de um ano, por ter residido no seu bairro» (pg. VI).

A dissertação consta ainda de uma «Descrição resumida das redes de pesca usadas em Montijo» (pgs. IV e IVA), pequeno apêndice com interesse etnográfico; de um capítulo sobre «Algumas frases características do falar a bordo dos pesqueiros de Montijo» (pgs. 39-40), referentes a manobras, etc.; e de um vocabulário com transcrição fonética dos termos.

28. MEDEIROS, Maria de Jesus Chicorro, *A linguagem micaelense em alguns dos seus aspectos*. Dissert. policopiada. Lisboa 1964, 1 + + 374 + 2 pgs. + 1 mapa extrat.

Estudo linguístico, na sua maior parte constituído por um Glossário, organizado por ordem alfabética (pgs. 78-246).

Nos capítulos sobre fonética, morfologia e sintaxe da linguagem de S. Miguel, esta é considerada nas suas relações com os falares do Continente, concluindo a A. pela aproximação com os falares meridionais (pg. 4 do Prefácio).

29. MENDONÇA, Elsa Brunilde Lemos de, *Ilha de S. Jorge. (Subsídio para o estudo da etnografia, linguagem e folclore regionais)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1956-57, 364 pgs. (com 1 mapa, desenhos e transcrições musicais).

Em publicação no *BITHT* (Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira). Cf. n.^{os} 19-20, 1961-62.

Monografia etnográfico-dialectal, baseada em inquéritos feitos em: Rosais, Beira, Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão, e, por vezes, em outras localidades: Santo António, Topo e Urzelina.

Sumário: Parte I — Etnografia (pgs. 41-126); Parte II — Linguagem (pgs. 127-165); Parte III — Folclore (pgs. 166-245); Parte IV — Glossário (pgs. 246-297), além de uma Introdução (Esboço geográfico-histórico e económico, pgs. 21-40).

30. MONTEIRO, Clarisse, *Contribuição para um estudo etnográfico e linguístico sobre a Ilha do Fogo — Cabo-Verde*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1946, 97 pgs.

Depois duma introdução de carácter geográfico, a A. estuda alguns textos em linguagem crioula (poesias de Pedro Monteiro Cardoso e cantigas populares).

Os outros capítulos consistem em algumas «Considerações finais sobre fonética, morfologia e sintaxe crioula» (pgs. 73-85) e num Glossário, sendo indicados na Bibliografia os textos que serviram de base ao estudo das características do falar da Ilha.

31. MOURA, Constança da Silva Pires, *Faia, aldeia do concelho de Sernancelhe. Etnografia, Linguagem e Folclore*. Dissert. policopiada. Lisboa 1960, 4 + XII + 267 pgs. + 43 extrat. (desenhos, fotografias e 2 cartas linguísticas).

Sumário: Introdução geográfica, histórica e económica (pgs. VI-XII); Etnografia (pgs. 1-99); Linguagem (pgs. 100-162); Glossário (pgs. 163-206), por ordem alfabética; Folclore (pgs. 207-265).

32. NEVES, Edite da Silva, *Penedono (Estudo linguístico e etnográfico)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1959, XVI + 437 pgs., com 1 mapa + XXIV extrat. (desenhos e fotografias).

Monografia dum concelho do distrito de Viseu.

Sumário das partes que a constituem: I — Etnografia (pgs. 11-93); II — Linguagem (pgs. 94-187), com uma exposição do método seguido no inquérito nas pgs. 95 e 96; III — Literatura Popular (pgs. 188-349); IV — Glossário (pgs. 350-433).

Uma Introdução histórico-geográfica ocupa as pgs. 4-10.

33. NUNES, João da Cruz, *Os falares da Calheta, Arco da Calheta, Paúl do Mar e Jardim do Mar*. Dissert. policopiada. Lisboa 1965, 185 pgs. + 6 extrat. (2 mapas, desenhos e fotografias).

Monografia etnográfico-linguística de algumas localidades da Ilha da Madeira, no concelho da Calheta.

O conteúdo da dissertação distribui-se por capítulos de: Textos (pgs. 16-35); Fonética (pgs. 36-70); Morfo-Sintaxe (pgs. 71-95); Lexicologia (pgs. 95-108) e Toponímia (pgs. 101-110); Glossário (pgs. 119-162) organizado por campos semânticos e com informações etnográficas.

34. OLIVEIRA, Maria Margarida Gama de, *Malhada Velha (Um lugar da serra do concelho de Penela)*. Estudo etnográfico, linguístico e folclórico. Dissert. policopiada. Lisboa 1966, 1 + 349 pgs. + 44 extrat. (2 cartas linguísticas, desenhos e fotografias).

Monografia, de interesse etnográfico e dialectal, duma localidade do distrito de Coimbra, que consta das seguintes partes: I — Alguns aspectos de Etnografia (O homem, actividades, festas religiosas e profanas, jogos) (pgs. 16-61); II — Linguagem (pgs. 63-156); III — Textos fonéticos. Folclore (pgs. 157-207); IV — Glossário de termos em transcrição fonética, organizado por campos semânticos (pgs. 208-300).

35. PALMA, Branca Marília Seixal, *O falar dos pescadores de Olhão*. Dissert. policopiada. Lisboa 1967, XVII + 224 pgs. + 1 extrat. (desenhos da vila de Olhão), ilustrada com desenhos e fotografias.

Na «Introdução» encontram-se dados histórico-geográficos sobre o concelho de Olhão, situado no Sotavento algarvio, e informações sobre o método seguido no inquérito directo feito na região: pgs. 2-11.

Indicação das Partes que compõem a dissertação: I — Fonética (pgs. 12-52); II — Morfo-Sintaxe (pgs. 53-96); III — Léxico (pgs. 96-207): Os capítulos organizados por campos semânticos, contêm informação etnográfica, sendo os termos (que se podem encontrar em índice no final do volume) registados em transcrição fonética. IV — Textos fonéticos (pgs. 208-218); V — Literatura oral (pgs. 219-238).

36. PAULINO, Maria de Lourdes Semedo, *Arronches. Estudo da linguagem e etnografia*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1959, XIV + 331 pgs. (com 1 mapa) + 31 extrat. (desenhos e fotografias).

Monografia etnográfico-linguística de um concelho do distrito de Portalegre: Notas etnográficas (pgs. 7-97); Linguagem (pgs. 89-175); Literatura popular (pgs. 176-248); Glossário (pgs. 249-310).

37. PEIXOTO, Maria Ermelinda, *Germil. Notas etnográficas e linguagem*. Dissert. policopiada. Lisboa 1968, X + 420 pgs. + 16 extrat. (fotografias).

Monografia duma localidade do concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo: Notas etnográficas (pgs. 1-45). Linguagem (pgs. 46-208). Textos (pgs. 230-320). Glossário (pgs. 324-396).

38. PENICELA, Almeida, *Subsidios para o estudo do português falado por alguns nativos do Sul de Moçambique*. Dissert. policopiada. Lisboa 1967, XVIII + 136 pgs. (com 1 mapa, desenhos e fotografias).

Monografia linguística, com base em textos apontados na Bibliografia, duma região de Moçambique «que abrange os distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.» (pg. IX).

A dissertação consta das seguintes partes: Introdução (alguns dados geográficos, históricos e etnográficos. Alguns traços característicos das línguas nativas da região). Estudo do português falado por alguns nativos da região. Conclusões.

39. PEREIRA, Maria do Carmo Noronha, *Tentativa de um pequeno Atlas Linguístico da Madeira, e algumas considerações sobre particularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas do falar madeirense*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1952, 4 + VI + 4 + 268 pgs. (1 f.c., 30 cartas linguísticas) + 4 extrat. (fotografias).

Este trabalho, integrado na escola da «geografia linguística», consiste na apresentação de 30 cartas linguísticas acompanhadas de notas. A A. apresenta, como Introdução, os princípios metodológicos que presidiram

à recolha e o alfabeto fonético utilizado (pgs. 1-19). Uma cópia do Questionário abrange as pgs. 26-45.

Textos fonéticos, um capítulo de Literatura Oral, e um Glossário completam a dissertação.

40. PEREIRA, Maria Fernanda Afonso Alves, *O falar do Soajo*. Dissert. policopiada. Lisboa 1970, XX + 429 pgs. + 14 extrat. (2 mapas, desenhos e fotografias).

Sumário:

- I Parte — Linguagem (pgs. 1-212);
- II Parte — Textos fonéticos (pgs. 213-218);
- III Parte — Literatura oral (pgs. 219-303);
- IV Parte — Glossário (pgs. 304-389) apresentado em transcrição fonética, muito cuidada.

As observações sobre o inquérito, incluiu-as a A. nas pgs. XVII-XX, completadas por uma lista dos informadores. Pode-se encontrar uma Bibliografia, praticamente exaustiva, nas pgs. 419-429.

A elaboração cuidada do material recolhido em Soajo (freguesia do concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo), com aproveitamento de quase toda a bibliografia, revela-se sobretudo no capítulo sobre Fonética e no Glossário.

41. PESTANA, Elisabeth Aurora Gundersen, *Subsídios para o estudo da linguagem dos bamboteiros (Funchal)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1954, 122 pgs. + 5 extrat. (desenhos e fotografias).

Monografia de interesse etnográfico-linguístico, baseada num inquérito directo junto dos «bamboteiros», uma classe especial de homens do mar que habita no bairro de Santa Maria ou do Calhau.

No final do Prefácio, em que é apresentado um resumo do conteúdo da dissertação, a A. escreve: «e termino expondo as razões que me levam a afirmar que o falar dos bamboteiros constitui uma linguagem sub-regional e não um calão, como é fácil supôr-se» (pg. 5). Essas razões são apontadas como Conclusão (pgs. 117-119).

42. RATINHO, Maria Filipe Mariano, *Monte Gordo. Estudo etnográfico e linguístico*. Dissert. policopiada. Lisboa 1959, VII + 356 pags. (com 1 mapa) + 33 extrat. (desenhos e fotografias).

Monografia duma localidade do concelho de Vila Real (Sotavento algarvio): Parte I — Etnografia (pgs. 15-109); Parte II — Linguagem e Glossário; Parte III — Textos (de literatura oral).

43. REINAS, Maria Augusta da Fonseca Monteiro, *Nave de Haver e Alamedilha (Etnografia, Língua e Folclore de duas aldeias arraianas)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1957, 2 vol.: XX + 786 pgs., com 1 mapa, desenhos e fotografias.

Estudo comparativo dos falares de duas aldeias fronteiriças: Alamedilla, em Espanha, e Nave de Haver, aldeia portuguesa do concelho de Almeida no distrito da Guarda.

Vol. I: Introdução (pgs. 2-12), onde a A. trata de problemas de método: informadores, etc.; Etnografia (pgs. 14-267), acompanhada da respectiva bibliografia (pgs. 268-275); Língua (pgs. 276-369), também com bibliografia, nas pgs. 370-572.

Vol. II: Textos (pgs. 373-549); Glossário (pgs. 550-720), organizado por campos semânticos, sendo alguns termos acompanhados da respectiva transcrição fonética.

44. REZENDE, Maria Ângela Leotte, *Canhas e Câmara de Lobos (Estudo etnográfico e linguístico)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1961, 462 pgs. + 2 (índice) + 46 extrat. + (1 mapa, desenhos e fotografias).

Monografia de duas localidades da ilha da Madeira: Canhas, freguesia do concelho de Ponta do Sol e Câmara de Lobos, Sede de concelho.

Sumário das partes que a constituem: I — Alguns aspectos etnográficos (pgs. 28-159). II — Linguagem (pgs. 160-266). III — Glossário (pgs. 267-312). IV — Folclore (pgs. 313-460).

45. RIBEIRO, Maria Paulina Bento, *Marmeleiro — Estudo sobre a etnografia, folclore e linguagem*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1958, 7 + 345 pgs. + 33 extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

Monografia de uma localidade do concelho de Monchique no distrito de Faro (Barlavento), com as seguintes partes: Etnografia (pgs. 6-98). linguagem (pgs. 99-184); glossário (pgs. 185-267), por campos semânticos; literatura popular (pgs. 268-314) que inclui textos fonéticos.

46. SEITA, Ilda Francisca, *A linguagem popular de Aldeia Nova de São Bento*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1944, 65 pgs.

Estudo de linguagem (Parte II, pgs. 13-41) de uma localidade do concelho de Serpa, distrito de Beja, com uma breve introdução sobre o folclore (usos e costumes) da terra (Parte I, pgs. 4-12).

A A. não usa transcrição fonética. É pouco cuidadosa a elaboração do material: «O e tónico tem ainda o som fechado ê em palavras como bêjo e desêjo» (ex. da pg. 14).

A Parte III é constituída por um Vocabulário (pgs. 42-66).

47. SILVA, Maria Bértila de Andrade, *Falares da região de Tondela (Contribuição para o estudo da linguagem da Beira-Alta)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1944, 121 + 1 pgs. + 4 extrat. (gravura e fotografias).

Consiste, na sua maior parte, num glossário de termos recolhidos no concelho de Tondela, distrito de Viseu, mas sem transcrição fonética.

A A. apresenta, dum modo sucinto, o critério seguinte na elaboração do material: «Na recolha dessas palavras por nós ignoradas, chegámos a atingir, em três anos de pesquisa, perto de mil vocábulos, os quais joeirados pela peneira de malhas apertadas que é o Dicionário de Cândido de Figueiredo, ficaram reduzidos a um terço.» (pg. 3).

Completa a dissertação uma colecção de textos, de expressões populares, etc.

48. SILVA, Maria Fernanda Pereira da, *A linguagem das salinas de Aveiro (Contribuição para o seu estudo)*. Dissertação dactilografada. Lisboa 1942-43, XXIV + 83 pgs. (com um mapa e uma planta das salinas) + 6 extrat. (desenhos e fotografias).

Este trabalho consiste num Vocabulário de termos recolhidos por inquérito directo e acompanhados de transcrição fonética, onde estão inseridas breves notas etnográficas para que estavam previstos capítulos de introdução.

49. SOUSA, Ana Emília de Andrade e, *Linguagem popular de Escarigo*: Dissert. dactilografada. Lisboa 1946, 4 + 222 pgs. + 17 extrat. (2 mapas, 1 planta, desenhos e fotografias).

Estudo de linguagem (pgs. 8-72), acompanhado de um Vocabulário (pgs. 73-159), com base num inquérito feito em Escarigo, localidade do concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo no distrito da Guarda. Na Advertência, a A. escreve: «Para verificar quanto este (o vocabulário) tem sido contaminado pelo falar castelhano, desloquei-me algumas vezes à aldeia espanhola da Boiça» (cf. cap. VI — Espanholadas e espanholismos, pgs. 168-176).

Completam a dissertação breves notas etnográficas (o trabalho das eiras, o fabrico da fogaça, do vinho, do azeite) nas pgs. 182-190; e ainda capítulos de Folclore.

50. SOUSA, Maria do Carmo, *Notas para o estudo da linguagem dos pescadores de Oihão*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1944-45, IX + 74 pgs. + 1 extrat. (desenhos).

Consiste num vocabulário de termos recolhidos por inquérito directo, acompanhados do respectivo étimo e de notas de carácter etnográfico. Por vezes, a A. apresenta a transcrição fonética.

51. TAVARES, Maria Fernanda Fernandes, *A terminologia do moinho*. Dissert. policopiada. Lisboa 1973, 194 pgs. + 20 extract. (7 mapas e desenhos).

Dissertação orientada pelo método de «Coisas e palavras» baseada não só em inquéritos directos como no ficheiro do ILB de Coimbra, em estudos do Professor Jorge Dias, e em teses de licenciatura. No cap. II, intitulado «Dos objectos para as várias designações», a A. inclui mapas de áreas lexicais correspondendo aos conceitos de: «moega», «quelha», «cadelo», «mó de cima», «mó de baixo».

Sumário dos capítulos: «Introdução» (pgs. 1-5); «Breve notícia histórica do moinho» (pgs. 6-9); «Funcionamento do moinho» (pgs. 10-27); «Enumeração dos nomes e terras» (pgs. 28-39). Primeira parte — Capítulo I «Das palavras para os objectos» (pgs. 40-119); «Conclusões do Capítulo I» (pgs. 120-124); Capítulo II «Dos objectos para as várias designações» (pgs. 125-135). Segunda parte — Capítulo I «O moinho na onomástica e na toponímia» (pgs. 136-146); Capítulo II «O moinho

e suas partes em várias expressões» (pgs. 147-158); Capítulo III «O moinho no folclore português» (pgs. 159-184). «Bibliografia» (pgs. 185-192). «Índice» (pgs. 193-194).

52. TEIXEIRA, Maria Augusta Martins, *Terras de Bragança (Linguagem e costumes da França, Baçal, Babe, Vila Meã, Sarzeda e Rebordãos)*. Dissert. dactilografada. Lisboa 1946-47. XI + 2 + 161 pgs. + 12 extrat. (1 mapa, desenhos e fotografias).

A dissertação consiste, além de um estudo de linguagem (pgs. 50-16) com vocabulário (pgs. 107-142), em capítulos de geografia económica e humana, e numa antologia de quadras, provérbios, rezas e superstições.

53. VILHENA, Maria da Conceição, *Falares de Herrera e Cedillo*. Dissert. policopiada. Lisboa 1965, XLVIII + 604 pgs., com desenhos + 17 extrat. (2 mapas e fotografias).

Monografia etnográfico-linguística de duas aldeias espanholas fronteiriças da província de Cáceres (Estremadura).

A Introdução (Parte I, pgs. XVII-XLVIII) consta de informações geográficas e históricas e da apresentação dos princípios metodológicos que presidiram à recolha do material, tendo em conta «o estado actual dos falares» nas localidades estudadas, onde existem «três gerações linguisticamente diferentes» (pg. XXXVI). Inquéritos complementares foram feitos em duas aldeias portuguesas próximas: Montalvão e Malpica do Tejo.

Parte II — Estudo linguístico (pgs. 3-308).

Parte III — Textos fonéticos (pgs. 309-342).

Parte IV — Literatura oral (pgs. 343-391), com algumas transcrições musicais.

Parte V — Glossário (pgs. 392-556) de termos em transcrição fonética.

NOTÍCIA DO CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

A partir do ano de 1970 iniciaram as suas actividades no Centro de Estudos Filológicos vários Grupos de Trabalho, sobre cuja constituição, objectivos e realizações se dão algumas notícias nas páginas seguintes. O presente fascículo do *Boletim* já inclui alguns artigos que resultam da entrada em actividade dos referidos grupos.

I

GRUPO DE TRABALHO PARA O ESTABELECIMENTO DO PORTUGUÊS FUNDAMENTAL

O grupo de trabalho para o estabelecimento do Português Fundamental, formado inicialmente pelos seguintes investigadores:

- Maria Fernanda G. Bacelar do Nascimento;
- Maria Hortense Tavares Courella;
- Maria Lúcia B. e Maia Garcia Marques;
- Maria Luísa Segura da Cruz;
- Virgílio Madureira;

e tendo como Director Luis F. Lindley Cintra, iniciou a sua actividade em 19 de Janeiro de 1970. Após um estágio, realizado de 26 de Janeiro a 7 de Fevereiro, na Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse sob a orientação do Prof. Paul Rivenc, passou-se imediatamente à recolha do material necessário à execução do referido projecto. Até Março de 1971, numa 1.^a fase, experimental, testaram-se métodos e programas a partir de amostragens do português falado, o que levou à realização de 40 conversas gravadas, para a obtenção das palavras mais frequentes, e dum inquérito complementar conduzido em diversos estabelecimentos de ensino oficial e particular, destinado a obter palavras ditas «disponíveis», relacionadas com determinados «centros de interesse» ligados à vida quotidiana.

Definidas assim experimentalmente as bases do trabalho, iniciou-se a recolha do material definitivo em Fevereiro de 1971, o que implicou deslocações do grupo ou parte dele a todas as capitais de distrito e outras localidades, do Continente e Ilhas. No momento actual dos trabalhos conta-se com cerca de 1000 conversas gravadas em todo o país, constituindo um «corpus» de 500 000 palavras. Idêntico número de palavras constitui o «corpus» de palavras disponíveis, tendo-se chegado deste modo a um total de 1540 testemunhos de indivíduos dos dois sexos, de idade compreendida entre os 15 e os 60 anos (com predominante representação do grupo etário dos 20 aos 40), abrangendo as mais diversas profissões em correlação com a

idade e os níveis de instrução (distribuídos estes em 6 grupos — de zero, analfabeto, a seis, curso superior, — com particular incidência nos grupos três, 5.º ano liceal ou equivalente, e quatro, 7.º ano liceal, curso médio ou equivalente). Prevê-se para Dezembro do ano em curso a conclusão dos trabalhos de recolha do material-base.

Paralelamente têm-se mantido através do programador Jorge Branco contactos regulares com o Centro de Cálculo Científico da Fundação Calouste Gulbenkian, iniciados em Dezembro de 1970. Com efeito, o referido Centro, por decisão do Conselho de Administração da Fundação, através do seu serviço de Ciência, encarregou-se de todo o tratamento mecanográfico imposto pelo volume dos materiais recolhidos e as múltiplas necessidades do processo em curso.

Tem o grupo contado desde o início com a assistência de Paul Rivenc, um dos organizadores do «Francês Fundamental» e do «Espanhol Fundamental», que se deslocou a Lisboa por duas vezes — de 28 de Fevereiro a 4 de Março de 1971 e de 4 a 9 de Março de 1973 — e dirigiu um seminário de esclarecimento de 11 a 14 de Julho de 1972, em Salamanca.

A constituição do Grupo sofreu, de Janeiro de 1970 até à data algumas alterações, tendo contado com a colaboração de Maria José Metello Seixas, de Dezembro de 1971 a Julho de 1972, e, a título efectivo, de Maria Elisa Macedo Oliveira e de João Nuno Morais Alçada, a partir de Outubro de 1972. Em termos eventuais, e em regime de tarefa, colaboram no projecto alguns universitários, devidamente esclarecidos quanto a métodos utilizados e fins a prosseguir.

A margem dos trabalhos especificamente ligados ao Projecto, tem a equipa prestado esclarecimentos a investigadores portugueses e estrangeiros sobre as diversas fases do seu trabalho, nomeadamente aos Profs. Celso Cunha, da Universidade do Rio de Janeiro, Bernard Pottier, da Universidade de Paris e Dieter Messner, da Universidade de Salzburg, além evidentemente dos Profs. Rivenc e Jean Roche, da Universidade de Toulouse. Deu além disso notícia da actividade que vem desenvolvendo no I Encontro dos Profs. de Língua Portuguesa, realizado em Coimbra de 6 a 11 de Abril de 1971 e no Encontro dos Profs. de Português em França, que teve lugar em Nantes, em Novembro de 1972.

Incluído no presente volume do Boletim de Filologia, publica-se um artigo sobre o que de útil se ofereceu de momento dizer quanto à natureza e vida dos adjectivos no português falado contemporâneo, numa primeira utilização dos materiais já recolhidos.

II

ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DE PORTUGAL E DA GALIZA (ALEPG)

Em 1970, tornou-se possível à Direcção do Centro de Estudos Filológicos concretizar um projecto que, desde a fundação deste Centro, foi considerado como um dos seus principais objectivos e uma necessidade urgente da linguística portuguesa (v. *BdF*, I, 1932, pg. 1). Assim, nos meses de Maio e Junho, começou a trabalhar uma equipa, constituída por duas licenciandas em Filologia Românica

pela Faculdade de Letras de Lisboa — Maria Filipa de Carvalho Félix Gottschalk e Maria da Graça Appleton Themudo Barata — sob a orientação de Luís F. Lindley Cintra.

Foram previstas desde o início, três etapas para a realização do trabalho: 1 — elaboração e publicação do Questionário; 2 — inquéritos: recolha em campo do material linguístico; 3 — selecção, estudo e cartografia dos dados obtidos. Neste momento, encontrando-se o Questionário preparado para a sua impressão, está quase concluída a primeira etapa.

Damos, em seguida, uma informação sucinta do conteúdo e forma do Questionário elaborado. As perguntas estão organizadas por campos semânticos, numa adaptação da proposta de Hallig — von Wartburg de um sistema de conceitos para a língua francesa, proposta também utilizada no primeiro Questionário do Atlas Linguístico da Europa, em preparação. A equipa afastou-se deliberadamente da divisão em capítulos dedicados a fonética, morfologia, sintaxe e léxico. Dois tipos de letra impressa distinguem as perguntas relativas ao léxico comum a todo o país daquele que diz respeito a actividades características de certas regiões. Partindo desta base, englobaram-se na mesma linha de perguntas as que visam os aspectos lexical, fonético, fonológico e morfo-fonológico. Os três últimos são explicitados através de um sistema de sinais que acompanham as perguntas, sistema que remete para um volume complementar, em que esses aspectos são analisados segundo o ângulo respectivo. O questionário principal será acompanhado de um outro, dedicado as realidades etnográficas, e de um album de desenhos.

Como método de trabalho para a elaboração deste Questionário, a equipa partiu das experiências anteriores neste domínio, tentando refundi-las e completá-las para que o material linguístico a recolher possa servir para um estudo sincrónico dos dialectos portugueses. Apелou-se para os questionários dos outros atlas anteriores, sobretudo os do domínio ibérico, e para um esboço de questionário dactilografado, utilizado nos Seminários de Linguística Portuguesa da Faculdade de Letras de Lisboa. Damos, neste mesmo volume, uma informação bibliográfica das teses de licenciatura, saídas deste Seminário, muitas das quais se basearam na utilização desse questionário.

Neste trabalho, beneficiou a equipa da colaboração do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, quanto aos capítulos ligados à nomenclatura das alfaías agrícolas portuguesas.

Entretanto, o grupo preocupou-se em experimentar o questionário assim elaborado, realizando cerca de seis inquéritos em várias regiões do Continente, que, gravados, constituem a sua primeira contribuição para o arquivo dos falares portugueses, existente no Instituto de Fonética da Faculdade de Letras de Lisboa.

Preparou ainda uma *Bibliografia dialectal galego-portuguesa*, a publicar brevemente, cujos verbetes se encontram neste Centro, podendo ser consultados pelo público. Ela irá integrar-se na série *Publicações do Atlas etnográfico-linguístico de Portugal e da Galiza*, iniciada em 1970 com o volume *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de José Leite de Vasconcellos, 2.^a edição preparada por Maria Adelaide Valle Cintra.

A medida que o trabalho se diversificava, viu-se a necessidade de incluir novos elementos na equipa, tendo entrado nela em Janeiro de 1972 o assistente de Filologia

Românica da Faculdade de Letras de Lisboa, José Victor do Carmo Rodrigues Adragão.

Com a partida para o estrangeiro, como bolseiros, de dois dos seus elementos, o grupo está em processo de reorganização, contando-se para Outubro de 1973 com um núcleo de seis investigadores, encarregados dos inquéritos e de um trabalho de investigação paralelo. Prevê-se a elaboração de um questionário de morfo-sintaxe e a realização de trabalhos no domínio de estudos da socio-linguística.

III

TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

Em Novembro de 1970, constituiu-se no Centro de Estudos Filológicos um grupo destinado a preparar e publicar edições críticas de textos medievais portugueses inéditos, editados em deficientes condições ou esgotados. Da organização do grupo e da actividade que desde então ininterruptamente tem desenvolvido se dá a seguinte notícia.

1. Integrado no elenco dos projectos de investigação do Centro de Estudos Filológicos, com a designação de «Textos Medievais Portugueses», o grupo deve a sua existência ao apoio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian sob a forma de bolsas aos seus membros e de cobertura das despesas com material e serviços. Em troca desse apoio, o grupo entrega anualmente à Fundação Gulbenkian o produto da sua actividade, sob a forma de uma determinada extensão de texto criticamente preparado, com as respectivas notas, estando previsto, no acordo que deu origem ao grupo, que os textos seriam editados por aquela Fundação.

2. O grupo é dirigido por Luís Filipe Lindley Cintra e constituído por quatro licenciados em Filologia Românica, dois trabalhando em regime de tempo integral — Maria Helena Lopes de Castro e Virgílio Homero Madureira — e dois em regime de tempo parcial — Isabel Vilarés Cepeda e Ivo José de Castro —. Cada membro é responsável pela edição de um texto (ou de vários, em sucessão), procedendo isoladamente à investigação preparatória, à leitura e transcrição do texto, à redacção do aparato e de uma introdução; em rigor, porém, o seu trabalho não é totalmente individual, pois é em acordo com os outros membros que ele resolve os problemas postos pelo texto e toma as decisões maiores, além de se conformar com um conjunto de princípios críticos e de normas de transcrição que foram elaborados pelos membros do grupo e que todos uniformemente adoptam.

3. Foi justamente a elaboração destes princípios (publicados noutra lugar deste número do *Boletim de Filologia*) que ocupou o grupo nos primeiros meses de existência; depois, os princípios foram periodicamente revistos e modificados na medida em que a experiência da sua aplicação aos textos o aconselhava. Na sua forma actual, os princípios conservam, após as sucessivas revisões por que passaram, as opções críticas iniciais do grupo, que se podem sintetizar deste modo: o editor reproduz fielmente o texto de base, conservando mesmo formas duvidosas, acerca de cuja correcção hesite, e só emendando erros quando possa justificar

o seu comportamento com dados textuais. Mas, relativamente à ortografia do texto de base e à sua apresentação tipográfica, o editor segue uma orientação modernizadora, com o objectivo de eliminar todos os traços meramente gráficos que, não correspondendo a uma particularidade linguística do texto, constituam uma barreira inútil à sua compreensão por parte de um leitor não habituado ao convívio dos textos antigos. Naturalmente, estes princípios e o seu modo de aplicação serão expostos com minúcia na introdução que precederá cada texto.

4. A actividade dos membros do grupo, como editores, tem sido a seguinte:

Maria Helena Lopes de Castro preparou uma nova edição do *Leal Conselheiro*, de Dom Duarte, com base no ms. da Biblioteca Nacional de Paris (Fundo Português, n. 5), em confronto com a, há muito esgotada, edição do Prof. J. M. Piel, de 1942. Actualmente, prepara uma edição do *Castelo Perigoso*, segundo os códices alcobacenses 199 e 214 da Biblioteca Nacional de Lisboa; o Padre Augusto Magne, entre 1942 e 1946, tinha editado apenas os dois primeiros tratados e parte do terceiro deste texto.

Virgílio Madureira preparou, sobre o ms. Iluminado 61, da Biblioteca Nacional de Lisboa, uma edição das *Laudes e Cantigas Espirituais*, de Mestre André Dias, antes parcialmente editadas pelo Padre Mário Martins (Singeverga, 1951). Preparou ainda a edição da *História de Vespasiano*, sobre o texto impresso de 1498 (Inc. 571 da BNL), já editado em 1905 por F. M. Esteves Pereira. Actualmente, prepara a edição do *Livro da Montaria*, de Dom João I, segundo o cód. 4325 da BNL, também publicado por Esteves Pereira em 1918.

Isabel Cepeda prepara a edição das *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, com base no códice alcobacense 282/280 da BNL, em confronto com a edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1505), ambos inéditos na sua maior parte.

Ivo Castro prepara a edição crítica do *Livro de José de Arimateia*, ms. 643 da Livraria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, recentemente publicado em edição paleográfica por Henry H. Carter (Chapel Hill, 1967).

IV

GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUÍSTICA TEÓRICA (GELT)

1. Inicialmente reunião de um pequeno grupo de docentes e estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa para a discussão periódica de alguns aspectos teoricamente fundamentados na análise e descrição dos fenómenos linguísticos, o GELT teve a sua constituição definitiva, não oficial, em Março de 1970, passando a funcionar numa das salas do CEF.

2. O GELT teve na base da sua constituição dois professores assistentes e três estudantes de Filologia Românica da Faculdade de Letras de Lisboa:

- Maria Helena M. Mateus;
- Maria Emília R. Marques;
- José António Meireles;
- Eduardo Paiva Raposo;
- Isabel Hub Faria.

e teve como finalidades principais:

- a) Estabelecer as bases e dar início a um trabalho de investigação no domínio da linguística teórica e, em particular, da gramática transformacional do português;
- b) organizar documentação bibliográfica fundamental no domínio da linguística teórica, de colaboração com o CEF;
- c) estabelecer contacto com vários grupos de trabalho e investigadores;
- d) alargar-se progressivamente, pela orientação da formação linguística de estagiários, geralmente estudantes da Faculdade de Letras;
- e) divulgar, mediante publicação, os trabalhos realizados.

Para a possível realização dos seus objectivos, o GELT tem contado com o apoio da Direcção do CEF que tem acompanhado com interesse o desenvolvimento das suas actividades e com o auxílio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian que, até à data, subsidiou vários estágios no estrangeiro de membros do Grupo.

3. De entre as actividades que o GELT tem desenvolvido poderemos salientar:

- 1. Organização de colóquios e cursos;
- 2. Frequência de estágios;
- 3. Realização de trabalhos de investigação.

Discriminaremos seguidamente cada um destes pontos:

1.1. Organização em colaboração com o Centro de Estudos de Cibernética do Instituto Superior Técnico e com o Gabinete de Estudos Arqueológicos do «Colóquio sobre Epistemologia das Ciências do Homem» que se realizou no I. S. T. de 20 de Abril a 4 de Maio de 1970. As comunicações apresentadas foram, na sua maior parte, reunidas em livro e publicadas com o título *Novas Perspectivas das Ciências do Homem* pela Editorial Presença, col. Biblioteca de Ciências Humanas, Lisboa 1970.

1.2. Organização de um «Curso Livre de Sintaxe Transformacional» na Faculdade de Letras de Lisboa no segundo semestre do ano lectivo de 1971/1972, durante dois meses. O plano do curso incluiu algumas noções introdutórias à gramática transformacional e o estudo das principais restrições sobre as operações transformacionais.

2.1. Frequência por José António Meireles do Linguistic Institute da Linguistic Society of America na Universidade de Buffalo (State University of New York, Buffalo) de 5/7/71 a 27/8/71.

2.2.1. Frequência por Isabel Hub Faria e Eduardo Paiva Raposo do Linguistic Institute da LSA na Universidade de North Carolina (Chapel Hill) de 12/6/72 a 5/8/72.

2.2.2. Visita pelos mesmos do IBM J. Watson Research Center em New York.

2.3 Assistência ao colóquio «Formal Semantics of Natural Languages», realizado em Cambridge de 9/4/73 a 12/4/73, por parte de Ana Maria Barros de Brito, Inês Silva Duarte, Isabel Hub Faria, José António Meireles, Eduardo Paiva Raposo.

Todos os estágios referidos em 2. foram subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian. A viagem de estudo referida em 2.3 foi apoiada conjuntamente pela mesma Fundação e pela Direcção-Geral do Ensino Superior.

4. Trabalhos realizados pelo GELT:

BRITO, Ana M.^a e M.^a Gabriela Ardisson Pereira (1972) «Introdução ao Estudo das Interrogativas em português» (não publicado).

DUARTE, Inês Silva (1972) «*Se* passivo e *se* reflexo» (não publicado).

FARIA, Isabel Hub (1971) «Alguns aspectos da Coordenação em português» (não publicado).

(1972a) «Sobre a formação das Imperativas em português» (publicado no presente fascículo do BdF).

(1972b) «Mood Variation and the Highest Verb Constraint» (não publicado).

e Inês Silva Duarte (1973) «Modificadores Verbais» (em preparação),

MEIRELES, José António (1970) «Teoria dos Autómatos e Modelos Linguísticos»,

(1971) «Propriedades semânticas de alguns predicados com 'ser' e 'estar'» (não publicado).

(1972) «Estruturas de complementação em português» (dissertação de licenciatura, policopiada).

(1973a) «Podem as transformações ser predizíveis?» (não publicado).

(1973b) «Propriedades semânticas de algumas classes de verbos de complementação em português» (não publicado).

(1973c) «Restrições sobre o tempo em estruturas de complementação» (em preparação).

RAPOSO, Eduardo Paiva (1971) «Algumas notas sobre um tipo de interrogativas directas em português» (não publicado).

(1972a) «Sobre a forma 'o' em português» (publicado no presente fascículo do BdF).

(1972b) «A Global Derivational Constraint on the Infinitive in Portuguese» (não publicado).

(1972c) «Some Problems with the Infinitive in French» (não publicado).

(1973a) «Estudos sobre o infinitivo em português» (dissertação de licenciatura, policopiada).

(1973b) «Fenómenos de concordância em português» (em preparação).

COMPOSTO E IMPRESSO NA
GRAFICA MONUMENTAL, LDA.
RUA NEVES FERREIRA, 13, 1.º
TELEFONES: 84 39 99 - 84 32 78
LISBOA - I — PORTUGAL